

**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI**

**A IMPORTÂNCIA DA UFFS/CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL (PR) E O**  
**DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU**

**BLUMENAU-SC**

**2018**

**LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI**

**A IMPORTÂNCIA DA UFFS/CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL (PR) E O  
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Ivo Marcos Theis

**BLUMENAU**

**2018**

Ficha Catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Universitária da FURB

---

K89i

Krajevski, Luis Claudio, 1975-

A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. / Luis Claudio Krajevski. – Blumenau, 2018.

434 f. : il.

Orientador: Ivo Marcos Theis.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Bibliografia: f. 297-319.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Disparidades regionais. 3. Disparidades econômicas regionais. 4. Economia Regional. 5. Economia Regional - Paraná. 6. Movimentos Sociais. 7. Ensino superior. I. Theis, Ivo Marcos, 1960-. II. Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

CDD 338.9

---

**A IMPORTÂNCIA DA UFFS/CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL (PR) E O  
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU**

Por

**LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI**

Tese aprovada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor(a) em  
Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Regional –  
PPGDR, da Universidade Regional de Blumenau –  
FURB, pela banca examinadora formada por:



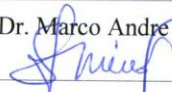
Presidente: Prof. Dr. Ivo Marcos Theis - FURB



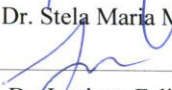
Membro: Prof. Dr. Rainer Randolph – UFRJ



Membro: Prof. Dr. Marco Andre Cadoná – UNISC



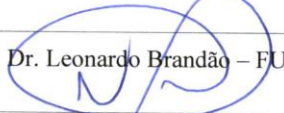
Membro: Prof. Dr. Stela Maria Meneghel - FURB



Membro: Prof. Dr. Luciano Felix Florit - FURB

Membro: Prof. Dr. Leonel Piovezana – UNOCHAPECÓ - Suplente

Membro: Prof. Dr. Leonardo Brandão – FURB - Suplente



Prof. Dr. Clovis Reis

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional

Blumenau, 21 de março de 2018.

Para Kelli meu amor, minha companheira e meu porto seguro e ao José Luis, nosso filho, que chegou durante esta jornada!

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta etapa se deve a inúmeras pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com este estudo. Especialmente agradeço:

Aos meus pais, pelos ensinamentos, compreensão e apoio ao longo desta caminhada;

Ao meu irmão Carlos e a minha irmã Marilise pelo incentivo e por acreditarem que isto seria possível;

À Kelli, pelo encorajamento, tolerância e amparo, desde sempre;

Ao meu professor orientador Dr. Ivo Marcos Theis, pela orientação dispensada para a realização deste trabalho, bem como a atenção concedida ao longo do doutorado;

Às companheiras e aos companheiros do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional, em especial ao Daniel, Tatiane Lasta, Tatiane Vargas, Luciana, Diego e Nelson, que me ajudaram nesta jornada;

Ao professor António de Jesus Fernandes de Matos, docente da Universidade da Beira Interior, pela acolhida, orientação e estímulo durante o estágio realizado em Covilhã – Portugal;

À Universidade Federal da Fronteira Sul pela licença capacitação concedida durante o doutoramento;

Aos colegas professores e servidores técnico-administrativos da UFFS, em nome do professor e amigo Mariano Luis Sanchez, pelo apoio e atenção neste período;

Aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional de Blumenau;

Ao professor e amigo Marcos Antonio Mattedi, pelas valorosas contribuições durante o doutorado;

Aos colegas do PPGDR, especialmente Karla, Maria Roseli e Anderson;

Às pessoas envolvidas na pesquisa, pelas informações fornecidas para a efetivação deste estudo;

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudo referente ao doutorado-sanduíche;

À Deus, pela minha vida e pela oportunidade de aprender sempre!

“Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isto não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que nos venceram nessas batalhas.”

(Darcy Ribeiro)

## RESUMO

O Território Cantuquiriguaçu (TC) é considerado uma das regiões menos desenvolvidas do Estado do Paraná, tanto que a região foi incluída no Programa Territórios da Cidadania em 2009. O Território é composto por vinte municípios: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. Apesar do discurso frequente a respeito das ações, políticas e estratégias de desenvolvimento regional, as iniciativas adotadas até o momento no Território Cantuquiriguaçu não permitiram uma redução significativa das desigualdades quando comparado a outras regiões paranaenses. Existem segmentos da população que estão à margem das ações voltadas ao desenvolvimento, em especial: trabalhadores rurais sem-terra, povos indígenas e pessoas deslocadas em virtude da construção de usinas hidrelétricas. Esses, por sinal, foram alguns dos sujeitos sociais envolvidos no processo de conquista e criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, cuja contribuição para o Território foi objeto de análise deste estudo. O objetivo foi analisar a relevância da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, em relação ao desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Criada em 2009, a universidade se caracteriza por ser oriunda de iniciativas dos movimentos sociais, além de outros segmentos da população que habita a Grande Mesorregião Fronteira Sul e seu entorno. Seu caráter *multicampi* permitiu que a Cantuquiriguaçu fosse escolhida como sede de um de seus *campi*. Desta forma, o pressuposto inicial era que, em um território com graves desigualdades intra e interregionais, a ação da universidade seria crucial para o desenvolvimento da região. Metodologicamente esta pesquisa teve caráter exploratório, baseado em estudo de caso, tendo como principais instrumentos a realização de entrevistas semiestruturadas e a análise de questionário aplicado junto aos membros do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu – CONDETEC. Foram objetos de análise as peculiaridades do território, suas características socioeconômicas e, principalmente, a presença de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul. A pesquisa esteve baseada na análise do processo que deu origem à universidade e dos primeiros anos de atuação da instituição, incluindo resultados relacionados ao ensino, pesquisa e extensão obtidos neste período. Os resultados obtidos neste estudo apontaram uma importância significativa da UFFS para o desenvolvimento da região em questão. Observou-se sinais evidentes dos impactos que o Campus tem produzido no Território, indicando um papel diferenciado da universidade. Observou-se ainda que a instituição tem respeitado os princípios



que orientaram a sua criação, tais como os cursos que foram criados, os temas dos projetos de pesquisa e extensão, os conselhos instituídos, dentre outros. Em que pese a existência de grandes desafios e entraves para a consecução dos seus objetivos, os resultados indicaram que esta universidade pode contribuir substancialmente para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, especialmente se mantiver os compromissos e a proximidade com a sociedade regional a qual foi primordial para a criação da UFFS.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento desigual. Território Cantuquiriguaçu. Movimentos Sociais. Universidade Federal da Fronteira Sul.

## ABSTRACT

The Cantuquiriguaçu Territory (TC) is considered one of the least developed regions in the State of Paraná (Brasil), so much so that the region was included in the Citizenship Territories Program in 2009. The Territory is composed of twenty municipalities: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná and Virmond. Despite the frequent discourse about regional development actions, policies and strategies, the initiatives adopted so far in the Cantuquiriguaçu Territory did not allow a significant reduction of inequalities when compared to other regions of Paraná. There are segments of the population that are on the margins of development actions, in particular: landless rural workers, indigenous peoples and displaced people due to the construction of hydroelectric plants. These, by the way, were some of the social subjects involved in the process of conquest and creation of the Federal University of the Southern Frontier - UFFS, whose contribution to the Territory was the subject of analysis of this study. The objective was to analyze the relevance of UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, in relation to the development of Cantuquiriguaçu Territory. Created in 2009, the university is characterized by initiatives from social movements, as well as other segments of the population that inhabit the Great Southern Border Meso-Region and its surroundings. Its multicampi character allowed Cantuquiriguaçu to be chosen as the headquarters of one of its campuses. Thus, the initial assumption was that, in a territory with serious intra and interregional inequalities, university action would be crucial for the development of the region. Methodologically, this research had an exploratory character, based on a case study, having as main instruments the accomplishment of semi - structured interviews and the analysis of questionnaire applied to the members of the Development Council of Cantuquiriguaçu Territory - CONDETEC. The peculiarities of the territory, its socioeconomic characteristics and, mainly, the presence of a campus of the Fronteira Sul Federal University were analyzed. The research was based on the analysis of the process that gave rise to the university and the institution's first years of operation, including results related to teaching, research and extension obtained in this period. The results obtained in this study pointed out a significant importance of UFFS for the development of the region in question. There were evident signs of the impacts that the Campus has produced in the Territory, indicating a different role of the university. It was also observed that the institution has respected the principles that guided its creation, such as the courses that were created, the

themes of the research and extension projects, the councils instituted, among others. Despite the existence of major challenges and obstacles to the achievement of its objectives, the results indicated that this university can contribute substantially to the development of the Cantuquiriguaçu Territory, especially if it maintains the commitments and the proximity to the regional society which was essential for the creation of UFFS.

Keywords: Regional Development. Unequal development. Territory Cantuquiriguaçu. Social movements. Universidade Federal da Fronteira Sul.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Território Cantuquiriguaçu .....	23
Figura 2 - A UFFS como variável interveniente no Território Cantuquiriguaçu .....	39
Figura 3 - Delimitação do Território Cantuquiriguaçu.....	57
Figura 4 - Relações entre universidade e desenvolvimento regional .....	97
Figura 5 - Localização das IES pelas mesorregiões paranaenses, em %, referente a 2014....	149
Figura 6 - Microrregiões e municípios no âmbito das mesorregiões paranaenses .....	151
Figura 7 - Participação percentual de cada setor no Valor Adicionado Bruto das microrregiões de Cascavel e Guarapuava – 2014.....	152
Figura 8 - Municípios do Território Cantuquiriguaçu .....	174
Figura 9 - Usinas hidrelétricas do Território Cantuquiriguaçu.....	177
Figura 10 - Localização de territórios indígenas no TC .....	197
Figura 11 - População indígena, por município, do TC – 2010 .....	198
Figura 12 - Obra Terra de Sebastião Salgado – ocupação MST 1997 .....	201
Figura 13 - Distribuição dos assentamentos no TC.....	202
Figura 14 - Contribuição de cada município para o PIB do Território Cantuquiriguaçu em 2004 e 2014 .....	212
Figura 15 - Cidade de conclusão do ensino médio dos estudantes do Campus Laranjeiras do Sul.....	247
Figura 16 – Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul.....	252
Figura 17 – Vista externa do Bloco A da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.....	253
Figura 18 – Conjunto de laboratórios da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.....	254
Figura 19 – Restaurante Universitário da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.....	255
Figura 20 - Gastos com salários e encargos sociais .....	256
Figura 21 - Percepção do conselheiro do CONDETEC sobre a UFFS .....	259
Figura 22 - Importância da UFFS para o desenvolvimento do TC .....	259
Figura 23 - Forma de contato direto com a UFFS.....	260
Figura 24 - Maior impacto com a instalação da UFFS na região .....	261
Figura 25 - Principal responsável pela vinda da UFFS para o TC .....	262
Figura 26 - Importância da UFFS possuir um assento no CONDETEC.....	263

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Municípios atuais, municípios originários, ano de emancipação e ano de instalação .....	173
Quadro 2 - Usinas Hidrelétricas com atividades no Território Cantuquiriguaçu .....	176

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número total de IES no Brasil, Região Sul e Paraná, incluindo a natureza pública ou privada - 2015 .....	136
Tabela 2 - PIB do Brasil e do Paraná (preços correntes), taxa de crescimento paranaense e participação do Estado no PIB brasileiro no período 2005 - 2015 .....	139
Tabela 3 - População brasileira e paranaense (com variações percentuais), incluindo distinção entre urbana e rural, homens e mulheres, por década, no período 1960 e 2010.....	140
Tabela 4 - Indicadores entre 1991 e 2010 e posição do Paraná no ranking nacional (2010) .	142
Tabela 5 - PIB, PIB <i>per capita</i> e Valor Bruto da Produção (VBP), por setor, das mesorregiões – 2014 .....	144
Tabela 6 - População das mesorregiões paranaenses: total, urbana e rural, homens e mulheres - 2010 .....	145
Tabela 7 - Indicadores socioeconômicos selecionados, por mesorregião, 2010 .....	146
Tabela 8 - Perfil das IES presentes no Paraná, incluindo localização, capital (C) ou interior (I) – 2014 .....	147
Tabela 9 - Indicadores selecionados, microrregiões de Cascavel e Guarapuava .....	151
Tabela 10 - Indicadores selecionados do Território Cantuquiriguaçu.....	175
Tabela 11 - Indicadores selecionados do Território Cantuquiriguaçu.....	175
Tabela 12 - Dados demográficos dos municípios do Território Cantuquiriguaçu .....	180
Tabela 13 - Indicadores econômicos dos municípios do Território Cantuquiriguaçu - 2014	182
Tabela 14 - Indicadores econômicos dos municípios do Território Cantuquiriguaçu - 2010	183
Tabela 15 - IDHM e IPDM dos municípios da Cantuquiriguaçu e suas colocações no ranking estadual .....	185
Tabela 16 - Indicadores educacionais referente aos municípios do Território Cantuquiriguaçu - 2010 .....	187
Tabela 17 - Índice de Gini – estrutura fundiária – e número de estabelecimentos agropecuários dos municípios da região, por tamanho – 2006.....	188
Tabela 18 - Oferta de cursos, por município, e IES presentes no Território Cantuquiriguaçu - 2017 .....	190
Tabela 19 - Número de alunos matriculados em cursos presenciais e em EaD nos municípios do Território Cantuquiriguaçu - 2015.....	192
Tabela 20 - Matrículas e cursos presenciais, no Território Cantuquiriguaçu entre 1991 - 2010 .....	193

Tabela 21 - Características das terras indígenas do Território Cantuquiriguaçu.....	197
Tabela 22 - Dados dos assentamentos, por município, no Território Cantuquiriguaçu .....	203
Tabela 23 - Cursos, vagas e número de inscritos – UFFS – processo seletivo 2010 .....	242
Tabela 24 - Número de projetos de pesquisa – Campus Laranjeiras do Sul: 2010-2016.....	248
Tabela 25 - Número de programas/projetos de extensão e cultura – Campus Laranjeiras do Sul: 2010-2017.....	249
Tabela 26 - Gastos do Campus Laranjeiras do Sul - 2016 .....	257

## LISTA DE SIGLAS

<b>ACILS</b>	Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul
<b>ANEEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>APP</b>	Associação de Pais e Professores
<b>ARCAFAR</b>	Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Paraná
<b>BANESTADO</b>	Banco do Estado do Paraná
<b>BADEP</b>	Banco de Desenvolvimento do Paraná
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEAGRO</b>	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
<b>CEFET</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
<b>CES</b>	Conselho Estratégico Social
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CGH</b>	Centrais Geradores Hidrelétricas
<b>CIC</b>	Cidade Industrial de Curitiba
<b>CODEPAR</b>	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
<b>COEPE</b>	Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
<b>CONDETEC</b>	Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
<b>CONSUNI</b>	Conselho Universitário
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>COPEL</b>	Companhia Paranaense de Energia
<b>COPERJUNHO</b>	Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho
<b>CREHNOR</b>	Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná
<b>CRESOL</b>	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>CVT</b>	Centro Vocacional Tecnológico
<b>DCE</b>	Diretório Central dos Estudantes
<b>DER</b>	Departamento de Estradas de Rodagem
<b>EaD</b>	Educação à Distância
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>FACEOPAR</b>	Faculdade Centro Oeste do Paraná
<b>FAQ</b>	Faculdade União de Quedas do Iguaçu
<b>FERROESTE</b>	Estrada de Ferro do Paraná Oeste S.A.
<b>FETAEP</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná
<b>FETRAF</b>	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
<b>FIEP</b>	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>GTDN</b>	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>ICM</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IFPR</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IPARDES</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPDM</b>	Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal
<b>LEADER</b>	Ligações Entre Ações do Desenvolvimento de Economias Rurais
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MASTRECO</b>	Movimento dos Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores
<b>MPUF</b>	Movimento Pró Universidade Federal
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>NEA</b>	Núcleo de Estudos em Agroecologia
<b>NECOOP</b>	Núcleo de Estudos em Cooperação
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PCH</b>	Pequenas Centrais Hidrelétricas
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda Constitucional
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNDR</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PTC</b>	Programa Territórios da Cidadania
<b>RMC</b>	Região Metropolitana de Curitiba
<b>SAE</b>	Secretaria de Assuntos Estudantis
<b>SEPE</b>	Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão
<b>SETI</b>	Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>SINEPE</b>	Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Paraná
<b>SISU</b>	Sistema de Seleção Unificada
<b>TC</b>	Território Cantuquiriguaçu
<b>TFI</b>	Território Federal do Iguaçu
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>UENP</b>	Universidade Estadual do Norte do Paraná
<b>UEPG</b>	Universidade Estadual de Ponta Grossa
<b>UFFS</b>	Universidade Federal da Fronteira Sul
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UHE</b>	Usinas Hidrelétricas
<b>UNESPAR</b>	Universidade Estadual do Paraná
<b>UNICENTRO</b>	Universidade Estadual do Centro-Oeste
<b>UNILA</b>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
<b>UNINTER</b>	Centro Universitário Internacional
<b>UNIOESTE</b>	Universidade Estadual do Oeste Paranaense
<b>UNOPAR</b>	Universidade Norte do Paraná
<b>UTFPR</b>	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
<b>VAB</b>	Valor Adicionado Bruto
<b>VBP</b>	Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>2 AS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PERCURSO TEÓRICO .....</b>	<b>37</b>
2.1 FUNDAMENTOS DE ESPAÇO, TERRITÓRIO E REGIÃO.....	40
2.2 A DISPUTA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO .....	57
2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSIDADE .....	76
2.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS .....	102
<b>3 FORMAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ .....</b>	<b>104</b>
3.1 O TERRITÓRIO PARANAENSE: OCUPAÇÃO, FORMAÇÃO ECONÔMICA E INDUSTRIALIZAÇÃO .....	107
3.2 INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO PARANAENSE E AS TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DOS ANOS 1990.....	123
3.3 AS REGIÕES PARANAENSES: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DESAFIOS ATUAIS .....	138
3.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS .....	156
<b>4 OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU .....</b>	<b>159</b>
4.1 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU ..	161
4.2 O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU .....	178
4.3 SUJEITOS SOCIAIS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TERRITÓRIO ..	195
4.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS .....	216
<b>5 O SIGNIFICADO DA UFFS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>	<b>218</b>
5.1 UFFS: CRIAÇÃO, CONQUISTA DO CAMPUS PARA LARANJEIRAS DO SUL E CARACTERÍSTICAS DA UNIVERSIDADE .....	221
5.2 A UFFS NA CANTUQUIRIGUAÇU.....	241
5.3 A UFFS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	264
5.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS .....	281
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>284</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>297</b>

<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada.....</b>	<b>320</b>
<b>APÊNDICE B – Questionário de pesquisa.....</b>	<b>321</b>
<b>APÊNDICE C – Transcrição das Entrevistas.....</b>	<b>323</b>
<b>APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>381</b>
<b>APÊNDICE E – Termo de Autorização .....</b>	<b>384</b>
<b>ANEXO A – Histórico da UFFS.....</b>	<b>387</b>
<b>ANEXO B – Síntese da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão .....</b>	<b>398</b>
<b>ANEXO C – Relação de programas e projetos de pesquisa da UFFS - Campus Laranjeiras do Sul .....</b>	<b>434</b>
<b>ANEXO D - Relação de programas e projetos de extensão e cultura da UFFS - Campus Laranjeiras do Sul.....</b>	<b>423</b>
<b>ANEXO E - Entidades que integram o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu - Composição CONDETEC 2016/2017.....</b>	<b>434</b>

## APRESENTAÇÃO

Ao sair do ensino médio, tinha sérias dúvidas sobre qual carreira seguir. Acertei na escolha, Economia, embora pelos motivos equivocados. Explico! Ao me dirigir diariamente aos bancos para alguns afazeres de um comércio de secos e molhados de meu pai, considerava a atividade exercida pelos “caixas” fascinante. Logo após o início de meu curso de graduação, estagiei e, mais tarde, trabalhei em instituições financeiras públicas e privadas. Entretanto, o curso de economia mexera comigo de uma forma inesperada. Eu queria avançar nos estudos sobre economia, mas principalmente analisar e compreender os diferentes ritmos de desenvolvimento e desigualdade. Por isso, fiz o mestrado em desenvolvimento econômico, antes do doutorado em desenvolvimento regional. E sinto enorme satisfação por essa opção, pois não consigo me ver como um economista atuando em instituições financeiras. Provavelmente porque a questão “social” desta ciência me influencia muito mais que os aspectos instrumentais componentes da parte “aplicada”.

Depois de lecionar por oito anos em instituições de ensino superior público e privado, e ter atuado durante pouco mais de três anos na Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, fui aprovado no concurso público para o quadro de docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul. Era o caminho escolhido! Ainda que não conhecesse muito sobre Laranjeiras do Sul e região, a oportunidade era única. Mesmo não tendo acompanhado o processo que resultou nessa universidade, o desenvolvimento de minhas atividades permitiu conhecer uma façanha ímpar no ensino superior federal brasileiro. A universidade fora construída a partir da iniciativa de sujeitos sociais costumeiramente ignorados por ações dos governos em geral.

A partir de 2010, ao participar de vários conselhos da instituição, além de outras comissões e coordenação de curso de graduação, foi possível estabelecer diversas relações, internas e externas, que me auxiliariam a compreender com mais intensidade a dimensão deste projeto. Este processo histórico, único e dinâmico havia atingido seu objetivo: conquistar uma universidade federal para a grande mesorregião Fronteira Sul e seu entorno. Pois bem, com o desenvolvimento das primeiras ações e projetos, comecei a refletir até que ponto a Universidade poderia contribuir com uma de suas missões institucionais: o desenvolvimento regional. Afinal, era evidente a expressiva demanda da sociedade, principalmente quanto a esse aspecto em especial. Foi esta reflexão que me impulsionou a estudar como a UFFS – Campus Laranjeiras do Sul poderia contribuir com o desenvolvimento regional. Ainda mais diante da diversidade e especificidades do Território Cantuquiriguaçu, região onde esse Campus está instalado. Nesta

breve apresentação espero ter contribuído para que os leitores compreendam a relação entre a pesquisa realizada e o autor do trabalho.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente algumas regiões são mais desenvolvidas em comparação a outras, tanto em nível macrorregional quanto microrregional e, no Brasil, não é diferente. Em decorrência destes diferentes níveis de “progresso”, o Estado muitas vezes elabora políticas que visam um desenvolvimento equânime entre as regiões. No caso brasileiro, praticamente todos os planos de governo desde 1945 apresentaram entre seus objetivos proposições para a redução de desigualdades socioeconômicas regionais. Apesar das tentativas, os efeitos foram reduzidos e a diminuição das desigualdades regionais não ocorreu conforme os anseios dos Governos Federal, estaduais, municipais e da sociedade brasileira como um todo. Desta forma, as políticas adotadas para reduzir as desigualdades regionais no Brasil, ou ainda, promover o desenvolvimento de determinadas regiões, têm apresentado resultados insatisfatórios.

Ademais, é possível considerar que as políticas de desenvolvimento regional tenham sido relegadas a um segundo plano para o Estado e para os governos brasileiros. Prova disso é que somente em 2003 foi elaborada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, implementada em 2007, sendo substituída pela Nova PNDR em 2013 (ainda sendo discutida no âmbito do Governo Federal). Paralelo à criação da I PNDR, em 2003 deu-se início a um trabalho, através dos Territórios Rurais, que culminaria com o surgimento do Programa Territórios da Cidadania – PTC<sup>1</sup>, em 2008. O PTC buscava padronizar algumas ações realizadas pelo Governo Federal e constituir elementos que promovessem o desenvolvimento regional. Estas políticas públicas permitiram a criação do Território Cantuquiriguaçu, região paranaense que apresenta baixo grau de desenvolvimento, não acompanhando os indicadores estaduais.

O Território Cantuquiriguaçu é composto por vinte municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvás, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. A figura 1, a seguir, indica a localização da região diante do território brasileiro e paranaense.

---

<sup>1</sup> Programa Territórios da Cidadania: fruto de uma política pública do Governo Federal, o programa foi criado com os objetivos de “[...] promoção do desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania” ([territoriosdacidadania.gov.br](http://territoriosdacidadania.gov.br)).

**Figura 1** – Mapa de localização do Território Cantuquiriguaçu

Fonte: Elaboração própria (2017).

De acordo com as estimativas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, o conjunto da população destes municípios atinge a marca de 240.462 habitantes para o ano de 2017<sup>2</sup>. A maioria dos indicadores socioeconômicos reforçam a ideia do baixo desenvolvimento da região, com resultados bem inferiores à média paranaense. Além disso, a região em si é, notadamente, desigual, conforme apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, por exemplo. Diante deste cenário e buscando alternativas para a região, alguns movimentos sociais passaram a integrar, a partir de 2005, o Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF. E isto resultou na conquista de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, o qual entrou em funcionamento em 2010, no município de Laranjeiras do Sul.

<sup>2</sup> De acordo com estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (IPARDES, 2017 b), o qual pode ser verificado no sítio <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>.

Considerando a discussão sobre o desenvolvimento e as diversas teorias que buscam explicar as desigualdades regionais, são fundamentais estudos que analisem o desenvolvimento das regiões. A pesquisa sobre como determinadas ações podem influenciar o desenvolvimento nos territórios serve não só para avaliar os efeitos frente a região, como também podem contribuir na adoção de políticas públicas, além de outras ações da sociedade em geral. Em especial, a interferência das instituições de ensino superior sobre o desenvolvimento das regiões é cada vez mais investigada. Existem pesquisas que tratam da formação do capital humano na região, outras relacionadas às ações desenvolvidas por essas instituições, como estudos de impactos econômicos, entre outros. A importância de analisar o desenvolvimento regional e suas relações econômicas, sociais e políticas, é essencial para compreender os motivos pelos quais certas regiões se desenvolvem e outras não, isto é, analisar porque uma região é mais ou menos desenvolvida que outra.

Entretanto, esta pesquisa não representa uma mera avaliação da capacidade de as universidades promoverem o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Isto porque o objetivo é investigar a relação da universidade com a sociedade regional, no caso específico, como essa proximidade pode favorecer o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Nesta perspectiva, é oportuno analisar o perfil dessa região notadamente marcada pela falta de grandes investimentos econômicos, pouco dinamismo de sua economia, crescimento populacional negativo e baixo grau de desenvolvimento. Esses são apenas alguns aspectos que indicam o atraso e as dificuldades pelas quais esse território atravessa. No entanto, o olhar aqui não esteve voltado a busca da melhoria de alguns indicadores socioeconômicos, mas sim de considerar como a UFFS pode contribuir com o desenvolvimento do Território, o qual, além do atraso observado, possui idiossincrasias bem acentuadas.

Contudo, uma ressalva merece ser feita. Embora as universidades contribuam com o desenvolvimento das regiões, esse processo não parece ser algo pacífico e de simples explicação. Independente do perfil da universidade e do território em que se localiza, é provável a existência de contradições entre os objetivos institucionais e os resultados obtidos quanto ao desenvolvimento regional, além de outros possíveis problemas. Afinal, por exemplo, as universidades federais, mesmo pertencendo a uma estrutura similar entre elas, possuem históricos, gestões e perfis diferentes. Ao se incluir a questão territorial, a diversidade entre objetivos institucionais e resultados alcançados tendem a ser ainda mais diversos. Neste sentido, coube observar no presente estudo as contradições envolvidas entre o processo que resultou na criação da UFFS, seu funcionamento e os primeiros resultados obtidos.



Diante do caráter multidimensional que cerca o desenvolvimento regional, as concepções e teorias aqui examinadas são oriundas de uma perspectiva multidisciplinar, sendo que a investigação contou com contribuições das áreas da Economia, Geografia, Sociologia, além da Ciência Política e História, dentre outras. A pesquisa elencou, dentre as áreas mencionadas, elementos ligados a temática do desenvolvimento regional como alicerce para o trabalho proposto. Não obstante, além do aporte teórico, foi essencial para a consecução dos objetivos compreender como determinados segmentos da população atuam, ou são impactados, diante das ações que visam o desenvolvimento das regiões. Assim, o processo de criação da UFFS, através da participação de determinados sujeitos sociais, direcionou a pesquisa para segmentos da sociedade que, geralmente, constituem grupos atingidos por estratégias de desenvolvimento alheias às suas vontades.

Considerando este sucinto panorama, o tema deste trabalho é a relevância da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, diante do baixo desenvolvimento existente no Território Cantuquiriguaçu. Embora a UFFS seja uma instituição *multicampi*, espalhada pelos três Estados do Sul do país e, ainda que os elementos constitutivos da instituição também sejam retratados em alguns momentos, a análise se concentrará no *Campus* do município de Laranjeiras do Sul. Esse município pode ser classificado como um pequeno polo regional do Território Cantuquiriguaçu, visto que diversos serviços e estruturas político-administrativas regionais estão ali instaladas. Sobre a caracterização de que a região é pouco desenvolvida, esta será fundamentada na discussão relacionada à situação atual do Território.

O período investigado com maior detalhamento se situa entre os anos de 2004 e 2016-17. Em 2004 surge o Território Cantuquiriguaçu, sendo que a partir de 2005 a região integra o Movimento Pró-Universidade Federal - MPUF. A partir de 2010, com o campus instalado, a UFFS passa a produzir os primeiros resultados decorrentes de suas atividades sobre e na região. Evidentemente, na análise cabe considerar o pouco tempo de existência da instituição, uma vez que precisou, nestes primeiros anos, priorizar a sua construção interna (regimentos, estatutos e projetos pedagógicos) e externa (construção de infraestrutura, prédios e laboratórios, além da aquisição de equipamentos). Contudo, os números já aferidos permitem analisar o impacto da UFFS para o desenvolvimento regional, inclusive apontando alguns caminhos para que este processo se intensifique nos próximos anos.

Ao longo deste estudo se salienta a ideia de Benjamin (1987) referente à obra “Teses sobre o conceito de História”. Para Benjamin, a história é contada pelos vencedores e a ideia de progresso e evolução cabe aos vencedores e não aos vencidos. Em decorrência disso, haveria a necessidade de uma história à contrapelo, que desconsiderasse os “heróis colonizadores”

(BENJAMIN, 1987). No decorrer do trabalho buscam-se elementos que indiquem se a UFFS poderia contribuir na escrita dessa outra história.

É sabido que a adoção das ações e estratégias de desenvolvimento para o Território Cantuquiriguaçu, até este momento, não logrou êxito suficiente para que a região deixasse de ser considerada uma das mais subdesenvolvidas do Paraná. Conforme será visto ao longo deste estudo, apesar da melhoria em alguns indicadores, como o IDHM, a região continua enfrentando grandes dificuldades e não consegue acompanhar o desenvolvimento socioeconômico estadual. Neste território, há diversas peculiaridades que o diferencia das demais regiões paranaenses. Dentre estas, os sujeitos sociais que ali vivem possuem considerável relevância, como os movimentos sociais que não só integram o território, mas também o moldam na presente conjuntura histórica. Assim, deve-se questionar: considerando as especificidades regionais e as ações adotadas até agora, como a atuação da Universidade Federal da Fronteira Sul pode contribuir para a promoção do desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, no Estado do Paraná?

Para tanto, parte-se do pressuposto de que as medidas direcionadas ao desenvolvimento da região não contemplaram, a contento, as características e idiosincrasias presentes no território. Até porque as demandas de regiões menos desenvolvidas possuem aspectos específicos conforme as particularidades regionais. Isto posto, outras questões se fazem pertinentes:

1. Quais concepções de espaço, território, região e desenvolvimento permitem analisar a situação socioeconômica regional paranaense?
2. Por que as ações voltadas ao desenvolvimento, algumas capitaneadas pelo Estado, não favoreceram o desenvolvimento harmonioso entre as diferentes regiões paranaenses?
3. Na perspectiva do desenvolvimento regional, quais são as especificidades do Território no que tange aos sujeitos sociais que ali vivem?
4. Qual a importância e relevância da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) para mitigar as desigualdades existentes no território?

Para a consecução de seus objetivos, o estudo engloba as causas do desenvolvimento da economia paranaense, considerando a formação econômica do Estado e, principalmente, o subdesenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Ademais, faz-se necessária uma análise detalhada para compreender tanto o processo de criação da UFFS, como também a conquista de um campus para a região. Ainda, convém ressaltar as expectativas frente a atuação de uma

Universidade Federal para o desenvolvimento regional, região esta com graves desigualdades e características muito específicas.

O tema do desenvolvimento regional está cada vez mais presente na agenda de organismos governamentais, universidades, centros de pesquisa, entidades da sociedade civil organizada, dentre outros. Apesar das diferentes abordagens acerca deste tema, as questões socioeconômicas acabam obtendo maior destaque. Observa-se, permanentemente, a análise de alguns dados socioeconômicos para determinar se uma região é mais ou menos desenvolvida. Neste sentido, os principais indicadores utilizados são: IDHM, Produto Interno Bruto – PIB *per capita*, nível de renda, índice de Gini, perfil das atividades econômicas presentes na região, entre outros. Obviamente, diversos outros aspectos podem ser caracterizados, pois existem outros indicadores que podem ser associados ao desenvolvimento regional. Contudo, os indicadores aqui mencionados são os mais empregados e fazem parte desta pesquisa.

Convém destacar que o termo desenvolvimento é utilizado aqui conforme a literatura das ciências sociais o tem definido. No caso específico da economia, esta relaciona o desenvolvimento com o aumento do PIB, por exemplo, ou seja, considera o avanço das forças produtivas. Todavia, mais a frente, desenvolvimento estará relacionado a aspectos que dizem respeito ao qualitativo, incluindo a dimensão cultural, espiritual, entre outros. Assim, a preocupação com o desenvolvimento é com a qualidade de vida, que muitas vezes é prejudicada pelo próprio crescimento econômico. Portanto, o desenvolvimento que se espera para o Território Cantuquiriguaçu vai para além do crescimento do PIB ou da melhoria de seus indicadores. Diz respeito a qualidade de vidas das pessoas que habitam e vivem neste território.

Uma das alternativas para viabilizar a redução das desigualdades em regiões menos desenvolvidas consiste na intervenção do Estado que, nessa direção, atua através da elaboração e implementação de políticas públicas. Ademais, ações promovidas pela sociedade civil com propósitos semelhantes são frequentemente implementadas. Quando se inclui, ainda, a potencialidade de atuação de uma universidade federal, a região que conta com este conjunto de entidades possui condições diferenciadas em relação a outras, principalmente considerando a questão da oferta de educação superior pública e gratuita além, certamente, das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição. Portanto, as relações que envolvem Estado – Sociedade – Universidade podem ser preponderantes para o desenvolvimento regional. Neste sentido, cabe analisar se a instalação de um Campus da UFFS pode acarretar num desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu que permita a redução das desigualdades inter e intraregionais.

Investigar as relações existentes entre Estado e Sociedade e como são elaboradas estratégias voltadas ao desenvolvimento regional é essencial para identificar quais os caminhos possíveis para que as regiões se desenvolvam. Contudo, esta pesquisa não pretende avaliar estas relações de forma teórica, mas examinar como o fruto de uma ação Sociedade – Estado, com ênfase em alguns sujeitos sociais, pode promover o desenvolvimento do território. Afinal, esta ação culminou com a: 1. Criação da UFFS, instituição *multicampi* distribuída pelos três Estados do Sul do Brasil, e 2. Conquista de um campus da UFFS para o Território Cantuquiriguaçu. Desta forma, se pretende analisar como a atuação deste campus pode propiciar o desenvolvimento da região em que está inserida. Cabe destacar, ainda, que este estudo pretende contextualizar o surgimento da UFFS e, para isso, considera em especial os movimentos sociais, os quais foram sujeitos vitais no processo que resultou na criação da universidade.

A atual bibliografia sobre o Cantuquiriguaçu ainda é bastante limitada, embora tenha contribuído para a compreensão da situação atual do Território. Em levantamento realizado em duas bases de dados<sup>3</sup> é possível identificar as pesquisas, no âmbito da pós-graduação *strictu sensu*, que abordam o Território Cantuquiriguaçu. A primeira verificação foi realizada junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações ([www.bdt.d.ibict.br](http://www.bdt.d.ibict.br)). Ao se utilizar o termo “Cantuquiriguaçu” foram encontradas sete dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Ao se realizar esta sondagem no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, o total de trabalhos encontrados com o termo “Cantuquiriguaçu” chega a 25, sendo que estão aí incluídas as dez pesquisas do IBICT. Portanto, são mais quinze trabalhos, todos no âmbito das dissertações de mestrado. Observa-se que destas quinze dissertações, oito foram defendidas no Programa de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, da UFFS, campus Laranjeiras do Sul.

Deve-se ressaltar que a busca pelo termo Cantuquiriguaçu pode ter limitado outros estudos que discutam parte da região. Isto é provável tendo em vista que os municípios que compõem o Território pertencem a duas diferentes mesorregiões: Centro Sul e Oeste paranaense. Não obstante, é possível que outros trabalhos tenham como escopo algum(ns) município(s) específico(s) do Território. Entretanto, diante da imensidão de possibilidades, e tendo em vista que o objetivo é analisar especificamente o Território, a delimitação pelo termo Cantuquiriguaçu é acertada.

---

<sup>3</sup> Este levantamento foi realizado ao longo desta investigação, sendo a data de sua última atualização em 13 de julho de 2017.

Com relação à terminologia Cantuquiriguaçu, como a região é reconhecida, foram identificadas 22 dissertações de mestrado e três teses de doutorado. A maior parte das dissertações se concentra em temas relacionados à reforma agrária, como estudos de caso acerca de assentamentos rurais, às políticas públicas que incidem sobre a Cantuquiriguaçu, as entidades envolvidas com a gestão do Território, Agroecologia e Produção Agroecológica, Fruticultura, Piscicultura, Laranjeiras do Sul como centro regional e uma análise das políticas públicas no Território. Indubitavelmente, são contribuições bastante significativas que ajudam a compreender a realidade socioeconômica da região. Neste contexto, muitas delas foram utilizadas como fonte de pesquisa para a presente investigação.

No que diz respeito exclusivamente às teses de doutorado, os temas tratados foram: 1. Matos (2013, p. 8) abordou “[...] como a construção da representação paritária enquanto elemento mediador da atividade significada pode contribuir para a aprendizagem expansiva na organização.”; 2. Leineker (2016) tratou da educação infantil, conforme o ponto de vista das famílias, no município de Pinhão; e 3. Coca (2016) discutiu a soberania alimentar, através da relação Estado e Sociedade Civil, tendo utilizado em seu estudo de caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território Cantuquiriguaçu. Todavia, estes estudos anteriores não abordam a relevância das universidades para o desenvolvimento regional.

Diante deste quadro, além da ausência de pesquisa referente ao papel de uma universidade no desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, há uma outra motivação teórica: esta universidade, a UFFS, em conformidade com seu processo de construção, não foi criada pela elite e não foi feita para a elite<sup>4</sup>! E esta condição é diferenciada: uma universidade federal, numa região empobrecida e constituída através da participação maciça dos movimentos sociais. E, embora a ação do Estado se faça presente com a criação da universidade, este não foi um projeto do Estado para a região<sup>5</sup>. Foram os movimentos sociais da região, além de outros sujeitos e um apoio político suprapartidário que resultou na criação da UFFS. Diante desta particularização, discute-se ensino superior (e ciência), território e desenvolvimento. Desenvolvimento este que requer um olhar para além da melhoria de indicadores socioeconômicos.

---

<sup>4</sup> Considerando a existência de controvérsias e o caráter polêmico sobre o assunto e visando melhor compreensão sobre o tema, o termo elite quando escrito no singular se refere a classe dominante a qual, na concepção marxista, representa simultaneamente o poder político e econômico (Martuscelli, 2009). Quando o termo estiver no plural (elites), significa que pequenos grupos exercem o poder econômico e/ou político, conforme entendimento de Mills (1981).

<sup>5</sup> Região aqui se refere à Grande Mesorregião da Fronteira Sul e seu entorno, a qual representa o território em que a UFFS está instalada.

Esta investigação pretende analisar as particularidades do Território Cantuquiriguaçu, seu baixo desenvolvimento e a importância da UFFS neste contexto. Primeiramente, é possível constatar que, apesar do desenvolvimento desigual entre as regiões, as especificidades regionais podem e devem ser consideradas para superar o baixo desenvolvimento dos territórios. A pesquisa aplicada ao Território Cantuquiriguaçu se justifica, dessa maneira, em virtude da instalação de um Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul, região considerada subdesenvolvida e que apresenta diversas idiossincrasias se comparada às demais regiões paranaenses. A instalação desse Campus na região, dada as condições pelas quais isso ocorreu, aponta para algo inédito quanto ao ensino público superior brasileiro.

Considerando a atuação profissional do autor deste estudo (docente da UFFS no Campus Laranjeiras do Sul), esta se mostrou positiva para a pesquisa, no sentido de acesso a dados, informações e pessoas que participaram do processo de criação da universidade, bem como para os resultados obtidos no decorrer desses primeiros anos. Diante disso, ciente do risco de interferência que uma relação tão próxima poderia gerar, toda pesquisa e análise procuraram utilizar diversas fontes que incluíram dados estatísticos, indicadores econômicos e sociais e também dados qualitativos, obtidos por meio das entrevistas. Os resultados aqui apresentados são, portanto, analisados de acordo com isenção e critérios científicos.

Outro elemento que denota a valia deste trabalho se refere à situação socioeconômica vivida pelos municípios do Território e os desafios atuais para que a região tenha condições de superar esta situação. Os indicadores socioeconômicos ratificam a ideia do baixo desenvolvimento dos municípios em questão, com resultados muito inferiores à média paranaense. Desta forma, o que representa uma universidade federal que, além do ensino, possui condições diferenciadas quanto à pesquisa e extensão, sobre e para o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu, carece de investigação. Não obstante, a capacidade de articulação de uma instituição deste porte, numa região que apresenta pouca força política e econômica, permite considerar que suas ações e projetos poderão reduzir as desigualdades existentes.

A partir do contexto descrito até o momento, apresenta-se como objetivo geral desta pesquisa analisar a relevância da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, em prol do desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. Além deste, foram propostos como objetivos específicos para nortear esta investigação: 1. avaliar como os elementos relacionados às teorias sobre desenvolvimento regional intervêm no TC considerando as especificidades da região em questão; 2. examinar a dinâmica regional paranaense, as desigualdades entre as regiões e as diferentes interpretações acerca de seu desenvolvimento; 3. compreender a formação socioeconômica do TC no contexto de suas

peculiaridades e analisar o desenvolvimento atual da região, considerando a presença de alguns movimentos sociais que participaram do processo que resultou no campus da UFFS em Laranjeiras do Sul; e 4. analisar os principais desafios e possibilidades da UFFS frente ao desenvolvimento do TC, considerando as possíveis contradições existentes entre os objetivos da universidade e seus resultados.

Inicialmente, será feita uma análise do debate a respeito do desenvolvimento, além de discutir o desenvolvimento paranaense. A relevância da Universidade diante das desigualdades regionais e a situação específica do Território Cantuquiriguaçu configuram o estudo de caso. O objetivo é verificar a contribuição da Universidade para o desenvolvimento das regiões. Neste sentido, as hipóteses iniciais são:

1. O desenvolvimento desigual é característico do modo de produção capitalista, não sendo diferente no Paraná e, conseqüentemente, no Território Cantuquiriguaçu.
2. O Território Cantuquiriguaçu apresenta peculiaridades que reforçam a ideia de que as propagadas estratégias de desenvolvimento não têm proporcionado melhores condições de vida ao povo que habita o território.
3. A maneira como se deu a conquista de um campus universitário permite vislumbrar um cenário promissor para o território, desde que as premissas que ocasionaram a vinda da UFFS permaneçam sendo respeitadas e continuem caracterizando a presença da Universidade na região.

Para que esta investigação possa ser realizada e cumpra com os objetivos propostos, a metodologia adotada tem por base uma abordagem dialética. Ao descrever as “leis fundamentais do método dialético”, Marconi e Lakatos (2010) consideram que a dialética interpreta o mundo como um conjunto de processos. As autoras reiteram esta ideia ao afirmar que “[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 83). Esta opção se alinha ao tema principal deste trabalho: o desenvolvimento regional. Conforme será visto mais adiante, o desenvolvimento não é algo dado, pré-estabelecido, mas sim fruto de inúmeros processos, multifacetado, que ocorre ao longo do tempo. E isto se aplica claramente ao Território Cantuquiriguaçu.

Desde a sua ocupação, sua formação socioeconômica até a configuração atual da realidade ali presenciada, a região em questão foi atingida por diferentes momentos históricos. A cada novo fato histórico, e com suas conseqüências econômicas, sociais, políticas e culturais, foi se moldando um território empobrecido, marginalizado, que vê seus recursos naturais sendo

extraídos sem uma compensação à comunidade regional. Exceto, logicamente, pelo amplo benefício de uns poucos em detrimento de outros muitos, característico do modo de produção capitalista. Portanto, a dialética aqui é usada não só para compreender como se deu a formação socioeconômica do Território Cantuquiriguaçu e das pessoas que ali vivem, mas também, considerando as escolhas anteriores, o que proporcionou a desigualdade ora existente.

Em relação aos procedimentos, este estudo se utiliza do método histórico, além de elementos que são próprios dos procedimentos comparativo e estatístico (MARCONI; LACATOS, 2010). O método histórico é utilizado para aprofundar como se deu a formação socioeconômica do Território Cantuquiriguaçu, contribuindo para a compreensão da realidade atual. O método comparativo foi empregado para comparar esta região com as demais regiões paranaenses, além de servir para análise das desigualdades intrarregionais. O método estatístico serviu para apontar, explicitamente, as desigualdades socioeconômicas existentes na região, além da própria caracterização da Cantuquiriguaçu.

A tese, como um todo, é fruto de técnicas de documentação direta e indireta (MARCONI; LACATOS, 2010). A documentação direta se dá em virtude da pesquisa documental e bibliográfica. Já a indireta utiliza as técnicas de entrevista semiestruturada e questionário. Para pesquisarmos a relação entre Estado – Sociedade – Universidade, num espaço geográfico particular, fez-se necessário recuperar o debate referente ao (sub)desenvolvimento, em especial, relacionando esse com as desigualdades socioeconômicas regionais existentes. Neste sentido, trata-se de uma análise de abordagem qualitativa, teórico-empírica, exploratória e estudo de caso.

A abordagem qualitativa se justifica porque se procura responder questões específicas sobre a UFFS e o Território Cantuquiriguaçu (SILVEIRA et al, 2004), visando compreender como a universidade pode contribuir para o desenvolvimento deste território. É teórico-empírica porque parte da discussão teórica sobre espaço, desenvolvimento, Estado e Universidade e avança quando examina um território específico: Cantuquiriguaçu; com uma universidade específica UFFS – Campus Laranjeiras do Sul (MARCONI; LACATOS, 2010). É considerada exploratória pela escassez de produção científica sobre o TC e seu desenvolvimento regional, sendo que é possível avançar na produção de novos conhecimentos a respeito desse tema, principalmente pelo objeto de estudo ser o papel que pode ser desempenhando pela UFFS frente ao desenvolvimento regional. Diante desta caracterização, esta pesquisa é baseada, portanto, num estudo de caso, pois se concentra em um estudo particular, ainda que existam casos similares referentes às universidades e o desenvolvimento regional (SEVERINO, 2007).



O estudo em questão está dividido em três etapas: revisão bibliográfica teórica, pesquisa documental e pesquisa aplicada ao TC, objeto deste trabalho (MARCONI; LACATOS, 2010). A seguir, uma breve descrição de cada etapa.

1ª etapa: a revisão bibliográfica está subdividida em três eixos principais: espaço, território e região; teorias sobre o (sub)desenvolvimento regional e a relação Estado e Sociedade, com ênfase no papel das Universidades. Objetiva-se identificar as principais contribuições a respeito do desenvolvimento das regiões e como o Estado e a Sociedade podem interagir buscando fomentar ações de desenvolvimento. Tal etapa é essencial para consolidar as teorias que serão a base da pesquisa. Os dados e informações foram coletados a partir de livros, artigos científicos, registros estatísticos, entre outros, resultando em diversos fichamentos de obras que dialogam com o estudo.

2ª Etapa: esta pesquisa documental tem como finalidade investigar o histórico do desenvolvimento paranaense e as estratégias adotadas para a redução das desigualdades regionais. Compõem essa etapa a análise de diversos livros, artigos científicos, teses e dissertações, leis, decretos, atas e outros documentos que permitem o conhecimento das ações e interpretação sobre o desenvolvimento regional paranaense. Esta etapa também diz respeito ao processo que deu origem a UFFS. Dessa maneira, diversos relatórios e documentos fundantes da universidade são examinados, tais como: relatório do grupo de trabalho designado pelo MPUF, estatuto da universidade, lei de criação da Universidade, relatórios de gestão. Ademais são incluídos alguns documentos referentes ao CONDETEC, entre outros.

3º Etapa: esta pesquisa aplicada consiste na análise do TC e a criação da UFFS, com destaque para a instalação do Campus em Laranjeiras do Sul. O objetivo é identificar as peculiaridades regionais, o baixo desenvolvimento da região e o significado da UFFS estar presente neste território. A respeito da percepção da comunidade regional sobre o desenvolvimento do território, foram realizadas entrevistas com pessoas que são líderes nos segmentos em que atuam/vivem. Não obstante, os entrevistados selecionados acompanharam o processo de construção e conquista da UFFS. Esta condição não se refere ao conhecimento técnico quanto ao projeto da UFFS em si, mas sim, obter dos entrevistados a percepção sobre o histórico, a importância e os principais sujeitos sociais envolvidos.

Dessa maneira, foram selecionados nove entrevistados para responder as questões colocadas. Estes entrevistados exercem as funções de: professores da rede pública de ensino; membros do MPUF, professores universitários; membros do MST, MAB e outros movimentos sociais; ex-secretário e dirigentes do CONDETEC; representante indígena; profissional liberal. Visando não identificar nenhum dos sujeitos, os mesmos foram designados com os números de

1 a 9. As questões formuladas trouxeram tal riqueza de respostas que suscitariam várias outras pesquisas, as quais, por sua vez, poderiam conduzir a outra tese. Dessa maneira, o esforço aqui foi em manter a essência na relação UFFS, Campus Laranjeiras do Sul – desenvolvimento regional.

Os dois instrumentos desta etapa são: 1. Entrevista semiestruturada (conforme roteiro disposto no Apêndice A): com questões que permitem otimizar o conhecimento dos entrevistados, além da liberdade para que as respostas sejam mais amplas e completas possíveis, permitindo extrair a ideia e a compreensão dos diferentes agentes; e 2. Questionário (Apêndice B): aplicado junto aos representantes das entidades e movimentos que possuem assento no CONDETEC. As entrevistas transcritas são apresentadas na íntegra no apêndice C. O questionário é composto de questões objetivas, as quais buscam identificar a percepção dos conselheiros do CONDETEC frente a atuação da UFFS diante do baixo desenvolvimento do território.

As informações referentes ao retrato atual dos cursos oferecidos na região foram obtidas diretamente através do sítio do Ministério da Educação – MEC. A busca pode ser feita ao se pesquisar a oferta de cursos de graduação por Estado e Município. Cabe ressaltar que estes dados estão atualizados na data de pesquisa (14/04/2017).

Após a coleta de dados e levantamento de elementos que dialogam com o objeto da pesquisa, apresentam-se as análises destes resultados diante do estudo proposto. Dessa maneira, as análises compreendem tanto a ocupação e formação socioeconômica da região, como também as desigualdades frente as demais regiões paranaenses e o baixo desenvolvimento do Território. Isto posto, podem ser destacadas as análises referentes às seguintes questões:

- a ocupação, delimitação do Território e sua formação histórico-econômica;
- a situação atual do Território, considerando em especial os aspectos socioeconômicos;
- a importância dos movimentos sociais na região;
- o panorama do ensino superior e a repercussão inicial da instalação de um campus da UFFS no Território.

O processo de seleção dos entrevistados se baseou no perfil previamente estabelecido, sendo que as pessoas selecionadas deveriam: ocupar funções de liderança ou posição de destaque no segmento em que atuam. ter participado de forma significativa no processo que resultou na conquista de um Campus da Universidade para o Território Cantuquiriguaçu; estar relacionado com a questão do desenvolvimento regional; e ter possibilidade de responder às

questões formuladas para a construção da tese. Neste sentido, a amostra se caracteriza como sendo não-probabilística.

Já o questionário foi aplicado junto aos membros do CONDETEC. A composição deste Conselho, conforme pode ser visto no Anexo E, reúne representantes de entidades governamentais e da sociedade civil organizada como um todo. O objetivo foi obter informações junto a estes representantes sobre a importância e o papel da UFFS na promoção do desenvolvimento da região e os primeiros resultados observados.

Convém ressaltar que o procedimento anterior à coleta de dados (entrevistas e questionário) foi explicar para o público alvo (sujeitos da pesquisa) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D), solicitando autorização por escrito do uso das informações fornecidas pelos mesmos. O mesmo ocorreu com o Termo de Autorização (Apêndice E), para a permissão do uso de parte da entrevista em artigos, teses, apresentações, livros e outros documentos científicos.

A tese está constituída de quatro capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. O capítulo segundo fundamenta teoricamente esta pesquisa. Inicia-se com a discussão dos conceitos de espaço, território e região. A seguir, a discussão aborda as teorias do desenvolvimento com destaque para o desenvolvimento regional e desenvolvimento desigual. Na sequência, o referencial conceitual abrange apontamentos sobre Estado e políticas públicas, movimentos sociais e universidades. Estes pontos são essenciais para dar o embasamento teórico das discussões e análises realizadas nos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo versa sobre o Estado do Paraná desde sua ocupação e formação econômica até sua industrialização. Não obstante, se discute as principais ideias acerca do desenvolvimento paranaense. Esta abordagem permite ter uma visão do Paraná de forma integrada. Ainda neste capítulo há uma análise das mesorregiões paranaenses. Essa possibilita identificar diversas desigualdades regionais existentes nesse território. Por fim, tem-se uma breve caracterização das microrregiões que incluem, entre seus membros, os municípios da Cantuquiriguaçu.

O capítulo seguinte vai tratar especificamente do Território Cantuquiriguaçu. Inicia com a ocupação e formação socioeconômica da região, incluindo ainda um breve panorama sobre os municípios que integram o Território. Na sequência, apresentam-se indicadores socioeconômicos, demográficos e educacionais (no que tange o ensino superior) que ressaltam não só o baixo desenvolvimento da região, como assinalam expressivas desigualdades inter e intrarregionais. Também neste capítulo, discute-se a presença de alguns sujeitos sociais cuja

existência e atuação reforçam o conjunto de peculiaridades da região, incluindo o CONDETEC. Ainda nesta parte, identificam-se alguns desafios e perspectivas para o Território.

O quinto capítulo trata da UFFS e o desenvolvimento regional. Para tanto, inicialmente o debate apresenta o processo de criação da universidade, a conquista de um campus para Laranjeiras do Sul e alguns compromissos da instituição. A seguir, têm-se os números alcançados pela UFFS na Cantuquiriguaçu, incluindo os cursos, projetos de pesquisa e extensão e investimentos realizados pela universidade no Território. Ainda neste capítulo apresentam-se e são analisados os resultados do questionário aplicado aos membros do CONDETEC. Finalmente, a discussão se concentra na importância da UFFS para a região, principalmente no que se refere a atuação da universidade para a promoção do desenvolvimento deste território.

As considerações finais trazem as principais contribuições deste trabalho acerca do papel da UFFS e sua relação com o desenvolvimento regional, especialmente no que se refere a universidade e o Território Cantuquiriguaçu. Ademais, busca sugerir, de forma singela, alguns temas de estudos futuros, os quais podem contribuir para o entendimento de formas a fortalecer a relação entre as universidades e os territórios, de maneira a promover um desenvolvimento menos desigual entre as regiões.

## 2 AS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PERCURSO TEÓRICO

[...] De repente, um peão barbudo  
 – atando a segunda espora  
 – abriu a boca sisuda,  
 pondo os olhos campo afora.  
 E falou pros companheiros  
 De mesmo rumo e ofício  
 Numa tal da “mais valia”  
 Falando em tom de comício  
 Contando um pouco de história  
 – revoluções, coisa e tal  
 –Foi falando de “trabalho”,  
 “propriedade” e “capital”.  
 Terêncio ficou sabendo,  
 Com os “óio arregalado”  
 O que nunca, então, pensara:  
 “todo o peão é explorado...”

(Juarez Machado de Farias)

Discutir o desenvolvimento, seja ele econômico, social, político, cultural ou ambiental, requer a definição do objeto de análise. Desenvolvimento de quem? De qual lugar? De qual organismo? Assim, delimitar este objeto de estudo é crucial para o debate acerca do desenvolvimento. Como este trabalho busca discutir o desenvolvimento de um território específico, é imprescindível que o estudo se inicie retomando as concepções de espaço, território e região. Cada concepção, *per se*, carrega diferentes interpretações quando analisadas isoladamente. Entretanto, essas ganham ainda mais relevância à medida que, cada vez mais, as suas inter-relações são analisadas. Portanto, discutir espaço, território e região, e suas correlações, configura uma etapa essencial para que a pesquisa alcance resultados mais completos e abrangentes, os quais permitirão verificar se a hipótese principal se confirma.

Evidentemente, há diversas teorias que contribuem para uma análise mais minuciosa dos fenômenos socioeconômicos existentes no Território Cantuquiriguaçu. Distinguir e apontar como certas perspectivas auxiliam na compreensão das motivações pelas quais esse território

apresenta baixo desenvolvimento também é objeto desta investigação. Neste sentido, as abordagens que tratam tanto do desenvolvimento quanto do subdesenvolvimento, além do desenvolvimento desigual e das relações entre Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas e Universidade, são essenciais para as análises posteriores. Ademais, permitirão compreender, com maior exatidão, as características do desenvolvimento paranaense e do Território Cantuquiriguaçu, fornecendo instrumentos para uma análise mais integral das peculiaridades da região.

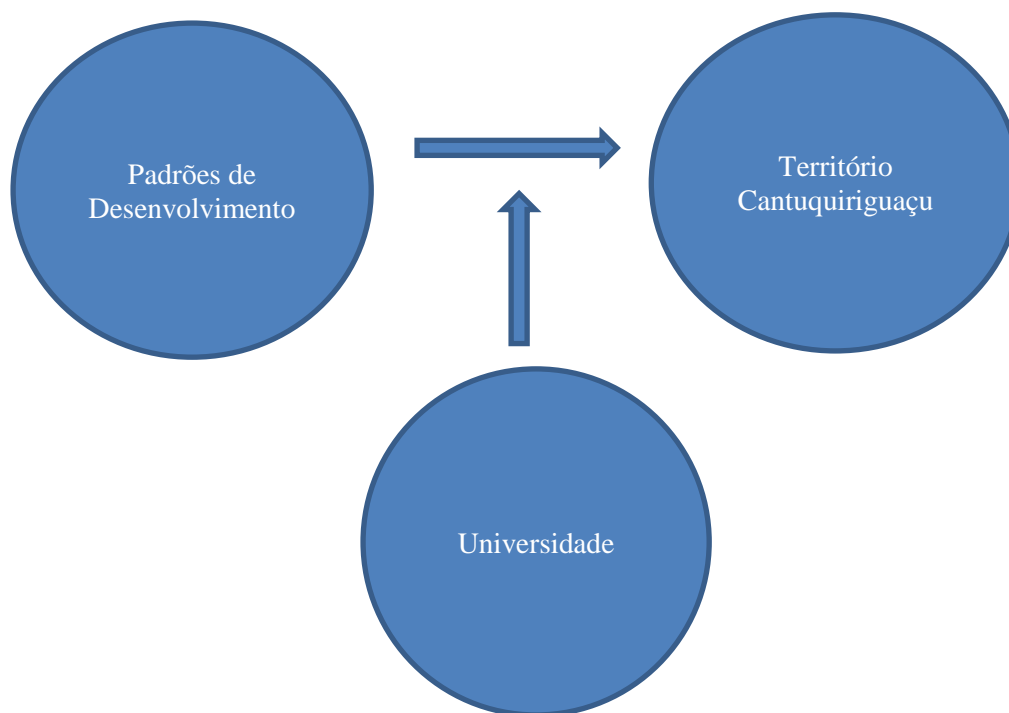
O Território Cantuquiriguaçu é, pois, o objeto de estudo em questão. Esse território pode pertencer a uma ou mais regiões, conforme os critérios de regionalização adotados. Além disso, ocupa um determinado espaço do território paranaense. É nesse espaço que vivem aproximadamente 232.519 pessoas (conforme censo de 2010), distribuídas pelos seus 13.947,73km<sup>2</sup> (IPARDES, 2017a). Esse espaço e esse território é caracterizado como uma das áreas menos desenvolvidas do Estado do Paraná. Ainda que haja similaridades entre esse território e outras regiões paranaenses, existem também certas especificidades. A observação desse contexto suscita algumas questões como: até que ponto as similaridades e especificidades contribuem ou obstaculizam o desenvolvimento desse território? As relações que se repetem em outras regiões e as que são exclusivas do território permitem esboçar algumas conclusões a respeito de seu baixo desenvolvimento? O que diferencia este espaço e território dos demais? Quais os elementos que caracterizam o espaço, o território e a região?

O espaço paranaense a ser estudado tem características e relações próprias. Esse espaço, do ponto de vista geográfico, é formado por vinte municípios que compõem o Território Cantuquiriguaçu. A partir dessa definição é possível apontar o que pertence e o que não pertence a este Território. Na constituição deste território existem relações que só dizem respeito a ele, ou seja, ao território em si. Isto não quer dizer que essas relações, sejam elas sociais, políticas, econômicas, culturais ou de qualquer outra natureza, ocorram somente nesse ambiente. Pelo contrário, muitas dessas relações se repetem mundo afora. Contudo, como existem peculiaridades, há necessariamente conexões e simetrias que somente ali podem ser observadas. Portanto, faz-se necessário o entendimento dos elementos ali presentes: espaço, território e região. Esta compreensão é de vital importância para que o Território Cantuquiriguaçu seja beneficiado com estratégias que conduzam à superação dos estrangulamentos existentes ao seu desenvolvimento econômico e social.

Ao se estudar o desenvolvimento das regiões, três elementos são cruciais: identificar o padrão de desenvolvimento nacional/regional existente (condições pelas quais se dá o atual desenvolvimento); a região ou território objeto de análise (de acordo com suas características

sociais, econômicas, políticas e culturais) e qual variável será a interveniente (variável que, diante das condições existentes e das características locais, pode interferir na relação entre os padrões de desenvolvimento e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu). A figura 2, a seguir, retrata estes pontos.

**Figura 2** – A UFFS como variável interveniente no Território Cantuquiriguaçu



Fonte: Elaboração própria (2017).

A figura 2 indica que o desenvolvimento atual do Território Cantuquiriguaçu é fruto dos padrões de desenvolvimento que incidem sobre a região. Diante disso, faz-se necessário analisar em que medida a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como variável interveniente, pode contribuir para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.

O atraso econômico desta região é apenas mais um caso quando se observa o desenvolvimento das regiões brasileiras, sendo que, como já apontara a obra de Furtado, o Brasil ao longo do tempo gerou grandes desigualdades. As desigualdades<sup>6</sup>, ainda que possam ser maiores no Brasil, não existem apenas aqui. Ao invés disso, a desigualdade, em maior ou menor escala, existe praticamente em todos os países e regiões. É possível considerar, portanto, que as desigualdades resultam do modo de produção que prevalece atualmente, ou seja, o capitalismo. Compreender como o capitalismo interfere sobre os espaços e provoca as desigualdades é outro aspecto considerado nesta pesquisa. Assim, mesmo que um território se

<sup>6</sup> Vários indicadores podem apontar estas desigualdades, em especial, citam-se o Índice de Gini, o IDHM e a renda *per capita*.

limite àqueles que pertencem ou não ao espaço específico, o avanço do capital promove efeitos que contribuem para o baixo desenvolvimento desse território.

Por fim, para compreender o fenômeno na sua complexidade, deve ser investigado como alguns setores podem intervir no ritmo do desenvolvimento, bem como na qualidade e intensidade das relações estabelecidas. Especificamente, a relação Movimentos Sociais – Estado e Políticas Públicas – Universidade é o objeto aqui a ser apurado. Essa relação não é exclusiva do Território Cantuquiriguaçu, porém, nesse território, ela é, ou aparenta ser, diferenciada e, talvez, única. Com isso, e por isso, a pesquisa examina como, diante das peculiaridades do território, a Universidade Federal da Fronteira Sul pode contribuir para seu desenvolvimento. Há de se ressaltar, novamente, que conceber a universidade como vetor de desenvolvimento não é uma particularidade do Território Cantuquiriguaçu. Porém, as características da UFFS acarretam uma responsabilidade maior dessa para com o desenvolvimento da região, tornando-a diferenciada em relação a outras instituições. Esses temas fundamentais são objeto de análise a seguir, sendo que o aprofundamento dos pontos permite sustentar teoricamente esta pesquisa.

Desta maneira, este capítulo trata dos fundamentos teóricos acerca do desenvolvimento regional no Território Cantuquiriguaçu, levando em consideração a existência de um Campus da UFFS neste território. O capítulo se inicia com o estudo dos elementos geográficos espaço, território e região, sendo que, sempre que possível, pretende-se associar o entendimento destes termos ao aspecto econômico. A seguir se discute os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, inclusive sua contextualização no caso brasileiro. Também fazem parte deste item a discussão sobre desenvolvimento desigual, desenvolvimento geográfico desigual e desenvolvimento regional. Por fim, se reflete sobre as perspectivas que permitem articular movimentos sociais, Estado e políticas públicas e universidade.

## 2.1 FUNDAMENTOS DE ESPAÇO, TERRITÓRIO E REGIÃO

Os conceitos de espaço, território e região, enquanto elementos indispensáveis para esta pesquisa, sempre que exequível serão apresentados recorrendo a visões diferenciadas. A intenção é explorar alguns autores para ir construindo uma interpretação que dê conta da diversidade de interpretações e das hipóteses do trabalho. Os três conceitos aqui tratados são mais identificados com o pensamento geográfico. Desta forma, priorizou-se alguns estudiosos dessa área, buscando identificar elementos que permitam uma análise socioeconômica do objeto a ser pesquisado. Desses, o espaço talvez seja, do ponto de vista aqui explorado, o termo mais



identificado com a geografia, mas isto não representa qualquer exclusividade científica a essa área ou homogeneidade quanto a sua interpretação.

À semelhança do espaço, definir de maneira sintetizada o que significa território seria, por um lado, uma tarefa hercúlea, visto seu alto grau de complexidade e, de outro, uma tentativa inócua de dimensionar com precisão o significado do termo. Ainda assim, descrever algumas interpretações acerca do termo território é vital para este estudo. Afinal, não se pode debater o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu sem levar em consideração o que se entende por território. Ademais, ao apresentar as ideias de território a seguir, procura-se identificar algumas demarcações teóricas que sustentam esta pesquisa. Evidentemente, ao identificarmos uns autores, outros são ignorados ou deixados em segundo plano. Esse processo é adequado dada a imensidade de discussões sobre o território, ainda mais em virtude de sua utilização do ponto de vista multidisciplinar. Apesar de relevar certas abordagens, ao relacionar as teorias e os conceitos que lhe sustentam, é possível distinguir importantes elementos para o estudo do Território Cantuquiriguaçu.

Tal qual o conceito de território, discutir o conceito de região requer um zelo e uma visão ampla de que este termo é utilizado das mais diversas formas. Delimitar apenas um conceito implicaria em negligenciar a visão multidisciplinar na qual o termo região se insere. Entretanto, é necessário a busca por uma definição que incorpore elementos geográficos e econômicos, haja vista a finalidade desta pesquisa. Deste modo, inicialmente será debatido o conceito de região do ponto de vista da geografia estendendo-o, sempre que factível, à economia. Posteriormente, será contextualizado o conceito de região relacionando-o com o desenvolvimento regional. Evidentemente, tal recorte não reduz a importância do termo região às outras disciplinas, mas a utilização dos conceitos no campo da geografia e da economia atendem as necessidades deste estudo.

Tendo em vista a imprecisão e amplitude que a ideia de espaço, de forma descontextualizada, pode representar é essencial identificar se este espaço pertence ao campo geográfico, físico-matemático, espaço sideral ou espaço público. O espaço é estudado por uma quantidade significativa de disciplinas: Arquitetura, Urbanismo, Matemática, Astronomia, Física, Administração Pública, Ciência Política, Economia e, logicamente, a Geografia. Aliás, como afirmara Santos (1988, p. 21) o espaço é “[...] o mais interdisciplinar dos objetos concretos”. Caberá aqui a discussão do espaço geográfico. Convém ressaltar que isto não implica que a presente abordagem ignore as demais, pelo contrário, considerar-se-á, sempre que possível e necessário, as relações do espaço geográfico com as demais áreas. Porém, como

já apontado anteriormente, discutem-se os conceitos referentes ao espaço geográfico e, em especial, suas relações com a economia.

Para Corrêa (2000), o conceito de espaço geográfico se altera de acordo com as correntes existentes no estudo da geografia. Autores da geografia tradicional como Ratzel e Hartshorne, não consideram o espaço geográfico um conceito chave para a geografia. De acordo com Hartshorne (1939, apud CORRÊA, 2000) o espaço seria apenas um “depósito” de coisas. Este “depósito” seria uma parte do espaço absoluto que se configuraria em um local único, particular, do qual não se poderia fazer generalizações. Para Moraes (1990), o controle do espaço é uma questão chave. Em seu entendimento:

O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade. (MORAES, 1990, p. 23).

O determinismo de Ratzel (1990, apud MATTEDI, 2014, p. 78) implicava que “[...] o grupo social que vive e produz sobre um território é também produto do território”. Tal assertiva vai de encontro com o pensamento do possibilismo segundo o qual “[...] as relações entre sociedade e natureza caracterizam-se pela interferência do homem no espaço geográfico [...]” (MATTEDI, 2014, p. 78). La Blache (1913, apud MERCIER, 2009, p. 25) entende ainda que a troca de mercadorias, ao se intensificar, alteraria significativamente o modo de ocupação do espaço, promovendo uma espécie de “solidariedade regional”. Ainda para Mercier (2009), o pensamento de Ratzel e La Blache não era assim tão conflitante, pressuposto este similar ao de Lencioni (1999), ao defender que estes autores associam a relação homem-natureza de forma semelhante.

A segunda corrente descrita por Corrêa (2000) é a geografia teórico-quantitativa, de caráter lógico-positivista, segundo a qual o espaço adquire caráter de conceito chave na geografia sendo representado de duas formas: planície isotrópica e representação matricial. O autor refere ainda que as relações centro-periferia, a teoria do valor-utilidade e a lei dos rendimentos decrescentes se aproximam desta vertente e critica a dimensão elevada dada à distância e, em contrapartida, a pouca valorização das contradições, dos agentes sociais e das transformações ocorridas ao longo do tempo.

Outra corrente geográfica que discute o espaço é a da Geografia humanista e cultural, a qual é crítica à concepção lógica-positivista. A perspectiva da corrente humanista e cultural busca resgatar o historicismo, presente na geografia tradicional. Já a corrente denominada

Geografia Crítica “[...] procura romper, de um lado, com a geografia tradicional e, de outro, com a geografia teórica-quantitativa.” (CORRÊA, 2000, p. 23). Para esta corrente, o conceito de paisagem readquire importância, bem como, as ideias de território e região (CORRÊA, 2000). Considerando a identificação com as teses dos autores da geografia crítica, a seguir são discutidas as principais contribuições de Lefebvre (2000), Santos (1988, 1992 e 2006) e Harvey (2005, 2012, 2013 e 2014).

Lefebvre (2000, p. 13), ao tratar da produção do espaço, deixa explícita a relação entre espaço e economia ao afirmar que “O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo)”. A respeito do espaço social, assegura que:

Um tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem à sua soma. Esses “objetos” não são apenas coisas, mas relações. Como objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma [...] (LEFEBVRE, 2000, p. 118).

Não obstante, o autor reforça as relações que produzem novos espaços sociais, pois “O movimento que se produz então, e que produz uma nova realidade social, não se baseia nem sobre a cidade (o urbano) considerada à parte, nem sobre o campo tomado isoladamente, mas sobre sua relação (dialética) no espaço, a partir de sua história.” (LEFEBVRE, 2000, 118).

Santos (1988, p. 10) assim define espaço:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento.

Santos (1992, p. 1, grifos do autor) ao discorrer sobre espaço, apresenta alguns fundamentos básicos:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza.

O autor deixa claro que o espaço é resultado da paisagem (configuração geográfica) mais a sociedade. Segundo ele, o espaço é formado pelos seguintes elementos: seres humanos,

empresas, instituições, meio ecológico e infraestruturas. Esses elementos se inter-relacionam e estas relações são difusas, constituindo um sistema. Por sua vez, esse sistema é capitaneado pelo modo de produção vigente pelo que “A noção de espaço é assim inseparável da idéia<sup>7</sup> de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal.” (SANTOS, 1992, p. 22). Isto significa dizer que o espaço é, frequentemente, resultado da interação existente entre os elementos ali presentes, sendo influenciado pelo capitalismo, pois este é o modo de produção atualmente vigente.

Em outro momento, o autor descreve o espaço sendo “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2006, p. 39). Ao distinguir paisagem e espaço Santos afirma que “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.” (SANTOS, 2006, p. 66). Convém ressaltar ainda a contribuição do autor referente ao espaço habitado (ocupação do espaço pelo homem) e como este é heterogêneo. Mais especificamente, ele afirma que “Uma das características do espaço habitado é, pois, a sua heterogeneidade, seja em termos de distribuição numérica entre continentes e países (e também dentro destes), seja em termos de evolução.” (SANTOS, 1988, p. 15). Portanto, para o autor, a ideia de espaço habitado e das forças em movimento é de fundamental importância ao se discutir espaço.

Harvey (2012) considera o espaço sob três perspectivas: absoluto, relativo e relacional. O espaço absoluto seria o espaço primário, individual ou privado. Já o espaço relativo considera o tempo como fator crucial, sendo assim uma espécie de espaço-tempo. Quanto ao espaço relacional, este se consistiria não somente da impossibilidade de separação espaço-tempo, mas incluindo elementos internos ou internalizados aos processos. (HARVEY, 2012). Assim, este autor entende que o espaço pode ser absoluto, relativo ou relacional de acordo com as circunstâncias ou fenômenos analisados. Para Theis e Galvão (2012, p. 58), este conceito de espaço “[...] funciona mesmo como termo composto... por resultar de múltiplas determinações.” Estas concepções possibilitam observar que “[...] diferentes práticas humanas estabelecem diferentes conceitos de espaço [...]” (HARVEY, 1973 apud CORRÊA, 2000, p. 19). Assim, a

---

<sup>7</sup> Em relação ao novo acordo ortográfico, considerando o período de transição entre 2009 e 1<sup>a</sup> de janeiro de 2016 estabelecido pelo Decreto nº 7.875 de 27 de dezembro de 2012, quando as citações diretas forem de obras anteriores ao prazo final, será mantida a grafia conforme o original.

questão espacial é central nas análises de Harvey, como pode ser demonstrado na ideia de desenvolvimento geográfico desigual, que será vista mais adiante.

Crítico do modo de produção capitalista, Harvey (2014, p. 108) aponta a responsabilidade do capital pelas transformações existentes no espaço geográfico, afirmando que “El capital crea literalmente su propio espacio y tiempo, así como su propia naturaleza peculiar.” Sendo ainda mais contundente ao afirmar que “Los excedentes de capital y mano de obra son enviados a otros lugares para poner en marcha la acumulación de capital en el nuevo espacio regional.” (HARVEY, 2014, p. 155). A essencialidade do espaço para o capitalismo também pode ser observada no trecho “Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação.” (HARVEY, 2005, p. 64). Essa necessidade de criação de novos espaços implica um processo acelerado de urbanização, o qual também é objeto de crítica do autor, pois “Aunque hay muchos residuales en la economía global donde el proceso está lejos de haberse completado, la grand mayoría de la humanidad está siendo progresivamente absorbida en los fermentos y corrientes de la vida urbanizada” (HARVEY, 2013, p.13).

Quando se discute o conceito de espaço sobre o campo econômico, alguns autores se destacam. Para Souza (1981, p. 2), por exemplo, “O elemento espaço não aparece na análise econômica tradicional: a teoria clássica e neoclássica fundamenta-se em um mundo estático e sem dimensões, onde o fator tempo é a variável essencial.” A preferência pela descrição do espaço geográfico pelos teóricos da geografia crítica não é ao acaso, já que é perceptível observar a relação entre o espaço geográfico e economia, pois as atividades econômicas, e suas consequências sociais, estão presentes nos espaços anteriormente descritos. O autor afirma ainda que “O espaço econômico corresponde à aplicação do espaço matemático ao espaço geográfico. É o espaço das atividades econômicas e dos lugares geográficos.” (SOUZA, 1981, p. 9).

Para Lopes (2001, p. 25), “[...] o espaço económico não dispensa as localizações como não dispensa as actividades e pode ser considerado como o produto cartesiano de dois conjuntos distintos – o das actividades económicas e o dos lugares geográficos.” Para Theis e Galvão (2012, p. 61), o espaço econômico

[...] não é simples repositório de fatos econômicos mais ou menos relevantes do estágio atual de desenvolvimento social. De um lado, ele resulta das relações que se dão entre classes e grupos sociais no presente (por exemplo, dos conflitos em torno do solo urbano, digamos, entre especuladores imobiliários e sem-tetos); de outro, ele aparece como constrangimento objetivo, algo herdado do passado que se impõe no presente (desde leis e normas até obras viárias e equipamentos urbanos).

Considerando os aportes teóricos anteriores utilizados em relação ao espaço geográfico, o espaço econômico poderia ser entendido como local no qual se observa a existência de atividades econômicas conjuntamente com a interação entre o espaço físico e social (resgatando a ideia de espaço habitado de Santos (1988)). Ora, se existem relações humanas (sociais) no espaço, dificilmente este espaço não dispõe de produção ou trocas de bens e serviços. Assim, o espaço econômico pode ser facilmente caracterizado de acordo com as atividades relacionadas à produção, distribuição e consumo. No espaço geográfico, portanto, existem relações sociais decorrente das atividades econômicas.

Convém aqui destacar a associação entre espaço e desenvolvimento econômico. De fato, não há desenvolvimento sem espaço pelo que subscrevemos a afirmação “[...] não faz sentido falar em desenvolvimento econômico sem espaço, sem lugares.” (BALEIRAS, 2014, p. 7). Ou seja, quando se trata de debater o desenvolvimento de uma determinada região ou país, está se tratando de um desenvolvimento em certo espaço. Afinal, não há espaço habitado sem relações sociais e econômicas logo “A atividade econômica não acontece sem espaço.” (BALEIRAS, 2014, p. iii). Assim, tratar de desenvolvimento econômico ou do desenvolvimento regional, é tratar do desenvolvimento em determinado espaço.

Enfim, pode-se apontar que o espaço sob a perspectiva geográfica, ainda que atenda os propósitos desta pesquisa, apresenta diferentes interpretações, de acordo com a corrente de pensamento. Todavia, em resumo, o entendimento de Milton Santos (1988) é o mais acertado para este estudo. A ideia de que o espaço é formado pelos objetos naturais e pelos objetos sociais, apontando a sociedade em movimento, e sendo influenciado pelo modo vigente de produção, acaba sendo a definição norteadora. Outra constatação que servirá como diretriz desta pesquisa se refere ao entendimento de que o espaço é heterogêneo. As relações econômicas que ali ocorrem modificam os espaços, diferenciando-os. Portanto, a configuração espacial do Território Cantuquiriguaçu será um fator relevante quanto ao seu desenvolvimento.

Com relação ao termo território, é comum observar certa confusão. Muitas vezes é tratado, equivocadamente, apenas como sinônimo de espaço. A ideia de território está diretamente associada à existência de um Estado-Nação, sendo esta a definição mais tradicional de território. No entanto, o termo território vai muito além disso. A palavra território tem origem no termo latino *territorium*, derivado da palavra terra, e significa pedaço de terra apropriado. (COSTA; ROCHA, 2010). A ideia de território já existia no século XV e estava vinculada ao domínio de áreas de terras. (GOTTMANN, 1973/1975 apud SAQUET, 2013, p. 27). Identificado na maioria das vezes como um termo relacionado à geografia, o termo território ganhou importância e visibilidade em outras áreas do conhecimento. A Ciência Política, a

História, a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Psicologia, entre outras, abarcam a aceção de território, embora as diferentes abordagens carreguem as peculiaridades de cada ramo da ciência.

Na obra “Human Territoriality”, Sack (1986, p. 19, grifo do autor) ao definir o termo territorialidade, delimita o que entende como território, afirmando “In this book territoriality will be defined as *the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships by delimiting and asserting control over a geographic area. This area will be called the territory.*” Entretanto, o autor não interpreta o território como este espaço geográfico apenas, indo muito além disso. Esta ideia está presente, por exemplo, na afirmação de que “Territory can be used to contain or restrain as well as to exclude, and the individuals who are exercising control need to be inside the territory.” (SACK, 1986, p. 20). Assim, para o autor, é evidente que o território permite, por parte dos seres humanos e de forma intrínseca, controlar o que ocorre neste “espaço”. Afinal, ao conter/restringir/excluir pessoas, o caráter de controle social é inegável.

Outra forma de observar a amplitude do território pode ser percebida nas diferentes dimensões que este possui. Para Haesbaert (2006), são quatro as dimensões básicas do território: política, cultural, econômica e natural (relação homem-natureza). Especificamente quanto a dimensão econômica do território, os espaços são divididos de acordo com as características econômicas. Isto é, são os elementos econômicos que prevalecem e permitem criar uma certa unidade neste espaço, demarcando um território sob a concepção econômica. Neste sentido,

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (GODELIER apud HAESBAERT, 2006, p. 56).

Assim, o peso dos recursos e o acesso a eles evidencia o olhar econômico sobre o território, sendo que, as atividades econômicas desenvolvidas em determinado espaço permitem a inclusão (ou exclusão) deste espaço num determinado território econômico.

Embora as pesquisas relacionadas com a dimensão econômica do território ainda sejam relativamente incipientes, alguns apontamentos permitem enunciar e avaliar certos critérios de demarcação destes territórios. O primeiro destes elementos seria a dotação de recursos naturais utilizados como fatores de produção. Este aspecto é evidente, afinal, historicamente as diferentes dotações de recursos naturais, a fertilidade do solo e as condições climatológicas diferenciam países e regiões nas suas produções de mercadorias. Aliás, esta é uma das

justificativas para o comércio internacional, pois os países possuem diferentes recursos produtivos.

É ainda salutar destacar o papel do Estado (e seus entes subnacionais) na tentativa de promover a expansão das atividades econômicas em determinado local ou região. Ao estabelecer, por exemplo, diferentes tarifas e cargas tributárias, além de outros incentivos, o Estado busca claramente favorecer o desenvolvimento de determinada atividade econômica naquele território específico, em detrimento de outros territórios. Um terceiro aspecto que promove a demarcação de um território sob a perspectiva econômica se refere às relações sociais estabelecidas naquele espaço. Consideram-se, assim, não somente as relações de produção existentes, mas também os aspectos culturais e políticos que ocorrem especificamente naquele espaço, permitindo diferenciar um território dos demais.

Marx, em sua obra “O Capital”, já atentava para a questão territorial ao afirmar que “A divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares de produção em distritos particulares de um país, recebe novo impulso da empresa manufatureira, a qual explora todas as particularidades.” (MARX, 1996, p. 468). Nessa obra, o autor tece algumas considerações sobre a produção de tecidos na Inglaterra retratando a divisão territorial do trabalho e da produção. (BERKELEY, 1750 apud MARX, 1996, p. 468, nota de rodapé 651). Ainda que isto seja decorrente da divisão social do trabalho, o elemento territorial tem importância para o autor, afinal, esta divisão do trabalho permite ampliar as diferenças de produção existentes e essas disparidades tendem a ampliar as discrepâncias entre os territórios, permitindo um ganho maior de alguns e menor de outros.

Na obra sobre Ratzel, organizada e publicada por Moraes (1990), fica evidente a relevância dada à vinculação entre o ser humano e o território. Para Ratzel (1990) o território é necessário ao Estado. O homem não pode ser separado da terra, ou seja, a sociedade é profundamente entrelaçada ao território. Inclusive, o autor considera que, caso o homem não esteja vinculado à terra, é inviável discutir o seu desenvolvimento. Não obstante, crê que a perda do território levaria a uma decadência futura daquele povo. Ao discorrer sobre a relação do território com a moradia e alimentação, ele consegue explicitar a dependência do homem ao território. Ainda que as ideias sobre território tenham se alterado ao longo do tempo, a relação homem – solo = território é plenamente satisfeita. Ratzel (1990) entende que o papel do Estado reside em proteger seu território, atribuição esta facilmente observável nos dias atuais. No texto introdutório Moraes (1990, p. 23) explica que, para Ratzel, o território seria “[...] uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano.”



Ainda que tenha ocorrida certa confusão entre espaço e território, o crucial é entender que o espaço antecede o território, conforme afirma Raffestin (1993). Para ele, “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Mais adiante, o autor reitera “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Esta é uma premissa que norteará este estudo, isto é, os territórios se caracterizam pelas relações de poder existentes no espaço, seja poder político, econômico, cultural ou outros.

Em relação à ideia de território usado, Santos (2000, p. 96-97) explica:

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Ao relacionar o território com o momento atual, o autor afirma que “O território usado pela sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro.” (SANTOS, 2000, p. 98). Em obra anterior, Santos juntamente com outros autores já havia registrado que “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998, p. 16). Em obra mais recente, Santos (et al, 2007, p. 14, grifo do autor) reafirma:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistema de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

Santos e Silveira (2006, p. 247) evidenciam esta ideia ao afirmar que “A categoria de análise é o território utilizado.” Neste sentido, reiteram a ideia de que, ao se discutir o território, deve-se considerar “[...] a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 247). Silveira (2011, p. 39), ao discutir o conceito de territorialidade, afirma que:

Se podemos entender o território como a extensão apropriada e usada, a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos

pertence. É um sentimento de exclusividade e limite que alcança também os animais, quando se considera a área de vivência e reprodução.

Os territórios são ainda definidos como “[...] espaços qualificados pela dominação política, são jurisdições (legais, tributárias, militares ou religiosas), figuras de governo, áreas de exercício de um poder.” (MORAES, 2006, p. 12). Este é o conceito que o autor emprega ao discutir o processo de independência do Brasil. Em outro texto, discorre sobre a amplitude e importância do território como categoria de análise:

Cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica, como habitat, região ou área. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. Tal conceito traz, assim, duas vantagens: impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a Geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, não mais como o lugar (a paisagem ou superfície da Terra), mas diretamente como a relação sociedade-de-espaço em si. (MORAES, 2002, p. 57-58).

Outra contribuição de destaque do autor refere-se à importância dada ao território em países de formação colonial, como o Brasil, ao afirmar que “O território, e não o povo, sendo o alvo prioritário das políticas públicas.” (MORAES, 1999, p. 44). O Estado seria o guardião dos fundos territoriais. Para o autor os fundos territoriais seriam

[...] áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob o domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. (MORAES, 2002, p. 88).

Não obstante, sugere que “[...] os espaços coloniais eram constituídos de *territórios usados* (emprestando um conceito de Milton Santos) e de *fundos territoriais*.” (MORAES, 2002, p. 89, grifos do autor).

Convém destacar brevemente a relação entre desenvolvimento e território, ou ainda, o território sob o ponto de vista do desenvolvimento. Obviamente, a extensão territorial e a dimensão do desenvolvimento trarão suas especificidades ao território em si, ressaltando que o território é condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Dentre as interpretações acerca do desenvolvimento territorial, Theis (2008, p. 13) considera que este é

[...] um processo de produção, distribuição, trocas e consumo, mas também um processo referido a condutas, hábitos e valores, individuais e coletivos – condicionado pelas relações de poder em que entram os indivíduos, os grupos e as classes sociais, que se encontram num dado espaço geográfico concreto.

Além de incorporar o conceito de território usado de Milton Santos, Theis (2008) evidencia a questão econômica no desenvolvimento do território. Destarte, quando se tratar de desenvolvimento territorial, estará presente a dimensão econômica neste território específico, ou seja, o desenvolvimento territorial carrega inerentemente as relações econômicas aí existentes.

Resumidamente, o território será entendido de acordo com o pensamento de Milton Santos, ou seja, de território usado. Algumas outras considerações que merecem destaque: a ideia de controle sobre o território (visão de Sack); a perspectiva econômica, a qual delimita territórios (Haesbaert); a divisão territorial do trabalho (Marx) e o entendimento de que o espaço antecede o território (Raffestin). As relações de poder e as relações econômicas (descritas por Theis) estão em linha com o pensamento de que o território pode e é usado, de acordo com o modo de produção, para benefício de alguns em detrimento dos demais. Conforme será visto mais adiante, o Território Cantuquiriguaçu se enquadra perfeitamente nesta perspectiva. Não se pode ignorar as relações de poder (econômica, política, social) ali existentes, ainda mais que estas estabelecem o processo de desenvolvimento.

Outro termo sobre o qual se faz necessário refletir é região. Segundo Gomes (2000), região deriva do latim *regere* e seu uso remonta ao Império Romano, pois *Regione* “[...] era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.” (GOMES, 2000, p. 50). Conforme o mesmo autor, segundo alguns filósofos, a ideia de região expressava-se pelos laços entre o poder central e suas relações com outras áreas. O autor destaca ainda que o enquadramento de uma determinada área como região não apresenta os mesmos critérios, porém, possui dois elementos essenciais: localização e extensão. Região, assim, pode ser considerado como um conceito básico ligado à geografia. Mesmo que existam, como será visto mais adiante, diferentes interpretações entre as correntes geográficas, não se pode reduzir a importância do termo ao estudo da geografia.

Segundo Ratzel apud Lencioni (1999, p. 83), “[...] o peso das condições naturais era bastante significativo na organização social dos homens.” Conforme Bezzi (2004), o determinismo geográfico (ambientalista) de Ratzel, o qual seria sua maior contribuição à geografia, considerava que o homem era resultado do meio em que vivia. Assim, o determinismo aponta para a ideia de “região natural”. Segundo Lencioni (1999), La Blache e os possibilistas consideram que o homem, para exercer o domínio sobre a natureza, a utiliza como lhe convém. De acordo com Bezzi (2004, p. 65), “Segundo o possibilismo, o homem é o

elemento ativo sobre o meio.” Logo o possibilismo questiona a ideia de “região natural” do determinismo. Ainda segundo a autora, para os possibilistas:

[...] a região [é] um espaço em que as características naturais e culturais (ou físicas e humanas) se interpenetravam de tal forma, como resultado de uma evolução histórica, que conferiam a um determinado espaço características de homogeneidade que o diferenciavam de qualquer outro espaço contíguo. A região passou a ser então o resultado de uma síntese entre o homem e o meio natural. (BEZZI, 2004, p. 65).

A escola geográfica denominada Nova Geografia vai se definir como “ciência do espacial” (LENCIONI, 1999). Em concordância, Bezzi (2004, p. 169) entende que o objeto de estudo dos adeptos da Nova Geografia é a organização espacial segundo a qual a região passou a ser vista como “[...] área classificada de acordo com um ou mais critérios, o(s) qual(is) obedecia(m) à aptidão, à localização, à acessibilidade, à produção, entre outras variáveis.” Também, para a autora,

O conceito de região foi trabalhado, então, como uma entidade abstrata, utilizada para classificação ou delimitação de áreas. A região deixou de ser um fenômeno único para ser parte de um sistema, que se comunica, que tem conexões, que se expandia e se contraía, segundo as necessidades de ajustamento às novas condições.” (BEZZI, 2004, p. 169).

Como se verifica, este conceito de região vai, assim, ao encontro do uso do termo para a designação das regiões, principalmente nas estruturas político-administrativas.

Ao analisar e discutir a magnitude da “região”, Bezzi (2004) expande o debate para outras correntes geográficas. Para a Geografia Crítica, o interesse se dá na “[...] análise dos modos de produção e das formações socioeconômicas como base para a explicação ou estruturação das distintas formações socioeconômicas espaciais que devem ser analisadas e compreendidas para o melhor entendimento das regiões.” (BEZZI, 2004, p. 180). A autora também destaca o entendimento de região, para ela “[...] a região é resultante da produção desigual do espaço no qual ocorre a localização de diferentes condições de acumulação. Ou seja, a região funciona objetivamente como uma regionalização “do” e “para” o capital” (BEZZI, 2004, p. 199). Ao buscar sintetizar as ideias da Geografia Crítica, a autora entende que a região poderia ser compreendida por dois enfoques: econômico e social. Na Geografia Crítica região é entendida como “[...] um objeto individualizador, que abrange a problemática do espaço, nela incluída a dinâmica social, econômica e política que lhe é inerente” (BEZZI, 2004, p. 205).

Para Santos (1994, p. 47), “A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza

em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes.” O autor afirma que:

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno. (SANTOS, 1988, p. 17).

Neste sentido, Bezzi (2004, p. 192) destaca que “Nesta fase de internacionalização da economia, a região é resultante dos processos modernos de produção que ocorrem em nível global.” Então, pode-se considerar que dificilmente é possível encontrar regiões isoladas, ou que não sofram de influência de outras regiões.

Lencioni (1999), ao resgatar os primeiros apontamentos geográficos, considera a questão regional crucial para a construção de uma unidade na geografia, mais especificamente entre a geografia física e humana. Afirma a autora que:

O objeto essencial de estudo da geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contínuos. (LENCIONI, 1999, p. 100).

Para a autora os seres humanos se conscientizam das diferenças entre paisagem e regiões ao criarem identidades regionais. E mais, “[...] a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.” (LENCIONI, 1999, p. 100). Ela ainda destaca que o termo região passou a ter um “[...] caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política.” (LENCIONI, 1999, p. 198). Não obstante, “A ideia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e o local.” (LENCIONI, 1999, p. 198).

Uma outra disciplina em que esta expressão possui destaque é a economia. O debate que discute a dinâmica econômica e os efeitos que causam em seu espaço geográfico, além do próprio desenvolvimento diferenciado entre países e territórios, permitiram transformar o conceito de região em um importante objeto de análise na economia. Compreender a região sob a ótica econômica implica assumir que, neste caso, as atividades e relações econômicas existentes naquele espaço geográfico possibilitam identificá-lo como único.

Não significa que tais relações sejam exclusivas daquele território, mas sim que, após a delimitação da região, os espaços a ela adjacentes não apresentam os mesmos fenômenos. Ou,

mesmo que apresentem, sua intensidade é inferior à região econômica anteriormente denominada. Não obstante, debater a região requer também sua compreensão no âmbito político-administrativo, ou seja, “A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados.” (GOMES, 2000, p. 53).

Ainda que considere limites geográficos para descrever diferentes regiões brasileiras (sulina, norte, maranhense, mineira, amazônica, nordestina), Furtado (1979), utilizando critérios econômicos, distingue cinco regiões, nomeadamente: região agrícola, pecuária, açucareira, região do ouro e cafeeira. Aliás, a questão regional foi um dos grandes temas estudados pelo autor em que há importantes contribuições, principalmente em seus estudos sobre o nordeste brasileiro. Sua preocupação sobre esta questão pode ser observada na passagem a seguir:

Como somos um país com fronteiras que se deslocam permanentemente dentro do próprio território, nosso conceito de região é necessariamente dinâmico. Mas essa consciência de unidade nacional, dentro de um espaço que se expande, coexiste com o senso de identidade que se definiu historicamente em cada região particular. A identidade do brasileiro tem raízes em sua inserção regional, sendo de menor peso a dimensão religiosa ou étnica. (FURTADO, 2013, p. 379).

O autor explica que a questão regional esteve permanentemente no âmago da sociedade brasileira. Essa sociedade, altamente desigual, não poderia ignorar o caráter regional de sua constituição e desenvolvimento. No mesmo texto, mais adiante, o autor ressalta a importância do caráter regional para o país. Para ele,

Com efeito, somente o planejamento permite introduzir a dimensão espaço no cálculo econômico. Este é um ponto importante, pois a distribuição espacial da atividade econômica leva, com frequência, a conflitos entre regiões ou entre determinada região e um órgão do poder central. (FURTADO, 2013, p. 385).

Diante dessas colocações, é possível considerar que, se o Brasil não tratar com a devida importância a questão regional, o país não conseguirá superar suas dificuldades e, conseqüentemente, diminuir suas desigualdades socioeconômicas.

Por sua vez, Oliveira (1981) reconhece que o conceito de região sob o ponto de vista geográfico é mais recorrente. Entretanto, para efeito de sua pesquisa, buscou discutir região de uma perspectiva mais econômica, “[...] que se fundamentasse na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas das lutas de classes e do conflito social em escala

mais geral.” (OLIVEIRA, 1981, p. 27). Mais adiante, o autor resume região como sendo “[...] o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.” (OLIVEIRA, 1982, p. 29). Aprofundando o tema, o autor afirma:

O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. E enfatiza-se, uma vez mais, que uma “região” assim *tende* a desaparecer - embora alguns exemplos históricos atuais dêem conta de sua longa resistência aos processos de câmbio mais abrangentes - na mesma medida em que as várias formas do capital se fusionam, primeiro pela predominância do capital industrial, depois pela fusão entre capital bancário e industrial, dando lugar ao capital financeiro e posteriormente, na etapa monopolista do capital, pela especial fusão entre Estado-capital. (OLIVEIRA, 1981, p. 30, grifos do autor).

Já para Lipietz (1988, p. 29) “[...] a região aparece assim como o produto das relações inter-regionais como uma dimensão das relações sociais.” Em consonância com o trabalho de Lipietz (1979), Breitbach entende que:

[...] a formação de regiões é um processo integrado ao movimento do capital no sentido de sua valorização. Dito de outra forma, o modo de produção capitalista, dentro de sua lógica peculiar, distribui os diversos ramos da divisão do trabalho entre várias regiões, em função de condições concretas favoráveis, o que inclui as formas econômicas remanescentes de modos de produção anteriores. (BREITBACH, 1988, p. 86).

Por isso “[...] a região seria o “locus”, no qual, ocorre a reprodução de heranças passadas em luta constante contra a ordem geral capitalista monopolista.” (BEZZI, 2004, p. 187). A autora chega a esta conclusão após discutir Lipietz (1988). Fonseca (1999, p. 94), outro autor que interpreta Lipietz (1988), afirma que “[...] a região é resultante da articulação de modos de produção diferentes, que faz gerar espaços desiguais.”

Considerando a perspectiva econômica de região, as atividades ou relações econômicas possuem ainda maior magnitude. Assim, “[...] a região, como espaço, é considerada um sistema econômico, de acordo com sua história de ocupação, exploração e organização.” (BEZZI, 2004, p. 171). Isto significa que não se consegue debater o desenvolvimento regional ignorando os elementos econômicos da região a ser estudada. Não se trata de afirmar que o desenvolvimento regional se resume às variáveis econômicas, mas demonstra que, independente da dimensão discutida, o caráter econômico estará sendo a causa ou consequência da dimensão analisada. Por exemplo, discutir o desenvolvimento ambiental representa, possivelmente, impor limites a

expansão da atividade econômica; tratar de elementos culturais provocará alterações nas ações econômicas daquela sociedade. Assim, debater o desenvolvimento social de uma região também não poderá ignorar suas relações econômicas.

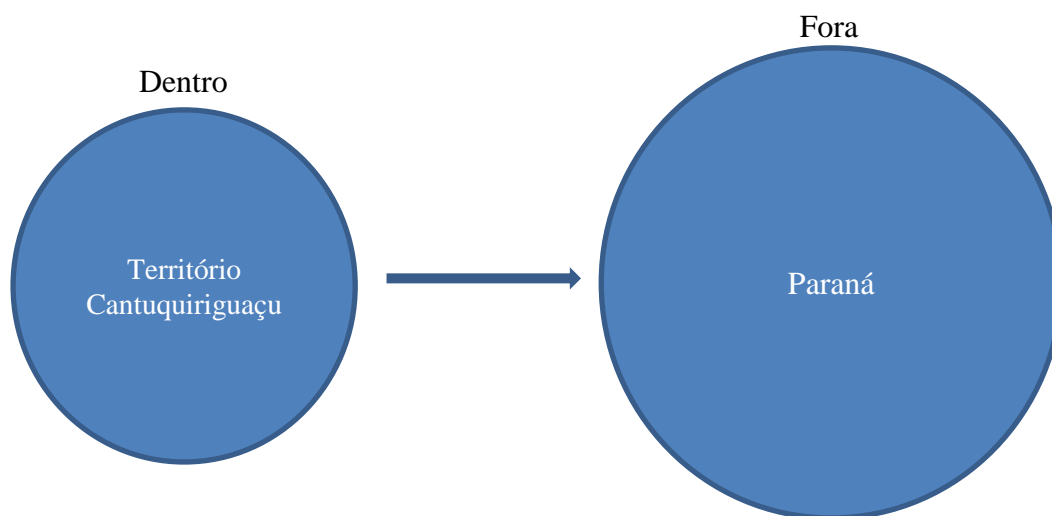
Finalmente, é possível identificar que região também é um termo vinculado à geografia, porém, provavelmente é o termo dentre aqueles aqui revisados (espaço, território e região), o mais explorado em outras ciências, com destaque para região político-administrativa e região econômica. Sobre esta última, convém destacar que se baseia nas relações econômicas existentes naquele espaço, tal como afirmara Furtado (2013) a respeito das regiões brasileiras. Se comparado aos termos anteriores, o uso da expressão região também tem maior apelo quando se trata tanto da economia, como do desenvolvimento. Desta forma, o uso da discussão sobre o Território Cantuquiriguaçu será fruto da abordagem do desenvolvimento regional, afinal este espaço, além de território, é uma região, sendo que os estudos e análises existentes sobre a Cantuquiriguaçu partem da perspectiva do desenvolvimento regional.

Até aqui foram expostos três importantes conceitos para esta pesquisa: espaço, território e região. Essa discussão evidenciou a diferença entre as expressões. O espaço deve ser entendido como fruto dos objetos então existentes, sendo heterogêneos. O território é caracterizado pelas efetivas relações de poder. A região é um espaço que acaba sendo delimitado por algum critério, pré-estabelecido. Evidente que esta síntese não permite apresentar as inúmeras contribuições que cada vocábulo em questão possui. Entretanto, são suficientes para apontar como estes se relacionam com o desenvolvimento, mais especificamente, o desenvolvimento regional. Isto é, representam o desenvolvimento da sociedade que faz parte deste território.

Diante disso, o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu merece importante delimitação. Trata-se aqui do desenvolvimento de um território específico, de uma região específica. Assim, o desenvolvimento se refere as pessoas que vivem naquele território. A pesquisa se refere às relações existentes dentro do Território Cantuquiriguaçu. Ainda que o território faça parte do Estado do Paraná, o foco será o desenvolvimento da região da Cantuquiriguaçu, ou seja, dos municípios que pertencem ao Território Cantuquiriguaçu, por mais que existam relações que se alastrem para fora do território. A figura 3 indica esta relação.



**Figura 3** – Delimitação do Território Cantuquiriguaçu



Fonte: Elaboração própria (2017).

Para desenvolver o tema na linha apresentada, se faz necessário resgatar o que se entende por desenvolvimento regional e quais abordagens contribuem para a discussão da relação universidade-desenvolvimento regional, as quais serão discutidas a seguir.

## 2.2 A DISPUTA TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento, tendo uma natureza multidimensional, constitui um dos principais objetivos dos mais diversos países e regiões, independentes de seu estágio atual de desenvolvimento. Como visto anteriormente, o desenvolvimento ocorre necessariamente em um território. Ou seja, não é possível dissociar a ideia de desenvolvimento sem tratar da questão territorial. Afinal, como seria possível buscar o desenvolvimento sem considerar os outros aspectos existentes em determinado espaço geográfico? Desta forma, seja qual for a dimensão do desenvolvimento (econômico, social, ambiental, político ou cultural), o mesmo dar-se-á (ou não) em território específico, por mais amplo ou restrito que seja este último. Num contexto de multidimensionalidade, os efeitos das ações voltadas ao desenvolvimento alcançam impactos e produzem resultados diferentes ao longo tempo e do espaço em que são aplicados. Assim, replicar políticas de desenvolvimento, indistintamente entre países e regiões, não é garantia de sucesso, antes, pelo contrário, pode conduzir a resultados negativos.

Considerando o método dialético adotado neste estudo não será explicitado aqui um único conceito de desenvolvimento. Até porque esse, talvez mais do que outros termos deste texto, dificilmente poderia ser sintetizado em poucas frases. O termo desenvolvimento dá a entender certa “melhoria”, seja ela econômica, política, social, ambiental ou cultural. Aliás,

como já visto, é possível que certa melhoria no campo econômico provoque atraso quanto ao desenvolvimento ambiental, por exemplo. Essa seria apenas uma das contradições a respeito do tema. Neste trabalho, são apresentadas apenas algumas versões da ideia de desenvolvimento, de acordo com a perspectiva própria da pesquisa. São abordagens que permitem analisar o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu em consonância com os objetivos que se pretende alcançar.

Para tanto, parte-se da discussão do conceito de desenvolvimento, considerando sua concepção mais abrangente. Em seguida, busca-se contextualizar este desenvolvimento sob a perspectiva brasileira, principalmente na visão de um dos principais pensadores que contribuíram com o tema: Celso Furtado. Na sequência, discutem-se os conceitos e ideias a respeito do desenvolvimento desigual e desenvolvimento geográfico desigual. Posteriormente, o debate se dará sobre o desenvolvimento regional. Ainda que esta pesquisa não se restrinja a dimensão econômica, as abordagens aqui discutidas evidenciam a importância dessa dimensão quando se investiga o desenvolvimento. Em todos os conceitos aqui explorados, as relações econômicas se fazem presentes e isto reforça a ideia de que a dimensão econômica é essencial para o desenvolvimento regional.

Esteva (2000) explica que, entre 1759 e 1859, os termos evolução e desenvolvimento eram tratados como sinônimos. O autor destaca que o “Desenvolvimento tornou-se a categoria central na obra de Marx: foi revelado como um processo histórico que se desdobra com o mesmo caráter necessário das leis naturais.” (ESTEVA, 2000, p. 62-63). Ao discorrer sobre o subdesenvolvimento, o autor afirma que

Ninguém parece suspeitar que o conceito não se refere a um fenômeno real. Ninguém parece compreender que “subdesenvolvido” é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, da homogeneidade e linearidade da evolução do mundo. (ESTEVA, 2000, p. 66).

Não obstante, após retratar o histórico do conceito de desenvolvimento, vem a concluir que “Nem na natureza nem na sociedade existe uma evolução que impõe, como uma lei, a transformação sempre na direção de ‘formas cada vez mais perfeitas’.” (ESTEVA, 2000, p. 80). Ou seja, de acordo com este autor, o desenvolvimento tratado como permanente melhoria (ou evolução) é algo inatingível.

Considerando a discussão e as teorias sobre o desenvolvimento, cabe destacar a importância dos estudos da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Para Bielschowsky (2000, p. 15), tal conjunto de pensamentos representou “[...] o único centro intelectual em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio, que manteve vigente

por meio século.” Esta escola ao longo de cinquenta anos, segundo o mesmo autor, evidencia quatro características analíticas, nomeadamente:

- Enfoque histórico-estruturalista (inspirado na relação centro-periferia);
- Análise da inserção internacional;
- Análise dos condicionantes estruturais internos, e
- Análise das necessidades e possibilidades de ação estatal.

A primeira contribuição de grande porte é, justamente, a ideia da relação centro-periferia, com destaque para o trabalho de Furtado (2013). Segundo Bielschowsky,

Para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento – como era, por exemplo, em Rostow (1956) – mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequencias e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22).

O mesmo autor entende que o atraso dos países latino-americanos (subdesenvolvidos) aliado às ideias cepalinas favorecia a adoção de “[...] políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 25). Portanto, aqui ganha força a importância do Estado como agente promotor de políticas voltadas ao desenvolvimento. A deterioração nos termos de troca entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ia ao encontro da abordagem centro-periferia. (BIELSCHOWSKY, 2000). Ao longo dos anos, inúmeras contribuições da CEPAL vão influenciando o pensamento econômico latino-americano. Ao discutir o pensamento da CEPAL, Bocchi e Gargulio (2011) sustentam que as teorias desenvolvimentistas dessa escola passaram do processo de substituição das importações (anos 1950) a um neoestruturalismo (a partir dos anos 1990). Para estes autores, o pensamento dos anos 2000 se aproximou das ideias neoclássicas, pois “O Estado perde o seu papel estratégico de promotor do desenvolvimento, passando a atuar como mero coadjuvante das forças de mercado.” (BOCCHI; GARGULIO, 2011, p. 8).

Furtado (2013) atribui as raízes da ideia de desenvolvimento a três correntes: Iluminismo (progresso – racional), acumulação da riqueza (expectativa de maior bem-estar) e possibilidade de melhoria para outros povos (expansão geográfica europeia). Ao discorrer sobre desenvolvimento, o autor afirma que,

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema de produção, a satisfação das necessidades elementares da população e a da consecução dos objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização dos recursos escassos. (FURTADO, 2000, p. 22).

Mais adiante, o autor assegura que “[...] a ideia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra, com o de riqueza” (FURTADO, 2000, p. 41). Também afirma que “O ponto de partida da reflexão sobre o desenvolvimento é a apreensão da realidade social; mais precisamente, a identificação das entidades que assumem novas formas.” (FURTADO, 2000, p. 41). Para ele o processo de subdesenvolvimento

[...] é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO, 2013, p. 129).

Em outro momento, o autor reitera o seu entendimento sobre o subdesenvolvimento afirmando que esse,

[...] não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estádios. O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos. O caso mais complexo — exemplo do qual nos oferece o estádio atual da economia brasileira — é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação; e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento. (FURTADO, 2013, p. 139).

Esse pensamento representou um avanço sobre a discussão do desenvolvimento, contendo uma perspectiva que ia de encontro ao *mainstream* da época (predomínio da ideia de que o subdesenvolvimento seria uma etapa no caminho para o desenvolvimento). O subdesenvolvimento pode ser descrito como um movimento existente, e talvez até necessário, ao modo de produção capitalista, conforme trecho a seguir:

Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. Em conclusão: o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio, o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais preexistentes nessas áreas. O seu papel na construção do presente sistema capitalista mundial tem sido fundamental e seu dinamismo continua considerável: novas formas de economias subdesenvolvidas plenamente industrializadas e/ou orientadas para a exportação de manufaturas estão apenas emergindo. É mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de

exploração social que estão na base do subdesenvolvimento. (FURTADO, 2013, p. 195-196).

O autor reitera: “Com efeito, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo. Não é uma etapa pela qual passaram as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. É uma forma perversa de crescimento.” (FURTADO, 2013, p. 451). Ele sugere três modelos para superar o subdesenvolvimento: a) coletivização dos meios de produção; b) prioridade à satisfação das necessidades básicas e; c) ganho de autonomia externa (FURTADO, 2013). Para o autor, “A teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situação em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população.” (FURTADO, 2013, p. 254). Em outra passagem, trazendo o contexto do processo de acumulação ocorrido na Inglaterra entre os anos 1770 e 1870, o autor evidencia a gênese do subdesenvolvimento:

A nossa hipótese central é a seguinte: o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional. O progresso técnico — tanto sob a forma de adoção de métodos produtivos mais eficientes como sob a forma de introdução de novos produtos destinados ao consumo — e a correspondente aceleração no processo de acumulação (ocorridos principalmente na Inglaterra durante o século antes referido) permitiram que em outras áreas crescesse significativamente a produtividade do trabalho como fruto da especialização geográfica. (FURTADO, 2013, p. 177).

É crucial compreender que, para o autor, o subdesenvolvimento não é uma etapa para se atingir o desenvolvimento, ou melhor, para um país ou região se tornar desenvolvida, ou seja, não é necessário este mesmo território ter sido subdesenvolvido anteriormente. O subdesenvolvimento é assim fruto de um processo de dependência do Brasil frente aos países desenvolvidos. (FURTADO, 2013). Mais adiante, ele reforça essa ideia, ao afirmar que “Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência.” (FURTADO, 2013, p. 187). Sendo que, “[...] a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro da dependência.” (FURTADO, 2013, p. 187). Ao explicitar que o subdesenvolvimento pode adquirir diversas formas e estágios, o autor contextualiza o subdesenvolvimento brasileiro.

Furtado (2013) registra ainda que, para superar o subdesenvolvimento, faz-se necessário: homogeneização social<sup>8</sup> e um sistema produtivo eficaz com certa autonomia tecnológica. Ao analisar o processo de subdesenvolvimento brasileiro em 2002 (obra republicada em 2013), o autor entende que:

Hoje o Brasil tem uma renda dez vezes superior à renda da época em que comecei a refletir sobre o nosso *subdesenvolvimento*. Nem por isso diminuíram as desigualdades sociais; nem por isso fomos bem-sucedidos no combate à pobreza e à miséria. Cabe, pois, a pergunta: o Brasil se desenvolveu? A resposta, infelizmente, é não. O Brasil cresceu. Modernizou-se. Mas o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando beneficia o conjunto da sociedade, o que não se viu no país. (FURTADO, 2013, p. 452).

Esta análise evidencia o que ocorreu no Brasil ao longo dos anos. A industrialização brasileira privilegiou uma região em detrimento das demais. Se por um lado permitiu crescimento econômico em alguns momentos e grande urbanização, por outro gerou regiões dependentes, menos desenvolvidas o que levou à constituição de um país desigual, com graves disparidades regionais.

Ainda sobre o subdesenvolvimento, Lacoste (1975) também discorda da ideia de que esse seja apenas uma questão econômica, entendendo que as investigações sobre o tema devem ser interdisciplinares. O autor entende que:

O subdesenvolvimento é com efeito um fenômeno global, uma situação eminentemente complexa, em cada território ele se manifesta por uma imbricação dos sistemas econômicos, sociológicos e demográficos e precede de uma combinação de fatores imbricados uns nos outros; sua natureza é muito diversa: a herança econômica, social e política de um longo passado e de transformações recentes combina-se às consequências dos dados físicos de base (grandes traços de relevo, clima) e dos dados do meio natural transformado pelos homens (solo, vegetação). (LACOSTE, 1975, p. 9).

O autor destaca ainda algumas características que, normalmente, são apresentadas por países subdesenvolvidos sendo a desigualdade uma delas, dentre outras, tais como: fome, subemprego, subordinação econômica, industrialização incompleta, etc. Lacoste (1975) vai além e tece diversas críticas ao conceito do subdesenvolvimento, principalmente no sentido de relacionar o subdesenvolvimento a outros temas. Assim, sugere que,

Fundamentalmente, o estado de subdesenvolvimento de um país pode se definir como uma situação caracterizada por uma distorção durável (ou uma tendência à distorção) entre um crescimento demográfico relativamente intenso e um argumento relativamente fraco dos recursos de que dispõe efetivamente a população. (LACOSTE, 1975, p. 178).

---

<sup>8</sup> “O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e a um mínimo de bens culturais.” (FURTADO, 2013, p. 253).

Conforme visto até agora, a respeito do desenvolvimento e subdesenvolvimento, a ótica econômica está presente a todo momento. Dessa maneira, cabe abordar o que se entende por desenvolvimento econômico. Para Furtado:

O desenvolvimento econômico, conforme dissemos, consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho. A técnica moderna é o conjunto de normas cuja aplicação possibilita aumentar essa produtividade. À medida que cresce a produtividade [...] aumenta a renda social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da população. (FURTADO, 2009, 86).

Como consequência deste processo, o autor considera que:

O desenvolvimento econômico, no mundo todo, tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. E dentro de um país de dimensões continentais como o Brasil, de desenvolvimento espontâneo, entregue ao acaso, os imperativos desta lei tendem a criar problemas capazes de acarretar tropeços à própria formação da nacionalidade. (FURTADO, 2013, p. 338).

Discutindo o desenvolvimento econômico brasileiro, Furtado (2013) evidencia sua preocupação com o dinamismo da economia ao longo dos séculos e o aprofundamento das desigualdades regionais. Mais especificamente, critica o que ocorrera no Brasil na primeira metade do século XX, ao afirmar que:

Não podem coexistir no mesmo país um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração. (FURTADO, 2013, p. 340).

Esta situação “[...] reproduzia o mesmo esquema de divisão geográfica do trabalho, que viciaria todo o desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas.” (FURTADO, 2013, p. 339).

Em resumo, fica perceptível que o conceito de desenvolvimento está permanentemente em construção. Contudo, é possível desde já afirmar três características que podem ser sinalizadas: 1 – o conceito traz o sinal de evolução ou progresso; 2 – ainda que não se refira apenas à economia, há uma identificação com a expansão das atividades econômicas, e; 3 – é uma concepção de caráter interdisciplinar. Em relação ao subdesenvolvimento, este é considerado um processo autônomo e não uma etapa do desenvolvimento. A pesquisa sobre o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu abarca estes elementos, além de outras perspectivas, as quais serão vistas a seguir. Diante do baixo desenvolvimento, é possível supor que coexistam práticas “atrasadas” e “avançadas” no território, ou seja, há características de

subdesenvolvimento e desenvolvimento, como já apontadas por Furtado (2013) quando da discussão do desenvolvimento brasileiro.

Como visto anteriormente, ao tratar da divisão territorial do trabalho, Marx (1996) apontara para diferenças existentes, as quais permitiram produções distintas entre diferentes territórios. Ainda que Marx não examinasse diretamente o desenvolvimento desigual, a influência de sua análise é inegável sobre a obra de Lênin, o qual é apontado como o responsável pela “lei do desenvolvimento desigual”. Segundo Lênin (apud THEIS, 2009), o capitalismo russo e seu desenvolvimento socioeconômico deu origem a expressão “desenvolvimento desigual”. Entretanto, a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” é de autoria de Leon Trotsky. Demier (2007) explica que, ao discutir a desigualdade no capitalismo internacional, Trotsky entendia que havia uma combinação entre elementos das economias avançadas e atrasadas.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY, 1977, p. 25, grifos do autor).

Esta contribuição representa um marco no debate do desenvolvimento desigual existente no modo de produção capitalista. Neste trabalho, ainda que outros autores tenham interpelado esse tema, tais como Massey (1981, 1984), Soja (1983) e Amin (1976); serão exploradas as ideias de Neil Smith (1988) e David Harvey (2006, 2014) sobre o desenvolvimento geográfico desigual.

Para Smith (1988), o desenvolvimento desigual é intrínseco ao sistema capitalista, sendo importante sua existência para o próprio avanço do capital. Afinal, o avanço capitalista cria e favorece a existência de diferenças no espaço geográfico. Estas diferenças permitem a retomada do processo de desenvolvimento do capital, principalmente quando existem crises ou quando convém ao capitalismo. O autor considera que a diferenciação espacial é decorrente da diferenciação territorial do trabalho, ou seja, a divisão do trabalho é, também, um fenômeno espacial. Logo, “O desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital.” (SMITH, 1988, p. 217). De uma maneira aprofundada, o autor afirma que:

A medida em que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos



um subproduto e mais uma necessidade central para o capital. A história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e também se expressa na paisagem. Na medida em que as crises cíclicas não purgam o sistema de suas contradições e a taxa decrescente de lucro não é atenuada, o desenvolvimento desigual do capitalismo torna-se mais intenso, à medida em que o processo de acumulação se intensifica e, com ele, as tendências para a diferenciação e igualização. A fragilidade da lógica econômica por trás do desenvolvimento desigual é graficamente revelada na crise, quando a aguda necessidade de reestruturar o espaço geográfico é bloqueada pelos padrões existentes de desenvolvimento desigual. (SMITH, 1988, p. 217-218).

Mais adiante, ao discorrer sobre o desenvolvimento desigual diante do modo de produção capitalista, sublinha que:

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988, p. 221).

Smith (1988) sugere que o Estado, em inúmeras ocasiões, favorece e contribui para o fortalecimento do sistema capitalista. O autor, ao abordar os aspectos de igualização e diferenciação, inerentes ao capitalismo, discorre ainda sobre as escalas espaciais do capital (urbana, global e Nações-Estados). Ele afirma que o desenvolvimento é desigual devido ao vaivém do capital (capital se move de uma região desenvolvida para subdesenvolvida e vice-versa). Este movimento se justifica pela busca incessante do capital pelas maiores taxas de lucros, contudo, este próprio deslocamento permite a existência de regiões mais e/ou menos desenvolvidas.

Na discussão sobre desenvolvimento desigual a obra do geógrafo David Harvey apresenta contribuições importantes. Ao buscar responder as questões acerca das desigualdades, afirma que:

La respuesta a esas preguntas requiere que estudiemos antes hasta qué punto la desigualdad es fundamental para el capital. La desigualdad deriva del simple hecho de que el capital se constituye social e históricamente como un dominio de clase sobre el trabajo. La distribución de la renta y riqueza entre capital y trabajo tiene que ser sesgada para que el capital se pueda reproducir. La igualdad en la distribución y el capital son cosas incompatibles. (HARVEY, 2014, p. 172).

O mesmo autor registra que “O imperialismo, portanto, possui o efeito de “exportar” algumas das tensões criadas pela luta de classes dentro dos centros de acumulação para as áreas periféricas.” (HARVEY, 2005, p. 70). Para o autor, parte dos lucros são direcionados para a cooptação de líderes dos trabalhadores nos países periféricos, sendo essa ação:

[...] resultado conjunto do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo numa escala mundial e o correspondente desenvolvimento desigual da luta de classes. O capital se torna móvel para escapar das consequências da luta de classes travada num lugar e tempo específicos, ou então o capital repatria superlucros para subornar a força de trabalho doméstica com melhorias materiais. Em ambos os casos, deve ocorrer a expansão geográfica do desenvolvimento. (HARVEY, 2005, p. 70).

A maior contribuição desse autor quanto ao desenvolvimento desigual se dá na defesa da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, a qual ainda está em construção. A relação entre desenvolvimento geográfico desigual e as regiões pode ser definida no seguinte trecho: “The patchy geographical effects of this across regions or states is registered as uneven geographical development.” (HARVEY, 2006, p. 94). Em outra passagem, o autor evidencia a importância das regiões diante do desenvolvimento geográfico desigual:

The differentiated world of consumer power and consumption preferences here enters in as a major determinant of uneven geographical development. Regional consciousness and identities, even affective loyalties, may build within this region and, when it is overlain by some apparatus of governance and state power, the regional space can evolve into a territorial unit that operates as some kind of defined space of collective consumption and production as well as political action. (HARVEY, 2006, p. 102).

O autor explicita como a definição e as ações sobre as regiões são úteis ao capitalismo. Em outra afirmativa, ele considera que “Sin el desarrollo geográfico desigual y sus contradicciones, el capital se habría osificado hace tiempo y habría caído en el caos. Es un medio clave para la reinversión periódica del capital por sí mismo”. (HARVEY 2014, p. 149).

Ao discutir a integração das economias num contexto de desenvolvimento geográfico desigual, ele afirma que “Las economías regionales constituyen un mosaico laxamente interconectado de desarrollos geográficos desiguales en el que algunas regiones tienden a enriquecerse mientras que las regiones pobres se empobrecen aún más.” (HARVEY, 2014, p. 150). Assim,

El paisaje geográfico del capitalismo (que no es el del capital) es evidentemente configurado por una multitud de intereses de individuos y grupos que tratan de definir espacios y lugares para sí mismos en el entorno de los procesos macroeconómicos de desarrollo geográfico desigual, gobernados conjuntamente por las reglas de acumulación del capital y el poder estatal. (HARVEY, 2014, p. 160).

Como consequência do desenvolvimento geográfico desigual, o autor entende que:

Los desarrollos geográficos desiguales enmascaran convenientemente la auténtica naturaleza del capital. La esperanza puede mantenerse eternamente, porque siempre hay alguna localidad, región o zona afortunada, en la que las cosas van bien mientras que a su alrededor todo son calamidades. Las macrocrisis se descomponen así en acontecimientos localizados que afectan a otros «ahí fuera» o de los que incluso se sabe poco. (HARVEY, 2014, p. 161).

Nessa assertiva, o autor aponta como regiões e territórios menos desenvolvidos podem ser úteis para a reprodução do sistema capitalista. A sua análise sobre esses espaços é aprofundada ao entender que:

La producción de espacio y las dinámicas del desarrollo geográfico desigual se han visto enérgicamente impactadas por los cambios tecnológicos, tanto en las formas organizativas (por ejemplo en los aparatos del Estado y en las formas territoriales de organización) como en las tecnologías del transporte y de producción de aquel. Las diferenciaciones en la reproducción social y en el equilibrio entre la libertad y el sometimiento florecen en las coordenadas del desarrollo geográfico desigual, hasta el punto de que ellas mismas se convierten en parte de la producción de espacio y del desarrollo desigual. (HARVEY, 2014, p, 216).

Esses espaços, ainda que futuramente úteis ao capitalismo, devem ser vistos como oportunidade de criar e aprimorar alternativas ao capitalismo; ou como assevera Harvey (2014, p. 216):

Los desarrollos geográficos desiguales no pueden hacer otra cosa que generar «espacios de esperanza» y situaciones heterotópicas en las que pueden florecer nuevos modos de cooperación, al menos durante un tiempo, antes de que sean reabsorbidos por las prácticas dominantes del capital.

Para compreender a teoria de desenvolvimento geográfico desigual é imprescindível discutir a acumulação por espoliação (ou despossessão)<sup>9</sup> que consiste na repetição, nos dias atuais, do processo de acumulação primitiva descrita por Marx (1996)<sup>10</sup>. Notadamente, Harvey (2004, p. 121) considera que:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva.

<sup>9</sup> Termo cunhado por Harvey.

<sup>10</sup> Acumulação primitiva: processo que representa o momento em que o trabalhador se afasta dos meios de produção. Para melhor compreensão, ver Marx, “O Capital”, cap. XXIV.

Para o autor, a acumulação por espoliação como elemento da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é crucial sendo que “Cualquier teoría del desarrollo geográfico desigual dentro del capitalismo debe incorporar la acumulación y la devaluación a través de la desposesión como un fuerza fundamental si quiere tener validez general.” (HARVEY, 2006 b, p. 36).

O desenvolvimento desigual é também alvo de um profundo debate por autores brasileiros. Furtado (2013), por exemplo, inclui o elemento espacial em sua análise sobre a desigualdade. Para tanto, assevera que:

As desigualdades demográficas e territoriais entre estados não são alheias às crescentes disparidades na qualidade de serviços essenciais prestados às populações. Os pequenos estados não alcançam a densidade mínima de recursos requerida para prestar adequadamente muitos desses serviços. E muito menos para exercer uma ação promocional efetiva no campo do desenvolvimento econômico. (FURTADO, 2013, p. 384).

Evidentemente, a questão territorial não é a única determinante para o desenvolvimento desigual. Mas as especificidades territoriais são elementos fundamentais para a compreensão de que o desenvolvimento econômico de territórios se dá de forma desigual. Além do mais, como visto anteriormente, Furtado (2013) deixa explícito que o processo de desenvolvimento econômico cria desigualdades. Não obstante, a própria desigualdade econômica acarreta outros problemas, como o desenvolvimento desigual, ou seja:

A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza. Tal fato, que observamos nas sociedades humanas — a tendência das desigualdades a se institucionalizarem e a formar classes —, também pode ocorrer entre as regiões do mesmo país. Quando a desigualdade entre níveis de vida de grupos populacionais atinge certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente mais poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação dos órgãos políticos também se torna extremamente difícil.” (FURTADO, 2013, p. 341).

Assim, é possível supor que diferentes estruturas econômicas proporcionam o desenvolvimento desigual. Esse desenlace representa a ideia de Furtado (2013) a respeito da realidade brasileira.

Oliveira (1981) ao discorrer sobre região, ressalta que, mesmo sendo uma tendência a homogeneização da reprodução do capital, o que provocaria o desaparecimento das regiões, afirma que esta tendência dificilmente se concretiza, “[...] pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado [...]” (OLIVEIRA, 1981, p. 27). Em outro trecho, o autor evidencia como é impossível negar a lei do desenvolvimento desigual e combinado, afirmando que:

Não reconhecer, entretanto, que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer, em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, *o processo de constituição* do próprio capital enquanto relação social. (OLIVEIRA, 1981, p. 30, grifo do autor).

Essa realidade desigual é característica da sociedade brasileira ao longo dos anos, provocando grandes discrepâncias entre suas regiões. Partindo da urbanização desigual e do processo de industrialização, Santos (1988) analisa o desenvolvimento brasileiro, considerando que “Os avanços da industrialização e sua repercussão em todo o mundo levam a um progressivo aumento do bem-estar, embora desigualmente distribuído.” (SANTOS, 1988, p. 14). Anos depois, ao discutir o processo de globalização, o autor afirma que:

Na fase atual de globalização, o uso das técnicas conhece uma importante mudança qualitativa e quantitativa. Passamos de um uso “imperialista”, que era, também, um uso desigual e combinado, segundo os continentes e lugares, a uma presença obrigatória em todos os países dos sistemas técnicos hegemônicos, graças ao papel unificador das técnicas de informação. (SANTOS, 2000, p. 52).

Como os recursos econômicos produtivos apresentam grande discrepância mundo afora, as economias se desenvolvem de maneira diversa umas das outras como pode se constatar empiricamente e nessa breve revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento desigual. A primeira constatação é que a divisão territorial do trabalho produz territórios desiguais. (MARX, 1996, SMITH, 1988). Outro entendimento se refere ao capitalismo e sua capacidade de reduzir ou aumentar as desigualdades no espaço (na busca por maiores lucros, prejudica ou beneficia certas regiões). O terceiro apontamento se refere à ação estatal que favorece o capital na produção de desigualdades regionais. (SMITH, 1988, HARVEY, 2006). E a quarta e última constatação diz respeito ao desenvolvimento econômico brasileiro e seus efeitos sobre as desigualdades regionais, acentuadas diante do processo de industrialização. (FURTADO, 2013). Estes elementos são considerados na análise do Território Canquuiriguaçu, conforme poderá ser visto mais adiante.

O tema do desenvolvimento regional é recente se comparado a outras disciplinas. Atualmente, tem se mantido como um campo de estudo que reúne geógrafos, sociólogos, economistas, entre outros. Isto implica apontar que o desenvolvimento regional pode ainda não ser visto como uma ciência específica. Mesmo que a ideia de desenvolvimento regional esteja atrelada ao progresso econômico, esta tem sido superada pela perspectiva multidimensional e interdisciplinar nos últimos anos. Para Mattedi (2014), o desenvolvimento regional não se limita à questão econômica, incluindo também aspectos ambientais, sociais, políticos e culturais. Atualmente, a ideia a respeito do desenvolvimento regional faz alusão a um processo que resulta

na transformação de determinada realidade, ocorrida em um dado período de tempo, em determinada região. Considerando que esta mudança ocorra diretamente sobre uma dimensão, ela pode impactar positiva ou negativamente sobre as outras dimensões.

Originariamente, as primeiras ideias a respeito de uma economia ou desenvolvimento das regiões sobrevalorizavam aspectos quantitativos. Abordagens centradas na localização e, por conseguinte, baseadas no acesso às matérias primas e/ou proximidade com o mercado consumidor obtinham maior relevância. Neste sentido, algumas contribuições se destacam (COSTA 2005; LIBERATO 2008):

- Von Thünen (1826): teoria da localização relativa à agricultura onde a distância é dada pela lógica da produção e consumo;
- Alfred Weber (1909): custos de produção – localização industrial, sendo fatores chaves: distância dos insumos, mercado, custos com a mão de obra e as possibilidades de negócios (economias de aglomeração);
- Chirstaller (1933): concentração urbana: teoria dos lugares centrais, limiar da procura e alcance do bem, raridade, morfologia dos centros/sistemas urbanos;
- Losch (1940): preocupação com a demanda – áreas de mercado.

Já na segunda metade do século XX, outros autores trouxeram importantes contribuições para explicar a localização da atividade econômica, nomeadamente:

- Preud (1967)<sup>11</sup>: a empresa como elemento do desenvolvimento - informação imperfeita e racionalidade limitada;
- Mariotti (2001)<sup>12</sup>: papel das instituições - contexto social e cultural;
- Pellenberg (2002)<sup>13</sup>: perspectiva evolucionista – papel da geografia.

As teorias da localização foram sintetizadas por Isard, nos anos 1950, quando surgiu a ideia da “Ciência Regional” (GOULARTI FILHO, 2008). Apesar de incluir o espaço geográfico nas suas análises, o caráter quantitativo permanecia predominante no trabalho de Isard cuja principal preocupação era a maximização de lucros e minimização de custos. Estas teorias locacionais não ressoavam nos países e regiões menos desenvolvidas (LIBERATO, 2008). Neste contexto, surgem diversas críticas à concepção existente da Ciência Regional tal como às ideias dos autores estruturalistas.

---

<sup>11</sup> Outros autores pioneiros da Escola comportamentalista: Tomroe (1991), Hayter (1999), Boschma (1999), Lambooy e Stam (2003).

<sup>12</sup> Outros autores pioneiros da Escola institucionalista: Mariotti (2001), Pen (2001), Lopes (2001), Boschma e Frenken (2005), Pellenbarg (2002), Knobben (2004), McCann e Shefer (2004).

<sup>13</sup> Outros autores pioneiros da Escola evolucionista: Mariotti (2001, 2005), Boschma e Frenken (2005), Nelson (2002).

Segundo Fochezatto (2010), as contribuições teóricas sobre o desenvolvimento regional que vieram a seguir se distribuem nas obras de: Perroux (1955): polos de crescimento; Myrdal (1956): causação circular cumulativa, e Hirschmann (1958): efeitos de encadeamento para frente e para trás. Esses autores, de natureza estruturalista, argumentam “[...] a necessidade da análise minuciosa das reações em cadeia, que, dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da complexidade da estrutura produtiva, podem provocar efeitos de arrasto (*backward linkage*) e efeitos de propulsão (*forward linkages*).” (BRANDÃO, 2004, p. 64). Para Fochezatto (2010) e Brandão (2004), estas teorias serviram de base para a elaboração de políticas de Estado voltadas ao desenvolvimento regional. Desta forma, essa perspectiva teórica favorece a ação mais efetiva do Estado, contrapondo-se a lógica de mercado, presente nas abordagens anteriores.

Na perspectiva estruturalista, convém destacar a contribuição de Celso Furtado (1979, 2013) junto ao desenvolvimento regional. O clássico Formação Econômica do Brasil consegue exprimir, com excepcional consistência, os ciclos econômicos e a formação da economia nacional, destacando as diferenças regionais, em especial, do Nordeste. O Grupo do Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo referido autor, retratou especificidades regionais que revelam a preocupação com o desenvolvimento das regiões brasileiras. Ainda que o autor entendesse o desenvolvimento de maneira interdisciplinar, sua preocupação maior era com a questão regional brasileira. Uma das suas interpretações sobre o desenvolvimento regional do país é a adaptação da relação centro-periferia para o caso brasileiro.

Outras teorias buscaram tratar do desenvolvimento regional, tais como: a teoria da dependência e a teoria da relação centro-periferia. Estas vertentes partem da premissa que as regiões são frutos de processos hierárquicos e relações assimétricas impactadas por fatores exógenos (LIBERATO, 2008). Para Dos Santos (2015, p. 25), “A teoria da dependência, que surgiu na América Latina nos anos 1960, tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico na região, iniciado de fato em 1930-1945.” Já a teoria da relação centro-periferia propriamente dita, cujo principal autor é Friedmann (1972), baseava-se:

[...] na existência de interdependências entre determinadas actividades com quadros locais diversos, que se dispõem segundo arranjos hierárquico-funcionais (*os eixos de desenvolvimento*), polarizadas pelos centros, através dos quais são disseminadas as informações estratégicas e as inovações que compaginam estímulos ao processo de desenvolvimento. A gênese da clivagem centro-periferia radica, assim, também na relação de

dominação associada a uma economia mais inovadora.” (SANTOS, 2005, p. 198).

A respeito das contribuições sobre o desenvolvimento endógeno, pode se destacar as ideias de Stöhr e Taylor (1981) e Stöhr (1984), as quais valorizam a ideia de um desenvolvimento de “baixo para cima”. Alguns autores sintetizam estas contribuições, como Cabugueira (2000), Amaral Filho (2001) e Ueda (2004). A ideia do desenvolvimento a partir de baixo consiste na inserção de:

[...] estratégias baseadas nas condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões e visando a satisfação das necessidades básicas da população local, bem como a produção de complementos sociais aos mecanismos de mercado, nomeadamente pela produção de bens que se dirijam a grupos sociais específicos e que tenham valor social na região. (CABUGUEIRA, 2000, p. 121).

Esta perspectiva é interessante na busca de respeitar e valorizar as peculiaridades locais e regionais. No entanto, é provável que existam diversos obstáculos e limites para que este expediente alcance os objetivos traçados. Amaral Filho (2001, p. 267-268) destaca que esta concepção de desenvolvimento endógeno “de baixo para cima” valorizaria as “[...] potencialidades socioeconômicas originais do local [...]” contrapondo-se ao modelo de “de cima para baixo” resultado da ação estatal. Complementado essa ideia, Ueda (2004), ao explorar as ideias de Stöhr, afirma que essa reflexão “de baixo para cima” representa que “[...] os atores locais, quer sejam ele público ou privado são os responsáveis pelas ações de investimentos e de controle dos processos do desenvolvimento econômico.” (UEDA, 2004, p. 7).

A ideia de busca pelo desenvolvimento prezando as peculiaridades locais/regionais sem dúvida merece ser analisada como uma alternativa para combater as desigualdades entre as regiões. Esse é um contraponto importante à ideia do planejamento estatal como única forma possível de diminuir as desigualdades regionais. Todavia, deve-se questionar até que ponto a estratégia do desenvolvimento de baixo para cima pode ser bem-sucedida considerando o modo de produção capitalista. Afinal, transfere a responsabilidade do desenvolvimento a articulação dos agentes locais, como se apenas esta ação fosse suficiente para um desenvolvimento mais equilibrado, algo que contrasta com o acúmulo de capital.

Conforme Brandão (2012, p. 36), diversas vertentes teóricas poderiam confluir com a ideia de que o desenvolvimento poderia ser “[...] dependente apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizariam as potências endógenas de qualquer localidade.” Dentre os inúmeros defensores da ideia da valorização dos aspectos endógenos citados por Brandão (2012) destacam-se os trabalhos de Piore e Sabel (1984), Becattini (1987), Porter



(1990), Castells (1996), Krugman (1991), Romer (1986 e 1990), Lucas, (1988 e 1990), Putnam (1993), North (1990) e Vázquez Barquero (1993 e 1999).

Segundo Brandão (2012), inúmeros termos e expressões foram criadas pelos autores vinculados a este pensamento endogenista. Sua principal crítica refere-se à ideia de que este pensamento, hoje hegemônico, ignora as escalas intermediárias entre o global e o local. Notadamente, o autor entende que:

[...] é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento. Penso que, *ao contrário daquelas visões, as escalas “intermediárias” ganham novo sentido e importância nessa fase do capitalismo.* (BRANDÃO, 2012, p. 36, grifos do autor).

Não obstante, o autor afirma que:

Essa “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado. Nesse contexto, “o local pode tudo” e, diante da crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria mostrar-se diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência, amenidades etc., para ter garantida sua inserção na modernidade. (BRANDÃO, 2012, p. 38-39, grifo do autor).

As críticas do autor apontam que “Uma parte da literatura localista chega a afirmar que não há, nessa nova fase do capitalismo, maiores necessidades de se ter a propriedade dos meios de produção. [...] Tudo passa a ser uma questão de empreendedorismos e vontades.” (BRANDÃO, 2012, p. 46). Ele também reprova o papel do Estado neste cenário, pois esse teria limitada capacidade de ação, além de ignorar a hegemonia e o poder político existente. A sua interpretação a respeito do desenvolvimento endógeno parece ser precisa e explica o aparente insucesso de tentativas recentes de promoção do desenvolvimento regional no país. Afinal, o *mainstream* atualmente predominante é majoritariamente favorável as teorias do desenvolvimento endógeno, como se este fosse a única alternativa possível para o desenvolvimento das regiões. (BRANDÃO, 2012).

Ainda que as discrepâncias regionais brasileiras representem um processo histórico, as ações adotadas ao longo do tempo não promoveram uma redução substancial dessa desigualdade. Além do mais, diante de um cenário menos intervencionista por parte do Estado e de uma superestimada ideia de desenvolvimento endógeno, a questão regional brasileira não esteve na agenda governamental nas últimas décadas do século passado. Esse cenário se alterou,

ainda que de maneira insuficiente para satisfazer as demandas regionais, a partir de 2003. A criação da I Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é uma das ações que exemplificam a nova conjuntura política e econômica. Mesmo tendo sido criada em 2003, a política federal foi implementada apenas em 2007. Além do atraso na implementação, seus resultados ficaram aquém do esperado, tanto que em 2013 foi criada a Nova PNDR (ainda não implementada, sendo objeto de discussão no Governo Federal).

Diante da ausência de políticas públicas que promovam o desenvolvimento regional e a respectiva redução das desigualdades regionais brasileiras, as ações orientadas ao desenvolvimento das microrregiões é ainda mais insuficiente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as microrregiões brasileiras são definidas a partir de características específicas, tais como: estrutura da produção (agropecuária, extrativista, industrial) ou pelas relações decorrentes destas atividades produtivas (produção, distribuição, consumo, em regiões urbanas ou rurais). Esses são os principais critérios para se definir microrregiões, embora outros possam ser utilizados. Isso permite outras regionalizações, tais como Associações de Municípios, Consórcios Intermunicipais, inúmeras divisões político-administrativas, entre outras. De qualquer forma, o desenvolvimento das microrregiões brasileiras permanece em segundo plano nas políticas econômicas federais.

A ideia sobre desenvolvimento territorial tende a assentar na valorização das peculiaridades locais. Isto é, o desenvolvimento territorial, na maioria das vezes, é visto como um processo que se aproxima do desenvolvimento endógeno. Esse pensamento vai ao encontro, de certa forma, ao neoliberalismo dos anos 1980 e 1990 já que a tentativa de reduzir o tamanho do Estado implica a redução de políticas de caráter intervencionista, como as políticas voltadas ao desenvolvimento regional. Alternativas à ação estatal ganham um ambiente favorável a ideias localistas. Essas, como visto anteriormente, proliferaram justamente nesse período. Como cada território apresenta suas características específicas (sociais, econômicas, geográficas), existem significativas diferenças entre quaisquer espaços analisados. Assim, as premissas que valorizam e sobrestimam as especificidades locais encontram terreno fértil, se aproximando do caráter endogenista.

Outra característica do desenvolvimento territorial é sua vinculação ao rural. Essa ideia é baseada no programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento de Economia Rurais (LEADER), adotado em parte da Europa a partir de 1991, de acordo com Favareto (2010). Essa tendência também se verificou no Brasil onde, por exemplo, foi criada, em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A criação dessa Secretaria permitiu o surgimento dos Territórios Rurais, os quais, por sua vez,

serviram como base para o surgimento do Programa Territórios da Cidadania, em 2008. (GUIMARÃES NETO, 2010).

Finalmente, pode-se afirmar que o desenvolvimento regional é um processo que representa uma mudança, ocorrida durante determinado período de tempo, em um território específico. Diversas abordagens e interpretações buscam explicar o fenômeno do desenvolvimento regional. Ainda que a teoria do desenvolvimento endógeno tenha ganhado espaço nos últimos anos, ela é insuficiente para explicar o desenvolvimento das regiões. Afinal, não é crível pensar que o desenvolvimento regional possa ocorrer sem considerar os elementos exógenos ao território. Além disso, mesmo que reduzida ultimamente, a capacidade de intervenção do Estado ainda pode ser importante para o desenvolvimento das regiões. Essa discussão é essencial na análise do Território Cantuquiriguaçu, tendo em vista a Universidade Federal da Fronteira Sul ter papel decisivo no desenvolvimento da região.

O processo de desenvolvimento diz respeito a um território em si. Inúmeras teorias e perspectivas buscam apontar quais os “caminhos” para o desenvolvimento. Entretanto, dado o seu caráter interdisciplinar, os modelos até então construídos parecem insuficientes para que os territórios se desenvolvam de forma mais equilibrada. Além disso, diante de um modo de produção que aprofunda as discrepâncias no espaço, o desenvolvimento é cada vez mais desigual. Isto não significa que não possam ser adotadas políticas públicas e medidas que permitam o desenvolvimento mais homogêneo das regiões. Antes pelo contrário, faz-se necessário o estudo das peculiaridades do território, incluindo seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, para que as ações voltadas ao desenvolvimento possuam maior chance de sucesso. Afinal, as ações de desenvolvimento devem ser específicas para o território em questão.

Não obstante, o desenvolvimento desigual também alcança o Território Cantuquiriguaçu. Esse território, naturalmente, é diferente em relação às demais regiões paranaenses. É de se considerar que iniciativas endógenas e ações externas tenham sido construídas para que a região se desenvolvesse ou, ao menos, acompanhasse o desenvolvimento do Estado do Paraná. Entretanto, os resultados até então indicam que as medidas adotadas não lograram êxito. Isto significa que o desenvolvimento da região tem sido insuficiente para transformar a vida das pessoas que ali vivem. Ademais, o Território Cantuquiriguaçu detém certas peculiaridades regionais que devem ser vistas como potencialidades e não como variáveis que dificultam ou impedem o seu desenvolvimento.

### 2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSIDADE

Nesta parte do trabalho, pretende-se fundamentar o que se entende por movimentos sociais, políticas públicas e universidade de forma a subsidiar a análise do contexto onde esses elementos interagem, ou seja, o Território Cantuquiriguaçu. Entretanto, encontrar um conceito único para quaisquer dos termos é algo inviável, pois, assim como os outros termos anteriormente tratados, quais sejam, desenvolvimento, subdesenvolvimento e definições ligadas a espaço/território/região, a busca por definições esbarram em diferentes abordagens e concepções que nem sempre contribuem para sintetizar a essência que representa cada expressão.

Interessa, particularmente a este trabalho, identificar e analisar os elementos que, atuando no território, podem ser indispensáveis para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e, seja de forma isolada ou em articulação, representam alternativas para a superação do atraso socioeconômico. A questão que se coloca é como as regiões menos desenvolvidas e, portanto, menos atrativas ao interesse do capital, poderão superar suas dificuldades e se desenvolver? Assim, parece que as atuações dos movimentos sociais, do Estado, através das políticas públicas, e da universidade apresentam mecanismos e recursos que podem, efetivamente, transformar a sociedade e contribuir para seu desenvolvimento.

Nesta direção, esta parte da pesquisa discute esses três temas: movimentos sociais, Estado e políticas públicas e universidade. Os movimentos sociais representam uma importante forma de organização da sociedade. A existência dessas organizações pode proporcionar que inúmeras demandas sejam elencadas e trazidas para a agenda da sociedade. A ação estatal e o uso das políticas públicas podem ser instrumentos visando, em tese, proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da sua população. As universidades, em que pese suas múltiplas funções, são instituições que direta ou indiretamente afetam o desenvolvimento. Estes três elementos são aqui discutidos, pois são de grande valia ao se investigar o caso específico da Cantuquiriguaçu. Afinal, a caracterização destes elementos permite analisar o desenvolvimento regional e as perspectivas futuras, tendo em vista o baixo desenvolvimento do Território.

Em relação aos Movimentos Sociais é possível caracterizá-los como “[...] ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.” (GOHN, 2011, p. 335). A autora considera que “Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social.” (GOHN, 2011, p. 333). A autora elenca características comuns aos movimentos sociais:

identidade, enfrentam oposição aos seus interesses e se articulam ou se fundamentam em prol de um projeto de vida ou de sociedade (GOHN, 2011). A autora considera de expressiva importância a existência dos movimentos sociais, os quais são responsáveis por um leque de ações que podem proporcionar transformações significativas na sociedade.

Segundo Souza (2012, p. 9), “Movimento social refere-se a uma organização sociopolítica, cuja expressão empírica é dada pela manifestação conjunta de pessoas, movida por determinados interesses e/ou carências.” Sobre sua forma de atuação, a autora entende que:

[...] os movimentos sociais fazem uso de diferentes estratégias de lutas, como abaixo-assinados, manifestações em lugares públicos, ocupação de prédios públicos entre outros. Fazem uso de estratégias visuais que atraem a mídia, de modo a dar visibilidade às lutas empreendidas. Têm projeto político que varia de questões estruturais para questões conjunturais. (SOUZA, 2012, p. 11).

Destaca ainda que, “Geralmente, o movimento social faz parte de uma relação de forças entre classes sociais e entre estas e os governos.” (SOUZA, 2012, p. 11). Essa situação, aliás, pode caracterizar interesses antagônicos entre os agentes envolvidos. Tais considerações corroboram o entendimento de Gohn (2011).

Pode-se apontar, inicialmente, que as demandas e interesses que levaram ao surgimento dos movimentos sociais demonstram o conflito entre setores, classes sociais, contidas entre grupos de indivíduos, ou parte da sociedade, com o Estado. Nesse último caso, pode ser em decorrência de uma insatisfação, na expectativa de ter um anseio atendido ou ainda a manutenção de determinada conquista. Esses fenômenos não são exclusivos da sociedade brasileira. No entanto, as formas de organização encontraram terreno fértil em boa parte da América Latina e, em especial, no Brasil, dado o cerceamento de direitos e a existência de profundas desigualdades socioeconômicas nesta parte do planeta. Mais especificamente, no caso brasileiro, pode-se identificar que, ao longo da história, diversos movimentos se estabeleceram desde o “descobrimento”, sendo que os mesmos foram de significativa importância para a formação socioeconômica da sociedade brasileira.

Após os anos dos governos militares “O surgimento dos movimentos sociais, urbanos e rurais, fora de enquadramentos partidários, foi de certo modo uma grande novidade na sociedade brasileira, uma nova forma de expressão social que se combinou com o florescer de novos sujeitos sociais e políticos.” (MARTINS, 2000, p. 269). O autor tece críticas à atuação dos movimentos sociais, classificando-os como “[...] organizações, não raro agressivas, autoritárias e intolerantes, com burocracia própria, bloqueando o espaço para novos e autênticos movimentos sociais.” (MARTINS, 2000, p. 273). Apesar da crítica, não se pode negar que os movimentos sociais são importantes e possuem capacidade de pautar questões essenciais para

a discussão e o avanço de temas do mundo atual em áreas ainda pouco desenvolvidas ou sujeitas aos interesses dos grupos hegemônicos.

Favero (2003) salienta outra importante crítica apontando que a institucionalização, muitas vezes, proporciona a perda do caráter de movimento social e destaca que, como consequência desta situação:

Emerge, assim, um verdadeiro campo de tensões opondo movimentos e organizações, que é uma das expressões da tensão dialética que existe entre regulação (contrato) social e emancipação social. A história moderna foi, de modo quase absoluto, a história de um contrato social que subordinou a emancipação à regulação. No entanto, apesar de o sócio-político e cultural ter solicitado e impelido quase sem restrições os movimentos sociais para sua institucionalização, tornando-os desse modo prisioneiros do sistema, frequentemente, outras forças pressionaram no sentido da não institucionalização, o que contribuiu para a transformação de muitos movimentos em laboratórios de experiências alternativas de desenvolvimento. (FAVERO, 2003, 24-25).

Portanto, o autor reconhece que os movimentos sociais podem, ao não se tornarem parte do sistema, ser alternativas que promovem novas possibilidades para a transformação da sociedade, sendo que “[...] os movimentos sociais produzem efeitos que extrapolam o limite das demandas localizadas, ampliando e universalizando o campo formal do direito para todo o conjunto da sociedade.” (SOARES DO BEM, 2006, p. 1138). Na discussão referente ao desenvolvimento de um país ou região, é inegável o papel que cabe à sociedade deste respectivo território.

O desenvolvimento deve ser um projeto da sociedade antes de sê-lo do Estado. Se é indubitável que a sociedade terá de dotar-se de um Estado capaz de assumir a difícil tarefa de monitorar o desenvolvimento, não o é menos que ela deverá guardar para si mesma a função de definir os fins deste desenvolvimento e de circunscrever a área em que atua o Estado. (FURTADO, 2013, p. 106).

Entretanto, compreender um único projeto de desenvolvimento para uma sociedade, qualquer que ela seja, é algo extremamente complexo e de difícil compactação, ainda mais quando se trata da desigual sociedade brasileira. O que se verifica é que o poder hegemônico não consegue e não tem interesse em atender os anseios e necessidades de parte da sociedade, o que favorece o surgimento e consolidação dos movimentos sociais.

Arrais (2009) considera a ação um elemento chave para o desenvolvimento regional e, segundo ele, esta ação pode ser implementada por indivíduos e grupos sociais. O projeto de desenvolvimento nacional brasileiro “[...] subordinou a região, bastando para isso observar a pouca margem para negociação com atores de outras esferas e também os movimentos sociais.” (ARRAIS, 2009). O autor não só faz uma crítica à subvalorização da questão regional, mas

também, reforça a ideia de que os movimentos sociais são sujeitos sociais que devem participar das ações voltadas ao desenvolvimento regional. Hames (2003 apud PAS; RADÜNZ, 2011, p. 49), já havia destacado que os movimentos sociais afetam o desenvolvimento regional e nacional. Essas contribuições reforçam a ideia de que, independentemente de suas pautas específicas enquanto movimentos sociais, as organizações contribuem para o desenvolvimento regional.

Diante disso, é compreensível que os movimentos sociais são, pois, fundamentais na construção do bem-estar da sociedade. Afinal o Estado, mesmo que busque o bem-estar de sua sociedade, é administrado e voltado aos interesses dos grupos hegemônicos. Isto porque determinados setores da sociedade estão afastados do campo das influências e decisões que integram a estrutura estatal. Sendo assim, esses setores podem se unir em organizações que buscam atender seus anseios e necessidades. Esta relação entre Estado e movimentos sociais pode ser diversa e heterogênea. Há, obviamente, condições para identificar essa relação de acordo com o caso, tendo o movimento social uma postura antagônica, indiferente ou de proximidade e, até mesmo, cumplicidade com o governo em questão. A posição de conflito poderia ser entendida como a mais natural, visto que o movimento social tem na sua gênese a conquista ou garantia de determinado direito. Todavia, a proximidade pode ser por uma iniciativa do governo, cooptando lideranças dos movimentos, alianças pontuais (conforme determinado tema) ou diante de alternância de grupos políticos no aparelho estatal. Mas também pode representar o avanço do movimento social ou mesmo a oportunidade de que determinada demanda social possa ser atendida.

A relação entre os movimentos sociais e Estado foi discutida por Frank e Fuentes (1989). Para estes autores,

A maioria destes movimentos se mobiliza e se organiza independentemente do Estado, de suas instituições e dos partidos políticos. Não consideram que o Estado ou suas instituições, e particularmente se integrar ou militar nos partidos políticos, sejam as formas adequadas para alcançar suas metas. (FRANK; FUENTES, 1989, p. 36).

Mais uma vez se evidencia a discordância frente a uma relação muito próxima do Estado com os movimentos sociais. Contudo, é de Touraine (1989. p. 182) a crítica mais enfática quanto a esta aproximação, ao assegurar que “[...] a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma.” Sem dúvidas, esta submissão não é desejável, mas convém ressaltar que nem toda a aproximação pode configurar-se como uma obediência, temporária ou permanente, ao Estado.

A força dos movimentos sociais diminuiu ao longo dos anos 1990 devido a proliferação das ideias neoliberais e seus efeitos sobre os países menos desenvolvidos. Essa concepção levou o Estado brasileiro a reduzir seus gastos correntes e investimentos, prejudicando a adoção de políticas voltadas ao desenvolvimento. No seio da disseminação do receituário neoliberal, houve uma onda favorável para que a Sociedade Civil fosse mais ativa, principalmente em decorrência desta redução da capacidade do Estado em intervir. Seduzidos pela dinâmica da institucionalidade uma parte dos movimentos sociais aderem à ideologia neoliberal; tornaram-se parceiros do Estado, corroboraram com a ideologia da revalorização da “sociedade civil”, sobretudo no aspecto da economia. (GOMES; COUTINHO, 2008).

Ao longo dos anos 1980, a compreensão de “sociedade civil” constituída por parte da sociedade opositora às ditaduras militares passa a sofrer expressiva influência “[...] da ideologia neoliberal, com sua crítica ao Estado – visando, como é sabido, ao desmonte do chamado ‘Estado de bem-estar’ (até as versões minimalistas desenvolvidas na América Latina) –, proclamando a palavra de ordem ‘Estado Mínimo já! Reforma do Estado!’.” (BURGOS, 2007, p. 129). Assim, a ideologia neoliberal encontrou um campo favorável para sua expansão na América Latina e, também, no Brasil. Infelizmente, como resultado, houve o enfraquecimento das políticas públicas e a diminuição do impacto das ações dos movimentos sociais.

Dentre as inúmeras necessidades da sociedade brasileira, a educação é um dos principais anseios de sua população. Assim, é natural identificar a atuação dos movimentos sociais em prol de uma melhoria na educação. Para Souza (2004), o país apresentou, na segunda metade do século passado, um quadro no qual diversas ações coletivas foram estabelecidas, tendo como demanda a construção de prédios escolares, maior número de vagas, melhor qualidade no ensino, entre outros. A relação entre movimentos sociais e educação é expressa por Gohn (2016, p. 1):

As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania. Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc.

Há um rico histórico da atuação dos movimentos sociais em prol da educação brasileira. Gohn e Zancanella (2012) afirmam que esses movimentos pautaram a educação superior brasileira nas duas últimas décadas do século XX:

As décadas de 1980 e 1990, por sua vez, registram na educação universitária brasileira a criação de vínculos importantes com questões sociais de classes excluídas do processo, caracterizados pela Universidade do Trabalhador, Universidade Popular, Universidade dos Movimentos Sociais e por medidas que o Programa Universidade para Todos (ProUni) – o sistema de reserva de



vagas para estudantes negros, indígenas e alunos que procedem da rede pública de ensino básico – compreende. (GOHN; ZANCANELLA, 2012, p. 58).

Entre os movimentos sociais Gohn e Zancanella (2012, p. 60) destacam especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – afirmando que, “Por meio de parcerias com as universidades públicas, cerca de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST estudam em 50 instituições de ensino superior [...]”. É de se constatar que inúmeros ganhos para o MST decorrem desta inserção no ensino superior. As autoras são enfáticas ao asseverar:

[...] entende-se que o acesso de integrantes do MST no ensino superior universitário tem trazido contribuições singulares a todo o complexo do movimento. Tem possibilitado aos seus membros uma formação que os instrumenta para a discussão sobre a formatação das políticas educacionais com o Estado, a formação como sujeitos dotados de identidade e imbuídos nos propósitos coletivos. Mas, especialmente, tem se constituído em proposta nova de reivindicação para os direitos sociais. (GOHN; ZANCANELLA, 2012, p. 69).

Em suma, pode-se identificar nos movimentos sociais uma forma de organização coletiva que expressa determinada necessidade de parte da população. A princípio, pode representar uma insatisfação social, desta forma, se colocando em posição antagônica ao Estado e/ou outros segmentos. Costumeiramente, é passível de diversas críticas, tais como institucionalização, burocracia, aproximação (ou afastamento) do Estado, todavia, é inegável sua importância. Esta aproximação com o Estado pode, inclusive, expressar a conquista de espaço pelos movimentos sociais. E estes movimentos sociais estão presentes no Território Cantuquiriguaçu. Aliás, não só estão presentes, como possuem expressiva participação na vida social da região tendo sido, por exemplo, fundamentais na conquista de uma universidade pública para o território.

Sobre o tema Estado e Políticas Públicas, embora sejam elementos relevantes para o debate do desenvolvimento regional, aprofundá-lo poderia acarretar numa falsa ideia de que esta pesquisa trata a UFFS apenas como mais uma ação estatal visando promover o desenvolvimento das regiões. Isto até pode ser constatado, porém, a forma pela qual a universidade foi “construída” questiona um pouco a ideia anterior. Ademais, não é objeto deste trabalho analisar as condições necessárias para que o Estado, através das políticas públicas, promova o desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas. Todavia, embora esta questão não seja ignorada, aqui se evidenciará a perspectiva que orienta a tese. Perspectiva esta que destaca a participação da comunidade regional, em especial os movimentos sociais, na busca de alternativas que favoreçam a promoção do desenvolvimento na região. Inicialmente serão

ponderadas duas percepções a respeito do Estado – desenvolvimento regional. Em seguida, se discute a questão referente às políticas públicas.

A primeira noção considera o Estado um agente importante, e necessário, para a redução das desigualdades regionais. Não se deve interpretar, neste prisma, que há uma ilusão de que o Estado possui as condições adequadas e interesse primordial na diminuição dessas desigualdades. Porém, sem a atuação do Estado o desenvolvimento regional dificilmente se daria, visto que o modo de produção capitalista, e a ausência ou pouca relevância do Estado, permitiria o aprofundamento de tais desigualdades. Este Estado intervencionista, que procura reduzir as desigualdades regionais se aproxima da ideia do Estado de Bem-Estar social, *welfare-state*. Portanto, a ação do Estado é vista como um importante instrumento na redução das desigualdades socioeconômicas. Essa noção acaba sendo a hegemônica quando se discute Estado e desenvolvimento regional.

O Estado de Bem-Estar Social, ou Estado Social, ganhou importância após a crise de 1929 e a recuperação da economia norte-americana a partir da década de 1930, ao se contrapor ao Estado Liberal. Não se faz necessário aqui debater, exaustivamente, a origem, os instrumentos e os objetivos do Estado de Bem-Estar Social, mas sim, considerar a perspectiva de que esse Estado é capaz, e essencial, para reduzir as desigualdades. A propósito, a caracterização entre o Estado de Bem-Estar social e o desenvolvimento regional está amparada na própria Constituição Federal Brasileira de 1988<sup>14</sup>. A questão regional, ao integrar a constituição, parte do pressuposto de que as atividades econômicas devem:

[...] atuar no sentido de ajudar na redução das desigualdades tanto regionais quanto sociais, em nosso País, devendo contribuir, das mais diversas formas, para que sua atuação econômica, em uma dada região, seja efetivamente elemento de ajuda no combate à pobreza e às disparidades entre áreas mais ricas e às demais. Assim, a atuação, tanto do Estado quanto das empresas particulares, precisa estar em exato compasso com as políticas públicas de redução de tais desigualdades (políticas estas que precisam existir, de fato, para o alcance dos preceitos constitucionais. (SEGUNDO, 2007, p. 397).

Entretanto, infelizmente, a garantia desta necessidade na Carta Magna não representa, necessariamente, que o Estado trabalhe para este fim. A inexistência de uma política nacional de desenvolvimento regional, criada apenas nos anos 2000, reforça essa ideia. Na verdade, se

---

<sup>14</sup> Art. 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; Art. 170º: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VII – redução das desigualdades regionais e sociais (BRASIL, 1988).

observa que, mesmo quando a questão regional entra na agenda, há obstáculos para que as políticas se tornem frutíferas. Dentre os obstáculos, destacam-se em especial:

1. A ideia do Estado mínimo: essa concepção reduz as condições necessárias para que sejam elaboradas, e implementadas, fortes políticas públicas de caráter regional;
2. Limites de mecanismos dos governos subnacionais: se a União enfrenta problemas diante de crise fiscais, as unidades da Federação possuem capacidade ainda mais limitada de atuação. E as poucas que existem são adotadas em verdadeiras “guerras fiscais”, o que pode agravar ainda mais as disparidades regionais ao longo dos anos.

A segunda perspectiva considera o Estado cúmplice, e responsável, pelo desenvolvimento desigual. Em que pese a existência de um vasto leque de concepções teóricas a respeito do Estado, a definição de O’Donnell (2004) apresenta uma interpretação bastante adequada. Para ele, o Estado é “Un conjunto de instituciones y de relaciones sociales (la mayor parte de estas sancionadas por el sistema legal de ese estado) que normalmente penetra y controla el territorio y los habitantes que ese conjunto pretende delimitar geográficamente.” (O’DONNELL, 2004, p. 2). Ou seja, o Estado possui o ofício de gerir o território e, conseqüentemente, as relações da sociedade em questão. Aliás, sobre as diversas funções que o Estado engloba, há um conjunto de aspectos que podem ser considerados. Entretanto, primordialmente a responsabilidade sobre o território, e as pessoas que habitam o território, é manifesta.

A forma pela qual o Estado é gerido não sinaliza para uma questão pacífica, pelo contrário, “[...] o Estado, como toda relação social, é uma relação de forças. É por isso também, seu direito e suas instituições, apesar da aparência de neutralidade que recompõem continuamente, estão entrecruzados pelas lutas e contradições da sociedade.” (O’DONNELL, 1981, p.21). Este pensamento afasta a ideia de um Estado imparcial, que atua em prol da coletividade, ainda mais em uma sociedade capitalista. Essa perspectiva é reforçada quando se compreende que:

[...] é o contexto capitalista de desigualdade generalizada no qual opera o Estado que determina basicamente suas políticas e ações. A concepção prevalecente é a de que o Estado, em tais sociedades, pode ser e é realmente, na maioria dos casos, o agente de uma ordem social “democrática”, sem qualquer tendência preconceituosa, inerente em relação a qualquer classe ou grupo. O seu ocasional lapso de “imparcialidade” deve ser atribuído a algum fator acidental externo à sua natureza “real”. Mas isso também é um engano fundamental: o Estado, naquelas sociedades de classe, é, antes de mais nada e inevitavelmente, o guardião e protetor dos interesses econômicos que nela estão dominando. Seu objetivo e missão “real” é assegurar o seu predomínio continuado, e não impedi-lo. (MILIBAND, 1972, p. 321-322).

Em vista disso, no modo de produção capitalista a ideia de um Estado imparcial, que busca reduzir as desigualdades e atua para equilibrar as forças sociais é, no mínimo, questionável, para não dizer ilusório. Para Saes (1998, p. 50), “É nesse sentido que o Estado burguês organiza de forma particular – o modo burguês – a dominação de classe: as condições ideológicas por eles criadas definem um tipo particular de dominação de classe, a dominação burguesa.” Isto é, numa sociedade de produção capitalista o Estado, “naturalmente”, é capitalista. Na atuação do Estado é possível verificar que:

Históricamente, la expansión del capitalismo ha encontrado un apoyo decisivo en la creciente capacidad de los estados nacionales para encarar y superar obstáculos al desarrollo. En gran parte, su creciente capacidad para movilizar recursos con este propósito ha tenido un efecto inmediato sobre el alcance de su dominio institucional. Este proceso implicó la expropiación de una serie de funciones de la sociedad civil y de los gobiernos subnacionales que pasaron a formar parte del propio dominio operacional del estado. (OSZLAK, 2006, p. 3).

Tal relação permite presumir que o Estado não só é ineficiente frente a necessidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas (e regionais), como contribui para que estas desigualdades sejam ainda mais significativas.

Portanto, quando se discute a questão do desenvolvimento regional, existem duas perspectivas muito claras. A primeira, visão dominante, considera que a desigualdade entre as regiões, e o próprio desenvolvimento desigual, é ocasionado pelo modo de produção capitalista (Estado de Bem-Estar Social). Neste sentido, o Estado deve ser responsável por políticas públicas que visem a redução das desigualdades regionais. A segunda perspectiva questiona a origem das desigualdades e vê a atuação do Estado como classista, que privilegia os grupos dominantes. Essa ação do Estado provoca e acentua as desigualdades regionais. Harvey (2006) aponta a efetiva ação estatal no processo de acumulação por espoliação. Esse processo aplicado ao Território Cantuquiriguaçu foi objeto de análise por parte de Theis e Krajevski (2017).

Neste estudo, os autores identificaram que uma série de ações adotadas pelo Estado paranaense afetaram, diretamente, o Território Cantuquiriguaçu. O conjunto destas ações “[...] caracteriza um processo de acumulação por espoliação. E este possibilita, infelizmente, um desenvolvimento ainda mais desigual.” (THEIS; KRAJEVSKI, 2017, p. 23). Dessa forma, essa interpretação se aproxima da visão contra-hegemônica sobre o Estado, no sentido de que esse contribui diretamente na desigualdade regional.

Convém ressaltar que o Estado de Bem-Estar social não é diferente, necessariamente, da visão contra-hegemônica. O que distingue as duas perspectivas é a visão acerca do Estado e

sua influência sobre o desenvolvimento. De um lado tem-se a ideia, dominante, de que o Estado de Bem-Estar social pode e deve atuar no sentido da redução das desigualdades socioeconômicas e regionais. De outro, inspira-se na crítica da atuação do Estado, para afirmar que este é insuficiente para possibilitar o desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas. Neste sentido, caberia analisar se o Estado, a rigor, não é, também, o responsável pelas desigualdades.

Há, possivelmente, uma esperança exagerada na capacidade de atuação do Estado frente aos desequilíbrios regionais. Mais grave ainda é observar que, muitas vezes, a responsabilidade por estas desigualdades não é relacionada à própria ação estatal, como se o Estado não fosse um agente que promove, ou contribui, para a geração das desigualdades. Contudo, para a maioria dos estudiosos sobre o desenvolvimento regional é patente a crença de que o Estado, através dos instrumentos que dispõe, pode promover ações que possibilitem a redução das desigualdades. E estas ações geralmente são caracterizadas pela adoção de políticas públicas.

Diante da diversidade e heterogeneidade acerca do conceito de políticas públicas, se apresentam aqui algumas noções mais genéricas, pois não teria sentido discutir exaustivamente o termo diante de suas diversas vertentes teóricas. Obviamente, qualquer tentativa de definir políticas públicas apresentaria algumas insuficiências e uma proposta mais ampla é suficiente para o desenvolvimento deste estudo. Registre-se, assim, a definição e uma revisão da literatura sobre políticas públicas ambas elaboradas por Souza (2006). Após apresentar uma síntese das origens e os principais autores no surgimento das políticas públicas, a autora define-as como um “[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” (SOUZA, 2006, p. 26).

Considerando os modelos de políticas públicas, Secchi (2010), baseado em Sabatier (1986), diferencia duas formas: modelo *top-down* (de cima para baixo), o qual é constituído de duas etapas: tomada de decisão (esfera política, visão funcionalista/tecnicista) e implementação (esfera administrativa), isso é, as decisões são tomadas nas esferas hierarquicamente mais altas e executadas por esferas inferiores; e modelo *bottom-up* (de baixo para cima), a qual representa uma iniciativa maior dos agentes locais, reduzindo a capacidade de intervenção dos tomadores de decisão de nível superior. Rua (2012) reforça que o modelo *bottom-up* permite uma maior participação das bases, de demandas e experiências anteriores. E mais, apresenta um terceiro modelo, denominado interativo-iterativo, que consiste num “[...] processo complexo, de idas e vindas, entre as diversas fases do ciclo, dando origem a várias etapas de decisão, que iriam

sendo formuladas conforme as reações dos diversos atores à agenda que se formou, ao curso assumido pelas decisões e aos impactos da implementação.” (RUA, 2012, p. 126-127).

Tendo em vista as premissas já apontadas anteriormente, nas quais está manifesta a ideia de que o mercado, *per se*, não consegue dar conta da promoção do desenvolvimento, a adoção das políticas públicas se apresenta como um importante instrumento. Essa ideia é ainda mais forte em países menos desenvolvidos. Afinal, é difícil crer que, numa sociedade que apresenta forte desigualdade socioeconômica, a livre ação dos agentes econômicos privados proporcionará o desenvolvimento do país. Entretanto, esta perspectiva, equivocada, se destaca em decorrência do ideário neoliberal a partir dos anos 1980 e se amplia com a onda globalizante. A globalização aqui entendida é um processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), ou ainda consiste no “[...] ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.” (SANTOS, 2000, p. 12). Não obstante, a globalização nos dá a ideia de que o regional e/ou nacional deixam de existir, como se não existissem mais barreiras entre nações e todos tivessem acesso a tudo; leia-se bens, serviços, qualidade de vida, etc.

Neste contexto de globalização, o papel do Estado acaba enfraquecido. As ideias alusivas a não intervenção estatal encontra terreno fértil para sua propagação com a consequente diminuição da formulação e implementação de políticas públicas, dentre as quais as voltadas ao desenvolvimento. Todavia, a não intervenção do Estado tende a agravar as desigualdades entre as regiões mais e menos desenvolvidas, principalmente em países mais atrasados. Afinal, dificilmente o mercado teria interesse em promover investimentos em regiões menos desenvolvidas, seria um contrassenso à lógica capitalista. Pelo contrário, como afirmam Smith (1988) e Harvey (2006, 2013 e 2014), o capitalismo é que gera estas desigualdades. Desta forma, a implementação de políticas públicas importantes para o desenvolvimento desses países fica em segundo plano. A importância dessas políticas não se refere apenas ao desenvolvimento dos Estados nacionais, mas também dizem respeito ao desenvolvimento regional.

As Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional são geradas a partir das falhas de mercado existentes nas regiões, com tendências normativas, a partir de um nível social ou politicamente indesejável, com sucessivos desequilíbrios da renda *per capita* ou entre o distinto comportamento de desenvolvimento das regiões. (LIMA; SOUZA, 2012, p. 34).

Ao se considerar o extenso histórico de desigualdade regional existente no Brasil, é provável que as alternativas que passem pelo conjunto de políticas públicas sejam essenciais para superar o atraso de determinadas regiões. Ainda que o país apresente graves distorções não corrigidas pelas políticas públicas até então adotadas, convém resgatar brevemente o histórico destas no caso brasileiro.

Bacelar (2003) entende que o país priorizou, essencialmente, o desenvolvimento (econômico) ao longo dos últimos oitenta anos, mas não buscou transformar a sociedade brasileira. A autora entende que a prioridade ao longo dos anos foi concluir o processo de industrialização brasileira indicando assim que as questões relacionadas ao desenvolvimento regional foram deixadas de lado. Ao resgatar o processo histórico referente ao desenvolvimento regional brasileiro, Diniz (2009) entende que essa questão era uma preocupação desde o século XIX. No entanto, algumas políticas e programas mais efetivos seriam implementados apenas ao longo do século XX, as quais se consolidariam com a criação de Superintendências de Desenvolvimento Regional de acordo com as mesorregiões brasileiras. No entanto, esses organismos não conseguiram reduzir as desigualdades regionais brasileiras, nem promover o desenvolvimento regional.

Sobre o histórico do desenvolvimento regional brasileiro do ponto de vista das políticas públicas, utilizando a metodologia adotada neste trabalho de investigação, é possível identificar quatro períodos (GUIMARÃES NETO, 2010):

- Intervenções não estruturadas ou esporádicas (até os anos 1950): capacidade de o Estado intervir reduzida, dado a defesa da não intervenção estatal até 1929; nas décadas de 1930 e 1940 verificam-se as primeiras iniciativas, ainda que limitadas, relacionadas com o desenvolvimento regional;
- Período desenvolvimentista (1950-1980): de acordo com os planejamentos macroeconômicos do Governo Federal. A questão regional entra em evidência, destaque para a criação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento;
- Crise do Estado e neoliberalismo (1980-2002): capacidade reduzida do Estado promover políticas públicas, para além das ações voltadas prioritariamente ao combate da inflação;
- Estado promotor de políticas públicas (pós-2002): tentativa de retomada do Estado como agente em prol de crescimento econômico.

É possível identificar que a redução das desigualdades regionais passa a ser um dos principais objetivos presentes nos planejamentos governamentais a partir dos anos 1940. Todavia, o fracasso dos planos econômicos de combate à inflação dos anos 1980 e a difusão das ideias neoliberais, vide defesa do Estado mínimo, reduziram a ação estatal direcionada ao desenvolvimento regional. Somente a partir de 2003, com a chegada ao poder do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, é que a questão regional volta a entrar em evidência. Isto pode ser observado com a criação das I e II PNDR's (conforme visto anteriormente). Todavia, mesmo

com a adoção de algumas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional brasileiro, seus efeitos foram reduzidos. Além disso, a redução das desigualdades regionais não ocorreu conforme o intento das políticas adotadas, as quais apresentaram resultados insuficientes para a promoção do desenvolvimento regional até este momento.

Essa síntese das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional brasileiro não contempla a avaliação das políticas públicas, já que esta fase representa o momento “[...] em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou.” (SECCHI, 2010, p. 49). Uma avaliação pormenorizada do histórico brasileiro seria algo extremamente complexo, não sendo o objeto desta investigação. Ainda assim, considerou-se pertinente trazer uma contribuição importante sobre o tema feita por Arretche (2001). A autora critica o tempo existente entre os períodos de formulação e implementação das políticas públicas. Para ela, a própria implementação altera a política pública em si levando-a a defender que a avaliação da política deve considerar as modificações existentes decorrentes do processo de implementação e não apenas se os objetivos elencados foram ou não alcançados.

A etapa de avaliação está presente em quaisquer políticas públicas, e deveria ser ainda mais nos programas e projetos voltados ao desenvolvimento regional brasileiro. Além do tempo decorrido das políticas públicas e seus resultados, há de se considerar, prioritariamente, a própria configuração do território brasileiro. Diferenças e semelhanças distribuídas de maneira diversa por um espaço tão desigual e heterogêneo implicaria, provavelmente, em inúmeras controvérsias. As diferenças geográficas, culturais, econômicas, políticas e sociais dificultam, sobremaneira, a avaliação de políticas públicas, principalmente quando formuladas e implementadas pelo Governo Federal. Ainda que a intenção do Estado seja reduzir as desigualdades, a diversidade regional brasileira impede que uma política pública não territorializada alcance os objetivos desejados. Ou seja, para que as políticas públicas obtenham sucesso, as características territoriais devem ser respeitadas e consideradas.

Sintetizadamente, há duas visões distintas sobre o Estado e as desigualdades regionais. Enquanto a primeira, dominante, entende que o Estado é fundamental para a redução das desigualdades; a segunda, contra-hegemônica, parte da ideia de que o Estado é responsável pelas desigualdades. A segunda concepção serve como suporte deste estudo. Desta forma, entende-se aqui que o Estado vai ser o promotor das graves desigualdades regionais existentes. As ações adotadas pelo aparelho estatal culminaram no agravamento das desigualdades regionais no Paraná, conforme pode ser observado no capítulo seguinte. Entretanto, não se descarta a primeira noção visto que o Estado, em determinados momentos, pode adotar políticas



que priorizem as classes menos favorecidas. Esta, no entanto, não é a prática usual do aparelho estatal brasileiro. As exceções são, na sua grande maioria, oriundas de ações populares de grande mobilização. É neste sentido, portanto, que cabe um olhar ao papel desempenhado pelos movimentos sociais.

As políticas públicas, em conclusão, podem representar a ação do Estado na sociedade. Considerando os efeitos da intensificação do processo globalizante, é essencial uma ação significativa do Estado para o desenvolvimento das regiões. Evidentemente, o *mainstream* neoliberal entende que o Estado deve diminuir sua capacidade de intervir. Mas será verossímil supor que as regiões mais atrasadas (e menos desenvolvidas) poderão superar os seus constrangimentos graças a livre atuação dos agentes econômicos privados? Parece não ser crível tal possibilidade. No caso específico do Território Cantuquiriguaçu, território esse de baixo desenvolvimento, as forças locais não permitiram, até este momento, o seu desenvolvimento socioeconômico. Isso reforça a relevância das políticas públicas, transformando-as num importante recurso para que a região supere suas debilidades e apresente uma melhoria da qualidade de vida da sua população.

O último termo em discussão nesta parte do trabalho é Universidade, sobre a qual apresenta-se um breve contexto histórico. A primeira universidade criada foi a Universidade de Bolonha, em 1088 (SIMÕES, 2013). A universidade surge no final da Idade Média, sob a responsabilidade da Igreja Católica (LIMA, 2012), sendo que a “[...] educação universitária nessa fase inicial compreendia formação teológica avançada, com base na filosofia escolástica.” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 113). Mesmo com dogmas oriundos do catolicismo, “[...] é nesses tempos que nasce e se cultiva, nas escolas universitárias, o hábito das discussões abertas, dos debates públicos, das disputas como elementos integrantes do currículo e especificidade de certas disciplinas.” (LIMA, 2012, p. 44). Almeida Filho (2008) registra que esta concepção de universidade conservadora vai se estender até a segunda metade do século XVIII. A partir do século XIX ocorrem reformas universitárias dando origem a novos modelos de ensino superior.

A transformação na universidade é assim descrita:

[...] a universidade moderna é fruto da revolução industrial. Consequentemente, a universidade atingiu sua forma atual e o fez em nível mais alto, exatamente ali onde mais cresceu o capitalismo, onde se romperam, de maneira mais drástica, as antigas tradições e onde mais se tecnificou a produção. Para isso a universidade teve que desfazer-se da escolástica para substituí-la pela preocupação pelo saber científico e tecnológico, tornando-se receptiva as renovações institucionais de caráter liberal requeridas pela burguesia e remodelar-se para servir a novos setores de interesses, para transmitir um saber novo, para criar novos valores e para dignificar novas tradições. (RIBEIRO, 1969, p. 38).

No bojo de sua análise sobre a universidade na América Latina, o autor afirma que “Até agora, na América Latina, as universidades atuaram principalmente como agentes de modernização reflexa, transformando os seus povos em consumidores mais ou menos sofisticados de produtos da civilização industrial.” (RIBEIRO, 1969, p. 65). O autor entende ainda que as universidades latino-americanas apresentam características prejudiciais em sua construção, tais como: caráter elitista, estilo aristocrático e patriarcal, burocracia, entre outros. No entanto, a crítica mais incisiva se dá quando ele afirma que:

Evidentemente, a universidade latino-americana é fruto de sua sociedade. É subdesenvolvida como o é a sociedade na qual se insere, fundada como empresa para gerar lucros, mediante projetos forçados que localizaram populações em certos pontos, não para criar novas sociedades autônomas com o comando de seu próprio destino, mas para atender as condições de existência e prosperidade de outros povos. (RIBEIRO, 1969, p. 69).

Mesmo assim, o autor reconhece que a universidade latino-americana tem buscado, ao longo de sua existência, se transformar. Estas tentativas, sejam elas de influência interna ou externa, infelizmente, não provocaram uma modificação expressiva nas estruturas universitárias existentes.

No contexto latino-americano, embora sendo difícil, caberia às universidades públicas não terem apenas o “[...] papel tradicional reflexo do meio social ou réplica mecânica das reclamações e pressões que se exercem, de fora, sobre ela, para conformá-la em instrumento de transformação da sociedade.” (RIBEIRO, 1969, p. 37). Neste sentido, as universidades públicas possuem vital importância para efetivamente alterar a estrutura da sociedade: a sua independência da visão mercadológica do ensino superior e investigação. Leopoldo e Silva (2001, p. 299) interpreta desta forma ao argumentar que:

E por não estar limitada pelas injunções do mercado que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação intrínseca que se manifesta numa possibilidade de reflexão que foge aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e consumo.

Todavia, esta situação parece estar longe da realidade enfrentada atualmente pelas universidades públicas. Ao discutir sobre este tema, Santos (2008, p. 18) registra que:

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento económico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a uma vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas

insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial.

A análise se aplica bem aos países e regiões menos desenvolvidas, sendo que, nesse cenário, evidencia-se uma importância ainda maior ao papel da universidade pública frente ao desenvolvimento. Todavia, transformar a sociedade nestes territórios não se constitui um objetivo de fácil execução, afinal “[...] a universidade enquanto bem público é hoje um campo de enorme disputa. Mas o mesmo sucede com o Estado. A direção em que for a reforma da universidade é a direção em que está a ir a reforma do Estado.” (SANTOS, 2008, p. 104).

Especificamente sobre o Brasil, ainda que algumas Escolas e Faculdades tivessem sido criadas ao longo do século XIX, somente no século XX houve a criação da primeira universidade brasileira. (ALMEIDA FILHO, 2008). Embora existam diversas controvérsias a respeito da primeira universidade brasileira<sup>15</sup>, não há dúvidas de que essa instituição surgiu tardiamente no país, ainda mais se compararmos com o histórico de outras universidades latino-americanas. Já em relação ao modelo de educação superior brasileiro, esse apresenta uma estrutura curricular caracterizada por uma concepção linear e fragmentada do conhecimento, formação profissional e acadêmica atrasada, reformas universitárias deficientes e desregulamentação do ensino. (ALMEIDA FILHO, 2008). Aliado a essa crítica pertinente, há de se considerar ainda a expansão na oferta de cursos universitários no Brasil nas duas últimas décadas, a qual pode não ter sido acompanhada da devida melhoria na qualidade de ensino.

Silva Filho (1977, p. 21) assevera que “O ensino superior brasileiro nasceu com características coloniais e de elite.” Mais adiante, o autor justifica esta afirmação ao determinar que:

O que desejavam os grandes senhores de terra para seus filhos era a formação acadêmica, representada geralmente pelo diploma de bacharel, requisito necessário e suficiente para o trato social dentro da classe dominante. Enquanto isso, a instrução para o restante da sociedade se resumia à alfabetização e a um mínimo de instrução que bastasse para garantir o funcionamento das atividades fora do interesse das classes dominantes, como a burocracia do serviço público do segundo escalão para baixo, o comércio e o magistério primário. (SILVA FILHO, 1977, p. 22-23).

Essa situação denotava a importância do grau da escolarização quanto a sua posição social, visto que, segundo o mesmo autor,

Era um dos indicadores que servia para medir o “status” social. Assim como para um elemento da classe média representava uma ascensão chegar aos cursos superiores, para os membros das classes dominantes representava um descenso ter que concorrer com esta classe média às vagas existentes. Do

---

<sup>15</sup> Segundo Almeida Filho (2008), há uma disputa entre algumas universidades para se definir qual foi efetivamente a primeira universidade do país.

mesmo modo que bacharelar-se era questão de honra para um jovem da classe dominante, a fim de assim confirmar sua superioridade social, do mesmo modo galgar todos os estágios da formação intelectual representava a vitória de um desafio para os jovens das camadas populares. (SILVA FILHO, 1977, p. 24).

Desse modo, a análise de Silva Filho (1977) vai ao encontro do pensamento de Ribeiro (1969) quando este discutiu sobre a universidade na América Latina. Contudo, mais grave ainda é observar que as primeiras universidades brasileiras, além de privilegiarem as elites locais, surgiram muito tarde no país.

Há diferentes ideias e concepções de universidade ao longo do tempo, no entanto, uma das mais importantes sínteses pode ser observada em Santos (1989, p. 17), segundo a qual,

A exigência posta no trabalho universitário, a excelência dos seus produtos culturais e científicos, a criatividade da actividade intelectual, a liberdade de discussão, o espírito crítico, a autonomia e o universalismo dos objectivos fizeram da universidade uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das élites.

Essa visão de universidade é fruto do capitalismo liberal do século XIX, sendo que, na segunda metade do século XX, essa concepção entraria em crise (SANTOS, 1989). Para Minogue (1981, p. 55), a “[...] universidade é muito mais que suas práticas.” Ao discutir a relação, muitas vezes criticada como distante, entre teoria e prática, o autor registra que:

A pesquisa acadêmica é um método de busca do conhecimento de qualquer coisa de modo geral, um método caracterizado sem dúvida pelos seus objetivos e preocupações, embora diferenciado acima de tudo por uma lógica totalmente diversa daquela da prática. Isto quer dizer que existe uma diferença consistente entre a *espécie* de significado que é encontrada no discurso acadêmico, e aquela encontrada no mundo. Ignorar esta diferença, e tratar as universidades simplesmente como instituições que fornecem serviços educacionais para a sociedade, seria o mesmo que tratar um vaso de dinastia Ming como um simples vaso para flores: plausível, mas estúpido. (MINOGUE, 1981, p. 61).

O autor faz a presente crítica porque acredita que a aproximação entre a universidade e a sociedade pode fazer com que a primeira se descaracterize. Para ele,

As universidades se encontram submetidas a pressões governamentais e as exigências de que seus recursos de pesquisa sejam usados em cooperação com a indústria. [...] ao mesmo tempo, os próprios acadêmicos são vulneráveis à sedução do dinheiro, da fama e do poder – todos objetivos práticos e imensamente desejáveis. (MINOGUE, 1981, p. 77).

Minogue (1981, p. 85) vai além, ao afirmar que as universidades “[...] perdem sua identidade acadêmica toda vez que se engajam em causas políticas ou sociais, mesmo que algumas delas (como muitas causas progressistas) se apresente em termos aparentemente

adequados.” Todavia, o próprio autor admite “[...] que as universidades tanto afetam como são afetadas pelas circunstâncias sociais.” (MINOGUE, 1981, p. 144). De fundo, o cerne da questão, para o autor, é que a universidade pode se “corromper” ao se aproximar da sociedade. Assim, ele entende que a universidade deve manter um certo distanciamento das questões práticas. O posicionamento do autor é compreensível, pois se a universidade centrasse suas ações nas questões práticas e cotidianas, possivelmente reduziria sua capacidade de contribuir com questões extemporâneas. Entretanto, mesmo que as universidades possuam certa identidade e autonomia, há significativas diferenças entre as universidades. Estas diferenças se referem a forma de financiamento, regiões ou países em que estão localizadas, se visam lucros ou não, cursos ofertados, entre outros.

A universidade conseguiu se manter, ao longo do tempo, como uma instituição forte e respeitada, num sentido figurado alcunhada como “Torre de Marfim”. (MINOGUE, 1981; TREMBLAY, 2011). No entanto, este distanciamento é criticado por inúmeros outros pensadores. Ricken (1986, p. 119), a respeito do papel da universidade, entende que:

A ideia da Universidade promotora de bem social se acentua, principalmente frente às disparidades sociais enfrentadas no mundo subdesenvolvido e/ou em desenvolvimento. É cobrado da Universidade um engajamento, cada vez maior, na solução de problemas concretos enfrentados pela sociedade.

Tremblay (2011), ao considerar o texto de Monpetit (1942), afirma que ao longo do tempo a universidade agregou ao seu papel de formação superior e pesquisa, o tributo da extensão, a qual possibilita “[...] o ensino para fora, em direção ao povo.” (TREMBLAY, 2011, p. 12). Para Vieira et al (2011, p. 278):

Os pesquisadores universitários podem se associar de várias maneiras às autoridades locais e aos atores da sociedade civil (organizações não-governamentais, organismos sem fins lucrativos, comitês de cidadãos, associações de bairros, organismos de cooperação internacional, empresas, etc.). Tais articulações entre a universidade e o meio social deveriam se processar daqui em diante numa perspectiva de aprendizado mútuo e de construção conjunta.

Diversas outras considerações poderiam ser apontadas neste sentido, ou seja, que a universidade precisa estar concatenada com as questões sociais que a envolve. Neste sentido, a afirmação de Demo (1980, p. 130) evidencia esta relação, pois para ele,

A Universidade é chamada a assumir, de forma definitiva, seu compromisso com a política social, por duas razões principais: porque faz parte da política social, na medida em que é integrante da política de educação e cultura; por autocrítica: na medida em que precisa reconhecer que o acúmulo de privilégios deve ser socialmente retribuído.

Aliás, cabe discutir brevemente o papel que caberia a universidade. A consecução da missão e dos objetivos da universidade estão assentadas, basicamente, no tripé ensino, pesquisa e extensão, ainda que a última seja considerada a “perna frágil” deste tripé. Santos (2008, p. 59), ao discutir as transformações ocorridas nas universidades em decorrência das mudanças provocadas pela globalização e as reformas que se fazem necessárias, entende que estas “[...] reformas devem partir do pressuposto que no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer um desses, há ensino superior, não há universidade.” Isto é, a dissociabilidade ensino, pesquisa e extensão é inimaginável. Importante destacar ainda que, de acordo com o mesmo autor, a extensão não se resume à prestação de serviços da Universidade (de dentro para fora), mas também inclui a denominada “ecologia dos saberes”<sup>16</sup>, a qual representaria um movimento de fora para dentro.

Uma análise pertinente sobre a universidade brasileira é a de Chauí (2003). A autora reitera o caráter elitista dessa instituição, ao afirmar que a universidade “[...] embora pública e laica, não era democrática, mas reproduzia privilégios e hierarquia social.” (CHAUÍ, 2003, p. 70). Após a ditadura iniciada em 1964, a universidade brasileira passaria por um processo de transformação, partindo da universidade funcional, passando pela universidade de resultados até a universidade operacional<sup>17</sup>. Esta última representa que “[...] a universidade está virada para dentro de si mesma, mas, isso não significa um retorno a si e sim, antes, uma perda de si mesma.” (CHAUÍ, 2003, p. 71). Ao discorrer sobre este tema, a autora destaca o caráter burocrático existente na universidade, isto é, uma burocracia organizacional que a impede de avançar.

A interpretação de Chauí (2003) pode indicar uma universidade voltada para dentro, internamente, sem diálogo ou relações mais próximas com a sociedade regional. Ou seja, uma universidade voltada para dentro e não para fora, conforme sinalizara Santos (2008). Se a atuação das universidades brasileiras estiver adotando como diretrizes em suas ações este caráter operacional, essa universidade não estará territorializada. Quer dizer, a universidade estará distante da questão regional e das discussões que cercam a comunidade. Daí pode decorrer uma questão essencial: até que ponto uma universidade pode ser pública se ela se encontra distante da participação cívica regional? A inserção da comunidade com as atividades

---

<sup>16</sup> A ecologia dos saberes “Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade.” (SANTOS, 2008, p. 69).

<sup>17</sup> Segundo Chauí (2003), a universidade funcional era aquela voltada à formação de pessoas para o mercado de trabalho, a universidade de resultados visava uma maior aproximação das universidades com as empresas privadas e a universidade operacional estava direcionada para si mesma.

universitárias precisa ser cada vez maior, para que a universidade seja, efetivamente, uma instituição pública.

Possivelmente, há universidades mais engajadas localmente, enquanto outras podem atuar pautadas em ações globais. Contudo, estas últimas tendem a estar mais distantes das pautas da sociedade regional em que está atrelada. Isso implica na não prestação de contas dessa universidade à sociedade. Isto é, a universidade, nominalmente pública, financiada através de recursos públicos, não presta contas ao público, não dialoga com a sociedade que a financia. Essa pode ser a universidade operacional indicada por Chauí, distante das pautas sociais, orientada apenas para o cumprimento de seus afazeres internos, voltada para dentro da própria instituição. Organizada dessa forma, ela se distancia do desejo da sociedade, distorcendo uma importante função, já que, caso ignore a realidade social a sua volta, sua atuação seria baseada em questões que ela mesmo elencaria, ou seja, pesquisas e atividades inclinadas aos interesses de sua comunidade interna.

Sobre as funções da universidade, há diversas correntes e interpretações. O surpreendente é notar que, em inúmeras instituições, estas funções se apresentam contraditórias. Sobre isso, observa-se que:

Uma tal multiplicidade de funções não pode deixar de levantar a questão da compatibilidade entre elas. Aliás, a um nível mais básico, a contradição será entre algumas destas funções (nomeadamente as que têm merecido mais atenção nos últimos anos) e a ideia da universidade fundada na investigação livre e desinteressada e na unidade do saber. (SANTOS, 1989, p. 13).

Esta incompatibilidade pode ser observada com mais ênfase nas universidades públicas. Ainda que um de seus princípios seja a autonomia universitária, na prática as universidades públicas brasileiras não gozam deste “privilégio” levando algumas delas a estabelecer parcerias com a iniciativa privada, na busca pela captação de recursos o que leva, naturalmente, a conflitos de interesses.

Após discutir alguns conceitos sobre a extensão universitária e examiná-los criticamente, Serrano (2010), com base na perspectiva do educador Paulo Freire<sup>18</sup>, apresenta três funções da universidade: acadêmica (bases teórico-metodológicas), social (promover a organização social e o estímulo à cidadania) e articuladora (relacionando o “saber” e o “fazer” entre a universidade e a sociedade). Para a autora, “No exercício dessas três funções não se poderá perceber onde começa e termina o ensino, a extensão e a pesquisa. Estas passam a ser

---

<sup>18</sup> A autora discute quatro conceitos pertinentes à extensão universitária: transmissão vertical do conhecimento (serviços), voluntarismo (ação voluntária sócio-comunitária), ação sócio-comunitária institucional e acadêmico institucional (SERRANO, 2010).

interfaces de um mesmo fazer.” (SERRANO, 2010, p. 12). O olhar da autora condiz, e reforça, a ideia da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O desafio é fazer com que as universidades alcancem isso no desenvolvimento de suas atividades.

Ainda sobre extensão universitária, Tremblay (2011, p. 13) afirma que:

É triste constatar que [...] os critérios de promoção da carreira universitária ainda atribuem pouquíssima importância à prestação de serviços à coletividade ou à extensão acadêmica. Tendo em vista a avaliação das atividades docentes, continua-se privilegiando uma dedicação exclusiva ao ensino regular, às pesquisas acadêmicas e às publicações em periódicos científicos. Apesar de um desenvolvimento inegável ao longo das três últimas décadas, a extensão e os serviços à coletividade, estruturalmente frágeis e dotados de recursos escassos, conservam seu estatuto de primos pobres no âmbito das nossas instituições universitárias.

Apesar de ainda carregar o estigma de “primo pobre”, este cenário parece dar sinais de mudanças, conforme o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). No anexo “metas e estratégias”, no texto referente a meta doze, o plano descreve como uma de suas estratégias “Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014). Esta estratégia, se implementada, pode representar uma alteração significativa no que diz respeito a extensão universitária brasileira. Afinal, até então, essas atividades acabavam sendo, muitas vezes, preteridas pelos docentes e pela comunidade acadêmica como um todo, pois as mesmas não eram valorizadas no currículo acadêmico, como são as atividades de ensino e pesquisa.

Especificamente sobre o caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, *caput*, ordena que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988). Este caráter da impossibilidade de separação do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades brasileiras indica uma preocupação com a qualidade e com a transformação social que se espera como consequência das ações dessa instituição. Entretanto, nem sempre tal princípio é observado de maneira proporcional. Ao se observar o histórico da universidade brasileira, há vários indícios que apontam o ensino, a pesquisa e a pós-graduação como segmentos que atraem mais recursos e oportunidades aos docentes.

Considerar a universidade como fator de desenvolvimento é algo patente. Há diversas pesquisas e modelos que indicam como a universidade pode ser importante para o desenvolvimento, seja econômico, social, cultural ou científico-tecnológico. Considerando a

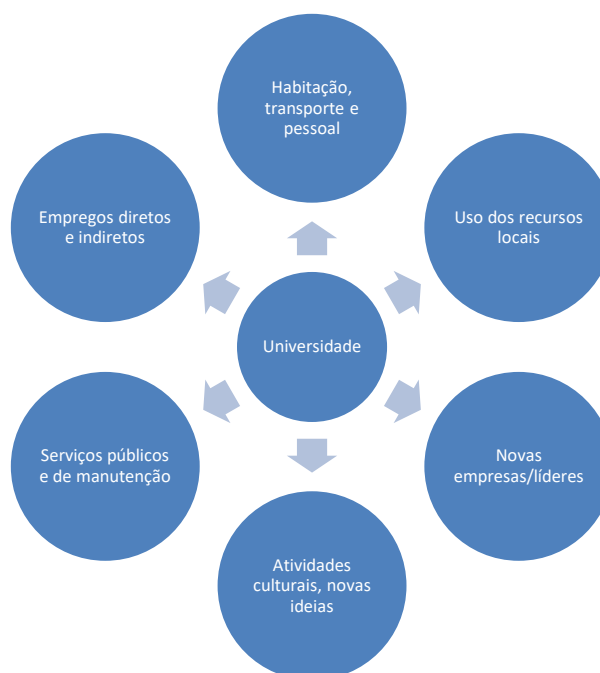


crítica ao atual estágio da universidade brasileira e a concepção a respeito da importância da universidade como vetor para o desenvolvimento, Almeida Filho (2008, p. 252) registra que:

[...] a superação da crise da universidade brasileira mediante a reforma profunda das instituições acadêmicas é condição absolutamente necessária para a retomada do desenvolvimento econômico e social sustentado e para a construção de um projeto viável de nação neste país, neste século.

Assim, parece inquestionável que “As universidades desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico das cidades e das regiões onde se inserem.” (FERNANDES, 2011, p. 6). Quanto à relação universidade – desenvolvimento, mais especificamente em consideração ao desenvolvimento regional, inúmeros estudos têm se realizado, entre os quais se destacam os de Rolim e Serra (2009) e Fernandes (2011) que apresentam diversos modelos que discutem como a universidade pode contribuir com o desenvolvimento regional. As peculiaridades de cada caso podem apontar diferenças nos impactos das universidades nas regiões. Desta forma, as contribuições das universidades para o desenvolvimento regional são de diferentes características e intensidades, permitindo que seus resultados estejam condicionados às particularidades regionais em questão. Na tentativa de encontrar uma síntese desta relação universidade e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional, Hoff, Martin e Sopenña (2011) construíram uma representação reproduzida na figura 4 a seguir:

**Figura 4** – Relações entre universidade e desenvolvimento regional



Fonte: elaboração própria, baseado na representação de Hoff, Martin e Sopenña (2011).

Conforme é possível compreender a partir da leitura da figura anterior, as relações entre universidade e desenvolvimento regional podem ocorrer de diversas formas (e em diferentes magnitudes). Considerando principalmente os efeitos mais gerais, Hoff, Martin e Sopena (2011) destacam a ampliação na demanda de serviços e investimentos, a diversificação da economia regional, o fomento às iniciativas empresariais e culturais, a alteração da infraestrutura local, além da geração de emprego e renda. Todavia, ainda há outros resultados esperados: a provável transformação do ambiente sócio-político, as novas perspectivas socioambientais, além das demais mudanças que transformam a realidade local.

Neste contexto, cabe ressaltar qual universidade e para qual conjunto público-alvo – objetivos servem as instituições. Rolim e Serra (2009, p. 91), quando discutem a relevância da universidade para o desenvolvimento regional, asseveram que é:

[...] possível distinguir duas trajetórias claras: a universidade que está na região e a que é da região. Na primeira, a universidade simplesmente se localiza na região, se caracteriza por um reduzido número de vínculos e compromissos com a região e com o seu desenvolvimento e o produto do seu trabalho está direcionado para o contexto nacional e/ou internacional. Já na segunda trajetória, a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região. Essa distinção entre ser e estar na região faz toda a diferença para o desenvolvimento regional.

Nesta perspectiva, fica explícito que a trajetória de uma universidade da região (segunda abordagem) é aquela que possui condições mais favoráveis para transformar a sociedade regional. Assim, faz-se necessário verificar como a Universidade e a tríade ensino/pesquisa/extensão dialogam com o desenvolvimento regional.

Os vetores para o desenvolvimento regional estão vinculados às Instituições de Ensino Superior, sendo estes: o vetor qualificação, que somente se dá a partir de um ensino de qualidade; o vetor progresso que somente será constituído com direcionamento forte para a pesquisa e o vetor mudança que se dá com projetos de extensão bem direcionados para o conjunto de necessidades da região e da universidade. (FLECK, 2011, p. 289).

A autora ressalta, na verdade, a força, a necessidade e a importância do ensino, da pesquisa e da extensão frente ao desenvolvimento regional. Neste contexto, Leclerc (1986, p. 20) entende que:

O desafio que as “universidades em região” enfrentam é duplo. Primeiramente, eles devem se dedicar às tarefas de ensino e de pesquisa com o mesmo vigor e a mesma qualidade encontrados nos demais estabelecimentos universitários. E há um “mas”: estas universidades aceitam se tornar mais solidárias e responsáveis pelo desenvolvimento das regiões que estão implantadas. Esta vocação singular é tão importante que, todas as grandes

funções universitárias, estão marcadas, em múltiplos aspectos por esta responsabilidade regional: o ensino, a pesquisa, os serviços à coletividade.

A leitura que o autor faz da relação universidade – desenvolvimento regional reitera as considerações anteriores. Seria muito difícil a universidade ignorar a realidade social existente a sua volta. Mas não é só isso, a comunidade acadêmica e a sociedade regional interagem naturalmente. Diante disso, não seria possível a universidade simplesmente não se atentar, e não atuar, para que a realidade regional se modifique. Mais adiante, ele assevera que:

A universidade regional se caracteriza pela sua abertura ao universo da cultura e da ciência e também pelo seu enraizamento na região e na população à qual ela presta serviços. [...]. Este domínio do conhecimento, da ciência e de suas aplicações, faz da universidade um ponto de referência extremamente importante, senão o único em meio a regiões situadas fora dos grandes centros. (LECLERC, 1986, p. 21).

A inserção da universidade se dá de diversas formas. No caso de uma região menos desenvolvida, ou distante de grandes centros urbanos, esta presença é ainda mais salutar. Ou seja:

[...] a população e órgãos de cada região pedem a participação da universidade, de diversas maneiras, na vida e no desenvolvimento social, econômico e cultural da região; os serviços solicitados muitas vezes vão além do ensino e da pesquisa. É preciso lembrar que a universidade representa, nas regiões distantes, um agrupamento único de profissionais competentes. Busca-se então seu conhecimento, sua capacidade de dirigir, de catalisar e até de arbitrar conflitos. Por essa razão, muitos professores e membros da direção dessas universidades regionais fazem parte dos conselhos administrativos e de comitês de grande número de organizações econômicas, sociais e culturais do lugar. (LECLERC, 1986, p. 23).

É possível entender que

A inserção, cada vez maior, no panorama regional é outra característica que predomina nas Universidades modernas. Embora se procure manter certa unidade na configuração das Universidades, exigindo-se-lhes certos aspectos comuns a realidade tem mostrado que, gradativamente, cada IES procura atender e se adaptar ao seu espaço geográfico e cultural. (RICKEN, 1986, p. 120).

Há um outro elemento importante que deve ser considerado: o impacto econômico que a instalação de uma universidade proporciona para a região que a recebe. Sobre isso, Leclerc (1986, p. 23) reitera que:

O impacto econômico da presença da universidade nas regiões reveste-se também de um caráter estritamente econômico. Assim, com justa razão, as despesas a título de ensino superior podem ser consideradas como uma forma de investimento na formação de capital – de capital humano, desnecessário dizer – mas também de capital tão somente. A multiplicação de cidadãos competentes em uma região acrescida pela influência da difusão do saber sob

todas as suas manifestações, graças à universidade, tem um peso direto na economia de uma região.

A diminuição da capacidade do Estado em intervir, fruto do processo de globalização, proporciona alterações na sociedade brasileira, na medida que algumas regiões se beneficiam e outras são prejudicadas (THEIS, 2010). Como estas consequências se relacionam com a universidade e o desenvolvimento das regiões? Para o autor, “As evidências mostram que “regiões ganhadoras” abrigam universidades, indicando haver relação entre ensino superior e desenvolvimento econômico regional.” (THEIS, 2010, p. 63). Assim, mais uma vez, sinaliza-se que as universidades possuem um papel diferenciado quanto ao desenvolvimento regional. Todavia, compreende-se que nem sempre as universidades poderão provocar efeitos sobre o desenvolvimento regional de igual magnitude. Isto porque os territórios são distintos, cada qual com seu conjunto de especificidades. Porém, é inconteste sua condição diferenciada em prol do desenvolvimento.

Estas considerações podem indicar os rumos que as atividades desenvolvidas na universidade têm como possibilidade para promover o desenvolvimento das regiões. Cabe aqui ressaltar que o ensino de qualidade é algo primordial, sendo uma das premissas do ensino superior público brasileiro. Mesmo assim, é importante identificar se os cursos ofertados, tanto na graduação quanto na pós-graduação, buscam atender as demandas regionais ou são criados observando tendências externas à região. Quanto à pesquisa, essa nem sempre está voltada para a região, mas sim, ao perfil acadêmico dos docentes e políticas de financiamento. Por fim, a extensão deve estar substancialmente identificada com as carências da região, sendo que essas devem ser gratuitas e promover uma articulação próxima e recíproca com a comunidade. Poderia ser citado, inclusive, a própria gestão universitária como parceira da sociedade, priorizando a aquisição de produtos fornecidos pelo comércio regional, além da realização de parcerias com as instituições locais.

Dentre os objetivos da universidade, principalmente quanto ao papel, já visto aqui, de ser um agente transformador da sociedade brasileira, cabe ainda registrar qual universidade e para quem essa universidade deve estar voltada. A universidade brasileira, pelas características descritas por Ribeiro (1969), Santos (2008) e Almeida Filho (2008), tem estado longe de promover as alterações que dela se espera. Ainda assim, diante das desigualdades regionais brasileiras e do próprio subdesenvolvimento de algumas regiões, é plausível esperar que as universidades tenham um papel primordial em prol do desenvolvimento. Essa expectativa se justifica considerando os inúmeros aspectos que podem contribuir para esse propósito e que fazem parte da sua função: formação profissional qualificada para atuação na região, produção

e difusão do conhecimento, pesquisas para novos produtos e materiais; melhoria dos processos produtivos já existentes, novas tecnologias, investimento público e/ou privado, atendimento de demandas socioeconômicas, dentre outros.

Resumidamente, as universidades constituem um tipo de instituição diferenciada, que goza de recursos e privilégios que poderiam promover o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Mesmo que existam contradições entre suas funções e que reformas universitárias se façam necessárias, não se pode negar seu caráter diferenciado e o alto impacto de suas atividades sobre a comunidade. Se por um lado Minogue (1981) defende um certo “distanciamento” da universidade frente as questões sociais da época, de outro há o apelo para que estas instituições se envolvam com as demandas da sociedade. Qual seria então a alternativa possível diante de posições tão contrastantes? Alves (1980, p. 112) fornece uma ideia ao entender que “Ao apoiar áreas prioritárias ao desenvolvimento regional, a universidade precisa ter plena consciência de que sua maturidade está na dependência de seu fortalecimento na maioria das áreas do conhecimento. Prioridade não deve nunca ser confundida com exclusividade.”

Como há expressivas diferenças entre as trajetórias das universidades (Rolim e Serra, 2009) e as discrepâncias entre as regiões (Smith, 1988, Furtado, 2013; Harvey, 2006; Oliveira, 1981), pesquisas que avaliem as relações das universidades e o desenvolvimento regional são cada vez mais necessárias. É neste sentido que se reconhece a elevada importância da UFFS para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu ainda mais considerando os indicadores socioeconômicos atuais dos municípios da região.

Neste subcapítulo, discutiram-se aspectos teóricos elementares sobre os movimentos sociais, Estado e políticas públicas e universidades. Importante registrar que os movimentos sociais, como entidades organizadas, possuem condições de demandar e influenciar as políticas públicas. Por exemplo o MST, que luta pela reforma agrária, possui condições de influenciar as ações destinadas a alteração das estruturas fundiárias existentes no país. Convém ressaltar, no entanto, que os movimentos sociais não se restringem apenas aquela pauta pela qual surgiram. Continuando com o exemplo do MST, é notório o seu envolvimento com outras demandas além da reforma agrária. Diante do exposto, é possível afirmar que a atuação dos movimentos sociais sobre as políticas públicas, incluindo as de ensino superior, tem sido indispensável para a transformação da sociedade brasileira, ainda mais diante do papel que as universidades possuem no país.

É neste sentido que a UFFS exerce uma função primordial para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Mesmo não sendo consenso entre todos os estudiosos apresentados,

os argumentos favoráveis à relação próxima e articulada entre as universidades e os setores da sociedade regional, reforçaram a posição tomada neste trabalho de que a universidade precisa ser territorializada. Não se pode imaginar, a título de exemplo, uma universidade criada por uma comunidade ou demanda regional, que atue voltada para interesses que não incluam os da sociedade responsável pela sua origem. Assim, conforme será demonstrado mais adiante, a UFFS, instituição pública criada no bojo da expansão do ensino público federal no Brasil, fruto de uma demanda da sociedade regional e, principalmente, dos movimentos sociais locais, deve ter seu campo de atuação voltado, primordialmente, aos interesses dessa mesma sociedade. Esse compromisso é de fundamental importância para o fortalecimento da instituição e para o desenvolvimento da própria região.

#### 2.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Este capítulo inicial apresentou as principais perspectivas teóricas que dão suporte ao estudo. Na primeira parte, houve uma breve explanação a respeito dos conceitos de espaço, território e região. A ideia do território usado, das relações de poder existentes no território e a possibilidade de se delimitar as regiões de acordo com os critérios pré-estabelecidos devem ser ressaltados. Em seguida, discutiu-se o processo de desenvolvimento. Evidenciou-se que a ideia de um desenvolvimento equânime fica distante quando se discute subdesenvolvimento, desenvolvimento desigual e desenvolvimento regional, ainda mais no atual momento do capitalismo, com o avanço do processo de globalização. Dando continuidade, a discussão sobre a importância dos movimentos sociais, sua possível relação com o Estado e a ação desse através das políticas públicas, buscou captar como esta articulação pode intervir positivamente no desenvolvimento. Por último, analisaram-se os principais aspectos relativos ao papel da universidade diante do desenvolvimento regional.

Essas abordagens permitirão discorrer sobre o desenvolvimento no Território Cantuquiriguaçu. As características geoeconômicas da região, as desigualdades existentes no território e suas especificidades, como a presença marcante dos movimentos sociais, colocam essa como sendo uma região única, diversa das outras regiões do Estado do Paraná. As idiosincrasias do território serão objeto de análise mais à frente. A base teórica construída nesse capítulo buscou dar conta das peculiaridades do território e dos efeitos maléficos que o capitalismo exerce nessa e em outras regiões do planeta. São essas especificidades que contribuem para dimensionar o significado de uma universidade pública e sua responsabilidade para com o desenvolvimento regional. Deve-se ressaltar que as relações capitalistas

desenvolvidas no Território Cantuquiriguaçu não são exclusivas daquele território, pelo contrário. Não obstante, é essencial considerar os sujeitos sociais que lá estão presentes.

Observa-se que o desenvolvimento paranaense apresenta aspectos diferenciados entre suas regiões. Provavelmente, parte das discrepâncias é decorrente do processo de ocupação e expansão das atividades econômicas pelo Estado. Neste sentido, o próximo capítulo vai tratar exatamente da formação econômica do Paraná, suas mesorregiões e as desigualdades existentes entre elas. Diante do cenário diagnosticado, cabe ainda discutir quais eram as perspectivas de desenvolvimento do Estado ao longo dos últimos anos. Não obstante, cabe analisar como as concepções de desenvolvimento dialogam com as abordagens teóricas descritas no capítulo que se encerra. Assim, os elementos teóricos até aqui discutidos serão articulados na análise sobre o processo de desenvolvimento paranaense, ainda que de maneira condensada. Compreender como se dá esse processo, sob essas perspectivas, é fundamental para analisar, posteriormente, o Território Cantuquiriguaçu e seu desenvolvimento.

### 3 FORMAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Hoje você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão, não  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu  
Você que inventou esse estado  
E inventou de inventar  
Toda a escuridão  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar  
O perdão [...]

(Chico Buarque)

A ocupação do território paranaense, sua formação econômica, as realidades socioeconômicas regionais e as perspectivas teóricas que buscam compreender seu desenvolvimento são o objeto deste capítulo. A ideia é identificar e analisar os elementos que proporcionaram o desequilíbrio existente entre as regiões paranaenses e, em particular, no Território Cantuquiriguaçu (a discutir no capítulo seguinte). Aqui, apresenta-se o contexto de como se deu o desenvolvimento paranaense, quais elementos e como se articulam em relação à questão regional. Evidentemente, há aspectos do Paraná que são, guardadas as devidas proporções, semelhantes a outras unidades da Federação. Todavia, há peculiaridades que permitem diagnosticar algumas características próprias do Estado.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira trata da ocupação territorial e da formação econômica do Estado, incluindo aqui as principais atividades econômicas ao longo do tempo. Esta retrospectiva leva em consideração, primordialmente, os elementos discutidos no capítulo segundo, em especial, as questões referentes ao espaço, território e região. Desta forma, estão presentes elementos geográficos e econômicos, os quais possibilitam e oferecem as condições necessárias para a discussão a respeito do desenvolvimento regional paranaense. A revisão abarca o período anterior à constituição do Paraná (1853), dada a presença de elementos prévios à existência do Estado, chegando até às perspectivas atuais, o que permite



compreender a dinâmica de sua formação econômica e os efeitos sobre o território ao longo do tempo.

A seção seguinte envolve a abordagem, sob uma perspectiva teórica, do desenvolvimento econômico paranaense ao longo do século XX. Nesta revisão utilizam-se aspectos teóricos vistos no subcapítulo 2.2, buscando sua contextualização diante da perspectiva paranaense. Além de auxiliar o entendimento, sob a perspectiva teórica, do desenvolvimento paranaense nos últimos anos, é escopo da seção discutir os aspectos relacionados a reestruturação produtiva paranaense ocorrida a partir dos anos 1990. Ademais, são objetos de estudo os movimentos sociais presentes no Estado e que possuam significativa atuação no Território Cantuquiriguaçu, bem como a estrutura universitária existente no Paraná e sua relação com o desenvolvimento estadual. Desta forma, a articulação universidade – desenvolvimento regional é estudada no contexto da realidade paranaense.

A terceira e última seção deste capítulo trata da situação atual do Paraná sob o ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico e regional. Inicialmente, a abordagem inclui o Paraná como um todo, integrado, considerando os índices estaduais. Em seguida, discutem-se as mesorregiões paranaenses, incluindo suas dinâmicas socioeconômicas. Para tanto, destacam-se alguns indicadores, buscando não só compreender o Paraná numa perspectiva regional, mas também, e principalmente, identificar os principais elementos relativos às desigualdades existentes no Estado. Posteriormente, apresentam-se alguns indicadores das microrregiões que contam com os municípios do Território Cantuquiriguaçu. Diante das desigualdades observadas, discute-se a proposta do IPARDES (2006a) que visa promover um desenvolvimento estadual, e regional, mais equilibrado, incluindo aqui um exame das ações sugeridas pelo IPARDES. O caso do Território Cantuquiriguaçu, sendo uma região específica e objeto principal do trabalho, é analisado no capítulo quatro.

Assim, as subseções desse capítulo possibilitam o entendimento de como o Paraná foi se constituindo e como o estágio atual é produto das relações existentes em seu território. Relações essas criadas e desenvolvidas sob o modo de produção capitalista, mesmo que esse tenha se manifestado em diferentes graus de intensidade ao longo do tempo e espaço. Os desequilíbrios regionais são, obviamente, fruto dessas relações, sendo que as ações voltadas ao desenvolvimento regional ou a redução das desigualdades foram insuficientes. Pior, é possível supor que estas medidas promoveram uma elevação das discrepâncias regionais. Desse modo, parece que a atuação do aparelho estatal tem ficado aquém das necessidades das regiões paranaenses menos desenvolvidas. Há de se considerar que o próprio comportamento dos

agentes estatais se alterou ao longo do tempo, fruto do momento que o capitalismo brasileiro vivia.

Neste sentido, algumas questões poderiam ser elencadas: como o Estado paranaense agiu buscando reduzir as desigualdades regionais? Qual a relevância das universidades para o desenvolvimento regional no Paraná? Será que as peculiaridades regionais foram consideradas quando se formularam as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional? Essas questões são aqui discutidas, embora não se busque responder integralmente às indagações, até porque esta não é a finalidade do estudo. No entanto, ao se debater os elementos responsáveis pelas desigualdades regionais no Paraná, é possível formular algumas ideias que respondem aos questionamentos apresentados. A respeito das particularidades regionais refira-se desde já que, apesar da sua significativa importância, elas, *per se*, não explicam na totalidade as discrepâncias socioeconômicas existentes entre as regiões paranaenses.

Não obstante, ainda que o Território Cantuquiriguaçu seja objeto de exame no próximo capítulo, as análises aqui existentes também dizem respeito a esse território. Afinal, os municípios que o compõem integram algumas das mesorregiões aqui investigadas. Aliás, esta é uma situação curiosa: os municípios do Território Cantuquiriguaçu estão distribuídos em duas mesorregiões e duas microrregiões. Assim, esses municípios recebem o impacto de ações e estratégias de municípios maiores, além das políticas estaduais. Como são duas microrregiões diferentes que impactam no Território, as influências atingem a Cantuquiriguaçu de maneira diversa. É bem verdade que a realidade socioeconômica dos municípios também afeta os indicadores socioeconômicos das micro e mesorregiões (por exemplo: indicadores educacionais e de saúde). Todavia, os efeitos que recebem dos grandes centros são superiores a estes impactos (como o caso de grandes investimentos econômicos e seus efeitos ambientais, por exemplo).

Quanto aos indicadores socioeconômicos que mais se relacionam com o desenvolvimento regional foram utilizados, entre outros, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, o Produto Interno Bruto – PIB e o Valor Bruto da Produção – VBP, além de indicadores referentes à população residente e à população com formação superior. Juntos, esses indicadores permitem diagnosticar a realidade socioeconômica do Território Cantuquiriguaçu. Guardadas as peculiaridades de cada região, destaca-se que esses indicadores são os normalmente e mais frequentemente utilizados pela academia e instituições da administração pública quando realizam pesquisas relacionadas ao desenvolvimento regional.

Dessa maneira, esse capítulo contextualiza o desenvolvimento paranaense incluindo a sua formação econômica e social e as características de suas grandes regiões contextualizadas diante do modo de produção vigente. Não se trata de considerar a experiência paranaense de

forma exclusiva diante do cenário nacional, mas sim, realçar suas peculiaridades e indicar como as relações econômicas construíram um Estado desenvolvido, porém, expressivamente desigual. As diretrizes e ações orientadas ao desenvolvimento regional contribuem para o entendimento de como o Paraná apresenta o atual estágio de desenvolvimento e apontam, claramente, porque determinadas regiões tiveram um processo de desenvolvimento exitoso e outras se encontram em situações muito aquém do esperado.

### 3.1 O TERRITÓRIO PARANAENSE: OCUPAÇÃO, FORMAÇÃO ECONÔMICA E INDUSTRIALIZAÇÃO

A ocupação de um território representa, muitas vezes, a forma como o espaço será utilizado considerando os seus recursos naturais, patrimoniais e imateriais. No caso brasileiro, diante de um processo de ocupação territorial que se estendeu ao longo de séculos, alguns espaços foram se constituindo de acordo com as potencialidades econômicas existentes. A relação território – atividades econômicas fica caracterizada quando se estudam os ciclos econômicos brasileiros assim como a economia paranaense. Concomitantemente ao cenário nacional, a exploração de determinadas atividades econômicas foi de crucial importância para a ocupação do território paranaense. Algumas dessas atividades econômicas permaneceram em certas mesorregiões ao longo do tempo (como o cultivo do café) e, ainda que sofram transformações inerentes ao sistema capitalista, mantêm laços com os processos da formação da economia paranaense.

Evidentemente, o processo de formação econômica examinado se estende até os dias atuais. Assim, a reflexão sobre os ciclos econômicos paranaenses busca, quando possível, a articulação com o desenvolvimento atual. Além das principais atividades desenvolvidas na formação econômica do Estado, o processo de industrialização paranaense também é analisado. Convém ressaltar que o intento é apresentar o desenvolvimento paranaense de um modo integrado, incluindo o detalhamento das características mesorregionais. Cabe ressaltar que essa apresentação não pretende ser exaustiva ou demasiada. O intuito é apenas dar subsídios para a compreensão da atual situação paranaense.

Para a concretização do estudo, foram consultadas várias obras<sup>19</sup> nas quais a ocupação do território paranaense e a formação econômica do Estado são exploradas. O levantamento de dados e indicadores socioeconômicos que ajudam a compreender o desenvolvimento

---

<sup>19</sup> Entre as quais Magalhães Filho (1996), Padis (2006) e Mota (2011).

paranaense são examinados junto da análise das mesorregiões paranaenses. Um ponto, em especial, que merece destaque sobre a formação econômica do Paraná é que, embora existam diversos estudos que abordem o tema, há ainda enorme campo para investigações e análises, afinal é visível a ausência de uma obra que seja referência a respeito da formação econômica paranaense.

Em que pese esta ausência, algumas informações foram possíveis de serem sintetizadas a partir da análise de alguns dos estudos sobre a formação do Paraná. Observa-se que a constituição e delimitação desse Estado não foi pacífica, passando por um longo processo até sua definição. Inicialmente, considerando o período “pós-descobrimento” do Brasil, a porção territorial que viria a ser o Estado do Paraná pertenceu a duas capitanias hereditárias: São Vicente e Santo Amaro (MARTINS, [19--], p. 165). Não obstante, este espaço acabou sendo objeto de disputa e tentativas de resolução através do Tratado de Tordesilhas (1494), Tratado de Madrid (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777). (MARTINS, [19--], p. 49-53). Apesar desses acordos, a delimitação definitiva do território demorou mais alguns anos, em virtude dos conflitos com Paraguai<sup>20</sup>, Argentina (Questão de Palmas)<sup>21</sup> e com o Estado de Santa Catarina (Guerra do Contestado)<sup>22</sup>. Este panorama aponta o quanto foram difíceis e onerosos os processos de delimitação desta parte do território brasileiro.

Após a resolução dos conflitos, o território paranaense ficou delimitado em 199.888,89 km<sup>2</sup>. (PADIS, 2006). Em 2015, o território media 199.307.985 km<sup>2</sup>, equivalendo a 2,34% do território nacional. (IBGE, 2016a). O Paraná está situado entre as latitudes sul 22°30' e 26°40' e longitudes oeste 48°00' e 54°35' do meridiano de Greenwich. (PADIS, 2006). As fronteiras do território paranaense são: ao norte e nordeste com o Estado de São Paulo; a leste pelo oceano Atlântico, ao sul com o Estado de Santa Catarina e a oeste com Argentina, Paraguai e com o Estado do Mato Grosso do Sul (noroeste). É subdividido pelas bacias hidrográficas do rio Paraná e do oceano Atlântico e apresenta temperatura média de 18,5°C. (PARANÁ, 2017). O Paraná conta atualmente com dez mesorregiões, 39 microrregiões e 399 municípios, sendo Curitiba a capital do Estado.

O espaço em que se localiza o território paranaense já havia sido “ocupado” por outras populações milhares de anos antes do “descobrimento” do Brasil. (MOTA, 2011). Aliás, é

---

<sup>20</sup> A delimitação da fronteira com o Paraguai ocorreu em 09 de janeiro de 1873 (MARTINS: [19--]).

<sup>21</sup> A demanda visando ampliar os territórios, configurada numa disputa geopolítica entre Brasil e Argentina, foi resolvida pelo presidente norte-americano Grover Cleveland em 06 de fevereiro de 1895. (HEINSFELD, 1996).

<sup>22</sup> Disputa territorial de uma área de 47.820 km<sup>2</sup> entre Paraná e Santa Catarina, levando a diversos confrontos armados, simbolizando a denominada Guerra do Contestado. A questão foi resolvida em 20 de outubro de 1916. (FERRARI, 2010).

interessante observar a visão de Mota (2011) sobre a ocupação do território paranaense. Para ele, idealiza-se que os espaços “[...] estavam vazios, desabitados e prontos a serem ocupados.” (MOTA, 2011, p.8). Esse processo de idealização era conveniente à expansão do capital, o qual “[...] incorporou, no século XX, imensas áreas do norte, oeste e sudoeste do Estado ao seu sistema de produção.” (MOTA, 2011, p. 8). Essa construção ideológica é objeto de crítica pelo autor, pois:

Os agentes dessa construção são muitos [...] repetem [...] a ideia de que os vastos territórios ocupados por sociedades indígenas do segundo e do terceiro planaltos do Paraná constituíam um imenso “vazio demográfico”, pronto a ser ocupado por migrantes vindos de várias partes do Brasil e mesmo do exterior. Com isso são eliminados propositadamente da história regional as populações indígenas, caboclas e quilombolas que ali viviam e resistiram à conquista de suas terras e à destruição de seu modo de vida. (MOTA, 2011, p. 8-9).

A propósito, Freitag (2007, p. 44) segue o mesmo caminho ao entender que:

A definição dos limites cartográficos do território paranaense representa a criação de um território de pertencimento. [...] A delimitação desses marcos territoriais paranaenses foi construída, no entanto, em consonância com um discurso regionalista que não só naturalizava as fronteiras geográficas como também procurava criar a sensação de conquista de um espaço supostamente vazio de civilização.

As considerações dos autores acima são precisas e registram uma leitura contrária à ideia do europeu civilizador e evoluído. Ademais, na verdade, a práxis descrita a respeito da ocupação do território paranaense se repetiu, praticamente, por toda a América Latina. O processo de escravização e extermínio dos indígenas que viviam nessas regiões foi de grande importância econômica para os países colonizados e colonizadores e, posteriormente, para o próprio sistema capitalista.

Mota (2011) faz ainda uma revisão histórica sobre essas populações, destacando a importância dos indígenas neste período, principalmente os Guaranis, Xetá, Kaingang e os Xokleng. (MOTA, 2011). Reforça e corrobora com os referidos autores a seguinte constatação:

Os primeiros habitantes do Paraná constituíam pequenos grupos distribuídos esparsamente pelo seu território. Como dependiam basicamente dos recursos naturais, voltados à caça, pesca e coleta, não permaneciam muito tempo nestes locais. Com o esgotamento desses recursos, deslocavam-se à procura de novos espaços. O próprio ambiente encontrado por esses pioneiros, por volta de 8.000 anos antes do presente [...] seria, conforme os especialistas, diferente do atual. (CHMYZ, 1986, p. 13).

Portanto, a ideia de que o europeu veio ocupar um espaço vazio, desprovido de vida, é falaciosa, se configurando apenas num discurso “aceitável” para as ações realizadas nas colônias, cuja ocupação do território pelos europeus ocorreu a partir do século XVI. (MOTA, 2011). Sobre essa questão, Martins ([19--]) esclarece que, inicialmente, os primeiros a ocupar

o que viria a ser o Paraná são os espanhóis provenientes do Paraguai. Em seguida, vieram os portugueses e espanhóis procedentes de São Vicente, Piratininga, Paraíba do Sul, entre outros. (MARTINS, [19--]). Para o autor, além dos indígenas e dos europeus, o escravo africano seria o terceiro elemento étnico da formação da população paranaense. (MARTINS, [19--]). Contudo, é a exploração de algumas atividades econômicas que vai permitir a ocupação do território no “pós-descobrimento”.

Santos (2001, p. 17) assevera que “Após a descoberta do Rio da Prata, os movimentos ao longo de trechos do litoral paranaense não eram mais um privilégio de santistas, vicentistas e paulistas, pois essa região passava também a ser percorrida por espanhóis à procura de riquezas.” Padis (2006) esclarece que a busca pelos metais preciosos ganhava importância e estimulava a ocupação do território paranaense. O autor afirma que a atividade econômica aurífera proporcionou a criação de um núcleo populacional em Paranaguá, no litoral, em 1648. Foi justamente a busca pelo ouro, que impulsionou mineradores a ultrapassarem a Serra do Mar, dirigindo-se ao planalto paranaense, o que permitiu a criação da Comarca de Curitiba. Ainda de acordo com o mesmo autor, as atividades ligadas à pecuária e a vinda de pessoas oriundas de São Paulo também contribuíram para a formação do núcleo populacional de Curitiba. Santos (2001) registra que a criação da Vila de Curitiba se deu em 1693.

Já no século XVIII, diante do descobrimento de minérios em outras regiões, essa atividade entra em declínio no Paraná. Contudo, outra atividade econômica iria se manifestar. A pecuária torna-se promissora, incorporando os campos gerais do Paraná à economia nacional, pois a necessidade de meios de transporte elevou a demanda por animais. As atividades ligadas à pecuária levaram à criação de outras cidades, tais como Castro, Lapa, Piraí, União da Vitória e Tibagi. (SANTOS, 2001). Em meados do mesmo século (19 de dezembro de 1853) o Paraná se separa de São Paulo, sendo elevado à categoria de província. (MOTA, 2011). À época, havia somente duas cidades no território: Paranaguá e Curitiba, sendo que esta foi designada capital da província (MARTINS, [19--]).

A situação de Província se manteve entre 1853-1889 quando, com a Proclamação da República Federativa do Brasil, passa a ser um Estado Federado. (MARTINS, [19--]). Durante o período como província, o Paraná chegou a ter 27 presidentes. (MOTA, 2011). Segundo o autor:

A preocupação dos presidentes e vice-presidentes, de forma geral, foi a de construir e melhorar estradas, instalar colônias de imigrantes europeus para aumentar a população, implementar a segurança pública para promover a defesa dela, organizar a instrução pública e as finanças da província, implantar a catequese e a civilização dos índios, e desenvolver e organizar a cidade de Curitiba como sua capital. (MOTA, 2011, p. 111).

Há de se ressaltar que o intuito de ocupar o território paranaense à época foi permanente a ponto de ser objeto de políticas governamentais que buscavam atrair imigrantes europeus. Antes da instalação da Província, apenas três núcleos de europeus haviam se estabelecidos no território: alemães em Rio Negro (1829), franceses em Ivaí (1847) e suíços, com alguns alemães e franceses, em Guaraqueçaba (1852), totalizando 407 colonos. (MARTINS, [19--]).

Esse número vai se elevar expressivamente após 1853. No período de 1853 a 1886, chegaram 20.170 imigrantes e entre 1889 e 1906, mais 42.993. (MARTINS, [19--]). Segundo este autor, considerando o período 1829 a 1929, foram 128.953 imigrantes no Paraná. A absoluta maioria se dedicou, inicialmente, às atividades rurais, incluindo ainda algumas indústrias. No decorrer do tempo, inúmeras colônias se transformaram em vilas e cidades, com destaque para as de origem alemã, italiana, polonesa e ucráina. (MARTINS, [19--]). De acordo com Boruszenko (1986), a política de imigração oficial foi encerrada por volta de 1880, porém os investimentos públicos realizados no Paraná e iniciativas privadas continuaram a trazer imigrantes para o Estado. Nota-se que, basicamente, a ocupação se deu no litoral do Paraná e em parte do planalto e campos gerais, também conhecido como Paraná Velho. (PADIS, 2006). No entanto, outras duas grandes regiões merecem destaque quanto a sua ocupação: norte do Paraná e Sudoeste.

O norte paranaense cresceu muito rapidamente no século XX. Observa-se que esse processo é fruto de diversos fatores: “[...] a qualidade das terras, a situação da economia nacional no contexto internacional, depois da crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista nesse período e, talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo, a partir da década de trinta.” (PADIS, 2006, p. 129). O autor registra que o processo de ocupação dessa região, formada por 172 municípios, se deu de forma lenta e gradual até metade dos anos 1920. Ainda, o autor justifica que a rápida ocupação após este período é decorrente da elevação do preço do café no mercado mundial, fazendo com que paulistas, mineiros e nordestinos migrassem para a região. (PADIS, 2006).

Outros dois elementos devem ser considerados a respeito do Norte paranaense: as colônias, de iniciativa privada, culminando com o surgimento de duas cidades (Assaí e Uraí) e as atividades da Cia de Terras Norte do Paraná, hoje conhecida como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. (PADIS, 2006). Ademais, contribuíram, em menor relevância, algumas iniciativas do governo paranaense, estimulando a criação de núcleos urbanos na região. O autor registra que na década de 1940 havia 340.449 habitantes na região, na década de 1950 esse número sobe para 1.029.025, chegando a 1.846.679 na década de 1960.

(PADIS, 2006). Esses números comprovam o intenso ritmo de ocupação dessa parte do território paranaense.

A outra região que enfrentou uma situação semelhante quanto a sua rápida ocupação foi a Sudoeste, formada por 63 municípios paranaenses. Para sua delimitação, foram incluídos municípios mais antigos, como Guarapuava, que apresentavam “[...] relativa homogeneidade da atividade econômica e da estrutura ocupacional da população.” (PADIS, 2006, p. 203). Ainda que também tenha ocorrido iniciativa estatal, o caso de sua rápida ocupação é decorrente, segundo o autor, do deslocamento de parte da população que estava no Norte do Estado (café foi substituído por outras culturas, com menor necessidade de mão de obra) e, principalmente, de pessoas provenientes do Rio Grande do Sul (fruto de transformações na estrutura fundiária naquele Estado). A força de trabalho excedente necessitava de outros espaços e o território paranaense situado a sudoeste atraiu parte desta população gaúcha. Essa, aliás, se deslocou inicialmente para o Oeste catarinense e, posteriormente, para o sudoeste paranaense.

Padis (2006) aponta ainda a dificuldade de se dimensionar a magnitude dessas migrações, mas registra um fato curioso em 1960: numa parte da região Sudoeste (incluindo os municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon), a população era formada por 59,3% de gaúchos; 14,1% de catarinenses; 6% de paranaenses, 1% de paulistas, 2,5% alemães, além de 15% de nascidos na própria região. Esses dados ressaltam a importância da migração gaúcha para esta região. Quanto ao crescimento populacional do território, o autor registra que na década de 1940 havia 199.076 habitantes, passando para 297.891 na década seguinte, chegando a 691.806 na década de 1960. Ou seja, um aumento de mais de 130% se comparado à década anterior. Assim, Sudoeste e Norte paranaense complementam o processo de ocupação do território paranaense, iniciado anteriormente pelo Paraná Velho.

Resumidamente, “O conjunto de circunstâncias que definem o meio físico de um país, exerce influência, por vezes decisiva, no seu destino.” (MARTINS, [19--], p.11). O território, que já era ocupado pelos povos originários, recebeu imigrantes europeus e escravos africanos, sendo esses três elementos que constituem a formação étnica do Paraná. A ocupação do território se deu, basicamente, de acordo com as atividades econômicas que eram desenvolvidas, num processo que se estendeu por vários anos. É neste contexto que o Território Cantuquiriguaçu, pertencente a região Sudoeste na época, é ocupado, conforme descrito no capítulo quatro. Contudo, esse registro já aponta alguns indícios de como a região sofre influência pela ocupação paranaense.

Sob o ponto de vista da formação econômica, o território paranaense passa a ser explorado somente no século XVI, sendo a escravocracia indígena “[...] a primeira atividade



econômica exercida no Paraná.” (MAGALHÃES FILHO, 1996, p. 132). Ainda que o Brasil estivesse vivendo o ciclo da cana de açúcar, outras atividades econômicas eram exercidas em outras regiões evidenciadas pela “[...] presença constante de paulistas no litoral sul da Capitania, no final do século XVI, com o duplo objetivo de prear índios, localizar e explorar metais preciosos, visava a satisfazer os citados mercados, cada vez mais exigentes e consumidores.” (SANTOS, 2001, p. 17)<sup>23</sup>.

Em outra passagem, o autor destaca ainda a elevação de “bandeiras”<sup>24</sup> com o propósito de caçar indígenas visando a escravidão e a busca por pedras preciosas. (SANTOS, 2001). Já para Padis (2006, p. 50), as bandeiras “[...] não desenvolveram nenhuma atividade econômica que significasse uma ocupação do território, de forma permanente.” O século XVI é marcado por duas atividades econômicas mais significativas: a escravização dos indígenas, fornecendo mão de obra barata para outras regiões e a busca por metais preciosos, inicialmente no litoral e depois no planalto. Algumas dessas atividades se estenderam pelo século XVII, embora não tenham se prolongado muito além disso. Aliás, sobre a questão específica da busca por metais preciosos “As minas, ao que tudo indica, nunca foram encontradas, e a serra não era uma montanha de prata, como muitos confiavam.” (NADALIN, 2001, p. 41).

Com relação ao século XVII, Padis (2006) destaca que o Paraná, ao não participar diretamente da economia ligada a cana do açúcar, se mantinha na periferia da economia nacional até meados dos anos 1600. No entanto, no final desse século a atividade aurífera acabou despontando em outras regiões do país. Como consequência, o Paraná passou a contribuir com a economia nacional através das atividades ligadas a pecuária já que:

O principal problema enfrentado pela região aurífera era o dos transportes. [...] O único meio de transporte para as cargas exportadas e importadas era o lombo dos animais. Principalmente muares. Surgiu assim, em função do ouro, uma crescente demanda por animais na região central do Brasil. (MAGALHÃES FILHO, 1996, p.134).

Desta forma, o tropeirismo<sup>25</sup> fortalece a economia local, além de servir para a ocupação de parte do território. Consequentemente, o século XVIII vai apresentar um cenário em que as atividades ligadas à pecuária passam a ser ainda mais relevantes para a economia paranaense sendo que “Desenvolveram-se as atividades vinculadas ao tropeirismo, desde pousadas até a produção de alimentos, alguns dos quais eram exportados juntos com as tropas.”

---

<sup>23</sup> Os mercados a que Santos se refere são Minas Gerais e São Paulo.

<sup>24</sup> As bandeiras eram expedições utilizadas para ocupação do território brasileiro.

<sup>25</sup> Tropeirismo: atividade econômica que detinha grande importância, decorrente do comércio de gado, na qual o tropeiro, “[...] era o intermediário entre o criador do sul e o comprador da feira.” (MAGALHÃES FILHO, 1996, p. 135).

(MAGALHÃES FILHO, 1996, p. 135). A partir daí, percebe-se uma certa diversificação da economia paranaense, ainda que de forma singela, mas com efeitos significativos. Conforme o autor, “A maior rentabilidade do comércio e engorda de gado atraiu fatores dos outros setores da economia paranaense. A concentração de renda na nova atividade econômica alterou as bases do poder político local.” (MAGALHÃES FILHO, 1996, p. 135). Portanto, a atividade pecuária acabou obtendo grande destaque na época.

Conforme Santos (2001), neste período, a mão de obra utilizada continuava a ser escrava, embora agora o negro fosse o escravizado, em substituição ao indígena. A situação referente a utilização da mão de obra escrava é, aliás, um tema aprofundado pelo autor. Para ele, ao se analisar a expansão do capital comercial pela América Latina percebe-se que, a partir do século XVIII, a economia latino-americana torna-se capitalista. E mais, de acordo com suas palavras,

Admitindo-se que nenhuma economia pode entrar na economia-mundo sem as vias do capitalismo, a implantação e a extensão da escravidão foi a solução encontrada pelos colonizadores portugueses no Brasil, como uma empresa diretamente ligada ao capitalismo europeu. Durante muito tempo, o trabalho escravo foi explorado em praticamente todos os setores da economia.” (SANTOS, 2001, p. 37).

Não obstante, “[...] é em função da escravidão, nas regiões onde ela atua, que se define a vida econômica e social.” (SANTOS, 2001, p. 38).

Santos (2001) considera que o Paraná do século XVIII possuía dois setores econômicos ainda não integrados: a pecuária nos Campos Gerais (tropeirismo e transporte de gado) e a economia de subsistência no planalto e litoral. Já no início do século XIX outro produto obtém grande destaque na economia paranaense: o mate (também conhecido como erva-mate). Ainda que a origem das atividades relacionadas a produção do mate seja fixada nas primeiras décadas do século XVIII, a sua importância econômica só vai se consolidar com o potencial exportador no século XIX. (SANTOS, 2001). Prova disso é que “Durante o segundo decênio do século XIX, a exportação do mate já era considerada como o principal elemento do comércio exterior paranaense.” (SANTOS, 2001, p. 42). O mesmo autor afirma que essa situação durou, praticamente, todo o século XIX.

Magalhães Filho (1996), inclusive, considera que o desenvolvimento do mate enquanto atividade produtiva deu origem a uma nova classe social, a burguesia. A importância econômica do mate também é registrada por Padis (2006, p. 90), pois, além de ser a “[...] atividade condutora da economia, era a fonte principal da receita pública, o principal responsável pelo nível de emprego e, fundamentalmente, instrumento de importação de bens não produzidos

internamente, por ser responsável pela capacidade de importar.” Assim, essa atividade econômica foi, direta ou indiretamente, marcante para o início da industrialização paranaense. Linhares (2000, p. 69), contudo, faz uma ressalva pertinente quanto a importância do mate ao afirmar que:

Não houve propriamente uma ditadura do mate no Paraná como a da cana de açúcar no Nordeste. Um domínio exclusivo desse produto a criar relações de homens e coisas como o seu ambiente físico. Não se pode falar realmente numa formação do Paraná sob a influência imperial do mate, se bem que durante duas décadas e meia pelo menos se retratasse nele quase toda a economia paranaense de exportação.

Além do mais, segundo Santos (2001), o mate era um produto de baixo valor comercial e instável, diante das oscilações do mercado e da concorrência de outras regiões. Porém, ainda que tenha passado por crises ao longo do século XIX, é inegável a importância do mate para a economia paranaense e também para o modo de produção capitalista. Para Magalhães Filho (1996, p. 138),

[...] o mate exigia um processamento semi-industrial, que mais tarde se transformaria em atividade realmente industrial. Essa evolução das forças produtivas, introduzidas pelos estímulos do comércio exterior, como já se viu, rompeu com a estrutura escravagista e fez surgir o capitalismo.

A atividade ervateira contribuiu, desse modo, com a inserção da economia paranaense no comércio exterior, bem como com sua industrialização. A importância do mate se estendeu até o início do século XX, porém, com o tempo, perdeu relevância diante do café.

Na fase de transição entre a produção de erva mate e café, enquanto atividade econômica dominante, com a abundância das araucárias<sup>26</sup> em seu território, a madeira adquiriu importância econômica para o Paraná. (MAGALHÃES FILHO, 1996). Conforme assevera o autor, “As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passaram inclusive a atrair capitais estrangeiros, fato que não se fizera presente na economia ervateira.” (MAGALHÃES FILHO, 1996, p. 140). A atividade teve importância nos séculos XVIII e XIX, embora Padis (2006) considere que não teve a mesma magnitude da atividade ervateira e pecuária (essa ligada ao tropeirismo e ao transporte de gado).

A importância da atividade cafeeira para a ocupação de parte do território paranaense, no caso, do Norte paranaense e, anos mais, tarde, do Sudoeste do Estado é referenciada por Linhares (2000, p. 112) segundo o qual “O Norte, isto é, o café, representa, vamos admitir, o avanço ascensional por saltos, sem escalas nem paradas, ao passo que o Sul, o outro Paraná,

---

<sup>26</sup> A araucária (*araucaria angustifolia* ou pinheiro do Paraná, também conhecida por pinheiro brasileiro ou pinho) é uma árvore alta, encontrada em grande quantidade e em diversas regiões do Paraná.

encarna a tradição, o progresso por etapas, uma evolução mais lenta, mas menos improvisada.” Apesar de outros aspectos poderem ser elencados, a sua importância para a economia do Paraná é realmente o elemento fundamental; ao ponto de Linhares (2000, p. 122)<sup>27</sup> afirmar que “E o café, hoje, é o Paraná.”

O início do cultivo do café começou muito antes de seu apogeu, que viria a ocorrer somente no século XX. Com o passar do tempo, o café assumiu um papel fundamental para a economia paranaense. Essa importância pode ser dimensionada na seguinte constatação:

E só a partir da segunda metade do quinto decênio do século o café, nesse Estado, começará a crescer de forma acelerada para, em pouco mais de uma década, de um lado, fazer dele o maior produtor do País e de outro, tornar-se o principal gerador da capacidade nacional de importar. Mas se é verdade que em menos de meio século o Paraná passa de uma produção de cerca de 0,4 por cento para perto de 60 por cento do total do café produzido no País, não quer isso significar simples repetição do que ocorreu em São Paulo. (PADIS, 2006, p. 163-164).

O autor se refere às condições históricas diversas que diferenciam a cultura cafeeira do Paraná e de São Paulo. Ainda assim, é inegável considerar as relações existentes entre os dois Estados sendo que, “A lavoura paranaense não deixa de ser assim uma continuação da lavoura paulista, com o acréscimo e a incorporação de migrações de gente que tem ido ao seu encontro [...]” (LINHARES, 2000, p. 120). Em outro momento, o autor afirma que:

Não se pode deixar de reconhecer quanto deve o surto do norte paranaense ao declínio das plantações paulistas de café. Não era só a atração exercida pelas terras baratas do Paraná que provocava a avalanche imigratória de maiores proporções registrada em nossa história, de que era e continua sendo teatro todo o Estado. Era também o cansaço e o esgotamento dos cafezais paulistas cuja exploração se tornava antieconômica e que favoreciam as novas culturas com um acervo de experiências assimiláveis e conhecimentos profundos, no sentido de uma perfeita identificação dos habitantes com a riqueza do café. (LINHARES, 2000, p. 108-109).

Padis (2006, p. 179) considera que:

Não é fato novo que o progresso dessa atividade econômica resultou muito mais da expansão cafeeira paulista do que de um esforço produtivo desenvolvido pelo próprio Paraná. [...] E, ainda recentemente, essa região desejava desligar-se, política e administrativamente, do Paraná para incorporar-se a São Paulo.

Assim fica evidente que, embora existam significativas diferenças entre as culturas do café no Paraná e em São Paulo, é impossível considerar a dissociabilidade entre os dois Estados.

A alavancagem do café paranaense é justificada, ente outros fatores, pelas condições climáticas e de mercado: “As geadas dos primeiros anos da década dos quarenta e as

---

<sup>27</sup> A primeira edição desta obra de Linhares é de 1953 (LINHARES, 2000).

dificuldades decorrentes da instabilidade do mercado, se levaram vários produtores a abandonar o café em São Paulo, [...]” (PADIS, 2006, p. 169). Antes, o surgimento do Conselho Nacional do Café em 1931 (em detrimento do Instituto Paulista do Café), do Departamento Nacional do Café em 1933 e do Conselho Federal de Comércio Exterior em 1934, já haviam beneficiado a cafeicultura paranaense (PADIS, 2006). Outro fator importante observado por Priori et al (2012) foi o elevado aumento da oferta de café que provocou a restrição da produção pelo governo paulista. Estes aspectos, aliados aos já previamente descritos por Linhares (2000), indicam os motivos pelos quais a cafeicultura paranaense encontrou um campo tão promissor.

Não obstante, Izepão e Gardenal (2015, p. 69) registram que “No Paraná, a cafeicultura não conheceu o trabalho escravo e, também, não surgiu ligada ao latifúndio.” Ainda segundo esses autores, outro elemento que diferencia a atividade no Paraná é a injeção de capital estrangeiro no cultivo do café no Norte paranaense. Os autores sintetizam em três os fatores que determinaram o sucesso do cultivo do café no Paraná: 1 – alta produtividade (graças ao solo na região); 2 – estrutura fundiária (pequena propriedade, com baixo custo de mão de obra); e, 3 – política econômica (Paraná ainda era beneficiado pela baixa produção inicial) (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

Inúmeras consequências do “boom” cafeeiro no Paraná poderiam ser descritas como a seguir:

Em seu auge a cafeicultura paranaense atraiu pessoas de dentro e de fora do país, fosse para investir em terras no Estado ou à procura de trabalho e melhores condições de vida. O café trouxe povoamento, modernização e dinamizou os transportes e as comunicações. Em função do ‘ouro negro’, como o café foi chamado na época, muitas cidades enriqueceram. (PRIORI et al, 2012, p. 102).

Wons (1994, p. 134) sintetiza os benefícios da atividade cafeeira em cinco efeitos principais:

1. o produto transformou-se em grande fonte de renda;
2. fez surgir centenas de vilas e cidades, como Londrina, Maringá e Apucarana;
3. levou a abertura de estradas de ferro e de rodagem;
4. atraiu numerosos contingentes de população (paulistas, mineiros, fluminenses e nordestinos);
5. promoveu a vinda de imigrantes estrangeiros.

Todos os aspectos descritos corroboram a ideia de que a economia paranaense foi muito favorecida com a expansão do café. A ocupação da região, a elevação das exportações do Estado, o aumento da arrecadação e a geração de emprego e renda são apenas alguns indícios do quanto significou o café para a economia paranaense. Entretanto, ainda que o Paraná

continuasse com a atividade cafeeira, nas décadas seguintes sua importância para a economia estadual diminuiu, acompanhado de uma nova dinamização da economia estadual alicerçada na produção industrial.

Enfim, o Estado paranaense, ocupado que fora pelo surgimento de determinadas atividades econômicas, vai se construindo com base na exploração de ciclos. A captura de indígenas (mão de obra escrava), a possível descoberta de metais preciosos, o tropeirismo e a pecuária, a madeira e, principalmente, o mate e o café são os produtos principais na formação econômica do Paraná. Ao mate se deve a inserção da economia paranaense no comércio exterior, além de ser apontado como origem da indústria paranaense. Já o café substituiu o mate como principal produto econômico do Estado e o supera em grau de geração de renda e receita, além de contribuir para a industrialização.

Difícil precisar até que ponto as atividades econômicas vinculadas ao setor primário foram cruciais para a industrialização paranaense. Todavia, é inegável a sua contribuição. Em 1960, o censo acusava que a população paranaense era de 4.277.763 habitantes, representando o equivalente a 6,03% da população brasileira (PADIS, 2006, p. 246). Com a diminuição no volume da produção cafeeira, o Estado precisava diversificar a própria economia. Uma das obras que buscou analisar o que acontecia no Paraná, englobando as transformações dos anos 1960-1970, foi o texto *Paraná: Economia e Sociedade*<sup>28</sup>. De toda forma, quando se analisa o setor agrícola paranaense, é essencial observar sua vinculação à economia do Norte do Estado. Assim,

Em poucas décadas, o Paraná salta de um marasmo secular para tornar-se um dos Estados mais dinâmicos da Federação. A base deste processo foi dada pelo setor agrícola que de tradicional e rotineiro assume atualmente um caráter moderno, dinâmico e diversificado. A partir da colonização do Norte do Estado, sua agricultura torna-se dinâmica e diversificada. (IPARDES, 2006b, p. 19-20).

O IPARDES (2006b) considera que a existência de solos férteis, o cultivo do café, a existência de fronteiras agrícolas e o regime de pequenas propriedades fundiárias são insuficientes para explicar este dinamismo e apresenta no texto as demais condições que, conforme o Instituto, possibilitaram uma maior diversidade econômica no Estado:

O desenvolvimento do capital comercial nacional, que se acelera desde a Independência, permite que este capital vá progressivamente se dirigindo à produção do café. Assim, avançam a divisão social do trabalho, a mercantilização da economia nacional e a acumulação dos capitais produtivo e comercial ligados ao café, conformando um processo que imprime alterações profundas nas estruturas econômicas e sociais herdadas da colônia. Este processo culminará em fins do século XIX com a libertação dos escravos

---

<sup>28</sup> Produzido pelo IPARDES, a primeira edição foi publicada em 1981.

e a progressiva introdução do trabalho assalariado, partindo de São Paulo. [...]. Em seu processo de acumulação, os capitais produtivo e comercial ligados ao café podem desdobrar-se dando origem a novas formas de capital, como o bancário e o industrial. O núcleo da economia, comandado pelo capital, vai permitir a diferenciação das atividades, implantando um moderno sistema de transportes – as estradas de ferro – e impulsionando o crescimento das cidades – agora com moderno setor de serviços, com atividades ligadas à construção civil e à industrial. (IPARDES, 2006b, p. 21-22).

Diante dessas condições, a economia paranaense se torna mais dinâmica e forte. Além do mais, o capital oriundo dos cafeicultores do Norte do Estado continua indo em direção a novos e maiores lucros, dinamizando outros setores da economia.

A modernização agrícola, considerada satisfatória pelo IPARDES (2006b) nos anos 1970, significa “[...] o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos, defensivos etc.” Convém ressaltar que os instrumentos utilizados na modernização agrícola são frutos do processo denominado Revolução Verde<sup>29</sup> dos anos 1970. O texto referenciado considera também que a existência das cooperativas de produtores, encarada como uma das formas de organização mais prósperas, é outro fator que explica a modernização do Paraná.

Especificamente quanto à industrialização paranaense, o IPARDES (2006b) aponta que a mesma era pouco diversificada e enfrentava condições adversas para o seu desenvolvimento, tais como: economia no Norte do Estado mais articulada com São Paulo do que com o restante do Paraná; fragilidade no sistema bancário e comercial; dificuldade no setor de transportes; outras regiões com baixo dinamismo econômico, além do capital insuficiente para promover a industrialização. A criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR<sup>30</sup>, órgão voltado ao desenvolvimento e a industrialização paranaense, e o crescimento da economia brasileira na segunda metade da década de 1960 provocaram um impacto substancial na indústria do Estado no início dos anos 1970 (IPARDES, 2006b).

Izepão e Gardenal (2015) destacam a importância da cafeicultura para a industrialização paranaense. A arrecadação tributária referente as atividades relacionadas ao café, essenciais para o financiamento da política industrial estatal, permitiram que o Estado, via CODEPAR, financiasse diversas indústrias<sup>31</sup>. Lima; Rippel e Stamm (2007) consideram que a modernização agrícola ocorrida nos anos 1970 (que promoveu a aceleração do êxodo rural), aliada à desconcentração industrial brasileira (outras regiões em detrimento a São Paulo), se

---

<sup>29</sup> O processo denominado de “Revolução Verde” consistiu no uso de tecnologia visando elevar a produtividade. Esta tecnologia estava baseada no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, além da própria mecanização no campo.

<sup>30</sup> A CODEPAR foi, em 1968, transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP.

<sup>31</sup> Pode-se destacar: Indústrias Todeschini S.A., Móveis Cimo S.A., Refrigeração Paraná S.A. (Prosdócimo), além de metalurgias, frigoríficos, entre outros (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

configuraram em processos importantes em favor da industrialização paranaense. Essa industrialização, como qualquer processo industrializante (a industrialização não é homogênea), ocorreu de maneira altamente desequilibrada no espaço paranaense:

A progressiva concentração espacial da indústria paranaense vai se processar como contrapartida da concentração da produção industrial em número reduzido de empresas. Em outras palavras, antes de década de 1970, era mais uniforme a distribuição do valor da produção industrial entre as diversas cidades do Estado, na medida em que o típico eram pequenas empresas operando em mercados locais. Com o surgimento das grandes empresas, a produção não somente se concentra em poucas plantas industriais como, conseqüentemente, também tenderá a se estabelecer em poucas cidades, [...]. (IPARDES, 2006: b, p. 103).

O perfil mais intervencionista do governo paranaense contribuiu, sobremaneira, para sua industrialização. Ainda que tenha dispendido recursos para a industrialização do Norte paranaense (IZEPÃO; GARDENAL, 2015), é inconteste o apoio estatal para a atração de indústrias em Curitiba. Surge daí a criação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC. Chiapetti (1994), na sua análise sobre a ocupação urbana da CIC, resgata o momento da criação, principais objetivos e expectativas referentes a mesma. De acordo com a autora, “A CIC trouxe para o Município<sup>32</sup> e principalmente para o Estado, reflexos altamente favoráveis, contribuindo com aproximadamente 28% do ICM<sup>33</sup> arrecadado no Estado, sendo destes somente 4% pertencentes ao Município.” (CHIAPETTI, 1994, p. 91).

O surgimento e consolidação da CIC também contribuiu para que ocorresse uma acentuada concentração industrial na capital paranaense e Região Metropolitana. Para Niehues (2014, p. 462), “Pode-se dizer que, com a instalação da CIC inicia-se uma nova fase da economia e da industrialização paranaense, gerando uma concentração no valor das riquezas industriais do Paraná, [...]”. Esse diagnóstico não é exclusivo do Paraná, afinal, o processo concentrador é característico do modo de produção capitalista. Todavia, não se pode ignorar o fato de que esta industrialização, desigualmente ocorrida no território paranaense, vai implicar diretamente na economia das mais diversas regiões do Estado. Neste sentido,

O pretendido desenvolvimento socioeconômico no Paraná via industrialização, adotado a partir da década de 1960, por meio de financiamentos e atrativos fiscais para atrair grandes empresas, ficou localizado apenas na Região Metropolitana de Curitiba. Assim, esta região foi o principal destino de investimentos e inserção de capitais alavancando sua economia industrial. O modelo e o resultado deste projeto de desenvolvimento promovido pelo governo estadual não abrangeu outras regiões, o que seria de

---

<sup>32</sup> Empresas que se instalaram na CIC: New Holland, Pepsico, White Martins, Philip Morris, Siemens, Volvo, Furukawa, entre outras.

<sup>33</sup> Imposto sobre Circulação de Mercadorias.



fundamental importância para o desenvolvimento de todo o Estado. (NIEHUES, 2014, p. 465).

Por outro lado, a atração de diversas indústrias para o Estado permitiu que o Paraná, nos anos 1970, atravessasse uma fase de diversificação econômica e expansão do setor industrial. Assim, “Nessa década a economia paranaense observou forte dinamismo e diversificação, através da modernização do setor agropecuário e da atração de plantas industriais de outros estados do País.” (MIGLIORINI, 2006, p. 69). Esta industrialização é fruto, para o IPARDES, de sensíveis transformações nos processos produtivos. De acordo com o instituto:

Assim, a nova indústria da década de 1970 no Paraná inevitavelmente teria que se estabelecer seguindo os padrões técnicos e econômicos vigentes nos pólos mais desenvolvidos, o que constitui condição de sobrevivência para essas novas indústrias. Nessas condições, a expansão baseou-se na grande empresa, com amplas escalas de produção e altos níveis de produtividade, já que seu campo de concorrência era o mercado nacional e mesmo o internacional. (IPARDES, 2006b, p. 109)

A crise da economia brasileira na década seguinte restringiu os processos industrializantes, o que afetou o Paraná, reduzindo seu ritmo de crescimento. Apesar desse cenário, “A década de 1980, também, pode ser considerada a década em que se consolidou o parque industrial do Estado do Paraná, servindo de base para a reestruturação econômica do segundo lustro da década de 1990.” (MIGLIORINI, 2006, p. 73). A seguinte análise corrobora com a citação anterior:

Ao final dos anos 1980, a economia do Estado atingiu um patamar relativamente distinto das demais regiões do Brasil, tendo pré-condições de abertura para um bom desempenho nos anos 90. Em termos de relações de troca, cresceu significativamente seu grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional. Já os produtos mais modernos em detrimento dos tradicionais do estado, ganharam certa importância, tanto no mercado nacional como no internacional. (LIMA; RIPPEL; STAMM, 2007, p. 58).

Independentemente de outras variáveis, a concentração industrial paranaense contribuiu, até os anos 1980, para aprofundar as desigualdades regionais existentes. Importante ainda destacar que a interpretação realizada pelo IPARDES (2006b), embora não explicitamente, vai ao encontro das teorias de desenvolvimento desigual e desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988 e HARVEY, 2006, respectivamente), vistas no capítulo dois. No texto apresentado pelo Instituto, observa-se que o capital se desloca, no tempo e no espaço, procurando melhores oportunidades para sua reprodução e acumulação. Esse processo, além de caracterizar a acumulação por espoliação indicada por Harvey (2006), ao contar com o apoio estatal dinamiza e enriquece, mas também empobrece as regiões. Como consequência, verificam-se maiores desigualdades entre as regiões paranaenses decorrentes do modo de

produção capitalista, evidenciando que, dentro da lógica do capital, não foi possível desenvolver as regiões de forma equilibrada e sustentável.

Na sinopse referente à industrialização do Paraná, o IPARDES (2006b) considera que seu baixo dinamismo seria alterado em decorrência de infraestrutura satisfatória existente no Estado, do apoio estatal, da agricultura moderna e dinâmica (beneficiando a agroindústria) e da expansão econômica nacional, favorecendo o Paraná num segundo momento. O Paraná dos anos 1970-1980 é um território integrado com suas regiões já espacialmente ocupadas. Nesse período, o Estado sai da economia agrícola para a industrialização que, diante do cenário anterior, permite transformar seu perfil econômico. Esse processo passa por novas alterações com a reestruturação produtiva dos anos 1990, porém, é no período 1970-1980 que a economia paranaense se torna articulada, deixando de ser eminentemente primária e localizada, para ocupar espaço no mercado nacional e, até mesmo, internacional.

Em suma, este subcapítulo buscou resgatar as origens referentes ao território paranaense, sua definição e ocupação, bem como a formação econômica do Estado. As atividades primárias, assim como em boa parte do território brasileiro, permitiram não só a ocupação do território, como também a configuração da economia paranaense nos primeiros séculos. Inclusive, os capitais provenientes do mate e, posteriormente, do café, foram fundamentais para a industrialização do Estado. Não obstante, o papel do Estado como indutor da industrialização ficou caracterizado, mesmo diante da evidência de que o processo privilegiou certas regiões. Deste modo, pode-se observar que as ações estatais promoveram uma industrialização concentrada, a qual ocasionou diversas e expressivas desigualdades regionais.

As regiões preteridas do apoio estatal, principalmente no tocante à industrialização, continuaram dependentes das atividades econômicas ligadas ao setor primário e o resultado é que as discrepâncias regionais vêm sendo acentuadas ao longo do tempo. É exatamente este o contexto do Território Cantuquiriguaçu. A região ficou muito aquém diante da industrialização desenvolvida no Paraná ao longo do século passado. No texto, mais à frente (capítulo quarto), esta caracterização será evidenciada. Antes, todavia, convém resgatar as questões relacionadas ao desenvolvimento paranaense, incluindo aqui o processo de reestruturação produtiva ocorrida nos últimos anos. Ademais, deve-se observar a atuação dos movimentos sociais e a estrutura universitária paranaense, pois esses elementos são extremamente relevantes no caso do Território Cantuquiriguaçu.

### 3.2 INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO PARANAENSE E AS TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DOS ANOS 1990

Como visto, o Paraná teve seu processo de industrialização intensificado a partir da segunda metade do século XX. Porém, as estratégias utilizadas para promover o seu desenvolvimento não se deram de maneira consensual e uniforme. As mudanças de governo do Paraná, aliadas às alterações existentes no comando do país, fizeram com que o Estado fosse, logicamente, alterando suas estratégias com o passar dos anos. Considerando esse contexto, é importante compreender quais eram as perspectivas que se tinha a respeito do desenvolvimento paranaense ao longo do tempo. Neste sentido, quatro autores/obras paranaenses são aqui revisitados: Padis (Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná), Augusto (Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista), Magalhães Filho (Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense) e IPARDES (Paraná: economia e sociedade).

Em seguida, a análise se concentra na denominada reestruturação produtiva paranaense dos anos 1990. Neste ponto de vista, consideram-se o cenário nacional e as políticas estaduais implementadas para o desenvolvimento do Estado. A abertura de mercado e o conjunto de políticas econômicas adotadas quando da implementação do Plano Real permitiram a adoção, explícita, de uma série de ações e medidas que impactaram o desenvolvimento regional paranaense. Como resultado, não se observa a redução das desigualdades regionais, pelo contrário, há políticas que ampliam algumas concentrações anteriormente existentes.

Em continuidade, se discute as universidades e os movimentos sociais no Paraná. A ideia é verificar a presença dos movimentos sociais e sua relação com o desenvolvimento do Estado, incluindo aí o desenvolvimento regional. Ademais, cabe destacar o papel dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Ainda será foco de exame a estrutura universitária presente no Estado e sua atuação junto ao desenvolvimento regional. Não será investigado até que ponto cada universidade contribui com o desenvolvimento da região, mas sim, se observará alguns números sobre a distribuição das Instituições de Ensino Superior – IES pelo território paranaense. Os movimentos sociais aqui examinados são protagonistas do processo de criação da UFFS, visando principalmente o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.

Padis (2006), partindo de uma revisão acerca da ocupação do território paranaense e sua formação econômica, entende que o desenvolvimento do Paraná se encontrava, de certa forma,

limitado, em virtude do Estado ser periférico a São Paulo. Essa se caracteriza como uma visão pessimista a respeito do desenvolvimento paranaense. O autor, na introdução à obra “Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná”, afirma que:

[...] fui percebendo como os problemas relativos às dificuldades que se antepunham à integração econômica do Estado eram apenas reflexo de contexto mais amplo: a própria economia do Estado, que se tinha comportado sempre de forma dependente e periférica – antes do exterior e depois de São Paulo. (PADIS, 2006, p. 35).

A relação entre São Paulo e Paraná, intitulada de centro-periferia por Padis (2006), se baseava nas atividades econômicas preponderantes desses Estados sendo visível, de um lado, a rápida industrialização brasileira (isto é, de São Paulo), e de outro, a estagnação econômica ou falta de diversificação produtiva de outros Estados. O autor enfatiza essa situação em relação ao Paraná ao afirmar que:

[...] ao mesmo tempo que o norte do Paraná começava a caracterizar-se como a grande região cafeeira do País, tornou-se indelével o caráter de economia periférica que o Estado sempre teve. É indiscutível que a atividade cafeeira ali desenvolvida trouxe enormes benefícios para a região e para o Estado. Mas não é menos verdade que ao mesmo tempo em que isso ocorria, o Paraná, alienava, por um bom período de tempo, as suas possibilidades de industrialização. (PADIS, 2006, p. 185).

Padis (2006) entende que a industrialização brasileira beneficiou São Paulo em detrimento das demais unidades da Federação, situação essa já observada por Furtado (2013). Esse processo permitiu o aprofundamento das desigualdades regionais no país, a ponto de algumas economias tornarem-se dependentes de São Paulo, ou seja, periféricas. Desta forma, a relação centro-periferia, ideia cepalina referente a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, era adaptada por Padis (2006) para explicar a relação São Paulo (centro) e Paraná (periferia). Na parte final da obra, o autor é ainda mais incisivo, pois “[...] mesmo que se desenvolvam as atividades do setor secundário a que se fez referência e que a agropecuária do Estado [do Paraná] venha a tomar-se das mais eficientes do País, ainda assim, muitos anos decorrerão até que o Paraná deixe de ser uma economia periférica e subsidiária do centro dinâmico.” (PADIS, 2006, p. 272).

Publicada em 1978, a obra “Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista”, de Maria Helena Oliva Augusto, analisa a atuação da CODEPAR e sua importância para a economia paranaense. A CODEPAR e o aparelho estatal paranaense defendem a adoção, em âmbito estadual, de um Processo de Substituição de Importações – PSI. Diante da impossibilidade da concretização desta proposta a mesma é considerada utópica (KRAJEVSKI, 2003). Convém destacar que no Brasil predominava, naquele momento, a ideologia nacional-

desenvolvimentista cujo objetivo era alcançar altas taxas de crescimento econômico, industrialização e aumento da renda *per capita* suportado no planejamento econômico estatal.

Na época, as unidades da Federação encontravam oportunidade favorável para elaborar planos de desenvolvimento de seus Estados. De acordo com Augusto (1978, p. 15), “[...] num momento em que se manifesta a possibilidade de ‘revisão’ na política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, face a nítida tendência contracionista que a expansão capitalista apresenta, que o ‘modelo paranaense’ se explicita.” A autora reconhece a situação periférica em que o Estado paranaense se encontrava, indicando que:

A posição agrícola do Paraná na divisão nacional do trabalho era uma das causas de seu “subdesenvolvimento” e, nesse sentido, industrialização e desenvolvimento aparecem como sinônimos. A superação da situação “periférica” está indissoluvelmente ligada às possibilidades de uma industrialização intensiva e extensiva do Estado. (AUGUSTO, 1978, p. 25-26).

Conforme a análise da autora, as estratégias para promover o desenvolvimento do Estado levaram a crer que caberia ao Paraná promover investimentos em infraestrutura (rodovias e energia elétrica) e subsidiar a indústria. Quanto aos critérios para financiamento pela CODEPAR, a autora destacou a presença da defesa da economia regional, da substituição das importações e o fomento às exportações (AUGUSTO, 1978). Ao tecer críticas a esta perspectiva, ela registra que,

[...] o caminho proposto (e adotado em parte) de diluição dos recursos em um número maior de empreendimentos apresenta-se contrário à direção assumida pela industrialização brasileira, com tendência nitidamente contracionista que se manifesta não somente em termos de concentração geográfica como também e principalmente, em termos de centralização de capitais. (AUGUSTO, 1978, p. 76).

A autora chega a considerar que a opção de industrialização escolhida pela CODEPAR seria, na verdade, “antidesenvolvimentista”. Para ela o projeto de desenvolver o Paraná, via processo de substituição das importações, era inviável e contrário à lógica capitalista.

Magalhães Filho (2006), na obra “Da Construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense”, apresenta uma terceira ideia de desenvolvimento que pode ser caracterizada como realista. Magalhães Filho, partindo da investigação sobre o papel do Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP e a mudança nos rumos das políticas estaduais do Paraná diante do insucesso da estratégia anterior, passa a defender a atuação do aparelho estatal de acordo com a realidade econômica paranaense. O ápice das ações e resultados obtidos pelo BADEP ocorre por volta dos anos 1970, sendo que o aumento dos recursos federais, aliado a

propensão de captar recursos junto a bancos estrangeiros, são indicados pelo autor como os principais fatores para o sucesso daquele banco (MAGALHÃES FILHO, 2006).

O BADEP entrou em um processo de liquidação no início dos anos 1990, devido, entre outros fatores, à mudança na perspectiva das políticas sociais decorrida no final dos anos 1970 e nas eleições de 1982. Isto porque:

À época em que foi concebido o *projeto paranaense de desenvolvimento* [...] o desenvolvimento econômico, traduzido principalmente em investimentos em infra-estrutura, e no apoio à ampliação ou implantação de atividades produtivas, principalmente industriais – ou seja, ao capital e sua reprodução – era majoritariamente visto pela opinião pública como absoluta e explicitamente prioritário. A partir do final da década de 1970, a ênfase começou a deslocar-se para os aspectos sociais, [...] (MAGALHÃES FILHO, 2006, p. 63-64).

Essas mudanças, conforme o autor supracitado, eram decorrentes das transformações produtivas que ocorriam no Paraná, tais como o êxodo rural e o desemprego, entre outros. Ademais, a concentração do capital em determinadas atividades e regiões se manifestava mais uma vez. Magalhaes Filho (2006) relata que a questão regional não era prioridade até a década de 1970. Porém, diante do evidente impacto que acarretava para a economia paranaense, ela passou a ser pauta da oposição ao Governo do Estado que, em 1982, venceu as eleições. Ressalta-se que as diferenças e desigualdades regionais no território paranaense existiam desde a sua constituição, sendo, contudo, ocultadas por alguns resultados econômicos como o processo de industrialização e a urbanização paranaense.

O “pensamento” do IPARDES (2006b) configura-se numa visão crítica, à medida que os técnicos do Instituto analisam o caso paranaense baseando-se na evolução histórica do Paraná, resgatando elementos da teoria cepalina, mas não se restringindo a esta perspectiva teórica. Em relação à interpretação crítica, a obra registra que “[...] o Norte do Paraná desde seu início forma parte daquele núcleo dinâmico capitalista da economia nacional, não tendo sentido, portanto, caracterizá-lo como periférico.” (IPARDES, 2006b, p. 24). O Instituto classifica a economia agrícola paranaense como dinâmica, diversificada e potencialmente moderna.

Em relação a indústria paranaense, ainda que reconheça seu pouco dinamismo nos anos 1960, o IPARDES (2006b) entende que na década seguinte, em decorrência de condições nacionais e internas favoráveis, além do papel diferenciado do BADEP, a industrialização que ocorre é diferenciada e grandiosa, sendo o perfil desta nova indústria assim caracterizado:

A nova indústria que surge baseia-se em empresas de grande porte voltadas para o mercado nacional e internacional, com tecnologia moderna e escalas de produção de grandes dimensões. Em uma palavra, é competitiva e faz parte do aparelho industrial nacional, isto é, não faz parte somente da economia regional. (IPARDES, 2006: b, p. 32).

Deste modo, o Instituto vê na industrialização paranaense uma transformação que supera a relação centro-periferia apontada anteriormente por Padis (2006). Ademais, para o instituto a relação agricultura-indústria foi amplamente satisfatória, pois “[...] a indústria impulsionando suas vendas e compras da agricultura e esta, somente porque possuía qualidades acima explicitadas, é que incorporou os impulsos de modernização propostos pela indústria.” (IPARDES, 2006, p. 40).

Ainda de acordo com esta visão, o setor público paranaense teve um papel substancial para a industrialização da economia paranaense, apesar de que “[...] assistiu-se no Paraná a uma repetição do que ocorria em nível nacional: as autoridades concentraram a atenção sobre as questões econômicas e, de certa forma, relegaram a um segundo plano as questões sociais.” (IPARDES, 2006, p. 43). E, neste sentido, o Instituto defende uma mudança nos rumos das políticas sociais indo, aliás, ao encontro das mudanças que ocorriam no início dos anos 1980 como pode ser observado:

Ora, entende-se que se o governo estadual levasse em conta a questão social, considerando a pujança da economia do Paraná, poderia adotar políticas sociais mais avançadas, como, por exemplo, a efetiva erradicação das favelas mediante uma política habitacional que atendesse às populações mais carentes; a extensão da assistência escolar, com a criação de creches em locais de trabalho, dada a crescente integração da mulher no mercado de trabalho; extensão da política de alimentação popular; seguros e assistência sociais aos trabalhadores volantes da agricultura; a política de emprego visando reter no Estado a população saída do campo etc. (IPARDES, 2006b, p. 47).

Com base nestas interpretações, duas críticas podem ser elencadas. A primeira se refere a que os quatro trabalhos entendem que a intensificação da industrialização seria essencial para o desenvolvimento paranaense. Ora, o processo de industrialização até ocorreu, entretanto, isso não foi suficiente para o desenvolvimento econômico do Estado e nem para reduzir as desigualdades regionais. Pelo contrário, a industrialização paranaense aprofundou tais desigualdades. A segunda contradição se dá na defesa de que os “fundos públicos” deveriam propiciar a acumulação privada de capital. Ou seja, o Estado é quem financiaria a acumulação de capital da iniciativa privada. Essa ideia corrobora com a interpretação de que o Estado beneficia determinadas classes e grupos sociais em detrimento a outros sendo, portanto, responsável pelas desigualdades regionais existentes.

Resumidamente, as perspectivas aqui apontadas buscaram demonstrar quais as grandes ideias e estratégias que se tinha, de acordo com a época, para o desenvolvimento econômico paranaense. Padis (2006) entende que a industrialização brasileira em São Paulo impunha uma relação centro-periferia com as demais unidades da federação. A CODEPAR e o aparelho estatal paranaense chegaram a cogitar que um processo de substituição de importações

internalizado poderia levar o Estado a sua industrialização. O BADEP, que substituiu a CODEPAR, superou o modelo anterior propondo que o Estado apoiasse iniciativas que permitiriam o desenvolvimento das indústrias locais, aproveitando a relação existente com São Paulo, inclusive como potencialidade para seu desenvolvimento. O IPARDES incorporou as abordagens anteriores a respeito da economia paranaense, avançando no sentido de refutar certas perspectivas com novas análises e interpretações sobre o Paraná.

O contexto apresentado representa as ideias de quatro obras sobre o desenvolvimento paranaense. Essas obras retratam as transformações que ocorreram na economia paranaense, as mudanças decorrentes da expansão e posterior declínio do café e os principais aspectos relacionados à industrialização do Estado. É notória a ausência de um planejamento estadual voltado a desenvolver as regiões de forma mais equilibrada. A industrialização paranaense provocou, *a priori*, elevação nas desigualdades existentes entre as regiões. O Território Cantuquiriguaçu, como descrito mais adiante, é uma das regiões preteridas no processo de industrialização. Antes desse aspecto ser abordado, cabe investigar como a economia paranaense se comportou a partir dos anos 1990. Essa investigação possibilita perceber como o desenvolvimento das regiões e suas desigualdades encontram-se atualmente.

No início nos anos 1990, durante o Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), intensificou-se a “abertura” comercial brasileira, iniciada timidamente no Governo Sarney. Esse processo condiz com a ideologia neoliberal que defendia a redução da intervenção do Estado na economia, disseminada em boa parte da América Latina. Com a saída de Collor no final de 1992, assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco<sup>34</sup> (1992-1994) que continuou as mudanças, embora de forma mais contida. Em 1995 foi eleito para a presidência o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Privatizações, retirada de direitos dos trabalhadores, déficits comerciais consecutivos e baixas taxas de crescimento são alguns dos resultados após o uso das políticas econômicas restritivas e de cunho neoliberal do seu Governo. É neste contexto que se dá a reestruturação da economia paranaense.

O Paraná, como também outras unidades da Federação, sofreu imediatamente os efeitos das mudanças ocorridas nesta década<sup>35</sup>. Com a chegada de Jaime Lerner ao poder, que coincidiu com o início do Governo Fernando Henrique, a política neoliberal ressoava no território paranaense. A concessão de rodovias, a privatização de empresas estatais (como o

---

<sup>34</sup> Implementou, em 1994, o Plano Real: Plano de estabilização monetária composto por três diferentes fases, incluindo a criação de nova moeda – Real. O Plano conseguiu, inicialmente, estabilizar o nível geral de preços e permitiu alguma estabilidade monetária.

<sup>35</sup> Na década de 1990 os Governos do Paraná foram liderados por: Álvaro Dias (1987-1991), Roberto Requião (1991-1994) e Jaime Lerner (1995-1998 e 1999-2002).



Banco do Estado do Paraná – BANESTADO) e os incentivos fornecidos a grandes empresas multinacionais, como as montadoras de automóveis, caracterizaram o conjunto das práticas neoliberais adotadas neste período. Essas ações representaram uma verdadeira reestruturação produtiva e patrimonial ocorrida no Paraná com consequências para além dos anos 2000.

Sobre a reestruturação produtiva paranaense é possível entender que “[...] essa mudança de perfil produtivo rompe com duas peculiaridades históricas e articuladas da economia paranaense: a rígida complementaridade em relação a São Paulo e a especialização produtiva no agronegócio.” (LOURENÇO, 2000, p. 67). Assim sendo, para este autor é manifesta a ideia de que a reestruturação produtiva foi satisfatória à economia paranaense, chegando inclusive a ver como positivas as fusões ou aquisições, pelo capital estrangeiro, das empresas nacionais (e até locais). Não obstante, enxerga na iniciativa privada o mérito desta reestruturação, não reconhecendo as condições extremamente favoráveis que o país disponibilizou ao capital estrangeiro privado como, por exemplo, os incentivos fiscais que chegaram a promover uma verdadeira guerra fiscal entre as unidades da Federação.

A estratégia de oferecer incentivos fiscais tornou-se uma prática recorrente no Brasil a partir dos anos 1990 o que provocou o surgimento de diversas disputas, como o caso da instalação da Ford na Bahia, ou da Renault no Paraná. Conceder incentivos fiscais é uma forma de atrair a empresa para o seu território, gerando empregos, elevando o nível de renda e aumentando a arrecadação tributária. Mas sem planejamento<sup>36</sup>, essa opção pode acarretar na expansão das desigualdades regionais. É exatamente isso que pode ser observado no caso brasileiro. Afinal, era impossível existir uma política eficiente na forma de atrair empresas e reduzir as desigualdades se sequer havia uma política nacional de desenvolvimento regional (anos 1990 e começo dos anos 2000). Observa-se ainda que a disputa para atrair empresas estrangeiras não se deu apenas entre as unidades da federação, mas também entre os mais diversos municípios brasileiros.

A opção de uma empresa multinacional em se instalar num país é, geralmente, anterior a própria guerra fiscal. Assim, após a decisão de algumas montadoras em estabelecer plantas produtivas no Brasil, diversos Estados, entre os quais São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, entraram numa verdadeira “guerra fiscal”. No caso específico da Renault, por exemplo, a guerra fiscal entre as unidades da Federação permitiu que a multinacional francesa tivesse ainda mais benefícios, favorecendo o capital privado e imprimindo a elevação de custos

---

<sup>36</sup> O planejamento por si só não garante que ações estatais sejam conduzidas em benefício da população como um todo. Segundo Theis (2016), o planejamento pode ser adotado para o controle do capital, mas também pode estar alinhado ao capital.

à sociedade brasileira<sup>37</sup>. Ou seja, o ente público, no afã de atrair uma grande empresa, sacrifica ainda mais suas contas e o capital privado se aproveita desta situação, o que lhe garantirá, conseqüentemente, a elevação de seus lucros.

Voltando ao desenvolvimento da economia paranaense como um todo, Lourenço (2000) entende que outros mecanismos deveriam ser utilizados para a transformação que se fazia necessária no Paraná. Dentre as suas sugestões, cujo suporte é a teoria do desenvolvimento endógeno, destaca-se a ideia de que:

Essa tarefa pode ser preenchida pela maximização das vocações, do desenvolvimento de aptidões e, principalmente, da valorização das experiências e iniciativas locais, na forma de pactos ou fóruns permanentes de classes empresariais e lideranças comunitárias, respaldados tecnicamente pelas estruturas descentralizadas dos Cefets e das universidades e faculdades estaduais e financeiramente pela Agência de Desenvolvimento do Paraná. (LOURENÇO, 2000, p. 67-68).

Ao sugerir a parceria Estado – Sociedade – Universidade, o autor reconhece um caminho que pode ser interessante no sentido de desenvolver as regiões. Resta, contudo, saber quais os pressupostos devem prevalecer nesta relação. Afinal de contas, muitas vezes as empresas privadas são as principais ganhadoras nesses processos enquanto o Estado atua como agente financiador.

Vasconcelos e Castro (1999, p. 43) entendem que a reestruturação produtiva paranaense se deu:

[...] num cenário de abertura comercial irreversível no âmbito da atual política comercial e, também, das condições internacionais vigentes. Sem dúvida, muitas empresas ficam no caminho nessa empreitada, o que significa que, também no Paraná, o desempenho positivo do PIB encerra um movimento de concentração que envolve o campo produtivo e o patrimonial (fusões, aquisições, entrada de grandes empresas oligopolistas no mercado, ampliação de escalas de produção, etc.). Poderia agregar-se que a concentração envolve uma dimensão regional, pois é a região metropolitana de Curitiba que, ao longo dos últimos anos, vem aumentando sua já expressiva participação no PIB estadual.

A percepção dos autores vai ao encontro da ideia de concentração industrial, já vista anteriormente, que estaria na origem da CIC. Esse projeto, aparentemente, permitiu um alto grau de concentração industrial elevando as desigualdades de Curitiba e Região Metropolitana com as demais regiões do Estado (conforme será visto adiante). Além disso, é inegável reconhecer que o dinamismo econômico e a agregação de valor ocorreram de maneira muito

---

<sup>37</sup> Para saber mais sobre as benesses dadas as montadoras, bem como os efeitos para a sociedade brasileira, ver Oliveira (2003) e Guedes (2013).

mais intensa no setor industrial se comparado com a economia agrícola (presente na maior parte do território paranaense), o que elevou as desigualdades regionais no seio do Estado.

O Paraná iniciou os anos 2000 na mesma feição dos anos 1990: na tentativa de privatizar empresas estatais e atrair empresas estrangeiras através de incentivos, isto é, a continuação da política neoliberal dos anos anteriores. No entanto, a partir de 2003, com a posse do governador Roberto Requião, observa-se uma clara mudança quanto às diretrizes econômicas do Estado. Contrário às privatizações e buscando retomar os incentivos ao capital paranaense, o novo Governo estadual se aproximou, politicamente, do novo Governo Federal de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). A nova postura política foi criticada pelos grupos econômicos privados e por analistas que defendiam a política anterior, adotada pelo Governo Lerner.

Lourenço (2010), por exemplo, critica o governo no que tange a redução dos incentivos a grupos privados estrangeiros, bem como em relação à interrupção das concessões das rodovias paranaenses à iniciativa privada<sup>38</sup>. Ao mesmo tempo, dados os elevados níveis de concentração territorial da economia paranaense, o autor defende que:

Não pode ser mais adiada a indução de maior desconcentração geográfica das atividades produtivas, por intermédio do reforço das inversões em infraestrutura física, científica e tecnológica, e em programas de capacitação de mão de obra; da utilização de linhas de crédito oficiais subsidiadas, particularmente aquelas disponibilizadas pelo BNDES, inclusive para gestão organizacional; e de incentivos fiscais, alocados em atividades com pronunciado grau de geração de emprego. (LOURENÇO, 2010, p. 25).

Percebe-se aqui, nitidamente, a defesa da necessidade de intervenção estatal visando uma política pública direcionada às regiões menos desenvolvidas, para que essas consigam atrair investimentos e, logicamente, se reduza o alto grau de concentração econômica no território paranaense.

Como visto anteriormente, a industrialização paranaense ocorreu de maneira concentrada, principalmente em torno da Região Metropolitana de Curitiba – RMC. E, nos últimos anos, este cenário não mudou. De acordo com Trintin e Campos (2013, p. 170),

Ao final da década dos anos 2000, observa-se poucas mudanças nessa configuração da produção industrial regional do Estado, mas que se aprofundou o abismo existente entre o interior e a mesorregião de Curitiba no tocante a produção de bens de consumo duráveis e bens de capital.

Lourenço (2014, p. 4) reforça esse entendimento ao afirmar que “Em escala regional, surge a premência de minimizar a ainda forte concentração industrial na RMC, mesmo com os

---

<sup>38</sup> Durante o Governo Lerner houve diversos processos de concessão de rodovias que perpassavam o território paranaense. Atualmente, mais de 2.500km de rodovias do Paraná estão sob concessão (PARANÁ, 2017c).

esforços públicos e privados para uma maior disseminação geográfica do crescimento econômico.” Ou seja, o processo de concentração iniciado nos anos 1960-1970 permanece até os dias atuais uma vez que, mesmo com vários planos, ações e mecanismos financeiros públicos, não se conseguiu reduzir as desigualdades.

Esta situação não é exclusiva do Estado paranaense, pois é apenas um dos efeitos perversos do modo de produção capitalista. O capital busca o espaço no qual sua margem de lucro é maior. Se se considerar acesso a matérias-primas, escoamento da produção, mão de obra qualificada, clusters locais, encadeamento para frente e para trás, além da capacidade de incentivos de municípios com maior poder de arrecadação tributária, entre outros fatores, dificilmente municípios de pequeno e médio porte irão superar as facilidades ofertadas pelos grandes centros urbanos. Desta forma, é “natural” que as grandes empresas se concentrem em regiões que lhe ofereçam as melhores vantagens, ou seja, nos grandes centros urbanos. Ainda que a intervenção estatal promova a instalação de determinadas empresas em regiões menos desenvolvidas, é impossível considerar que essa política, *per se*, promova um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Enfim, pode-se observar que a reestruturação produtiva paranaense permitiu o alastramento de fusões, aquisições e incorporações que beneficiaram, aparentemente, o capital estrangeiro. A própria política estadual paranaense permitiu inúmeras concessões ao capital externo, em detrimento dos recursos endógenos. A atração das montadoras de automóveis, além de privilegiar a RMC, concentrando ainda mais a indústria instalada no Paraná, só foi possível graças a diversos incentivos fiscais. Desta forma, o processo de reestruturação, fruto também da “abertura” comercial brasileira, acentuou as desigualdades regionais. Não obstante, parece que o Estado paranaense perdeu a capacidade de intervir no desenvolvimento das regiões, especialmente no Governo Lerner. Afinal, as estratégias adotadas não permitiram um desenvolvimento menos desigual antes, pelo contrário, agravaram as assimetrias.

Como visto até aqui, observa-se que o aparelho estatal paranaense, na maioria das vezes, foi crucial para o desenvolvimento das atividades econômicas. Muito embora não tenha conseguido promover um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, já que se observa uma nítida concentração industrial na RMC. Mesmo quando o apoio foi dado ao capital produtivo paranaense, não se observou, de maneira expressiva, a participação de setores da sociedade com capacidade de influenciar as ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento. Exceção deve ser feita às forças ligadas as empresas privadas, principalmente os grandes grupos econômicos, os quais contaram com o apoio estatal em diferentes momentos.

Os movimentos sociais e as universidades mostram sinais de alguma iniciativa em prol do desenvolvimento regional paranaense, mesmo que, no caso dos movimentos sociais, a pauta de suas reivindicações seja diversa e, muitas vezes, diretamente influenciada pela pauta nacional. Este breve apanhado contempla a atuação do MST e do MAB. A escolha desses dois movimentos sociais deve-se ao fato de que são movimentos relevantes no Território Cantuquiriguaçu, além de terem participado ativamente na luta pela conquista de uma universidade federal para a região.

O MST foi criado em 1984 em Cascavel<sup>39</sup>, Paraná. O surgimento do movimento, de maneira oficial, verificou-se em decorrência da luta pela terra de trabalhadores que deixavam o campo em consequência da mecanização e da dificuldade da manutenção da agricultura de subsistência. Esse se tornou um dos principais movimentos sociais brasileiros, a ponto de ser considerado por Noam Chomsky, “The most important movement in the world” (CHOMSKY, 2012). A principal bandeira do MST é a reforma agrária. No entanto, a atuação do movimento não tem se limitado a essa questão. Pelo contrário, inúmeras outras demandas têm sido objeto de manifestação e envolvimento do MST, tais como: cultura, combate à violência de cunho sexual, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político e soberania nacional e popular (MST, 2017a).

Segundo o próprio MST (2017b), o movimento conta com 100 cooperativas no Brasil, 96 agroindústrias, 1,9 mil associações e participou do assentamento de 350 mil famílias, estando presente nas cinco regiões brasileiras, em 24 Estados. No Paraná, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em fevereiro de 2017, havia 18.799 famílias assentadas, distribuídas em 329 assentamentos (INCRA, 2017). Diante desses números, é possível considerar que a atuação do MST no território paranaense é marcante, enfatizando os diversos assentamentos rurais concretizados. Esse destaque é ainda maior no Território Cantuquiriguaçu, como pode ser observado no capítulo seguinte.

Apesar da importância do movimento e de sua capilaridade, são poucos os estudos sobre a atuação do MST quanto às ações específicas voltadas ao desenvolvimento regional. De fato, a ação desenvolvida pelo movimento em cada Estado e em cada região, ainda que atenda às diretrizes nacionais do MST, dificilmente apresentará padronização nas estratégias voltadas ao fortalecimento do movimento em si, do processo de reforma agrária e no desenvolvimento das regiões. Ou seja, o estudo caso a caso é muito mais útil e frequente quando se investiga a relação MST e desenvolvimento regional. Por outro lado, a “criminalização” que o movimento sofre

---

<sup>39</sup> Cascavel é um município localizado na mesorregião Oeste paranaense, sendo que sua importância é demonstrada diante da existência da microrregião de Cascavel, conforme será visto no próximo capítulo.

de boa parte da mídia e, conseqüentemente, da sociedade brasileira, afasta o MST das ações orientadas às políticas públicas, bem como das discussões de projetos de desenvolvimento.

Não sendo possível elencar aqui as inúmeras experiências do MST quanto ao desenvolvimento regional paranaense, cabe verificar, contudo, algumas atividades exercidas e conquistas do movimento. Os projetos de assentamento, as parcerias com diversos órgãos e instituições, a busca pela produção de alimentos livres de agrotóxicos, as ações voltadas para a educação dos assentados, entre outros, são exemplos inequívocos da contribuição do MST com o desenvolvimento das regiões nas quais está presente. Por fim, e apenas como exemplo, os próprios assentamentos frutos da luta do movimento não são organizados como o MST gostaria. Nas palavras de Machado (2008, p. 250),

O Estado burguês, através do Incra, adota um modelo de reforma agrária voltado para a propriedade familiar. O MST, por sua vez, tem como princípio básico o estímulo à cooperação e ao trabalho coletivo da terra. As disputas de concepções assumem contornos políticos e ideológicos.

Outro movimento social de significativa relevância no Paraná é o MAB. O território paranaense possui capacidade de geração de energia elétrica equivalente a 10,97% da produção brasileira, atrás apenas de São Paulo, que lidera o ranking por unidades da Federação (ANEEL, 2017a). Também é o Estado com o segundo maior número de usinas hidrelétricas<sup>40</sup>, atrás, novamente, somente de São Paulo.

Tendo sua origem nos anos 1970, o MAB promoveu em 1989 o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens e, em 1991, o I Congresso de Atingidos de todo o Brasil (MAB, 2011a). Em seu sítio, o movimento se define como um “movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução.” (MAB, 2011b). Segundo informação do próprio movimento, ele busca:

[...] organizar toda a população ameaçada ou atingida por barragens, em sua maioria, barragens de hidrelétricas. É um movimento que luta para garantir seus direitos, principalmente à terra, forçando e contribuindo na construção de um novo modelo energético, alternativo e popular para o Brasil. (MAB, 2005).

Como pode ser observado, as atuações do MAB e do MST caracterizam-se pela luta por demandas sociais além daquelas pelas quais o movimento social foi originariamente criado. O MAB, portanto, passa por um processo semelhante ao descrito com o MST em relação ao

---

<sup>40</sup> O Paraná possui 56 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), 30 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), além de 15 Usinas Hidrelétricas (UHE) (ANEEL, 2017b). Atualmente, estão em fase de construção duas PCH e uma UHE, sendo que existem ainda quatro CGH, quatro UHE e dezesseis PCH já previstas, mas que ainda não tiveram a construção iniciada (ANEEL, 2017b). Um dos principais rios que contribuem para esta capacidade de geração é o Rio Iguçu que permeia o Território Cantuquiriguaçu.

desenvolvimento das regiões. Ou seja, a influência do MAB no desenvolvimento regional é presumível dada as bandeiras e atuação desse movimento, contudo, não se pretende traçar um padrão das relações existentes entre o MAB e o desenvolvimento regional. Até porque o número e a diversidade das pautas e dos projetos dos quais o MAB participa, considerando ainda a própria diferença entre as regiões, intensifica a não uniformização das ações voltadas ao desenvolvimento. A atuação do MAB está melhor descrita na discussão da atuação dos movimentos sociais e das características do Território Cantuquiriguaçu.

Com relação às universidades, em virtude de sua heterogeneidade, cada uma apresenta articulações específicas, de acordo com a sua região. Ademais, o perfil dos cursos, o histórico, tempo de existência, seu caráter público ou privado, entre outros elementos, dificultam a tentativa de uma padronização a respeito das universidades e o desenvolvimento regional paranaense. Ainda assim, é possível elencar alguns aspectos que permitem aferir essa relação mesmo considerando a diferenciação caracterizada por Rolim e Serra (2009) no capítulo anterior a respeito da universidade estar na região ou ser da região. Essa diferenciação pode ser determinante para se compreender as relações existentes entre as universidades e o desenvolvimento regional.

A maior parte da expansão universitária ocorrida na década de 1990 e primeira década dos anos 2000 foi de instituições privadas, desde faculdades e centros universitários até universidades. A partir de 2003 o Governo Federal investiu significativamente na criação de universidades federais e o Paraná recebeu duas instituições: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com sede em Foz do Iguaçu, e dois *Campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul<sup>41</sup> (UFFS), um em Realeza e outro em Laranjeiras do Sul. Previamente, a única universidade federal existente era a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Embora a UFPR tivesse algumas unidades em outros municípios<sup>42</sup>, a maioria absoluta de seus cursos estava localizada na capital do Estado, Curitiba. Além destas instituições, o Paraná conta ainda com a Universidade Federal Tecnológica do Paraná<sup>43</sup> e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> A sede da UFFS fica em Chapecó, SC. É uma instituição *multicampi* com unidades no Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza), Santa Catarina (Chapecó) e Rio Grande do Sul (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo).

<sup>42</sup> A UFPR possui unidades em Jandaia do Sul, Matinhos, Palotina e Pontal do Paraná (UFPR, 2017).

<sup>43</sup> A UFTPR possui sede em Curitiba e campus em Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo (BRASIL, 2017).

<sup>44</sup> O IFPR tem sede na capital e dispõe de campus em Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória (BRASIL, 2017).

O Paraná, de acordo com a Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, dispõe de sete<sup>45</sup> universidades estaduais distribuídas em seu território. Consultando um mapa disponível no sítio da Secretaria Estadual, há informações a respeito da presença de outras unidades<sup>46</sup> ligadas a estas universidades estaduais paranaenses. Segundo os dados da SETI, as sete universidades ofertam, em conjunto, 267 cursos de graduação, 137 cursos de mestrado, 54 cursos de doutorado e 209 cursos de especialização. Também de acordo com a Secretaria, essas universidades empregam 7.660 docentes e 8.917 agentes universitários (SETI, 2017b). A rede pública de ensino superior, considerando as federais e estaduais, corresponde a 10,3% do total das instituições de ensino superior presentes do Paraná (SINEPE/PR, 2015). Com base nos dados de 2013, o número de matrículas da rede privada de ensino superior representava o montante de 54,6% no regime presencial e 89,2% no ensino a distância (SINEPE/PR, 2015).

A tabela 1 mostra, pormenorizadamente, a estrutura do ensino superior presente no Brasil, na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e somente no Estado paranaense. Os números das IES aqui mencionadas agregam universidades, centros universitários, faculdades, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's, sendo que os dois últimos são exclusivamente públicos.

**Tabela 1** – Número total de IES no Brasil, Região Sul e Paraná, incluindo a natureza pública ou privada - 2015

IES	Brasil			Região Sul			Paraná		
	T	Pub.	Priv.	T	Pub.	Priv.	T	Pub.	Priv.
<b>Total</b>	2.368	298	2.070	402	40	362	187	14	173
<b>Universidades</b>	195	111	84	47	27	20	15	10	5
<b>Centros</b>	147	11	136	24	4	20	9	1	8
<b>Universitários</b>									
<b>Faculdades</b>	1.986	136	1.850	325	3	322	162	2	160
<b>Institutos Federais e CEFETs</b>	40	40	-	6	6	-	1	1	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Universitário do INEP (2017a).

<sup>45</sup> UEL (Londrina), UEM (Maringá), UEPG (Ponta Grossa), UNICENTRO com campi em Guarapuava e Irati; UENP com campi nos municípios de Luiz Meneghel de Bandeirantes, Jacarezinho e Cornélio Procópio; UNIOESTE com campi em Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo e UNESPAR com campi nos municípios de Curitiba, Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória (PARANÁ, 2017a).

<sup>46</sup> A UEM oferta cursos em Maringá, Cianorte, Cidade Gaúcha, Goioerê, Umuarama e Ivaiporã; a UNICENTRO está presente em Chopinzinho, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis. Na UEPG, além de Ponta Grossa, tem cursos em Jaguariaíva, São Mateus do Sul, Palmeira, Castro e Telêmaco Borba (PARANÁ, 2017b).



Os dados exibidos apontam que a maioria das IES no Brasil são de natureza privada. A região Sul detém 16,98% do total de instituições presentes no território nacional. Quando se trata especificamente das universidades, esta participação é de 24,10%. Com relação ao total das IES, apenas 9,88% delas é pública na Região Sul. No tocante às universidades, a maioria é pública (57,45%) e no caso das faculdades existentes nessa região, há uma presença maciça do setor privado (99,08%). Em termos globais, ou seja, em relação ao total das IES, apenas 9,88% delas são públicas na Região Sul o que está em linha com os números nacionais.

No que diz respeito ao Estado do Paraná, esse tem uma participação de 7,9% das IES brasileiras. Em relação à organização administrativa, conforme os dados da tabela 1 indicam, do total de IES presentes no Paraná, apenas 7,49% são públicas. Consideradas apenas as IES cuja organização acadêmica as classifica como universidades, no Paraná, o predomínio é de instituições públicas, com 66,67%. No caso dos centros universitários, a maioria é privada (88,89%). A respeito das faculdades, 98,77% são instituições privadas. A estrutura aqui apresentada permite concluir que o Paraná apresenta resultados não significativamente diferentes dos demais Estados da Região Sul.

Os movimentos sociais e as universidades estão presentes no território paranaense. Embora não seja possível descrever e quantificar com exatidão suas contribuições sobre e para o desenvolvimento regional como um todo, visto que, para isso, deve ser observada cada situação específica, é inegável o potencial e a influências de suas ações sobre as regiões em que estão inseridos. Ressalta-se que os movimentos sociais não se resumem a demandas específicas que lhes deram origem, incluindo outras de interesse da sociedade local. Já as universidades possuem, através do ensino, da pesquisa e da extensão, grandes potencialidades como elementos catalizadores e impulsionadores do desenvolvimento regional. A análise mais apurada dessas organizações sobre o desenvolvimento regional pode ser vista no capítulo que traz o estudo específico do Território Cantuquiriguaçu.

São nítidas as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento paranaense ao longo do tempo. De uma visão pessimista, perpassando por abordagem ora utópica, ora realista, até chegar a análise crítica do IPARDES (2006), passou relativamente pouco tempo. Interessante observar que, em todas as análises, é consenso que o apoio do aparelho estatal para o desenvolvimento do Estado é de grande valia. Curiosamente, em relação à reestruturação produtiva, o Estado teve um papel primordial, mas acabou servindo mais como auxiliar do capital privado (e estrangeiro) do que apoio ao capital local. Além disso, a concessão de rodovias e outras privatizações diminuíram as possibilidades de o Estado ser um agente interventor mais efetivo quanto ao desenvolvimento regional.

Por fim, observa-se que, tanto os movimentos sociais quanto a cadeia de universidades presentes no território paranaense, possuem extenso potencial para com o desenvolvimento regional. Embora não se tenham identificados exemplos específicos desta relação, em virtude das especificidades das ações dos movimentos sociais e universidades, é inegável a ascendência desses sujeitos nas regiões em que exercem suas atividades. Isso está ainda mais caracterizado na discussão específica do Território Cantuquiriguaçu. Contudo, antes dessa análise, convém discutir o desenvolvimento regional. Neste sentido, a próxima seção apresenta aspectos do Paraná como um todo, de suas mesorregiões, das microrregiões que possuem relação com o Território Cantuquiriguaçu e os desafios atuais ao desenvolvimento regional paranaense.

### 3.3 AS REGIÕES PARANAENSES: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DESAFIOS ATUAIS

Este subcapítulo tem como principal objetivo apresentar um diagnóstico a respeito do desenvolvimento socioeconômico regional do Paraná. Para tanto, além dos dados referentes ao Paraná como um todo, se exibem indicadores socioeconômicos regionalizados, de acordo com a classificação de mesorregiões adotada pelo IBGE. Não obstante, um trabalho de grande relevância do IPARDES, intitulado “Vários Paranás” e publicado em 2006, também é objeto de análise. Enquanto algumas regiões apresentam indicadores que se aproximam da média estadual, outras se encontram muito aquém daquelas mais desenvolvidas. Internamente as regiões também apresentam profundas assimetrias sociais e econômicas, o que não é exclusivo do Paraná. Ressalta-se que os indicadores são resultado da análise da região em si, revelando, portanto, as desigualdades intraregionais. Evidentemente que municípios maiores, de maior dinamismo econômico, apresentam, na maioria das vezes, resultados superiores aos municípios menores.

A desigualdade, como já visto anteriormente, é inerente ao modo de produção capitalista que amplia e se beneficia das desigualdades já existentes. As ações adotadas pelo aparelho estatal paranaense visando a industrialização do Estado foram até frutíferas, mas provocaram a intensificação das desigualdades. Dessa maneira, a adoção de estratégias públicas voltadas ao desenvolvimento regional deveria pressupor a compreensão, pelos agentes envolvidos nestas ações, não só dos efeitos do capitalismo, mas também, e principalmente, do potencial que existe de acordo com as peculiaridades regionais. Ou seja, cabe o respeito às especificidades regionais e a valorização dessas, no sentido de potencializar o desenvolvimento regional.

A análise dessa parte inclui dados sobre o Paraná e suas mesorregiões geográficas. Apresentam-se, também, alguns dados sobre duas microrregiões específicas: Cascavel e Guarapuava. A justificativa para a abordagem microrregional é porque tais regiões englobam os municípios que formam o Território Cantuquiriguaçu. Portanto, a investigação aqui também discute a região da Cantuquiriguaçu como território integrante do Paraná sem, todavia, discutir especificamente suas características econômicas e sociais.

Conforme dados do IBGE, referentes ao ano de 2014, o Paraná ocupa a quinta posição no ranking do PIB por unidade da Federação, sendo responsável por 6% do PIB brasileiro, ficando atrás de São Paulo (32,2%), Rio de Janeiro (11,6%), Minas Gerais (8,9%) e Rio Grande do Sul (6,2%). Em 2014, o PIB paranaense foi de R\$ 348,084 bilhões, a preços correntes (IBGE, 2016b). Com relação ao ano de 2014, o PIB *per capita* paranaense foi da ordem de R\$ 31.410,74 (IBGE, 2017a). A composição por valor adicionado do Paraná para 2014 ficou assim constituída: agropecuária: 9,5%; indústria: 25,2%; administração pública: 13,5% e comércio e serviços: 51,9% (IPARDES, 2017a). A estimativa do Instituto é que o PIB paranaense atingisse a marca de R\$ 365,881 bilhões em 2015 (IPARDES, 2017a). Ainda conforme dados preliminares do próprio IPARDES, o Paraná foi responsável, em 2015, por 6,1% do PIB brasileiro. A tabela 2, a seguir, exhibe pormenorizadamente o PIB paranaense nos últimos anos.

**Tabela 2** – PIB do Brasil e do Paraná (preços correntes), taxa de crescimento paranaense e participação do Estado no PIB brasileiro no período 2005 - 2015

Ano	PIB Brasil (preços correntes), em milhões de reais	PIB Paraná (preços correntes), em milhões de reais	Taxa crescimento real do PIB Paraná (em %)	Participação do PR no PIB brasileiro (em %)
2005	2.170.585	127.465	0,6	5,87
2006	2.409.450	137.648	1,9	5,71
2007	2.720.263	165.209	7,2	6,07
2008	3.109.803	185.684	4,0	5,97
2009	3.333.039	196.676	-1,7	5,90
2010	3.885.847	225.205	9,9	5,80
2011	4.376.382	257.122	4,6	5,88
2012	4.814.760	285.620	0,0	5,93
2013	5.331.619	333.481	5,5	6,25
2014	5.778.953	348.084	-1,5	6,02
2015	6.000.570	365.881	-3,3	6,10

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPARDES (2017c).

Os dados referentes ao ano de 2015 são estimativas do IPARDES. No período observado, em três anos o PIB paranaense regrediu (2009, 2014 e 2015). Nos demais, há um crescimento, em especial nos anos de 2007, 2010 e 2013. A participação do Paraná no PIB brasileiro tem se alterado pouco, ficando na casa de 6% ao longo neste período. No que diz respeito à variação populacional paranaense nas últimas décadas, os dados indicam claramente que, a partir dos anos 1990, o Estado apresentou uma queda em relação ao total da população brasileira. Mesmo com esta redução, o Paraná continua tendo um acréscimo populacional a cada década. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a taxa de crescimento populacional elevou devido a vinda de imigrantes de outros Estados (IPARDES, 1983). Esse dado vai ao encontro da interpretação de Padis (2006) e está concatenado com a expansão cafeeira no norte paranaense, bem como a ocupação do sudoeste do Estado. Recentemente, o IPARDES esboçou algumas estimativas para a população paranaense. Para 2016, estimou que a população do Estado fosse de 11.242.720, chegando a 12.045.491 habitantes em 2030 (IPARDES, 2017b).

**Tabela 3** – População brasileira e paranaense (com variações percentuais), incluindo distinção entre urbana e rural, homens e mulheres, por década, no período 1960 e 2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	70.324.103	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.747.731
<b>Paraná</b>	4.263.721	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.444.526
<b>% do Estado</b>	6,06%	7,44%	6,41%	5,75%	5,63%	5,47%
<b>na</b>						
<b>população</b>						
<b>brasileira</b>						
<b>Var. % da</b>	-	62,53%	10,10%	10,73%	13,19%	9,21%
<b>pop. do PR</b>						
<b>no período</b>						
<b>Pop. Urbana</b>	1.310.966	2.504.253	4.472.506	6.197.953	7.786.084	8.912.692
<b>Pop. Rural</b>	2.952.755	4.425.568	3.157.343	2.250.760	1.777.374	1.531.834
<b>Homens</b>	2.111.922	3.552.290	3.851.563	4.207.814	4.737.420	5.130.994
<b>Mulheres</b>	2.051.799	3.377.531	3.778.286	4.240.899	4.826.038	5.313.532

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em dados do IPEA (2017).

Com relação à distribuição da população paranaense entre as regiões urbanas e rurais, os dados da tabela 3 corroboram com o processo da rápida urbanização brasileira ocorrido no século XX. Com base nos dados disponíveis para o ano de 2010, a taxa de urbanização do Estado é de 85,33%. Ou seja, mais de 85% dos residentes permanentes estão nos centros

urbanos. Observa-se também que o grau de urbanização tem se elevado a cada década, ainda que nos últimos períodos em menor intensidade. Situação inversa é observada na zona rural, onde há regressão no número de habitantes a partir dos anos 1970. Quanto ao sexo, a partir de 1991 as mulheres passam a ser a maioria no território paranaense. Entretanto, a diferença entre homens e mulheres não é expressiva no período constatado (1,75%).

A tabela 4 exhibe uma síntese de indicadores sociais que apontam a situação atual no Paraná. O primeiro indicador examinado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM<sup>47</sup>. Apesar de diversas críticas a esse índice, ele ainda é o principal indicador a respeito do desenvolvimento de países, regiões e municípios. Precisamente sobre o Paraná, registra-se uma evolução significativa entre os períodos comparados. O último IDHM disponível, de 2010, apontou o Paraná com 0,749, colocando-o na quinta posição no ranking de desenvolvimento entre as unidades da federação. Outrossim, o resultado paranaense está acima da média nacional (0,727). Utilizando os critérios adotados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Paraná tem um desenvolvimento humano considerado alto<sup>48</sup>.

O Índice de Gini<sup>49</sup> referente a renda no Paraná apresenta evolução positiva no período, chegando à segunda colocação no ranking nacional, com resultado de 0,53, conforme também pode ser observado na tabela 4. A análise de outros resultados referentes à concentração de renda revela que o Paraná permanece como um Estado com resultados satisfatórios se comparado a outras unidades da Federação.

Especificamente com relação ao percentual de renda apropriada pelos mais pobres, o Estado detém resultado de 41,43%. Todavia, esse resultado ainda é o segundo melhor do país. Houve elevação no percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos, o que é considerado muito ruim, visto que coloca o Estado na 26ª posição. Isso revela que ele é o segundo Estado, dentre os 27, com maior concentração de renda entre os dez por cento mais ricos. Com relação ao percentual de extremamente pobres, o Paraná demonstra resultado melhor que outras unidades da Federação, sendo o terceiro no ranking nacional, com 1,96% de sua população entre os extremamente pobres.

---

<sup>47</sup> O IDHM considera três elementos fundamentais para sua aplicação: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida (ATLAS BRASIL, 2016).

<sup>48</sup> De acordo com a classificação do PNUD, as faixas de desenvolvimento são assim constituídas: 0,000 a 0,499 – muito baixo; 0,500 a 0,599 – baixo; 0,600 a 0,699: médio; 0,700 a 0,799 – alto; 0,800 a 1: muito alto (PNUD, 2017).

<sup>49</sup> Índice (Ou coeficiente) de Gini: “[...] é utilizado para medir o grau de concentração de um atributo (renda, terra, etc.) numa distribuição de frequência.” (BRASIL, MDA, 2001). Seu valor varia entre 0 e 1. Por exemplo, utilizando a variável renda, quanto mais próximo de 1 for o índice, mais concentrada é a renda; quanto mais próxima de zero, menor a concentração de renda.

**Tabela 4** – Indicadores entre 1991 e 2010 e posição do Paraná no ranking nacional (2010)

	1991	2000	2010	Ranking 2010
<b>IDHM</b>	0,507	0,650	0,749	5°
<b>Índice de Gini</b>	0,60	0,60	0,53	2°
<b>% da renda apropriada pelos 80% mais pobres</b>	35,85	35,36	41,43	2°
<b>% da renda apropriada pelos 10% mais ricos</b>	48,30	49,23	43,86	26°
<b>Taxa de pobreza<sup>50</sup></b>	32,57	18,90	6,46	23°
<b>% extremamente pobres<sup>51</sup></b>	12,57	6,08	1,96	3°
<b>Renda <i>per capita</i> média (R\$)</b>	439,09	638,27	890,89	6°
<b>Esperança de vida ao nascer (anos)</b>	65,7	69,8	74,8	9°
<b>Expectativa de anos de estudo</b>	9,68	10,11	10,43	1°
<b>% de 25 anos ou mais com superior completo</b>	5,53	7,03	12,75	3°

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados disponíveis no sítio Atlas Brasil (2017).

Quanto a renda *per capita* média em 2010 o Paraná atingiu valores maiores que o dobro de 1991 (tabela 4). O resultado aponta o Paraná na sexta posição no ranking brasileiro, cuja renda média é de R\$ 793,87. Quando se trata da expectativa de vida ao nascer, a idade média da população paranaense aumentou em cinco anos, entre 2000 e 2010. Em oito unidades da Federação o desempenho foi ainda superior nesse quesito (a expectativa de vida do brasileiro é de 73,94 anos). Quanto a escolaridade, o Paraná é o Estado brasileiro com melhor resultado frente a expectativa de anos de estudo. De acordo com os dados de 2010, o paranaense estuda, em média, mais de dez anos. Já com relação ao ensino superior, 12,75% da população paranaense acima de 25 anos possui o ensino superior completo.

Alguns outros números servem para caracterizar a situação atual vivenciada pelos paranaenses. O Índice de Gini referente a estrutura fundiária do Paraná era de 0,749 em 1985, passando para 0,741 em 1995 e 0,768 em 2006 (IBGE, 2012). Estes dados indicam que, embora a concentração fundiária no Estado tenha se reduzido entre os anos 1980 e 1990, voltou a elevar o grau de concentração nos anos 2000. Segundos dados do IPARDES (2010), a taxa de alfabetização de adultos<sup>52</sup> era de 93,72% em 2010. O número de empregos formais, para 2015, era de 3.113.204, ocorrendo uma variação negativa entre 2014 e 2015, com a redução de 53.930

<sup>50</sup> “Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010.” (ATLAS BRASIL, 2017).

<sup>51</sup> “Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.” (ATLAS BRASIL, 2017).

<sup>52</sup> População com idade superior a 15 anos.

postos de trabalho. Em 2015, os produtos agrícolas com maior participação no valor adicionado fiscal foram soja (22,26%), milho (8,25%) e trigo (2,57%) (IPARDES, 2017d).

Em suma, de acordo com alguns indicadores socioeconômicos, observa-se que o Paraná possui bons resultados em relação ao cenário nacional. Embora o PIB paranaense seja muito inferior ao PIB paulista, por exemplo, mantém números consistentes. Outros indicadores, como o IDHM, coeficiente de Gini, renda *per capita*, níveis de formação ou esperança média de vida reforçam a boa situação do Paraná se comparada à média brasileira. Entretanto, esses números favoráveis não retratam, com exatidão, a realidade regional paranaense. Pelo contrário, ao agregar os resultados destes indicadores, as assimetrias existentes entre os municípios são encobertas, como, por exemplo, o rápido e espacialmente desigual processo de urbanização. Isso indica que se faz necessária uma abordagem regional, buscando identificar quais distorções estão presentes no território paranaense.

De acordo com a classificação do IBGE, o Paraná é dividido em dez mesorregiões: Noroeste (61 municípios), Centro Ocidental (25), Norte Central (79), Norte Pioneiro (46), Centro Oriental (14), Oeste (50), Sudoeste (37), Centro Sul (29), Sudeste (21) e Metropolitana de Curitiba (37) (IPARDES, 2017e). Essa considera que uma mesorregião é formada por um conjunto de municípios adjacentes, pertencentes ao mesmo Estado e:

[...] que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.” (IBGE, 1990, p. 8).

Em relação ao PIB e ao PIB *per capita* das mesorregiões (tabela 5), em 2014, verificam-se algumas diferenças. O maior PIB, pertencente a mesorregião Metropolitana de Curitiba, é dezesseis vezes maior que a produção do Centro Ocidental e quatorze vezes maior que o Sudeste. Mesmo quando considerado o segundo PIB mesorregional, Norte Central, esse é menor que a metade da mesorregião Metropolitana. Quanto ao PIB *per capita*, também o PIB da mesorregião Metropolitana é o maior, sendo equivalente, praticamente, ao dobro do PIB *per capita* do Norte Pioneiro.

**Tabela 5** – PIB, PIB *per capita* e Valor Bruto da Produção (VBP), por setor, das mesorregiões – 2014

	PIB (em milhares de reais)	PIB <i>per capita</i> (em reais)	VBP, em %, da agropecuária	VBP, em %, da indústria	VBP, em %, de serviços	VBP, em %, da administração pública
<b>Noroeste</b>	16.753.422	23.497	16,96	22,93	43,36	16,76
<b>Centro Ocidental</b>	9.016.066	26.451	25,70	15,47	43,69	15,13
<b>Norte Central</b>	61.734.100	28.402	7,27	22,65	55,92	14,16
<b>Norte Pioneiro</b>	11.024.702	19.567	20,28	16,85	43,48	19,39
<b>Centro Oriental</b>	24.220.398	33.000	12,42	32,27	43,41	11,90
<b>Oeste</b>	40.986.162	31.856	14,19	26,83	46,24	12,73
<b>Sudoeste</b>	17.264.611	27.991	19,67	23,28	43,08	13,99
<b>Centro Sul</b>	10.501.812	22.326	18,98	23,11	41,15	16,76
<b>Sudeste</b>	9.884.142	23.131	32,03	14,77	37,19	16,01
<b>Metropolitana de Curitiba</b>	146.698.781	39.060	1,59	27,41	58,88	12,12

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com dados do IPARDES (2017f).

Em termos do Valor Bruto da Produção – VBP de cada mesorregião o setor industrial tem maior participação no PIB do Centro Oriental (32,27%), seguido da Metropolitana de Curitiba (27,41) e da mesorregião Oeste (26,83%). A agropecuária apresenta resultados expressivos no Sudeste (32,03%), Centro Ocidental (25,70%) e Norte Pioneiro (20,28%). O setor de serviços detém a maior participação em todos os VBP's mesorregionais, com notória presença na Metropolitana de Curitiba (58,88%) e Norte Central (55,92%). Por outro lado, o setor agropecuário é insignificante, em termos percentuais na Metropolitana de Curitiba (1,59%) e pouco representativo no Norte Central (7,27%). A indústria tem seus piores resultados no Sudeste (14,77%) e Centro Ocidental (15,47%). O setor de serviços tem pior resultado no Sudeste (37,19%). A administração pública contribui entre 11,90% e 19,39% nos VBP's mesorregionais.

Quanto à distribuição populacional (tabela 6), em 2010, as mulheres predominam em todas as mesorregiões, com exceção do Sudeste. Quando se observa a tabela anterior (5), nota-se que é justamente nessa região que o setor primário possui participação equivalente a 1/3 do PIB mesorregional. Ou seja, é possível considerar que há, nesse setor, predominância da força de trabalho masculina, embora a mecanização do campo tenha mitigado essa relação. Com respeito aos números absolutos, existem grandes diferenças no Estado. As mesorregiões



Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste são as únicas que apresentam o número de residentes permanentes acima de um milhão. Em contrapartida, Centro Ocidental, Sudeste e Sudoeste não chegam a 500.000 habitantes.

Essa distribuição fica mais clara na observação da tabela 6 que expõe, com base em dados levantados junto ao sistema SIDRA (IBGE), o número de pessoas em cada uma das dez mesorregiões do Estado do Paraná.

**Tabela 6** – População das mesorregiões paranaenses: total, urbana e rural, homens e mulheres  
- 2010

	<b>Pop. Total</b>	<b>Pop. Urbana</b>	<b>Pop. Rural</b>	<b>% pop. Urbana</b>	<b>% pop. Rural</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Noroeste</b>	678.319	565.721	112.598	83,40	16,60	335.240	343.079
<b>Centro Ocidental</b>	334.125	268.168	65.957	80,26	19,74	164.906	169.219
<b>Norte Central</b>	2.037.183	1.866.574	170.609	91,63	8,37	994.364	1.042.819
<b>Norte Pioneiro</b>	546.224	436.958	109.266	80,00	20,00	270.817	275.407
<b>Centro Oriental</b>	689.279	583.792	105.487	84,70	15,30	340.710	348.569
<b>Oeste</b>	1.219.558	1.044.091	175.467	85,61	14,39	598.885	620.673
<b>Sudoeste</b>	497.127	345.882	151.245	69,58	30,42	246.557	250.570
<b>Centro Sul</b>	544.190	365.030	179.160	67,08	32,92	271.449	272.741
<b>Sudeste</b>	404.779	237.119	167.660	58,58	41,42	205.150	199.629
<b>Metropolitana de Curitiba</b>	3.493.742	3.199.357	294.385	91,57	8,43	1.702.916	1.790.826

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis no sistema SIDRA (IBGE, 2017b).

Seguindo o processo de urbanização brasileira ocorrido no século passado, a população urbana é a maioria em todas as mesorregiões paranaenses. Todavia, quando se atenta para os percentuais entre as mesorregiões, há diferenças significativas entre elas. Conforme a tabela 6, a população rural é mais significativa no Sudeste (41,42%), Centro Sul (32,92%) e Sudoeste (30,42%). São números expressivos quando se verifica que a taxa de urbanização do Paraná supera os 85%. Por outro lado, o Norte Central (8,37%) e a mesorregião Metropolitana de Curitiba (8,43%) não detêm sequer 10% da população na área rural. Consequentemente, essas mesorregiões apresentam maior concentração da população nas áreas urbanas, enquanto aquelas (Sudeste, Centro Sul e Sudoeste) exibem os menores números. Há, assim, uma nítida

diferença no que tange a distribuição da população paranaense entre suas mesorregiões. Há ainda outras discrepâncias percebidas como, por exemplo, indicadores sociais e educacionais.

No domínio dos indicadores socioeconômicos selecionados, relativos a 2010, a tabela 7 registra algumas desigualdades proeminentes. Assim, quanto ao IDHM, nenhuma mesorregião apresenta índice superior à média estadual (0,749). O que se apresenta como mais grave é a identificação de quatro mesorregiões com resultado inferior a 0,700: Metropolitana de Curitiba (0,693), Centro Oriental (0,689), Sudeste (0,679) e Centro Sul (0,654). De acordo com a classificação do PNUD, as quatro mesorregiões apresentam grau médio de desenvolvimento em contraponto ao Paraná como um todo, cujo resultado classifica o Estado com alto desenvolvimento. Ainda, cabe destacar que, mesmo com o maior PIB *per capita* estadual, a mesorregião Metropolitana de Curitiba apresenta baixo IDHM. Quanto à renda domiciliar, grandes distorções são detectadas. A mesorregião Sudeste, por exemplo, tem renda equivalente à metade da renda dos habitantes da região Metropolitana de Curitiba. Ademais, a diferença de renda entre essa região e a do Norte Central, segundo no ranking mesorregional, é de R\$ 251, ou seja, os habitantes da região Metropolitana recebem 29% acima dos residentes do Norte Central.

**Tabela 7** – Indicadores socioeconômicos selecionados, por mesorregião, 2010

<b>Região</b>	<b>IDHM</b>	<b>Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (em reais)</b>	<b>Taxa de pobreza (% da pop.)</b>	<b>Taxa de analfabetismo (dez anos ou mais) em %</b>	<b>Ensino Superior (% da pop.)</b>
<b>Noroeste</b>	0,705	690	5,6	8,9	6,9
<b>Centro Ocidental</b>	0,703	651	8,7	10,3	6,7
<b>Norte Central</b>	0,714	865	5,4	6,2	10,2
<b>Norte Pioneiro</b>	0,702	630	9,7	9,9	6,7
<b>Centro Oriental</b>	0,689	720	9,7	5,9	7,3
<b>Oeste</b>	0,717	818	7,0	5,8	9,1
<b>Sudoeste</b>	0,716	748	8,3	6,8	7,2
<b>Centro Sul</b>	0,654	571	16,3	8,5	5,8
<b>Sudeste</b>	0,679	558	13,6	5,3	5,0
<b>Metropolitana de Curitiba</b>	0,693	1.116	5,6	3,3	12,9

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Souza, Ruthes e Valença (2015).

Em relação à pobreza (tabela 7), as mesorregiões Centro Sul (16,3) e Sudeste (13,6%) apresentam os números mais preocupantes. Quando se comparam estes números com a taxa de pobreza do Paraná (6,46%), nota-se que estas duas regiões possuem um percentual superior ao dobro da média paranaense. Além disso, somente o Norte Central (5,4%), o Noroeste (5,6%) e a Metropolitana de Curitiba (5,6%) apresentam resultados melhores que a média estadual.

Quanto a taxa de analfabetismo para pessoas com dez anos ou mais, o Paraná apresenta o percentual de 5,8% da população em 2010 (IBGE, 2017b). São sete as mesorregiões que possuem taxa de analfabetismo superior à média estadual. Apenas as mesorregiões Metropolitana de Curitiba (3,3%) e Sudeste (5,3%) apresentam resultados melhores que o Estado como um todo, sendo que a região Oeste detém exatamente o mesmo percentual que a média paranaense (5,8%).

Com relação ao ensino superior, 9,7% da população paranaense tem ensino superior (Souza, Ruthes e Valença, 2015). Apenas duas mesorregiões superam este percentual: Metropolitana de Curitiba (12,9%) e Norte Central (10,2%). Em contrapartida, Sudeste (5,0%) e Centro Sul (5,8%) apresentam os piores resultados. Na tabela 8 é possível observar a forma de oferta do ensino superior considerando o perfil das IES no Estado do Paraná.

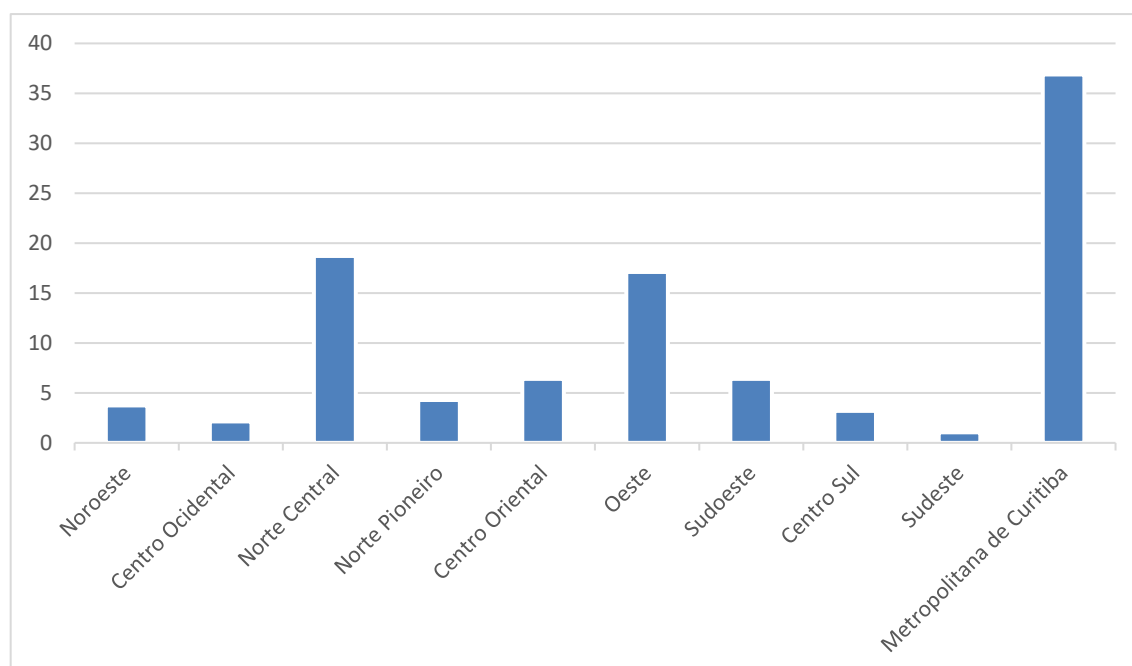
**Tabela 8** – Perfil das IES presentes no Paraná, incluindo localização, capital (C) ou interior (I) – 2014

IES	Públicas			Privadas	Total	
	Subtotal	Federais	Estaduais			Municipais
<b>Universidades Capital</b>	2	2	0	0	3	5
<b>Universidades Interior</b>	8	1	7	0	2	10
<b>Total Universidades</b>	10	3	7	0	5	15
<b>Centros Universitários Capital</b>	0	0	0	0	5	5
<b>Centros Universitários Interior</b>	1	0	0	1	3	4
<b>Total Centros Universitários</b>	1	0	0	1	8	9
<b>Faculdades Capital</b>	0	0	0	0	45	45
<b>Faculdades Interior</b>	2	0	0	2	115	117
<b>Total Faculdades</b>	2	0	0	2	160	162
<b>Institutos Federais e CEFET's</b>	1	1	0	0	0	1
<b>Capital</b>						
<b>Institutos Federais e CEFET's</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Interior</b>						
<b>Total Institutos Federais e CEFET's</b>	1	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	14	4	7	3	173	187

Fonte: elaborado pelo autor com base no Censo Universitário do INEP (2017).

Verifica-se que a oferta está distribuída entre instituições privadas e públicas discriminando, nesse caso, quantas são federais, estaduais e municipais, de acordo com seu credenciamento enquanto universidades, centros universitários, faculdades e Institutos Federais ou CEFET's, bem como a sua localização (capital ou interior do território paranaense). A análise dos dados permite concluir que a maioria das instituições de ensino está distribuída pelo interior do Paraná, 70,05% (131 das 187 IES). Não obstante, a grande maioria das IES presentes no Estado são privadas, 92,51% (173 das 187). No caso específico das universidades, a maioria são públicas e se localizam no interior. Com relação aos centros universitários, oito são privados, sendo que cinco estão em Curitiba. Quanto às faculdades, a maioria é privada (98,77%) e estão situadas em sua maior parte no interior. No tocante aos institutos federais e CEFET's, estão localizados na capital e são instituições públicas. Apesar de se localizarem em Curitiba, essas instituições são *multicampi*, localizadas em várias regiões do Estado. Importante registrar que do total de IES instaladas no Paraná, 56 estão na capital (três públicas e 53 privadas) e 131 estão localizadas no interior (onze públicas e 120 privadas).

A presença das instituições de ensino superior pelo território paranaense, referente ao ano de 2014, está assim distribuída: Noroeste 7; Centro Ocidental 4; Norte Central 35; Norte Pioneiro 8; Centro Oriental 12; Oeste 32; Sudoeste 12; Centro Sul 6; Sudeste 2; e Metropolitana de Curitiba 69 (IPARDES, 2017f). A seguir, a figura 5 demonstra, em percentual, a distorção na disposição destas instituições pelo Paraná. Obviamente que a capital do Estado seria privilegiada. No entanto, além de ser significativa essa diferença, entre as mesorregiões as discrepâncias são substanciais. Por exemplo, o Noroeste, que tem uma população superior a região Sudoeste em mais de 180 mil habitantes, tem sete IES, enquanto a última possui doze. Na comparação com a Sudeste, a diferença é ainda maior, visto que a mesma detém apenas duas instituições em seu território, mesmo com uma população acima de 404 mil habitantes.

**Figura 5** – Localização das IES pelas mesorregiões paranaenses, em %, referente a 2014

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IPARDES (2017f).

Quando se compara o número de instituições em relação a população de cada região, observam-se significativas discrepâncias. Na mesorregião Sudeste, existe uma instituição para cada 202.390 habitantes. Na Noroeste, uma para cada 96.903 habitantes; Centro-Sul uma para cada 90.698 pessoas; Centro Ocidental uma para cada 83.531 habitantes; Norte Pioneiro uma para cada 68.278 pessoas; Norte Central uma para cada 58.205 pessoas; Centro Oriental uma para cada 57.440 pessoas; Metropolitana de Curitiba uma para cada 50.634 habitantes; Sudoeste uma para cada 41.427 pessoas e, por fim, na mesorregião Oeste uma IES para cada 38.111 habitantes. Como os municípios que integram a Cantuquiriguaçu estão distribuídos em duas mesorregiões, sendo seis municípios parte da mesorregião Oeste e quatorze incluídos na Centro Sul, estas diferenças sinalizam a oferta de ensino superior na região. Mais adiante, esta questão será melhor examinada.

Em suma, os indicadores socioeconômicos retratados até agora apontam, nitidamente, as desigualdades existentes no Paraná e entre suas mesorregiões. Ainda que possua um nível de desenvolvimento alto, conforme classificação do PNUD, o Estado está longe de poder ser considerado desenvolvido. No que diz respeito às universidades, para além do predomínio das IES privadas, embora possuam condições de influenciar positivamente o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas, a sua distribuição no espaço paranaense também é desigual. As desigualdades entre as regiões se apresentam como grandes desafios para os próximos anos.

Esse debate, ainda que sucinto, se encontra a seguir, incluindo considerações sobre as microrregiões das quais os municípios do Território Cantuquiriguaçu fazem parte.

As mesorregiões geográficas paranaenses são subdivididas em microrregiões que por sua vez se desagregam em 39 diferentes territórios. Microrregiões, de acordo com classificação utilizada pelo IBGE, são:

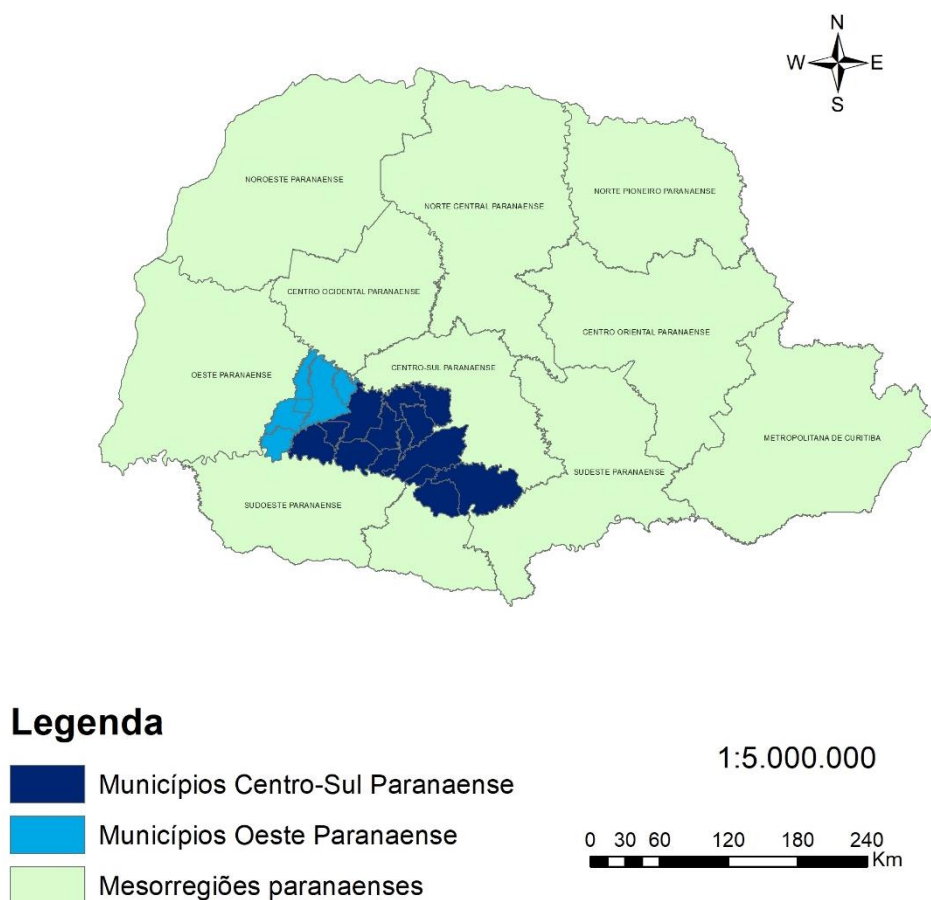
[...] parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas [...] A organização do espaço microrregional foi identificada também pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender às populações através de comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos.” (IBGE, 1990, p. 8).

As microrregiões paranaenses examinadas aqui são Cascavel<sup>53</sup> (18 municípios) e Guarapuava<sup>54</sup> (18 municípios) (IPARDES, 2017e). Convém ressaltar que a microrregião de Cascavel está incluída na mesorregião Oeste, enquanto Guarapuava integra a mesorregião Centro Sul. A figura 6 apresenta as microrregiões e seus municípios no âmbito das mesorregiões paranaenses.

---

<sup>53</sup> Pertencem a microrregião de Cascavel os municípios de Campo Bonito, Catanduvas, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema e Três Barras do Paraná, todos eles integrantes da mesorregião Oeste e do Território Cantuquiriguaçu.

<sup>54</sup> Fazem parte da microrregião de Guarapuava os municípios de Cândói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond, todos pertencentes a mesorregião Centro Sul e ao Território Cantuquiriguaçu.

**Figura 6** – Microrregiões e municípios no âmbito das mesorregiões paranaenses

Fonte: Elaboração própria (2017).

Diversos desequilíbrios são identificados de acordo com os indicadores socioeconômicos observados na tabela 9. Em relação à área territorial de cada microrregião, há acentuado desnível. A microrregião de Guarapuava tem, praticamente, o dobro da extensão territorial de Cascavel, sendo que, em relação à população, esta detém o maior número de habitantes.

**Tabela 9** – Indicadores selecionados, microrregiões de Cascavel e Guarapuava

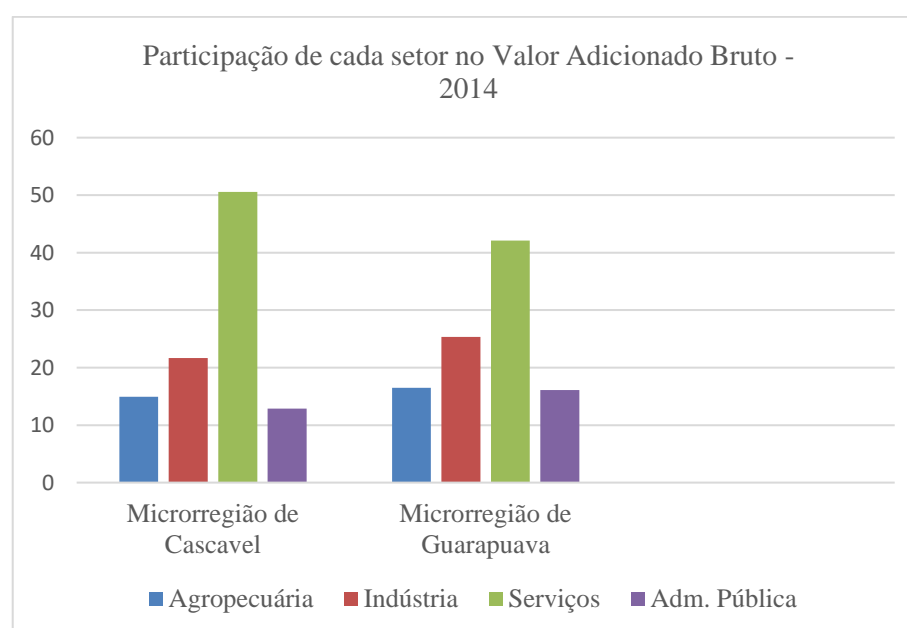
Microrregião	Área territorial 2016 (km <sup>2</sup> )	Pop. 2010	Pop. Estimada 2016	Grau de urbanização 2010	Matrículas no ensino superior (2015)	PIB <i>per capita</i> 2014 (em R\$)
Cascavel	8.515	432.978	466.570	85,43%	20.989	30.498
Guarapuava	16.189	378.086	398.317	69,46%	14.032	23.191

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados do IPARDES (2017e).

A tabela 9 demonstra expressivas diferenças entre as taxas de urbanização das microrregiões. A microrregião de Cascavel tem 85,43% da população em área urbana (semelhante a paranaense, 85,33%). Guarapuava, menos de 70%. Com referência às matrículas no ensino superior, a microrregião de Cascavel está em vantagem em relação à Guarapuava. Vale observar as relações percentuais entre número de matrículas e população. Considerando dados de 2015 a comparação foi feita com a população estimada de 2016. Assim, a microrregião de Cascavel teria 4,50% de sua população no ensino superior e Guarapuava, 3,52%. O PIB *per capita* mostra que a microrregião de Guarapuava produz 76% do que é produzido pela microrregião de Cascavel, indicando sensíveis diferenças entre as microrregiões.

Um outro dado que deve ser considerado se refere à participação de cada setor econômico no Valor Adicionado Bruto<sup>55</sup> – VAB das microrregiões. Inicialmente, há uma disparidade nos números entre as microrregiões referente ao ano de 2014. Enquanto a microrregião de Cascavel possui um VAB de R\$ 12,61 bi, Guarapuava apresenta o total de R\$ 8,46 bi. A figura 7 apresenta, em termos percentuais, a participação de cada setor no VAB de sua microrregião. Tanto na microrregião de Cascavel quanto na de Guarapuava o setor de serviços lidera, sendo que a indústria ocupa a segunda posição no VAB microrregional.

**Figura 7** – Participação percentual de cada setor no Valor Adicionado Bruto das microrregiões de Cascavel e Guarapuava – 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPARDES (2017e).

<sup>55</sup> “VAB: Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados. É o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos que compõem o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).” (IPARDES, 2017f).



Os dados aqui exibidos indicam que, mesmo em microrregiões próximas entre si, há significativas desigualdades. Essas não se referem apenas a elementos que poderiam ser simples de entender como população e área territorial. As diferenças se refletem nos indicadores socioeconômicos. O PIB *per capita*, a participação de cada setor no VAB, o grau de urbanização e o percentual de matrículas no ensino superior reforçam a ideia das desigualdades entre as microrregiões. Ressalta-se que a magnitude das diferenças foi observada em apenas duas microrregiões. Evidentemente, como visto na análise das mesorregiões, há diferenças ainda maiores quando se investiga o desenvolvimento regional paranaense como um todo. Obviamente, não se espera uma igualdade linear entre as regiões, mas as desigualdades regionais existentes são expressivas. Isto posto, há alguns desafios para que o Estado reduza as desigualdades regionais.

Neste sentido, cabe analisar uma importante publicação do IPARDES, de 2006. Essa obra não só compilou diversos indicadores socioeconômicos, como também pretendeu ser um documento balizador das futuras ações e política de desenvolvimento regional paranaense. A análise do estudo “Os vários Paranás: identificação de especialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional” (IPARDES, 2006a) permite discutir pormenores das desigualdades socioeconômicas entre as regiões paranaenses, bem como várias propostas de diretrizes para uma política estadual de desenvolvimento regional.

Para tanto, a categoria de análise utilizada é:

[...] a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e sociedade particulares. Essa categoria permite conhecer os ramos da produção, os tipos e níveis de articulação que eles estabelecem entre diferentes atividades e sua localização no território. Por conseguinte, análises realizadas sob esse enfoque deixam evidente a necessária base espacial/territorial, subjacente à discussão regional. (IPARDES, 2006a, p. 10).

Ao se sustentar nessa categoria de análise, a obra justifica que as diferentes espacialidades existentes no Estado decorrem da divisão social do trabalho. Aponta também que “Essa configuração espacial heterogênea não é específica do Paraná, mas decorrente da natureza do modo de produção vigente: concentrador, seletivo e excludente.” (IPARDES, 2006a, p. 16). Essa interpretação vai ao encontro do que já foi apontado anteriormente, isto é, o capitalismo provoca, e se aproveita, das desigualdades espaciais existentes. Como já visto no capítulo anterior, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey (2006) auxilia a compreensão dessa relação. Em outra passagem, essa interpretação é reforçada:

Internamente, o Estado incorpora, produz e reproduz a desigualdade em sua estrutura social e econômica. Assim, a integração do Paraná à dinâmica da economia do Brasil e, com este, à do mundo dá-se heterogeneamente, tornando mais ou menos integradas as partes de seu território. A heterogeneidade percebida resulta do movimento do capital no espaço, buscando mercado, selecionando localizações, excluindo segmentos ou municípios, enfim, organizando, a seu modo, a distribuição da atividade econômica, diversificando, especializando, e até mesmo relegando. (IPARDES, 2006a, p. 16).

Mais uma vez, a teoria proposta por Harvey (2006) vai ao encontro dos fenômenos ocorridos no território paranaense. O capital ocupa os espaços nos quais os lucros são maiores e descarta aqueles que não são tão rentáveis gerando novas desigualdades espaciais. Mas não é somente isso. Esse processo é agravado pelo fato de todos os territórios ou espaços serem desiguais entre si, ou seja, o desenvolvimento desigual é uma característica intrínseca do capitalismo. Convém ressaltar que a desigualdade não existe apenas entre diferentes espaços, ela ocorre internamente, em grandes ou pequenos países e regiões e, desde logo, no território paranaense. Neste sentido, “Tais observações reforçam a compreensão de que, nos espaços econômicos relevantes, a pobreza e a riqueza vivem em proximidade; ou seja, a produção da riqueza se faz gerando desigualdades, excluindo municípios, bairros e segmentos da população.” (IPARDES, 2006a, p. 30).

Mas, como colocado anteriormente, o estudo, embora reconheça as diversidades e peculiaridades regionais como potencialidades, apresenta uma expectativa que parece exagerada. O IPARDES (2006a) propõe para a política de desenvolvimento paranaense um conjunto de princípios prioritários, nomeadamente:

- O Estado, e não o mercado, deve ser o agente fundamental quanto ao desenvolvimento;
- A política de desenvolvimento estadual deve ser fruto de um novo arranjo das forças sociais;
- O Estado deve articular os planos regionais de desenvolvimento, além de articular ações e estratégias com outras unidades da Federação, bem como em nível nacional e internacional;
- Necessidade de um diálogo territorializado;
- Utilização de fundos públicos estaduais;
- Gestão democrática;
- Municípios mais atrasados devem receber maior apoio;
- Reconhecer a importância dos pequenos e médios municípios no desenvolvimento regional. (IPARDES, 2006a, p. 64-71).

Estes princípios, ainda que essenciais para a construção de uma política de desenvolvimento estadual regional, podem não ser suficientes para que as desigualdades regionais diminuam. Como fazer com que o Estado passe efetivamente a ser propositor e interventor do desenvolvimento regional? Como garantir que essas premissas realmente sejam

respeitadas? Afinal, a acumulação por espoliação, ideia de Harvey (2006), indica que o próprio aparelho estatal favorece a reprodução do capital. Isso foi facilmente observado no Paraná, conforme ações que fortaleceram a concentração industrial e beneficiaram o capital (criação da CIC, privatizações e concessões, incentivos fiscais ao grande capital, entre outros). Portanto, estes apontamentos merecem algumas considerações mais aprofundadas.

Neste contexto é sugerido redirecionar os fluxos do capital, melhorando o equilíbrio espacial e minimizando os efeitos da concentração industrial (IPARDES, 2006a). Como o Estado conseguirá, na prática, promover o deslocamento do capital a ponto de garantir um equilíbrio espacial? Ora, esta é uma das características do capitalismo. Mais uma vez, o capital se desloca em busca de maiores lucros. Esta questão está relacionada a outra, referente à possibilidade de incentivos fiscais para fomentar a economia (IPARDES, 2006a). Conforme visto anteriormente, os incentivos fiscais têm grande capacidade de atração de novas empresas e, novamente, o capital se beneficia da ação estatal, recebendo certas benesses para que se direcione a regiões, *a priori*, menos atraentes. Contudo, isso levaria a novas desigualdades.

Em outra passagem a mesma expectativa é reforçada, pois, “[...] é essencial buscar redirecionar os movimentos do capital no sentido do melhor equilíbrio espacial e minimizar os efeitos da concentração industrial no eixo Paranaguá–Curitiba–Ponta Grossa, particularmente no espaço polarizado pela RMC.” (IPARDES, 2006a, p. 66). Mais adiante, apresenta-se a ideia de promover uma maior interação das empresas locais com o setor automotivo, visando internalizar seus efeitos multiplicadores. Também considera que o Estado<sup>56</sup> deve rever os processos de privatização de serviços e infraestrutura (IPARDES, 2006a).

Por último o IPARDES (2006a, p. 69) refere-se ao papel das IES estaduais afirmando que “[...] o Estado possui um número significativo de instituições de ensino superior distribuídas em seu território, o que favorece a realização de estudos regionais e a implementação e o acompanhamento da política estadual de desenvolvimento.” Ainda que estas unidades estejam concentradas em municípios maiores, de médio e grande porte, os resultados de suas atividades possuem grande capacidade de irradiação. Contudo, a distribuição das IES pelo território paranaense também é desigual, o que reforça a ideia de um otimismo demasiado.

Enfim caracteriza-se, mais uma vez, as desigualdades regionais, agora em relação microrregional. As diferenças entre as microrregiões são significativas, ainda que apenas 5,12%

---

<sup>56</sup> À época desta publicação, o Paraná era governado por Roberto Requião, o qual se contrapunha a política anterior, do Governo Jaime Lerner (política esta de caráter neoliberal). Requião seria reeleito neste ano, mas em 2010 assumiria o Governo Beto Richa, que resgataria as diretrizes do Governo Lerner, inclusive com novos incentivos às montadoras de automóveis.

delas tenham sido examinadas. Ao se observar cada microrregião, a desigualdade tende a se manter e essa investigação está presente no capítulo quatro, quando se analisa a região do Território Cantuquiriguaçu. Apesar da descrição dos diferentes espaços dentro do território paranaense, a interpretação do IPARDES (2006a) pode ser colocada em dúvida. A divisão social do trabalho, categoria de análise que baseou o estudo, ajuda a compreender as desigualdades existentes. Contudo, a expectativa do referido instituto de que é possível, graças a um conjunto de ações e estratégias, desenvolver o Paraná de uma maneira mais nivelada parece ser uma crença dogmática diante das consequências do capitalismo.

O subcapítulo em questão permitiu esboçar um certo diagnóstico sobre o desenvolvimento regional paranaense. Desde o Paraná integrado e seus resultados no contexto nacional, perpassando pelos aspectos mesorregionais até a discussão das microrregiões relevantes ao Território Cantuquiriguaçu. Os números, apesar de serem satisfatórios num primeiro momento, não escondem as grandes desigualdades regionais existentes no Estado. Quando se observa as particularidades mesorregionais, as desigualdades se tornam explícitas. Com isso, não se pode negar que o Paraná é, e muito, desigual. O que permite o surgimento de duas implicações: a primeira é reconhecer que o Estado é desigual regional e localmente, com indicadores socioeconômicos apontando a profundidade do desequilíbrio; a segunda é identificar quais mecanismos poderão contribuir para as reduções das desigualdades.

Nesta linha, o IPARDES (2006a) entende que a atuação do Estado é essencial. No entanto, há uma expectativa exagerada, por parte deste órgão, quanto a este instrumento, visto que o Estado é um dos principais responsáveis pela desigualdade regional hoje existente. Obviamente, a busca pela acumulação e reprodução do capital é a principal razão para a geração destas desproporcionalidades. Contudo, o Estado tem atuado mais como um agente auxiliar ao capital do que um mecanismo que permita a construção de um desenvolvimento mais equilibrado. Neste sentido, cabe averiguar, inclusive, como as ações estatais afetaram o Território Cantuquiriguaçu. Essa análise está embutida no capítulo seguinte, o qual trata desde a ocupação deste território até o cenário atual.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Este capítulo tratou de apresentar as principais características socioeconômicas do Paraná, mas não só isso, permitiu observar como o Estado foi se constituindo ao longo do tempo. Ainda que as variáveis econômicas (PIB, VBP, VAB, entre outras) tenham tido maior relevância; aspectos geográficos, sociais e políticos foram também discutidos. Essa análise foi

direcionada para o objeto de pesquisa do trabalho, ou seja, o desenvolvimento desigual do território paranaense. Como discutido no capítulo 2, a desigualdade é característica do sistema capitalista o que não impede a implementação de ações voltadas a um desenvolvimento regional mais balanceado. Entretanto, a tomada de consciência no sentido de que o capital se aproveita das desigualdades espaciais, gerando ainda mais desigualdades, se faz necessária. Esta conscientização é imprescindível para que se crie condições e estratégias orientadas ao desenvolvimento regional mais efetivas.

Na primeira parte desse capítulo revisou-se a ocupação do território paranaense e sua formação econômica. Foi observado que esse território detinha, inicialmente, povos originários. Com o tempo, a “ocupação” se deu à medida que se desenvolviam as atividades econômicas. Dentre essas, destacaram-se ao longo do tempo a mão de obra escrava (indígena); os metais preciosos; a pecuária; a madeira; o tropeirismo; o mate e, principalmente, o café, antes do processo de industrialização. Esse, por sua vez, ocorreu ao longo do século XX, contribuindo para a urbanização do Estado. Todavia, a industrialização paranaense provocou a concentração das atividades econômicas mais relevantes em algumas regiões do Estado, provocando o rápido crescimento de algumas cidades e uma desigualdade regional cada vez mais expressiva.

Num segundo momento, discutiram-se as visões a respeito do desenvolvimento do Estado ao longo do século XX. Basicamente, os quatro pensamentos se resumem a ideias: pessimista (relação centro-periferia do Paraná em relação a São Paulo), utópica (tentativa de internalizar um Processo de Substituição de Importações), realista (apoio estatal para crescimento da economia e industrialização) e crítica (incorpora as ideias anteriores, mas avança em direção as novas necessidades do Estado). Esta parte também abordou o processo de reestruturação produtiva paranaense ocorrido a partir dos anos 1990. Nitidamente, esse processo privilegiou o capital privado, estrangeiro, concentrando ainda mais as atividades econômicas mais relevantes. Finalmente, foram apresentados dois movimentos sociais (MST e MAB) que podem contribuir substancialmente para o desenvolvimento das regiões. Da mesma forma, foi traçado um panorama do sistema de ensino superior do Paraná, elemento esse que também pode afetar o desenvolvimento das regiões em que está inserido.

Por fim, se discutiu, essencialmente, o desenvolvimento paranaense incluindo uma análise regional. Inicialmente a abordagem envolveu o Paraná como um todo, seus indicadores socioeconômicos e sua posição no cenário nacional. Em seguida, foram apresentadas as características das mesorregiões paranaenses. A investigação se concentrou nas diferenças econômicas e sociais e no desenvolvimento desigual entre as regiões. Posteriormente, apresentaram-se alguns elementos das microrregiões que incorporam os municípios do

Território Cantuquiriguaçu. Ademais, buscou-se elencar os desafios regionais existentes no Estado, com especial atenção à crítica e posicionamento do IPARDES. Depois desse retrospecto, cabe observar como os elementos de ocupação, formação econômica, movimentos sociais, universidades, além do desenvolvimento socioeconômico, estão presentes no Território Cantuquiriguaçu. Assim, o próximo capítulo tratará destas questões.

#### 4 OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Talvez um dia, não mais existam aramados  
 E nem cancelas, nos limites da fronteira  
 Talvez um dia milhões de vozes se erguerão  
 Numa só voz, desde o mar as cordilheiras  
 A mão do índio, explorado, aniquilado  
 Do Camponês, mãos calejadas, e sem terra  
 Do peão rude que humilde anda changueando  
 É dos jovens, que sem saber morrem nas guerras  
 América Latina, Latina América  
 Amada América, de sangue e suor  
 Talvez um dia o gemido das masmorras  
 E o suor dos operários e mineiros  
 Vão se unir à voz dos fracos e oprimidos  
 E as cicatrizes de tantos guerrilheiros  
 Talvez um dia o silêncio dos covardes  
 Nos desperte da inconsciência deste sono  
 E o grito do sepé na voz do povo  
 Vai nos lembrar, que esta terra ainda tem dono  
 E as sesmarias, de campos e riquezas  
 Que se concentram nas mão de pouca gente  
 Serão lavradas pelo arado da justiça  
 De norte a sul, no Latino Continente  
 (Francisco Alves e do Humberto Gabbi Zanatta)

Neste capítulo será explorada a realidade do Território Cantuquiriguaçu, incluindo as características de alguns sujeitos sociais, no caso, os movimentos sociais e a comunidade indígena, que possuem presença marcante na região e tiveram uma atuação destacada no processo de conquista do *campus* da UFFS. O capítulo é dividido em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo trata da organização espacial do Território Cantuquiriguaçu. Inicia com a ocupação da região enquanto espaço geográfico, incluindo também a delimitação do território. Em seguida, discute a formação econômica da região que não possui, inicialmente, características específicas, pois a região detém, historicamente, pouca importância econômica para o Estado. A última parte trata dos municípios que compõem o Território Cantuquiriguaçu, iniciando-se

com uma breve descrição desses municípios e terminando com os desafios atuais que se apresentam para que a região melhore seu nível de desenvolvimento.

A segunda seção deste capítulo expõe a realidade socioeconômica do território. Primeiramente se discute, em termos de municípios, alguns indicadores demográficos e econômicos como população (incluindo o grau de urbanização dos municípios), PIB e PIB *per capita*. A seguir são abordados indicadores sociais e educacionais, os quais reafirmam a interpretação que se tem a respeito do Território Cantuquiriguaçu quanto ao seu baixo desenvolvimento. Por fim, retrata-se a estrutura das IES e o perfil dos cursos de nível superior ofertados na região. Essa discussão é crucial para contextualizar o papel da UFFS para o território, bem como permite apontar alguns caminhos para que a universidade contribua, efetivamente, para o desenvolvimento da região, permitindo distingui-la ainda mais das outras IES existentes na região.

O último subcapítulo debate sobre os sujeitos sociais e os desafios e perspectivas para o desenvolvimento da região. Esta seção possibilita identificar as peculiaridades do território, singularidades essas que a diferenciam de outras regiões paranaenses. Num primeiro momento, a abordagem foca os povos originários da região e sua relação com o território em si. Em seguida, os movimentos sociais presentes na região, precisamente MST e MAB, são objeto de discussão. Além destes, discute o papel do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu – CONDETEC em relação ao desenvolvimento regional. Por fim, debate, diante do cenário apresentado ao longo do capítulo e baseado nos indicadores socioeconômicos dos municípios da região, quais os principais desafios para que o Território Cantuquiriguaçu se desenvolva, diminuindo inclusive sua desigualdade intrarregional.

A discussão das especificidades da região permite uma melhor compreensão da realidade socioeconômica do território, bem como possibilita responder a importantes questões, tais como: quais são as principais desigualdades existentes nos municípios da região? As particularidades existentes no território são consideradas quando se adotam ações e estratégias de desenvolvimento regional? Por que, diante dos sujeitos sociais observados e atributos do território, é possível considerar que essa região é diferente das demais regiões paranaenses? Até que ponto a estrutura universitária existente na região pode contribuir para o seu desenvolvimento? Ainda que o capítulo não seja resultado direto destes questionamentos, há diversos sinais que permitem apontar algumas respostas. Parece que compreender em pormenores as dinâmicas e sujeitos sociais do território em questão é fundamental para que as ações propostas ao seu desenvolvimento sejam mais frutíferas.



No que diz respeito a abordagem adotada para identificar as características do território, a primeira parte apresenta elementos que caracterizam a região como um todo. Até porque a ocupação e formação econômica do território ocorreu em períodos nos quais não existia a composição atual dos municípios. A partir do momento em que se busca aprofundar os traços socioeconômicos da região, a análise considera as características de cada município. Registre-se, contudo, que, embora a Cantuquiriguaçu seja desigual se comparada as demais regiões paranaenses, ela *per se* também é desigual, ou seja, não há homogeneidade entre os vários municípios do território, e isto fica evidente quando da análise dos indicadores.

A propósito dos indicadores, eles foram selecionados com base no estudo sobre o desenvolvimento regional paranaense (capítulo três) e extraídos, principalmente, dos sítios do IBGE, IPARDES e PNUD (ATLAS BRASIL, 2016). Dada a necessidade de aprofundar alguns elementos a respeito das características socioeconômicas do território, e em particular o peso do setor agropecuário, detalhou-se o número de assentamentos da reforma agrária na região e a estrutura fundiária, utilizando como referência os dados disponibilizados pelo INCRA.

Este capítulo revela parte do passado e o cenário atual do Território Cantuquiriguaçu, ou seja, desde sua ocupação e formação econômica até os últimos anos. Esse diagnóstico é crucial para, não só se entender a realidade atual, as forças sociais existentes e sua relação com a presença da UFFS no Território Cantuquiriguaçu, como também serve para apontar algumas pistas de como a UFFS pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento regional através das atividades de ensino, investigação e transferência tecnológica.

#### 4.1 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Este primeiro subcapítulo aborda a ocupação da região, sua formação econômica e sua delimitação territorial. Inicialmente, discute-se como se deu a ocupação, marcada pela relativa baixa intensidade de exploração econômica. Essa ocupação, aliás, vai permitir que se compreenda, também, a desigualdade socioeconômica existente no território, bem como as relações que o território possui com municípios maiores, pertencentes a outras regiões do Estado. Mesmo que a delimitação do Território Cantuquiriguaçu esteja vinculada aos municípios que o integram, os apontamentos aqui presentes reforçam o caráter desigual desta parte do espaço paranaense.

Com relação à formação econômica em si, busca-se descrever como a região interagiu com os ciclos econômicos, destacando as principais atividades econômicas exercidas na região, ainda que essas pouco representem para a economia paranaense. Assim como ocorreu com o

restante do Paraná, as atividades econômicas estão diretamente vinculadas à ocupação do Território Cantuquiriguaçu. Importante registrar também que boa parte das atividades não só se estabeleceram ao longo do tempo, como também possuem relação direta com o perfil econômico atual do território em questão. Também está descrito brevemente o papel desempenhado pelo Território Federal do Iguazu, tanto no período de sua existência (1943-1946), como seus efeitos posteriores sobre a região.

Por fim, discute-se a formação do Território Cantuquiriguaçu quanto aos municípios que o integram. Neste sentido, há um retrato inicial referente ao surgimento de cada município que compõe o território, além de alguns dados socioeconômicos do Território Cantuquiriguaçu. Isto é importante em virtude de dois aspectos principais. O primeiro se refere à identificação dos municípios que integram o território, no âmbito de suas características gerais. O segundo, traz os indicadores socioeconômicos do Território, sendo que os indicadores selecionados são aferidos e descritos, por município, mais adiante. Ou seja, os indicadores descritos aqui têm seus resultados exibidos em nível de Território, o que contribui para identificar as desigualdades regionais existentes com o restante do Paraná.

Para discutir a ocupação do Território Cantuquiriguaçu se faz necessário uma ressalva: parte de sua ocupação ocorreu antes dos municípios atuais existirem. Considerando que todos os vinte municípios que compõem o Território foram desmembrados, direta ou indiretamente, de Guarapuava (mesorregião Centro Sul), a discussão ora apresentada inicia pela ocupação dessa região. Diretamente significa que os municípios, quando de sua emancipação, pertenciam anteriormente a Guarapuava; indiretamente se refere aos municípios que se desmembraram de outros municípios que, anteriormente, integravam o município de Guarapuava. Na sequência da discussão sobre a ocupação de Guarapuava e região, são elencados alguns aspectos já relativos aos atuais municípios.

À semelhança do território paranaense, deve-se considerar que a região que viria a ser Guarapuava não se constituía num espaço vazio, desabitado, conforme confirma a citação a seguir:

Em 1541 D. Alvaro Nunes Cabeza de Vaca, mandado pelo rei de Espanha para o Paraguai, como “adelantado”, [...] fez o longo trajeto do litoral ao Rio Iguassú, Campos de Curitiba, Campos Gerais, rios Tibagi e Piquiri e novamente ao Iguassú (próximo dos Saltos de Santa Maria) e em todo esse imenso percurso encontrou numerosas aldeias de índios guaranis e nenhuma outra nação. (MARTINS, [19--], p.31).

Considerando que o rio Piquiri é um dos limites utilizados pela delimitação do Território Cantuquiriguaçu e que a região dos Campos Gerais incluía Guarapuava, essa parte do território

paranaense não representava um vazio demográfico. Pelo contrário, ao longo do tempo aparecem outros registros dos colonizadores (homem branco) a respeito dos indígenas nessa região. Nadalin (2001) aponta que, a partir dos anos 1640, alguns homens passaram a explorar o território, ao desenvolver atividades ligadas à pecuária. Essa exploração é justificada também pela expansão do tropeirismo nas décadas seguintes (conforme visto em capítulo anterior).

A existência de indígenas no território pode ser ainda constatada em outras obras. Por exemplo, “Em meados do século XVIII, com as primeiras expedições coloniais nos territórios hoje denominados Paraná, foi possível conhecer a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios [...]” (MOTA, 2011, p. 38-39). Destes, destacam-se os territórios de Koran-bang-rê (Campos de Guarapuava) e Minkriniarê (campos de Chagu, mais a oeste de Guarapuava, atualmente município de Laranjeiras do Sul) (MOTA, 2011). Ainda segundo esse autor, ao longo do século XVIII várias tratativas foram feitas no sentido de se “ocupar” a região pelo homem “civilizado”, visto que havia predominância dos indígenas “selvagens” naquele território. Portanto, fica evidenciado por esse autor que a região não estava desabitada, “vazia”.

De acordo com Ferreira (2006), os Campos de Guarapuava foram “descobertos” por Cândido Xavier de Almeida e Souza, em 1768. Já segundo o sítio do município de Guarapuava, os campos gerais de Guarapuava foram descobertos em 1770, detendo inicialmente uma área de 175.000 km<sup>2</sup> (GUARAPUAVA, 2017). Lacheski (2009, p. 24) esclarece que diversas expedições militares ocorreram ao longo do século XVIII na região, sendo que, “De 1768 a 1774 foram empreendidas onze expedições militares para o que se convencionou chamar a ‘Conquista dos Campos de Guarapuava’.”

A análise desse processo revela formas de resistência dos indígenas que habitavam a região frente ao avanço colonizador bem como as justificativas do “homem branco” para a ocupação da região. Assim,

No século XVIII, a corte reagia indignada ao desassossego que imperava nos territórios do sul do Brasil, que no dizer das autoridades estavam *infestados de selvagens*. A Carta Régia de novembro de 1808 relata ataques generalizados por todo o sul do Império, principalmente nos Campos Gerais de Curitiba, de Guarapuava e nos campos das cabeceiras do rio Uruguai. O Príncipe Regente propunha então guerra contra os índios, que matavam *cruelmente todos os fazendeiros e proprietários* estabelecidos nesses campos. Indignava-se ele com o abandono dos Campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava, assim como das terras com as vertentes voltadas para o rio Paraná. (MOTA, 2011, p. 94, grifos do autor).

Diante de um cenário em que a presença dos indígenas na região ainda era expressiva, foi nomeado, em 1809, o militar Diogo Pinto para providenciar a ocupação do território, sendo que era prioritário manter os indígenas distantes das fazendas (MOTA, 2011). A região dos

Campos Gerais era caminho das tropas que saíam do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo. Assim, algumas atividades ligadas a pecuária foram se desenvolvendo na região. Na opinião de Wachowicz (1985, p. 9), “Utilizando-se da infra-estrutura dessa frente de ocupação pastoril, D. João resolveu ocupar os Campos de Guarapuava. Dessa maneira, a frente pastoril paranaense, no início do século XIX, promovia uma importante expansão: chegar ao centro oeste de seu território.”

Conforme Lacheski (2009), em 09 de dezembro de 1819 foi criada a Freguesia Nossa Senhora de Belém e fundada Guarapuava. Nesse dia, o aniversário do município é comemorado, data conhecida também como “Conquista dos Campos de Guarapuava”. Entretanto, somente em abril de 1871 Guarapuava passou a categoria de cidade (FERREIRA, 2006). Com o passar dos anos, o território de Guarapuava foi se desmembrando em vários outros municípios, não somente os que compõem o Território Cantuquiriguaçu. A área de Guarapuava, quando de sua fundação, era de 175.000,000 km<sup>2</sup>. Atualmente é de 3.177,598 km<sup>2</sup>, sendo, ainda, o maior município paranaense em extensão territorial (IPARDES, 2017g).

A parte desta área, que viria ser Laranjeiras do Sul, era povoada por indígenas, sendo que:

Naquele período, a região do atual município de Laranjeiras do Sul, um dos que compõem o território, era um grande sertão, habitado por comunidades indígenas. O processo de desbravamento, povoamento e urbanização trouxe consigo o encontro e, muitas vezes, o confronto cultural com os habitantes indígenas, os quais, no que se refere ao território, acabaram sendo empurrados sertão adentro. As comunidades que permaneceram tiveram que se organizar em reservas, conforme a política oficial do Estado brasileiro. (IPARDES, 2007, p. 17).

De acordo com Baia (2012, p. 11), a ocupação dessa parte do espaço paranaense ocorre especialmente em dois períodos:

No primeiro momento, era o interesse da Metrópole Colonial Portuguesa incorporar uma área possivelmente rica ao território colonial. E, no segundo momento, pelo avanço da frente de ocupação pastoril, uma vez que, todas as áreas propícias a essa atividade já estavam ocupadas por grandes fazendas de criação de gado nos Campos Gerais.

Para Lacheski (2009), a primeira causa de ocupação do território também estava ligada a busca por metais preciosos, ou seja, a atividade econômica aqui era um fator que impulsionava a ocupação do espaço. Não obstante, ocupar uma área que seria importante para a metrópole vai ao encontro da ideia de Moraes (2002), discutida no segundo capítulo, a respeito dos “fundos territoriais”. Isto é, essa parte do território deveria ser ocupada visando uma espécie de reserva para o futuro. Contudo, apesar das expedições orientadas para a ocupação do território, a

segunda atividade – a busca pelos metais preciosos, atrelada a pecuária, é que permitiu não só a concretização da ocupação, como também uma certa expansão de algumas atividades econômicas.

A região de Guarapuava e, conseqüentemente, o Território Cantuquiriguaçu, também teve sua ocupação afetada pelas migrações nacionais e internacionais, sendo que:

No início do século XX, imigrantes eslavos e italianos ocuparam parte dessa região. A década de 1950 registrou um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses em terras paranaenses – particularmente com destino às áreas do sudoeste e do oeste –, formado por famílias que vinham em busca de nova vida e terras férteis. (IPARDES, 2007, p. 18).

Segundo Franco Netto (2006, p. 17), “A população de Guarapuava, no início de seu povoamento, foi marcada por intensos movimentos migratórios, não só em função das políticas implementadas pelo Governo, como também pela expansão de suas atividades econômicas.” Assim, se observa que as migrações também contribuíram para a ocupação dessa parte do Paraná, sendo que, mais uma vez, as atividades econômicas são determinantes para o povoamento de determinadas regiões.

Especificamente em se tratando da região que viria a ser Laranjeiras do Sul, Mussoi (2002) faz um importante resgate a respeito dos indígenas: com a busca pela ocupação de terra, o colonizador enfrentava o indígena local com condições mais favoráveis nos conflitos, pois gozavam de armas de fogo. Os confrontos provocaram a fuga dos indígenas até a localidade de Rio das Cobras (território este que integra atualmente o município de Nova Laranjeiras). Sobre estes conflitos, Pires; Camargo e Saldanha (2013, p. 26) afirmam que:

[...] narrativas comprovam que o ano de 1854, foi particularmente difícil para os pioneiros. Foram registradas muitas mortes, em lutas ferozes de dezenas de brancos e índios. O povoamento destas terras ocorreu com muito derramamento de sangue, mas as famílias continuavam se estabelecendo em terras conseguidas por compras ou posses.

Mussoi (2002, p. 53) registra que

Os primeiros conquistadores, após os conflitos com os índios que resultaram no recuo desses para além do “Rio das Cobras”, se tornaram “donos” das terras. Foram eles: José Nogueira do Amaral, alferes Domingos Floriano Machado, José Bendito Inocência, José de Moraes Coutinho, Antônio da Cruz e outros.

Portanto, observa-se que os indígenas presentes na região foram obrigados a recuar, concentrando-se em algumas partes do território paranaense. Assim, a ocupação do território que viria ser a Cantuquiriguaçu parece ter sido resultado de enorme violência contra os povos originários, situação que não é peculiaridade dessa região, pelo contrário, é um retrato que cabe a outras regiões do Paraná, do Brasil e mesmo da América Latina.

Desse modo, é possível verificar que o espaço territorial que veio a ser Laranjeiras do Sul<sup>57</sup> se encontrava ocupado pelos indígenas. Mussoi (2002) registra que, enquanto Guarapuava possuía um relevo favorável a expansão da atividade pecuária e, conseqüentemente, benéfica à ocupação, o fato de Laranjeiras do Sul ser formada por:

[...] densas florestas subtropicais em mais de 90% de sua área territorial, os chamados “sertões do oeste”, foi um fator que dificultou sua ocupação. Mais tarde, com a abertura do caminho entre Guarapuava e Foz do Iguaçu no final do século XIX, esta situação começou a reverter, propiciando a penetração dos primeiros colonizadores. (MUSSOI, 2002, p. 51).

Em relação à expansão da ocupação do território paranaense rumo ao oeste do Estado, encontram-se registros afirmando que:

Ocupado os campos de Guarapuava e Palmas, bem como as manchas de campo de Clevelândia, Campo Erê, Xagu, (Laranjeiras) preocupou-se o governo federal em efetivar a ocupação da vasta região florestal que se estendia a oeste, até o rio Paraná. As colônias militares “Xopim” e “Foz do Iguaçu” foram fundadas, respectivamente, em 1882 e 1888, com elementos nacionais, tendo em vista garantir a posse do território em face da questão de limites com a República Argentina. (BERNARDES, 1953, p. 341).

Convém ressaltar que após a elevação do Paraná a categoria de Província no ano de 1853, diversas iniciativas e ações voltadas a atração de europeus para o território paranaense foram adotadas. No caso específico da região de Guarapuava, o município contou com as seguintes colônias agrícolas:

*Senador Correia*, no distrito (sic) de Marrecas com 3.132 ucranios e alguns alemães nacionais. *Algodoeiro*, distrito de Candói povoado com ucranios e polacos. *Amola Faca*, colonizada com alemães, ucranios e polacos. *Jordão*, Colonia Municipal, com ucranios, polacos e nacionais. *Werneck*, à margem do Iguassú, com alemães. *Herval*, no Distrito do mesmo nome, com ucranios e alemães. (MARTINS, [19--], p. 297).

Apesar de Bernardes (1953) não considerar a fundação de Foz do Iguaçu importante para a ocupação daquela parte do território, a abertura da “picada<sup>58</sup>” entre Guarapuava e Foz do Iguaçu não pode ser desconsiderada. A autora se refere ainda a existência de concessões para colonizar determinadas áreas ainda “inoperantes” como, por exemplo, a área referente ao Rio das Cobras. Por outro lado, nas áreas mais próximas à Guarapuava, entre as colônias fundadas, além dos já citados Algodoeiro (Candói) e Jordão, destacam-se ainda a colônia Jagoda, na área do Rio das Cobras e a colônia Virmond, também conhecida por Coronel Queirós (BERNARDES, 1953). O estudo dessa autora registra ainda a dificuldade de comunicação e

<sup>57</sup> Esse município, após a emancipação de Guarapuava, vai dar origem a vários outros municípios do território.

<sup>58</sup> As picadas são aberturas feitas em matas fechadas, utilizando instrumentos mais rudimentares como facão e foice e que acabam se transformando, muitas vezes, em vias de acesso (estradas).

integração entre estes núcleos coloniais, sendo esse constrangimento atenuado à medida que novas “picadas” foram abertas no território.

A ocupação desta parte do território paranaense se deu, efetivamente, anos mais tarde. Conforme Padis (2006) apontara ao considerar o Sudoeste com 63 municípios (visto no capítulo anterior), esta região contava nos anos 1950 com apenas seis municípios: Clevelândia, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Pitanga e União da Vitória.

Em síntese, a ocupação da região que abrigaria o Território Cantuquiriguaçu pelo homem branco iniciou no final do século XVIII, intensificando-se no começo do século XIX, desconsiderou qualquer direito de existência ou sobrevivência dos povos originários que, incontestavelmente, já habitavam o território. Após a fundação de Guarapuava, a região passa a receber ainda mais imigrantes de outras regiões e, até mesmo, do exterior e o desenvolvimento das atividades ligadas à pecuária permitiu uma maior ocupação do território. A seguir, ao se discutir a formação econômica da região, evidencia-se ainda mais a forma como esta parte do território paranaense foi ocupada. Aliás, é justamente em decorrência da situação econômica do oeste paranaense que o território vai, efetivamente, ser ocupado.

A formação econômica da região de Guarapuava, da qual se origina posteriormente o Território Cantuquiriguaçu, inicia-se com o interesse da Coroa Portuguesa em ocupar essa parte do território paranaense e, paralelamente, procurar metais preciosos como demonstra a expedição realizada por Diogo Pinto que deu origem ao município de Guarapuava. O tropeirismo e as atividades ligadas à pecuária seriam a terceira atividade com importância econômica.

Logo após o estabelecimento de Guarapuava em 1819, a atividade ligada ao gado foi ampliada. Conforme registro de Bernardes (1953, p. 338),

Efetivada a fundação, desde logo os campos foram sendo divididos pela concessão de numerosas sesmarias onde se estabeleceram grandes fazendas de criação de gado, a atividade que caracterizava a então comarca de Curitiba, onde somente os campos eram povoados e aproveitados.

A atividade econômica desenvolvida nos Campos Gerais representava uma importância maior que os limites do seu território, e até mesmo do Paraná, já que:

Em suma, o Paraná do século XVIII se articulou face a uma dicotomia. Estabeleceram-se, praticamente, duas áreas econômicas não integradas: 1) a área da pecuária, isto é, os Campos Gerais, caracterizada pela criação e transporte de gado e pelo tropeirismo que, durante a maior parte do século XVIII, integrou a economia central do Brasil. E aqui deve-se levar em consideração que as fazendas eram também auto-suficientes, ou seja, produziam para a sua própria subsistência. 2) a área onde prevaleceram os padrões específicos de economia de subsistência, isto é, as pequenas vilas do planalto e do litoral, que raríssimas vezes entravam em contato com os polos

centrais da economia colonial e que guardavam seu ritmo lento de produção. (SANTOS, 2001, p. 35).

Assim, a pecuária acabou sendo relevante não só para a ocupação do território, mas também como primeira atividade econômica com destaque na região. Outro produto de grande importância para os Campos Gerais foi a erva-mate. No entanto, ainda que tivesse significado econômico, o produto possuía baixo valor agregado, sendo que, “Enquanto em Guarapuava predominava a extração e o preparo rudimentar, em Curitiba a erva-mate era beneficiada e industrializada, aumentando o valor agregado do produto.” (FAVARO, 2014, p. 23-24). Mesmo assim, para a economia de Laranjeiras do Sul o mate teve uma relevância expressiva. Em relação à formação econômica do sudoeste paranaense registram-se dois movimentos marcantes:

O primeiro movimento foi o da ocupação de caráter precário e de densidade bastante pequena, visando apenas desenvolver a economia madeireira. Como é fácil entender, a estrutura de propriedade caracterizou-se então pela implantação de estabelecimentos de elevadas dimensões territoriais, pertinentes ao desejo de posse de grandes reservas de pinhais. E, complementarmente à atividade madeireira, surgirá uma pecuária de caráter extensivo. Tanto uma como a outra não proporcionaram ocupação mais efetiva da terra. (PADIS, 2006, p. 223).

As observações do autor acima citado vão ao encontro da realidade que existia à época na região com espaços pouco povoados, sem qualquer atividade econômica mais dinâmica e com terras abundantes. Segundo ele,

Quanto à atividade pecuária, desenvolvida que foi de forma extensiva, determinou o aparecimento de uma estrutura de propriedade da terra bastante rígida e caracterizada por latifúndios. Como se sabe, a relação trabalho-capital na atividade pecuária costuma ser bastante pequena, pouco contribuindo para a concentração populacional. (PADIS, 2006, p. 224).

A amplitude dos pastos fez com que essa atividade fosse desenvolvida, sendo que a mesma permitia a concentração de terras nas mãos de poucos, algo que só se modificaria (relativamente) muitos anos depois. Aliás, o autor assim caracteriza a região sudoeste e, portanto, o que veio a ser o Território Cantuquiriguaçu, até os anos 1950:

[...] a conjugação dos costumes e da cultura, as dimensões relativas modestas das propriedades, a conformação difícil do terreno, a inexistência de meios de transporte e comunicação, a falta de recursos disponíveis, a considerável homogeneidade das atividades econômicas em toda a área, sem esquecer as dificuldades tremendas criadas pelos grileiros e aventureiros que camparam pela região durante mais de uma década, determinaram que a primeira fase da ocupação tivesse sido a de implantação de um sistema de subsistência, desvinculado de quaisquer estímulos ou vínculos de mercado. (PADIS, 2006, p. 229).



Ainda para este autor, a partir dos anos 1950 o excedente agrícola produzido na região era comercializado com outros centros do país, aliado a facilidade no escoamento da produção, permitiu que a região passasse a ter maior relevância econômica para o Estado (PADIS, 2006). A região, nesse aspecto, se refere ao sudoeste paranaense como um todo (63 municípios), e não apenas o Território Cantuquiriguaçu, pois esse tem pouca importância econômica para o Paraná.

Como já sinalizado anteriormente, a estrada que ligaria Guarapuava e Foz do Iguaçu foi importante para o crescimento econômico da região de Colônia Mallet (atual Laranjeiras do Sul). A respeito da rodovia, “Terminada sua construção e entregue ao tráfego, diversas empresas se estabelecem na região. Entre estas empresas havia ervateiras, moinhos de trigo, descascadores de arroz e inclusive serrarias.” (MUSSOI, 2002, p. 63). O autor esclarece que, basicamente, as principais atividades econômicas desenvolvidas foram: erva-mate, madeira, agropecuária (voltada à subsistência), criação de gado e porcos. Aliás, sobre a erva-mate, tão importante para a economia paranaense, também assim foi para Laranjeiras do Sul. Segundo o autor,

Para se ter uma ideia da importância econômica da atividade ervateira para o Distrito de Laranjeiras, praticamente todas as casas comerciais aqui estabelecidas naquela época, além do sortimento de secos e molhados, armarinhos, ferragens e fazendas, também dedicavam-se à compra e estocagem de erva-mate para posterior exportação. (MUSSOI, 2002, p. 67).

Esta importância, a partir dos anos 1920, se deu também em decorrência da abertura da rodovia, pois a mesma era utilizada para a exportação da erva-mate, principalmente para o Paraguai e Argentina (MUSSOI, 2002). Sobre a erva-mate, Pires; Camargo e Saldanha (2013, p. 49) destacam que “Uma das primeiras atividades comerciais da região foi o extrativismo de erva-mate nativa e, embora tendo matéria prima abundante, ainda não existisse qualquer tipo de industrialização.”

Ainda de acordo com Mussoi (2002), após a década de 1920 Laranjeiras do Sul passou a receber famílias vinda de outros lugares, em especial, de Guarapuava. Essas famílias eram, basicamente, formadas por colonos (agricultura tradicional), fazendeiros (grandes propriedades, inclusive com a criação de pastagens artificiais) e safristas de porcos<sup>59</sup> (MUSSOI, 2002). Wachowicz (1985) destaca que a suinocultura (verão) tornou-se uma atividade entre as safras do mate (inverno). Entre as regiões em que a suinocultura se desenvolveu, o autor destaca Laranjeiras do Sul e Catanduvas, entre outras. Para Pires; Camargo e Saldanha (2013, p. 51),

---

<sup>59</sup> Segundo Mussoi (2002, p. 71), “Os safristas eram pessoas que faziam roças de milho pelo sistema tradicional, mas no lugar da colheita, soltavam os porcos para engorda nas próprias roças. Após alguns meses, quando terminava a alimentação, os porcos já gordos eram tocados em vara para Ponta Grossa para serem abatidos.”

“Além da produção e comercialização da erva-mate nativa Laranjeiras do Sul, desde os primórdios da sua colonização foi grande produtor de suínos.”

O panorama econômico referente ao espaço que deu origem ao Território Cantuquiriguaçu sofreu uma profunda transformação com a criação do Território Federal do Iguaçu – TFI, cuja capital foi Laranjeiras do Sul. Considerando esse fato, convém elencar alguns elementos do processo e seus impactos sobre a região. Além de parte da área que formou o TFI ter sido objeto de conflitos anteriores (Questão de Palmas e Guerra do Contestado), havia evidente descontentamento com a situação econômica da região. Priori et al (2012, p. 64) descreve que “A população que vivia nas regiões onde foi criado o Território Federal do Iguaçu fazia queixas permanentes sobre o abandono da região, tanto pelo Governo do Paraná quanto de Santa Catarina.”

Ferrari (2010) ao tratar da criação do TFI, ressalta que já havia sido objeto de pleito da população local a criação de um território desta magnitude na década de 1930. Contudo, a ideia só foi retomada no período do Estado Novo<sup>60</sup>. Desse modo,

Em 1943 Getúlio Vargas determinou a criação de vários territórios federais, entre os quais Amapá, Ponta-Porã, Rio Branco, Guaporé (no norte) e o território federal do Iguaçu (no sul), que formava 150 km de área fronteiriça de segurança nacional abrangendo boa parte do oeste de Santa Catarina, desde Joaçaba até Dionísio Cerqueira, e parte sudoeste e oeste paranaense, de Barracão até Foz do Iguaçu. (FERRARI, 2010, p. 171).

Mussoi (2015) reitera que a ação estatal referente à criação dos territórios federais correspondia às ideias de Vargas a respeito das questões relacionadas às fronteiras, projeto denominado “Marcha para o Oeste”. Ainda de acordo com o mesmo autor, no decreto de criação do Território não havia sido definida sua capital. Posteriormente, as medidas complementares definiram que o TFI contaria com quatro municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Mangueirinha e Xapecó (atual Chapecó). Mais tarde, seria definida que a capital do TFI seria o município de Iguaçu criado pelo Decreto 6.550 de 31 de maio de 1944, o qual determina que “[...] a vila de Xagu, ex-Laranjeiras foi elevada à categoria de cidade e capital do Território, passando a partir desta data a denominar-se Iguaçu.” (MUSSOI, 2015, p. 46). Verifica-se assim que a atual Laranjeiras do Sul<sup>61</sup> foi capital do TFI.

A criação do TFI implicou em inúmeras atividades político-administrativas e de infraestrutura que permitiu uma dinamização da economia local, conforme descrição a seguir:

---

<sup>60</sup> Período do Governo de Vargas entre 1937 e 1945.

<sup>61</sup> Ao longo de sua história, Laranjeiras do Sul foi denominada de Campos de Nerinhê, Sesmaria dos Nogueiras, Xagu (há registros também com a grafia Chagu), Colônia Mallet, Laranjeiras, Iguaçu (há registros também com a grafia Iguaçu), até chegar ao nome atual. (PIRES; CAMARGO; SALDANHA, 2013).

Da análise dos relatórios sobre as atividades desenvolvidas no Território conclui-se que apesar de sua curta duração, proporcionou importante contribuição ao desenvolvimento econômico da região Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, contribuição esta que ser mensurada pelo elevado volume de obras públicas implementadas pelo Governo Territorial como: abertura de estradas, construção de escolas, hospitais, postos médicos, usinas elétricas etc., e pelas políticas públicas voltadas principalmente para a promoção humana nas áreas de educação, saúde, segurança e assistência técnica rural. (MUSSOI, 2015, p. 167).

O TFI existiu durante pouco tempo, sendo extinto em 1946. Houve nova tentativa de recriar o território na forma de uma unidade da Federação (Estado). Um Projeto Legislativo alusivo à criação do Estado do Iguacu chegou a ser votado em 1993 na Assembleia Legislativa do Paraná, sendo, contudo, rejeitado (PRIORI *et al*, 2012). Após a extinção do TFI, as atividades econômicas em Laranjeiras do Sul voltaram a se basear no extrativismo (vegetal e mineral) e na agricultura de subsistência (MUSSOI, 2002). A partir dos anos 1970, a agricultura entrou em nova fase, denominada de “agricultura comercial” (MUSSOI, 2002). Essa fase reflete o processo conhecido por “Revolução Verde”, com a intensificação na utilização de insumos e novas tecnologias no campo, conforme já apontado no capítulo terceiro. As implicações decorrentes desse processo estão descritas mais a frente, quando se discute a presença de movimentos sociais na região. Quanto ao setor industrial, esse se manteve atrelado às atividades agropecuárias do município. Ainda a respeito das indústrias em Laranjeiras do Sul, Mussoi (2002, p. 128) afirmara que “As principais atuam no ramo da erva-mate, madeira, móveis, beneficiamento de cereais e abate de animais, [...]”. Ou seja, as atividades industriais mais recentes possuem laços fortes com o setor agropecuário.

Uma terceira atividade econômica que ganhou destaque na região foi a exploração da madeira. Favaro (2014), ao tratar da região de Guarapuava, afirma que a madeira deu continuidade ao extrativismo vegetal, anteriormente visto no mate. Ademais, o autor esclarece que:

As serrarias foram se instalando no município a partir de 1940 e, em 1950, Guarapuava estava entre as áreas de maior produção madeireira do Estado. Durante os primeiros trinta anos de exploração, as técnicas e condições de trabalho eram bem precárias. Foi somente com o desenvolvimento da indústria madeireira e com a busca de novas formas de produção, em virtude da escassez e da demanda produtiva, que as empresas foram se transformando. (FAVARO, 2014, p. 26).

Evidentemente, essa atividade teria impacto na economia do Território Cantuquiriguaçu, conforme já apontado por Mussoi (2002). Havia, segundo o autor, uma dificuldade na exploração da madeira em decorrência da complexidade em transportar o produto. As primeiras serrarias se instalaram na região somente quando da construção da

estrada que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu. No entanto, “A exploração da madeira como fase econômica para a região somente ganhou importância a partir da década de 40, com a criação do Território Federal do Iguaçu e após sua extinção, com a criação do Município, quando melhoraram as condições gerais das estradas.” (MUSSOI, 2002, p. 70). O município a que se refere o autor é Laranjeiras do Sul que, a partir desta época, vai se tornando referência regional.

Em suma, observa-se claramente a pecuária, a erva-mate, a suinocultura e a madeira como atividades econômicas mais importantes na origem do Território. Aliás, verifica-se que o setor agropecuário ainda tem grande relevância para toda a região, conforme descrito a seguir. Não obstante, é evidente que o surgimento de novos municípios carrega o histórico econômico de seus municípios de origem. Isto significa apontar que a formação econômica dos Campos Gerais (Guarapuava) e de Laranjeiras do Sul impactam diretamente na economia atual dos municípios do Território Cantuquiriguaçu. Embora a região sofra os reflexos da “Revolução Verde”, da instalação de novos municípios e de novas atividades econômicas, o setor agropecuário ainda é muito relevante, conforme pode ser constatado por meio dos indicadores demográficos e socioeconômicos demonstrados mais adiante.

O nome Cantuquiriguaçu é fruto dos nomes dos rios Cantu (oeste), Piquiri (norte) e Iguaçu (sul) do território (CONDETEC, 2004). A primeira organização efetiva dos 21 municípios<sup>62</sup> da região foi através da criação da Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu, em 1984. No decorrer de suas atividades e buscando estabelecer estratégias direcionadas ao desenvolvimento da região, inúmeras ações foram implementadas, com destaque para a criação do Plano Diretor da região, em 2003. Nesse mesmo ano foi criado oficialmente o Território Cantuquiriguaçu<sup>63</sup> na sequência do Programa Territórios Rurais. Posteriormente, com a criação do Programa Territórios da Cidadania, o Território Cantuquiriguaçu passou a integrar esta política federal.

Os vinte municípios que integram o território foram desmembrados de Guarapuava, sendo três diretamente<sup>64</sup> e dezessete indiretamente<sup>65</sup> (quadro 1). Considerando as datas de instalação, os dados indicam que 65% dos municípios tem menos de trinta anos, sendo que doze deles foram instalados na década de 1990. Portanto, são municípios relativamente jovens, ainda

---

<sup>62</sup> Convém ressaltar que há uma diferença no número de municípios membros da Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu e do Território Cantuquiriguaçu. Isto ocorre porque o município de Palmital faz parte da Associação, porém, não integra o Território Cantuquiriguaçu.

<sup>63</sup> Pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

<sup>64</sup> Candói, Cantagalo e Laranjeiras do Sul, este quando da criação do TFI.

<sup>65</sup> Os demais municípios do Território Cantuquiriguaçu.

que o município de Guarapuava, que deu origem aos municípios da região, tenha mais de duzentos anos.

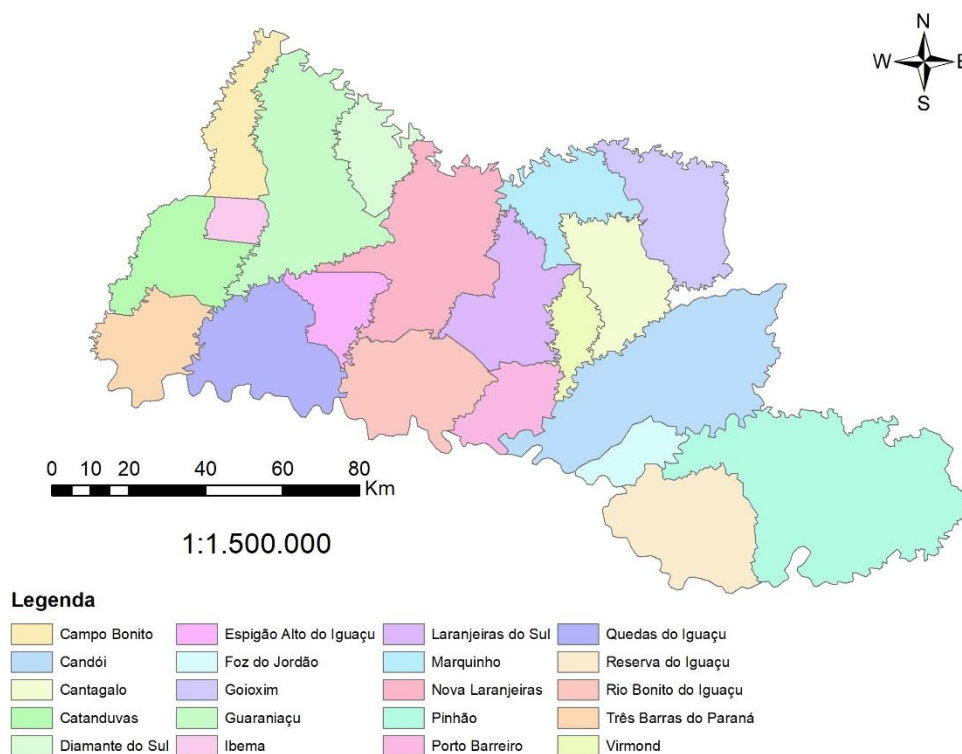
**Quadro 1** – Municípios atuais, municípios originários, ano de emancipação e ano de instalação

Município atual	Município de origem	Ano de criação	Ano de instalação
Campo Bonito	Guaraniaçu	1986	1989
Candói	Guarapuava	1990	1993
Cantagalo	Guarapuava	1982	1983
Catanduvas	Laranjeiras do Sul	1960	1961
Diamante do Sul	Guaraniaçu	1990	1993
Espigão Alto do Iguaçu	Quedas do Iguaçu	1994	1997
Foz do Jordão	Candói	1995	1997
Goioxim	Cantagalo	1995	1997
Guaraniaçu	Laranjeiras do Sul	1951	1952
Ibema	Catanduvas	1989	1990
Laranjeiras do Sul*	TFI (Guarapuava)	1946	1946
Marquinho	Cantagalo	1995	1997
Nova Laranjeiras	Laranjeiras do Sul	1990	1993
Pinhão	Guarapuava	1964	1965
Porto Barreiro	Laranjeiras do Sul	1995	1997
Quedas do Iguaçu	Laranjeiras do Sul	1967	1968
Reserva do Iguaçu	Pinhão	1995	1997
Rio Bonito do Iguaçu	Laranjeiras do Sul	1990	1993
Três Barras do Paraná	Catanduvas	1980	1983
Virmond	Laranjeiras do Sul	1990	1993

Fonte: elaboração própria, com base em Ferreira (2006) e IBGE (2017c)

\*Criado com o nome de Iguaçu, alterado para Laranjeiras do Sul em 1947.

A figura 8, a seguir, indica a localização dos municípios da Cantuquiriguaçu no território paranaense. Sua área territorial é de 13.959,744km<sup>2</sup>, o que equivale a 6,98% do Paraná (IPARDES, 2017h), sendo, portanto, uma área representativa do total do território paranaense.

**Figura 8 – Municípios do Território Cantuquiriguaçu**

Fonte: Elaboração própria (2017).

De acordo com os dados de 2010, sua população é de 232.519 habitantes (ATLAS BRASIL, 2017). A tabela 10, a seguir, apresenta alguns indicadores selecionados que retratam parte da realidade econômica da região. O primeiro indicador que já aponta a grave situação socioeconômica do Território Cantuquiriguaçu é o PIB *per capita*. Com relação a 2014, o Paraná possui um PIB *per capita* de aproximadamente 12% acima da média nacional. Todavia, o Território Cantuquiriguaçu alcança apenas 76,61% do PIB *per capita* brasileiro e produz apenas 68,41% do PIB *per capita* estadual. Quanto a renda *per capita* média, a magnitude da desigualdade é substancial. A população da Cantuquiriguaçu recebia, em 2010, o equivalente a 54,37% da renda média do paranaense. Se comparado com os dados nacionais, a população da região recebe R\$ 309,46 a menos que a renda média do trabalhador brasileiro. Incontestavelmente, é uma diferença brutal que exprime economicamente as discrepâncias desse território quando comparado ao Estado e ao país.

**Tabela 10** – Indicadores selecionados do Território Cantuquiriguaçu

	<b>PIB per capita</b> <b>2014 em R\$</b>	<b>Renda média per</b> <b>capita 2010 em</b> <b>R\$</b>	<b>Taxa de</b> <b>Pobreza 2010</b> <b>em %</b>	<b>IDH médio</b> <b>2010</b>
Brasil	28.046	793,87	15,20	0,727
Paraná	31.411	890,89	6,46	0,749
Território Cantuquiriguaçu	21.487	484,41	22,02	0,659

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPARDES (2017f), Atlas Brasil (2017) e IBGE (2017d).

Outro indicador que reforça os problemas econômicos da região é a taxa de pobreza. Enquanto o Brasil apresenta uma taxa de pobreza de 15,20% da população e o Paraná possui um resultado bem abaixo, de 6,46%; a taxa de pobreza da Cantuquiriguaçu atinge o patamar de 22,02% da população com uma renda inferior a R\$ 140,00 (base agosto/2010). No que diz respeito ao IDH médio, mais uma vez as discrepâncias são significativas. O IDHM do Paraná, acima do IDH brasileiro, e o IDH nacional são considerados de alto desenvolvimento. Já o Território Cantuquiriguaçu apresenta grau médio de desenvolvimento (ver capítulo seguinte).

Outras variáveis examinadas confirmam a situação de desigualdade no desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu quando comparado ao restante do Paraná. Assim, por exemplo, enquanto a taxa de urbanização da população paranaense e brasileira são similares, o território em questão destoa significativamente. Isto é, 46,22% da população dessa região vive na área rural (tabela 11). Daí se justifica a região ter sido inserida no Programa Territórios Rurais, em 2003. No que se refere a expectativa de vida ao nascer, os números são próximos da média nacional e estadual. Mesmo assim, considerando os dados de 2010, os habitantes do Território vivem menos que a média brasileira e paranaense.

**Tabela 11** – Indicadores selecionados do Território Cantuquiriguaçu

	<b>Grau de</b> <b>urbanização</b> <b>2010</b>	<b>Expectativa de</b> <b>vida ao nascer</b> <b>2010</b>	<b>Expectativa</b> <b>de anos de</b> <b>estudo 2010</b>	<b>% da população</b> <b>de 25 anos ou</b> <b>mais com</b> <b>superior</b> <b>completo</b>
Brasil	84,36	73,94	9,54	11,27
Paraná	85,33	74,80	10,43	12,75
Território Cantuquiriguaçu	53,78	73,55	9,92	4,91

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPARDES (2017f), Atlas Brasil (2017) e IBGE (2017d).

Com relação à expectativa de anos de estudo, embora o resultado seja inferior à média estadual, os números do território estão acima da média brasileira, não representando grande discrepância. Entretanto, o último indicador examinado volta a explicitar o baixo desenvolvimento da região. Enquanto 12,75% da população paranaense, com 25 anos ou mais, possuem ensino superior, apenas 4,91% dos habitantes do território têm este nível de escolaridade. Mesmo se comparada com a média nacional (11,27%) o resultado é prejudicial ao Território Cantuquiriguaçu, evidenciando as desigualdades regionais existentes.

Ainda com referência a Cantuquiriguaçu, além das características da região referidas, considera-se a existência de uma malha rodoviária que permite acesso a outros centros/regiões do Estado e do país. Dentre estas rodovias, a BR 277 sentido leste ↔ oeste, que liga Foz do Iguaçu ao litoral paranaense, e a BR 158, que atravessa o Paraná no sentido norte ↔ sul, são as mais relevantes. Essas duas BR's aliadas a outras rodovias estaduais permitem que a população regional tenha acesso facilitado aos centros urbanos mais próximos, especialmente Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava e Pato Branco. No Território existem três aeroportos privados: um em Rio Bonito do Iguaçu e dois em Pinhão (IPARDES, 2007). A região tem ainda a linha férrea da FERROESTE – Estrada de Ferro do Paraná Oeste S.A., que liga Cascavel a Guarapuava cruzando, assim, boa parte da Cantuquiriguaçu (PARANÁ, 2017b).

O Território Cantuquiriguaçu também é afetado pelas Usinas Hidrelétricas que exploram o potencial dos rios na região. No total são quinze usinas, sendo que oito operam na região da Cantuquiriguaçu ou em seus limites refletindo a grande relevância que possuem para a geração de energia elétrica no Estado. O quadro 2 apresenta alguns detalhes de cada usina que se relaciona com a região.

**Quadro 2 – Usinas Hidrelétricas com atividades no Território Cantuquiriguaçu**

Usina	Município(s)	Rio
Gov. Bento Munhoz da Rocha (Foz do Areia)	Guarapuava, Manguieirinha e Pinhão	Iguaçu
Salto Osório	Quedas do Iguaçu	Iguaçu
Salto Santiago	Saudade do Iguaçu*	Iguaçu
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Guarapuava, Manguieirinha e Pinhão	Iguaçu
Barra	Candói	Jordão
Fundão	Foz do Jordão e Pinhão	Jordão
Santa Clara	Candói e Pinhão	Jordão
Salto Curucaca	Candói e Guarapuava	Jordão

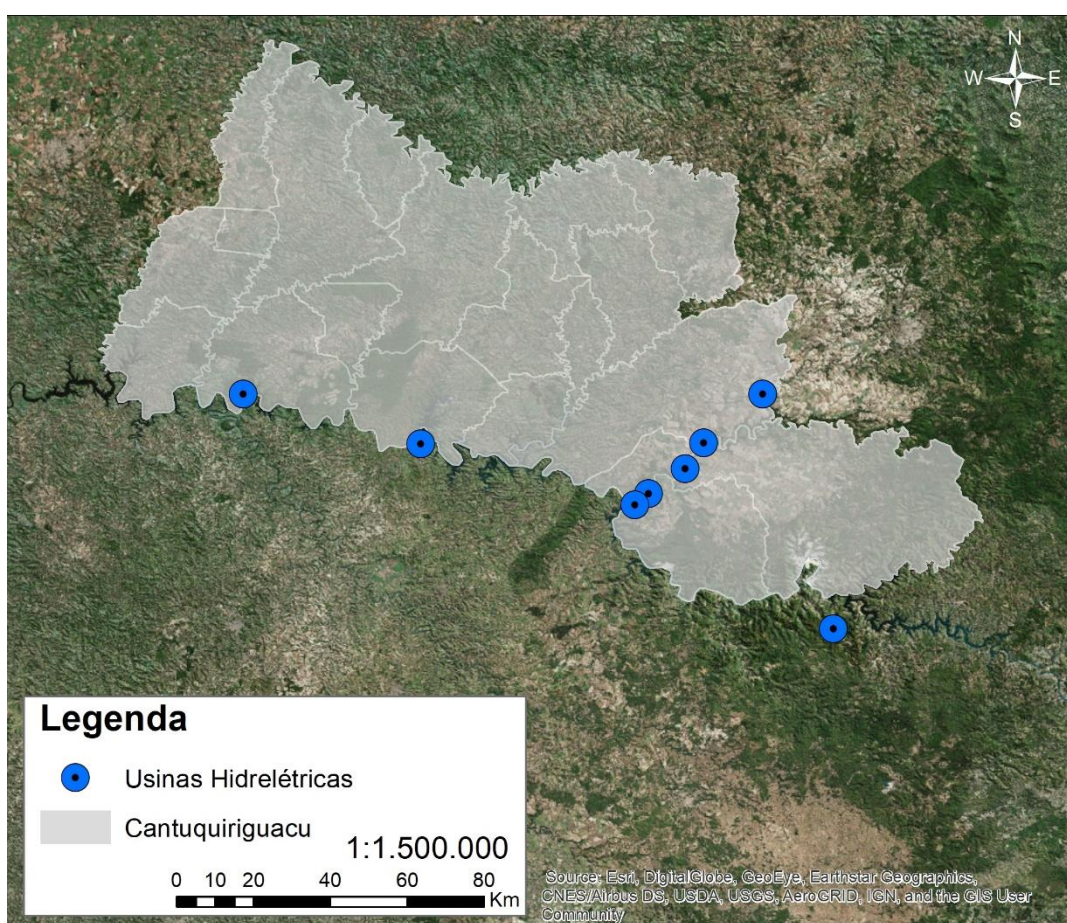
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANEEL (2017b).

\*Apesar do município não integrar o Território Cantuquiriguaçu, alguns municípios da região tiveram áreas alagadas em virtude da construção desta Usina.



A construção de algumas destas usinas tem uma importância significativa para alguns municípios. Por exemplo, o deslocamento de pessoas que habitavam ou cultivavam as áreas que foram alagadas ou ainda a transferência de trabalhadores de outras regiões para a realização dessas obras. Esta última situação, aliás, permitiu a construção de algumas “vilas” que abrigavam boa parte da força de trabalho utilizada, além de várias consequências ambientais e socioeconômicas, entre outras. A figura 9 apresenta a localização das usinas hidrelétricas ao longo do Território Cantuquiriguaçu.

**Figura 9** – Usinas hidrelétricas do Território Cantuquiriguaçu



Fonte: Elaboração própria (2017).

Resumidamente, esses dados, ainda genéricos, apontam grandes discrepâncias entre o Território Cantuquiriguaçu e o restante do Paraná. Diversos fatores podem contribuir para este resultado. Neste sentido, indícios podem ser obtidos conforme a análise dos indicadores socioeconômicos selecionados, conforme pode ser visto a seguir. O que se observa é que os municípios do Território, de acordo com as características descritas até o momento, parecem não ser influenciados positivamente pelas ações e estratégias dos Governos Federal e Estadual.

Com base no contexto histórico observado, presume-se que a situação pode se agravar ainda mais com o passar dos anos se não forem promovidas ações e estratégias que permitam um maior engajamento dos agentes locais e o respeito as peculiaridades da região.

Este subcapítulo tratou da ocupação e da formação econômica do território paranaense (Campos Gerais), parte do qual deu origem ao território Cantuquiriguaçu. Também como aconteceu no Paraná, a ocupação se deu por interesses nacionais em “ocupar” um espaço que, na visão do colonizador, representava certo “vazio” demográfico. Mas, e principalmente, a ocupação se dá diante do surgimento e desenvolvimento de algumas atividades econômicas como a pecuária, a erva-mate, a suinocultura e a madeira, sendo que essas acabaram por ser a base da economia local e ainda estão presentes no território. Embora sua relevância tenha diminuído, o setor agropecuário prevalece em alguns municípios da região, em virtude de um contexto de reduzida atividade industrial.

Foi objeto de análise também o Território Federal do Iguaçu e sua importância para a região. Mesmo que esse território tenha existido por um curto período de tempo, é inegável que a estrutura estabelecida por conta de sua existência contribuiu para que a região fosse ocupada com maior intensidade, influenciando também o fortalecimento de algumas atividades econômicas locais. Os dados corroboram a tese de que esta região é uma das menos desenvolvidas do Paraná, com alguns números bastante inferiores à média estadual e, até, nacional. Esses dados, esmiuçados e analisados a seguir, demonstram não só o baixo desenvolvimento da região no contexto paranaense, mas também apontam o desenvolvimento e as desigualdades internas da Cantuquiriguaçu.

#### 4.2 O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Neste subcapítulo, é exibida uma série de indicadores que permitem analisar o desenvolvimento socioeconômico atual do Território Cantuquiriguaçu. Para tanto, primeiramente, apresentam-se os indicadores econômicos e demográficos dos municípios da região de acordo com dois critérios: maior utilização quando se trata de desenvolvimento regional e manutenção, praticamente, dos indicadores utilizados no capítulo anterior, quando se tratou do Paraná integrado e das mesorregiões paranaenses. Esta primeira parte busca retratar aspectos mais genéricos do Território, sem examinar os aspectos específicos relacionados ao desenvolvimento da região. Mesmo assim, é possível identificar as desigualdades existentes na Cantuquiriguaçu, entre seus municípios e entre esse território e o restante do Paraná.

Logo após, seguindo a linha anterior, se processa a análise de alguns indicadores. Entretanto, as variáveis examinadas estão mais ligadas ao desenvolvimento regional. Aqui as desigualdades são ressaltadas, mostrando a fragilidade atual da região. O desenvolvimento socioeconômico do território, desse modo, é detalhado considerando alguns indicadores, sendo o IDHM o principal deles. A análise permite aprofundar o olhar sobre a Cantuquiriguaçu considerando suas idiossincrasias como peças fundamentais na construção de projetos e ações que visem o desenvolvimento regional. Não é possível imaginar um desenvolvimento mais equânime sem esta perspectiva, até porque a melhoria dos indicadores não representa, com precisão, a melhoria na qualidade de vida das pessoas que habitam o território.

Por fim, averiguam-se os números da região relacionados aos indicadores referentes ao ensino superior. Neste ponto, explora-se a estrutura existente das IES no território, além do número de cursos e matrículas nos municípios da região. Desta forma, é possível identificar o perfil das IES na Cantuquiriguaçu, principalmente diante de: a). Baixo número de pessoas com ensino de nível superior, e, b) O perfil das instituições presentes e sua relação com o desenvolvimento regional, ainda sem incluir detalhadamente a atuação da UFFS (capítulo quinto). O conjunto desses dados e informações, por um lado, serve para apontar qual é a situação socioeconômica atual da população que vive no Território Cantuquiriguaçu. Por outro, ajudam a entender a dinâmica regional e como a UFFS pode intervir no desenvolvimento do Território.

A realidade demográfica dos municípios que constituem o Território é heterogênea. Os dados referentes à população total, urbana e rural, desses municípios, bem como a estimativa do IPARDES (2017a) para a população nos anos de 2016 e 2030 possibilitam conjecturar, de acordo com a projeção, o que se espera da região em termos populacionais para os próximos anos (tabela 12). Dos vinte municípios, metade tem menos de dez mil habitantes, sendo que apenas três superam a casa dos trinta mil: Laranjeiras do Sul (30.777), Quedas do Iguaçu (30.605) e Pinhão (30.208). A maior parte da população do Território se encontra na área urbana, ainda que a diferença não seja muito expressiva. Embora a estimativa da população do Território em 2016 (237.755) seja maior que a população censitária de 2010 (232.519), de acordo com o IPARDES, a população regional se reduzirá a 226.783 habitantes em 2030. Ainda, a população do Território (232.519) equivale a 2,23% da população paranaense (10.444.526 hab.), conforme dados de 2010 (IPARDES, 2017a).

**Tabela 12** – Dados demográficos dos municípios do Território Cantuquiriguaçu

Municípios TC	População (2010)			Grau urban. (2010)	Estim. pop. (2016)	Estim. pop. (2030)	Esperança de vida ao nascer
	Total	Urbana	Rural				
Total Território	232.519	125.060	107.459	53,78	237.755	226.783	73,55
Cantuquiriguaçu							
Campo Bonito	4.407	2.580	1.827	58,54	4.107	3.114	73,78
Candói	14.983	7.026	7.957	46,89	15.794	16.078	71,69
Cantagalo	12.952	8.509	4.443	65,70	13.303	12.736	71,05
Catanduvras	10.202	5.342	4.860	52,36	10.270	9.345	73,28
Diamante do Sul	3.510	1.405	2.105	40,03	3.491	3.088	71,62
Espigão Alto do Iguaçu	4.677	1.646	3.031	35,19	4.385	3.372	71,86
Foz do Jordão	5.420	3.927	1.493	72,45	5.018	3.745	74,70
Goioxim	7.503	1.756	5.747	23,40	7.317	6.177	73,75
Guaraniaçu	14.582	7.804	6.778	53,52	13.480	10.026	75,44
Ibema	6.066	4.941	1.125	81,45	6.312	6.235	72,16
Laranjeiras do Sul	30.777	25.031	5.746	81,33	31.876	31.142	75,11
Marquinho	4.981	524	4.457	10,52	4.708	3.691	73,83
Nova Laranjeiras	11.241	2.372	8.869	21,10	11.191	9.921	74,96
Pinhão	30.208	15.317	14.891	50,71	31.965	32.820	73,36
Porto Barreiro	3.663	691	2.972	18,86	3.441	2.658	74,27
Quedas do Iguaçu	30.605	20.987	9.618	68,57	33.296	36.298	72,65
Reserva do Iguaçu	7.307	3.905	3.402	53,44	7.855	8.349	74,21
Rio Bonito do Iguaçu	13.661	3.322	10.339	24,32	13.853	12.839	72,49
Três Barras do Paraná	11.824	6.095	5.729	51,55	12.063	11.355	74,85
Virmond	3.950	1.880	2.070	47,59	4.030	3.794	75,87

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPARDES (2017f).

A distribuição entre população urbana e rural, medida através do grau da urbanização, é quase equitativa, atingindo um valor de 53,78% o que está bem abaixo da média brasileira (84,36%) e paranaense (85,33%). Porém, quando se observa detalhadamente cada município do território, a importância do espaço rural é ainda maior. Observa-se que nove municípios possuem a maioria da população vivendo no campo, sendo que essa característica precisa ser observada quando da elaboração de estratégias orientadas ao desenvolvimento regional. Quanto

à esperança de vida ao nascer, ainda que existam diferenças substanciais (maior diferença entre Cantagalo e Virmond), os números dos municípios não se afastam muito da média do Território.

No que diz respeito à economia de cada município da região, a tabela 13 apresenta o PIB a preços correntes, o PIB *per capita*, a contribuição de cada município para o PIB do Território e a participação de cada setor econômico para o VBP. Ao começar pelo PIB a preços correntes, observa-se uma grande diferença no Território, pois enquanto Quedas do Iguaçu supera a casa de um bilhão, seis municípios não chegam a casa dos cem milhões de reais. Quanto a contribuição de cada município para o PIB da Cantuquiriguaçu, apenas três deles contribuem com mais de 10%: Quedas do Iguaçu (20,14%), Pinhão (17,23%) e Laranjeiras do Sul (10,96%), sendo que, juntos, totalizam 48,33% do PIB regional. Convém destacar ainda que a produção do Território equivale a 1,48% do PIB paranaense, o que reforça a ideia da pouca relevância econômica da região para a economia estadual.

No tocante ao PIB *per capita*, as desigualdades são ainda maiores. Como visto anteriormente, o PIB *per capita* paranaense em 2014 foi da ordem de R\$ 31.411. Desse modo, apenas Quedas do Iguaçu (R\$ 31.773) apresenta um valor superior ao estadual. Ou seja, os outros dezenove municípios do Território possuem um PIB *per capita* inferior à média paranaense. Entretanto, mais grave ainda é que seis municípios (Cantagalo, Diamante do Sul, Foz do Jordão, Marquinho, Nova Laranjeiras e Reserva do Iguaçu) possuem resultado inferior a metade do PIB *per capita* paranaense. Em relação à participação de cada setor no VBP, em dezesseis municípios da região (80% do total), a agropecuária é o setor que mais contribui. Apenas Ibema, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Quedas do Iguaçu apresentam participação do setor industrial acima de 10%, embora este setor seja predominante nos dois últimos municípios. Cabe salientar ainda a importância da administração pública para os municípios da região, afinal, em oito deles, esse setor é o segundo que mais contribui para o VBP municipal.

**Tabela 13** – Indicadores econômicos dos municípios do Território Cantuquiriguaçu - 2014

<b>Municípios TC</b>	<b>PIB preços correntes (em R\$ 1.000,00)</b>	<b>% no PIB do Território</b>	<b>PIB <i>per</i> <i>capita</i> (em R\$ 1,00)</b>	<b>% agropec. no VBP</b>	<b>% indústria no VBP</b>	<b>% serviços no VBP</b>	<b>% Admin. Pública no VBP</b>
Total Território	5.158.537	100	21.489				
Cantuquiriguaçu							
Campo Bonito	126.116	2,44	29.268	62,49	4,11	18,45	14,94
Candói	392.425	7,61	24.930	41,40	7,65	34,40	16,55
Cantagalo	179.897	3,49	13.401	34,21	5,86	32,84	27,08
Catanduvas	208.451	4,04	19.923	52,59	5,04	24,49	17,88
Diamante do Sul	40.999	0,79	11.468	47,93	4,15	11,44	36,48
Espigão Alto do Iguaçu	89.257	1,73	19.442	47,46	8,85	20,78	22,92
Foz do Jordão	81.501	1,58	15.445	38,02	8,99	24,39	28,60
Goioxim	141.482	2,74	18.732	57,18	3,56	20,60	18,66
Guaraniaçu	283.303	5,49	19.978	40,01	5,61	34,63	19,76
Ibema	137.300	2,66	21.694	24,28	16,41	41,01	18,29
Laranjeiras do Sul	565.277	10,96	17.645	16,36	14,86	47,85	20,93
Marquinho	62.344	1,21	12.679	49,91	3,84	17,68	28,57
Nova Laranjeiras	153.295	2,97	12.787	40,64	6,53	24,92	27,90
Pinhão	888.605	17,23	27.934	16,50	53,37	16,76	13,37
Porto Barreiro	78.230	1,52	21.724	54,68	5,47	19,88	19,97
Quedas do Iguaçu	1.038.771	20,14	31.773	8,91	52,83	27,21	11,05
Reserva do Iguaçu	119.604	2,32	15.419	47,23	6,87	19,33	26,57
Rio Bonito do Iguaçu	215.432	4,18	15.920	42,83	5,32	27,29	24,56
Três Barras do Paraná	257.683	5,00	21.101	42,61	9,94	28,18	19,26
Virmond	98.565	1,91	24.158	48,12	9,20	26,68	16,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPARDES (2017f).

A desigualdade e a pobreza são dois problemas que assolam o Território (tabela 14). A renda *per capita* dos seus municípios aponta, mais uma vez, a precariedade econômica da região

já que, em termos médios, é inferior a paranaense (R\$ 890,89). Oito desses municípios apresentam número inferior a metade da renda *per capita* do Estado. Numa comparação apenas entre os municípios do território, a maior diferença está entre Goioxim (R\$ 320,16) e Laranjeiras do Sul (R\$ 659,33), isto é, a renda *per capita* de Laranjeiras do Sul é maior do que o dobro da renda *per capita* de Goioxim. Ainda que o aspecto econômico seja apenas uma das dimensões do desenvolvimento regional, não se pode negar a relevância desses indicadores.

**Tabela 14** – Indicadores econômicos dos municípios do Território Cantuquiriguaçu – 2010

Municípios TC	Renda <i>per capita</i> em R\$	Índice de Gini	Taxa de pobreza	% de extremamente pobres
Campo Bonito	585,04	0,48	11,89	2,98
Candói	472,40	0,54	22,52	9,92
Cantagalo	424,57	0,51	23,91	5,75
Catanduvas	539,43	0,53	16,54	6,65
Diamante do Sul	344,73	0,45	27,14	11,14
Espigão Alto do Iguaçu	409,12	0,57	31,81	18,67
Foz do Jordão	467,65	0,54	19,52	7,59
Goioxim	320,16	0,49	33,13	15,18
Guaraniaçu	614,94	0,54	16,23	5,53
Ibema	499,24	0,44	11,07	3,09
Laranjeiras do Sul	659,33	0,54	14,43	4,60
Marquinho	366,30	0,50	28,88	10,15
Nova Laranjeiras	366,26	0,56	36,01	17,71
Pinhão	454,31	0,53	24,66	10,89
Porto Barreiro	535,40	0,52	18,74	4,95
Quedas do Iguaçu	586,88	0,58	20,83	12,23
Reserva do Iguaçu	419,62	0,57	27,81	13,61
Rio Bonito do Iguaçu	405,76	0,50	24,24	9,67
Três Barras do Paraná	562,22	0,50	16,43	7,37
Virmond	655,20	0,53	14,58	7,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (2017).

Por sua vez, o Índice de Gini relativo à renda também indica uma situação preocupante, conforme apontado na tabela 14. Esse indicador é de 0,60 no caso nacional e 0,53 para o Estado do Paraná (ATLAS BRASIL, 2017). Comparando os resultados da região com a média nacional é possível concluir que os mesmos são satisfatórios, pois todos os municípios apresentam coeficiente inferior à média brasileira. Porém, quando comparados com a média do Paraná, os resultados não são tão promissores assim: oito municípios apresentam concentração de renda

superior à média estadual, enquanto três detêm o mesmo resultado e nove municípios apresentam resultados melhores. Mesmo que os números indiquem um quadro não tão desigual quanto à concentração de renda, os resultados gerais relativos a esse índice não apontam para uma situação confortável.

Outros dois indicadores são mais preocupantes. Conforme os dados da tabela 14, relativos ao ano de 2010, a taxa de pobreza brasileira é de 15,20% e a paranaense é de 6,46%. Assim, os resultados do Território são muito adversos, pois 80% dos municípios do Território possuem taxa de pobreza superior à média nacional, sendo que não há sequer um município que apresente resultado menor que a taxa de pobreza estadual. Todos os municípios da região possuem taxa de pobreza acima de dois dígitos e Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim e Nova Laranjeiras possuem, aproximadamente, 1/3 da população nesta categoria. Com relação à população extremamente pobre, o Brasil possui 6,62% da população nesta ordem, enquanto que o Paraná tem 1,96%. Considerando os municípios do Território, quatorze apresentam percentual pior que a média nacional e, mais uma vez, todos superam a taxa de extremamente pobres se comparado a média estadual. Ademais, oito municípios contam com um contingente de extremamente pobres superior a 10% de sua população.

Em resumo, os indicadores aqui detalhados confirmam, mais uma vez, o baixo desenvolvimento do Território e o significativo grau de desigualdade da região em relação ao restante do Paraná, bem como, destacam as desigualdades intrarregionais. A projeção de que a população do Território tende a diminuir nos próximos anos, a sua pouca relevância econômica e, principalmente, as desigualdades entre os municípios indicam que a Cantuquiriguaçu enfrenta grandes dificuldades para se desenvolver. O PIB e a renda *per capita*, aliados aos índices de pobreza, sugerem que há graves situações sociais, como pode ser observado através de outros indicadores, mais relacionados ao desenvolvimento, os quais são detalhados a seguir.

De acordo com o IDHM dos municípios da região, conforme pode ser observado na tabela 15, dezoito municípios são considerados de médio desenvolvimento (IDHM entre 0,600 e 0,699), sendo que somente Virmond e Laranjeiras do Sul são considerados de alto desenvolvimento (IDHM entre 0,700 e 0,799). Observa-se no período entre 1991 e 2010 uma nítida evolução desse indicador, embora ainda esteja aquém da média estadual (0,749). Aliás, nenhum município do Território Cantuquiriguaçu supera o IDHM estadual e nem o IDHM médio brasileiro (0,727).



**Tabela 15 – IDHM e IPDM dos municípios da Cantuquiriguaçu e suas colocações no ranking estadual**

Municípios TC	IDHM	IDHM	IDHM	Ranking	IPDM	Ranking
	1991	2000	2010	IDHM 2010	2013	IPDM 2013
Campo Bonito	0,371	0,512	0,681	295°	0,7005	215°
Candói	0,309	0,509	0,635	378°	0,6791	274°
Cantagalo	0,334	0,516	0,635	378°	0,6095	376°
Catanduvás	0,421	0,569	0,678	308°	0,6870	254°
Diamante do Sul	0,332	0,488	0,608	393°	0,6026	381°
Espigão Alto do Iguaçu	0,319	0,529	0,636	376°	0,6246	362°
Foz do Jordão	0,363	0,516	0,645	363°	0,6327	351°
Goioxim	0,227	0,446	0,641	368°	0,6303	354°
Guaraniaçu	0,398	0,575	0,677	310°	0,7067	201°
Ibema	0,374	0,531	0,685	288°	0,7485	102°
Laranjeiras do Sul	0,464	0,598	0,706	199°	0,7142	177°
Marquinho	0,228	0,433	0,614	389°	0,5945	383°
Nova Laranjeiras	0,298	0,528	0,642	367°	0,5631	393°
Pinhão	0,360	0,526	0,654	354°	0,6261	360°
Porto Barreiro	0,327	0,544	0,688	272°	0,6898	243°
Quedas do Iguaçu	0,420	0,593	0,681	295°	0,7273	152°
Reserva do Iguaçu	0,490	0,554	0,648	362°	0,6127	373°
Rio Bonito do Iguaçu	0,319	0,466	0,629	383°	0,6354	348°
Três Barras do Paraná	0,402	0,568	0,681	295°	0,7025	213°
Virmond	0,380	0,572	0,722	115°	0,6498	328°

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (2017) e IPARDES (2017f, i).

No que diz respeito à posição dos municípios no ranking estadual de desenvolvimento humano, apenas Virmond e Laranjeiras do Sul se situam entre os duzentos melhores colocados (115<sup>a</sup> e 199<sup>a</sup> posição, respectivamente). Os outros dezoito estão entre os 50% menos desenvolvidos. Contudo, se consideramos os que se encontram na posição de 10% menos desenvolvidos do Paraná, metade (dez dos vinte municípios) do Território Cantuquiriguaçu encontra-se nesta difícil situação. Desta forma, mais uma vez fica evidenciado o atraso do território em comparação com outras regiões paranaenses. A evolução observada no IDHM não foi suficiente para que os municípios, e o Território Cantuquiriguaçu em si, superassem a

condição de uma das regiões menos desenvolvidas do Estado. Há, ainda, outro indicador que comprova esta perspectiva, trata-se do Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM<sup>66</sup>.

Os resultados do IPDM, de acordo com a tabela 15, denotam uma ligeira melhoria dos municípios da região, ainda que Nova Laranjeiras, Pinhão, Reserva do Iguaçu e Virmond tenham piorado sua posição no ranking estadual. Três municípios da região estão entre os duzentos primeiros: Ibema (102<sup>a</sup>), Quedas do Iguaçu (152<sup>a</sup>) e Laranjeiras do Sul (177<sup>a</sup>) e dezessete municípios estão entre os 50% com menor desempenho. Quanto aos 10% com menor resultado em âmbito estadual, o Território Cantuquiriguaçu conta com sete municípios. Ainda que uma pequena melhoria seja observada, há um longo percurso para que a região apresente resultados semelhantes às médias paranaenses. Isto aponta que os resultados do IPDM são pertinentes e estão em linha com os do IDHM.

Quanto a outras variáveis que possam exprimir a realidade dos municípios do Território frente ao baixo desenvolvimento, destaca-se a análise de alguns indicadores educacionais (tabela 16). A taxa de analfabetismo de adultos (pessoas analfabetas com 15 anos ou mais), no Paraná era de 6,28% em 2010 (IPARDES, 2017d). Nos municípios do Território os números são piores, sendo que dezesseis municípios possuem população considerada analfabeta acima de 10% do total. Entre eles destacam-se Campo Bonito, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim e Marquinho, que apresentam índices superiores ao dobro da média paranaense. Indubitavelmente, estes números realçam o atraso da região.

No que diz respeito à expectativa de anos de estudo, se por um lado o Paraná é a melhor unidade da federação, com 10,43 anos de estudo para cada habitante; por outro, a tabela 16 indica que metade dos municípios da Cantuquiriguaçu apresentam resultado superior à média paranaense. Os outros 50% dos municípios do Território possui resultado inferior, com destaque para Quedas do Iguaçu, com uma estimativa de apenas 8,76 anos de estudo para cada habitante. Com relação ao percentual da população com 25 anos ou mais e que possui ensino superior, os números voltam a retratar a situação deficiente do Território. Nesse indicador, o percentual referente a média estadual alcança o patamar de 12,75%, sendo que somente Laranjeiras do Sul

---

<sup>66</sup> Segundo o IPARDES (2017i), “O IPDM é um índice que mede o desempenho da gestão e ações públicas dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e agropecuária, saúde e educação. Sua elaboração baseia-se em diferentes estatísticas de natureza administrativa disponibilizadas pelas entidades públicas.” O IPDM incorpora outros elementos, nomeadamente a importância do setor agropecuário, além dos observados na constituição do IDHM. Ora, sendo o setor agropecuário relevante para os municípios do Território, sua análise permite esclarecer mais um elemento sobre o desenvolvimento da região. Mesmo que o IPDM não tenha a mesma importância e expressão do IDHM, auxilia na análise da situação dos municípios paranaenses.

supera, ligeiramente, a casa de dez por cento (10,02%). Mais grave ainda é constatar que 85% dos municípios têm um resultado menor que a metade da média paranaense.

**Tabela 16** – Indicadores educacionais referente aos municípios do Território Cantuquiriguaçu - 2010

<b>Municípios TC</b>	<b>Taxa de analfabetismo (15 anos ou +)</b>	<b>Expectativa de anos de estudo</b>	<b>% de 25 anos ou + com ensino superior</b>
Campo Bonito	13,07	11,54	5,47
Candói	9,31	9,90	5,66
Cantagalo	8,79	10,12	4,42
Catanduvas	13,60	10,27	4,95
Diamante do Sul	19,12	10,51	4,02
Espigão Alto do Iguaçu	14,05	10,37	2,64
Foz do Jordão	10,77	9,26	3,69
Goioxim	12,80	11,29	3,11
Guaraniaçu	10,74	10,93	7,20
Ibema	11,92	10,91	5,11
Laranjeiras do Sul	8,47	9,62	10,02
Marquinho	13,97	11,02	2,77
Nova Laranjeiras	12,37	9,98	4,29
Pinhão	12,28	9,54	5,25
Porto Barreiro	10,39	11,10	3,68
Quedas do Iguaçu	11,14	8,76	6,09
Reserva do Iguaçu	11,96	10,53	7,00
Rio Bonito do Iguaçu	10,86	9,01	3,61
Três Barras do Paraná	12,48	11,06	4,07
Virmond	7,20	11,61	5,20

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Atlas Brasil (2017).

O Índice de Gini referente à concentração de terras (estrutura fundiária) no Brasil apresentou resultado de 0,872 em 2006, enquanto o Paraná o índice foi de 0,768 (IBGE – Censo Agropecuário, 2006). Considerando os municípios do Território, um supera a média nacional: Foz do Jordão, com índice de 0,880 (tabela 17). Na comparação com a média estadual, sete municípios apresentam resultados piores, reforçando a ideia da concentração fundiária na região, pois mesmo com o significativo número de assentamentos, os resultados ainda são insatisfatórios.

**Tabela 17 – Índice de Gini – estrutura fundiária – e número de estabelecimentos agropecuários dos municípios da região, por tamanho – 2006**

	<b>Índice de Gini da estrutura fundiária</b>	<b>Total Estab. Agropec.</b>	<b>0 a menos de 1 ha</b>	<b>1 a menos que 10 ha</b>	<b>10 a menos que 20 ha</b>	<b>20 a menos que 50 ha</b>	<b>50 a menos que 200 ha</b>	<b>Acima de 200 ha</b>	<b>Produtor sem área</b>
Campo Bonito	0,795	587	62	182	107	130	63	39	4
Candói	0,797	1.780	140	471	431	240	199	92	207
Cantagalo	0,729	1.162	91	372	238	263	147	48	3
Catanduvas	0,742	942	13	318	222	175	141	57	16
Diamante do Sul	0,797	586	60	272	101	60	58	34	1
Espigão Alto do Iguaçu	0,670	889	24	395	214	163	69	16	8
Foz do Jordão	0,880	280	65	92	43	36	25	18	1
Goioxim	0,715	1.232	44	318	222	445	110	49	44
Guaraniaçu	0,779	2.095	108	783	410	402	245	130	17
Ibema	0,796	310	29	148	57	34	28	14	-
Laranjeiras do Sul	0,721	1.641	117	572	343	317	174	47	71
Marquinho	0,717	1.034	31	353	220	234	148	39	9
Nova Laranjeiras	0,748	1.697	34	444	444	414	209	80	72
Pinhão	0,766	2.663	232	812	433	620	283	98	185
Porto Barreiro	0,681	815	30	230	265	179	89	19	3
Quedas do Iguaçu	0,743	2.391	149	527	1.261	277	93	29	55
Reserva do Iguaçu	0,848	601	32	231	149	84	60	40	5
Rio Bonito do Iguaçu	0,424	2.646	41	367	1.664	223	81	15	255
Três Barras do Paraná	0,674	1.491	51	547	405	322	125	15	26
Virmond	0,554	621	10	164	147	199	91	9	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2017e; 2017f).

Ainda referente à tabela 17, os números registram o perfil dos estabelecimentos agropecuários da região quanto à dimensão das propriedades. No total, são 25.463 estabelecimentos, o que corresponde a 6,86% das unidades do Estado<sup>67</sup>. Dois municípios possuem a maioria das propriedades com uma área agrícola entre 20 e 50 hectares: Goioxim e Virmond. Outros quatro detêm a maioria dos estabelecimentos agropecuários na faixa de 10 e 20 hectares: Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras, sendo que o último tem o mesmo número de propriedades na classe de 1 a 10 hectares (444). Os quatorze municípios restantes possuem a maioria das propriedades com tamanho entre 1 a 10 hectares. Entre os três municípios com maior número de propriedades, Pinhão, Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, os dois últimos apresentam a maior quantidade de famílias assentadas da região.

Os indicadores selecionados e analisados anteriormente reiteram a ideia do baixo desenvolvimento no Território Cantuquiriguaçu. O IDHM, a taxa de analfabetismo e o baixo percentual de pessoas com nível superior são os parâmetros que mais reforçam essa situação. É incontestável que os municípios da região apresentam resultados muito inferiores à média estadual. Isso confirma algumas premissas anteriores: há significativa desigualdade regional no Paraná; o Território Cantuquiriguaçu é uma das regiões com menor desenvolvimento do Estado; as desigualdades regionais estão presentes internamente na Cantuquiriguaçu, entre outras. Convém agora aprofundar alguns aspectos relativos ao ensino superior para verificar se a estrutura universitária existente ajuda a compreender o baixo desenvolvimento regional.

O ensino superior na Cantuquiriguaçu está localizado em poucos municípios. Conforme o levantamento, são ofertados 118 cursos de graduação na região, distribuídos em cinco municípios (tabela 18). Apesar do número ser aparentemente satisfatório, a existência de cursos presenciais é observada apenas em Laranjeiras do Sul, conforme pode ser observado na tabela 18. Ainda que três diferentes IES possuam essa característica, é um número baixo. Considera-se que municípios, como Pinhão e Quedas do Iguaçu, em virtude do tamanho de sua população, poderiam contar com ensino superior presencial como forma de diversificar a modalidade e atender as especificidades e necessidades de diferentes públicos. Além disso, mesmo em relação aos cursos a distância, apenas cinco municípios dispõem desta condição. Não deixa de ser um indicador preocupante, corroborando com o baixo percentual da população com ensino superior existente no Território.

---

<sup>67</sup> O Paraná registra 371.063 estabelecimentos agropecuários conforme Censo Agropecuário de 2006.

**Tabela 18** – Oferta de cursos, por município, e IES presentes no Território Cantuquiriguaçu - 2017

	<b>Oferta de Cursos</b>	<b>IES presentes</b>	<b>Modalidade</b>
Campo Bonito	0	0	-
Candói	0	0	-
Cantagalo	9	UNINTER	Educação a Distância – EaD
Catanduvas	0	0	-
Diamante do Sul	0	0	-
Espigão Alto do Iguaçu	0	0	-
Foz do Jordão	9	UNINTER	EaD
Goioxim	0	0	-
Guaraniaçu	0	0	-
Ibema	0	0	-
Laranjeiras do Sul	51*	UNICENTRO, UFFS, UEPG, FACEOPAR e UNINTER	14 presenciais e 37 EaD
Marquinho	0	0	-
Nova Laranjeiras	0	0	-
Pinhão	3	UEPG	EaD
Porto Barreiro	0	0	-
Quedas do Iguaçu	46	UNINTER e Universidade Pitágoras – UNOPAR	EaD
Reserva do Iguaçu	0	0	-
Rio Bonito do Iguaçu	0	0	-
Três Barras do Paraná	0	0	-
Virmond	0	0	-

Fonte: Elaboração própria conforme dados do MEC (BRASIL, 2017).

\*Dos 51 cursos, 5 estão extintos ou em extinção, sendo quatro presenciais e um a distância.

Relativamente ao número de alunos matriculados, esses frequentam nos municípios da região cursos presenciais e via Ensino a Distância (EaD), (tabela 19). De acordo com o sítio do IPARDES (2017j), Cadernos Municipais<sup>68</sup> (dados referentes a 2015), a situação era preocupante: somente três municípios contavam com estudantes de ensino superior matriculados em IES instaladas na região, embora apenas Laranjeiras do Sul conte com oferta de cursos presenciais (tabela 19). Possivelmente estes números ter-se-ão alterado desde então,

<sup>68</sup> Cadernos Municipais do IPARDES: publicação digital que traz uma série de dados atualizados sobre cada município paranaense. Para mais informação ver: [http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30) (IPARDES, 2017j).

mas não há nenhum indício que a mudança seja significativa a ponto de transformar o cenário registrado em 2015.

Convém salientar que há inúmeras divergências quanto ao número de IES e cursos ofertados na região em modalidade EaD<sup>69</sup>. Entretanto, diante do caráter deste estudo, a análise destaca a oferta dos cursos presenciais, modalidade essa que interage de uma forma mais ativa, e, portanto, mais incisiva sobre o desenvolvimento regional. Afinal, as IES que ofertam cursos a distância não possuem atividades de pesquisa e extensão, nem mesmo investimentos em laboratórios nos municípios polos. Não se quer, com isso, diminuir a importância das IES que ofertam cursos de nível superior a distância. Pelo contrário, estas entidades também são importantes ao possibilitarem a formação superior às populações de municípios e regiões mais longínquas as quais, de outro modo, estariam afastadas deste tipo de ensino.

Todavia, ressalta-se aqui a preocupação já apontada por Rolim e Serra (2009), registrada no segundo capítulo, no sentido de que as universidades da região possuem um compromisso e um perfil de maior inserção no desenvolvimento regional quando comparadas às IES que “apenas” ofertam cursos nas regiões. Neste caso, as IES que ofertam cursos na modalidade EaD sequer estão na região. Ademais, o formato das aulas, a limitada interação entre docentes e discentes, o distanciamento da instituição com as questões daquela região, são apenas algumas características destes cursos e instituições que não parecem favorecer (e nem têm como objetivo), de forma incisiva, o desenvolvimento regional. Esses aspectos reforçam o distanciamento destas instituições com a sociedade regional. Outro ponto que pode agravar a situação é o fato de que, no caso dos cursos pagos, os recursos são retirados de regiões pouco dinâmicas e/ou mais empobrecidas para o benefício de “investidores” que talvez sequer conheçam a região e a realidade daquela comunidade.

---

<sup>69</sup> Há registro nos sítios de algumas IES (Universidade Aberta do Brasil, UNOPAR, UNINTER, UNICENTRO, por exemplo) de que estas ofertam cursos em alguns municípios no Território. Entretanto, de acordo com dados do MEC, não existem cursos/IES além daqueles apontados na tabela 18.

**Tabela 19** – Número de alunos matriculados em cursos presenciais e em EaD nos municípios do Território Cantuquiriguaçu - 2015

	Públicas			Subtotal	Privadas	Total
	Federais	Estaduais	Municipais			
Campo Bonito	0	0	0	0	0	0
Candói	0	0	0	0	0	0
Cantagalo	0	0	0	0	0	0
Catanduvas	0	0	0	0	0	0
Diamante do Sul	0	0	0	0	0	0
Espigão Alto do Iguaçu	0	0	0	0	0	0
Foz do Jordão	0	0	0	0	0	0
Goioxim	0	0	0	0	0	0
Guaraniaçu	0	0	0	0	0	0
Ibema	0	0	0	0	0	0
Laranjeiras do Sul (pres.)	938	187	0		181	1306
Laranjeiras do Sul (EaD)	0	138	0		465	503
Marquinho	0	0	0	0	0	0
Nova Laranjeiras	0	0	0	0	0	0
Pinhão (EaD)	0	31	0		0	31
Porto Barreiro	0	0	0	0	0	0
Quedas do Iguaçu (EaD)	0	0	0	0	402	402
Reserva do Iguaçu	0	0	0	0	0	0
Rio Bonito do Iguaçu	0	0	0	0	0	0
Três Barras do Paraná	0	0	0	0	0	0
Virmond	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria conforme dados do IPARDES (2017j).

Visando aprofundar o diagnóstico sobre a evolução da estrutura de ensino superior presencial disponível na região, a tabela 20 apresenta o número de cursos e matrículas existentes no Território entre 1991 e 2010, sob a modalidade presencial. Em 1991, havia apenas dois cursos em Laranjeiras do Sul, ofertados pela UNICENTRO. Em 2000, a oferta passou para três cursos, com o acréscimo de um curso ofertado pela Faculdade União de Quedas do Iguaçu –



FAQ<sup>70</sup>. Já em 2010 a oferta total de cursos presenciais chega a doze, decorrente da abertura de uma nova IES privada em Laranjeiras do Sul, a FACEOPAR, em 2006, e, principalmente, com a instalação do *campus* da UFFS (2010). Com relação ao número de matrículas, em 1991 ainda não havia alunos matriculados. Em 2000 este número chegou a 115, passando a 576 em 2010.

**Tabela 20** – Matrículas e cursos presenciais, no Território Cantuquiriguaçu entre 1991 - 2010

	<b>Cursos 1991</b>	<b>Cursos 2000</b>	<b>Cursos 2010</b>	<b>Matrículas 1991</b>	<b>Matrículas 2000</b>	<b>Matrículas 2010</b>
Laranjeiras do Sul	2 (Est*.)	2 (Est*.)	12 (5 Fed**, 3 Est*. e 4 FACEOPAR)	0	115 (Est*.)	576 (196 Fed**, 278 Est*. e 102 FACEOPAR)
Quedas do Iguaçu	0	1 (FAQ)	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (2017b).

\*Estadual, corresponde a UNICENTRO;

\*\* Federal, corresponde a UFFS.

Ressalta-se que não há matrículas em Quedas do Iguaçu em 2000 em virtude de a FAQ<sup>71</sup> ter obtido autorização para funcionamento ao longo daquele ano. No caso do Território Cantuquiriguaçu, deve-se destacar que há diversos transportes (ônibus, vans, entre outros), alguns até com auxílio do poder público local, que levam diariamente estudantes desses municípios para estudar em municípios localizados fora do Território, principalmente Cascavel e Guarapuava. Esta “busca” decorre da pouca oferta de cursos presenciais, visto que o aumento na oferta de cursos nesta modalidade (presencial) é um fenômeno recente na região.

Aliás, sobre a presença das IES de ensino superior que ofertam cursos na região atualmente, a mais antiga é a UNICENTRO sediada em Guarapuava e Irati, com poucos cursos ofertados na região e com a perspectiva, inclusive, de deixar Laranjeiras do Sul em breve<sup>72</sup>. Em 2006 surgiu a FACEOPAR em Laranjeiras do Sul. Esta é uma IES privada, criada em 18 de outubro daquele ano, tendo, portanto, atuação há mais de dez anos na região (FACEOPAR, 2017). Em 2017, essa instituição ofertava os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Ambiental e Educação Física. A instituição oferta também dois cursos em nível de pós-graduação: *Master of Business Administration* - MBA em

<sup>70</sup> IES privada em Quedas do Iguaçu.

<sup>71</sup> A instituição não se encontra mais em funcionamento.

<sup>72</sup> Esta possibilidade é recorrente nos últimos anos. A informação mais recente dá conta de que a própria UNICENTRO entende que o município de Laranjeiras do Sul tem apresentado dificuldades para viabilizar o funcionamento do Campus, conforme publicado no Jornal Correio do Povo em 2017, podendo, com isso, encerrar suas atividades no município.

Gestão Estratégica de Negócios e Psicopedagogia (FACEOPAR, 2017). A FACEOPAR é uma faculdade que, embora importante para a região, é de caráter privado, com limites a uma contribuição mais profícua para o desenvolvimento do Território. Desta forma, a relevância da UFFS para a região torna-se ainda mais visível e central.

Apesar do avanço nos últimos anos quanto à oferta de cursos superiores com ensino presencial, o retrato apresentado reafirma o baixo desenvolvimento do Território. A pouca oferta e diversidade de cursos presenciais na região provoca, como já foi apontado, a saída diária de estudantes de nível superior para centros urbanos maiores. Para os cursos na modalidade EaD, as IES disponibilizam polos para atividades presenciais que, geralmente, são exclusivas para realização de avaliações. O compromisso desses cursos com a região acaba se restringindo à oferta de ensino, ou seja, formação profissional em determinada área. Diante desse quadro, a relação das IES que ofertam cursos presenciais junto à comunidade demanda uma maior preocupação e responsabilidade com o desenvolvimento regional. Com a possível saída da UNICENTRO, e considerando o perfil da FACEOPAR, é patente a responsabilidade da UFFS com o desenvolvimento regional. E se isto, por um lado, gera expectativas, com maior probabilidade de ações e parcerias com agentes locais, por outro representa um desafio para a própria instituição e seus corpos docente e técnico-administrativo.

Este subcapítulo evidenciou, pormenorizadamente, as graves assimetrias relacionadas ao desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, bem como a vulnerabilidade dos municípios. A grande maioria dos indicadores não só demonstra o baixo desenvolvimento da região, como também registra que a desigualdade inter e intrarregional é expressiva. Assim, se constata que as ações orientadas para o desenvolvimento regional, até agora, não foram suficientes para que a região obtenha resultados semelhantes a outras regiões paranaenses. Não obstante, a desigualdade entre os municípios do Território representa um desafio considerável quanto a elaboração e implementação de estratégias para o seu desenvolvimento.

A pouca estrutura de IES existente na região não só contribui para o baixo índice de pessoas com ensino superior, como simboliza um entrave ao desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. O mais grave é observar que apenas um município da região possui cursos presenciais de ensino superior, sendo que esta oferta pode ser ainda mais reduzida com a saída da UNICENTRO do Território. Além disso, o perfil das instituições de ensino com oferta de cursos na região (a grande maioria atua via EaD) limita a contribuição para o desenvolvimento regional. Assim, a relevância da UFFS é ainda maior não só como instituição de ensino com oferta de cursos presenciais, mas também, e principalmente, com a possibilidade de a

universidade contribuir efetivamente com o desenvolvimento do Território pela realização de pesquisas e atividades de extensão.

#### 4.3 SUJEITOS SOCIAIS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TERRITÓRIO

A terceira e última seção abordada neste capítulo se refere aos sujeitos sociais que, neste território, possuem um caráter diferenciado, sendo eles: os povos originários, os movimentos sociais MAB e MST e o CONDETEC. Outros elementos poderiam ser incluídos nesta análise, contudo, esses sujeitos acabaram se tornando protagonistas no Território Cantuquiriguaçu por duas razões, nomeadamente: a) as peculiaridades decorrentes da presença e atuação desses sujeitos na região; e b) o profundo envolvimento deles no processo de criação da UFFS, num primeiro momento, e na conquista de um campus dessa universidade para Laranjeiras do Sul (segundo momento). Assim, contextualiza-se a existência desses sujeitos sociais no Território, considerando as relações deles com o desenvolvimento regional. Ademais, discutem-se os desafios e perspectivas para o desenvolvimento do Território com base na pesquisa até aqui realizada.

Em se tratando dos indígenas, a justificativa se dá em virtude de que eles representam uma situação que, não só apresentam especificidades, como também, e principalmente, estão à margem da ampla maioria de ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento regional. Com relação aos movimentos sociais, tanto o MST quanto o MAB possuem fortes relações com a região, principalmente em virtude do número de assentamentos rurais (MST) e das barragens (MAB) construídas ao longo do território. Já no tocante ao CONDETEC, a entidade, pelas suas características e composição, pode ser um instrumento diferenciado no tocante ao desenvolvimento regional. Enfim, são sujeitos do Território, não exclusivos a ele, mas com necessidades próprias que merecem um olhar diferenciado quando se discute a melhoria da qualidade de vida da população regional.

Por fim, diante do exposto até agora, analisa-se a situação atual do Território, os principais desafios ao seu desenvolvimento e as medidas que podem ser implementadas diante da desigualdade regional existente. Essa análise vai permitir uma reflexão a respeito de como a região pode superar os obstáculos existentes ao seu desenvolvimento. Isto é possível tendo em vista o levantamento e estudo dos dados do Território Cantuquiriguaçu presentes neste capítulo. Aqui se aponta explicitamente a necessidade de observação atenta do Território e suas especificidades de maneira diferente da tradicional. Afinal, as ações e estratégias adotadas até então não foram suficientes para que a região superasse suas mazelas socioeconômicas. Sem

observar as peculiaridades, a tendência é que os processos atualmente existentes se aprofundem, o que levaria, possivelmente, a um maior grau de desigualdade.

Entre essas peculiaridades, como já apontado anteriormente, Mota (2011), deve-se considerar a presença dos kaingangs na região dos Campos Gerais (Guarapuava) antes do processo de ocupação “pós-descobrimto”. Obviamente que, com o decorrer dos anos e da intensificação da apropriação do território pelo colonizador, houve uma redução expressiva dos indígenas no Paraná. Embora tenha ocorrido uma vasta redução da população indígena no Estado, ainda assim se verifica a presença desses povos originários em algumas regiões. Mussoi (2002), esclarece que os conflitos entre os indígenas e o “homem branco” levaram ao deslocamento dos primeiros para o atual Aldeamento Indígena Rio das Cobras (que anteriormente integrava Laranjeiras do Sul, passando a fazer parte do município de Nova Laranjeiras quando da emancipação deste).

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2017), existem 27 terras indígenas no Paraná, sendo que, dentre estas, duas se localizam no Território Cantuquiriguaçu: Terra Indígena Boa Vista (Laranjeiras do Sul) e Terra Indígena Rio das Cobras (pertencente aos municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras). A etnia kaingang, além de ser a etnia do território Boa Vista, predomina no Aldeamento Rio das Cobras (tabela 21). Como ambas são classificadas como “tradicionalmente ocupadas<sup>73</sup>”, reconhece-se então a existência dos povos originários na região. Com relação a superfície territorial, enquanto Rio das Cobras é a maior terra indígena em extensão territorial do Paraná, Boa Vista é a quarta maior<sup>74</sup>. Quanto à fase de “legalização” dos dois territórios, a da terra indígena Boa Vista ainda está na fase declarada<sup>75</sup>; enquanto Rio das Cobras já se encontra regularizada<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> Terras Tradicionalmente ocupadas: “São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.” (FUNAI, 2017).

<sup>74</sup> Quatro terras indígenas ainda estão sob estudo quanto à limitação territorial: Apucarana (reestudo), Araçai (Karuguá), Kaaguy Guaxy – Palmital e Tekoha Guassú Guavirá (Araguajú/Terra Roxa) (FUNAI, 2017).

<sup>75</sup> Declarada: fase do processo, na qual as “Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.” (FUNAI, 2017).

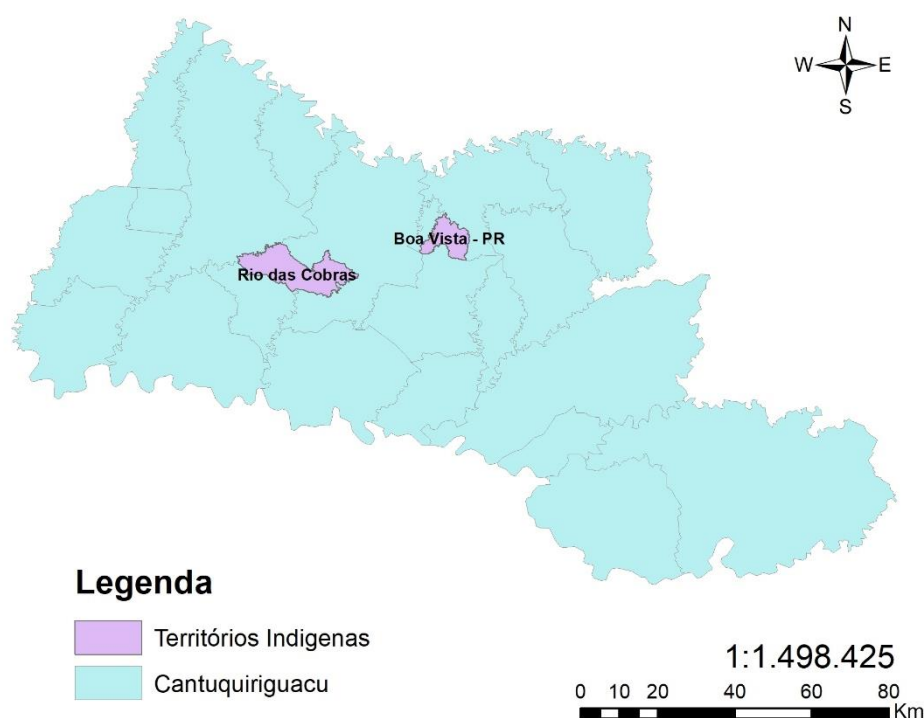
<sup>76</sup> Regularizada: representam as “Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.” (FUNAI, 2017).

**Tabela 21** – Características das terras indígenas do Território Cantuquiriguaçu

	<b>Etnia</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Superfície</b>	<b>Fase do Procedimento</b>
Terra Indígena Boa Vista	Kaingang	Tradicionalmente ocupada	7.336,3308 hectares	Declarada
Terra Indígena Rio das Cobras	Kaingang e Guarani	Tradicionalmente ocupada	18.681,9806 hectares	Regularizada

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FUNAI (2017).

A localização dos dois territórios indígenas pode ser observada na figura 10, a seguir.

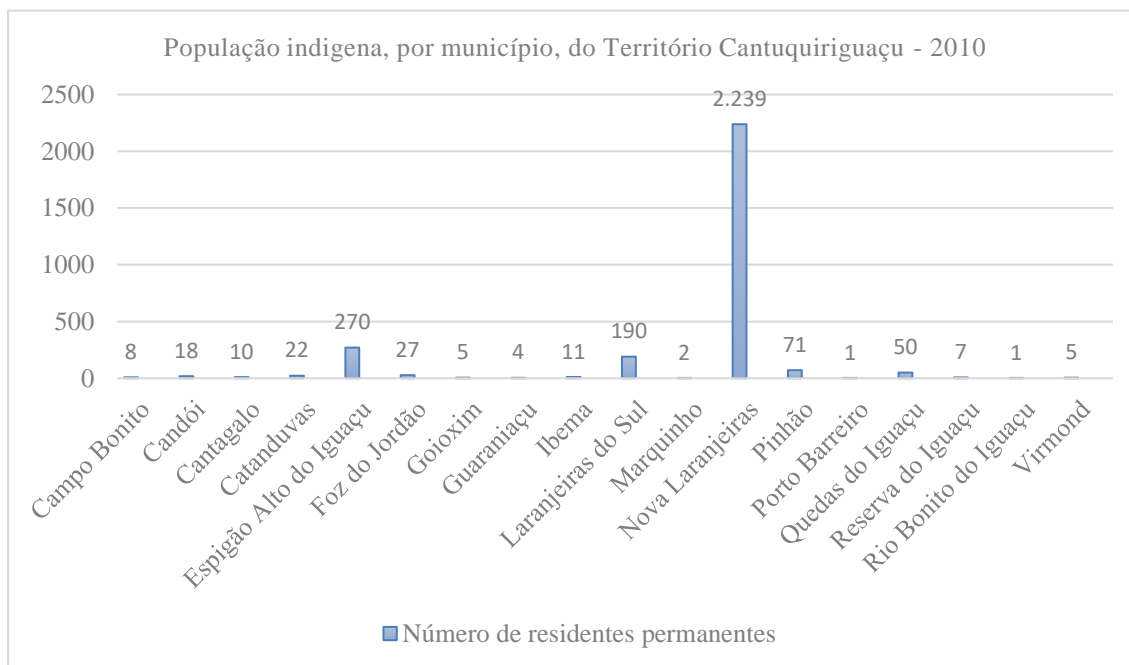
**Figura 10** – Localização de territórios indígenas no TC

Fonte: Elaboração própria (2017).

A população destes dois territórios chega a 2.699 indígenas, conforme dados da FUNAI (2017). Especificamente sobre o território Rio das Cobras, este possuía 2.264 habitantes em 2010, sendo que, desses, 2.109 se declaram indígenas. Essa terra indígena contribui substancialmente para a população dos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu. Ademais, essa terra indígena é a maior em contingente populacional do Paraná. Deve-se observar que a população indígena do Território Cantuquiriguaçu é ainda maior que o contingente populacional indígena dos dois territórios. Dezoito municípios da região possuem

indígenas como população residente de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, apresentado na figura 11, a seguir.

**Figura 11** – População indígena, por município, do TC - 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo demográfico do IBGE de 2010 (2017g).

De acordo com estes dados, a região contava com uma população residente de 2.941 indígenas em 2010, o que equivale a 1,26% do total da população do Território Cantuquiriguaçu. Os números apontam o predomínio da presença indígena em Nova Laranjeiras sobre os demais. Aliás, ainda segundo dados do Censo, Nova Laranjeiras é o município com segunda maior população de indígenas do Paraná, ficando atrás somente de Curitiba (2.693). Esse número ganha maior expressividade quando se analisa a participação dos indígenas na população total do município. No caso de Nova Laranjeiras, a população indígena equivale a 19,9% da população total do município (no caso de Curitiba, a população indígena representa apenas 0,15% do contingente total). Ainda de acordo com o IBGE (2017h), 0,6 % da população indígena de Nova Laranjeiras se encontra na área urbana do município. Assim, a absoluta maioria da população vive na área rural (99,4%) e quase exclusivamente (94,8%) na terra indígena Rio das Cobras.

Atualmente, observam-se condições adversas para as comunidades indígenas, inclusive com morosidade e, até mesmo, retrocesso com relação a demarcação das terras indígenas. A terra indígena Boa Vista é uma das que sofre com a não resolução de sua demarcação. Inclusive recentemente, foram registrados conflitos entre indígenas e agricultores. Observa-se que,

mesmo na reserva indígena já regularizada, Rio das Cobras, a situação de vida dos indígenas é quase que precária. Mussoi (2002, p. 49), afirma que “[...] nossos índios são apenas vítimas de um sistema sócio-econômico implantado a força pelos conquistadores brancos, para o qual não conseguiram se adaptar.” A dificuldade de se adaptar ao modo de produção capitalista parece se dar pois, “Os indígenas possuem uma relação com o território que é diferente da relação que capitalistas ou camponeses possuem, pois para eles a terra possui um caráter místico.” (COCA, 2011, p. 126).

A situação socioeconômica dos indígenas é, sem dúvidas, preocupante. A respeito da luta desencadeada para a conquista da universidade o entrevistado 1, ao responder à questão de como o seu segmento (indígena) contribuiu para a conquista da UFFS, destaca que:

*[...] nosso segmento entrou com uma precisão, mostrando que o IDH indígena é o mais baixo do país, todos os municípios aonde têm terras indígenas o IDH é mais baixo, porque a comunidade indígena ... que menos tem acesso a políticas públicas [...]* (ENTREVISTADO 1, 2016).

Este retrato condiz com a realidade e, mais grave ainda, é observar que não há perspectiva que esta condição se modifique num futuro próximo.

Em suma, os indígenas estão presentes em quase todos os municípios do Território Cantuquiriguaçu, sendo que a ampla maioria reside em Nova Laranjeiras. As dificuldades apresentadas nas terras indígenas não são restritas a essa região, sendo uma característica que ocorre em outras regiões brasileiras. Aliás, este é um processo histórico que tem provocado situações cada vez mais precárias aos indígenas que vivem no território brasileiro. Ao abordar essa realidade fica evidente que, quando se discutem ações voltadas ao desenvolvimento das regiões, não se pode ignorar a presença dos povos originários. Antes, pelo contrário, a presença dos indígenas deveria presumir que eles precisam ser ouvidos, além de participarem das ações relacionadas ao desenvolvimento. Contudo, neste momento, observa-se que os indígenas são excluídos da discussão.

Apresentam-se nesta parte do trabalho dois dos principais movimentos sociais presentes no Território Cantuquiriguaçu no contexto da criação da UFFS: MST e MAB. Para uma melhor contextualização, cada apresentação é acompanhada de depoimentos, além de autores que corroboram para a compreensão da história de cada um deles. Ressalta-se, mais uma vez, que existem outros movimentos sociais bastante atuantes na região, porém, a escolha destes dois movimentos condiz com as peculiaridades do Território exploradas neste trabalho: a formação econômica da região e a existências das usinas hidrelétricas.

A existência de diversos assentamentos rurais, fruto das lutas pela reforma agrária, está diretamente ligada com a atuação do MST no Território Cantuquiriguaçu. Cezimbra (2013)

destaca que, mesmo com várias ocupações, a organização e ação do MST foi essencial para a reforma agrária na região. Ainda segundo o autor, o MST da região é oriundo

[...] do Movimento dos Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO), quando se decide unificar todos os movimentos regionais de luta por terra do Paraná num único movimento. E essas organizações que constituíam os movimentos regionais, tornaram-se posteriormente apenas regionais do MST. (CEZIMBRA, 2013, p. 67).

Para Miranda (2014), o movimento vai ganhar projeção na região na segunda metade dos anos 1980. Segundo o autor, “O MST se afirma como organização de expressão regional com a ocupação de um latifúndio improdutivo, no ano de 1987, no Interior do município de Cantagalo – PR, com aproximadamente 800 famílias, totalizando em média quatro mil e duzentas pessoas.” (MIRANDA, 2014, p. 43).

Uma das principais ações do MST no Território foi (e ainda é) a ocupação de parte da área pertencente ao latifúndio da Giacomet Marodin (atualmente Araupel)<sup>77</sup>. Nas palavras de Moreira (2009, p. 73), “[...] o MST organiza a maior ocupação feita até então pelo movimento: três mil famílias ocupam a área na madrugada do dia 17 de abril de 1996. Aproximadamente 12 mil pessoas na ocupação.” Um dos marcos dessa ocupação é o registro feito pelo famoso fotógrafo Sebastião Salgado, imagem que se tornou conhecida mundialmente<sup>78</sup> e que pode ser visualizada na figura 12.

---

<sup>77</sup> “Giacometti Marodin é uma companhia madeireira; a maior exportadora brasileira de molduras, painéis e componentes para a construção civil, respondendo por 15% das exportações neste setor. Anterior a ocupação de 1996 possuía área de terras com aproximadamente 86 mil hectares, após isso, este latifúndio teve mais algumas áreas ocupadas pelo MST. Delas resultou o reconhecimento dos assentamentos “Marcos Freire” - com mais de 500 famílias no ano 2000 - e “10 de Maio” com 69 famílias em 2005, ambos em Rio Bonito do Iguaçu; além do assentamento “Celso Furtado” em 2004, com 1500 famílias, no município limítrofe de Quedas do Iguaçu.” (MOREIRA, 2013, p. 148).

<sup>78</sup> Esta imagem faz parte da obra Terra (1997), de Sebastião Salgado.



**Figura 12** – Obra Terra de Sebastião Salgado – ocupação MST 1997



Fonte: Salgado apud Portal Obvius (VINICIUS, 2014).

A última ocupação de grande vulto ocorreu em 2015, com a origem do Acampamento Dom Tomás de Balduino, em Quedas do Iguaçu. Os conflitos decorrentes da ocupação continuam até os dias atuais. Em 07 de abril de 2016, dois trabalhadores rurais sem terra foram assassinados: Leomar Orback e Vilmar Bordim (PINA; HOSHINO, 2016). Em fevereiro de 2017, MST e Araupel assinaram um termo de convivência pacífica, firmado pelo Ministério Público do Paraná (PORTAL CANTU, 2017).

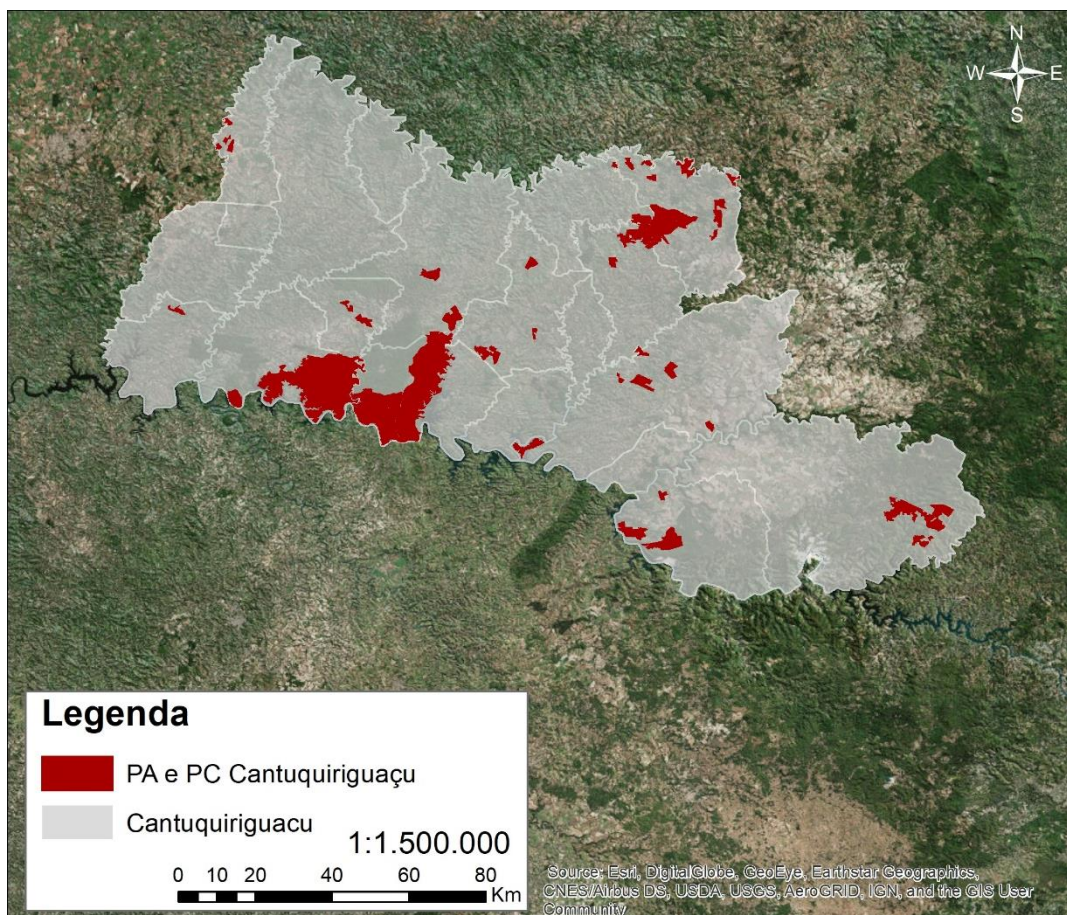
Ainda sobre a importância do MST para o Território Cantuquiriguaçu, o entrevistado 2 registra que:

*[...] eu diria que foi a principal força aqui da região. Porque é o maior território da reforma Agrária aqui de, do Brasil. Se não for o maior, ele está, pelo menos do MST, é que tem Pontal do Paranapanema em São Paulo, mas ali atuam vários movimentos, não é só MST. Tem o Sul do Pará, também atuam outras organizações na luta pela terra. Então do Movimento Sem Terra, é essa região aqui da Cantuquiriguaçu. Hoje tem um pouco mais de cinco mil famílias assentadas, tem quase que acho que outras tantas acampadas, tem áreas enormes, que estão já sendo negociadas e algo em torno de cento e poucos mil hectares. (ENTREVISTADO 2).*

Os assentamentos da reforma agrária são uma das particularidades da Cantuquiriguaçu. A figura 13 apresenta a distribuição dos assentamentos ao longo do Território. Estão indicados

nessa figura os Projetos de Assentamento (PA) e Projetos de Colonização (PC), pois os Projetos de Reassentamento por Barragens (PRB) não estão disponíveis para mapeamento.

**Figura 13** – Distribuição dos assentamentos no TC



Fonte: Elaboração própria (2017).

A tabela 22, a seguir, apresenta todos os assentamentos presentes na Cantuquiriguaçu, por município. Os números demonstram a importância que os trabalhadores rurais sem terra possuem para o Território: 70% dos municípios possuem, ao menos, um assentamento. Ao todo, são cinquenta assentamentos, os quais contam com mais de 4.400 famílias, o que equivale, aproximadamente, a 15.817 pessoas e representa cerca de 6,80% da população que vive na região. Os municípios com maior destaque quanto ao número de pessoas assentadas são Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, os quais superam a casa de mil assentados. Em relação à participação dos assentados na população total do município, Rio Bonito do Iguaçu (40,86%), Campo Bonito (11,98%), Quedas do Iguaçu (11,66%) e Goioxim (11,63%) são os que se destacam.

**Tabela 22** – Dados dos assentamentos, por município, no Território Cantuquiriguaçu

	<b>Número de Projetos de Assentamento</b>	<b>Famílias assentadas</b>	<b>População total dos Assentamentos*</b>	<b>% de assentados na população do município**</b>
Total	50	4.406	15.817	6,80%
Candói	6	246	883	5,59%
Cantagalo	5	240	862	6,48%
Catanduvas	1	44	158	1,54%
Espigão Alto do Iguaçu	1	23	83	1,89%
Goioxim	10	237	851	11,63%
Laranjeiras do Sul	3	113	406	1,27%
Marquinho	2	42	151	3,21%
Nova Laranjeiras	3	217	779	6,96%
Pinhão	4	201	722	2,26%
Quedas do Iguaçu	3	1.081	3.881	11,66%
Reserva do Iguaçu	3	174	625	7,96%
Rio Bonito do Iguaçu	3	1.577	5.661	40,86%
Três Barras do Paraná	3	74	266	2,21%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INCRA (2017).

\* De acordo com a estimativa de 3,59 pessoas por família – INCRA/PR

\*\* Calculado sobre a estimativa da população para 2016 (IPARDES)

Além da luta pela reforma agrária, observa-se uma forte ação do movimento junto aos assentamentos. Assim,

Tanto o assentamento Ireno Alves, quanto o Marcos Freire são geridos pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A agenda de luta deste movimento tem ganhado uma amplitude maior do que a conquista da terra, ou seja, a implantação de programa de reforma agrária não é entendida como suficiente para que as desigualdades no campo sejam superadas. O MST tem evidenciado a necessidade de se criar um sistema econômico-social contrário ao capitalismo, com novos valores e práticas. (COCA E FERNANDES, 2009, p. 11).

Aliás, a união destes dois assentamentos faz com que o município de Rio Bonito do Iguaçu possua o maior número de famílias e trabalhadores assentados da região. Os dois assentamentos “[...] tiveram origem na maior ocupação de terras já registrada na região sul do Brasil, ocorrida no latifúndio pertencente à empresa Giacomet Marodin, que se estendia pelo território de vários municípios.” (COCA, 2015, p. 80). O autor deixa explícita a importância do MST para o assentamento Ireno Alves, ao registrar que “O histórico da implantação deste assentamento está relacionado com o enfrentamento do MST com o maior latifúndio do sul do

Brasil, pertencente à empresa Giacomet Marodin Indústria de Madeiras – SA, com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.” (COCA, 2015, p. 84).

Convém ressaltar que a ação do MST na região vai ao encontro também dos trabalhadores que perderam suas terras diante da construção de usinas hidrelétricas (CEZIMBRA, 2013; RAMPAZO, 2009). Esta situação representa uma característica do movimento, pois conforme já visto anteriormente, o MST não tem se limitado a buscar a reforma agrária. É justamente a defesa de outras bandeiras, como por exemplo a luta do movimento da região por uma universidade federal, que permite considerar o papel diferenciado que o movimento tem no Território Cantuquiriguaçu.

Essa luta evidencia a relação que o MST possui com o ensino superior, também observada em outros territórios. Observa-se que “[...] a concepção de educação para o MST vai além da educação escolar que começa com a Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio, e vai além até os níveis mais altos do Ensino Superior.” (FERREIRA SOBRINHO, 2014, p.71). Essa preocupação do movimento encontrou, nessa região, um contexto favorável para a concretização de objetivos relacionados às questões do ensino superior.

Como já visto anteriormente, apesar da causa de origem do movimento ser a reforma agrária, o MST detém outras bandeiras, como descrito a seguir:

Os assentamentos enquanto possibilidade de emprego e renda está no discurso oficial, principalmente. O MST também se utiliza deste discurso para justificar a realização da reforma agrária. Entretanto, não pára nesta perspectiva, pois os assentamentos e a reforma agrária é vista como uma forma de questionamento do poder dos latifundiários e de fortalecimento da luta dos sem-terra. (FABRINI, 2002, p. 130).

Em resumo, o número elevado de assentamentos, famílias e pessoas assentadas comprovam a importância e a atuação do MST na Cantuquiriguaçu. A pauta de questões relacionadas à reforma agrária se estende a outras demandas regionais. Embora ainda exista um preconceito, tanto em relação ao movimento quanto às famílias assentadas, é inegável a importância do MST para a região. Isso se tornou mais evidente com a conquista da UFFS para o Território Cantuquiriguaçu. Os benefícios trazidos a milhares de pessoas em virtude dos projetos de assentamento, além da árdua luta na defesa de uma sociedade menos desigual, reforçam a grandeza e importância do movimento. Ainda mais em se tratando de um território pouco desenvolvido e marcado pela desigualdade.

Outro importante movimento a ser analisado é o MAB que inexistia quando da construção das usinas hidrelétricas no Território Cantuquiriguaçu. Essa ausência favoreceu o deslocamento de milhares de pessoas sem que sujeitos sociais organizados intervissem. Esta

interferência poderia ter mitigado os efeitos negativos das construções de barragens, além de defender os interesses das famílias atingidas. Embora o MAB tenha sido criado formalmente anos depois, o movimento tem atuado no sentido de defender a pauta das pessoas atingidas pelo processo de construção de usinas hidrelétricas.

A construção de barragens e usinas antes da criação do MAB e de uma maior preocupação com a questão ambiental presente nos últimos anos era extremamente danosa para o território e sua população. Verifica-se que “[...] os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar tinham tido consequências sócio-ambientais desastrosas.” (SANTOS, 2003, p. 88). Do ponto de vista social, as ações orientadas ao deslocamento das pessoas atingidas por barragens eram deficitárias. Para o autor, “Os planos de reassentamento das populações atingidas e a legislação de proteção ambiental surgiram bem mais recentemente, e ainda não estão totalmente assimilados pelas empresas estatais e privadas do setor elétrico.” (SANTOS, 2003, p. 98).

O autor vai mais além ao discorrer sobre a necessidade de os projetos hidrelétricos considerarem, de uma forma mais concreta, as consequências socioambientais da consecução destas propostas. Assim, afirma que:

Não basta pensar os projetos hidrelétricos como de interesse da melhoria da qualidade de vida da maioria da população de um estado ou de uma região. É preciso assegurar àqueles que são prejudicados por tais projetos, devido a desapropriação de suas propriedades, por seu reassentamento forçado, por perda de empregos e de relações de vizinhança, entre outros efeitos negativos, que tenham a efetiva oportunidade de reconstituírem suas condições de vida, em termos sócio-culturais e econômicos. (SANTOS, 2003, p. 98-99).

Precisamente a respeito do Território Cantuquiriguaçu, as construções das oito usinas anteriormente assinaladas afetaram significativamente a região. Entre os efeitos políticos e econômicos em decorrência da construção da Usina Segredo, aponta-se que:

A empregabilidade trouxe para a região um setor terciário, que se desenvolveu ao entorno da Construção da Usina, ou seja, nos municípios de Candói, Pinhão e Mangueirinha e isso mais tarde irá alicerçar os discursos políticos para a emancipação dos municípios de Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu, Honório Serpa e Coronel Domingos Soares. (ZWARICZ, 2013, p. 101).

A política de negociação adotada pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, diante da necessidade de indenizar as pessoas que habitavam ou trabalhavam nas áreas atingidas pela construção da usina, evidencia o desrespeito e descaso com a população afetada. Como exemplo, “Os documentos da época do Plano, assim como programas Ambientais da Copel, indicam que as negociações iniciadas tinham o objetivo definido que era negociar individualmente com cada ribeirinho, deixando-os enfraquecidos coletivamente.” (ZWARICZ,

2013, p. 118). Mais adiante, o autor registra que “[...] a empresa admitia o pagamento de indenizações aos proprietários com escritura da terra, desprezando os posseiros, meeiros, parceiros, moradores e arrendatários, [...]” (ZWARICZ, 2013, p. 125).

Sobre a política de negociação com a população afetada pela construção de barragens, Rampazo (2009, p. 122), ao tratar da construção da Usina Salto Santiago, registra que “Os ribeirinhos, então, sem terem nenhuma opção, aceitaram qualquer valor oferecido pela ELETROSUL, com medo de ficarem sem nada. Eles estavam frente a uma grande empresa estatal, em pleno período do Governo militar e, portanto, não dava para reclamar.” Estas práticas dão ideia da relação entre o Estado e as populações atingidas. Como se não bastassem as famílias desalojadas e os danos ao meio ambiente, os valores referentes aos ressarcimentos foram reduzidos. Nem economicamente, muito menos social, cultural e ambientalmente, as pessoas afetadas foram compensadas. Diante disso, pode-se afirmar que esta atuação estatal representou a elevação das desigualdades.

Sobre a forma com que as pessoas foram deslocadas de suas localidades, é possível afirmar que “Este deslocamento compulsório dos pequenos agricultores que viviam nas margens do rio, na maioria das vezes, não ocorreu de forma tranquila.” (RAMPAZO, 2009, p. 112). Sobre a Usina Salto Santiago, a autora assinala que “Os moradores da região e os ribeirinhos, diretamente afetados pelo alagamento, não foram chamados para opinar.” (RAMPAZO, 2009, p. 119). Não obstante, os impactos durante a construção e depois da finalização da obra, transformaram significativamente a realidade do município de Rio Bonito do Iguaçu. Lopes (2002), afirma que a “vila” que surgiu para a construção da usina deixou de existir assim que a obra se encerrou. No auge, aproximadamente 13 mil pessoas viveram nesta vila<sup>79</sup>.

Sobre a usina Salto Santiago, registra-se que:

A construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago trouxe para a região problemas originários de situações como essa: alagamento de terras, prejuízos ambientais, além de inúmeras famílias que perdendo suas propriedades passam a necessitar de ajuda de familiares e conhecidos. (MOREIRA, 2009, p. 72).

A autora destaca que a construção de parte da BR-158 na região, também foi consequência da construção dessa usina. Conforme já apontado, a defesa de que as hidrelétricas

---

<sup>79</sup>A vila em questão surgiu em decorrência da construção da Usina Salto Santiago. Segundo Ferreira Sobrinho (2014, p. 14), “[...] denominada pelos moradores da região de “Vila Velha” e intitulada pelo MST de Rurópolis – “Vila Campesina” – uma espécie de cidade de Reforma Agrária do Paraná, com programas que incluíam agroindústrias, educação, saúde e cultura, além da alternativa de emprego e renda para jovens e mulheres.”. O projeto não se concretizou e, posteriormente, o espaço foi cedido ao CEAGRO, sendo que atualmente a UFFS mantém atividades no local.

são essenciais e representam o “progresso” contrastam com as consequências negativas aos ribeirinhos, trabalhadores que utilizavam as terras alagadas e ao ambiente.

Atualmente não há uma coordenadoria do MAB na região. A anterior, localizada em Francisco Beltrão, encerrou as atividades alguns anos atrás e foi transferida para Curitiba. A importância do movimento é evidente, contudo, a atuação do MAB ainda é frágil na região. Atualmente, a ação do MAB no Território está muito ligada a atuação do MST, de acordo com Rampazo (2009). Todavia, há no momento representantes do movimento com maior atuação política na região, criando uma expectativa de que o movimento se fortaleça.

A respeito dos afetados pela construção de usinas e barragens na região, não há registros precisos que abarquem todas as situações ocorridas. Ainda assim,

[...] estima-se que aproximadamente 400 famílias de pequenos agricultores do território foram afetadas pelas barragens, com a perda total ou parcial da área. No caso da Usina de Salto Segredo, 80 famílias foram reassentadas em novas áreas; nas outras, parte dos desalojados foi indenizada, alguns adquiriram áreas em outras regiões e outros buscaram novas oportunidades nas cidades. (CONDETEC, 2004, p. 51).

Já a recente preocupação com a questão ambiental pode ser constatada no texto fruto de parceria entre Universidade Federal do Paraná e COPEL, segundo o qual:

Além dos programas estritamente energéticos, em consonância com as preocupações ambientais manifestadas pela sociedade brasileira no texto constitucional de 1988, a companhia precisou atender ao reassentamento dos moradores das áreas inundadas, e tomar medidas para a harmonização da usina do ponto de vista estético e a preservação da cultura da área afetada, com a proteção dos ecossistemas. (UFPR, 1994, p. 168).

Essa análise leva a crer que é por força da Constituição Federal de 1988 que a COPEL assumiu os compromissos acima descritos. Ou seja, reforça a análise de Rampazo (2009) e Zwaricz (2013) a respeito da prática adotada até a promulgação da Constituição pelas companhias hidrelétricas no sentido de não se preocupar com as consequências socioambientais e culturais decorrentes das construções de usinas e barragens. Como o MAB não existia na época, atualmente o movimento busca, de alguma forma, garantir que os episódios do passado não se repitam.

Neste sentido, o entrevistado 3 reforça os apontamentos desses autores, ao observar que:

*Por exemplo, nós temos uma demanda do MAB, que é realização do diagnóstico socioeconômico e cultural dos atingidos por barragens. É, nós temos cinco barragens no território, que atingiram o território, grandes barragens que desalojou milhares de famílias e provocou uma grande desestruturação local. É, essas pessoas, algumas receberam indenização em dinheiro, não todas, muitas já foram embora, mas permanece a dívida do Estado brasileiro que quis, optou por construir as barragens, que atendem ao conjunto da população, principalmente a burguesia industrial, mas que não*



*repara os danos ocasionados diretamente a essas pessoas que foram afetadas. E aí, então, como é que essas pessoas, que permaneceram aqui ou que saíram, poderão discutir com o governo essa dívida, se não foi medida?* (ENTREVISTADO 3).

Ressalta-se, ainda, que os assentamentos localizados no Território Cantuquiriguaçu receberam, também, desalojados da construção de hidrelétricas (CEZIMBRA, 2013; RAMPAZO, 2009). Esta população acabou contribuindo para encorpar o número de famílias de trabalhadores sem terra na região. Assim, “O próprio MST recebeu muitos ribeirinhos deslocados nos seus acampamentos. Como muitos perderam tudo com a construção da usina, ou por não receberem nada de indenização ou por aplicarem mal aquilo que receberam, eles foram engrossar a fila dos agricultores sem terra.” (RAMPAZO, 2009, p. 17).

Enfim, a importância do MAB para a região é evidente. Os impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais afetaram, sobremaneira, inúmeras pessoas no Território, gerando grandes desigualdades, como observado nos indicadores anteriores. A política de ressarcimento ou indenização sequer compensou devidamente os atingidos e mesmo que viesse a corrigir os prejuízos financeiros das famílias afetadas, não englobam outros aspectos relevantes. Assim, tem-se uma contradição explícita: a região é rica em termos de potencial energético, gerando energia para outras regiões do Estado e do país. Entretanto, as pessoas que vivem na região não se beneficiam dessa riqueza, pelo contrário, foram afetadas negativamente pela construção das barragens utilizadas nas usinas hidrelétricas, o que é paradoxal e ainda mais grave num território pouco desenvolvido e com fortes assimetrias internas.

Diante deste cenário de pouco desenvolvimento da região, ganha importância a atuação do CONDETEC. Inicialmente, visando discutir ações voltadas aos interesses da região, surgiu a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, em 1984. A criação do CONDETEC se deu em 2004, com representação de setores públicos e privados dos vinte municípios do Território. (IPARDES, 2007). De acordo com o artigo 2º de seu regimento, o CONDETEC “[...] é órgão gestor do Território CANTUQUIRIGUAÇU de caráter propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, criado pela vontade das entidades governamentais e não governamentais.” (CONDETEC, 2015).

A estrutura do Conselho é constituída de plenária: composta por representantes das entidades governamentais e não governamentais; núcleo diretivo: corresponde à coordenação do Conselho, formado por um coordenador geral, dois vice-coordenadores, um secretário, um vice-secretário e um prefeito (indicado pela Associação dos Prefeitos da Cantuquiriguaçu); núcleo técnico, vinculado ao núcleo diretivo e é composto por profissionais cedidos pelas instituições parceiras do Conselho e câmaras setoriais: vinculado ao núcleo diretivo sendo



composto por profissionais cedidos pelas instituições parceiras do Conselho (CONDETEC, 2015).

Segundo determina o caput do artigo 6º de seu regimento, atualizado em 2015, o CONDETEC tem como missão “[...] promover o desenvolvimento integral do território CANTUQUIRIGUAÇU.” (CONDETEC, 2015). Tem como atribuições:

- I Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar as ações de desenvolvimento do território, com vistas à construção e atualização coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, em seus diversos ciclos;
- II Promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a Seleção dos Projetos a serem apresentados nos Programas de Desenvolvimento Sustentável;
- III Articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos;
- IV Estimular a criação e fortalecimento de Redes Territoriais de produção, cooperação, assistência técnica, capacitação, educação, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, e outros, bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização;
- V Encaminhar o processo de negociação de programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável no território Cantuquiriguaçu;
- VI Promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento;
- VII Aprovar e alterar o Regimento do CONDETEC, bem como aprovar a criação e extinção de Câmaras Setoriais. (CONDETEC, 2015, p. 2).

O CONDETEC tem enfrentado, ao longo dos anos, algumas dificuldades que impedem uma ação mais efetiva sobre o Território. A primeira delas se refere à influência da Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. Como a sede do Conselho é no espaço cedido pela Associação, há a tentativa dos prefeitos em estabelecer diretrizes e direcionar as ações do CONDETEC. Outra questão, aventada por Moraes (2013), se refere aos fundos à disposição do Conselho. Para ele,

[...] são insignificantes os recursos encaminhados ao CONDETEC, por isso muitas das possíveis políticas têm ficado na falácia, os recursos que o Conselho tem autonomia em decidir a sua aplicação bem como o futuro do território ficam limitados pelo limite das políticas públicas. (MORAES, 2013, p. 177-178).

O entrevistado 9, ao discorrer sobre a importância da UFFS e o papel de articulação frente ao desenvolvimento regional, registra que:

*Eu acho que em alguns momentos, o CONDETEC conseguiu fazer alguns seminários territoriais com ampla abrangência, que trazia um pouco esta coisa. O CONDETEC perdeu esta força, não tem esta condição hoje. Mas a universidade tem. (ENTREVISTADO 9, 2017).*

Este enfraquecimento também pode ser verificado quando da aplicação do questionário, o qual será debatido no próximo capítulo.

Se por um lado a composição do Conselho<sup>80</sup> busca incluir os diversos segmentos da sociedade regional, por outro, esta heterogeneidade dificulta a construção de consensos. Sobre isso é possível asseverar que:

Em relação ao CONDETEC, é importante salientar que o conselho, ao representar a sociedade civil, representa as intencionalidades de cada movimento e de cada instituição, e isso dificulta pensar no território sob a perspectiva coletiva, territorial, para criar estratégias de luta e políticas públicas. (MORAES, 2013, p. 181).

Ainda que essa questão seja um obstáculo à consecução dos objetivos, não se pode negar o acerto em incluir agentes e segmentos sociais que, historicamente, estão à margem das decisões alusivas às políticas públicas e ao próprio desenvolvimento regional. Neste sentido, o CONDETEC “[...] tem sido um espaço de debate e de efetividade para o desenvolvimento do Território, com uma reflexão contínua sobre as necessidades do povo da Cantuquiriguaçu.” (MORAES, 2013, p. 182).

Portanto, diante do caráter, da missão e da composição do CONDETEC, este conselho representa um importante instrumento na busca de um desenvolvimento equilibrado para a região. Esse desenvolvimento equilibrado representa certa “ilusão” diante do modo de produção capitalista, ainda assim, não se pode ignorar as especificidades regionais quando da adoção de medidas voltadas ao desenvolvimento regional. Apesar das dificuldades que o CONDETEC tem enfrentado, é de suma importância o fortalecimento dessa entidade e a sua articulação com a UFFS, cuja aliança pode ser estratégica para o Território. No entanto, antes de discutir as possibilidades que a universidade tem de contribuir para o desenvolvimento da região, convém discorrer a respeito do cenário atual, dos desafios e perspectivas do Território Cantuquiriguaçu. Aliada a estas perspectivas encontram-se desafios que demandam programas e projetos diferentes dos adotados até este momento. Estes desafios representam, inclusive, entraves ao desenvolvimento regional.

Assumindo que as estratégias direcionadas ao desenvolvimento regional foram infrutíferas no que diz respeito à região, dificilmente a repetição das ações até agora adotadas permitirá que os municípios consigam superar os obstáculos ao seu desenvolvimento. Mesmo perante a discussão sobre que desenvolvimento esses municípios desejam, é inconteste a

---

<sup>80</sup> O caput do artigo 3º do Regimento Interno define que “O CONDETEC será composto por instituições governamentais e não governamentais, com garantia mínima de 50% das vagas para as representações não governamentais.” (CONDETEC, 2015, p. 1).

fragilidade das práticas, pois o que se observa é um substancial atraso do Território se comparado às demais regiões paranaenses.

Um primeiro obstáculo refere-se à redução populacional projetada pelo IPARDES até 2030, embora a diferença entre a população apontada pelo Censo Populacional de 2010 (232.519 habitantes) seja relativamente pequena se comparada à projeção para 2016 (226.783). De acordo com esta estimativa, portanto, a diminuição da população seria de 5.736 habitantes, isto é, equivalente a 2,47% da população aproximadamente. Todavia, quando se observa a situação em cada município, o cenário é mais preocupante. Comparando 2010 e 2030, dez municípios teriam sua população reduzida, superando o percentual de 10%. Em 20 anos, a queda no contingente populacional seria superior a ¼ nos municípios de Guaraniaçu (31,24%), Foz do Jordão (30,90%), Campo Bonito (29,34%), Espigão Alto do Iguaçu (27,90%), Porto Barreiro (27,44%) e Marquinho (25,90%).

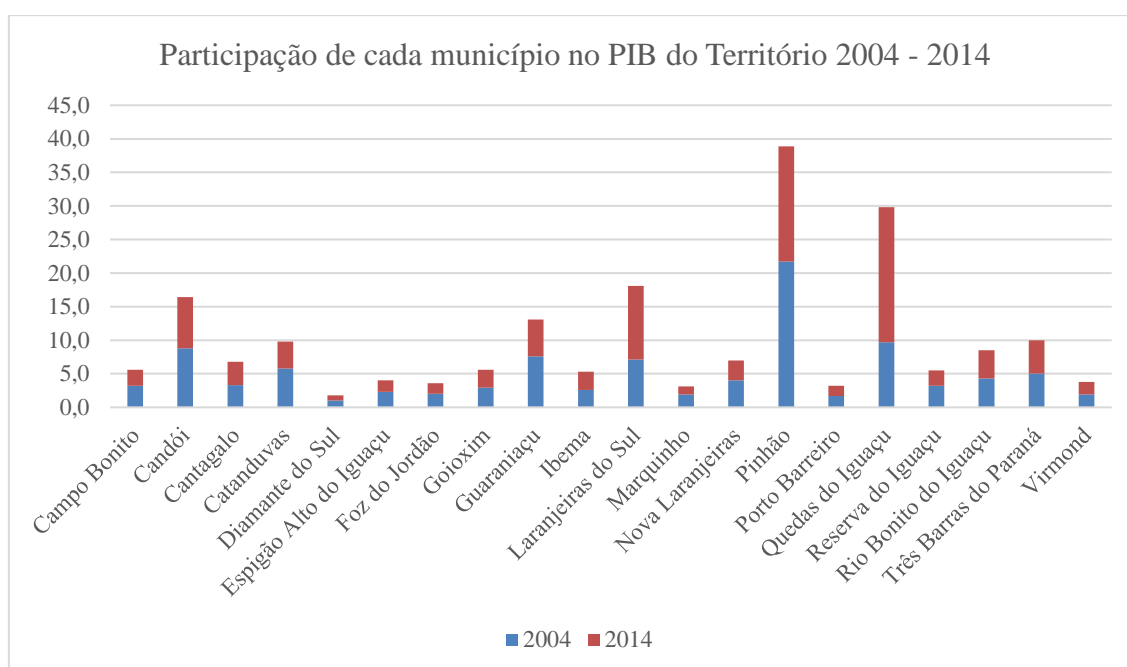
Manifestadamente, algo deve ser feito visando atenuar estes efeitos demográficos, especialmente nesses seis municípios, ou seja, medidas e ações devem ser tomadas buscando conter este êxodo populacional. A não ser que a estratégia seja, efetivamente, deixar que estes territórios se tornem novos “vazios demográficos”. Isto é, assumir uma postura de que a tendência de boa parte desta região tende a diminuir, do ponto de vista populacional, com o tempo. É provável que isso acarrete outras consequências, potencialmente maléficas à região. Como o grau de urbanização dos municípios do Território é baixo, faz-se necessário um olhar diferenciado sobre a região. Não se pode empregar políticas e ações que não consideram esta importante peculiaridade regional, caso contrário, a tendência é o insucesso de práticas que, supostamente, seriam orientadas ao desenvolvimento do Território.

A economia dos municípios do Território Cantuquiriguaçu também carece de novas iniciativas. O peso do setor agropecuário e da administração pública no VBP na região indica, explicitamente, que há pouca diversidade econômica. Além disso, convém precisar se as ações voltadas ao dinamismo econômico do Território levam em consideração as peculiaridades locais. Não parece crível, num primeiro olhar, conjecturar que a região, sem diversificar suas atividades econômicas, supere parte das desigualdades expostas até aqui. Pelo contrário, a contribuição de alguns municípios para o VBP nitidamente diminuiu entre 2004 e 2014 (figura 14) aumentando a desigualdade, sob o ponto de vista econômico, do Território no período observado.

Conforme revelam os dados da Figura 14, dois municípios mantiveram o percentual de contribuição: Três Barras do Paraná (5,0%) e Virmond (1,9%). Já quatro municípios elevaram sua participação neste período: Quedas do Iguaçu (↑10,4%), Laranjeiras do Sul (↑3,9%),

Cantagalo ( $\uparrow 0,2\%$ ) e Ibema ( $\uparrow 0,1\%$ ). Entretanto, a grande maioria, quatorze municípios, apresentaram queda na sua contribuição para o PIB do Território: Pinhão ( $\downarrow 4,5\%$ ), Guaraniáçu ( $\downarrow 2,1\%$ ), Catanduvas ( $\downarrow 1,8\%$ ), Cândói ( $\downarrow 1,2\%$ ), Nova Laranjeiras ( $\downarrow 1,0\%$ ), Reserva do Iguaçu ( $\downarrow 0,9\%$ ), Campo Bonito ( $\downarrow 0,8\%$ ), Marquinho ( $\downarrow 0,7\%$ ), Espigão Alto do Iguaçu ( $\downarrow 0,6\%$ ), Foz do Jordão ( $\downarrow 0,4\%$ ), Diamante do Sul ( $\downarrow 0,2\%$ ), Goioxim ( $\downarrow 0,2\%$ ), Porto Barreiro ( $\downarrow 0,2\%$ ) e Rio Bonito do Iguaçu ( $\downarrow 0,1\%$ ). Estes números reforçam a ideia do pouco dinamismo econômico que a região apresenta, o que pode contribuir, entre outros fatores, para o decréscimo populacional estimado pelo IPARDES.

**Figura 14** – Contribuição de cada município para o PIB do Território Cantuquiriguaçu em 2004 e 2014



Fonte: Elaboração própria conforme dados do IPARDES (2007 e 2017b).

A diversificação da economia regional tende a mitigar os efeitos do êxodo rural contribuindo, desta forma, para que os municípios não tenham redução de sua população. Ressalta-se aqui que, embora a necessidade de um maior dinamismo econômico seja essencial para transformar o Território, este deve levar em consideração as peculiaridades regionais. Não obstante, diversificar a economia na região não tende a ser uma tarefa de simples execução: a ausência de indústrias e serviços com maior valor agregado e os baixos indicadores educacionais aliados à provável ausência de mão de obra qualificada, impedem que este processo seja rapidamente exitoso. Ora, a consideração das especificidades regionais como potencialidades certamente encurtará este processo e dar-lhe-á robustez e sustentabilidade.

Outro elemento que deve ser considerado se refere aos baixos índices educacionais. Os números apontam, explicitamente, um atraso educacional significativo da população do Território quando comparados às médias estaduais. Por consequência, a renda *per capita* média também se encontra muito aquém da média paranaense. Assim, não basta diversificar a economia para que a condição de vida melhore, a questão educacional deve ser tratada como prioridade. Salienta-se que esta melhora precisa ser sentida em todos os níveis educacionais, sendo que, nesse aspecto educacional, a melhoria está diretamente relacionada com o papel que a UFFS pode exercer na região.

Ainda com relação às particularidades regionais, a presença de segmentos populacionais exige dos gestores e entidades voltadas ao desenvolvimento um zelo e um leque de projetos diferenciados. Não se pode ignorar a forte presença indígena na região e todos os efeitos que esta característica específica implica. Traçar metas e objetivos voltados ao desenvolvimento sem incluir as necessidades e particularidades indígenas não garantirá um desenvolvimento regional mais equilibrado. De forma semelhante, mas com outras peculiaridades, encontram-se os assentamentos da reforma agrária e a atuação do MST. Infelizmente, em virtude de um intenso processo de criminalização por parte da mídia e das elites locais, o movimento muitas vezes é menosprezado e desqualificado. Consequentemente, são ignorados e não valorizados, inclusive os avanços da reforma agrária na região são subestimados como, por exemplo, a produção oriunda dos assentamentos e a conquista da universidade para o Território Cantuquiriguaçu.

A articulação de ações e sujeitos sociais em prol do desenvolvimento regional é espinhosa, principalmente diante da diversidade de agentes presentes no Território, os quais buscam, com frequência, garantir as conquistas de seus interesses. Até o presente momento, os dados demonstram que os detentores do poder político e econômico adotaram ações que não proporcionaram um desenvolvimento mais equilibrado. Aliás, historicamente a região foi explorada por aqueles que detinham recursos em detrimento da população local. A exploração de atividades ligadas ao extrativismo (madeira, erva-mate) nos primeiros tempos e a utilização dos recursos naturais (potencial dos rios – usinas hidrelétricas), além da existência de grandes propriedades rurais (latifúndios), reforçam a ideia de que a região é vista, e utilizada, como um espaço em que a acumulação por espoliação se faz permanentemente presente. Isso ocorre inclusive, com a plena benevolência, e até mesmo, contribuição do aparelho estatal: a concessão de rodovias à iniciativa privada e a privatização de serviços públicos, além da questão energética, comprovam esta atuação do Estado, conforme apontado por Theis e Krajevski (2017).

A atuação do CONDETEC, diante deste cenário, é de suma importância para que as demandas regionais sejam efetivamente respeitadas e que prevaleçam. O Conselho tem uma composição heterogênea capaz de superar as ações que nem sempre respeitam as especificidades e vontades locais. Este retrato que aponta o território com baixo desenvolvimento e significativa desigualdade, reforça a interpretação de que as ações tomadas até então foram insuficientes para que a região se desenvolvesse a contento. Assim, o CONDETEC deve ser protagonista quando se discute, planeja, implementa e monitora a política pública e as ações para o desenvolvimento do Território, ainda mais considerando justamente a sua diversificada composição. Evidentemente, este representa, *per se*, um grande desafio, afinal, possivelmente a ideia de desenvolvimento de alguns segmentos da população não coadunam com as forças econômicas e políticas que predominam na Cantuquiriguaçu.

Os desafios que se apresentam para que o Território supere as dificuldades ao seu desenvolvimento são significativos: 1. diversificação da economia; 2. melhoria nos índices educacionais; 3. elevação da renda *per capita*; e, 4. inclusão de segmentos da população historicamente marginalizados, dentre outros. Essas contendas exigirão esforços e ações diferentes das adotadas até o momento. Não se pode supor que novos projetos baseados em ações anteriores atingirão resultados diferentes. Faz-se necessário, portanto, não só um novo rearranjo de forças na região, mas também, fazer com que àqueles que não se beneficiaram das ações anteriores sejam ouvidos e tenham influência nas novas decisões, até para que estes segmentos não continuem sendo “vencidos” de forma permanente.

Neste sentido, o papel e a relevância da UFFS se torna ainda mais fundamental. Antes da existência da instituição, o que se produziu está retratado nos indicadores selecionados. Embora a maior terra indígena tenha sido regularizada, há uma barreira enorme para que esta comunidade melhore suas condições de vida. Da mesma forma, as conquistas do MST e os esforços do MAB, representam avanços consideráveis para os trabalhadores sem-terra e os ribeirinhos. Todavia, a luta segue árdua, o que indica uma situação ainda distante de uma boa qualidade de vida para estas populações.

Aliás, os povos originários, trabalhadores rurais (assentados e aqueles ainda sem terra) e a população atingida pelas barragens são segmentos que, não só ficaram à margem das estratégias de desenvolvimento adotadas até agora, como também são as parcelas da população mais atingidas pelos efeitos de ações supostamente direcionadas ao desenvolvimento. Não se pode ignorar as idiosincrasias do Território, mas isso só não basta. É primordial que estes segmentos sejam ouvidos e, mais, sejam também protagonistas do desenvolvimento do Território. Não é possível visualizar um desenvolvimento regional que não contemple estes

grupos humanos. Políticas públicas paliativas, baseadas em ações pontuais, não só serão insuficientes para uma melhoria na qualidade de vida destas pessoas como também, e possivelmente, contribuirão para o aumento da desigualdade regional.

Resumidamente, são inúmeros desafios que se apresentam frente ao desenvolvimento do Território. Sem uma profunda mudança na construção de ações orientadas ao desenvolvimento regional não será possível reduzir as imensas desigualdades existentes. As projeções a respeito da população do Território, elaboradas pelo IPARDES para os anos de 2016 e 2030, reforçam a ideia de que não há uma perspectiva de mudança para a região. Com isso, outras ações e medidas, diferentes das adotadas até então, são essenciais para que esta situação seja modificada. Não importa aqui se as ações serão decorrentes de políticas governamentais ou de iniciativas de outros setores, o que deve ser considerado são as peculiaridades do Território, as quais devem ser vistas como potencialidades, e não entraves, ao desenvolvimento.

Este subcapítulo discutiu alguns elementos específicos do Território Cantuquiriguaçu. A significativa presença dos indígenas foi um primeiro aspecto considerado. Os povos originários não só estão presentes em 90 % dos municípios do Território, como também ocupam duas terras indígenas. Entretanto, considerando os indicadores socioeconômicos e educacionais de Nova Laranjeiras (município com maior percentual de indígenas sobre a população total), as condições vivenciadas por este segmento da população estão muito distantes do que seria considerada uma região desenvolvida. Da mesma forma, a realidade vivida pelos trabalhadores rurais sem terra e pessoas atingidas pelas construções de barragens – usinas hidrelétricas, reforça a ideia de que as ações direcionadas ao desenvolvimento regional não incluam as reais necessidades destes segmentos da população.

Quanto ao CONDETEC, esse se torna um dos principais instrumentos para que as futuras estratégias de desenvolvimento incorporem, não só as demandas da população anteriormente referida, mas que consiga construir consensos e avanços para que a população do Território Cantuquiriguaçu tenha uma melhoria na qualidade de vida. No entanto, somente a influência do CONDETEC provavelmente será insuficiente para que esta melhora seja efetiva e observada diante dos desafios e perspectivas atuais. Considerando-se o aspecto multidimensional do desenvolvimento, a superação dos desafios requer uma união de forças e agentes que, efetivamente, dispõem de mecanismos para a superação da condição socioeconômica atual. Com isso, mais uma vez, o papel da UFFS passa a ser primordial.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Este capítulo iniciou com um resgate histórico acerca da ocupação do Território Cantuquiriguaçu, sua formação econômica e a constituição dos municípios da região. Historicamente, o Território teve pouca importância para a economia paranaense, sendo que o mesmo só foi efetivamente constituído nos últimos setenta anos. O surgimento do Território Federal do Iguaçu foi importante para que a região passasse a receber investimentos em infraestrutura. Embora o Território Cantuquiriguaçu viesse a ter novos investimentos, como a construção de barragens e a criação de diversos municípios, esses acontecimentos não foram suficientes para permitir uma melhoria no desenvolvimento regional. A análise dos indicadores econômicos e sociais reforçam que a região é uma das menos desenvolvidas do Paraná.

Precisamente sobre os indicadores, o PIB corrente, o PIB *per capita*, a renda média *per capita*, as taxas de pobreza e de extremamente pobres e o baixo percentual de pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior são sinais evidentes da realidade socioeconômica assimétrica da Cantuquiriguaçu. Os indicadores devem ser vistos como indícios que apontam a realidade atual da região e, podem sim, servir como referência na elaboração das estratégias de desenvolvimento. Todavia, as ações devem estar baseadas na melhoria da qualidade de vida da população e não apenas na melhoria dos indicadores. Afinal, estes, mesmo quando satisfatórios, podem mascarar a condição na qual vive a população de determinada região. O que se faz necessário é considerar a conjuntura em que vive a população do Território, incluindo as idiosincrasias ali presentes.

Neste sentido, a percepção das condições de vida dos povos originários e as demandas dos movimentos sociais são essenciais para que a Cantuquiriguaçu supere parte importante dessas desigualdades. Não se pode mais ignorar a presença destes segmentos quando se trata do desenvolvimento regional. Os sujeitos sociais aqui descritos representam não só as idiosincrasias do Território, mas também, e sobretudo, a importância de suas ações para o desenvolvimento regional. Ainda que estes sujeitos sociais (indígenas, MST, MAB) não sejam exclusivos da região, a atuação destes segmentos e os indicadores socioeconômicos verificados anteriormente indicam que é essencial o respeito destas demandas para que a região se desenvolva de uma maneira menos desigual. Portanto, torna-se uma condição *sine qua non* a participação ativa destes segmentos quando da elaboração de políticas e estratégias voltadas ao desenvolvimento.

O CONDETEC é um instrumento importante e que pode desempenhar um papel diferenciado quanto ao desenvolvimento do Território. O possível esvaziamento ou



enfraquecimento que este órgão atualmente enfrenta deve ser revertido o mais breve possível, independente até da continuidade do Programa Territórios da Cidadania. Afinal, a existência de um organismo tão heterogêneo permite dar voz e vez a setores da sociedade que dificilmente possuem condições de debater o futuro da região. A UFFS pode e deve contribuir no fortalecimento da entidade.

Complementando, a forma como a região foi ocupada, com a exploração de atividades econômicas que permitiram a formação de latifúndios, aliado ao processo conhecido como Revolução Verde, permitiu uma concentração fundiária elevada, mitigada pelos vários projetos de assentamento de reforma agrária implantados nas últimas décadas. Para agravar a situação, os recursos hídricos que a região dispõe estão sendo explorados pela iniciativa privada, inclusive externa ao Território. Mas não é só isso, as graves consequências sociais, econômicas, culturais e ambientais, fruto da construção de diversas usinas, deixaram marcas em boa parte da Cantuquiriguaçu. Estes elementos somados a baixa instrução da população, ao pouco dinamismo econômico e às desigualdades sociais históricas reforçam a relevância que a UFFS tem acerca do desenvolvimento regional, a qual será discutida no próximo capítulo.

## 5 O SIGNIFICADO DA UFFS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sólo le pido a dios  
 Que el dolor no me sea indiferente,  
 Que la reseca muerte no me encuentre  
 Vacío y solo sin haber hecho lo suficiente.  
 Sólo le pido a dios  
 Que lo injusto no me sea indiferente,  
 Que no me abofeteen la otra mejilla  
 Después que una garra me arañó esta suerte.  
 Sólo le pido a dios  
 Que la guerra no me sea indiferente,  
 Es un monstruo grande y pisa fuerte  
 Toda la pobre inocencia de la gente.  
 Es un monstruo grande y pisa fuerte  
 Toda la pobre inocencia de la gente.  
 Sólo le pido a dios  
 Que el engaño no me sea indiferente  
 Si un traidor puede más que unos cuantos,  
 Que esos cuantos no lo olviden fácilmente.  
 Sólo le pido a dios  
 Que el futuro no me sea indiferente,  
 Desahuciado está el que tiene que marchar  
 A vivir una cultura diferente... [...]

(León Gieco)

Este capítulo trata da importância da UFFS no que diz respeito ao desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Diversos elementos devem ser discutidos desde o processo de criação da universidade, seus compromissos com a região em que se localiza, os primeiros resultados, o impacto da instituição para com o desenvolvimento regional e os principais desafios e obstáculos que devem ser superados para que a UFFS atinja seus objetivos. Evidentemente, a análise se baseia nos elementos já discutidos: a importância do caráter regional, as possibilidades que uma IES detém para contribuir com o desenvolvimento da região na qual está situada, as consequências de uma universidade sobre o desenvolvimento

socioeconômico num território que apresenta indicadores inferiores à média estadual e a incorporação dos anseios de alguns sujeitos sociais, os quais caracterizam a Cantuquiriguaçu de maneira peculiar.

O primeiro subcapítulo discute o processo de criação da UFFS recorrendo aos documentos disponibilizados pela própria universidade, incluindo ainda outras referências bibliográficas e documentais, além das entrevistas realizadas especialmente para esta investigação. Entre as referências, destaque para o material produzido por Trevisol e Ló (2015) que contém uma série de entrevistas com agentes diretamente envolvidos no movimento pró-universidade. Dessa maneira, é possível compreender a dimensão da luta empregada nos três Estados da região Sul para que a universidade viesse a existir. Dentro desse processo de criação, o principal aspecto para essa investigação é o papel desempenhado pelos sujeitos sociais mencionados anteriormente para que um Campus da universidade fosse instalado no Território Cantuquiriguaçu. Ao que tudo indica, a importância dos movimentos sociais nesse processo é evidente, sendo que, sem eles, dificilmente a região seria contemplada com a presença de uma universidade federal. Ainda neste subcapítulo, se constrói um perfil das especificidades da universidade em si, ou seja, analisam-se as premissas que diferencia a UFFS das demais universidades brasileiras.

No segundo subcapítulo está descrito como se deu o processo de escolha dos cursos que seriam ofertados no campus Laranjeiras do Sul. São também apresentados e analisados os primeiros números da universidade. A seguir, exibem-se as quantidades de estudantes da graduação e pós-graduação, os resultados da pesquisa, extensão e cultura e, ainda, os investimentos com a infraestrutura do campus. O objetivo é avaliar até que ponto as atividades desenvolvidas nos primeiros anos de funcionamento da universidade se aproximam dos objetivos iniciais. Pretende-se ainda, e sobretudo, analisar como as atividades afetam o desenvolvimento regional. Para isso, são observados os resultados obtidos pela UFFS na região, incluindo um olhar referente ao perfil dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos. Também são explorados os resultados obtidos com o questionário aplicado junto aos membros do CONDETEC. É possível apontar, com base neste rol de dados e informações, a relação entre UFFS e o desenvolvimento regional.

O terceiro e último subcapítulo discute o compromisso da UFFS para com o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. Quais as implicações do campus na região? As atividades desenvolvidas até o momento condizem com a expectativa inicial acerca da relevância da UFFS para o Território? Quais os principais desafios e barreiras a serem superadas para que a universidade participe ativamente no processo de desenvolvimento regional? Neste

sentido, com base no referencial teórico discutido no capítulo dois, busca-se analisar qual é, efetivamente, a importância da UFFS para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Considera-se como hipótese inicial que a UFFS, para promover o desenvolvimento da região, deve priorizar não só as demandas locais, como também compreender e atuar no sentido de que as idiossincrasias regionais sejam assumidas como potencialidades.

Para a consecução dos propósitos elencados, as principais fontes utilizadas são o acervo de documentos ligados à fundação da UFFS, as entrevistas semiestruturadas realizadas especialmente para essa investigação e os resultados do questionário. As entrevistas e o questionário, além das outras fontes citadas anteriormente, dão conta do objeto da pesquisa no sentido de responderem às principais indagações a respeito da UFFS e o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. Por meio dos dados apresentados, busca-se compreender a responsabilidade da universidade com o território em si, e entender como se deu a conquista de um Campus para a região. Mais importante ainda é identificar claramente as especificidades na Cantuquiriguaçu com relação a alguns sujeitos sociais ali existentes. Essas peculiaridades permitem apontar quais os rumos que a UFFS deve seguir diante da necessidade de promover o desenvolvimento regional.

Convém ressaltar que o processo de criação aqui tratado se refere à UFFS como um todo e não especificamente ao campus de Laranjeiras do Sul dado que o processo de luta para a conquista da universidade, num primeiro momento, abarcou os interesses de diversas regiões que pretendiam receber um campus da instituição. Depois de analisado esse processo de criação e conquista do campus, os indicadores apresentados são, basicamente, relativos ao Campus localizado na Cantuquiriguaçu, pois os demais campi não são o foco dessa investigação, mesmo que a título de comparação entre os números desse campus com os demais. Ressalta-se que, para essa investigação, o importante é a contribuição da UFFS para o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu.

Assim, este capítulo permite identificar os frutos desta pesquisa quanto a UFFS, seu compromisso com o desenvolvimento das regiões em que está inserida e, especificamente, como a universidade pode atuar para que o Território Cantuquiriguaçu apresente uma melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. A descrição das características do Território foi necessária para se compreender que o tão almejado desenvolvimento regional passa, acima de tudo, pela melhoria na qualidade de vida daquela parte da população que se encontra à margem das ações voltadas a este desenvolvimento. Logo, reforça-se a premissa de que, se os objetivos e compromissos da UFFS estiverem em consonância com o que foi almejado pelos movimentos

que lutaram para sua implantação, ela deve, indubitavelmente, considerar e valorizar as peculiaridades presentes na região.

### 5.1 UFFS: CRIAÇÃO, CONQUISTA DO CAMPUS PARA LARANJEIRAS DO SUL E CARACTERÍSTICAS DA UNIVERSIDADE

Inicialmente, como a universidade é *multicampi*, observa-se que esta não era uma demanda regional localizada. Antes, pelo contrário, diversas microrregiões demandavam ensino superior público. A agregação destas demandas permitiu discutir a criação da universidade no âmbito da denominada Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul<sup>81</sup>. Para compreensão do contexto, primeiramente se discute exatamente o que se entende por Mesorregião da Fronteira Sul e seu entorno, incluindo um resgate histórico para que seja possível explicitar como se deu o movimento conjunto em prol da UFFS, culminando com a sua criação e instalação em cinco campi: Chapecó, em Santa Catarina (onde se localiza a Reitoria); Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; e, Laranjeiras do Sul e Realeza, no Estado do Paraná. Posteriormente foi criado o campus de Passo Fundo (Rio Grande do Sul).

A compreensão da conquista do campus para Laranjeiras do Sul requer a resposta a várias questões, quais sejam: Como a demanda da região foi inserida num contexto interestadual? Quais os motivos que fizeram Laranjeiras do Sul ser escolhida para ter um campus? Como ocorreu a articulação entre os principais sujeitos sociais envolvidos neste processo? Convém ressaltar que, conforme já mencionado, para a realização da série de entrevistas, realizadas com algumas personalidades profundamente envolvidas neste processo, deu-se prioridade aos sujeitos sociais que representam forças atuantes na região e integram um conjunto de peculiaridades do Território.

Por fim, discute-se o perfil de universidade sugerido pelos sujeitos sociais envolvidos no processo de criação da UFFS, bem como são identificados quais compromissos que a universidade deveria ter com a Mesorregião Fronteira Sul. Ademais, é possível verificar até que ponto esses compromissos estão presentes nas primeiras ações da instituição. Para tanto, são analisados os documentos fundantes, e as entrevistas que permitem, sobremaneira, aclarar a relação entre o Movimento Pró-Universidade Federal e a UFFS. Resumindo, a primeira parte

---

<sup>81</sup> Mesorregião Fronteira Sul: segundo o Ministério da Integração, “A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul compreende 396 municípios, sendo 223 no norte do Rio Grande do Sul, 131 no oeste de Santa Catarina e 42 no sudoeste do Paraná. Possui uma área total de 120.763 km<sup>2</sup> e população de 3.815.791 habitantes.” (MI, 2017).

do capítulo quinto descreve os principais elementos que caracterizam a UFFS e o campus Laranjeiras do Sul.

A região que abriga a UFFS é constituída por diversas microrregiões dos Estados do Sul do país. Parte da identificação e caracterização dos diversos municípios dessa região é fruto das características socioeconômicas de sua população e, conseqüentemente, das desigualdades observadas, as quais afetam, principalmente, os municípios menores. Para Corazza, (2016, p. 298) “Um primeiro traço comum entre as três partes desse território de fronteira foi seu longo período de isolamento da vida política e a tardia incorporação à economia nacional.” Ao descrever os aspectos econômicos da região, o autor destaca que:

O mais importante nesta análise comparativa não são as datas e sim a repetição do mesmo processo de colonização, formando economias e sociedades com fortes traços comuns: pequenas propriedades de agricultura familiar, policultura de alguns produtos básicos como feijão, milho, mandioca e trigo, mas centrada na suinocultura e industrialização de suas carnes e derivados. Nos três Estados, a colonização avançou sobre áreas ocupadas sobretudo por caboclos, já que nesse período da colonização os indígenas haviam sido quase que completamente exterminados. Por outro lado, o processo de colonização, embora caracterizado pela economia de subsistência, foi impulsionado pelo espírito capitalista, com base na propriedade privada da terra e no etos do trabalho, na busca de riqueza, mas alicerçada em valores comunitários e religiosos. (CORAZZA, 2016, p. 298-299).

Com base na citação acima é possível afirmar que as características e os efeitos do capitalismo se apresentam na região desde o seu processo de ocupação. Como pode ser visto anteriormente em Smith (1988) e Harvey (2006), a desigualdade vai, conseqüentemente, espalhar-se também por todo esse território. Estes efeitos podem ser observados em Lima e Eberhardt (2010). Para estes autores,

Os principais problemas da Mesorregião GFM, na atualidade, se resumem nos seguintes itens: crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e competitividade; dificuldade de inserção da pequena prioridade rural no mercado e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso acesso (sic) à saúde e à educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de criação de empregos e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional. (LIMA; EBERHARDT, 2010, p. 148-149).

A ausência de ensino superior público e gratuito é outro elemento que corrobora com a desigualdade e acabou sendo fundamental para a luta por uma universidade federal com estas características na região. Segundo Trevisol (2016), essa população, historicamente, não teve

acesso ao ensino superior público<sup>82</sup>, situação que contribuiu para que a juventude da região deixasse o campo na busca de melhores oportunidades. O autor assinala que “A exclusão do direito de acesso ao ensino superior público e gratuito e outros tantos problemas que afetam a Mesorregião Fronteira Sul foram alguns dos fatores que alimentaram e orientaram o processo de implantação de uma universidade pública federal.” (TREVISOL, 2016, p. 343). Portanto, a luta por uma universidade pública foi reforçada pela ausência de ensino superior gratuito na região. Diante das dificuldades socioeconômicas dos municípios, esperava-se que a futura universidade pudesse mitigar os efeitos sociais, contribuindo para o desenvolvimento das regiões.

A aspiração por uma universidade pública que atendesse as demandas microrregionais era muito forte e enraizada na população e agentes institucionais. A união de esforços entre diversos municípios de diferentes microrregiões do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul resultou na conquista de uma universidade federal, *multicampi*, que poderia atender determinados anseios das respectivas populações. Segundo o histórico presente no sítio da UFFS, o primeiro registro cronológico data de 2005 e assevera que:

O Movimento Pró-Universidade Federal teve início nos três estados do Sul, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e pela Via Campesina (com a participação do Fórum da Mesorregião, Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três Estados, igrejas, movimento estudantil, associações de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores) ganha força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno. (UFFS, 2017a).

A respeito do Movimento Pró-Universidade Federal (MPUF), Trevisol (2016) afirma que este resultou no surgimento de alianças que viabilizaram a UFFS. Para este autor:

As mobilizações intensificaram-se, tanto em âmbito regional (nos três estados do Sul), quanto nacional. Inúmeras comitativas dirigiram-se a Brasília, em reunião com o MEC, em busca de uma confirmação em definitivo. Após receber vários grupos com o mesmo propósito, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, orientou as lideranças da região a unificarem o movimento e a apresentarem um único projeto de universidade. Como parte desse processo de interlocução política, o então deputado federal Cláudio Vignatti apresentou, em 2005, à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.037/2005, propondo a criação da Universidade para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. (TREVISOL, 2016, p. 344-345).

O Movimento, criado em 2005, teve como triunfo a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, aproximadamente quatro anos depois. Durante esse período observa-se uma

---

<sup>82</sup> Especificamente em relação ao Paraná, há duas IES públicas neste território: UNIOESTE (Cascavel e Francisco Beltrão) e UTFPR – Campus Pato Branco. Todavia, estas IES estão presentes em municípios mais dinâmicos e com maior população, além disso, esses municípios não integram o Território Cantuquiriguaçu.

fundamental articulação entre diversos sujeitos: movimentos sociais, sindicatos, políticos (independente da filiação partidária), além de outros organismos e entidades. Mas também é possível identificar sinais de quanto foi árdua esta luta. Dentre alguns fatos referentes ao processo, cabe destacar:

- 04 de maio de 2006: unificação em um único projeto das demandas dos diferentes Estados, conforme decisão da Assembleia Geral do Fórum da Mesomercosul;
- 26 de maio de 2006: criação, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, de um Grupo de Trabalho responsável pela construção de um projeto que originaria a universidade;
- 15 de junho de 2007: Ministro Fernando Haddad propõe a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Proposta essa rechaçada pelo MPUF;
- 24 de agosto de 2007: atos públicos em diversos municípios da Mesorregião, em defesa da criação da universidade;
- 08 de novembro de 2007: audiência pública da Câmara de Educação e Cultura, Câmara dos Deputados, em Brasília, versando sobre a criação de uma universidade federal popular da Mesorregião;
- 26 de novembro de 2007: criação da Comissão de Projetos da UFFS;
- 03 de dezembro de 2007: MPUF solicita a criação de sete *campi* da instituição. Anteriormente, o MEC havia sinalizado três campi: norte gaúcho, sudoeste paranaense e Chapecó – SC (que seria a sede em virtude de sua localização geográfica);
- 12 de dezembro de 2007: Ministro Fernando Haddad anuncia a criação da Universidade Federal para Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul;
- 11 de fevereiro de 2008: posse dos membros da Comissão de Implantação da Universidade da Mesorregião, indicados pelo MPUF;
- 16 de julho de 2007: assinatura, pelo Presidente Lula, do Projeto de Lei que cria a Universidade da Mesorregião;
- 12 de novembro de 2008: projeto de criação da UFFS (Projeto de Lei 3.774/08) é aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público;
- 11 de fevereiro de 2009: empossada a Comissão de Implantação da UFFS, presidida pelo professor Dilvo Ristoff (UFSC);
- Março de 2009: assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre União (MEC) e UFSC para a implantação da UFFS;



- 02 de abril de 2009: se definem os cursos, vagas e início das aulas pela Comissão de Implantação da UFFS;
- Junho de 2009: conclusão do Projeto Político Institucional da universidade;
- 17 de setembro de 2009: publicada, no Diário Oficial da União, lei que cria a UFFS (lei 12.029 de 15 de setembro de 2009). (TREVISOL, 2016; UFFS, 2017).

O breve retrospecto acima relatado não traz todas as etapas pelas quais o MPUF e as populações desse território enfrentaram ao longo deste período<sup>83</sup>. Entende-se que não seja necessário discorrer pormenorizadamente cada etapa deste processo, sendo que os pontos aqui apresentados permitem formar uma ideia do trabalho necessário para a conquista da UFFS. A constituição da universidade resultou, assim, de um processo em que foram sendo criados consensos como, por exemplo, a definição dos *campi*: enquanto inicialmente a ideia era de onze *campi*, posteriormente o número foi reduzido a sete, sendo que, no final, foram escolhidos cinco. Sobre isso, com relação as diferentes regiões, o ENTREVISTADO 4 considera que:

*[...] nós poderíamos dizer que são onze, [...] O outro movimento forte foi no Paraná, depois se dividiu em dois, depois da comissão de implantação instaurada surgiu o campus Realeza, era para ter só um, que era Laranjeiras do Sul, mas daí já temos três movimentos. Aqui, em Erechim e Passo Fundo se dá para dizer que era um movimento. Outro movimento que até a Lagoa Vermelha, Vacaria, é uma região toda do planalto médio, mas três movimentos dentro de um. E o oeste catarinense, tinha São Miguel do Oeste, Chapecó e Concórdia. Bom, então, que fosse multicampi para atender minimamente esses movimentos com cinco campi, então.* (ENTREVISTADO 4).

Percebe-se que algumas regiões abriram mão ou perderam as disputas regionalizadas. Aliás, sobre esta questão, as regiões que não foram contempladas com um campus no primeiro momento, continuam atuando no sentido de que o Governo Federal aceite elevar o número de *campi* da UFFS. Esta situação, inclusive, tem sido debatida tanto no Conselho Estratégico Social da UFFS, como no Conselho Universitário – CONSUNI, além dos Conselhos Comunitários e outras instâncias, em diversos territórios da Mesorregião. Recentemente, o caráter de inclusão da UFFS se apresenta muito forte, visto que algumas regiões anteriormente não integrantes ao MPUF, passaram a demandar um *campus* da instituição (região Planalto Norte de Santa Catarina é um dos exemplos).

O caráter diferenciado da UFFS resulta, por um lado, da participação ativa da sociedade civil organizada (principalmente dos movimentos sociais) e, por outro lado, da própria missão da universidade. Aliás, esta é a originalidade dessa universidade: ela é decorrente da articulação

---

<sup>83</sup> O histórico completo está disponível no sítio: [http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=42](http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=42), bem como pode ser conferido no anexo A deste estudo.

de movimentos sociais e da sociedade regional. Não é fruto de uma ação estatal de cima para baixo, mas surge das aspirações de sujeitos sociais localizados em regiões menos desenvolvidas dos Estados em questão. A citação a seguir confirma esse caráter diferenciado na criação da UFFS:

O processo de criação da nossa universidade é singular e *sui generis* no conjunto das IES públicas e na própria história da educação superior brasileira. A UFFS é, notadamente, a primeira universidade oriunda dos processos de participação social e política dos movimentos sociais e das redes do associativismo civil. (TREVISOL; LÓ, 2015).

Os autores evidenciam que a origem desta Universidade se deu a partir da organização da sociedade civil em direção ao Estado, ou seja, fica claro que a UFFS é oriunda dos movimentos sociais e outros agentes da sociedade regional, não sendo fruto das elites.

Demarco e Maia (2013) corroboram com essa leitura. Para eles, a UFFS é fruto “[...] do encontro das políticas federais com a reivindicação dos movimentos sociais, organizados em torno da ampliação do acesso à educação superior como direito básico e inalienável.” (DEMARCO; MAIA, 2013, p. 81). A demanda regional, *per se*, seria insuficiente para que o objetivo de receber uma universidade federal fosse cumprido. Assim, era indispensável que esta demanda estivesse na pauta do Governo Federal. Isso foi possível no Governo Lula (2003-2010) que criou quatorze novas universidades federais. Provavelmente, a proximidade dos movimentos sociais com o partido político do presidente permitiu que esta demanda fosse atendida. Ressalta-se que, para além dos sindicatos e movimentos sociais, a união de esforços de outros segmentos da população, incluindo políticos de diversos partidos e correntes ideológicas, acabou sendo um importante mecanismo no fortalecimento deste projeto.

Resumidamente, a UFFS foi fruto das aspirações de uma população do interior do sul do país. Historicamente, essa grande mesorregião foi preterida de grandes investimentos por parte dos Governos estaduais. Prova disso é que o TFI, visto anteriormente, correspondia a boa parte dos municípios que integram a atual Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Inicialmente com pautas locais por instituições públicas de ensino superior, a união de diferentes sujeitos sociais permitiu a criação de uma instituição *multicampi*, num movimento que partiu da comunidade regional. A incorporação dessa demanda à agenda do Governo Federal permitiu que se construísse uma universidade única, com um perfil bem diferente das universidades federais tradicionais, conforme descrito mais adiante. Antes, porém, cabe averiguar como este processo se deu especificamente no caso do Território Cantuquiriguaçu, com a região recebendo um dos *campi* da UFFS.

Trevisol e Ló (2015) elaboraram uma importante obra, constituída de uma série de entrevistas, gravadas em DVD, que resgatam agentes importantes no processo de conquista da UFFS. A demanda por ensino superior público no Território Cantuquiriguaçu, em meados da primeira década dos anos 2000, encontrava-se alicerçada em duas premissas: 1) as pretensões do MST para a região; e 2) o interesse de agentes públicos na tentativa de construir uma universidade pública popular (TREVISOL; LÓ, 2015). Especificamente em relação ao MST, Elemar Cezimbra apud Trevisol e Ló (2015), ao discorrer sobre o processo de criação da UFFS e sobre a conquista do campus em Laranjeiras do Sul, afirmou que havia necessidade de uma universidade para a região. Para ele, havia algumas dúvidas se o MST teria condições de “manter” uma universidade dado o viés burocrático de uma instituição de ensino superior (funcionamento interno das universidades). Essa demanda se aproximaria de uma outra existente no Território Cantuquiriguaçu.

Nas palavras de João Costa apud Trevisol e Ló, os prefeitos do Partido dos Trabalhadores do Território Cantuquiriguaçu (Goioxim, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguazu), tinham a ideia de deixar uma marca a respeito de suas gestões, que deveria ultrapassar as questões estritamente municipais (TREVISOL; LÓ, 2015). Além disso, ele explica que, a quantidade dos assentamentos (número de assentamentos, população assentada, entre outros) no Território gerava uma demanda crescente pelo ensino superior. Assim, a prioridade acabou sendo a educação, através da criação de uma universidade popular.

Em um dos depoimentos colhidos por meio das entrevistas, esse processo é assim descrito:

*[...] a primeira proposta era de criação de uma universidade popular, mantida por municípios, com apoio do governo federal e do governo do Estado, mas com parcerias, é e administrada, gerenciada por municípios e movimentos sociais, é numa grande parceria. Então a gente chegou a delinear os princípios dessa universidade em várias reuniões e estudos que fizemos, mas ao mesmo tempo surge então essa oportunidade, que o governo federal estava criando novas universidades federais, principalmente no Nordeste, na região norte do país. Mas quando o governo resolve criar uma universidade no ABC paulista, aí a gente enxergou que era hora da gente entrar pra briga, e puxar uma universidade aqui para o sul do país. E aí, foi assim que ocorreu, dentro daquele primeiro debate de uma universidade popular local, a gente transformou e aproveitou esses elementos iniciais na discussão de uma universidade federal. E aí juntamos forças com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, [...] (ENTREVISTADO 3, 2017).*

Observa-se que havia uma coincidência na demanda do MST e dos prefeitos da região em oferecer ensino superior gratuito à população da Cantuquiriguaçu. Neste momento, existia um movimento em prol da Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul que uniu forças

à demanda pela futura UFFS. Assim, a articulação de vários sujeitos sociais, comandados pela FETRAF-Sul e Via Campesina originou o movimento que resultou na UFFS.

Ainda de acordo com Elemar Cezimbra apud Trevisol e Ló, apesar do Presidente Lula ter anunciado em algumas ocasiões que seria criada uma universidade federal na região, o surgimento da Universidade do Mercosul<sup>84</sup> chegou a dificultar os planos do MPUF, pois havia sinais de que a criação do que viria a ser a UFFS ficaria para o sucessor do então Presidente. Entretanto, segundo Elemar Cezimbra, uma conversa do coordenador do MST, João Pedro Stédile, com o Presidente Lula, reafirmou o compromisso com a criação da universidade ainda em seu Governo (TREVISOL; LÓ, 2015). Assim, o MPUF deu continuidade as ações em todas as regiões, sendo que no Território Cantuquiriguaçu não foi diferente. A articulação entre os movimentos sociais da região, prefeitos, sindicatos e outros agentes ganhava força e, também, as ruas. As mobilizações que ocorreram em prol da universidade na região foram relevantes para que o MPUF alcançasse os objetivos.

Essa articulação é ressaltada por diferentes entrevistados. Um dos exemplos é o depoimento a seguir:

*A gente se mobilizou juntamente porque a gente sabia que ela era um benefício que viria pra comunidade. Então a gente também participou desse movimento pró-UFFS junto com as demais lideranças, Via Campesina, prefeitos da região que estavam inseridos [...] (ENTREVISTADO 1, 2017).*

A importância do Colegiado do CONDETEC, central na articulação da busca pela UFFS no Território, aparece assim destacada:

*[...] o CONDETEC, ele foi o espaço que deu um suporte social para o projeto, porque eram 44 entidades que compunham esse colegiado, e todas se convenceram da sua importância e por isso aí, os movimentos sociais foram compreendidos, na sua reivindicação, pelos outros setores da sociedade, o que não é muito comum. Então o CONDETEC fez essa concertação e aí a coisa fluiu e fomos vitoriosos. (ENTREVISTADO 3, 2016).*

Esta situação também acaba representando um outro diferencial importante, dado a: 1) esse organismo funcionar ativamente no Território; e 2), a composição, que poderia gerar diversos conflitos, foi consensual no sentido de perceber a importância e a oportunidade de se conquistar uma universidade federal para a Cantuquiriguaçu.

Uma outra consideração, que denota o envolvimento de diversos sujeitos sociais, aparece na declaração abaixo:

*[...] a gente sempre militou no movimento sindical de trabalhador rural, tanto da FETRAF, depois mais tarde na FETAEP e aí no, que a partir da Fundação*

---

<sup>84</sup> Este projeto de universidade do Mercosul deu origem a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

*Rureco inclusive surge o cooperativismo solidário do sistema CRESOL, o cooperativismo de leite, então a gente militou nesses movimentos mais ligados a agricultura familiar. E a gente, junto com os demais movimentos ligados a via campestre, entendeu que se a gente tivesse uma universidade presente no território seria muito importante para o desenvolvimento do território, que a gente conseguiria superar um pouco essa visão de que o Estado estava querendo, tipo assim, trabalhar muitas políticas compensatórias. Porque é moda dizer que você trabalha nas regiões empobrecidas, nas regiões pobres, que você faz programas sociais, muito na lógica de empresas fazerem marketing social e que o governo estava entrando muito nessa lógica. E nós, enquanto movimentos sociais, percebia esse problema, e aí então quando o Elmar viu essa possibilidade, e já estava se discutindo então um movimento pró-universidade, da fronteira sul, aí então logo nós inserimos nesse movimento e começamos a organizar os movimentos e a Fundação Rureco, cooperativismo solidário do sistema CRESOL se inseriu logo nessa luta. Inclusive disponibilizando tempo da gente no território, que eu passei a coordenar o território, que o João se licenciou, então por seis meses a gente conduziu os trabalhos do território, que foi o grande, digamos assim, espaço que discuti as ações para implementação da universidade. Depois a gente teve apoios de dirigentes políticos e tal, mas o espaço de condução partiu dos movimentos sociais que o território conseguiu, digamos, comprar essa ideia e o nosso segmento da agricultura familiar sem dúvida nenhuma, claro, não podemos dizer assim que foi o principal, porque a gente reconhece, a todo momento, que o principal ator foi os movimentos ligados à via campestre, os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, o MPA, movimento de mulheres, né, mas principalmente o movimento sem-terra aqui na região. E depois teve uma participação decisiva de dirigentes políticos como o prefeito de Porto Barreiro, que é o prefeito João Costa, e outros dirigentes. Mas o principal foi o prefeito João Costa, que lideraram esses movimentos e que nós, enquanto setor da agricultura familiar, se inserimos nesse movimento por entender essa importância de fortalecimento do projeto da classe trabalhadora. (ENTREVISTADO 5, 2017).*

Indubitavelmente, o trecho acima aponta que a união de diversos sujeitos sociais, com atuação no Território Cantuquiriguaçu, permitiu a integração desta demanda regional em um único movimento pró-universidade (que já existia em Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Mas não só isso, esta articulação permitiu, posteriormente, que a região fosse a escolhida para receber o campus que se localizaria no Paraná. Outro ponto do depoimento é o fato de que, ainda que o entrevistado integre outros movimentos sociais, o mesmo reconhece a atuação do MST como primordial neste processo. Importante também destacar a percepção do entrevistado quanto à atuação do Estado em territórios menos desenvolvidos, visto que sua crítica reflete várias das ações governamentais, muitas delas pontuais e paliativas que, no entanto, não transformam efetivamente as regiões mais empobrecidas.

A respeito do papel de liderança que o MST exerceu e sobre a participação de outros sujeitos sociais, destacam-se as seguintes palavras:

*Não só o movimento sem terra, pequenos agricultores, indígenas e outros, né. Levando em conta que as cidades pequenas é campo também, né. É, então o*

*movimento é essa visão ampla e puxou os outros setores. Nós sempre trabalhamos aqui na região na ideia de articular forças, é, de unificar os elementos comuns, que tem: movimento sem terra, movimento sindical, que tem várias derivações, tem o MPA, que é o Movimento (ininteligível 00:20:37) do MST, mas está ligado aos pequenos agricultores aqui, temos os atingidos por barragens, bastante desarticulados, mas em vias de se rearticular melhor, as mulheres agricultoras, que pega de ambos os movimentos. Tem aí cooperativas de outros segmentos e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, da CONTAG, da FETAEP, e outras forças locais. Aqui nós sempre trabalhamos a ideia de bom, para desenvolver essa região que é atrasada, a segunda mais pobre do Paraná, nós temos que juntar força. Não significa (ininteligível 00:21:07) contradições e não significa que o Movimento Sem Terra recua um milímetro no seu, sua estratégia de luta que é a ocupação, que é um conflito duríssimo e que estigmatiza muito o movimento sem terra. Mas mesmo assim é um movimento que hoje, talvez por apanhar muito, é o que eu mais valorizo no diálogo e valoriza articulação de forças. Até porque o movimento sem terra está sobrevivendo de apoio social e nós sempre falamos e dizemos que a Reforma Agrária ela é para a sociedade e nada mais evidente, demonstrativo disso, do que uma universidade que tem um movimento lutou por ela. Ela não é do MST. Ela é pública, federal e do povo brasileiro e como tal, de toda população que está aqui. É óbvio que o movimento tem um zelo grande, é uma conquista, se envolve, se empenha, vai defender, vai botar o público aí dentro, vai lutar para que ela mantenha seu perfil de desenvolvimento local, regional, ser inclusiva, ser popular, de qualidade, mas é mais, eu diria assim, mais uma contribuição para a sociedade brasileira, pro povo brasileiro. Ter uma universidade aqui, o movimento cumpriu um papel importante. (ENTREVISTADO 2, 2017).*

Mesmo que o MST tenha outras bandeiras, conforme visto no capítulo anterior, a inclusão dos indígenas, segmento da população historicamente afastado das discussões acerca de programas e projetos além de suas comunidades (na maioria das vezes por decisão dos agentes institucionais envolvidos), marca um diferencial importante na busca por um território mais desenvolvido e menos desigual.

Entre os diversos aspectos que devem ser destacados deste trecho da entrevista, dois merecem especial atenção: 1) a consciência da luta e necessidade de articulação com outros movimentos e sujeitos sociais para a consecução dos objetivos. Evidentemente, há diferenças políticas, ideológicas, interesses estratégicos diferentes entre os movimentos sociais envolvidos, mas a necessidade de uma articulação, unindo forças, realmente parece que foi essencial para que a região recebesse um campus da UFFS; e 2) o movimento é “rotulado” e enfrenta uma perseguição nítida, o que dificulta a própria ação do MST. Essa percepção fica ainda mais nítida quando se observa o comportamento da grande mídia brasileira ao veicular notícias referentes as ações do movimento.

Importante a percepção do entrevistado em relação ao fato da universidade federal ser uma conquista para o povo brasileiro. Ainda que esteja situada no Território Cantuquiriguaçu e que tenha um perfil diferenciado (conforme será discutido mais adiante), é este caráter

singular que aproxima a universidade do povo. O MST não sente que possua a universidade sob o seu domínio, mas entende que foi um sujeito fundamental para que a região conquistasse o campus e vai, com mérito, atuar no sentido de que a UFFS cumpra com os objetivos e compromissos pela qual foi criada. Outro aspecto que merece ser ressaltado é a clareza que o entrevistado tem a respeito da atual conjuntura referente ao desenvolvimento da região, no contexto paranaense. Aliás, independente do perfil do entrevistado, em várias entrevistas, ficou evidente a ideia de que a região é pouco desenvolvida e empobrecida. Especificamente sobre essa questão, cabe destacar a seguinte observação em uma das entrevistas:

*Então, a inserção na universidade ela vem qualificar esse debate do que é a nossa visão enquanto região para o desenvolvimento dessa região que não é uma região pobre, é uma região que foi empobrecida. (ENTREVISTADO 5, 2017).*

A riqueza dos rios, dada a existência das usinas hidrelétricas, é uma evidência de que a percepção acima está correta. Em todo caso, não se pode negar que o Território Cantuquiriguaçu possivelmente dispõe de condições para superar a atual realidade socioeconômica. Isso realça, mais uma vez, a importância do exercício das atividades desenvolvidas pela UFFS no Território, principalmente àquelas orientadas para o desenvolvimento regional.

Convém ressaltar ainda como se deu a disputa pelo campus da UFFS no Paraná. A demanda inicial, como já referido, era de onze *campi* e foi reduzida a sete. O MEC havia indicado que seriam apenas três *campi*: um em cada Estado do Sul, sendo Chapecó a sede. O Rio Grande do Sul não concordou, afinal era o Estado com maior número de municípios envolvidos no processo. A proposta passou a ser para quatro *campi*: dois no Rio Grande do Sul, um no Paraná e um em Santa Catarina (ENTREVISTADO 5; UFFS, 2017a). Situação essa alterada posteriormente com a inclusão do campus Realeza, no Paraná. Aliás, inicialmente a disputa no território paranaense ficou entre os municípios de Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul, sendo que este último acabou contemplado.

De acordo com o documento Projeto Pedagógico Institucional (UFFS, 2012), oito foram os critérios<sup>85</sup> estabelecidos para a definição dos municípios que receberiam um campus. Enquanto a definição dos *campi* de outros Estados se resolveu de forma consensual entre as

---

<sup>85</sup> De acordo com o documento referente ao Projeto Pedagógico Institucional, os critérios para a definição da localização dos *campi* foram: Regiões com forte presença da agricultura familiar e camponesa, elemento caracterizador, estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião; regiões com forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal; regiões com maior número de alunos no Ensino Médio; regiões com IDH mais baixos; regiões mais distantes das atuais Universidades Federais da Região Sul; regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação; regiões que representem centralidade no contexto geográfico da Mesorregião e que contenham certa infra-estrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis; e distribuição dos *campi* entre os estados, considerando o número de municípios e a população da Mesorregião e seu entorno. (UFFS, 2012).

regiões, no Paraná a disputa entre Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul fez com que esta discussão fosse encaminhada ao MEC e ao MPUF. Tendo o MEC entendido que deveria se abster desta discussão, o MPUF foi responsável pela decisão, ou seja, a opção pelo Território Cantuquiriguaçu e, conseqüentemente, Laranjeiras do Sul foi mantida (UFFS 2012).

Curioso é observar que, justamente o que é caracterizado como fragilidade da região, seu baixo IDH, foi também determinante para que a Cantuquiriguaçu fosse escolhida. Ou seja, Laranjeiras do Sul não recebe um campus porque é um polo regional de grande relevância, mas sim porque possui um IDH baixo, conta com diversos movimentos sociais que reforçam a ideia dos problemas socioeconômicos da região (incluindo agentes ligados a agricultura familiar e camponesa), apresenta poucos investimentos públicos no setor educacional e possui número significativo de habitantes no Território, entre outros. Esta caracterização fez com que a universidade, que atenderia primordialmente a Grande Mesorregião da Fronteira Sul, incluísse o atendimento ao entorno desta mesorregião. Isto porque Laranjeiras do Sul não faz parte da Mesorregião da Fronteira Sul. Assim, a universidade passa a considerar como área de atuação a Grande Mesorregião da Fronteira Sul e seu entorno, o que viabilizou a criação do *campus* em Laranjeiras do Sul.

Após o estudo de localização do campus de Laranjeiras do Sul e diante de algumas tentativas frustradas, a escolha se deu por um terreno que tinha uma parte utilizada pelo INCRA como área de reforma agrária e a outra que pertencia a uma pessoa de Laranjeiras do Sul. A solução foi deslocar as três famílias ali assentadas e adquirir parte do imóvel. Sobre esta participação do MST, ficou registrado em uma das entrevistas:

*Quer dizer, quando os prefeitos meio hesitaram sobre a possibilidade de (ininteligível 00:19:27) cem hectares para esta universidade, a gente tinha condições de deslocar famílias e assentar próximo aqui na região, nas mesmas, talvez até em melhores condições, [...]” (ENTREVISTADO 2, 2017).*

Portanto, o MST não foi apenas um dos líderes da articulação no Território Cantuquiriguaçu, mas cedeu parte de sua área reformada (ainda que a propriedade fosse do INCRA) para a conquista do campus. Situação esta que é destacada em um depoimento que discute a importância da região em receber o campus:

*Se nós olharmos Laranjeiras do Sul como a principal cidade, já foi capital do Estado do Iguazu, mas é uma região marcada pela concentração de terra, uma região marcada pelo latifúndio e uma região marcada pela disputa da ocupação da terra, então também hoje a região com uma simbologia, acho que a região com mais conflitos internos do país, ali, com a Araupel, Giacomet na época, nós temos mais de sessenta mil hectares que já são reconhecidos como terra grilada, pelo Estado, pelo Poder Judiciário. E temos ali o único campus ainda de uma universidade federal, dentro de um*



*assentamento. Então é de uma relevância enorme, não só para o Paraná, mas para o país. (ENTREVISTADO 4, 2017)*

Por outro lado, o ENTREVISTADO 6 também aponta sua contribuição neste processo, visto que ele foi a pessoa que vendeu parte de seu imóvel para que Laranjeiras do Sul pudesse receber o *campus*. Quando questionado como o segmento que ele integra contribuiu para a conquista de um campus da UFFS em Laranjeiras do Sul, ele afirma:

*Então, aí tem uma história interessante porque parte desse terreno onde que está instalado o campus da Universidade Federal da Fronteira Sul pertencia a mim. Eu tinha recebido uma herança pela morte do meu pai e aí, era um terreno que eu, que eu tenho muito carinho por ele, porque era um terreno que meu pai frequentava muito lá, eu também morei nesse imóvel e a gente tem uma ligação muito grande com ele. E quando houve o estudo da onde que deveria ser instalada a Universidade da Fronteira Sul, o então prefeito de Laranjeiras do Sul, e prefeitos da região, eu te cito aí o João Costa do Porto Barreiro, o prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, de Nova Laranjeiras e de Laranjeiras do Sul, que era o Berto Silva, acabaram fazendo uma reunião, perguntando se eu concordava com uma desapropriação amigável de parte do meu imóvel para ser ocupado pela instalação da universidade. Então é um terreno, assim, que eu não tinha vontade de vender porque, até por causa dessa ligação, preço, não havia, se fosse para me oferecer hoje digamos, o preço que eu vendi na época, cinquenta mil o alqueire, eu não venderia para outra pessoa. Mas entendi que devia, devia aceitar essa desapropriação amigável, pelo preço de comércio, exatamente para dar também uma colaboração (ininteligível 00:08:42). E não me arrependo de maneira alguma disso. Posteriormente fizemos uma reunião, junto com o Paulo Mayer, junto com o Reitor, lá em Chapecó, para possibilitar o acesso, esse novo trevo que estão, esse trevo que, que está sendo feito, parado agora, mas que está enfim sendo, foi projetado, que deve ser concluído. Aí o Reitor pediu inclusive que eu fizesse uma doação de uma parte do terreno para dar esse acesso. E eu fiz essa doação, também assim, sem contrapartida financeira nenhuma, entendendo que era prioridade, que a universidade necessita daquele terreno, sabe?! Então eu me sinto assim orgulhoso de ter, pelo menos, modestamente colaborado. Recebi evidentemente pelo que valia o terreno, passou por uma comissão de avaliação, etc. e tal. Mas me sinto de qualquer forma, assim, satisfeito, muito satisfeito, de ter podido participar (ininteligível 00:09:46). (ENTREVISTADO 6, 2016).*

Em síntese, se observa que a junção de forças, especialmente dos movimentos sociais e agentes políticos, capitaneados pelo MST, foi crucial para que o Território Cantuquiriguaçu abrigasse um campus da UFFS. Esta união se torna ainda mais instigadora e relevante quando se observa que setores, costumeiramente com interesses divergentes, podem superar suas diferenças em prol de uma causa comum, o que ocasiona em uma maior probabilidade de sucesso. Assim, algo que poderia ser considerado impossível, tornou-se realidade, ocasionando impactos em toda a região. Ademais, as características socioeconômicas identificadas na região contribuíram sobremaneira para que Laranjeiras do Sul tivesse prioridade em receber o *campus* ao invés de Francisco Beltrão.

Como visto, a UFFS foi criada pela Lei nº 12.209 de 15 de setembro de 2009 cujo artigo segundo aponta as diretrizes de atuação da instituição, determinando que:

A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação **multicampi**, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com **campi** nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com **campus** no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com **campi** nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza. (BRASIL, 2009, grifos no original).

A inserção regional é, de maneira inicial, tratada como prioridade na própria lei que criou a universidade, o que condiz com os anseios e necessidades das regiões que são atendidas pelos *campi* da UFFS. Esse diferencial deve sempre ser ressaltado, lembrando que se trata de um dos princípios que implicaram na criação da universidade. Alguns dos outros princípios e características são discutidos a seguir.

No relatório final apresentado pelo Grupo de Trabalho criado para discutir a futura universidade, o item 3 discorre sobre o perfil desejado para a instituição, representando a missão desta instituição, iniciando da seguinte forma:

O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. (MPUF, 2008, p. 8).

Nesse documento é possível observar uma especificidade da instituição em relação às demais universidades federais, ao defini-la como universidade pública e popular. Ao consultar o Documento Final referente a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE<sup>86</sup>, realizado em 2010, o caráter popular fica mais explícito com a defesa da necessidade de uma integração maior com a sociedade, que respeite e integre o “saber popular” à formação universitária. Ou seja, a produção de conhecimento com a comunidade. Outro princípio presente no documento e bastante esclarecedor está na menção ao “desenvolvimento sustentável e solidário”, o que parece estar em consonância com os anseios de alguns movimentos sociais como MST e MAB, os quais empunham, também, essa bandeira. A proximidade dessa pauta com os anseios dos movimentos fica ainda mais evidente quando o

---

<sup>86</sup> A I COEPE foi uma importante conferência realizada em 2010 que buscou definir as diretrizes de atuação da UFFS para os primeiros anos da instituição. Em 2017 foi realizada a segunda edição, entretanto o documento síntese ainda não foi publicado. O Anexo B apresenta uma síntese do documento final da I COEPE.

documento citado considera a agricultura familiar e camponesa como setores que estruturam e dinamizam o desenvolvimento regional.

No que tange a consecução desta proposição, o texto assevera:

[...] que tenha como premissa a valorização e o fortalecimento da matriz produtiva existente, com ênfase para: a estrutura de produção agroindustrial, especialmente a agricultura familiar e camponesa, a agroecologia e a diversificação; a capacidade empreendedora e de trabalho cooperativo e solidário; [...] (MPUF, 2008, p. 8).

Além dos elementos aqui elencados, o texto menciona ainda o setor industrial, de serviços, extrativista, infraestrutura, recursos naturais, a questão ambiental, políticas públicas, etc. É evidente o cuidado da proposta ao contemplar o perfil socioeconômico dos municípios que integram a Mesorregião Fronteira Sul e seu entorno. Também é notória a capacidade dos movimentos sociais e outros agentes envolvidos quanto a inclusão de seus interesses neste tão importante documento. Em conformidade com a missão/perfil desejado para a universidade, citado anteriormente, o MPUF propõe em seu relatório que:

Para cumprir esta missão, o Movimento propõe uma universidade democrática, autônoma, que respeite à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais. Também propõe uma universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade. (MPUF, 2008, p. 8)

É notável o esforço do Grupo de Trabalho ligado ao MPUF em construir uma universidade diferenciada, que atenda às necessidades da população que habita a região e que busque garantir aos jovens, filhos da classe trabalhadora, a formação superior. Ao eleger essa parte da população como público alvo para a universidade, o documento reforça a ideia de que esta instituição não deve ser construída para as elites. Cabe ainda apontar os dez princípios, denominados “norteadores”, constantes no Projeto Pedagógico Institucional da UFFS, conforme documento final da I COEPE:

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
2. Integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desde a origem da Instituição;
3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a Educação Básica em número suficiente e com qualidade adequada;
4. Universidade de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do país;

5. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
6. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no Ensino Superior, especialmente das populações mais excluídas do campo e da cidade;
7. Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
8. Uma Universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;
9. Uma Universidade pública e popular;
10. Uma Universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos. (COEPE, 2010, p. 9-10).

Percebe-se que os pressupostos iniciais que constam no relatório final do Grupo de trabalho, foram elencados tanto no Projeto Pedagógico Institucional da UFFS, como também na I COEPE. Além desses documentos, no estatuto da UFFS, dentre de seus quatorze princípios, pode-se destacar alguns que, nitidamente, condizem com os pressupostos anteriores:

[...] IV – compromisso com a inclusão e a justiça social e combate às desigualdades sociais e regionais; [...] XI – diálogo permanente com a comunidade regional da abrangência da instituição; XII – desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico regional e nacional, de forma sustentável; [...] (UFFS, 2015a, p. 6).

Além destes, as finalidades e objetivos da instituição coadunam com as expectativas existentes quando da criação do projeto.

Ainda sobre a aproximação entre universidade e sociedade, a UFFS criou o Conselho Estratégico Social – CES. Segundo o estatuto da universidade, o CES:

[...] é um órgão consultivo, da UFFS, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da UFFS como instituição de educação superior pública e popular, inserida regionalmente e comprometida com a produção e a disseminação de conhecimentos social e ambientalmente relevantes. (UFFS, 2015a, p. 21).

Também de acordo com o estatuto, obrigatoriamente o CES deve ser consultado quando forem discutidos os seguintes temas: alteração do Plano de Desenvolvimento Institucional, criação de novos cursos e *campi* e quando da revisão estatutária (UFFS, 2015a). A existência de um Conselho desta natureza, ainda que apenas consultivo, é uma demonstração clara do compromisso da UFFS com a comunidade regional. Isso fica reforçado também ao se verificar a composição do Conselho que consta no artigo 49º dos Estatutos:

Integram o Conselho Estratégico Social da UFFS os seguintes membros:

- I - reitor;
- II - diretores de *Campus*;
- III - presidentes dos Conselhos Comunitários;
- IV - 05 (cinco) integrantes dos conselhos comunitários de cada um dos *campi* da UFFS, que representam organizações, movimentos ou instituições da

região de abrangência da Universidade, indicados anualmente pelos respectivos conselhos;

V - integrantes de organizações, movimentos e instituições da região de abrangência da UFFS com explícito interesse de participar da vida universitária, mediante requisição formal e fundamentada dirigida ao presidente do Conselho, que a submeterá à apreciação e aprovação do plenário, conforme critérios estabelecidos no Regimento Interno do CES. (UFFS, 2015a, p. 21-22).

Além do Conselho Estratégico Social, cada campus pode contar com o Conselho Comunitário, que também desempenha papel consultivo, semelhante ao CES. Atualmente, o Conselho Comunitário do Campus Laranjeiras do Sul é composto por representantes dos seguintes segmentos: Associação de Pais e Professores (APP), Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Paraná (ARCAFAR/SUL), Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná (CREHNOR), Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Laranjeiras do Sul (CRESOL), Diretório Central dos Estudantes da UFFS (DCE), representante dos docentes da UFFS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FETAEP), INCRA, Lions Clube de Laranjeiras do Sul, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), representante dos técnicos administrativos da UFFS, Coletivo Regional de Mulheres da Via Campesina, MAB, MST e CEAGRO, além da direção do Campus (UFFS, 2017e).

Estes conselhos são de vital importância para que as comunidades regionais se mantenham próximas das atividades desenvolvidas pela universidade. Isso é reconhecido e valorizado positivamente por alguns dos entrevistados. Na resposta sobre a diferença entre a UFFS e as demais universidades presentes no Território, obteve-se o seguinte depoimento:

*É a mesma diferença que a UFFS tem com todas as outras universidades federais do país também. É claro que tivemos outras universidades novas surgindo no último período, posteriores à UFFS, mas quando a UFFS surgiu, nós fomos a primeira a instaurar a ideia de uma universidade pública e popular. (ENTREVISTADO 4, 2017).*

Ainda diante da mesma questão, outro depoimento afirma que:

*A universidade federal é uma universidade que se propõe de ser uma universidade a serviço de um projeto da classe trabalhadora. Ela não se propõe a pesquisar como outras instituições. [...] Então, por exemplo, o foco dela é discutir a inclusão produtiva da classe trabalhadora, o empoderamento, o desenvolvimento, enfim, como fortalecer as organizações. Então, eu diria que a diferença dela está colocada nessa lógica, de que ela é comprometida com o projeto da classe trabalhadora, não com o projeto do capital apenas. (ENTREVISTADO 5, 2017).*

Dessa maneira, fica explícita a ideia a respeito do diferencial dessa universidade em relação as demais. Há, também como resultados das entrevistas, a constatação de que a

universidade está direcionada para um público alvo peculiar. Este direcionamento, já apontado no depoimento acima transcrito, é compartilhado por outro entrevistado, segundo o qual:

*[...] a criação de alguns cursos que foram dedicados, destinados especificamente a atendimento das pessoas de baixo poder aquisitivo, principalmente os assentados em projetos de reforma agrária [...]* (ENTREVISTADO 7, 2017).

Em outro trecho, o mesmo entrevistado aprofunda esta questão afirmando:

*Eu acredito que se a universidade tem um papel muito importante para desempenhar na região, ela tem que buscar, efetivamente, condições para atender essa população mais carente, mais pobre, que é a que mais necessita da presença da universidade para emancipar as pessoas, para trazer cultura, para trazer tecnologia, enfim, trazer as condições que essas pessoas precisam para que elas encontrem um processo de emancipação. E aí, automaticamente, as desigualdades regionais vão acabar, de certa forma, sendo reduzidas, porque a universidade está cumprindo com o seu verdadeiro papel.* (ENTREVISTADO 7, 2017).

Também a respeito do perfil dos acadêmicos da instituição, a transcrição a seguir corrobora com as indicações anteriores:

*Porque a universidade, ela vem com uma proposta de uma universidade popular. Onde ela vem resgatar uma dívida de séculos já, onde a gente está devendo muito para esses jovens, do interior principalmente. Isso também ajuda, no meu ponto de vista, que a evasão, o êxodo do jovem do campo começa a bloquear porque ele começa a se formar ou melhora a capacidade da propriedade da família, [...]* (ENTREVISTADO 8, 2017).

Portanto, *a priori*, as intenções dos movimentos, e depois do MPUF, estão harmonizadas com os pressupostos elencados pela UFFS. O texto do estatuto, o relatório final da COEPE, a existência do CES e dos Conselhos Comunitários são importantes evidências de que a instituição busca preservar e garantir os compromissos oriundos do processo que resultou na sua criação. Neste contexto destaca-se ainda a relevância da comunidade regional nas consultas à comunidade universitária referentes aos cargos diretivos (reitoria e direção dos campi), bem como o fato de todos os segmentos serem paritários. Nesta consulta, o voto de todos os segmentos tem o mesmo peso. Segundo o estatuto, a comunidade universitária é composta de: comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos-administrativos) e comunidade regional (população da Mesorregião Fronteira Sul e seu entorno) (UFFS, 2015a, p. 26-29). Sobre este processo de consulta, em uma das entrevistas, foi observado que:

*Isso, às vezes, para os nossos pesquisadores, é difícil de compreender, que os agricultores, que os sem-terra, que os índios, sem diplomação ainda, nós estamos construindo isso com eles, eles também sentem nos conselhos, com o mesmo espaço de poder, de participação, inclusive de voto, e a gente fala do nosso processo eleitoral que é único no mundo, onde a sociedade civil organizada têm 25% junto aos estudantes que têm 25%, os técnicos têm 25% e os professores têm 25%. Do voto para reitor, para vice-reitor, para diretor*

*do campus... então, essas diferenças, só a UFFS tem, e assumir a comunidade regional como parte da comunidade universitária.* (ENTREVISTADO 4, 2017).

Um outro elemento que deve ser ressaltado se refere ao processo de seleção dos estudantes da instituição: não há a aplicação do vestibular, processo já tradicional adotado pela grande maioria das universidades brasileiras. Nos primeiros anos a seleção se dava com base nos dados e resultados do ENEM, acrescido do Fator Escola Pública. A ideia do Fator Escola Pública era valorizar os estudantes que haviam cursado a escola pública no ensino médio. Conforme edital do processo seletivo da UFFS (2012), assim funcionava este instrumento:

Para cada candidato será atribuído o **fator escola pública** (FatorEP) de acordo com a seguinte regra: I) FatorEP = 1,3 – para o candidato que declarou ter cursado integralmente, com aprovação, todo o ensino médio em escola pública; II) FatorEP = 1,2 – para o candidato que declarou ter cursado, com aprovação, apenas 2 (duas) séries do ensino médio em escola pública; III) FatorEP = 1,1 – para o candidato que declarou ter cursado, com aprovação, apenas 1 (uma) série do ensino médio em escola pública; IV) FatorEP = 1,0 – para os demais candidatos. A Nota Final de cada candidato no Processo Seletivo UFFS/2012 será calculada utilizando-se a seguinte fórmula: **Nota Final = NotaEnemMédia × FatorEP**. (UFFS, 2011, p. 6-7, grifos no original).

Atualmente, o processo se dá através do Sistema de Seleção Unificada – SISU. A utilização do instrumento Fator Escola Pública permitiu que o número de alunos oriundos da escola pública fosse maioria no início das atividades. Segundo Mohr et al (2012), no ano de 2010, 95% dos alunos da UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul, fizeram seus ensinos fundamental e médio na escola pública. A legislação atual<sup>87</sup> determina que 50% dos alunos ingressantes devem ser da escola pública. Todavia, o processo seletivo da universidade referente ao ano de 2018 destinou 84% aos estudantes procedentes da escola pública, constituindo assim mais uma característica diferenciada da UFFS.

Em suma, é patente a expectativa acerca dos efeitos que a UFFS pode provocar em toda a mesorregião Fronteira Sul e, conseqüentemente, no Território Cantuquiriguaçu. As citações acima vão ao encontro do público alvo e dos compromissos que a universidade tem com a região, com o desenvolvimento regional. Obviamente, cumprir com estes compromissos requer a superação de diversos obstáculos e desafios, os quais são elencados mais adiante. Contudo, não se pode ignorar que o esforço dos movimentos sociais e demais agentes envolvidos permitiu

---

<sup>87</sup> Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que trata da forma de ingresso de estudantes na rede federal de ensino (BRASIL, 2012).

a construção de uma universidade pública diferenciada, com um perfil distinto das demais instituições federais de ensino superior do país.

O processo que culminou com a conquista da UFFS e sua distribuição em três diferentes unidades da Federação é algo *sui generis*. Dentre os elementos aqui discutidos, o destaque maior se deve à união de forças entre agentes que, dificilmente, possuem capacidade econômica e política de direcionar o desenvolvimento de suas regiões. Não por ausência da importância destas forças, mas sim, pela dificuldade em mobilizar a população em torno de seus interesses. No caso desta universidade, diferentes movimentos e sujeitos sociais, com apoio de setores muitas vezes antagônicos aos interesses destes sujeitos, conseguiram unir toda uma demanda mesorregional em prol do ensino superior. O MPUF conseguiu unir diferentes sujeitos sociais, diferentes microrregiões, em diferentes períodos de tempo, na busca da conquista da universidade. Este triunfo, *per se*, já significaria uma proeza extraordinária. Mas a UFFS pode, e deve, ir além.

O Território Cantuquiriguaçu, através dos movimentos sociais, conduzidos pelo MST, teve um senso de oportunidade único e perspicaz. Não só a entrada junto ao MPUF, mas principalmente pelo êxito quanto ao surgimento da universidade e a criação de um Campus em Laranjeiras do Sul. Uma região extensa, empobrecida, com indicadores socioeconômicos que denotam um baixo desenvolvimento contemplada com uma instituição potencialmente forte, pujante, com capacidade de promover inúmeras ações, além de suas costumeiras atividades, impelindo o desenvolvimento regional. É uma oportunidade rara que, dificilmente, outras regiões nestas condições possuem. Mas esta singularidade não se refere apenas a região em si, mas sim às peculiaridades do território, principalmente no que se refere a determinados segmentos da população. Os movimentos sociais construíram algo memorável: uma universidade fruto de suas ações. Quiça seja uma oportunidade para que os “vencidos” possam escrever sua própria história.

Há elementos que caracterizam, com certeza, a importância e admirável possibilidade para essa universidade ser diferente das universidades federais tradicionais. Estes aspectos vão desde processos seletivos diferenciados, missão institucional, forma pela qual foi criada, relação com a sociedade regional (através do Conselho Estratégico Social e Conselho Comunitário, além do assento em outros Conselhos deliberativos da universidade), COEPE's, entre outros. Possivelmente, inúmeros entraves e desafios, além de outras contradições, devem dificultar o cumprimento da missão traçada pela UFFS. Contudo, não se pode ignorar que a existência destes elementos, além dos próprios princípios institucionais, permite considerar uma ocasião



excepcional para a população do Território Cantuquiriguaçu, população esta geralmente à margem das políticas e estratégias de desenvolvimento.

## 5.2 A UFFS NA CANTUQUIRIGUAÇU

Este subcapítulo trata dos primeiros resultados da UFFS no *campus* Laranjeiras do Sul, incluindo ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão/cultura. As atividades acadêmicas iniciaram com a oferta dos cursos de graduação, sendo possível identificar, apesar de um curto período de tempo, um esforço para que os cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) viessem a ser ofertados. Descreve-se, ainda, o perfil desses cursos e as aspirações dos sujeitos sociais envolvidos na luta pela universidade e em que medida as expectativas têm sido correspondidas.

Na sequência, debate-se sobre os investimentos diretos realizados em Laranjeiras do Sul para a criação do Campus. A aquisição do imóvel onde o campus foi construído foi feita pelas prefeituras municipais da região (Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguacu). Já os investimentos relacionados à construção de edifícios, laboratórios e aquisição de equipamentos foram feitos pelo Governo Federal por meio de recursos aplicados diretamente na própria UFFS. Verificam-se, ainda, os gastos com relação à folha salarial dos servidores da universidade, bem como as despesas com serviços terceirizados. Esta soma, ainda que não seja objeto específico da pesquisa, permite avaliar os efeitos da UFFS no Território, principalmente em Laranjeiras do Sul, até o ano de 2016.

Em seguida, são apresentados os resultados do questionário aplicado junto às entidades que integram o CONDETEC. Esse instrumento permite discorrer sobre a relação entre UFFS e desenvolvimento regional no Território Cantuquiriguaçu, de acordo com o ponto de vista dos membros do Conselho. A ideia é identificar quais as percepções das entidades envolvidas frente às constatações e perspectivas a respeito dos efeitos da universidade na região. Desta forma, o conjunto de dados apresentados neste subcapítulo, juntamente com a devida análise, permite discorrer sobre as implicações iniciais da universidade na Cantuquiriguaçu. Com isso, é possível descrever, na sequência, quais as possibilidades que a UFFS tem quanto ao desenvolvimento da região.

A UFFS iniciou suas atividades em 2010. O primeiro processo seletivo da instituição continha 2.160 vagas, divididas em 42 diferentes cursos de graduação pelos cinco *campi* (UFFS, 2010a). Em Laranjeiras do Sul, a oferta inicial foi de 260 vagas, distribuídas em cinco cursos e seis turmas iniciais (tabela 23).

**Tabela 23** – Cursos, vagas e número de inscritos – UFFS – processo seletivo 2010

<b>Curso</b>	<b>Vagas</b>	<b>Número de inscritos no processo seletivo 1ª opção</b>	<b>Número de inscritos no processo seletivo 2ª opção</b>
Agronomia	50	396	323
Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	50	42	143
Engenharia de Alimentos	50	271	300
Engenharia de Aquicultura	50	54	112
Licenciatura em Educação do Campo Diurno	30	21	49
Licenciatura em Educação do Campo Noturno	30	176	108

Fonte: Elaboração própria com base em UFFS (2010b).

Como já apontado no capítulo anterior, a entrada da UFFS no Território Cantuquiriguaçu aumentou a oferta de cursos presenciais na região. De acordo com o relatório final do Grupo de Trabalho (2008), ficou definido que o futuro campus de Laranjeiras do Sul iria dispor de cursos nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Cooperativismo e Licenciaturas (formação de professores). Ainda que outras proposições fossem feitas durante o processo de criação da UFFS, os cursos criados estão dentro das áreas apontadas. Quando iniciaram as aulas no campus Laranjeiras do Sul, em 29 de março de 2010, os cursos ofertados foram: Agronomia (ênfase em Agroecologia), Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial<sup>88</sup>, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Licenciatura em Educação do Campo. Em 2012, através de Edital de Chamada Pública do MEC, o campus Laranjeiras do Sul passou a ofertar também com o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas.

Os cursos escolhidos para serem ofertados no campus Laranjeiras do Sul são “[...] voltados e preocupados com o desenvolvimento regional, abrangendo as ciências agrárias, a indústria, a gestão e o ensino voltado para a formação de professores do campo.” (MORH et al, 2012, p. 801). Na apresentação do campus, no sítio da UFFS, destaca-se que “Sendo uma universidade pública, popular e democrática, voltada para as necessidades da mesorregião em que atua, os cursos estão integrados numa perspectiva do desenvolvimento sustentável da

<sup>88</sup> Sob orientação do MEC, ao longo do ano de 2011, o curso foi transformado em Ciências Econômicas, passando a ser ofertado com esta nomenclatura a partir do processo seletivo de 2012.

região.” (UFFS, 2017b). A descrição corresponde ao entendimento dos entrevistados quando questionados se a criação dos cursos levou em conta as especificidades e necessidades da região, já que, praticamente todos<sup>89</sup> os entrevistados sinalizaram que sim, ou seja, que a UFFS considerou as peculiaridades e anseios da população regional quando da escolha dos cursos que viriam a ser implantados.

Neste sentido, algumas colocações, como as que seguem, evidenciam esta interpretação:

*[...] a escolha dos cursos ela está preocupada com o desenvolvimento voltado para o agricultor familiar, para o assentado, né, para o trabalhador urbano, para discutir o modelo de educação e tal. (ENTREVISTADO 5, 2017).*

Tal resposta corresponde exatamente ao perfil institucional que se desejava para a universidade. Para outro entrevistado, a UFFS:

*[...] não veio aqui com a proposta pronta. Ela tinha uma ideia, ela já conhecia a região e ela veio com uma proposta trazendo para a comunidade junto estar colaborando no sentido da implantação dos cursos [...] (ENTREVISTADO 8, 2017).*

E, conforme as entrevistas vão acontecendo, verifica-se que a instituição levou em consideração as manifestações da sociedade regional:

*Então hoje, nós, em Laranjeiras do Sul, podemos dizer que os cursos que lá estão atendem prioritariamente às necessidades da região e outros cursos virão, que ainda falta. (ENTREVISTADO 4, 2017).*

Alguns entrevistados vão além de descrever os indícios a respeito do que se esperava da universidade e dos cursos efetivamente criados. Em uma das entrevistas, a resposta à questão indica de que forma a relação entre os cursos e os sujeitos envolvidos no processo alteraram dinâmicas sociais até então estabelecidas no território:

*É, pelo conhecimento que a gente tem aqui do trabalho feito pela universidade, levou em consideração, principalmente em relação a essa questão do desenvolvimento, da emancipação da classe mais pobre da sociedade. Os cursos foram pensados nesse sentido, teve várias conferências e etc. aqui na região. E para ser definidos esses cursos, e esses cursos, eles estão atendendo o objetivo do que eles foram, foram pensados na época. Porque nós tínhamos aqui um problema muito sério que era os filhos das classes um pouco mais, do poder aquisitivo um pouco maior, elas iam estudar fora, fazer os cursos em outras cidades, principalmente Curitiba e etc., outras cidades, centros, centros maiores, e por conta disso não voltavam mais depois de formados. E os filhos das classes pobres não podiam estudar, então nós tínhamos esse problema. E hoje com a universidade presença aqui, que no início de certa forma ela criou uma espécie de desconforto, porque a classe mais abastada da sociedade queria os cursos que eles, para seus filhos que iam estudar fora. Então nesse sentido, a universidade, ela veio atender*

---

<sup>89</sup> Apenas um dos entrevistados afirmou que não acompanhou diretamente este debate, mas sinalizou que possivelmente sim, pois segundo suas palavras “[...] eu imagino que deva feito... ter sido feito os estudos, com relação aos cursos, da região de Laranjeiras do Sul, sabe?!” (ENTREVISTADO 6, 2017).

*justamente a população mais carente, veio trazer esses cursos voltados para a questão principalmente do pequeno agricultor, enfim e, nesse sentido, a universidade está correspondendo o papel que ela foi concebida para isso.* (ENTREVISTADO 7, 2017).

Por este ângulo, a universidade consegue manter os compromissos assumidos com o MPUF, principalmente por incluir os filhos da classe trabalhadora no ensino superior. Evidentemente que isto não basta para que a universidade seja bem-sucedida nos seus propósitos, mas não se pode ignorar o efeito desta inclusão na vida de milhares de pessoas. Entretanto, esta política de inclusão infelizmente não é consensual, pois há setores que criticam o processo seletivo que prioriza os jovens oriundos da escola pública. Este juízo pode ser observado na citação anterior, quando o entrevistado menciona uma certa insatisfação da parte da sociedade com maior poder aquisitivo quanto aos cursos que vieram a ser ofertados no campus. Da mesma maneira, o pequeno trecho a seguir, ilustra o descontentamento de uma parte da sociedade:

*[...] um certo preconceito quanto a UFFS porque como foi os movimentos sociais que brigaram para vir [...]* (ENTREVISTADO 1, 2017).

Posição semelhante pode ser observada na resposta de outro entrevistado em relação aos principais desafios para que a UFFS cumpra seus objetivos no que diz respeito ao desenvolvimento regional. Para ele, o desafio primeiro consiste em:

*[...] aceitação da sociedade. Porque a sociedade estava pensando que a Universidade Federal iria vir para cá justamente para ajudar as grandes empresas a gerar emprego e tal, veja que isso é uma contradição, o tal do gerar emprego, como se fosse o trabalhador que está... o empresário que estava fazendo favor para o trabalhador, é só a gente discutir a mais-valia que a gente vê que é o trabalhador que está enriquecendo o empresário.* (ENTREVISTADO 5, 2017).

Assim, é clara a noção de que a UFFS se constitui em uma instituição de ensino superior diferenciada, que não só se mantém próxima aos movimentos sociais e causas regionais, como também prioriza a inclusão ao ensino superior de parte da população brasileira que, historicamente, não dispõe de condições econômicas adequadas para que avance em seus estudos. No caso da Cantuquiriguaçu, o baixo percentual da população de 25 anos ou mais com ensino superior, conforme visto no capítulo anterior, demonstra a realidade sobre a dificuldade de acesso ao estudo universitário. Não obstante, a concepção e as diretrizes da UFFS contrapõem, de certa forma, o poder político e econômico dominante na região, como pode ser confirmado na resposta a seguir:

*Mas ela vem aqui, ela é um fator, ela desestabiliza no bom sentido, porque é uma força grande, onde as forças locais não têm um poder para contrapor ou*

*desestabilizar uma universidade e dizer: “Vai ter que ir embora”. Não, já que veio, vai ficar. (ENTREVISTADO 2, 2017).*

Assim sendo, a oferta dos cursos em Laranjeiras do Sul permitiu atender os anseios e necessidades dos agentes envolvidos no MPUF, bem como a nítida identificação dos cursos com a dinâmica socioeconômica do Território. Portanto, diante dos depoimentos, é possível verificar que o perfil da região foi respeitado quando da implementação do Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul.

Contudo, é provável que a parte da sociedade de maior poder aquisitivo não concorde ou não tenha a compreensão dos efeitos destes cursos para o desenvolvimento regional. Afinal, alguns cursos historicamente com maior interesse, como Direito, Medicina, Odontologia, não foram ofertados. Supõe-se que haja um outro litígio na percepção dessa parte da sociedade, possivelmente com ainda mais peso que o primeiro: a forma de seleção. Ao privilegiar os estudantes oriundos da escola pública, a UFFS dificulta o acesso aos estudantes das famílias mais fortes econômica e politicamente, as quais geralmente fornecem educação básica aos seus filhos em escolas da rede privada de ensino. Ou seja, parece existir um campo profícuo para gerar conflitos de interesses, campo este que tende a ser realmente um desafio que a universidade deve enfrentar ao longo do tempo.

Para uma dimensão mais completa das atividades desenvolvidas no Território Cantuquiriguaçu, a seguir se examinam alguns números da UFFS relativos ao Campus Laranjeiras do Sul. Atualmente o Campus Laranjeiras do Sul dispõe de seis cursos de graduação: Agronomia (Agroecologia), Ciências Econômicas, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Interdisciplinar em Educação do Campo (Ciências Sociais e Humanas) e Interdisciplinar em Educação do Campo. Na pós-graduação, a oferta se divide entre quatro cursos *lato sensu* (Especialização em Educação do Campo, Especialização em Produção de Leite Agroecológico, Especialização em Educação Integral e Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios) e dois cursos *stricto sensu*: Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFFS, 2017c). Segundo informações disponíveis no sítio da UFFS,

O Campus conta atualmente com aproximadamente 931 alunos matriculados nos cursos de graduação, dos quais 97% são oriundos de escolas públicas e 73 estudantes de cursos de pós-graduação *stricto-sensu* e 38 alunos de especialização *lato-sensu*. Possui uma equipe formada por 89 professores efetivos, 60 técnicos-administrativos, 11 professores substitutos e 4 estagiários. Ainda conta com 34 funcionários terceirizados. (UFFS, 2017b).

Considerando que o início das atividades foi em 2010 e tendo em vista a complexidade de se construir uma universidade federal *multicampi*, são números que demonstram a

abrangência das atividades acadêmicas ao longo do período de sua existência. Contudo, há necessidade de oferecer novos cursos, tanto em nível de graduação quanto pós-graduação, conforme apontado por seis entrevistados (1, 3, 4, 6, 7 e 8). O debate sobre a ampliação da oferta formativa já tem ocorrido na instituição e há indicativos para o início da oferta do curso de Pedagogia, seguido, possivelmente, pela oferta do curso de Direito.

*Agora vamos expandir para Pedagogia, que já foi aprovado internamente, e há uma demanda de extensão aí para a gente ampliar, talvez Direito, dando um foco na questão agrária, mesmo que tenha setores aqui que não queiram discutir esse tema, mas é uma região de enorme... O Paraná tem 2,2 milhões hectares de terra pública grilada, né, não há nenhum curso, que eu saiba, de Direito no Brasil que tenha foco num dos temas agrários e ambientais. A gente pretende trazer o curso aqui na expansão [...] (ENTREVISTADO 2, 2017).*

Diante do exposto, fica explícito que a oferta dos novos cursos segue os moldes dos anteriores, ou seja, de acordo com a necessidade da região e conforme os anseios da comunidade que participou da conquista da UFFS. Muito embora nem sempre esta linha atenda aos interesses dos setores mais abastados da sociedade regional ou, até mesmo, de setores internos da universidade, ela está em consonância com os princípios que fundaram a sua criação. Essa compreensão é evidenciada pela seguinte resposta:

*Mas a universidade federal aqui cria um curso de educação do campo, cria um curso de aquicultura, cria um curso de agronomia voltado para agroecologia, que hoje inclusive, dos profissionais que estão saindo desse curso têm despontado nos concursos públicos e tudo. Então a escolha dos cursos ela está preocupada com o desenvolvimento voltado para o agricultor familiar, para o assentado, né, para o trabalhador urbano, para discutir o modelo de educação e tal. É, o curso de economia ali por exemplo está discutindo o cooperativismo solidário, está fortalecendo o cooperativismo solidário. Então eu diria assim que isso gerou inclusive uma, não sei se é uma rejeição, um certo problema inclusive com os setores conservadores ligados ao agronegócio, ligado a setores empresariais urbanos também, que tinham expectativa de que a universidade vinha para cá para discutir um projeto convencional e a universidade veio para cá para discutir um projeto mais voltado para a classe trabalhadora. E os cursos são a materialização dessa perspectiva. (ENTREVISTADO 5, 2017).*

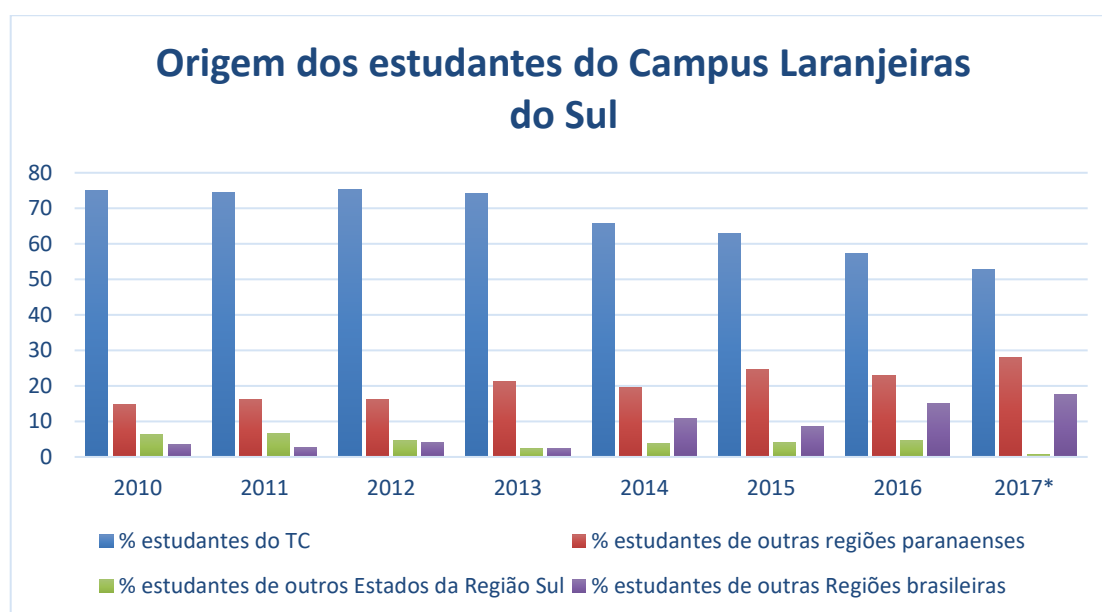
A escolha dos cursos parece não só atender às expectativas iniciais dos sujeitos sociais envolvidos no projeto de criação da universidade, como também, e principalmente, estão próximos das carências de formação da classe trabalhadora. Não se pode negar que esta diretriz representa um caráter inovador da universidade, ainda mais em um Território que apresenta graves problemas socioeconômicos. Evidentemente, isso também representa um desafio a ser superado por conflitar com os interesses das classes dominantes na região.

Com relação ao perfil dos estudantes, mesmo que a universidade tenha adotado inicialmente com sucesso o fator escola pública, a adesão da instituição ao SISU poderá

dificultar o acesso dos estudantes de ensino médio da região à UFFS. Mais precisamente, em Laranjeiras do Sul esta situação já pode ser observada. A figura 15, a seguir, apresenta a origem dos estudantes matriculados no campus ano a ano. Foi utilizado como base o documento fornecido pela Secretaria de Assuntos Estudantis – SAE/Campus Laranjeiras do Sul. Para identificar a origem dos estudantes, havia duas informações para escolha no documento: cidade/endereço e cidade em que houve a conclusão do ensino médio. Optou-se pela última, visto que esta tende a apresentar com maior exatidão a origem dos estudantes, supondo que eles concluíram os estudos nos municípios onde residiam. Já no campo cidade/endereço haveria a possibilidade de que, mesmo vindo de outras localidades, o estudante agora matriculado e residente em Laranjeiras do Sul, fornecesse a informação já com o endereço atualizado.

Os dados a seguir evidenciam a redução do percentual de estudantes que concluíram o ensino médio nos municípios do Território Cantuquiriguaçu ao longo destes oito anos. Quando se observa que em 2010 o percentual era de aproximadamente 75% e em 2017 está em 52,8%, a redução da participação é expressiva. Ainda que o percentual de estudantes de outros municípios paranaenses tenha se elevado no período, o maior aumento observado é de estudantes vindos de outras regiões brasileiras (excluindo os Estados do sul do país). Em 2010 este percentual era de 3,6%; em 2017 chegou a 17,6%, ou seja, próximo de 1/5 dos estudantes do campus são provenientes do restante do país.

**Figura 15** – Cidade de conclusão do ensino médio dos estudantes do Campus Laranjeiras do Sul



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SAE/UFFS.

\*Primeiro ano com estudantes estrangeiros no Campus (3).

Em relação às atividades de pesquisa, segundo os dados obtidos junto à Coordenação Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus Laranjeiras do Sul, o número total, no período verificado, foi de mais de 120 projetos, sendo 96 via editais internos<sup>90</sup>. Os projetos de pesquisa foram (e estão sendo) desenvolvidos nas áreas de: agricultura familiar, fruticultura na Cantuquiriguaçu, políticas de desenvolvimento regional, mulheres camponesas no Território, ambiente, tecnologias e processo de produção de alimentos, aquicultura, cooperativismo, ciências agrárias, assentamentos rurais, agroecologia, entre outros. Assim, ao desconsiderar o ano de 2010 (ano de implantação do campus), a média de projetos de pesquisa é superior a vinte por ano (tabela 24). Este número é representativo, visto que o número de docentes tem crescido ano a ano.

**Tabela 24** – Número de projetos de pesquisa – Campus Laranjeiras do Sul: 2010-2016

<b>Ano</b>	<b>Demanda Espontânea</b>	<b>Editais Internos (ano edital)</b>	<b>Editais Externos</b>
2010		-	
2011		10	2
2012		15	1
2013		9	3
2014	5	14	-
2015	4	31	-
2016	11	17	1

Fonte: Dados obtidos junto ao Campus Laranjeiras do Sul.

Considerando que nestes anos iniciais se deu todo o processo de construção dos cursos e regulamentos internos da UFFS, a evolução é promissora. Aliás, sobre isso, houve o seguinte registro:

*Os primeiros seis anos foram basicamente de construção de uma estrutura. Até tenho brincado assim: "Construímos o hardware, agora precisamos do software". E esse hardware ele foi num período em que nós também contamos com o governo federal, tivemos recursos para isso, são 270 milhões investidos em 35 prédios, construídos ao mesmo tempo. Laranjeiras do Sul tem hoje lá a sua estrutura básica em fase de finalização e nós temos conseguido também construir todas as regulamentações, desde o estatuto, regimento geral, regulamentos da graduação, da pesquisa, da pós-graduação, regulamentos da extensão, da cultura. (ENTREVISTADO 4, 2017).*

<sup>90</sup> A lista completa dos programas e projetos de pesquisa do Campus Laranjeiras do Sul pode ser visualizada no Anexo C.



Com relação as atividades de extensão e cultura, a tabela 25 apresenta o número de programas/projetos implementados no campus Laranjeiras do Sul, desde que este entrou em funcionamento. Para efeitos de padronização, adotou-se o critério de que, caso o programa/projeto se estenda por mais de um ano, será informado o ano de início das atividades. Conforme os dados retratados, o Campus de Laranjeiras do Sul já teve a execução de 195 ações de extensão ou cultura<sup>91</sup>. Estes projetos se dividem nas mais diversas áreas do conhecimento, como: comunicação, educação, direitos humanos, meio ambiente, ciências exatas, ciências agrárias e economia. Considerando ainda que as atividades de ensino se iniciaram no ano de 2010, portanto, sem editais internos e externos disponíveis, observa-se que são números significativos.

**Tabela 25** – Número de programas/projetos de extensão e cultura – Campus Laranjeiras do Sul: 2010-2017

Ano	Demanda	Editais	Editais
	Espontânea	Internos	Externos
2010	6	-	-
2011	7	10	1
2012	11	9	2
2013	7	3	5
2014	21	6	7
2015	21	27**	5
2016	35	7***	1
2017*	4		

Fonte: Elaboração própria com base em informações obtidas junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, PROEC

\* dados parciais

\*\* anos de execução 2015/2016

\*\*\* anos de execução: 2016 até 2019

Convém ressaltar que, diante do nível de pobreza verificada na região e de seu baixo desenvolvimento, é bastante expressiva a importância da extensão universitária para o Território Cantuquiriguaçu. Essa percepção vai ao encontro do pensamento dos entrevistados como pode ser visto na declaração a seguir em relação à resposta se e como a UFFS pode contribuir com o desenvolvimento do Território:

*Com certeza pode. Eu acredito que sim, através dos trabalhos de extensão. Trabalho de extensão é um laboratório ao céu aberto, na Cantu tem muito o que se fazer [...] (ENTREVISTADO 1, 2017).*

<sup>91</sup> A lista completa dos programas e projetos de extensão e cultura da UFFS no Campus Laranjeiras do Sul pode ser vista no Anexo D.

Ao responder especificamente sobre a importância da pesquisa e da extensão e se o campus de Laranjeiras do Sul tem atendido as expectativas, o mesmo entrevistado afirma que:

*E o programa de extensão é o que dá notoriedade, é o que faz, digamos assim, a propaganda, é a porta de entrada começa pela extensão. Porque você passar pela estrada do interior com o veículo da universidade com um filho de agricultor indo pra sua localidade desenvolver um trabalho, o pessoal começa a ver "olha, a Universidade está aí, o pessoal da UFFS está aí". [...]. E a universidade, ela além, tem mostrado isso, ela tem ido, ela está indo a campo, ela está indo no assentamento, ela está indo na terra indígena, ela está indo no agricultor médio e no agricultor grande. Então, e com os filhos desse pessoal, está indo com o filho do agricultor médio, grande, pequeno, do índio, com o filho do índio, com o filho do assentado, com o filho do acampado. Então e esse filho do acampado e esse filho do índio e esse filho do agricultor na roda de amigos dele ele muda, ele muda, ele começa a mudar o conceito das pessoas na roda de amigos, na sua comunidade. E o trabalho de extensão é a parte mais importante ali do desenvolvimento, porque a universidade pra fora dos muros, [...] (ENTREVISTADO 1, 2017).*

Este depoimento evidencia como a UFFS pode fazer diferença graças a uma política intensiva no âmbito da extensão e cultura. Os demais entrevistados reconhecem a importância da extensão, tanto que defendem a ampliação de programas e projetos. E esta relevância já é percebida em decorrência dos projetos já implementados conforme o relato a seguir:

*É, eu acredito assim que a UFFS, ela tem já dado um grande suporte nessa questão da pesquisa e da extensão. Ontem mesmo a gente estava numa comunidade do interior aí, onde o agricultor, a família dos agricultores lá, que a gente visitou, teve um auxílio técnico para o desenvolvimento da piscicultura, da aquicultura, produção de peixe em tanque escavado. E também está tendo um acompanhamento na gestão da, do caráter agroecológico da produção. Então acho que isso fundamental, você ter ao mesmo tempo em que se faz a pesquisa, você devolver essa produção científica em função da melhora, do melhoramento da produção local lá da família envolvida no projeto. (ENTREVISTADO 3, 2017).*

Esta interação é vista como essencial pelos entrevistados para que a UFFS cumpra com seus objetivos acerca do desenvolvimento regional. Essa proximidade pode se dar tanto no campo técnico, como apontado acima, em que a ação da universidade permite a melhoria nos processos produtivos, como também no campo sociopolítico, o que fica explícito na seguinte declaração:

*Eu, para mim, assim, a pesquisa é algo que evidencia as contradições sociais e pode inclusive apontar possíveis soluções, porque a pesquisa não vai dar receitas, assim, mas ela pode evidenciar os conflitos e apontar caminhos para que a sociedade consiga se organizar. Então eu penso assim, que muita discussão tem, mas muitas discussões às vezes ficam meio no senso comum, e a pesquisa e a universidade vem conseguir sistematizar essas experiências que está no senso popular e transformar numa linguagem mais acadêmica, mais formal, para que mais pessoas vão se empoderando desse debate, das contradições da região, para que vá gerando assim, digamos, um entendimento maior, um tecido social para que consiga fortalecer a luta por*

*um, não sei se a gente pode chamar de verdadeiro desenvolvimento, mas um desenvolvimento que reveja um pouco essas questões mais estruturantes da nossa região. Para que ela deixe de ser uma região empobrecida, o que com certeza é uma luta árdua, mas se a gente não tiver um horizonte, por exemplo, não tem como a gente ter um desenvolvimento se nós não rever a estrutura agrária, fundiária, se nós não rever questões trabalhistas, se nós não rever questão de privatizações que já foram feitas aqui na região. (ENTREVISTADO 5, 2017).*

As palavras desse entrevistado reforçam que o processo de desenvolvimento carece da participação ativa da comunidade regional. Sendo certo que o desenvolvimento nacional tem impacto nas regiões, não se pode mais imaginar que, sem o envolvimento ativo da população, as ações voltadas ao desenvolvimento da Cantuquiriguaçu permitirão que a melhoria da qualidade seja alcançada. O que, mais uma vez, reforça o relevante papel da UFFS para com o Território. Obviamente, este impacto no desenvolvimento regional não ocorre de maneira imediata, por mais que algumas ações deem frutos desde o início. Esta questão também representa um desafio à medida que, muitas vezes, o imediatismo acaba prevalecendo dificultando a implementação de estratégias mais permanentes e duradouras, de longo prazo. De toda forma, os sujeitos sociais envolvidos no processo de conquista da universidade têm, possivelmente, muita clareza das diretrizes que devem ser adotadas pelo campus visando o desenvolvimento regional.

O conjunto destas ações, principalmente da pesquisa e extensão, reforçam a importância da UFFS no Território. Afinal, o perfil das outras IES presentes na região, principalmente no que se refere a extensão, indica que as expectativas, e responsabilidades, são maiores por parte da UFFS. Não obstante, uma forte política universitária neste setor não só permite a articulação com o ensino e pesquisa, mas também mantém os compromissos assumidos, quando da criação da universidade, com as demandas regionais e sujeitos sociais envolvidos na conquista da instituição.

Um outro aspecto que merece ser examinado se refere ao total dos investimentos da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, no Território Cantuquiriguaçu, sendo que objetivo aqui não se refere a avaliar e comparar estes investimentos com outras IES, mas sim permitir a reflexão do que representou, para o Território Cantuquiriguaçu, a instalação do campus. O Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul está localizado na BR 158, km 405. Como já referido, as atividades iniciaram em 2010, sendo que as aulas começaram em março daquele ano, num prédio cedido pela UNICENTRO. A partir de 2013, a maioria das atividades do campus foi transferida para o prédio próprio da UFFS. O local anterior continuou sendo utilizado até 2015. Conforme já mencionado, o imóvel de cem hectares foi adquirido, uma parte de pessoa física e outra parte

como resultado do deslocamento de três famílias assentadas, conforme negociação entre UFFS, INCRA e MST. A figura 16, a seguir, retrata o Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul.

**Figura 16** – Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul



Fonte: Assessoria de Comunicação da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul

Conforme informações da assessoria de infraestrutura e gestão ambiental do campus Laranjeiras do Sul, a estrutura atual conta com:

- prédio de 5.125,16m<sup>2</sup>, denominado de bloco A, onde são ministradas as aulas, algumas atividades acadêmicas e biblioteca;
- prédio de 2.522,74m<sup>2</sup>, denominado de bloco administrativo/professores, onde encontram-se os gabinetes dos docentes, da direção do campus e diversos setores administrativos;
- três blocos de laboratórios, totalizando 3.373,00m<sup>2</sup>;
- um prédio onde está localizado o Restaurante Universitário, com 2.522,74m<sup>2</sup>;

- um prédio em que está situado o Centro Vocacional Tecnológico – CVT<sup>92</sup>, com 315.65m<sup>2</sup>;
- central de reagentes, com 106,24m<sup>2</sup>;
- galpão agrícola medindo 255m<sup>2</sup>;
- casa de vegetação, com 163m<sup>2</sup>;
- central de resíduos, com 60m<sup>2</sup>;
- abrigo de veículos, medindo 130m<sup>2</sup>.

Das obras listadas, destacam-se especialmente o prédio denominado Bloco A, local em que são ministradas a maioria das aulas de graduação e pós-graduação, além de setores administrativos, cantina universitária, biblioteca e laboratórios de informática. A figura 17, a seguir, permite a visualização extensa do referido prédio.

**Figura 17** – Vista externa do Bloco A da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul



Fonte: Assessoria de Comunicação da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.

---

<sup>92</sup> Construído através de emenda parlamentar, mediante atuação da Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul – ACILS (ACILS, 2016).



O conjunto de laboratórios, distribuídos em três prédios, também representa um investimento significativo. São 45 laboratórios (quinze em cada prédio), os quais já se encontram equipados. A figura 18 apresenta uma visão extensa desses prédios.

**Figura 18** – Conjunto de laboratórios da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul



Fonte: Assessoria de Comunicação da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.

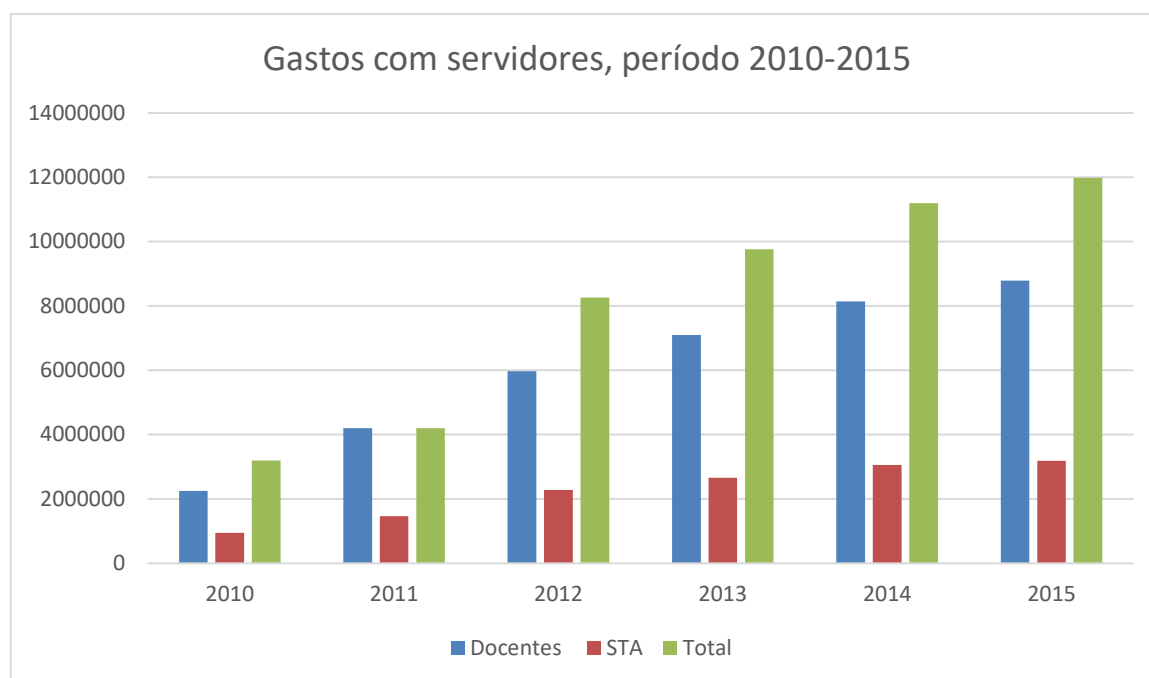
O restaurante universitário do Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul entrou em funcionamento em 2016. Para os estudantes da UFFS, o valor pago pela refeição é de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). A figura 19, a seguir, exhibe a parte externa do prédio em que se localiza o restaurante.

**Figura 19** – Restaurante Universitário da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul



Fonte: Assessoria de Comunicação da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul.

Até o ano de 2016 não havia relatório, especificado por campus, das despesas de custeio e de capital. O relatório de Gestão Pró-Tempore (2015) engloba as despesas no período entre 2009 e meados de 2015. Conforme os dados disponibilizados neste documento, o montante dos gastos com obras já concluídas até 2015 chegou a R\$ 23.777.677,94. Na época, as obras em execução totalizavam R\$ 10.217.381,98. Ou seja, apenas em obras o valor dispendido com o Campus Laranjeiras do Sul entre 2009 e 2015 se aproxima de 34 milhões de reais (UFFS, 2015b). Freitas (2016) apurou o volume de gastos com salários e encargos sociais entre 2010 e 2015, como pode ser observado na figura 20.

**Figura 20** – Gastos com salários e encargos sociais

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Freitas (2016).

Embora supostamente estes valores não tenham sido dispendidos integralmente na economia local, é inegável a relevância deste montante na região. Há ainda outros gastos não incluídos no montante, como serviços terceirizados e gastos com obras referentes ao segundo semestre de 2015. A quantidade de gastos e a injeção de recursos na economia local não podem ser menosprezadas, afinal, é notável o aumento de despesas com pessoal ao longo dos seis anos. Isto porque os gastos aumentaram em mais de 374% desde 2010. Evidentemente, outros estudos precisam ser realizados para medir com maior exatidão o impacto econômico do Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul e região.

Não obstante, o relatório de gestão 2016 apresenta uma síntese dos gastos realizados especificamente naquele ano (UFFS, 2017h). A tabela 26, a seguir, exhibe o tipo de gasto, o respectivo valor e o montante total. O volume de gastos reforça o impacto do Campus para Laranjeiras do Sul. Considerando que, durante o ano de 2016, houve uma redução no orçamento das universidades federais, a maior parte dos gastos se refere a despesas com pessoal.



**Tabela 26 – Gastos do Campus Laranjeiras do Sul - 2016**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor (em reais)</b>
Total	24.344.569,80
Valor subsidiado no Restaurante Universitário	377.111,00
Gastos com laboratórios	111.790,53
Áreas experimentais	27.078,30
Transportes (terceirizado)	85.564,63
Diárias e passagens	16.305,15
Telefonia	44.972,11
Energia elétrica	465.393,15
Gastos com pessoal	19.233.621,30
Aquisição de material permanente	6.520,20
Serviços de impressão	34.868,37
Gastos com manutenção de veículos	43.205,72
Aquisição de materiais de consumo	22.730,11
Manutenção predial	64.256,05
Assistência estudantil	1.696.215,00
Serviços terceirizados	1.870.891,05
Obras	243.067,13
Locação de espaços (formaturas)	980,00

Fonte: Relatório de Gestão 2016, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS, 2017h).

Por fim, convém ressaltar que, como não havia a discriminação de gastos por campus antes de 2016, alguns valores podem ser sub ou sobrestimados. Independente disso, os valores são substanciais, ainda que estudos específicos para se determinar o impacto econômico do Campus na região devam ser realizados. Ademais, este não é o foco principal deste trabalho, porém, contribui quando se busca identificar quais as consequências iniciais com a implantação do Campus no Território Cantuquiriguaçu. Assim sendo, além dos efeitos acadêmicos, culturais, sociais e institucionais, o impacto econômico representa uma repercussão significativa neste território tão empobrecido e desigual. Esta relação universidade – desenvolvimento regional, especificamente quanto ao Território Cantuquiriguaçu, merece ser observada também pelo CONDETEC.

Na direção desta observação e visando compreender a relação entre a UFFS e outros elementos importantes no Território, foi elaborado um questionário direcionado ao CONDETEC. Este questionário foi aplicado em reunião do Conselho no dia 06 de dezembro de 2017. Nesta data, oito entidades se fizeram presentes, sendo que todas aceitaram contribuir com a pesquisa. Algumas considerações acerca do cenário devem ser feitas de imediato. A primeira delas se refere a um possível “esvaziamento” ou enfraquecimento do próprio

Conselho. Como o Programa Territórios da Cidadania está paralisado, as atividades desse órgão perderam notoriedade. Ademais, o enfraquecimento diminuiu a capacidade das entidades não governamentais de influenciarem os rumos e diretrizes de ações voltadas ao desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. Esse enfraquecimento pode permitir maior poder às entidades governamentais.

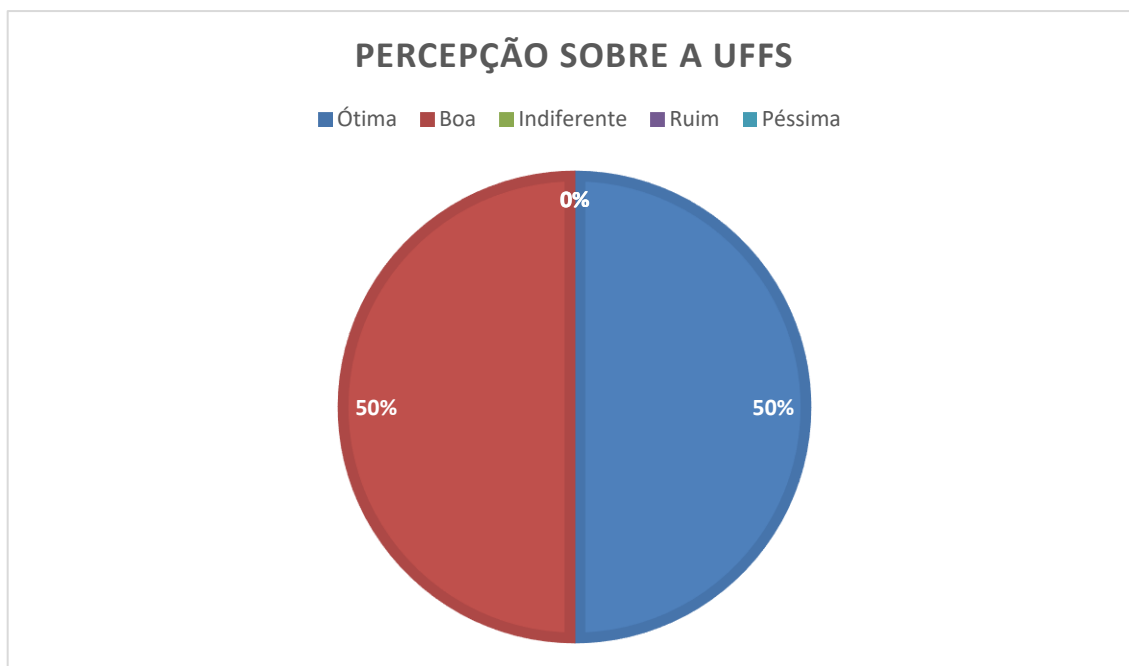
As respostas de oito entidades, equivalente a 20% dos representantes do Conselho, implica entender que os resultados não tratam, em totalidade, o pensamento do CONDETEC. Entretanto, estes resultados exprimem a posição de uma parte dos membros do Conselho que parecem ser mais ativos, ou seja, entidades que, *a priori*, estão mais preocupadas com as atividades do CONDETEC e com o desenvolvimento do Território. Convém ressaltar que seria possível a aplicação do questionário em outra oportunidade (em outra reunião, por exemplo) ou através de outras formas (telefone, e-mail, visita pessoal, entre outros). Contudo, entendeu-se que, metodologicamente, seria equivocado utilizar outra metodologia para aplicação. Até porque poderia gerar um viés de pressão sobre os membros das demais entidades conselheiras.

Entre as oito entidades que responderam ao questionário, cinco delas são não governamentais (62,5% das respondentes) e três são governamentais (37,5% das que responderam). Como o CONDETEC é constituído por quarenta entidades<sup>93</sup>, sendo 22 não governamentais (55%) e 18 governamentais (45%), não há uma discrepância expressiva entre os componentes do Conselho e as entidades que responderam o questionário.

A primeira questão abordou como é a percepção, por parte do entrevistado, sobre a UFFS. As alternativas para esta questão eram: ótima, boa, indiferente, ruim e péssima. A figura 21 sintetiza as respostas obtidas. Observa-se que quatro entidades têm uma ótima percepção a respeito da universidade, enquanto as demais assinalaram a alternativa subsequente, indicando uma boa percepção.

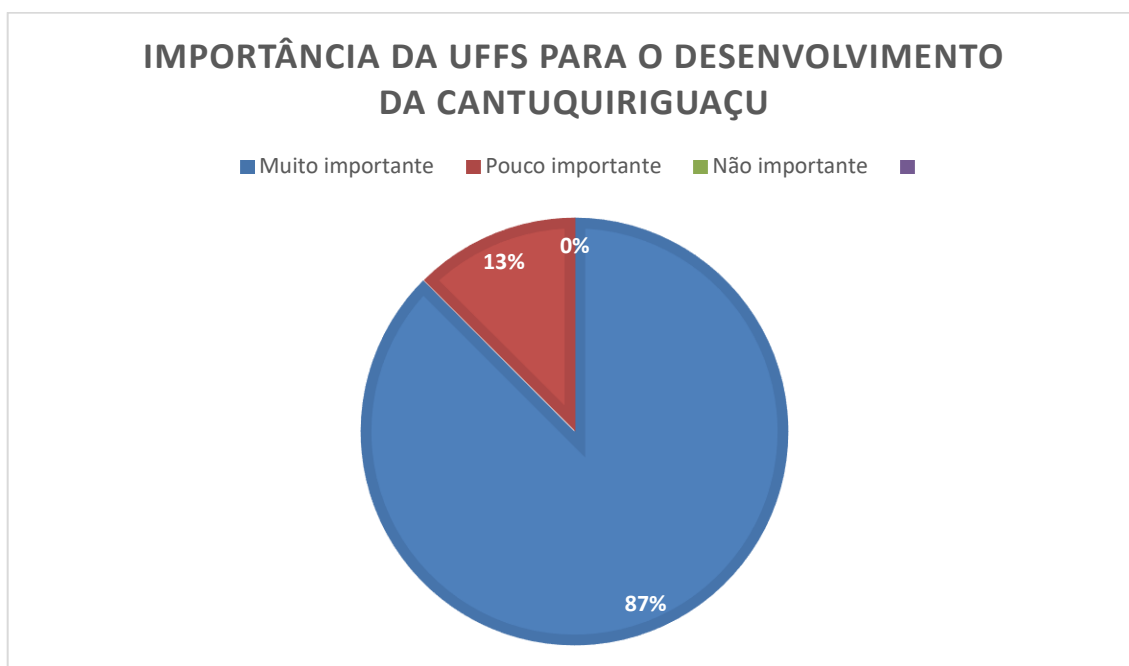
---

<sup>93</sup> A lista com todas as entidades que possuem assento no Conselho está presente no Anexo E.

**Figura 21** – Percepção do conselheiro do CONDETEC sobre a UFFS

Fonte: Elaboração própria, conforme resultados do questionário.

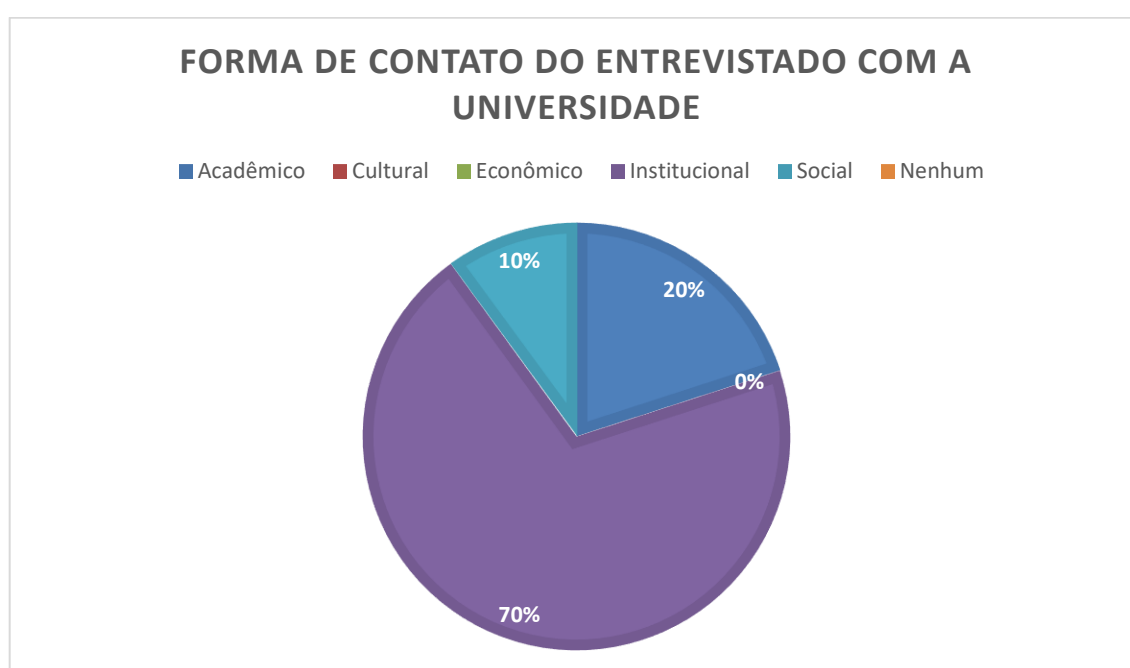
A seguir, buscou-se identificar a importância da UFFS para o desenvolvimento do Território. Verifica-se na Figura 22 que sete conselheiros, ou seja, a maioria, considera muito importante e apenas um entende que é pouco importante.

**Figura 22** – Importância da UFFS para o desenvolvimento do TC

Fonte: Elaboração própria conforme resultados do questionário.

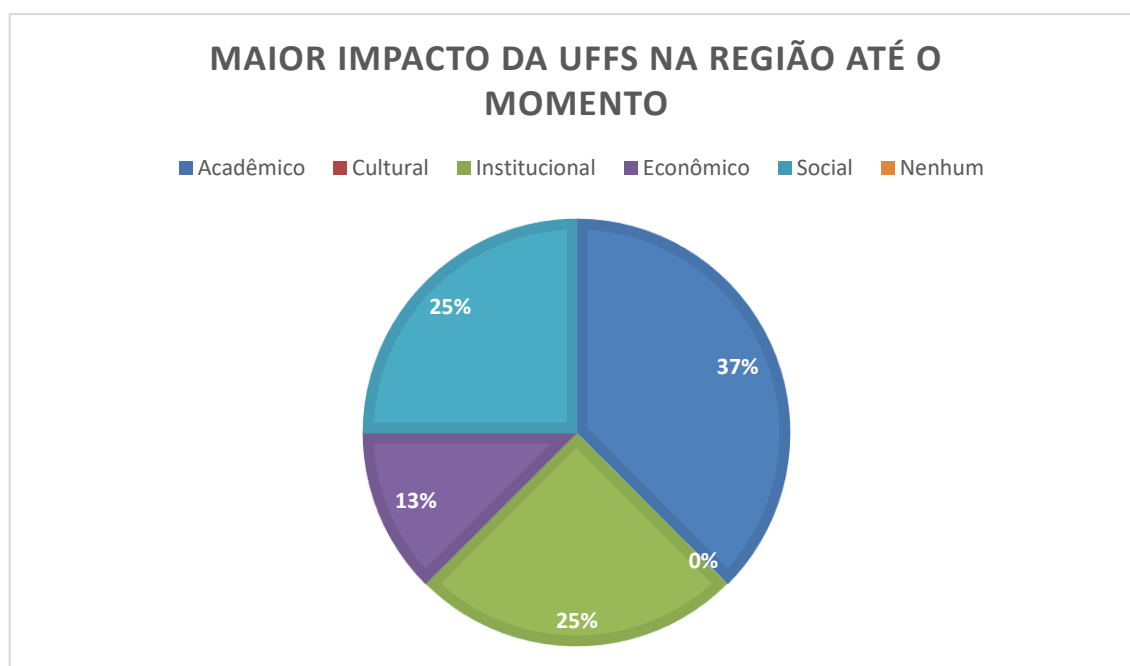
A próxima questão se referia a forma pela qual o entrevistado já teve contato direto com a universidade. Nesta questão, era possível o conselheiro assinalar mais de uma alternativa. Essa possibilidade gerou uma diversidade maior nas respostas, sendo que o contato institucional foi apontado majoritariamente (70%), conforme pode ser visualizado na figura 23. Destaque também que os conselheiros que responderam a questão não tiveram qualquer contato cultural ou acadêmico e que todos, sem exceção, tiveram contato direto com o Campus da UFFS em Laranjeiras do Sul.

**Figura 23** – Forma de contato direto com a UFFS



Fonte: Elaboração própria, conforme resultados do questionário.

A próxima pergunta buscou identificar qual foi o aspecto que teve maior impacto na região com a instalação da UFFS. Esta foi a questão com a maior equilíbrio entre as respostas dadas, de acordo com a figura 24. O impacto acadêmico recebeu o maior número de respostas, seguido dos aspectos institucional e social. É possível que esta percepção varie de acordo com o perfil do entrevistado e da entidade que representa. De qualquer forma, o impacto não se concentra em apenas um ou dois aspectos.

**Figura 24** – Maior impacto com a instalação da UFFS na região

Fonte: Elaboração própria, conforme resultados do questionário.

A quinta questão buscou identificar se o conselheiro tinha ciência de parcerias entre a UFFS e a comunidade regional. Caso a resposta fosse positiva, essas poderiam ser discriminadas. Do total, 75% dos respondentes têm conhecimento de alguma parceria, enquanto 25% desconhecem estas ações da universidade. Quanto a discriminação das parcerias propriamente ditas, foram citadas: CONDETEC, CEAGRO, fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar e produção associativista sustentável, núcleos de pesquisa (Núcleo de Estudos em Cooperação – NECOOP, Núcleo de Estudos em Agroecologia – NEA, Núcleo Luta Camponesa), projetos de pesquisa e extensão, cooperativas, piscicultura e formação de técnicos, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e prefeituras municipais. Os resultados não só reiteram a ideia da atuação da UFFS no Território, como indicam que o associativismo e a própria comunidade regional são agentes prioritários para o desenvolvimento das atividades da universidade.

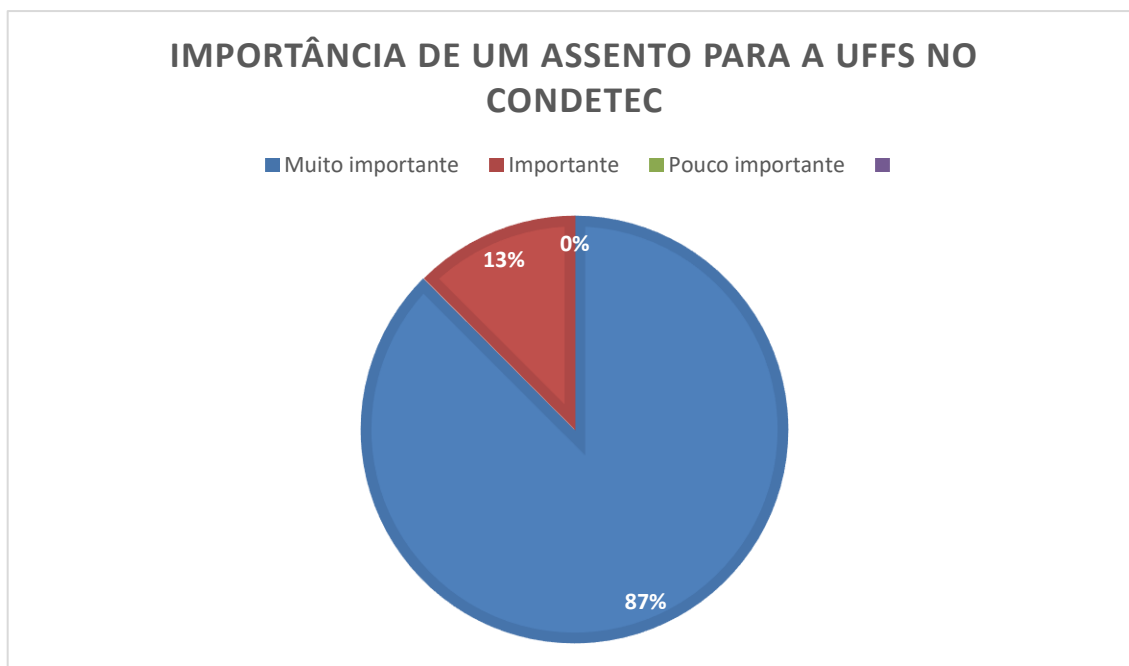
A questão seguinte buscou identificar qual foi o principal responsável pela conquista da UFFS para o Território Cantuquiriguaçu. A ampla maioria, 75%, reconhece a atuação dos movimentos sociais, conforme pode ser observado na figura 25. As respostas corroboram a percepção dos entrevistados, conforme visto anteriormente, que a atuação dos movimentos sociais foi fundamental para a conquista da universidade.

**Figura 25** – Principal responsável pela vinda da UFFS para o TC

Fonte: Elaboração própria conforme resultados do questionário.

A penúltima pergunta tratou de saber dos conselheiros se os cursos ofertados até agora atendem as necessidades regionais. As alternativas para resposta eram apenas sim ou não e os resultados apontaram que somente uma entidade representada entendia que não, as demais (sete) responderam sim a esta questão. Mais uma vez, as respostas convergem para a impressão que os entrevistados têm sobre os cursos ofertados e a realidade regional.

A questão final tratou de identificar a importância que tem o fato da universidade possuir um assento junto ao CONDETEC. A grande maioria entende que é muito importante a UFFS ser uma das entidades que integra o Conselho, conforme pode ser visto na figura 26. Esta resposta pode ser resultado não só da atuação da universidade para o desenvolvimento territorial, mas também como uma organização parceira de outros organismos. A capacidade de articulação e diversidade quanto as formas de relações com a comunidade regional, que podem ser potencializadas pelo Conselho, também ajudam a entender este resultado.

**Figura 26** – Importância da UFFS possuir um assento no CONDETEC

Fonte: Elaboração própria conforme resultados do questionário.

A análise do conjunto de respostas deste questionário permitiu apontar que a universidade tem cumprido com seu papel (perfil dos cursos, importância no CONDETEC, parcerias locais e regionais, percepção favorável das entidades) como também é essencial para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. As respostas reforçam a relação da universidade com o desenvolvimento regional, não só pela posição dos autores citados anteriormente (ROLIM; SERRA, 2009 e LECLERC, 1986) como também reafirmam o pensamento dos entrevistados consultados nesta pesquisa. Muito embora pensar numa universidade próxima da sociedade regional possa, para alguns autores, incorrer na redução de seu papel e sua importância (MINOGUE, 1981), é inconcebível supor que uma universidade federal, pública, custeada pelos recursos do povo brasileiro, se mantenha distante dos anseios e necessidades desse povo.

Este subcapítulo considerou os resultados do campus da UFFS em Laranjeiras do Sul. Os depoimentos dos entrevistados enfatizam a ideia de que os cursos ofertados na Cantuquiriguaçu respeitaram os anseios do MPUF, ou seja, honraram as vontades dos movimentos sociais e respeitaram os perfis microrregionais. Isso envolveu um debate árduo, com a construção de consensos difíceis de serem pactuados, pois reunia regiões de três diferentes Estados. Observou-se, também, a expectativa diante da necessidade de expansão do campus, inclusive com novos cursos. O ideal é que estes possíveis novos cursos continuem respeitando as características regionais, de acordo com as aspirações da sociedade regional.

Contudo, pode representar um novo desafio, visto que o momento desta decisão é outro, com novos fatores interferindo nas escolhas como, por exemplo, a influência da comunidade acadêmica interna.

Verificou-se aqui, também, os primeiros resultados das atividades desempenhadas pela universidade. Ainda que existam limites para a consecução dos objetivos de acordo com os anseios da sociedade regional, não se pode negar a relevância dos resultados obtidos. Para além da formação de estudantes que outrora não tinham acesso ao ensino superior, deve-se destacar o perfil dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos. A maior parte destes projetos se aproxima dos temas que a comunidade regional tem elencado. Isso produz efeitos diretos sobre ações que influenciam o desenvolvimento regional. Não obstante, há um impacto econômico com a instalação da universidade na região. Embora outros estudos possam e devam avaliar esses impactos com maior precisão, não se pode ignorar o volume de gastos dispendidos com o campus. Os exemplos em relação a isso foram a folha salarial dos servidores e o volume de gastos, os quais superam a casa dos R\$ 24 milhões, em 2016.

Por fim, verificou-se a opinião do CONDETEC frente a UFFS e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Apesar de apenas 20% das entidades membros terem respondido o questionário, há sinais claros de que a universidade é um importante mecanismo para o desenvolvimento regional. Com o possível enfraquecimento do PTC e, conseqüentemente, do próprio Conselho, faz-se necessário o advento de um outro organismo que coordene e articule as ações em prol do Território. Não se quer, com isso, transferir uma responsabilidade à universidade que não é dela. Mas sim, incentivar e viabilizar que a UFFS, conforme sua missão voltada ao desenvolvimento regional, assuma um papel ainda mais ativo, contribuindo com o CONDETEC e, além disso, utilize sua influência e relevância para ser um dos principais, senão o principal, articulador do Território.

### 5.3 A UFFS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O último subcapítulo deste estudo debate o significado da UFFS, campus Laranjeiras do Sul, para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Como exposto até aqui, trata-se de uma região na qual o desenvolvimento socioeconômico é abaixo da média paranaense. Aliás, as desigualdades regionais, expressivas, também são fortemente percebidas internamente, ou seja, dentro do próprio Território. A UFFS tem como um de seus objetivos a promoção do desenvolvimento regional, assumindo a postura de que este desenvolvimento não pode estar à mercê de estratégias que ignorem as peculiaridades regionais.



A primeira parte deste subcapítulo é dedicada às expectativas frente a UFFS para com o desenvolvimento do Território, conforme percepção apurada nas entrevistas e nas respostas ao questionário aplicado junto ao CONDETEC. As manifestações aqui discutidas não só reconhecem a universidade como um agente capaz de favorecer o desenvolvimento regional, como também depositam grandes esperanças quanto às ações dessa instituição e seus desdobramentos. Interessante observar que esta contribuição não está centrada nas atividades de ensino. Ao contrário, os dados apontam que a expectativa é grande com relação às atividades de pesquisa e extensão. Ademais, o caráter diferenciado da UFFS, em virtude de todo histórico institucional, permite considerar que a universidade possui um papel não só relevante, mas também promotor de ações e estratégias que vão muito além das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

Em seguida, há uma reflexão sobre os principais desafios e dificuldades que podem prejudicar os objetivos da UFFS quanto ao desenvolvimento na Cantuquiriguaçu. Os obstáculos aqui ponderados possuem elementos que dão conta das dificuldades, internas e externas, que a instituição tem para sua atuação. Obviamente, inúmeras outras contrariedades existem, e outras surgirão com o tempo. Contudo, a percepção dos entrevistados possibilita afirmar que a UFFS, para se consolidar como uma instituição comprometida com o desenvolvimento regional, deve superar entraves tanto externos quanto internos. Por fim, o debate trata as possibilidades que a UFFS tem para que, de uma forma substancial, contribua concretamente para uma melhoria na qualidade de vida da população residente na Cantuquiriguaçu.

Dentre as questões elaboradas para os entrevistados, ganha destaque aquela que verifica se a UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu e de que forma. Ressalta-se que, em diversos momentos, em todas as entrevistas, o tema desenvolvimento da Cantuquiriguaçu apareceu. Buscou-se, com a questão elaborada, uma resposta direta (ainda que relativamente aberta) para que os entrevistados pudessem exprimir suas ideias acerca do tema. Para o ENTREVISTADO 1, a universidade pode contribuir através dos projetos de extensão. Já outro entrevistado aponta que, primeiramente, o ensino pode contribuir, seguido da extensão. Mas vai além, ao afirmar que a universidade:

*[...] qualifica. Acho que para mim o trabalho central é a qualificação que ela vai dar aí. Eu acho que ela vai ajudar a dar norte também de um monte de coisa e fazer essa junção de força. A universidade tem essa capacidade de, não que ela por si só vai fazer as mudanças, mas ela é um espaço poderoso para articular as forças que estão aqui, dar fundamento. Ela se coloca num patamar diferente aí nas contendas regionais. Não quer dizer que ela esteja acima do bem e do mal, ela vai ter posicionamentos, né, mas ela tem, tem um poder muito acima de qualquer organização aqui da região. (ENTREVISTADO 2, 2017).*

Esta opinião dimensiona os caminhos que a universidade pode e deve percorrer se intenciona promover o desenvolvimento da região. Esta característica é que a diferencia das demais IES presentes no Território Cantuquiriguaçu (mas também entre as outras universidades federais) e, ao mesmo tempo, aumenta suas responsabilidades. O reconhecimento de que a instituição possui uma capacidade única de articular diferentes forças, lhe obriga a superar seus muros, a transcender suas ações, para que o Território se beneficie de suas atividades e, em última instância, o pretendido desenvolvimento não se limite à melhoria de alguns indicadores. Refira-se ainda a necessidade de se discutir, no Território, qual o modelo de desenvolvimento se deseja. Sobre isso, por exemplo, a UFFS deve:

*[...] qualificar essa discussão e evidenciar essas contradições aqui presentes no território. (ENTREVISTADO 5).*

Ainda sobre o mesmo ponto outro entrevistado assevera que:

*[...] acredito que o desenvolvimento, colocado a partir do processo de produção capitalista apenas, ele não serve para o Cantuquiriguaçu. Porque significaria a exclusão de possivelmente quase que a totalidade dessas 21 mil propriedades familiares, 20 a 21 mil. Então, e a concentração da terra mais uma vez, a concentração da riqueza que vem ocorrendo, mas que deve ser questionada e discutida cientificamente, com a UFFS aqui. Então eu penso que o modelo de desenvolvimento para o território deve ser um dos principais pontos de pesquisa e de especulação que a universidade, em todos os seus cursos, em todos os seus projetos de pesquisa e extensão, deve estar fazendo. Porque esses cursos e esses projetos devem também ter uma conexão comum, uma interconectividade, transpondo um pouco aquela visão setorialista, disciplinar, do conhecimento e da ação, para que a gente possa então ter aí um desenvolvimento mais sustentável no Cantuquiriguaçu. E quando eu falo sustentável, eu incluo todas as dimensões, a econômica, a ambiental, a cultural, a tecnológica, a científica, e também, a social. (ENTREVISTADO 3, 2017).*

A resposta desse entrevistado corresponde a um entendimento de que as ações adotadas até então não permitiram um desenvolvimento mais equilibrado no Território. Pelo contrário, alguns indicadores apontam que as desigualdades da região se intensificaram ao longo do tempo e, em parte, podem ter ocorrido justamente pelo fato de se ignorar as especificidades regionais, as quais já foram demonstradas no capítulo anterior. Portanto, a ação da UFFS sobre o desenvolvimento regional requer superar os padrões de desenvolvimento alinhados a lógica capitalista. Conforme visto no referencial teórico deste trabalho, o capitalismo se beneficia das desigualdades, visando obviamente reproduzir o capital, e isso ocasiona ainda mais desigualdades. Obviamente, mesmo não se tratando aqui de promover um outro modelo de produção para a Cantuquiriguaçu é, contudo, imperioso observar as idiosincrasias regionais, respeitá-las e tratá-las como potencialidades.

Nesta linha de pensamento, considerando as características da região, encontrou-se o seguinte entendimento:

*Então, eu diria que a contribuição maior que a universidade pode dar para o desenvolvimento do território do Cantuquiriguaçu que é um território baseado na agricultura camponesa e agricultura familiar, é exatamente fortalecer a agricultura familiar e camponesa. Então é ali que está o nosso enfoque, é ali que estão os nossos cursos, é ali que vai se dar a nossa excelência acadêmica na pesquisa, na extensão, e quem sabe, também, mais uma vez, um exemplo para o país. Mostrar como uma universidade pode se ocupar prioritariamente com essa questão, que é uma questão que alguns economistas achavam que estaria em extinção. Nós estamos aí reinventando a ocupação do território com os assentados, diminuindo a concentração de terra e mostrando que produzir alimentos de forma local, e também regional, é a melhor forma de desenvolver aquela região. (ENTREVISTADO 4, 2017).*

Dessa maneira, o entrevistado acima reforça não só o perfil da Cantuquiriguaçu, como também entende que os cursos ofertados no campus é que permitirão uma aproximação maior com a realidade e necessidades da região. Para o ENTREVISTADO 6 é possível que a universidade contribua para o desenvolvimento do território, principalmente através de atividades orientadas para os interesses da comunidade regional. Já para outro entrevistado, a prioridade deve ser a realização de projetos que visem a diminuição dos desequilíbrios sociais e econômicos no Território, sobre isso ele afirma que:

*Eu vejo esse o principal sentido, dentro do território da Cantuquiriguaçu um papel fundamental da universidade, diagnosticar os problemas existentes, principalmente a nível social, vamos falar também da questão econômica, da questão ambiental. Mas eu vejo assim mais seriamente a questão social, trabalhar dentro dessa questão, fazer esse tipo de diagnóstico e criar projetos e programas que efetivamente venha contribuir para redução dessas desigualdades, emancipar a população da região. (ENTREVISTADO 7, 2017).*

Para o ENTREVISTADO 8, esta contribuição já vem ocorrendo, principalmente em relação à qualificação da população da região, incluindo o processo de criação dos cursos que permitiu “sentir” o que a comunidade regional almejava.

Além das entrevistas, é possível observar, nos projetos de pesquisa e extensão já desenvolvidos ou em andamento, esta preocupação com o desenvolvimento regional. São várias as ações direcionadas a realidade regional. Por exemplo, no campo da extensão foram desenvolvidos projetos nas áreas de: agroecologia, educação e educação do campo, reforma agrária, juventude rural, desenvolvimento sustentável, tecnologia (inclusive de produtos artesanais), meio ambiente, qualidade de vida nas terras indígenas (realização de oficinas nas comunidades indígenas), produção de leite agroecológico, economia solidária, organização de cooperativas, práticas educacionais em territórios reformados, piscicultura, entre outros. Além

de visitas às comunidades indígenas, diversos fóruns, mostras de iniciação acadêmica e seminários, com destaque para o Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPE, evento anual que acontece em todos os *campi*.

Já com relação à pesquisa, as áreas são muito próximas das elencadas na extensão. No entanto, se observa que parte dos projetos de pesquisa, ainda que versem sobre os mesmos temas, muitas vezes tem como objeto de estudo de casos que não correspondem ao Território Cantuquiriguaçu, o que contradiz tanto as expectativas dos sujeitos sociais envolvidos no processo de criação da instituição, como também os próprios objetivos da UFFS.

Quanto às relações estabelecidas pela universidade, campus Laranjeiras do Sul, com a comunidade regional, destacam-se o Seminário de integração entre UFFS e a Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul (UFFS, 2013); a parceria entre UFFS e Secretarias de Educação da região (UFFS, 2017d); além das inúmeras parcerias mencionadas nas respostas ao questionário aplicado junto ao CONDETEC.

Aliás, a participação da comunidade ocorre, inclusive, em serviços e espaços cedidos à UFFS por outros agentes locais como, por exemplo, a) diversas atividades que foram realizadas na sede do Assentamento 08 de junho, em Laranjeiras do Sul, dada a necessidade de espaços maiores para realização de atividades promovidas pela universidade, inclusive acadêmicas<sup>94</sup>; b) o Assentamento 08 de junho, mais precisamente através da Cooperativa Agroindustrial Oito de junho – COPERJUNHO, venceu o primeiro processo licitatório de administração da cantina universitária e; c) a oferta de cursos em regime de alternância<sup>95</sup> é efetuada, parcialmente, nas instalações do CEAGRO, em Rio Bonito do Iguaçu.

Cabe ainda frisar a importância da participação da sociedade nos assuntos relacionados à atuação da UFFS como se constata pela existência do CES, para toda a universidade, e dos Conselhos Comunitários, órgãos com a mesma finalidade do CES, mas atuantes no âmbito de cada campus. O Conselho Comunitário de Laranjeiras do Sul foi o primeiro a entrar em vigência na instituição (ENTREVISTADO 4). E desde então têm participado em diversas discussões, tais como: relação entre UFFS e a comunidade regional, retenção e evasão de alunos, expansão dos cursos e atividades do campus, entre outros. Ainda que se configure como um órgão “apenas” consultivo, este Conselho é uma forma da comunidade regional, principalmente os sujeitos sociais envolvidos na criação da UFFS, participarem mais ativamente da vida

---

<sup>94</sup> Num primeiro momento a universidade não dispunha de espaços maiores para atender determinadas demandas. Dessa forma, a sede do Assentamento 08 de junho foi utilizada, inclusive quando da abertura da I COEPE.

<sup>95</sup> Cursos em regime de alternância: são cursos ofertados nos quais os estudantes passam parte do tempo na Universidade e parte do tempo nas suas comunidades.

universitária, além de garantir um canal de diálogo frequente, e institucional, com a própria universidade (UFFS, 2017f).

Sintetizadamente, há uma forte expectativa a respeito da possibilidade da UFFS contribuir para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu em resultado de diversos fatores, nomeadamente:

- O processo de construção do projeto e conquista de um campus para a região;
- Os compromissos iniciais assumidos pela universidade;
- A participação da comunidade regional em diversos espaços acadêmicos;
- O perfil dos cursos e os projetos de pesquisa e extensão já desenvolvidos.

Esta proximidade com a comunidade regional, especialmente através dos movimentos sociais, os quais representam as peculiaridades do Território, é indispensável para que o desenvolvimento regional ocorra de maneira menos desigual. Essa relação, no entanto, representa um dos principais desafios, dentre tantos outros, que a UFFS enfrenta. Vale ressaltar que esses desafios, caso não sejam superados, podem se transformar em empecilhos à própria ação da universidade, impedindo o cumprimento de seus objetivos. Evidentemente, são discutidos aqui potenciais desafios e entraves percebidos durante a pesquisa. É provável que muitos outros existam, ou venham a existir, que dificulte a atuação da universidade. Contudo, as possíveis contendas a seguir também dão uma ideia da abrangência e complexidade inerentes a própria UFFS. Embora o desenvolvimento regional se apresente como um de seus objetivos, a consecução deste não parece ser uma tarefa descomplicada e de fácil resolução.

Um primeiro aspecto se refere a própria organização institucional, ou seja, o caráter *multicampi*. De fato, mesmo com características socioeconômicas e regionais similares, há diferenças em relação aos municípios e aos próprios *campi* que podem dificultar o entendimento de como a universidade deve atuar como uma unidade. Sobre esse aspecto, considera-se, ainda, que o caráter *multicampi* se estende por três diferentes unidades da federação. Neste contexto, uma ação em prol do desenvolvimento regional de um *campus* do Paraná, por exemplo, pode não ser visto como prioridade institucional, caso esta ação esteja voltada para uma peculiaridade da região e não represente uma demanda das demais regiões. Além, é óbvio, de questões relativas a organização e funcionamento da universidade e relações com outras IES e entidades regionais/estaduais.

Uma segunda questão que deve estar na mente dos gestores da instituição se refere ao contexto político e econômico pelo qual o país atravessa. Há uma nítida mudança com relação aos gastos e investimentos com a educação superior. A aprovação da PEC 241, transformada

em Emenda Constitucional nº 95/2016, permitiu o estabelecimento de limites de gastos públicos, incluindo o congelamento de despesas referentes à saúde e à educação<sup>96</sup> (BRASIL, 2016). Ainda que esta alteração não seja objeto de análise, é incontestável que a mesma é profundamente austera, causando certamente uma degradação dos serviços públicos e, principalmente, impactando negativamente na qualidade de vida das pessoas que mais dependem do Estado, ou seja, a população mais carente e empobrecida. Por outro lado, a expansão universitária que se discutia na UFFS, inclusive com a possibilidade de novos *campi*, pode ficar comprometida. Consequentemente, com recursos mais escassos, a universidade (e o ensino público em geral) deverá enfrentar grandes dificuldades nos próximos anos.

Segundo os entrevistados, há outros desafios que devem ser examinados. As observações a seguir são decorrentes da questão “Quais os principais desafios para que a UFFS cumpra com seus objetivos acerca do desenvolvimento regional?” Para um dos entrevistados, o principal desafio é:

*Manter o padrão que ela iniciou. Eu acho assim, manter a expectativa, manter a união da sociedade em torno dela. Porque eu vejo que no início a UFFS, quando estava sendo implantada, tinha mais participação da comunidade regional. Hoje a UFFS, assim, ela não tem tempo também para ficar fazendo reunião, mas eu acho que tinha que fazer alguns eventos pra comunidade, pra atrair mais a juventude, [...] (ENTREVISTADO 1, 2017).*

Aqui, dois pontos podem ser avaliados. O primeiro se refere à qualidade percebida quando da instalação da UFFS na região. O segundo se refere à manutenção da relação com a comunidade regional, fruto do próprio processo de construção da universidade. A qualidade aqui colocada possivelmente se relaciona com o volume de investimentos e perfil dos servidores que iniciaram quando da implantação da universidade. Quanto à questão do relacionamento com a comunidade, parece que este é um ponto que, apesar da relação existir inclusive formalmente, deve se ter um cuidado para que a vida institucional acadêmica não se distancie da sociedade regional o que implica um esforço dos dirigentes para que este diálogo não só permaneça, como se fortaleça ainda mais.

Já para outro entrevistado:

*Então agora eu acho que vem de fato o desafio de enraizar, de aterrizar para valer no território. Agora está construída, os seus organismos inicialmente estão construídos, as suas normas estão construídas, então agora já pode entrar mais fundo. Ela já vem fazendo isso de forma mais periférica, digamos assim, o inicial, agora ela vai ter que ir fundo nesse desafio, nessa articulação*

---

<sup>96</sup> A PEC 241 obriga o congelamento das despesas públicas por vinte anos. A mesma foi apresentada na Câmara dos Deputados em junho de 2016, durante o afastamento da então presidente Dilma Rousseff, em decorrência do processo de impeachment. Posteriormente, com a consecução deste processo, foi aprovada no Governo Michel Temer.

*com as organizações sociais, públicas e privadas, no sentido aí, cooperativas, sindicatos, associações. (ENTREVISTADO 2, 2017).*

Para ele, há a necessidade de se articular com cooperativas, sindicatos, prefeituras e outras organizações. Esta análise se aproxima da resposta do entrevistado anterior e mostra que há uma preocupação, e também necessidade, de diálogo e aproximação dos órgãos que representam e se articulam com a comunidade regional.

Um dos entrevistados identificou diversos desafios. Segundo ele:

*Olha, são muitos os desafios. Talvez um deles seja a formação continuada dos quadros da UFFS, adaptando a esse processo local. Então, há um descompasso entre a natureza da UFFS e a natureza da formação dos professores e técnicos que trabalham na UFFS! Então, isso não é culpa de nenhum técnico, de nenhum professor, nenhum pesquisador. Isso é um resultado de um processo que estava colocado no país. Então, todos eles se formaram n'alguma universidade. As universidades, conforme eu disse antes, em sua grande maioria elas tiveram um padrão de desenvolvimento, de noção, de mundivisão, que se coadunam um pouco com a visão eurocentrista, tecnicista, bastante voltada para a dominação da natureza e muitas vezes, ou quase sempre, voltada para a dominação do outro ser humano também. (ENTREVISTADO 3, 2017).*

Este, aliás, é um elemento de muita importância: a formação dos docentes e técnicos administrativos da UFFS. Não se questiona a qualificação técnica dos servidores, mas sim, se estes servidores compreendem a importância da UFFS para o Território e o seu caráter diferenciado. Afinal, poucos docentes são originariamente da Cantuquiriguaçu: dos 22 primeiros, apenas um docente era da região (Laranjeiras do Sul). A maioria dos docentes é oriunda de grandes centros urbanos, o que pode implicar em uma percepção distorcida tendo em vista a origem e formação do docente e o perfil regional<sup>97</sup>. Não significa que todos os docentes que vieram de outras regiões tenham dificuldades em se inserir e atuar no contexto regional. E também isso não quer dizer que não possa ser superado, mas sim, deve-se envidar esforços para que este processo realmente se concretize. Caso contrário, corre-se o risco de inúmeras ações e projetos estarem fora do contexto regional.

Ainda para este entrevistado, a interação com a comunidade regional também representa um desafio, principalmente com relação a aproximação com os movimentos sociais. Sobre isso, ele afirma que:

*[...] as demandas que vêm desses movimentos, os movimentos sociais populares, eles são constituídos de sujeitos historicamente excluídos da sociedade como um todo. Então, por analogia, você tem que as suas pautas, também ficaram excluídas. Então, ao incluir pessoas, público que vem dessa*

<sup>97</sup> Ao participar de diferentes Conselhos na Universidade, o entrevistado percebeu a existência de certos conflitos, os quais podem ocasionar a não inserção, ou o não desenvolvimento do potencial, de alguns estudantes da região. (ENTREVISTADO 3, 2016).

*origem, dos movimentos sociais, você faz uma parte da inclusão, mas o conteúdo também do debate e da pesquisa, deve ser buscado nas pautas desses movimentos [...]. Porque essa é uma outra característica da universidade pública e privada brasileira, principalmente a pública, de se pesquisar algo que muitas vezes não tem relevância prática na vida das pessoas, mas para se cumprir como proforma, em função de titulações e tudo o mais. Então isso não interessa para a região, e não deve interessar à UFFS também, porque não cumpriria a sua missão. (ENTREVISTADO 3, 2017).*

Esta interpretação reforça a ideia de uma aproximação que supere a mera relação universidade – sociedade, pois entende que as pautas dos movimentos sociais, especialmente pesquisa e extensão, devem ser incorporadas pela universidade na busca pelo cumprimento de sua missão. Sem dúvida, este ponto de vista está correto na perspectiva de como a instituição surgiu, para o quê ela foi criada e quais são seus objetivos. É justamente por isso que cresce a importância do *campus* ter um corpo técnico concatenado com os interesses regionais reforçando assim o desafio anterior. Isto é, os docentes e técnicos administrativos devem compreender a realidade regional e atuar no sentido de mitigar as desigualdades socioeconômicas regionais ali verificadas.

Em outra entrevista, o desafio apontado é fazer com que a UFFS cumpra com sua terceira missão: o desenvolvimento regional. Ademais, a retenção e a evasão também devem ser objeto de atenção. Mas, mais uma vez, aparece a relação comunidade regional – universidade. Assim o desafio:

*[...] é conseguir fazer com que a nossa extensão e a nossa pesquisa ela possa estar plenamente afinada às políticas de desenvolvimento que a região precisa, e nem sempre é o que os prefeitos propõem. Mas aquilo que a região precisa, e quem pode dizer o que a região precisa? Muitas vezes a própria universidade pode dizer, porque a própria pesquisa da universidade dá argumentos para isso. [...] E o que a universidade, efetivamente, ela pode fazer? E esse, para mim, é o maior desafio, fazer com que a universidade seja também uma organização social, aliada a essa política de desenvolvimento regional, que possa afirmar a sua posição e dizer que nós, por exemplo, somos contra o latifúndio. Nós queremos que a terra seja de quem nela trabalha. Bom, mas isso é posição da universidade, veja só. A universidade tem as mais diferentes concepções teóricas e é importante que tenha, mas a direção da universidade tem posição, por isso temos eleições, disputamos eleições. E essa gestão, e eu falo em nome dela, apresenta como principal desafio, que a universidade possa para além de formar pessoas, para além de incidir com a pesquisa e a extensão sobre as políticas públicas, incorporar e formular políticas públicas, inclusive, que a própria universidade possa ela, como organização, também se inserir nesse processo. (ENTREVISTADO 4, 2017).*

Esta visão, além de reforçar o caráter da interação UFFS – comunidade regional, aponta a pesquisa e a extensão como um canal privilegiado para que o diálogo seja profícuo. Todavia, a posição mais coesa a respeito desta relação é a afirmação de que a universidade tem que ter o compromisso com a questão regional e exemplifica ao reiterar a importância de a instituição



assumir e cumprir seus compromissos e suas obrigações. Dessa maneira, a UFFS não seria apenas um apoiador, mas um agente central, enquanto organização social, que deve intervir nas mais diversas ações voltadas ao desenvolvimento regional. Ainda que esta seja uma posição da atual direção universitária, este deve ser um princípio institucional. Por mais que existam pensamentos diferentes dentro da universidade, o objetivo do desenvolvimento regional não deve ser colocado em segundo plano, pelo contrário, deve ser uma linha que balize as ações da instituição.

Para o ENTREVISTADO 5, são inúmeros desafios, dentre os quais a “aceitação” da sociedade, o comprometimento dos servidores da instituição com a classe trabalhadora regional (público alvo da UFFS) e o fortalecimento de instrumentos que permitam priorizar os aspectos regionais em detrimento das questões de mercado. O ENTREVISTADO 6 entende que se deve buscar a conquista de novos cursos, mas, segundo ele, este não é o momento mais apropriado, dadas as condições econômicas do país. Já para o ENTREVISTADO 7 o principal desafio se refere à manutenção dos investimentos públicos federais, algo que, infelizmente, sofre de um retrocesso expressivo nos primeiros meses do Governo Michel Temer. Além deste, outros desafios se referem à consolidação da universidade, aumento da oferta formativa, investimentos em infraestruturas, elevar a qualificação dos docentes e ampliar o atendimento aos demais municípios da região.

Conforme um entendimento apresentado em uma das entrevistas, um grande desafio é que os sujeitos sociais e demais agentes se unam em torno da pauta regional, e não apenas pensando em seu município. Esta união já deu frutos quando da conquista da própria universidade. Novamente, portanto, tem-se a leitura de que a UFFS deve ser um agente ativo na articulação de forças regionais na busca da identificação de quais são os rumos para o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. Observa-se nas constatações dos entrevistados a preocupação de superar os diversos desafios para que a UFFS possa, efetivamente, contribuir com o desenvolvimento do Território. Reconhecem, também, que estes desafios representam barreiras que dificultam a contribuição da universidade para o desenvolvimento regional.

Há de salientar, obviamente, outros desafios que se observa na instituição como, por exemplo, eliminar a burocracia universitária que dificulta o desenvolvimento dos projetos. Outra questão se refere ao perfil dos alunos que ingressam na instituição. Enquanto os primeiros processos seletivos priorizavam explicitamente os estudantes advindos da escola pública, a aderência ao SISU possibilita a vinda de estudantes de outras regiões, o que pode ocasionar a exclusão de jovens do Território. O perfil dos docentes, principalmente pelo fato da maioria não ser da região, faz com que alguns solicitem remoção, redistribuição ou, até mesmo,

busquem a aprovação em concursos de outras instituições. Mesmo que não seja percentualmente significativa, tal situação dificulta a constituição e consolidação de grupos de estudo e de pesquisa e enfraquece as relações com a comunidade.

Embora esteja clara uma expectativa grandiosa a respeito das atividades da universidade, há limites como, por exemplo, a capacidade de atender as demandas de todo este contingente populacional, visto que o campus possui, atualmente, 100 docentes (total de efetivos e substitutos) e 60 técnicos administrativos (além de outros vinculados aos serviços terceirizados) (UFFS, 2017b). Desta forma, considerando as atividades de gestão internas da universidade, representações em conselhos, qualificação, há, evidentemente, insuficiências que devem ser enfrentadas. Para além disso, o volume de recursos para manter a pesquisa e extensão pode não ser condizente com as necessidades regionais, principalmente após a Emenda Constitucional 95/2016. A questão da infraestrutura também não pode ser ignorada.

Há, ainda, um desafio que pode dificultar a aproximação universidade – sociedade regional: o receio de que a universidade, ao se aproximar das questões sociais ali presentes, possa enfraquecer ou perder a excelência acadêmica (o que se aproximaria das ideias de Minogue, 1981). Este pensamento pode ser resultado de um preconceito de parte da comunidade acadêmica com os movimentos sociais e a região em si. Não há nada que indique que, ao se voltar para as demandas regionais, a universidade deixará de ser de primeira linha. Ao contrário, de acordo com avaliação recente do INEP, a UFFS ocupa a 24ª colocação dentre as 98 instituições públicas federais brasileiras (UFFS, 2017g). Ora, esta avaliação levou em consideração as atividades desenvolvidas pela universidade até agora e estas estão concatenadas com as demandas da região em que a universidade está inserida. Portanto, é possível garantir o olhar às causas sociais sem perder a qualidade acadêmica.

Também, mas não menos importante, apresenta-se o desafio de entender como a universidade pode avançar para além do ensino, da pesquisa e da extensão. O papel articulador de qualquer universidade já seria um elemento a mais deste tripé. No caso do Território Cantuquiriguaçu, a relevância da UFFS neste sentido é ainda maior visto que, além do baixo desenvolvimento e do empobrecimento da região, há ausência de entidades que discutam o desenvolvimento regional. O possível enfraquecimento do CONDETEC só reforça esta interpretação. Assim, é necessário, e também se apresenta como um grande desafio, fazer com que a universidade não só corresponda no que se refere ao ensino, pesquisa, extensão e articulação, bem como apresente avanços quanto as demandas sociais regionais. Isso pode representar, até pelo seu caráter burocrático, um enorme desafio para a UFFS. Não se quer aqui propor que a universidade consiga atender todas as demandas que surgirem, até porque há

diversos limites para isso. Mas é necessário que se avance mais, até para que os efeitos da UFFS frente ao desenvolvimento regional sejam ainda maiores que em outros casos/instituições.

Por fim, um outro aspecto que deve ser considerado quando das ações oriundas da UFFS para o desenvolvimento do Território: o cuidado para que o município de Laranjeiras do Sul não se torne “mais um” município polo de uma região. É evidente que este desafio não cabe apenas à universidade, porém, também cabe à instituição iniciativas que evitem a constituição de Laranjeiras do Sul como centro regional. Afinal de contas, esta situação poderia não só não resolver a questão da desigualdade e baixo desenvolvimento do Território, como também permitir com que as desigualdades intraregionais fossem ainda maiores. Há inúmeros estudos que retratam casos nos quais a consolidação de um centro ou polo regional proporciona um aumento na desigualdade, sendo que os municípios menores podem ficar ainda mais dependentes de um novo centro urbano regional.

Enfim, são muitos os desafios que a UFFS precisa superar para, em primeiro lugar, se consolidar como instituição com capacidade de intervir no desenvolvimento regional. Em segundo, e principalmente, estabelecer as condições adequadas, via relações com a comunidade regional, para que possa, ao longo do tempo, contribuir com o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Para aprofundar as relações com a comunidade, é de suma importância a aproximação com os movimentos sociais e a assimilação das especificidades regionais. Caso a UFFS opte por ignorar esta questão, os objetivos da universidade para o desenvolvimento regional tendem a ficar comprometidos o que se contrapõe aos anseios dos sujeitos sociais envolvidos na conquista da UFFS e do campus para Laranjeiras do Sul, como também não se coaduna com os objetivos da instituição.

O resultado desta investigação evidencia a possibilidade de que as universidades têm de influenciar o desenvolvimento das regiões, principalmente aquelas que são, originariamente, da região (conforme apontado por Rolim e Serra, 2009) ou que visam, como compromisso, o desenvolvimento regional. A UFFS pode e deve ser olhada com estes dois enfoques: é da região e assume o compromisso pelo desenvolvimento regional. Portanto, no caso da UFFS é inegável que esta possui grande responsabilidade quanto à promoção do desenvolvimento das regiões em que está inserida. No caso específico do Território Cantuquiriguaçu, os resultados apontam nitidamente que há grandes expectativas de que o *campus* Laranjeiras do Sul possa fazer diferença no contexto regional.

Para que a UFFS, em especial o *campus* Laranjeiras do Sul, cumpra com os objetivos acerca deste desenvolvimento, deve obrigatoriamente, se aproximar das inúmeras demandas regionais. Afinal, estamos tratando de um território paranaense marginalizado, possivelmente

discriminado quando da adoção de políticas regionais que permitiram o desenvolvimento de outras regiões no Estado. Além disso, trata-se de uma região com graves problemas educacionais e socioeconômicos, sem força política ou dinamismo econômico capaz de promover, endogenamente, seu desenvolvimento. Não obstante, há diferentes demandas, inclusive do poder público dos municípios da região e dos detentores do poder econômico que destoam daquelas necessidades da população mais carente. Portanto, não basta se aproximar e atender determinadas demandas pontuais, é necessário aproximar e desenvolver atividades que atendam aos anseios e necessidades daqueles segmentos da população que se encontram em situações menos privilegiadas.

Neste sentido, parece bastante óbvio considerar as especificidades regionais no desenho e implementação das estratégias de desenvolvimento regional. Trata-se de um território em que quase metade da população vive na área rural (46,22%) e de uma região historicamente atrasada, sem importância política e econômica e com graves desigualdades socioeconômicas. As peculiaridades são marcantes. Neste território, encontra-se a maior área reformada do Estado do Paraná<sup>98</sup> (COCA; FERNANDES, 2011). Também aqui está o município com maior população indígena do Paraná, em percentual, e o segundo maior do Estado em números absolutos. Nos limites deste Território existem oito usinas hidrelétricas, afetando milhares de pessoas, além do próprio ambiente em si. São estas as características que, por mais paradoxal que possa parecer, fizeram com que Laranjeiras do Sul recebesse um campus de uma universidade federal. Universidade esta que, além do compromisso com o desenvolvimento regional, se define como pública e popular.

A maioria das ações orientadas ao desenvolvimento provocam resultados positivos, porém, estes efeitos costumam beneficiar alguns setores e não o conjunto da população. A realidade observada é que a Cantuquiriguaçu não só apresenta um desenvolvimento inferior em relação às demais regiões paranaenses, como também, e principalmente, apresenta graves distorções intrarregionais. Portanto, torna-se condição *sine qua non* respeitar e, principalmente, considerar as demandas da população mais necessitada. Não se defende aqui a ideia de se construir um desenvolvimento equilibrado, linear, entre todos os municípios. Isto, afinal, é impossível no modo de produção capitalista, conforme já apontado por Harvey (2006). Todavia,

---

<sup>98</sup> Na verdade, “[...] deve-se destacar o município de Rio Bonito do Iguaçu, no que se refere ao número de famílias e a área dos assentamentos, com 1.574 famílias assentadas, ocupando uma área de 27.982 hectares, o que caracteriza a maior área reformada do país.” (COCA; FERNANDES, 2009, p. 9).

os caminhos que devem ser adotados em prol do desenvolvimento regional precisam ser traçados considerando as demandas da população e as peculiaridades regionais.

Diante deste cenário e destas características, observa-se que a UFFS, pela sua proposta diferenciada e seu processo ímpar quanto a sua origem, possui condições de induzir o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Afinal, vários são os indícios de que a instituição mantém uma relação próxima com a comunidade, como indica a existência e atuação do Conselho Comunitário da UFFS, campus Laranjeiras do Sul. Refira-se que não só foi o primeiro campus que implementou este Conselho, bem como tem sido consultado sobre questões elementares sobre as atividades desenvolvidas no campus como, por exemplo, a expansão dos cursos. Sem contar, evidentemente, o processo de escolha dos cursos no início da universidade, o qual teve a participação da comunidade regional. Além disso, os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos e os cursos de pós-graduação já implementados possuem, explicitamente, uma preocupação com o contexto regional.

Ademais, as parcerias realizadas com o Assentamento 08 de Junho (incluindo a COPERJUNHO) e com o CEAGRO denotam a proximidade que a UFFS mantém com o MST. A realização de projetos nos territórios indígenas também reforça a ideia de que alguns segmentos da população têm encontrado, na UFFS, um espaço para que participem, de uma forma mais ativa, das discussões acerca de suas demandas e do Território Cantuquiriguaçu em si. E, o mais importante: o atendimento dos anseios e aspirações destes sujeitos sociais permite que a universidade esteja, concretamente, respeitando as idiosincrasias da região. Evidentemente, ainda há um longo caminho a percorrer e obstáculos que deverão ser superados, mas a constatação de que os movimentos sociais ainda são importantes para a UFFS aponta que esta situação é promissora.

A relação da UFFS com o CONDETEC, igualmente, merece um olhar mais cuidadoso. O possível enfraquecimento deste órgão pode dificultar a participação de entidades não governamentais nas discussões acerca do Território. Caberá à universidade uma ação articuladora para capitanear os sujeitos sociais que não só foram essenciais para a conquista da instituição, como também são sujeitos que, historicamente, estão à margem das estratégias ditas de desenvolvimento. Na ausência de um Conselho com maiores condições para liderar este processo, a universidade pode assumir esta tarefa, contribuindo com esses segmentos na discussão sobre o futuro da região. Não obstante, independente da política relacionada aos Territórios da Cidadania, uma parceria com o CONDETEC tende a garantir que este órgão continue se fazendo presente na elaboração de estratégias para a Cantuquiriguaçu.

Esta descrição das relações entre a UFFS e os sujeitos sociais possibilita um processo de desenvolvimento que, por um lado, não depende exclusivamente de fatores exógenos ao Território. Certamente que o aparelho estatal, ao criar a UFFS e um campus na Cantuquiriguaçu, intervém diretamente na região, contribuindo para o seu desenvolvimento. Mas não é a universidade por si só, até pelos limites que apresenta, o único organismo que vai promover o desenvolvimento regional. Por outro lado, também não se concebe a ideia, um tanto ilusória, que o desenvolvimento endógeno é a única via de progresso social e econômico em termos de regiões. No caso deste Território, notadamente, dificilmente os sujeitos sociais aqui retratados, e as próprias forças endógenas em si, teriam condições de promover o desenvolvimento regional. Assim, fatores externos e internos complementam-se nesse processo. A criação da UFFS e seu campus é um bom exemplo.

Neste diálogo, merece destaque a percepção de alguns dos entrevistados quanto às características da região. Mais precisamente quanto ao fato da Cantuquiriguaçu não ser pobre, mas sim, ter sido empobrecida, o que corrobora o pensamento de que somente as forças locais não são suficientes para que a região se desenvolva adequadamente, ou ainda, que acompanhe o ritmo de desenvolvimento do Estado. As ações nacionais (ou ausência destas) voltadas ao desenvolvimento regional, aliadas a estas forças locais produziram, até agora, um dos territórios mais reprimidos do Estado, a ponto de estar incluído no “mapa da fome”<sup>99</sup>, conforme apontado pelo ENTREVISTADO 2. Sobre essa situação deve-se considerar que:

O problema da desigualdade de renda e da exclusão das populações rurais mais pobres é de natureza estrutural [...]. Embora tenha ocorrido uma diminuição da desigualdade de renda e da pobreza na região, ainda há um longo caminho a se percorrer em termos de desenvolvimento, isso porque a diminuição da pobreza está atrelada à estrutura socioeconômica e histórica que a produziu, o que exige mudanças mais profundas nessas áreas. (COELHO, 2015, p. 63).

O Território Cantuquiriguaçu, por ter sido constituído em virtude do Programa Territórios Rurais, apresenta as características apontadas pela autora. Portanto, sem um elemento externo ou uma política pública específica, dificilmente consegue atingir um nível adequado de desenvolvimento para sua população. Desta forma, o desenvolvimento endógeno não daria conta das necessidades do Território.

Contudo, o fator exógeno, no caso a instalação de um campus de uma universidade federal, instituição que tem como premissa o desenvolvimento regional, aliado aos elementos do Território, isto é, a valorização das peculiaridades, que devem ser vistas como

---

<sup>99</sup> Mapa da fome: estudo da FAO que aborda a segurança alimentar de países e regiões.

potencialidades, é uma das possibilidades mais promissoras para que a região se desenvolva de uma forma menos desigual. Indiscutivelmente, políticas públicas e ações governamentais que priorizassem o desenvolvimento de regiões mais atrasadas produziram efeitos benéficos a Cantuquiriguaçu. Todavia, o conjunto de ações decorrentes da PNDR, assim como as políticas estaduais de desenvolvimento regional, não produziram efeitos capazes de promover o desenvolvimento da região em questão. O perfil periférico e pouco dinâmico da região não foi capaz de produzir um território mais desenvolvido.

Aqui cabe uma ressalva importante. Ainda que o investimento da universidade seja fruto de investimento externo ao Território (Governo Federal), ele é fruto da articulação de diversas forças sociais regionais, conforme endossa o seguinte depoimento:

*[...] a UFFS é a primeira dessas experiências que surge da luta social, esse é o primeiro indicativo. Não foi porque um governo quis, foi porque um governo aceitou a demanda de uma luta social de mais de quarenta anos.* (ENTREVISTADO 4, 2017).

Esta assertiva corrobora com Trevisol e Ló (2015), o qual já havia sinalizado esta situação que reforça, então, a importância dos sujeitos sociais envolvidos na criação da universidade. Evidencia, ainda, o caráter social que esta universidade deve priorizar para a consecução de seus objetivos, sendo que as diretrizes que orientam as atuações do *campus* devem estar de acordo com a realidade regional.

Caso a UFFS desconsidere todas as peculiaridades e o contexto socioeconômico existente no Território, corre o sério risco de ser apenas mais uma universidade. Isso ainda resultaria na formação de pessoas com ensino superior, contudo, estaria muito aquém dos objetivos pelos quais ela foi criada. A formação superior desta população jovem até pode contribuir para reduzir algumas desigualdades, mas está muito longe de ser um instrumento que, de maneira concreta, promova o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. É oportuno ressaltar os diversos desafios que a UFFS precisa enfrentar para que cumpra com a missão relacionada ao desenvolvimento regional. Indubitavelmente, são obstáculos que não podem ser desconsiderados. Entretanto, o maior obstáculo já foi superado: a criação da UFFS. Considerando que os sujeitos sociais tiveram a capacidade de articulação e força para a conquista de um campus para o Território, as demais dificuldades podem ser reduzidas.

É precisamente em virtude das dificuldades existentes que a aproximação UFFS e sujeitos sociais deve ser cada vez mais estreitada e fortalecida. Afinal de contas, a universidade também é um espaço em disputa. Muitos de seus docentes e servidores técnico-administrativos tiveram uma formação que dificulta assimilar esta relação com os movimentos sociais e com o Território em si. Pior, consideram que estes objetivos não devem ser a missão da UFFS.

Assumindo uma posição conservadora, estes servidores públicos procuram afastar-se desta relação mais próxima com a comunidade regional, levando a uma disputa pelo poder dentro da universidade que tem, como pano de fundo, a continuação, ou não, do projeto inicial. Projeto este que consiste em oportunizar aos filhos da classe trabalhadora o acesso ao ensino superior, além de exercer efetivo papel na promoção do desenvolvimento regional.

Em suma, a universidade, entidade que possui um caráter diferenciado quanto a sua capacidade de formação, investigação e influência, dispõe de uma oportunidade ímpar quanto à possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de uma região empobrecida, com características muito peculiares, e que representa um dos territórios menos desenvolvidos do Paraná. A existência da UFFS, campus Laranjeiras do Sul, representa uma condição que poderá reduzir, de maneira concreta, as graves desigualdades socioeconômicas que a Cantuquiriguaçu vivencia. Não se considera a possibilidade de um desenvolvimento equilibrado, diante do modo de produção capitalista. Mas sim, aventa-se a viabilidade de olhar as peculiaridades regionais como potencialidades, o que levaria a um desenvolvimento menos desigual. Para isso, a universidade deve superar diversos desafios e paradigmas. Caso isso se concretize, a instituição terá cumprido com, possivelmente, a sua maior missão: contribuir com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas do Território Cantuquiriguaçu.

É irrefutável a relevância da UFFS para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Ainda que existam diferentes perspectivas a respeito de como esta relação possa se dar, há clareza que as atividades desenvolvidas pela universidade frente ao desenvolvimento regional possuem um impacto ainda maior nesta região. O estabelecimento de diversas parcerias indica que a universidade parece estar no caminho certo para que esta relação seja cada vez mais profícua. Há, porém, uma questão que não pode ser relegada a um segundo plano: a comunidade regional precisa se fazer presente. Isto é, há diversos depoimentos de que a UFFS precisa manter as demandas sociais como cerne de suas atividades. Mas, a presença da sociedade depende também dos sujeitos regionais. Além disso, é razoável supor que, para além das diferentes perspectivas, há outras questões que precisam ser ponderadas, isto é, desafios e entraves que se colocam entre a universidade e seus objetivos acerca da região.

Alguns destes obstáculos foram aqui examinados, os quais podem ser apresentados em três grandes grupos:

1. Fatores internos: aqui estariam inseridas a dificuldade da gestão multicampi, a burocracia da universidade (que pode dificultar ainda mais o cumprimento das missões da universidade), o entendimento dos servidores quanto aos objetivos da



UFFS, a necessidade de uma oferta maior de cursos, além do processo de seleção, o qual pode estimular a vinda de estudantes de outras regiões do país;

2. Fatores externos: a relação com a comunidade, a necessidade de ampliar o leque de parcerias, a manutenção e/ou elevação das relações com os movimentos sociais que deram origem à universidade, a consolidação de um polo regional (Laranjeiras do Sul) em detrimento da Cantuquiriguaçu como um todo;
3. Fatores exógenos: o momento político e econômico pelo qual o país atravessa aliado à contenção de gastos afeta os investimentos da instituição, atingindo, inclusive, a expansão universitária (cursos e projetos de pesquisa e extensão).

Não bastassem estas instigações, há outras duas que transcendem os grupos acima relacionados: a primeira se refere à ideia de que a universidade, ao considerar seus objetivos, missão e peculiaridades regionais, pode comprometer a qualidade. Na verdade, esta mais parece um preconceito e uma justificativa para o distanciamento da universidade com a comunidade regional, a ser realmente um fator que iniba a qualidade acadêmica da instituição. A segunda diz respeito às diversas contradições entre uma universidade federal pública ser popular e democrática diante de uma estrutura universitária brasileira voltada tradicionalmente às elites. Estas contradições aparecem em diversas oportunidades, representando um grande desafio para a UFFS.

Finalmente, discutiram-se as possibilidades e a importância desta universidade para o Território Cantuquiriguaçu. As possibilidades são enormes, a importância é expressiva e, embora pesem inúmeros desafios que podem desestimular esta missão, não há dúvidas que a UFFS tem um compromisso para com o desenvolvimento regional. Esta missão UFFS – Desenvolvimento Regional pode sim ser cumprida a contento. Ao analisar o histórico desta universidade, desde o movimento que deu origem até a incorporação de princípios elencados pela sociedade regional, as perspectivas são positivas. Afinal, esta universidade já é diferente: sua construção, o acesso e assento de agentes regionais nos Conselhos, os compromissos assumidos em documentos internos e as atuais relações com a comunidade regional reforçam esta concepção.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

A discussão deste último capítulo buscou analisar como se deu a origem da UFFS, quais são os seus compromissos e objetivos e como uma de suas principais missões, o desenvolvimento regional, se relaciona com o Território Cantuquiriguaçu. O histórico aqui

retratado evidencia a marginalização de uma vasta parte do território do sul do país quanto ao acesso à educação pública de ensino superior. A região não se caracteriza apenas por esta dificuldade, mas também pelo perfil da agricultura familiar e camponesa, pelo pouco dinamismo econômico e por fragilidades socioeconômicas. Contudo, são precisamente estes atributos relacionados ao baixo desenvolvimento da região, que permitiram a conquista de um campus da universidade para o Território Cantuquiriguaçu. Este triunfo não pode ser menosprezado, afinal, é resultado de muita luta:

*[...] porque a Universidade quando a gente começou com o movimento era utopia, era loucura, os próprios políticos não acreditavam no movimento, eles falavam que nós tava tentando enganar o povo, que era os loucos enganando mais um monte de louco, porque jamais Laranjeiras do Sul, uma região, ia conseguir sediar um campo da Universidade. Agora está aí, e não é um elefante branco como muitos falaram que ia sair um elefante, iam construir, iam começar e iam abandonar, porque o construir era fácil e o manter que era difícil, é difícil manter, mas não é impossível. (ENTREVISTADO 1, 2016).*

Apesar do contexto complexo de criação de uma universidade *multicampi*, distribuída por três diferentes unidades da Federação e dado seu curto período de existência, os resultados apresentados são promissores. Ainda que o ensino apresente maior importância, o número de programas e projetos de pesquisa e extensão corroboram com a perspectiva otimista de que a UFFS pode contribuir com o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. Tanto os entrevistados, quanto os membros do CONDETEC entendem a relevância da universidade e sua importância para este desenvolvimento.

Obviamente, a possibilidade deste desenvolvimento regional ser fomentado pela universidade não é uma tarefa de fácil consecução. Inúmeros são os desafios que devem ser superados para que os resultados sejam atingidos a contento. Dois, em especial, representam esta complexidade: 1) a aproximação contínua entre universidade e comunidade regional. Esta relação não deve se basear apenas em parcerias formais e relações amistosas, mas sim, permitir com que as pautas da população regional sejam incorporadas ao conjunto de atividades desenvolvidas pela UFFS; e 2) corresponder justamente a estas demandas, mais especificamente, os anseios e necessidades dos sujeitos sociais que deram origem a universidade e, de acordo com as condições das quais dispõe, atender as aspirações da sociedade regional.

Ao olhar para os povos indígenas, para os trabalhadores rurais sem terra e para os atingidos pelas construções de barragens e usinas, a UFFS está contemplando parte das peculiaridades regionais. Estas, possivelmente, foram ignoradas quando da elaboração de ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento regional, pois os resultados aqui apresentados

reforçaram a ideia de uma região pouco desenvolvida, empobrecida e que apresenta resultados muito inferiores à média paranaense. Desta forma, é primordial que a UFFS campus Laranjeiras do Sul permaneça comprometida com as causas e os sujeitos sociais que estiveram diretamente envolvidos quando da criação da universidade. A incorporação das aspirações destes sujeitos permite visualizar a construção de um território mais desenvolvido e menos desigual, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para a população.

Esta atuação da universidade poderá permitir, ainda que de maneira localizada, ao povo que habita e vive neste território pensar no seu futuro. Isto está relacionado diretamente a práticas democráticas neste Território para que a população que ali vive pense, discuta e decida o que é primordial para a região. Até porque são estes segmentos da população, marginalizados e muitas vezes excluídos, que historicamente são afetados pelas “políticas e ações de desenvolvimento”, tais como a construção das barragens e usinas e hidrelétricas, a aceitação do pacote tecnológico da revolução verde e, mais recentemente, no uso indiscriminado dos agrotóxicos. Esta população até então excluída é quem, como diria Benjamim (1987), pode fazer jus aos vencidos, ao recuperar as bandeiras anteriormente derrotadas, num misto de condições melhores para o povo no futuro, resgatando valores e ideais do passado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de uma universidade para o desenvolvimento regional foi aqui examinada diante de um estudo de caso: a UFFS e o Território Cantuquiriguaçu. Esta região é considerada uma das mais pobres do Paraná. Em que pese inúmeros indicadores demonstrarem o baixo desenvolvimento do Território, é possível considerar que esta região foi empobrecida ao longo dos anos. Isto é, neste espaço, as relações sociais e econômicas estabelecidas ocasionaram um Território desigual, em que os detentores do poder político e econômico não conseguiram, ao longo dos anos, mitigar as desigualdades. Pelo contrário, as relações de poder existentes privilegiaram poucos em detrimento de muitos. Assim, a história da população que habita esta região aponta para um aumento das desigualdades ao longo dos anos, sendo estes acontecimentos registrados sob o olhar dos que, historicamente, têm sido beneficiados.

O território brasileiro é marcado por infinitas desigualdades socioeconômicas regionais. As obras examinadas de Furtado (1979, 2000, 2009 e 2013), discutida ao longo dessa pesquisa, contribuiu com elementos que ajudam a compreender o (sub) desenvolvimento brasileiro. Esta análise é maior sob a ótica econômica, mas o próprio autor compreende que o desenvolvimento é interdisciplinar. Ao salientar o aspecto econômico, presente na discussão sobre o desenvolvimento econômico, ele esclareceu como se deram as desigualdades existentes no território brasileiro. Foi possível aprofundar a análise com a incorporação das teorias de desenvolvimento desigual e desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988; HARVEY, 2006), as quais auxiliaram a compreender a desigualdade existente no território paranaense e, conseqüentemente, no Território Cantuquiriguaçu.

Especificamente sobre o desenvolvimento regional, a ideia de valorização das peculiaridades regionais corroborou este estudo. Embora que, durante o trabalho, a ressalva de não superestimar o desenvolvimento endógeno esteve sempre permeando as discussões e análises. Pelo contrário, e, por isso, a crítica de Brandão (2012) se fez pertinente lembrando que não se poderia confiar que apenas o desejo e a valorização dos agentes locais seriam suficientes para o desenvolvimento. Do mesmo modo, o contrário também precisou ser observado, ou seja, não seria possível a promoção do desenvolvimento regional sem considerar as particularidades regionais e, no caso específico dessa pesquisa, incluir os sujeitos sociais locais. Ainda mais quando se trata de um território tão diverso, distinto e específico quanto a Cantuquiriguaçu. Sobre os aspectos que lhes são peculiares, é possível afirmar que, diante de todo o contexto analisado e discutido, o conjunto das especificidades do território deve ser aprimorado e

classificado como possíveis potencialidades. Além do mais, as idiosincrasias devem ser contempladas no todo, e não apenas por aqueles detentores do poder político e econômico.

Diante das diversas possibilidades de intervenção sobre o desenvolvimento regional, discutiu-se a relação dos movimentos sociais, do Estado via políticas públicas e das universidades. No caso dos movimentos sociais, confirmou-se que a importância destes agentes é primordial, ainda mais em países com desigualdades tão significativas quanto as identificadas no Brasil e, especialmente, no Território Cantuquiriguaçu. O fato de a forma de atuação destes movimentos geralmente transcender a causa pela qual eles surgem é um elemento favorável ao atendimento de outras demandas da população. Este comportamento ficou evidenciado em alguns casos vistos neste estudo, sendo que o principal deles, com certeza, foi o envolvimento de diferentes movimentos sociais pelo ensino superior, o que culminou com a criação da UFFS.

Em seguida, discutiu-se como o Estado, inclusive através das políticas públicas, pode atuar buscando reduzir as desigualdades ou ainda promover o desenvolvimento regional. Nesta questão, foram apresentadas duas diferentes concepções. A primeira, tratou o Estado como o agente capaz de mitigar os desequilíbrios regionais, sendo essencial para a redução das desigualdades. A outra noção entendeu que o Estado é, também, o responsável pelas discrepâncias socioeconômicas e regionais existentes. Ainda que esta visão seja minoritária, este estudo trouxe elementos que permitem afirmar que, no caso do Território da Cantuquiriguaçu, esta premissa é verdadeira. Historicamente, as ações estatais não só contribuíram para a desigualdade existente, como também, aliadas a outras estratégias “orientadas” ao desenvolvimento, acarretaram no empobrecimento da região. Não ficou, de forma alguma, descartada a possibilidade de o Estado atuar para mitigar estas desigualdades, muito pelo contrário. A importância dessa atuação ficou evidente no processo de criação da UFFS que, mesmo sendo fruto da mobilização de parte da sociedade regional, foi resultado de uma ação em conjunto com o Estado brasileiro.

Na continuidade do trabalho, o objeto de análise foi a universidade. Inicialmente essa instituição foi analisada de forma geral, para entender o seu papel ao longo do tempo, desde que surgiu a primeira universidade, nos moldes que conhecemos hoje, na Europa. Ficou evidente que ela possui um caráter único, permanecendo respeitada ao longo dos séculos de sua existência. No Brasil seu histórico é relativamente recente e evidencia que, mesmo com grande credibilidade, infelizmente esta instituição foi utilizada, no país, para atender aos interesses da elite brasileira. Entre os autores trazidos para a discussão, observou-se ideias distintas sobre o papel e as funções da universidade. Alguns entendem que a instituição deve se manter, na medida do possível, afastada das questões momentâneas que atormentam a humanidade ou das

demandas dos governos; enquanto outros consideram que a universidade deve contribuir efetivamente com a sociedade. Após feita a análise de todos os dados e refletido sobre a atuação da UFFS no Território, reafirma-se a perspectiva de que as universidades têm grande potencial para incidir sobre o desenvolvimento regional. Mesmo o estudo tendo analisado especificamente como a UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, o estreitamento da relação com a comunidade parece ser uma estratégia muito positiva para outras realidades.

A ocupação e a formação econômica do Paraná se deram, como visto, a base de ciclos econômicos, sendo a pecuária (ocupação), o mate e principalmente o café os principais produtos. Aliás, este último não só favoreceu a ocupação do norte paranaense, como também foi importante para a industrialização do Estado. Foi visto no decorrer do trabalho que esta industrialização, aliás, se desenvolveu de forma complementar a industrialização brasileira, ou seja, à industrialização paulista. Mais do que isso, ela só viria a acontecer de uma forma mais intensa com o apoio do aparelho estatal paranaense. Esta ocupação, exploração de atividades econômicas e industrialização não ocorreu de forma linear sobre o território paranaense o que implicou em grandes desigualdades socioeconômicas regionais.

As obras consultadas sobre o desenvolvimento paranaense, ainda que sejam diferentes quanto aos instrumentos utilizados, entendiam que a industrialização, com o auxílio do Estado, era essencial para o Paraná. No entanto, mesmo com a industrialização e com a forte presença do aparelho estatal, as desigualdades regionais se ampliaram. Na verdade, a industrialização ocorreu concentrada em Curitiba e Região Metropolitana, além de outros poucos centros urbanos regionais. Ao se priorizar esta forma de desenvolvimento, teve-se como consequências, regiões muito diferentes do ponto de vista socioeconômico. Estas desigualdades continuam se ampliando pelo território paranaense, sob a anuência e até participação do Estado. O caso da região da Cantuquiriguaçu sustenta esta interpretação sobre o desenvolvimento paranaense.

A reestruturação produtiva paranaense, ocorrida sob a égide do Estado, não promoveu um desenvolvimento mais equilibrado. Pelo contrário, o apoio a grandes grupos econômicos de fora do Paraná, e até de capital estrangeiro, privilegiaram o capital privado, ávido pelos maiores lucros, em detrimento da redução das desigualdades regionais. Isto é, a acumulação por espoliação dita por Harvey (2006), com o apoio do Estado privilegiando o avanço do capital. Consequentemente, este capital provocou ainda mais desigualdades que puderam ser vistas pelos indicadores mesmo que estes possam, em determinados casos, mascarar a realidade da população mais pobre. Além da pobreza, há segmentos da população que sofrem ainda mais, marginalizados pelo Estado e por parte da sociedade brasileira. Neste estudo, destacaram-se os

trabalhadores rurais sem terra, os atingidos pelas barragens e os povos originários, sujeitos sociais presentes no Território Cantuquiriguaçu.

Ao olhar o Paraná, ficou caracterizado que estes sujeitos sociais estão presentes na sociedade. Ainda que não se tenha identificado projetos específicos do MST e do MAB para as regiões paranaenses, por exemplo, é nítida a preocupação destes movimentos com o desenvolvimento do Estado. A atuação destes movimentos, cujas bandeiras ultrapassam a causa de suas origens, ficou caracterizada e se demonstrou essencial no caso da criação da UFFS. Aliás, sobre as universidades paranaenses, ainda que o Estado possua um número significativo de instituições, estas também estão distribuídas desigualmente pelo território. A grande maioria dos municípios que contam com ensino superior, sejam públicas ou privadas, são centros urbanos maiores. De qualquer forma, estas instituições são reconhecidas, principalmente as universidades públicas, pela vasta capacidade de influenciar o desenvolvimento dos territórios em que estão estabelecidas.

Ainda no capítulo terceiro, se discutiu o Paraná, seu desenvolvimento e suas desigualdades. Se por um lado o Estado se destacou em alguns indicadores, como expectativa de anos de estudo, Índice de Gini e IDHM, de outro apresentou resultados terríveis, como a porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos. Mas não é só isso, as desigualdades do território paranaense se tornaram mais explícitas quando se explorou suas mesorregiões. A renda mensal domiciliar *per capita* e a taxa de pobreza foram dois exemplos destas discrepâncias regionais. Estas dessemelhanças foram decorrentes do próprio modo de produção capitalista, como ficou evidenciado no estudo. De acordo com o ciclo econômico vivenciado pelo Paraná, ou ainda diante do processo de industrialização estadual, ficou claro que o capital foi se reproduzindo, concentrando-se em regiões com maiores margens de lucro em detrimento de outras.

Como os municípios do Território Cantuquiriguaçu integram duas diferentes microrregiões, analisaram-se alguns indicadores da microrregião de Cascavel e de Guarapuava. Também entre estas regiões houve diferenças substanciais, tais como: grau de urbanização e PIB *per capita* (2014). Esta diferenciação entre as diversas regiões paranaenses foi objeto de estudo do IPARDES denominado “Vários Paraná”. A obra defendeu que o Estado deveria conduzir as políticas de desenvolvimento regional, entre outras propostas sugeridas. Entretanto, o conjunto das alternativas em prol do desenvolvimento regional pareceu exagerado quanto a capacidade do aparelho estatal promover uma redução significativa das desigualdades regionais.

Posteriormente, no capítulo quatro, esta pesquisa se concentrou na ocupação e desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Esta ocupação se deu da mesma forma que a ocorrida no Estado, isto é, de acordo com o desenvolvimento de algumas atividades econômicas. O mais grave, contudo, ocorreu com o processo que dizimou inúmeros indígenas, e deslocou os sobreviventes para alguns pontos específicos do território. A região somente foi ocupada com maior intensidade com o surgimento do Território Federal do Iguaçu, visto que a região não apresentava relevância econômica para a economia paranaense. Mesmo com pouco tempo de existência, o TFI foi essencial para a consolidação desta região, a qual passou contar com vinte municípios a partir dos anos 1990.

Ao se examinar os indicadores do Território, ficou nítida a desigualdade nesta região quando comparada ao Paraná. A enorme maioria das variáveis examinadas da Cantuquiriguaçu foi superior à média estadual (a exceção foi o Índice de Gini). A renda média *per capita*, medida em 2010, equivaleu a 54,37% da renda média do paranaense. A taxa de pobreza do Território foi identificada em 3,41 vezes maior que a taxa paranaense. Quanto ao percentual da população com 25 anos ou mais que possui superior completo, o território apresentou 2,6 vezes menos que o conjunto da população do Estado. E mais, ao se observar separadamente, por município, os indicadores sociais, econômicos, demográficos e educacionais, as desigualdades ficaram mais acentuadas.

Para efeitos de ilustração, retoma-se a diferença entre a renda *per capita* média da população dos municípios de Goioxim e Laranjeiras do Sul, esta sendo duas vezes maior que a primeira. O IDHM é outro índice que certamente retrata a situação socioeconômica da população que habita a Cantuquiriguaçu. Afinal, dez municípios estão entre os 10% menos desenvolvidos do Estado. Não obstante, apenas quatro municípios, considerando os vinte municípios do Território, possuem taxa de analfabetismo inferior a dois dígitos. Uma outra perspectiva que também demonstrou a fragilidade da região diz respeito aos números do ensino superior. Atualmente, somente Laranjeiras do Sul oferta cursos em regime presencial, sendo que a UFFS possui um papel diferenciado neste sentido.

Neste contexto de baixo desenvolvimento se comparado ao restante do Paraná, de um cenário de poucas perspectivas e de uma oferta limitada de ensino superior, alguns sujeitos sociais da região se uniram na tentativa de obter uma universidade federal para o Território Cantuquiriguaçu. Dentre os sujeitos sociais que participaram ativamente deste processo, destacaram-se os povos originários, o MST, o MAB e o CONDETEC. Evidentemente, outros agentes tiveram importância na conquista da universidade. Ademais, o apoio das prefeituras municipais de alguns municípios da região, e um esforço suprapartidário, acarretou a vinda da



universidade para a Cantuquiriguaçu. Porém, os sujeitos sociais já citados possuem características especiais no Território.

Os povos originários representam, praticamente, 1/5 da população de Nova Laranjeiras. Anteriormente ocupantes dos Campos Gerais do Paraná, foram confinados a poucos espaços na região, sendo o Rio das Cobras o principal. A situação vivida pela ampla maioria dos indígenas que ainda resistem em todo território brasileiro é conhecida. Mas o fato de que, neste processo, os indígenas se envolveram com esta demanda regional possibilitou considerar que é possível existir alianças em prol de projetos que desenvolvam as regiões e que estes projetos podem ser vitoriosos. Em virtude desse envolvimento dos sujeitos sociais, historicamente marginalizados, aumenta o compromisso da universidade em não só corresponder com as expectativas quando de sua criação, mas, principalmente, não ignorar as demandas deste segmento da população.

A importância do MST ficou manifesta em diversos depoimentos. Há sinais muito evidentes que foi este movimento que capitaneou o processo que resultou na conquista de um *campus* da UFFS para a Cantuquiriguaçu. Além de comprovar que o movimento não se restringe apenas à reforma agrária, mas também luta por outras bandeiras, o MST foi muito bem-sucedido na articulação regional. O triunfo de trazer um campus de uma universidade federal certamente marcou a história do movimento e da região. Seria essencial que a sociedade regional compreendesse a importância deste sujeito social, o que poderia acarretar em outras parcerias futuras, além da discussão de ações voltadas ao desenvolvimento regional. É evidente que, muitas vezes, os interesses antagônicos entre diferentes agentes impedem uma articulação maior de forças. Entretanto, ignorar a capacidade de ação e de articulação deste movimento, bem como outros movimentos sociais, pode representar a continuidade de estratégias equivocadas.

O MAB é outro movimento que possui um significado especial para o Território. Ainda que não possua a mesma magnitude e capacidade de mobilização quando comparado ao MST, o movimento se destaca por erguer uma bandeira de grande importância para a região. Afinal, são oito usinas hidrelétricas ali construídas. Seria muito difícil dimensionar, com exatidão, todos os efeitos maléficos destas obras no território. Mas se pode assegurar que estes efeitos compreendem não só aspectos econômicos e sociais, mas também ambientais e culturais. E as perdas de parte desta população, afetada pela construção destas usinas, ocorreram graças a ação estatal. Afinal de contas, a construção das usinas ocorreu sob a anuência e participação do Estado.

O outro agente considerado foi o CONDETEC. Este organismo, fruto do Programa Territórios da Cidadania, tem sido um importante instrumento quanto ao desenvolvimento

regional. Um dos principais atributos deste Conselho foi permitir que a maioria de seus membros seja oriunda de entidades não governamentais. Isto garante o espaço de setores que, geralmente, ficaram à margem de ações orientadas ao desenvolvimento do Território. Entretanto, há uma preocupação de que o Conselho sofra de certo “esvaziamento”, diminuindo o poder de influência destes segmentos. Ademais, o iminente fim do PTC implica na redução das ações que cabem ao Conselho. De qualquer forma, o CONDETEC foi um mecanismo relevante quando da conquista da universidade e, com base nesta experiência, ficou clara a possibilidade deste órgão continuar contribuindo com a Cantquiriguaçu.

Finalmente, antes do capítulo que discutiu a UFFS, se ponderou a respeito das perspectivas e desafios para o Território. Não foram poucos ou simples os obstáculos identificados e que a região necessita enfrentar. A projeção de redução da população do Território é um indício de que diversos fatores impedem o desenvolvimento destes municípios. Assim, outros fatores foram elencados: a necessidade da diversificação econômica, melhoria dos indicadores educacionais, a integração dos movimentos sociais às articulações regionais, a situação que ora enfrenta o CONDETEC (enfraquecimento), entre outros. Para este estudo, as perspectivas passam pela superação destes desafios, caso contrário dificilmente a região irá superar o empobrecimento vivenciado ao longo dos últimos anos.

O capítulo quinto tratou da relevância da UFFS para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Foram vários os aspectos que reforçaram o comprometimento da UFFS com o desenvolvimento regional. A começar pelo processo que resultou na criação da universidade. Afinal de contas, uma região sem grande poder político e econômico conseguiu conquistar uma universidade empenhada em garantir educação de nível superior a estudantes de baixa renda. Educação esta que se propõe ser gratuita e de qualidade. Portanto, esta universidade foi construída de maneira enraizada junto à Mesorregião Fronteira Sul e seu entorno. Aliás, o fato da universidade ser fruto dos movimentos sociais, sindicatos e pequenos agricultores (incluindo aí a agricultura familiar), fez com que esta tenha se tornado uma instituição diferenciada. Não sendo, assim, construída para atender os interesses das elites. Importante destacar que esta junção de esforços em torno da universidade só obteve sucesso diante de uma conjuntura favorável à expansão da educação superior. Nesse sentido, o Governo Lula foi crucial para a criação da UFFS, visto que mais de uma dezena de universidades federais foram criadas em seus dois mandatos.

A Cantuquiriguaçu entraria no MPUF após algumas lideranças políticas e representantes dos movimentos sociais identificarem a necessidade de ensino superior gratuito na região. Ao aderir ao MPUF, esta região não só fortaleceu o movimento em prol da universidade, como

também fez com que a instalação de um campus fosse possível. Desta forma, esta região empobrecida viu o campus ser instalado em terras destinadas anteriormente a reforma agrária. Assim, o MST não só contribuiu com a luta pela universidade, como também doou, através do INCRA, parte das terras que receberam a sede do campus. Esta universidade surgiu, no Território, identificada com os movimentos sociais, principalmente, com o compromisso em acolher os estudantes filhos dos trabalhadores da região e atrelada à preocupação com o desenvolvimento regional.

Especificamente sobre as atividades já desenvolvidas pela UFFS no Campus Laranjeiras do Sul, foi possível identificar que a oferta formativa respeitou as diretrizes apresentadas pelo MPUF. De acordo com a maioria dos entrevistados, esta foi uma condição que reforçou o comprometimento da universidade com a comunidade regional. O atual processo seletivo da UFFS apresenta como novidade, no que se refere ao Campus Laranjeiras do Sul, a oferta do curso de Pedagogia. Desse modo, são seis cursos de graduação, dois mestrados *stricto sensu* e quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*. Ademais, são mais de 120 projetos de pesquisa e mais de 190 programas/projetos de extensão. O interessante é observar que muitas destas ações estão relacionados aos temas regionais, conforme identificado anteriormente.

Outros números relevantes dizem respeito aos gastos com os servidores da instituição, os quais se elevaram mais de cinco vezes durante estes primeiros anos. Os gastos com infraestrutura foram altamente relevantes, reforçando o impacto econômico ocorrido na região. Apesar de este estudo não ter como objetivo medir este impacto, é incontestável que o mesmo foi expressivo, conforme observado nas respostas dos entrevistados (incluindo o questionário aplicado junto ao CONDETEC). Infelizmente, a expansão universitária, que se desejava desde 2014 com a conclusão das primeiras turmas, foi interrompida pelos cortes no orçamento federal. Aliás, esta contenção de gastos não só tende a impedir a expansão, como também pode enfraquecer as políticas e ações já adotadas, principalmente na pesquisa e na extensão.

O questionário revelou algumas percepções interessantes que se tem a respeito da universidade. Inicialmente, a percepção sobre a UFFS é amplamente satisfatória, com a grande maioria das respostas indicando que a universidade é muito importante para o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. Para além de outras respostas, o questionário também evidenciou o desempenho excepcional dos movimentos sociais para a conquista da UFFS para a região. E, por fim, o reconhecimento, por parte das outras entidades, de que a presença da universidade como membro do CONDETEC é muito importante. Este conjunto de informações, aliado às respostas dos entrevistados, apontaram que a comunidade regional está satisfeita, mas espera muito da UFFS no Território. Principalmente no que se refere ao desenvolvimento da região.

A propósito, ao considerar a relação universidade – desenvolvimento regional, algumas implicações merecem ser pontuadas. A primeira é que as universidades são instituições que influenciam o desenvolvimento das regiões. Esta influência depende de vários fatores: forma de financiamento (se é pública ou privada), objetivos institucionais (se é voltada para dentro ou para fora: CHAUI, 2003; SANTOS, 2008), trajetória (se está na região ou é da região: ROLIM; SERRA, 2009), relação com a sociedade regional, perfil socioeconômico da região, entre inúmeras outras. Estas variáveis possuem impacto diferente. Por exemplo: uma nova universidade pública numa região já desenvolvida, como Curitiba, possivelmente terá um impacto menor que esta mesma universidade em uma região com menor grau de desenvolvimento (Território Cantuquiriguaçu). Por isso, cada caso específico provocará efeitos diferenciados.

Por certo, há uma característica que perpassa os fatores anteriores: o caráter territorializado da universidade. Isto é, quanto mais a universidade for integrada ao território, compreender este território, pesquisar e influenciar, através de suas atividades, este território, mais eficiente e maior serão seus desdobramentos sobre o desenvolvimento da região. Ter uma universidade já afeta a região, sendo a universidade pertencente à região, maior ainda serão seus efeitos sobre o desenvolvimento regional. Nesse sentido e diante dos estudos e análises feitos neste trabalho, é possível afirmar que a universidade precisa ser territorializada, deve se sentir do território, deve fazer parte e ter clareza de que sua atuação é influenciada e influencia a região. Esta é uma das peculiaridades da UFFS, principalmente no Território Cantuquiriguaçu, confirmada pelos dados apresentados.

Foi possível constatar que a UFFS foi construída com a participação enérgica e eficaz dos movimentos sociais na Cantuquiriguaçu. Os sujeitos sociais e demais agentes envolvidos não só contribuíram com a criação da universidade e a conquista do campus para Laranjeiras do Sul, como também colaboraram em etapas como: o processo de definição dos cursos; a disponibilização de parte da área destinada anteriormente à reforma agrária para a instalação do campus; as parcerias feitas com a universidade e, até mesmo, a possibilidade de integrar alguns Conselhos. Ao considerar estes elementos, é plausível afirmar que esta instituição está enraizada no Território. Ademais, está em conformidade com os aspectos anteriores: é uma universidade pública e gratuita, com objetivos institucionais explícitos e, dentre eles, o desenvolvimento regional (ou seja, voltada para fora); possui forte relação com a comunidade regional, dispõe de recursos que influenciam um território empobrecido e, certamente, é da região.

Para que a universidade obtenha êxito nesta empreitada e amplie sua atuação, se faz necessário a superação de diversos desafios. Inúmeros foram pontuados e discutidos neste trabalho. É possível considerar que, dentre todos estes, o maior seja estabelecer uma relação sadia e recíproca entre a universidade e a sociedade regional. Isto implica, de um lado, o entendimento e compreensão da comunidade interna, leia-se docentes e servidores técnico-administrativos, do objetivo da UFFS quanto ao desenvolvimento regional. Para que isto ocorra, é imprescindível uma atuação interna e externa que envolva a própria universidade e os sujeitos sociais que atuam mais diretamente junto a ela. De outro lado, a comunidade regional, movimentos sociais e demais agentes da sociedade que participaram da construção desta universidade, precisam ocupar os espaços a sua disposição e fazer valer os princípios que deram origem à instituição. Para este fim, faz-se necessário a manutenção da articulação construída pelo MPUF.

Este desafio se caracteriza como o de maior magnitude, pois no primeiro caso, a universidade conta com inúmeros servidores formados em outras instituições que não possuem o vínculo com o território e, conseqüentemente, com o desenvolvimento regional. Com isso, estes servidores acabam reproduzindo as formas de ensino, pesquisa e extensão que, muitas vezes, estão dissociadas da realidade local. À vista disso, a UFFS precisa intervir na formação continuada de seus servidores, baseado no estatuto, princípios e, principalmente, destacando a realidade da região em que a instituição atua. No caso dos movimentos sociais e outros agentes, estes não podem se sentir satisfeitos apenas com a conquista da UFFS. Como já mencionado, este é e continuará sendo um espaço de disputa, de poder. Portanto, no caso específico da Cantuquiriguaçu, o trabalho não cessou ao trazer a universidade para a região, é preciso que estes segmentos atuem no sentido de que a UFFS continue voltada aos compromissos iniciais e, neste caso, com o desenvolvimento do Território. Para isso, os movimentos devem ocupar os espaços institucionais a sua disposição e contribuir, efetivamente, com a universidade.

Esta disputa interna na UFFS aliada à relação da sociedade regional caracteriza-se, assim, como o principal desafio. Outros decorrem dele, bem como, outros estão além dos espaços da universidade (como é o caso dos recursos federais). Contudo, o sucesso desta relação universidade – desenvolvimento regional depende, sobretudo, da conscientização e desempenho das atividades universitárias de acordo com as peculiaridades regionais. Este estudo observou, nitidamente, que as atividades da UFFS condizem com seus compromissos e com o desenvolvimento regional. Inúmeras características da instituição corroboram com esta interpretação. Evidentemente, isso não significa que a região apresente imediatamente melhores

indicadores socioeconômicos. Este impacto, que deve ser medido em outras pesquisas e análises, tende a ocorrer ao longo do tempo, e não apenas este resultado imediato.

Considerando as três hipóteses iniciais deste trabalho, é possível afirmar que elas se confirmam. Primeiramente, observou-se que, de fato, o desenvolvimento desigual é característico ao modo de produção capitalista e, como tal, se aplica o mesmo ao Território Cantuquiriguaçu. Mesmo que a ocupação e exploração de atividades econômicas tenham se dado mais tardiamente, em termos do Estado do Paraná, verifica-se explicitamente que o território se inseriu neste modo de produção. Além disso, beneficiou, historicamente, os capitalistas que exploraram os fatores de produção ali disponíveis, acentuando as discrepâncias regionais. Isto representa afirmar que a acumulação do capital gera ainda mais desigualdades.

A segunda hipótese também é constatada, ou seja, a Cantuquiriguaçu apresenta particularidades, socioeconômicas principalmente, que realçam a ideia de que estas idiosincrasias foram, historicamente, ignoradas quando da implementação de ações voltadas ao desenvolvimento regional. Isto porque estas ações, muitas vezes, representaram apenas medidas paliativas que visaram, substancialmente, a melhoria de alguns indicadores ou o fomento de determinadas atividades econômicas. Entretanto, “esqueceram” a população que habita este território e das suas particularidades. E, ao cometerem este desatino, estas estratégias não só inviabilizaram um desenvolvimento menos desigual, como também favoreceram a elevação das desigualdades regionais. Enquanto o conjunto de particularidades continuar sendo visto como inaptidão, e não como potencialidade, dificilmente o Território irá superar as mazelas que ali se verificam.

A terceira e última hipótese considera que a UFFS pode contribuir com o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu, principalmente se as premissas que determinaram a conquista do campus forem respeitadas e estabeleçam as diretrizes de atuação da universidade. Essa hipótese inicial também se confirma. A sociedade regional buscava a construção de uma universidade fortemente comprometida com o seu território. Mas, mais do que isso, são nítidas a relevância e as expectativas de que a UFFS pode contribuir significativamente para o desenvolvimento regional, já que tem demonstrado, nestes primeiros anos, estar coadunada com os propósitos dos sujeitos sociais envolvidos neste grandioso e extenso projeto. Assim, a UFFS, ao propor ser uma universidade pública e popular, de acordo com suas características institucionais, pode, realmente, contribuir para que a qualidade de vida das populações marginalizadas seja melhorada.

Este estudo teve, certamente, algumas limitações para a sua consecução. Diante do período utilizado para a pesquisa, informações relevantes foram descartadas. Entre elas, o

relatório de gestão do Campus Laranjeiras do Sul (2017) que não tinha sido finalizado, bem como o documento final da II COEPE. No que se refere ao documento da I COEPE, esse foi utilizado, mas não com aprofundamento da análise, justamente em virtude da realização da segunda conferência, a qual já trouxe outras reflexões e avanços em relação ao texto anterior. Desse modo, há aí um estudo que deveria ser desenvolvido: as possíveis mudanças e o comprometimento da UFFS no período entre a primeira e a segunda conferência. Com base no relatório de gestão, também será possível, a partir de agora, análises periódicas que indicarão os impactos do campus na região.

Um outro aspecto que poderia ser examinado se refere ao processo de participação dos movimentos sociais na conquista da universidade. Enquanto esta investigação procurou considerar alguns sujeitos sociais neste contexto, uma análise específica dos movimentos sociais, ou dos povos originários, entre outros sujeitos, seria de grande valia. Uma outra investigação poderia se referir à mobilização dos sujeitos sociais e agentes da Cantuquiriguaçu quando da integração ao MPUF, desde o resgate histórico desta mobilização até sua importância estratégica para a conquista da universidade. Isto poderia ser no âmbito da UFFS como um todo ou, especificamente, referente ao Território Cantuquiriguaçu. Também seria passível de estudo o aprofundamento dos projetos de pesquisa e extensão já desenvolvidos, no contexto do desenvolvimento regional. Este detalhamento poderia medir, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, os efeitos do campus Laranjeiras do Sul sobre a sociedade regional. Haveria ainda a possibilidade de se avaliar o papel de articulação que a UFFS tem desempenhado na região.

Há, ainda, as repercussões no campo político, cultural, ambiental, educacional, econômico e social após a entrada em funcionamento do Campus. No aspecto econômico, por exemplo, poderiam ser examinadas as alterações no mercado mobiliário, a injeção de recursos na economia local, os gastos com infraestrutura realizados após a implantação da universidade na região, as transformações que ocorreram no setor de serviços, entre outros. Existe uma gama enorme de consequências decorrentes da UFFS no Território que merecem ser exploradas. De qualquer forma, novos estudos devem ocorrer cada vez mais, até porque com a inserção da universidade na região, a região passa a ser objeto de estudo da universidade. Com isso novas estratégias de desenvolvimento regional podem e devem ser adotadas.

Finalmente, o conjunto de fatores que permitiram a conquista da universidade federal para a região, como a reunião de diferentes movimentos sociais, diferentes municípios e mesmo diferentes partidos políticos em prol de uma única causa, constitui uma conjuntura diferenciada e de difícil mensuração. Embora não seja possível quantificar (e qualificar) todos os benefícios

ocorridos no Território Cantuquiriguaçu com o processo de implantação da UFFS, esta experiência da união dos movimentos sociais com a sociedade regional demonstrou força e efetividade ao conquistar um campus para a região. O fato desta universidade estar voltada ao desenvolvimento regional e aos estudantes filhos da classe trabalhadora desta região demonstra que existe um potencial poder de transformação da lógica e dinâmica socioeconômica até então presentes no território e que, até o presente, acirraram as desigualdades. Por fim, não é uma universidade feita ou orientada às elites.

É uma universidade que, com certeza, representa uma vitória daqueles que, como registrara Benjamim (1987), já mencionado anteriormente neste texto, foram vencidos no passado. Tudo indica que, caso os objetivos desta universidade continuem a guiar as ações no Território, parece ser possível construir uma outra história, à contrapelo. Significa dizer que as desigualdades geradas pelo processo de acumulação e reprodução do capital, historicamente construídas, não são fatos dados e imutáveis. A conquista dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo demonstra a possibilidade de recriar valores que foram invisibilizados e destruídos ao longo do tempo, podendo transformar a situação de uma região com uma população empobrecida social, política, econômica e culturalmente.

Ao final do trabalho é possível concluir que a UFFS pode e deve contribuir para, daqui para diante, os que foram vencidos no passado possam vislumbrar outros horizontes mais promissores no futuro. A conquista da UFFS, seus princípios, sua missão e sua atuação indicaram que, nesse processo, foram eles, vale reforçar, os vencidos (BENJAMIN, 1987), que passaram a ter primazia nas orientações desta instituição. Assim, esta universidade demonstrou, até o momento, constituir-se em uma reparação a esses vencidos do passado, ou ainda, uma emancipação dos trabalhadores e povos originários. Ficou evidente que, ao seguir neste caminho, a instituição permanece orientada aos interesses destas pessoas: dos oprimidos!



## REFERÊNCIAS

- ACILS – Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul. CVT de Laranjeiras do Sul é inaugurado. **Jornal da ACILS**, Laranjeiras do Sul, 3 jun. 2016. Disponível em: <http://acils.com.br/cvt-de-laranjeiras-do-sul-e-inaugurado>. Acesso em: 12 de jun. 2017.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade nova no Brasil. In: SANTOS; Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: 2008, p. 107-259
- ALVES, Ubirajara. Pesquisa acadêmica e desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO: A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p.110-117.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Banco de Informações de Geração: Capacidade instalada por Estado**. 2017a. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/resumoestadual.cfm>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. **BIG – Banco de Informações de Geração: Capacidade de geração do Estado do Paraná**. 2017b. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/GeracaoTipoFase.asp>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. Apontamentos metodológicos sobre desenvolvimento regional. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. XIV, n. 849, 30 de noviembre de 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-849.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2016.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- ATLAS BRASIL. **O IDHM**. 2016. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- ATLAS BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Consulta**. 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão Local**:

programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. p. 1-10. (Documento salvo em PDF).

BAIA, Cinthian Aparecida. **Estratégias de ocupação de terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava (1768-1853)**. 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.pge.uem.br/documentos-para-publicacao/dissertacoes-1/defesas-2012-pdfs/CinthianAparecidaBaia.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BALEIRAS, Rui Nuno. **Território e desenvolvimento económico: falhas institucionais**. Publicação Ocasional do CFP, nº 3, 2014. Disponível em: <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2014/12/Publicacao-Ocasional-3-2014.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 15, n. 3, p. 325-384, jul./set. 1953. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1953\\_v15\\_n3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1953_v15_n3.pdf). Acesso em 05 de abr. de 2017.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOCCHI, João Ildebrando; GARGIULO, Felipe Freitas. Desenvolvimentismo e a CEPAL: da Industrialização por Substituição de Importações à transformação produtiva com equidade. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC/SP - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA PRÁTICA CIENTÍFICA, 20, 2011, São Paulo. **Anais... Artigos Premiados da 20ª Edição, 2011**, p. 1-9.

BORUSZENKO, Oksana. Política imigratória. In: **História do Paraná**. Ideias em Debate, p. 51-61. Curitiba: SECE/Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 09 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Índice de Gini: o Brasil desconcentrado terras**. Brasília, DF: INCRA, 2001. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros\\_revistas\\_e\\_cartilhas/Indice%20de%20Gini%20-%20O%20Brasil%20Desconcentrando%20Terras.pdf](http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Indice%20de%20Gini%20-%20O%20Brasil%20Desconcentrando%20Terras.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.029**, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm). Acesso em: 01 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituições da Rede. In: **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia**. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>. Acesso em: 15 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **e-MEC** - Instituições de Ensino Superior e cursos cadastrados. 2017. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/#app=6999&6c47-selectedIndex=1>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BREITBACH, Aurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BURGOS, Raúl. Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.) **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007. p. 127-166.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. In: **Gestão e Desenvolvimento**, 9, p. 103-136, 2000. Disponível em: [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9090/1/gestaodesenvolvimento9\\_103.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9090/1/gestaodesenvolvimento9_103.pdf). Acesso em: 23 dez. 2017.

CEZIMBRA, Elemer do Nascimento. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. 2013. 112 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional)- Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. In: **A Universidade na Encruzilhada** – Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968POR.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução S.F, Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. **Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba – CIC**. 1994. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111968/97467.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 fev. 2017.

CHMYZ, Igor. A pré-história paranaense. In: **História do Paraná**. Ideias em Debate. Curitiba: SECE/Biblioteca Pública do Paraná, 1986. p. 7-26.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. Assentamentos Rurais: territórios do Território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA E REFORMA AGRÁRIA, 4., 2009, Niterói. **Anais IV SINGA**. Niterói: SINGA, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu**. 2011. 231 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

\_\_\_\_\_. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede FARM to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. 2016. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/td/tese\\_coca\\_2016.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/td/tese_coca_2016.pdf). Acesso em: 13 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Identidades dos camponeses assentados no Território Cantuquiriguaçu, Paraná – Brasil. In: **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 77-88, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n1/1984-2201-mercator-14-01-0077.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

COELHO, Luzia Bucco. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma análise dos impactos do PRONAF no desenvolvimento rural do Território Cantuquiriguaçu – PR**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38041/R%20-%20D%20-%20LUZIA%20BUCCO%20COELHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

COEPE –CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 1., 2010, Chapecó. **Construindo Agendas e Definindo Rumos** – Documento-Base. . Chapecó: UFFS, 2010. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/equipes->

de-trabalho/conferencia-de-ensino-pesquisa-e-extensao/educacao-i/documentos/arquivo-02. Acesso em: 05 jun. 2017.

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Diagnóstico socioeconômico**. Curitiba: CONDETEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Regimento do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2015. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 19 nov. 2015.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. Ebook.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

COSTA, José Silva (Org.). **Compêndio de Economia Regional**. 2. ed. Coimbra: APDR, 2005.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. **Revista GEOMAE – Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 25-56, 2. sem. 2010. Disponível em: [http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia\\_conceitos\\_e\\_paradigmas\\_fabio\\_costa\\_marcio\\_rocha.pdf](http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia_conceitos_e_paradigmas_fabio_costa_marcio_rocha.pdf). Acesso em: 23 set. 2016.

DEMARCO, Stefano Moraes; MAIA, Claudio Machado. A Universidade Federal da Fronteira Sul: uma política pública em processo de implantação na perspectiva de uma construção social e de interesses regionais. In: **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 80-93, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3078/2096> Acesso em: 06 jun. 2017.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Revista Outubro**, n. 16, p. 75-107, 2. sem. 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-lei-do-desenvolvimento-desigual-e-combinado-de-leon-trotsky-e-a-intelectualidade-brasileira/>. Acesso em: 26 jan. 2016.

DEMO, Pedro. Extensão universitária – algumas idéias preliminares. In: **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 118-130.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/set. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512009000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001). Acesso em: 20 dez. 2016.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 295 f. Tese.

(Doutorado Em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102971/fabrini\\_je\\_dr\\_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102971/fabrini_je_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 abr. 2017.

FACEOPAR – Faculdade Centro Oeste do Paraná. **Institucional - Apresentação**. 2017. Disponível em: <http://www.faceopar.edu.br/institucional/apresentacao-historia>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

FAVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no Território da Cidadania Paraná Centro**. 2014. 408 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FAVERO, Celso Antonio. Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. **Informe GEPEC/UNIOESTE**, Cascavel, v. 7, n. 2, p. 1-30, 2003. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/291/209>. Acesso em: 27 dez. 2016.

FERNANDES, Ruben. **Impactos Locais e Regionais da Universidade do Porto**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade do Porto, Local, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7560> Acesso em 26 de jan. de 2017.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2010.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FERREIRA SOBRINHO, José. **A proposta de educação do MST e o PPP de Ceias: uma análise descritiva de suas convergências e divergências (1996-2012)**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

FLECK, Carolina Freddo. A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 3, p. 270- 298, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/518>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento Regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: **O ambiente regional (três décadas de economia gaúcha)**. [Porto Alegre], v. 1, 2010. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume1/5/adelar-fochezatto.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

FONSECA, Antonio Martins da. Em torno do conceito de região. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 21, p. 89-100, jul./dez. 1999. Disponível em: [www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/em\\_torno\\_do\\_conceito\\_de\\_regiao.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/em_torno_do_conceito_de_regiao.pdf). Acesso em: 03 nov. 2016.

FRANCO NETTO, Fernando. População em área de fronteira – Guarapuava século XIX. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, 15, 2006, Caxambú, MG. **Anais...** Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_504.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_504.pdf). Acesso em: 05 abr. 2017.

FRANK, Ander Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. In: **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 19-48, jun. 1989.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103090>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

FREITAS, Cibele. **Efeitos econômicos das instituições de ensino superior federal: estudo sobre os gastos desencadeados pela Universidade Federal da Fronteira Sul no município de Laranjeiras do Sul (PR)**. 2016. 66 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2016.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil – Terras indígenas**. 2017. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

\_\_\_\_\_. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e luta pela educação no Brasil: experiências e desafios na atualidade. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, 11, 2016, Curitiba. **Anais da XI ANPED SUL – Conferência de encerramento**, Curitiba: Setor de Educação da UFPR, 2016.

GOHN, Maria da Glória; ZANCANELLA, Yolanda. A relação entre Universidades e Movimentos Sociais como princípio da construção crítica da Educação do Campo. In: **Olhar de professor**. Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 57-70, 2012. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em: 19 dez. 2016.

GOMES, Ilse; COUTINHO, Joana A. Estado, Movimentos Sociais e ONGs na era do neoliberalismo. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 89, out. 2008. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/089/89gomes\\_coutinho.pdf](http://www.espacoacademico.com.br/089/89gomes_coutinho.pdf). Acesso em: 28 dez. 2016.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

GOULARTI FILHO, Alcides. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. In: THEIS, Ivo Marcos (Org.). **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

GUARAPUAVA – Prefeitura de Guarapuava. **Turista – história**. 2017. Disponível em: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia/>. Acesso em: 04 abr. 2017.

GUEDES, Ana Lucia. A instalação da Renault, Crysler e Audi em Curitiba. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, vol. 2, nº 1, p. 137-151, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/10049/7191> Acesso em: 29 abr. 2018.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Antecedentes e Evolução no Planejamento Territorial no Brasil. In: FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e desafios**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v. 12. Brasília: IICA, 2010. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Spaces of global capitalism**. London: Verso, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual**. GeoBaireS. Cuadernos de Geografía. Apuntes de geografía y ciencias sociales. Buenos Aires: UBa – ffyl, 2006b.

Disponível em:

[http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/teoria\\_geografica/LECTURA\\_26bis.pdf](http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/teoria_geografica/LECTURA_26bis.pdf)  
Acesso em 17 de jan. de 2017.

\_\_\_\_\_. O espaço como palavra-chave. Tradução de Letícia Gianella. Revisão técnica de Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012. Disponível em:

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/551/345>. Acesso em: 01 nov. 2016.



\_\_\_\_\_. **Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana.** Traducción de Juanmari Madariaga. Madrid: Ediciones Akal, 2013.

\_\_\_\_\_. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo.** Quito: Editorial IAEN, 2014.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe.** Joaçaba: UNOESC, 1996.

HOFF, Debora Nayar; MARTIN, Aline Schimidt San; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e Desenvolvimento Regional: impactos quantitativos da Unipampa e Sant'Ana do Livramento. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>. Acesso em: 12 set. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61914.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estados – Paraná.** 2016a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>. Acesso em: 02 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Contas Regionais do Brasil: 2010-2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98881.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estados – Contas Regionais do Brasil 2014.** 2017a. Disponível em: <http://ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=contasregionais2014>. Acesso em: 01 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** 2017b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf). Acesso em: 27 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cidades – histórico dos municípios.** 2017c. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acesso em: 06 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Brasil em síntese – Contas Nacionais: PIB per capita Brasil – 2009/2015.** 2017d. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>. Acesso em 07 de abr. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário – 2006.** 2017e. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 28 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **SIDRA – Censo Agropecuário.** 2017f. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=837&z=p&o=2&i=P>. Acesso: em 28 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cidades** – Paraná. 2017g. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>. Acesso em: 18 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **IBGE** – Indígenas: gráficos e tabelas. 2017h. Disponível em:  
<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 18 abr. 2017.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. 2017. Disponível em: [www.bdt.d.ibict.br](http://www.bdt.d.ibict.br). Acesso em: 21 abr. 2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dados do INCRA Paraná** – Painel de assentamentos. 2017. Disponível em:  
[http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod\\_sr=9&Parameters\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=1](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=9&Parameters[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=1). Acesso em: 25 abr. 2017.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Superior: Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2017a. Disponível em:  
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 04 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Microdados** – Censo da Educação Superior 2015. 2017b. Disponível em:  
[portal.inep.gov.br/web/guest/microdados](http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados). Acesso em: 14 abr. 2017.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990**. Curitiba: 1983. Disponível em:  
[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr\\_caract\\_demografica\\_10\\_83.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr_caract_demografica_10_83.pdf). Acesso em: 02 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os vários Paranas: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2006a. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/varios\\_paranas\\_espacialidades.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/varios_paranas_espacialidades.pdf). Acesso em 07 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Paraná: Economia e Sociedade**. 2ª ed. Curitiba: IPARDES, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Paraná: Perfil Avançado dos Municípios**. 2017a. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=29](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29). Acessos diversos.

\_\_\_\_\_. **Paraná: projeção populacional 2016-2030**. 2017b. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=84](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=84). Acesso em: 02 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Paraná: Indicadores econômicos.** 2017c. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/tab\\_pib\\_01.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/tab_pib_01.pdf). Acesso em: 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Paraná: Indicadores selecionados.** 2017d. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/indicadores\\_selecionados.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/indicadores_selecionados.pdf). Acesso em: 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Municípios e regiões.** 2017e. Disponível em:  
[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/relacao\\_mun\\_micros\\_mesos\\_parana.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf). Acesso em: 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Banco de Dados do Estado – BDEweb.** 2017f. Disponível em:  
<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 07 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cadernos Municipais – Guarapuava.** 2017g. Disponível em:  
<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85000&btOk=ok>. Acesso em: 04 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Paraná em números.** 2017h. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/pr\\_numeros/index\\_pr\\_numeros\\_pt.htm](http://www.ipardes.pr.gov.br/pr_numeros/index_pr_numeros_pt.htm). Acesso em: 01 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM.** 2017i. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=19](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19). Acesso em: 13 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cadernos Municipais.** 2017j. Disponível em:  
[http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=30](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30). Acesso em: 14 abr. 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Regional: População.** 2017. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 02 mar. 2017.

IZEPÃO, Rosalina Lima; GARDENAL, Leonardo Antonio Santin. **A economia em revista,** Maringá, v. 23, n. 2, 2015. Disponível em:  
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/20343/pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. **Limites e possibilidades de desenvolvimento econômico do Paraná a partir dos anos 60: uma revisão.** 2003. 60 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

LACHESKI, Edilane. **Guarapuava no Paraná: discurso, memória e identidade (1950-2000).** 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em:  
<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/19182/dissertacao.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 abr. 2017.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento.** 4. ed. Tradução de T. Santos. São Paulo: DIFEL, 1975.

LECLERC, Michel. A universidade de Quebec: um objetivo de acessibilidade e de regionalização. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE MULTICAMPI: “A UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL”, 2, 1986, Salvador. **Atas...** Impresso nos serviços de reprografia da Université du Québec – jun. 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Editions Anthropos, 2000.

LEINEKER, Mariulce da Silva Lima. **O direito à educação infantil do campo no município de Pinhão**: ponto de vista das famílias. 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/174884/344839.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jul. 2017.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EdUSP, 1999.

LEOPOLDO e SILVA, Franklin. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, maio/ago. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200015). Acesso em: 06 jan. 2017.

LIBERATO, Rita de Cássia. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-1362. sem. 2008. Disponível em: [http://www1.pucminas.br/documentos/geografia\\_28\\_notas01.pdf](http://www1.pucminas.br/documentos/geografia_28_notas01.pdf). Acesso em: 08 abr. 2016.

LIMA, Eleuza Ferreira. **A contribuição do ensino superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento regional do estado no período de 1996-2007**. 2012. 157 f. Tese (Doutorado em Economia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Jandir Ferreira de; RIPPEL, Ricardo; STAMM, Cristiano. Notas sobre a formação industrial do Paraná – 1920 a 2000. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 1, n. 15, p. 53-61, jun. 2007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/592>. Acesso em: 06 fev. 2017.

LIMA, Jandir Ferrera de; EBERHARDT, Paulo Enrique de Cezaro. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. **REDES – Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 134-151, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1304/1528>. Acesso em: 02 jun. 2017.

LIMA, Marcio Jaime Gomes de; SOUZA, Osmar Thomaz. Tipologia de políticas públicas como instrumento de gestão, execução, coordenação e avaliação do desenvolvimento regional: uma aplicação para o Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 21, n. 32/33, 2012. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2395/1449>. Acesso em: 30 dez. 2016.

LINHARES, Temístocles. **Paraná Vivo**: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução de Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobre, 1988.

LOPES, Antonio Simões. **Desenvolvimento Regional**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LOPES, João Marcos de Almeida. O dorso da cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Record, 2002.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. Do Autor, 2000.

\_\_\_\_\_. A macroeconomia brasileira e paranaense nos anos 2000. **Nota Técnica IPARDES**, Curitiba, n. 7, out. 2010. Disponível em:  
[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT\\_07\\_macroeconomia\\_brasileira.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_07_macroeconomia_brasileira.pdf). Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Economia paranaense: competitividade e desafios. **Comunicado para o planejamento**, n. 28, dez. 2014. Disponível em:  
[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Comunicado\\_Planejamento\\_28.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Comunicado_Planejamento_28.pdf). Acesso em: 10 fev. 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Águas para a vida e não para a morte**. Brasília, 2005. (Folder). Disponível em:  
[http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/folder\\_mab\\_port.pdf](http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/folder_mab_port.pdf). Acesso em: 15 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Os encontros nacionais a criação do movimento nacional. In: **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas**. São Paulo, agos. 2011a. Disponível em:  
<http://www.mabnacional.org.br/historia>. Acesso em: 14 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Quem somos**. São Paulo, dez. 2011b. Disponível em:  
<http://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos> Acesso em 14 de fev. de 2017.

MACHADO, Eliel. MST e neoliberalismo: avanços, limites e contradições na luta pela terra no Brasil. In: **Luchas contrahegemônicas y cambios políticos recientes en América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 231-257. Disponível em:  
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/lopezma/13macha.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, p. 131-148, jan./abr. 1996. Disponível em:  
<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/344>. Acesso em: 01 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, jan./abr. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142000000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100015). Acesso em: 27 dez. 2016.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, [19--].

MARTUSCELLI, Danilo. Elite e classe dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 1, ed. 18. p. 249-277, 2009. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/elite-e-classe-dominante-notas-sobre-o-marxismo-inspirado-na-teoria-das-elites/> Acesso em: 28 abr. 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATOS, Raquel Dorigan de. **Representação paritária no processo decisório como elemento mediador na atividade significada**. 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33625/R%20-%20T%20-%20RAQUEL%20DORIGAN%20DE%20MATOS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o Desenvolvimento Regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 59-105. primavera 2014. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4807>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

MERCIER, Guy. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. **GEOgraphia**, América do Norte, 11, nº 22, fev. 2009. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/300>. Acesso em: 23 jan. 2016.

MI – Ministério da Integração Nacional. **Grande Fronteira do Mercosul**. 2017. Disponível em: [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=2791b4ac-40df-4fe2-b44f-6a05542052c0&groupId=63635](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2791b4ac-40df-4fe2-b44f-6a05542052c0&groupId=63635). Acesso em: 02 jun. 2017.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no século XXI. **Revista eletrônica Geografar**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 62-80, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/geografar/article/download/6843/4859>. Acesso em: 06 fev. 2017.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MIRANDA, Antonio de. **A influência do agronegócio no assentamento Ireno Alves dos Santos, região Centro-PR**: limites e possibilidades para implementação da agroecologia. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistema)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133065/333782.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 07-27

\_\_\_\_\_. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 43-50, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. Território, Região e Formação Colonial: apontamentos em torno da geografia histórica da independência brasileira. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 33, jul./dez. 2006.

MORAES, Vitor de. **A disputa territorial e o controle das políticas no Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do Estado. 2013. 315 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108654>>. Acesso em: 02 maio 2017.

MOREIRA, Elaine Martins. **O assentamento Ireno Alves dos Santos no contexto da reforma agrária no Brasil**: Qual reforma hoje? 2009. 162 f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp105544.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. O assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguçu-Pr: desenvolvimento socioeconômico e os impactos da política de assentamentos para a reforma agrária. **Emancipação**, Ponta Grossa, 13, nº especial, p. 145-158, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/4551/4380> Acesso em: 22 jan. 2018.

MORH, Naira E. R et al. A expansão das Fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 791-817, set./dez. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812012000400013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812012000400013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 07 jun. 2017.

MOTA, Lucio Tadeu. **História do Paraná**: pré-história, colônia e império. Maringá: Eduem, 2011.

MST– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem Somos**. 2017a. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 13 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **O MST**. 2017b. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MUSSOI, Arno Bento. **Laranjeiras do Sul: o espaço em construção**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Território Federal do Iguaçu: perspectivas para o Desenvolvimento Regional**. Laranjeiras do Sul: Cantu, 2015.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Coleção história do Paraná; textos introdutórios. Curitiba: SEED, 2001.

NIEHUES, Leandro Garcia. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, nº especial, p. 454-466, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20307>. Acesso em: 07 fev. 2017.

**NOAM Chomsky on “Landless Workers’ Movement” in Brazil**. Produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Local: MST, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kz4DRG8NLkc>. Acesso em: 20 jan. 2018.

O’ DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. **Revista de Cultura e Política**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, n. 4, nov. 1980./jul. 1981.

\_\_\_\_\_. “Acerca del Estado en América Latina contemporánea. Diez tesis para discusión”. **Informe PNUD: La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos**. Contribuciones para el debate. Alfaguara, Buenos Aires, 2004.

O INÍCIO do Adeus da Unicentro em Laranjeiras. **Jornal Correio do Povo**, Laranjeiras do Sul, 3 abr. 2017. Disponível em: <https://www.jcorreiodopovo.com.br/noticia/o-inicio-do-adeus-da-unicentro-em-laranjeiras>. Acesso em: 29 abr. 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Vladimir Luis de. Estado, empresariado regional e o setor automotivo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 105, p. 125-140, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/180/153>. Acesso em 10 jul. 2015 Acesso em: 10 jul. 2015

OSZLAK, Oscar. Burocracia estatal: Políticas y Políticas Públicas. **POSTData Revista de Reflexión y Análisis Político**. Buenos Aires, v. XI, abr. 2006.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Ensino Superior – Universidades Estaduais**. 2017a. Disponível em:



<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Acesso em: 15 fev. 2017.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Mapa Cursos**. 2017b. 1 Mapa, color. Disponível em:

[http://www.seti.pr.gov.br/arquivos/File/MAPA\\_Cursos.pdf](http://www.seti.pr.gov.br/arquivos/File/MAPA_Cursos.pdf). Acesso em: 15 fev. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Infraestrutura e Logística. **DER – Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná**. Rodovias concessionadas. Curitiba, 2017c. Disponível em:

<http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=271> Acesso em: 15 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. FERROESTE – Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. **Ferroeste comemora 29 anos de atividade**. Curitiba, 15 mar. 2017d. Disponível em:

<http://www.ferroeste.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=908&tit=Ferroeste-comemora-29-anos-de-atividade->. Acesso em: 10 abr. 2017.

PAS, Iran; RADÜNZ, Roberto. Movimento Sindical: agente estranho no desenvolvimento regional em Santa Cruz – RS. **Revista REDES** – Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 46-61, set./dez. 2011. Disponível em:

<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1491>. Acesso em: 23 dez. 2016.

PINA, Rute; HOSHINO, Camila. Entenda o conflito entre o MST e a madeireira Araupel no Paraná. **Brasil de Fato**. Reforma Agrária. São Paulo e Curitiba, 10 nov. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/10/entenda-o-conflito-entre-o-mst-e-a-madeireira-araupel-no-parana/>. Acesso em: 04 maio 2017.

PIRES, Ariel José; CAMARGO, João Olivir; SALDANHA, Terezinha. **ACILS: Meio século de história e evolução**. Guarapuava: Laranjeiras do Sul, 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH – Conceitos**. 2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/img/assets/IDH/undp-br-mapa-brasileiro-municipios-novo-1-2010.png>. Acesso em: 04 mar. 2017.

PORTAL CANTU – **Quedas** – Araupel e MST selam acordo com intermediação do governo do Estado. 20 fev. 2017. Disponível em: <http://portalcantu.com.br/noticias/ultimas-noticias/quedas-do-iguacu/item/42578-araupel-e-mst-selam-acordo-com-intermediacao-do-governo-do-estado>. Acesso em: 04 maio 2017.

VINICIUS, Marcelo. Por trás das fotografias de Sebastião Salgado. **Portal Obvius**. abr. 2014. Disponível em: [http://lounge.obviousmag.org/cafe\\_ao\\_te\\_deixa\\_mais\\_cult/2014/04/por-de-tras-das-fotografias-de-sebastiao-salgado.html](http://lounge.obviousmag.org/cafe_ao_te_deixa_mais_cult/2014/04/por-de-tras-das-fotografias-de-sebastiao-salgado.html). Acesso em: 07 jan. 2017.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMPAZO, Adriana Vinholi. **O simbolismo das identidades naufragadas no Território Cantuquiriguaçu**. 2009. 195 f. Dissertação. (Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, p. 32-107, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

RICKEN, Ignacio. A universidade a serviço do desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE MULTICAMPI: “A UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL”, 2, 1986. Salvador. **Atas...** Impresso nos serviços de reprografia da Université du Québec – jun. 1986.

ROLIM, Cássio, e SERRA, Mauricio. Instituições de Ensino Superior e desenvolvimento regional: O caso da região norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, ano 33, p. 87-102, 2009. Curitiba: Editora UFPR.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SACK, Robert David. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 27/28, jun. 1989.

\_\_\_\_\_. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS; Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica**. Coleção história do Paraná; textos introdutórios. Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, Domingos. O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia. In: COSTA, José Silva (Org.). **Compêndio de Economia Regional**. 2. ed. Coimbra: APDR, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K.; SILVA, Carlos Alberto Franco da (Org.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e a sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. **Etnográfica**, v. VII (1), p. 87-103, 2003. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_07/N1/Vol\\_vii\\_N1\\_087-104.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_087-104.pdf). Acesso em: 26 abr. 2017.

SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da dependência** – balanço e perspectivas. Obras escolhidas. 2. ed. Rev. amp. e atual. Florianópolis: Insular, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEGUNDO, Oswalter de Andrade S. O princípio constitucional da redução das desigualdades regionais e sociais e sua efetivação jurídico-política na ordem econômica. **Revista de Direito e Liberdade**, Mossoró, v. 7, n. 3, p. 371-400, jul./dez.2007. Disponível em: [http://www.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/revista\\_direito\\_e\\_liberdade/article/viewFile/94/83](http://www.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/viewFile/94/83). Acesso em: 24 nov. 2017.

SERRANO, Rosa Maria S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf). Acesso em: 18 nov. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA FILHO, Antônio Luís da. **O papel da universidade no desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.

SILVEIRA, Amélia (coord.) et al. **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. Blumenau: Edifurb, 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p.

136-152, jul./dez/ 2013. Disponível em:  
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/17783>. Acesso em: 03 jan. 2017.

SINEPE/PR – Sindicato das Escolas Particulares. **Estatísticas Educacionais**. Curitiba, 2015. Disponível em: [https://issuu.com/sinepe-pr/docs/anuario\\_web\\_2015](https://issuu.com/sinepe-pr/docs/anuario_web_2015). Acesso em: 15 fev. 2017. Ebook.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 09 out. 2015.

SOUZA, Maria Antônia de. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: A QUESTÃO SOCIAL NO NOVO MILÊNIO, 7, 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: CES, 2004.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. 1. ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

SOUZA, Marília; RUTHES, Sidarta; VALENÇA, Raquel (Coord.). **Paraná em dados**. Curitiba: FIEP, 2015. Disponível em:  
 <[http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Parana\\_em\\_Dados\\_2015%5B62837%5D.pdf](http://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Parana_em_Dados_2015%5B62837%5D.pdf)>. Acesso em 19 jan. 2018.

SOUZA, Nali. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Cantuquiriguaçu – PR**. Brasília, [2013]. Disponível em:  
[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/cantuquiriguaupr/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/cantuquiriguaupr/one-community?page_num=0). Acesso em: 26 abr. 2013.

THEIS, Ivo Marcos (Org.). **Desenvolvimento e Território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

\_\_\_\_\_. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. Disponível em:  
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. A dinâmica espacial recente da economia catarinense. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Org.). **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento desigual e planejamento regional no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 37, n. 131, p. 79-97, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/810/1029>. Acesso em: 17 dez. 2017.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antônio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de Estado, Território e Região. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 55-69, nov. 2012. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101>. Acesso em: 15 dez. 2017.

THEIS, Ivo Marcos; KRAJEVSKI, Luis Claudio. Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do Território Cantuquiriguaçu – Paraná. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 2, p. 9-26, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/3967/4381>. Acesso em: 10 out. 2017.

TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadentes**. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

TREVISOL, Joviles Vitório; LÓ, Marcelo (Org.). **Educação e Política: Movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS**. Chapecó: UFFS, 2015 (formato DVD).

TREVISOL, Joviles Vitório. O ensino superior na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José ; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. Ebook.

TRINTIN, Jaime Graciano; CAMPOS, Antônio Carlos de. Dinâmica Regional recente da economia paranaense e suas perspectivas: diversificação ou risco de concentração e especialização produtiva. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringá, v. 35, n. 2, p. 161-173, jul./dez. 2013. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/20442/pdf\\_4](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/download/20442/pdf_4). Acesso em: 10 fev. 2017.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução russa**. Tradução de E. Huggins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Tradução de Iraci D. Poleti. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

UEDA, Vanda. Território, desenvolvimento local e turismo: discutindo conceitos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2, 2004, [Caxias do Sul]. **Anais...** Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/77-territorio.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Processo seletivo UFFS/2010 – Cursos e Vagas**. 2010a. Disponível em: [http://www.uffs.ufsc.br/processo\\_seletivo/cursosevagas.html](http://www.uffs.ufsc.br/processo_seletivo/cursosevagas.html). Acesso em: 12 jun. de 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Processo seletivo UFFS/2010** – Relação Candidatos/Vaga. 2010b. Disponível em:  
[http://www.uffs.ufsc.br/processo\\_seletivo/candidatovaga.pdf](http://www.uffs.ufsc.br/processo_seletivo/candidatovaga.pdf). Acesso em: 12 jun. 2017.

UFFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico Institucional**. 2012. Disponível em:  
[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/plano\\_pedagogico\\_institucional](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_pedagogico_institucional). Acesso em: 29 dez. 2017.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Laranjeiras do Sul** – Notícias. 2013. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/noticias/parceria-entre-a-uffs-2013-campus-laranjeiras-do-sul-e-o-executivo-municipal-e-debatida-em-seminario>. Acesso em: 14 jun. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Estatuto** – 2015. 2015a. Disponível em:  
<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0031>. Acesso em: 06 jun. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Relatório de gestão *pró tempore*: 2009-2015**. Chapecó: UFFS, 2015b.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Histórico**. 2017a. Disponível em:  
[http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=42](http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=42). Acesso em: 01 jun. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul – **Apresentação**. 2017b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/apresentacao>. Acesso em: 07 jun. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Laranjeiras do Sul** – Cursos. 2017c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos>. Acesso em: 08 jun. 2017.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Laranjeiras do Sul** – Notícias. 2017d. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/noticias/campus-laranjeiras-do-sul-estabelece-parceria-com-secretariais-de-educacao-de-municipios-da-regiao>. Acesso em: 14 jun. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Laranjeiras do Sul** – Conselhos: Conselho Comunitário – Conselheiros. 2017e. Disponível em:  
[http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8430&Itemid=2528&site=ls](http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8430&Itemid=2528&site=ls). Acesso em: 14 jun. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Laranjeiras do Sul** – Conselhos: Conselho Comunitário – Atas. 2017f. Disponível em:  
[http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8432&Itemid=2530&site=ls](http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8432&Itemid=2530&site=ls). Acesso em: 14 jun. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **UFFS está entre as melhores instituições dos estados do Sul do Brasil**. 2017g. Disponível em:

[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/uffs-esta-entre-as-melhores-instituicoes-dos-estados-do-sul-do-brasil](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-esta-entre-as-melhores-instituicoes-dos-estados-do-sul-do-brasil). Acesso em: 26 dez. 2017.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. **Documentos e Legislação** – Relatório de Gestão 2016 – Campus Laranjeiras do Sul. 2017. Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/documentos\\_e\\_legislacao/relatorios-de-gestao](https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/documentos_e_legislacao/relatorios-de-gestao). Acesso em: 10 jun. 2017.

UFPR – Universidade Federal do Paraná – Departamento de História. **Um século de eletricidade do Paraná**. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994.

UFPR – Universidade Federal do Paraná. **A Universidade**. 2017. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalufpr/campi/>. Acesso em: 17 fev. 2017.

VASCONCELOS, José Romeu de; CASTRO, Demian. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, Nº 624). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0624.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0624.pdf). Acesso em: 09 fev. 2017

VIEIRA, Paulo Freire et al. Universidade e desenvolvimento local: balanço da discussão. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadentes**. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WONS, Iaroslav. **Geografia do Paraná**. 6. ed. Curitiba: Editora Ensino Renovado, 1994.

ZWARICZ, Juliano. **Geografia econômica da implantação da usina hidrelétrica governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) – PR**. 2013. 214 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Guarapuava, 2013.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada****LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI  
DOUTORANDO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – FURB  
PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFFS**

Este documento é um roteiro para realização de entrevista semiestruturada, direcionada aos agentes envolvidos com Movimento Pró-Universidade, Movimentos Sociais e membros da Sociedade Civil. O objetivo desta entrevista é obter informações acerca das expectativas referentes a conquista de um Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul para o Território Cantuquiriguaçu e sua relevância para o desenvolvimento do regional.

Entrevistado:

Segmento:

Data:

Idade:

1. Qual é a relevância de uma Universidade para o desenvolvimento da região em que ela se situa?
2. Qual é a importância do Território Cantuquiriguaçu (TC) abrigar um Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?
3. Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no TC até este momento?
4. A UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu? De que forma?
5. Qual é a diferença entre a UFFS e as outras IES's públicas e privadas que atuam no TC?
6. A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e necessidades da região?
7. Quais os principais desafios para que a UFFS cumpra com seus objetivos acerca do DR?
8. Como o segmento em que você está inserido contribuiu para a conquista da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul?
9. Como você vê a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento do TC? A UFFS tem atendido esta expectativa?
10. O entrevistado teria algo a acrescentar, alguma observação, sobre esta questão?



**APÊNDICE B – Questionário de pesquisa**

**LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI**  
**DOCTORANDO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – FURB**  
**PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFFS**

**QUESTIONÁRIO**

Este questionário é dirigido as entidades com assento junto ao Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu – CONDETEC e consiste num instrumento de coleta de informações sobre a Universidade e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Recomenda-se que o questionário seja lido antes de se começar a responde-lo. Os dados fornecidos serão empregados apenas para fins científicos.

Nome:

Nome da entidade que representa:

1. Qual é sua percepção sobre a UFFS?
  - a. ( ) Ótima
  - b. ( ) Boa
  - c. ( ) Indiferente
  - d. ( ) Ruim
  - e. ( ) Péssima
  
2. Qual é a importância da UFFS para o desenvolvimento da Cantuquiriguaçu?
  - a. ( ) Muito importante
  - b. ( ) Pouco importante
  - c. ( ) Não importante
  
3. Você já teve algum tipo de contato direto com a UFFS?
  - a. ( ) Acadêmico
  - b. ( ) Cultural
  - c. ( ) Econômico
  - d. ( ) Institucional
  - e. ( ) Social
  - f. ( ) Nenhum

4. Na sua opinião, o impacto maior da instalação da UFFS na região até agora é?
- a.  Acadêmico
  - b.  Cultural
  - c.  Institucional
  - d.  Econômico
  - e.  Social
  - f.  Nenhum
5. Você sabe da existência de parcerias entre a UFFS e a comunidade regional?
- a.  Sim
  - b.  Não
- Se sim, qual (quais)? \_\_\_\_\_
6. Na sua opinião, quem foi o principal responsável pela vinda da UFFS para o TC?
- a.  Governo Federal
  - b.  Administrações municipais
  - c.  Movimentos sociais
  - d.  Outro: qual? \_\_\_\_\_
7. Na sua opinião, os cursos ofertados até agora atendem as necessidades regionais?
- a.  Sim
  - b.  Não
8. Qual é a importância da UFFS possuir um assento junto ao CONDETEC (Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu?)
- a.  Muito importante
  - b.  Importante
  - c.  Pouco importante

## APÊNDICE C – Transcrição das Entrevistas

### ENTREVISTADO 1

Pesquisador: Bom dia. primeiro eu gostaria que tu me falasse da relevância de uma Universidade pro desenvolvimento da região que ela se situa.

Entrevistado 1: Universidade como o próprio nome já diz né, universo. É trazer o universo para a região, mas um universo científico, porque a região onde se insere a universidade ela vê outra expectativa de desenvolvimento, vem pessoas de outras regiões. Interfere inclusive culturalmente no local, porque as pessoas que vem pra Universidade desde empresa que que constrói, trás pessoas, professores, os membros, tudo envolve mais gente, e gente com conhecimento. Porque numa Universidade ao contrário de uma usina hidrelétrica, por exemplo, uma usina hidrelétrica não trás conhecimento, trás uma obra, um empreendimento e deixa os danos sociais. E a Universidade vem trazendo pessoas com conhecimento, conhecimento científico, acadêmico, que desenvolve culturalmente a região. Em qualquer região onde tiver Universidade você fala "é melhor investir em uma Universidade, do que construir cadeias". E exemplo, Universidade Federal da Fronteira Sul, em Laranjeiras do Sul, e o presídio de Catanduvas, qual a diferença? O desenvolvimento que teve pra Catanduvas, quando construíram a Universidade Federal? Nenhum. O presídio Federal? Nenhum. Só mais uma obra pra trazer pessoas, com problemas sociais. A Universidade vem trazer soluções para os problemas sociais, não aumentar os problemas, entendeu? Da região.

Pesquisador: E qual a importância do Território Cantuquiriguaçu abrigar um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 1: O Território Cantuquiriguaçu assim como o centro do Paraná, a região que ficou a margem do desenvolvimento cultural e social do estado do Paraná. O Território Cantuquiriguaçu é um território da cidadania, eu sempre falo, não é orgulho nenhum você ter/fazer parte de um território de cidadania. Território de cidadania são territórios onde a pobreza e o desenvolvimento social, desenvolvimento humano é baixo. E a Universidade vem com expectativa de desenvolver, pesquisar, trazer pesquisadores, trazer muitas pessoas que vem para a Universidade não voltam para os seus locais de origem, eles acabam ficando pela região desenvolvendo alguma atividade que seja de acordo com o que aprendeu com a Universidade e sempre fica. Muitas pessoas vêm para estudar e se mudam, trazem a família junto e fica, se estabelece. A comunidade acadêmica é uma comunidade grande, grande em conhecimento, é uma comunidade que, quando você vem para a universidade, você vem com uma expectativa e quando sai, sai com outra. E assim, como a Universidade tem um diferencial, essa pobreza da região está se inserindo nela. Porque durante esse meio aqui do Paraná, ele foi esquecido por todos os governos que passaram. É um lugar ainda de grandes fazendas de pessoas que não moram nela nele, pessoas que moram fora do território, vem porque a terra era barata, porque a terra de agricultura era mecanizada (-ininteligível 00:05:03.24) não era boa compravam barato, ou tomavam, e criaram suas grandes fazendas com criação de gado que leva para gerar renda em outros municípios, longe inclusive. Você pode ver o Território Cantuquiriguaçu em todos os municípios não tem nenhuma indústria de carne, e aqui é a região que mais produz boi no Paraná. O rebanho bovino muito grande, mas não industrializa aqui, a carne vai gerar receita em outros lugares e aqui fica, eu digo, o subdesenvolvimento. Então a Universidade, com esses cursos de engenharia de alimentos e essas coisas, vai ter alguém que vai se interessar nessa área né, pesquisa vai apontar pessoas pra essa região com (ininteligível 00:05:54) diferentes.

Pesquisador: E quais foram as principais consequências da instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul no Território Cantuquiriguaçu até este momento?

Entrevistado 1: Olha, assim, no meu ver gerou principalmente para Laranjeiras do Sul, uma explosão imobiliária, valorização dos terrenos, de parque imobiliário por expectativa de vir mais pessoas e veio também alguns investimentos para a cidade. Mas assim, pouco ainda na área que a Universidade incentiva, porque por exemplo, um curso de aquicultura, ainda ninguém enxergou investimento com potencial dos lagos, nós temos um litoral. Com essas barragens do Iguaçu que pode ser aproveitadas. E as propriedades, as pequenas propriedades, produção de peixe, de alevino (-ininteligível 00:07:04.01) ainda é tímido, porque ainda tem pessoas que não acreditam na Universidade, porque a Universidade quando a gente começou com o movimento era utopia, era loucura, os próprios políticos não acreditavam no movimento, eles falavam que nós tava tentando enganar o povo, que era os loucos enganando mais um monte de louco, porque jamais Laranjeiras do Sul, uma região, ia conseguir sediar um campo da Universidade. Agora está aí, e não é um elefante branco como muitos falaram que ia sair um elefante, iam construir, iam começar e iam abandonar, porque o construir era fácil e o manter que era difícil, é difícil manter, mas não é impossível. E uma vez foi colocado o pé lá dentro da porta, você não pode deixar ela fechar, né, tem que manter, colocar um calço para ela não fechar. E a Universidade é uma porta que se abre no horizonte, assim, a expectativa eu mesmo enquanto índio eu achei que ia demorar mais, começar a ter resultado dentro da terra indígena, por exemplo. Hoje já tem alguns projetos, nós temos bastante índios matriculados, principalmente Educação do Campo, ta faltando ainda se inserir mais nos outros cursos, mas você vê que é aos poucos que se começa. Então quando se iniciou, eu pensei assim “vai 20 anos para começar a ter resultados” mesmo assim eu acreditei, e em 8 anos aí já temos, já temos diferença, temos notado diferença.

Pesquisador: E a UFFS pode contribuir pro desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu? De que forma?

Entrevistado 1: Com certeza pode. Eu acredito que sim, através dos trabalhos de extensão. Trabalho de extensão é um laboratório ao céu aberto, na Cantu tem muito o que se fazer, então o próprio curso da Agronomia, do Desenvolvimento da Agricultura Sustentável, práticas de maneiras de solos sustentáveis. Engenharia de alimentos é um curso que ainda falta ir mais a campo, buscar mais os alimentos que tem na região, pra desenvolver maior qualidade e segurança alimentar mesmo. As vezes as engenharias ficam mais em laboratórios do que em campo, e eu acho que tem que ir a campo também, até para a universidade ser diferente, porque universidades está cheio por ai de universidades. Mas universidades para um universo pequeno, não pra um público, que a universidade ela tem que ser universal, e ela não pode ser universal dentro dos muros. Universidade tem que estar no dia-a-dia, então, mas eu acredito que assim como ela tem no DNA essa diferença, que é de desenvolvimento social e humano e eu acredito sim, muito, que vai desenvolver muito mais na região, principalmente educação no campo, eu acho um curso bom, muitos não acham interessante, mas eu acho muito interessante, porque quando você forma um educador no campo, um educador do campo ele volta ao campo. Quando se forma um educador pra biológicas, pra econômicas, para outros cursos ele fatalmente ele vai cair numa cidade, vai cair em outra universidade, vai cair para outros lugares. Quando é educação do campo ele volta para o campo, ele vai voltar para o interior, ele vai mudar o conceito até do vizinho no dia-a-dia, na forma de expressão, na forma de ação, essa é a visão que eu tenho. Agronomia com ênfase em agroecologia é excelente num mundo que está envenenado, que se respira veneno, tem região aí que você vai e você não dá de abrir o vidro do carro, você sente o cheiro de veneno. Ah, é tratamento. É tratamento nada, está

envenenamento, está matando, matando vida, aos poucos que você está inalando você está guardando, entrando pela pele, todas as formas de intoxicação. E aí agroecologia vem ao encontro de fazer diferente, fazer novo, fazer de uma forma saudável, sustentável, equilibrada. Então essa é minha explicativa que melhora, eu ainda acredito que deveríamos ter mais cursos. Veterinária, o rebanho é imenso na região, é um curso que deveria se pensar para a região, porque eu vejo nos cursos nos outros campos de Universidade aí, os comentários é que são bons os cursos também, os professores têm uma linha de pensamento especial. Então porque não na Cantu também vir mais cursos, cursos de de ponta, mas que seja com essa, continue com a mesma visão, uma visão preservada, do equilíbrio, da sustentabilidade. Essa é minha expectativa no futuro eu tenho.

Pesquisador: Qual a diferença entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e as outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam aqui no território?

Entrevistado 1: Começando, ela começa com cursos inovadores, com uma maneira inovadora de acesso e com maneira de trazer o indivíduo para a universidade. As outras universidades vêm querendo que a pessoa entra na universidade e saia para gerar dividendos, outras vem com alguns cursos e depois tira. E a UFFS está vindo com cursos, com a expectativa de aumento de cursos, já vem com um campus instalado, as outras que tem é com campus provisório, é alugado, ou é particular. Então eu acho assim, quando você vem e finca a tua marca, ele vai ser teu, e a UFFS ela veio com a marca dela, ela tem um espaço e ganhou espaço e vem ganhando confiança, então a expectativa é que ela aumente mais cursos e essa maneira de, do professor estar do lado do aluno, do professor ser um mestre, professor ele dá um rumo pro aluno. Nas outras Universidades o professor dá o rumo para a academia, para a universidade ou é para o rumo financeiro, para o grupo ou se “não, você vai estudar isso” muito engessado. E não vamos, não tão inseridas com a comunidade local. Um professor mora fora vem dar aula e volta, ele não participa do dia-a-dia da comunidade, enquanto que a UFFS quase todos os professores residem, são residentes ou conhecem, são professores já mestres e doutores e ou mestrando, então o conhecimento acadêmico é diferente, a forma do professor trabalhar. Por a UFFS ter uma identidade mais social o professor também tem que se identificar com a causa social e isso a gente tem visto que está acontecendo, se é, é novo, as vezes por isso tem ainda região as vezes tem uma, um certo preconceito quanto a UFFS porque como foi os movimentos sociais que brigaram para vir, ainda acho que é a Universidade que forma líderes do MST. E se formar, e daí? Também essas lideranças não podem ter um conhecimento acadêmico?! Todos têm direito a ter esse acesso à universidade, universal mesmo. Então isso é o que empolga mais, é ver que as classes B e C que, sempre as excluídas, estão lá, dentro da universidade, e nem por isso não tem classe A também, estão lá, estudando. Então é Universidade para todos, isso que é o diferente.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e necessidades da região?

Entrevistado 1: Levou. Levou. Muito embora assim eu ainda tenho, eu acho assim que tem muito mais cursos que tem necessidade. Como eu falei, tem o veterinário por exemplo, é uma carência enorme na região, porque hoje para o aluno fazer faculdade de veterinária na região, tem em Guarapuava que é, tem uma pública, daí as privadas, à noite. Eu não acredito em um curso de veterinária que se faça no período de quatro horas por dia, não acredito. Veterinária tem que ser integral, tem que ter conhecimento maior e ampliado. Ou Cascavel também noturno, pessoas pagando, então ali você não paga, ali você vale o que você paga. Então é claro que quando o aluno quer ser bom, ele vai ser bom em qualquer local, mas vai sair formado meia

boca, eu ainda acho. E assim, tem que ter mais cursos, embora na época foi feita pesquisa e esses cursos que foram implantados foi uma saída para a grande maioria, que era o que necessitava, ainda acho que necessitaria mais coisas, mas como ela é uma universidade nova eu acredito que bem em breve vão ter mais cursos, assim, de caráter regionalizado.

Pesquisador: Quais os principais desafios pra que a UFFS cumpra com seus objetivos acerca do desenvolvimento regional?

Entrevistado 1: Manter o padrão que ela iniciou. Eu acho assim, manter a expectativa, manter a união da sociedade em torno dela. Porque eu vejo que no início a UFFS, quando estava sendo implantada, tinha mais participação da comunidade regional. Hoje a UFFS, assim, ela não tem tempo também para ficar fazendo reunião, mas eu acho que tinha que fazer alguns eventos pra comunidade, pra atrair mais a juventude, visitar a universidade, ver que a universidade é uma universidade especial, mas é uma Universidade Federal. Então isso eu não tem o que pague, ter uma Universidade desse tamanho, desse porte. Então o desafio é ela se manter crescendo, porque você só cresce quando está, não para, e é o que ir mais, como eu falei, no campo, ela está inserida, se inserir mais, é alto custo, é fazer esses trabalhos de extensão. Os projetos de extensão e pesquisa a campo não são baratos, mas é desafiador, mas é um desafio que acaba gerando dividendos, gerando resultados pra região, porque ela veio para desenvolver a região, ela não veio para desenvolver a universidade. Então, acho assim, o desafio é continuar com a participação da comunidade local, regional, dentro dela.

Pesquisador: Como o segmento em que o Senhor está inserido contribuiu para a conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul aqui em Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 1: A gente se mobilizou juntamente porque a gente sabia que ela era um benefício que viria pra comunidade. Então a gente também participou desse movimento pró-UFFS junto com as demais lideranças, Via Campesina, prefeitos da região que estavam inseridos, até pra mostrar a necessidade. A gente entrou com a necessidade, nosso segmento entrou com uma precisão com a, mostrando que o IDH indígena é o mais baixo do país, todos os municípios aonde têm terras indígenas o IDH é mais baixo, porque a comunidade indígena são, comunidade que menos tem acesso a políticas públicas, menos tem acesso, desde o estudo, e como a gente imaginou a Universidade era que um dia ia ter acesso. E está tendo, isso que eu, assim, deixa a gente muito contente, porque está tendo esse acesso que a gente previu no passado. Ainda precisamos de mais acesso para os alunos ter mais. Mas assim, como a universidade é nova a gente sabe que o desafio é grande e como ela também esse desafio de criar algo novo de inovar o estudo acadêmico, quando, então teve que mudar a mentalidade dos professores, dos doutores, então, porque mudar a mentalidade da pessoa que não tem conhecimento nenhum, que tem pouco conhecimento é fácil, agora mudar a cabeça de um doutor, ele vai falar "não eu conheço, eu sei, eu fiz isso, eu sou bom nisso, e assim não vai funcionar". Eu sei que o desafio interno dela é grande, eu sei que tem professores que não se identificam com a Universidade, e daí são "pegos" pelo financeiro e quando vem começam a ficar até decepcionado dentro da academia, mas é, então essa mudança de hábitos não é fácil para ninguém e a universidade, a UFFS, ela está conseguindo fazer isso, está conseguindo aglutinar. Eu sempre falo assim, "dentro do mundo acadêmico tem o sabe tudo que geralmente é um bundão, agora quem sabe tudo é quem sabe primeiro ouvir". Então, sempre quando ele começa a ouvir se identifica, como ele é doutor ele sabe que vai ter porta aberta para ganhar dinheiro em outros lugares, não precisa ficar engessado na UFFS. E eu sei que a UFFS, ela tem dado essa oportunidade de mudança, em termo de conceito, porque dar o conceito o pré-conceito todo mundo tem, agora o conceito mudar é mais complicado, então eu acredito muito que ela tem feito isso, que ela tem mudado.

Pesquisador: Como você vê a importância da pesquisa e da extensão pro desenvolvimento aqui do território? A UFFS tem atendido essa expectativa?

Entrevistado 1: Assim, como ela tem pouco cursos, então a expectativa é que aumente no futuro, até porque com poucos cursos são poucos programas de extensão. Então, mas assim, eu acho assim, para a comunidade indígena a gente tem visto com bons olhos. Você, principalmente com projeto de aquicultura e pesca, os programas da educação do campo, provável os debates dentro das terras indígenas, traz conhecimento. Eu vejo assim, alunos que iniciaram na universidade há dois anos, que eles tinham um receio até de pedir um documento para a gente, hoje eles estão debatendo. Isso é muito bom, você vê isso já é um reflexo desse trabalho da universidade. E o programa de extensão é o que dá notoriedade, é o que faz, digamos assim, a propaganda, é a porta de entrada começa pela extensão. Porque você passar pela estrada do interior com o veículo da universidade com um filho de agricultor indo pra sua localidade desenvolver um trabalho, o pessoal começa a ver "olha, a Universidade está aí, o pessoal da UFFS está aí". Então é a propaganda, não é lá o programa de extensão dele lá naquele tanquinho, o programa de extensão dele começa quando ele sai da universidade até o caminho aonde ele vai desenvolver a pesquisa, identifica uma universidade, eu falo que você é aquilo que você mostra, não o que você quer mostrar. E a universidade, ela além, tem mostrado isso, ela tem ido, ela está indo a campo, ela está indo no assentamento, ela está indo na terra indígena, ela está indo no agricultor médio e no agricultor grande. Então, e com os filhos desse pessoal, está indo com o filho do agricultor médio, grande, pequeno, do índio, com o filho do índio, com o filho do assentado, com o filho do acampado. Então e esse filho do acampado e esse filho do índio e esse filho do agricultor na roda de amigos dele ele muda, ele muda, ele começa a mudar o conceito das pessoas na roda de amigos, na sua comunidade. E o trabalho de extensão é a parte mais importante ali do desenvolvimento, porque a universidade pra fora dos muros é assim, como eu falo assim "a UFFS não tem muros, ela tem acesso" e o acesso da UFFS você começa ao entrar no Território Cantuquiriguaçu. Ela está inserida ali, ela não está cercada de muros, você entra na Universidade quando você entra aonde ela está inserida, aí você tem, eu vejo assim, hoje já é referência da região, a universidade. Então eu acho assim, com mais cursos, com mais trabalhos de extensão vai ficar melhor ainda. Eu acredito, sempre acreditei, se eu não acreditasse não tinha entrado no movimento pró-UFFS na época.

Pesquisador: Ok. Mais alguma consideração, algum apontamento a respeito da Universidade?

Entrevistado 1: É como eu falei, eu acho assim, como temos um laboratório enorme, nesse centro do Paraná, nós temos laboratório para biologia, pra veterinária, pra agronomia, pra tudo, em céu aberto. Eu acho que laboratório na Universidade é pra microrganismos, o laboratório externo é mais importante, eu sempre falo "nós temos a terra indígena de portas abertas, sempre, onde está" para, e eu falo agora não como servidor, mas como índio, eu falo que eu ainda não cheguei cursar, concluir um curso acadêmico, mas eu brigo pela educação, porque eu acho que só melhora o ambiente através da educação, melhora por sua cultura ser evolutiva, por toda cultura ser evolutiva, se não tu estaria na pedra lascada ainda. Mas assim, a universidade vindo até a aldeia, isso tem gerado impacto positivo muito bom dentro da comunidade, conhecimento. Assim, essas pessoas que estão lá fazendo mestrado, fazendo educação no campo, fazendo os cursos e eles trazem as novidades boas pra dentro da terra indígena. Nunca é 100%, mas pra quem não tinha nada, então a gente nunca vai atingir a 100%, porque quando você chega tem metas, você busca outra meta, mas eu acho que a Universidade continuar por aí, aumentar trabalho de extensão, é o caminho. É o caminho que inclusive, eu acho que outras universidades são capazes de começar a seguir, porque ela é, assim, é a região antes da UFFS e após a UFFS, uma região a gente vê o desenvolvimento intelectual das pessoas, a confiança das pessoas na

região, porque tinha gente “ah não vou morar aí, porque quando meu filho precisa de uma faculdade ele tem que andar 120Km” hoje ela está ali, no lado da casa. O índio, nas outras universidades, é alto a desistência, na UFFS até agora desistiram dois. Isso quer dizer então que ela está cumprindo o objetivo, que é manter o pobre na academia, como um dos objetivos que quando a gente pensou na universidade, é universidade para quem precisa mais e ela está cumprindo com seu objetivo.

Pesquisador: Ok. Muito obrigado. Encerramos aqui a entrevista.

Fim da gravação.



## ENTREVISTADO 2

Pesquisador: Qual a relevância de uma universidade para o desenvolvimento da região em que ela se situa?

Entrevistado 2: Hoje nas condições que nós temos aqui. Até a pouco tempo a ausência total, até a vinda da UFFS, de ensino é, público federal, tínhamos apenas uma extensão que estava, que ainda está em fase de desmonte, da UNICENTRO de Guarapuava aqui, que é uma estadual e é pública. É, aí a vinda de uma universidade federal nesse sentido aí, é, ela vem e com o objetivo de pensar o desenvolvimento da região, levando em conta que é uma região então que tinha total ausência de ensino público. Nós tínhamos até, antes da universidade, pouco antes, apenas 2% dos nossos jovens em idade universitária é, estudando no ensino superior. Então hoje esses números já, não tenho dados atuais, mas já se elevou muito. Haja vista que predomina aqui, pelo menos, mais de 70% dos estudantes da região e nós já estamos com quase 1100 estudantes nesse campus já, depois de seis anos de funcionamento. É, então sem sombra de dúvida, a relevância da universidade aqui para essa juventude é fundamental. E também o outro aspecto relevante da universidade, que hoje nós já estamos praticamente com noventa professores, com mestrado, doutorado, pós-doutorado. Então, ela fixou aqui no território uma massa crítica, inteligência formada que veio de fora. Teve alguns professores daqui e que começa a formar massa crítica, profissionais, engenheiros, são os nossos cursos que tem aqui e lentamente ela começa a se enraizar na região. Então esses são, no meu ponto de vista, os aspectos fundamentais aí, e relevantes aí pensando uma universidade numa região dessas aí que é considerada mapa da fome, segunda região mais pobre do estado do Paraná.

Pesquisador: Qual importância do território Cantuquiriguaçu abrigar um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 2: O território aqui, como já, ele tem também um sentido político público. Quando define os territórios aí dentro das políticas governamentais como regiões com prioridade de investimento, que de fato não se concretizou! O governo acenou com uma grande promessa, de uma articulação de dezessete ministérios e isso vai por altos e baixos, e não, não avançou do jeito que precisaria, o próprio território. Mas eu penso que teve, assim mesmo, com esse discurso e aproveitando das políticas do território, a própria universidade já é um elemento. É importante aqui para o território, que o território soube aproveitar, com as forças que estavam aqui organizadas, sociais e políticas, e aí trouxe a universidade. E também na medida que tem uma organização do próprio conselho do território, aproveitou muita coisa aí para, digamos assim, concretizar essa política de desenvolvimento. Mas talvez o mais importante de tudo seja que criou uma organização de pessoas, de desenvolvimento, uma junção, onde se procura trabalhar os pontos de unidade, e quando for necessário debate as contradições também. Mas se busca uma unidade através dos pontos de consenso, nem tudo é consenso no território. Não vamos jogar debaixo do tapete. É, então aqui a universidade vem aqui, ela é, também passa a ser um espaço para poder fazer esse debate, organizar esse debate, articular políticas. É, e, de fato, o território quando ele ganha a universidade, ele ganha uma cabeça. Essa é minha leitura, minha análise. A universidade é o grande intelectual coletivo, e não só intelectual coletivo, ele passa a ser um articulador e um organizador coletivo aqui, com uma grande capacidade de convocação, aonde pode trazer todos os sujeitos sociais.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no território do Cantuquiriguaçu até esse momento?

Entrevistado 2: Olha, a primeira coisa que, no meu ponto de vista, ela passou a ser um sujeito que ela, de um certo modo vamos dizer assim, de um certo modo ela desestabilizou quem sempre dirigia, e mandava, e opinava aqui no território. Veio uma instituição aqui onde os setores da sociedade, principalmente os movimentos sociais, se envolveram e alguns políticos, com uma visão mais aberta e (ininteligível 00:04:52) se envolveram, e trouxeram a universidade. Mas ela vem aqui, ela é um fator, ela desestabiliza no bom sentido, porque é uma força grande, onde as forças locais não têm um poder para contrapor ou desestabilizar uma universidade e dizer: “Vai ter que ir embora”. Não, já que veio, vai ficar. Ela vai, é provavelmente centenária, está aqui e vai ser o principal, como já foi falado antes, espaço de articulação, de debate, ela tem um poder de convocação que nenhuma outra força particularmente aqui tinha. Então a universidade aqui, se tu vai ver, para o território, ela tem uma contribuição imensa aí para o desenvolvimento. Como ela é vocacionada para o desenvolvimento desde sua origem, da sua carta fundante, o que nós podemos estar dizendo? Ela vai passar a ser, tanto assim que estamos deslocando com o desenvolvimento do território, para dentro da universidade, já tem um espaço construído para isso, para já estar fomentando iniciativas e políticas de, de desenvolvimento aí, principalmente, de acompanhamento, assessoria, formação. Então aí, ela, já hoje, ela é algo necessário. Já não dá mais para imaginar a Cantuquiriguaçu sem a UFFS.

Pesquisador: A UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do território de Cantuquiriguaçu? De que forma?

Entrevistado 2: Eu acho que a primeira coisa ela vai formar gente, é o ensino. Segunda coisa, com a extensão. Ela também já vai, qualifica o ensino, porque está formando gente que vai estar se ligando, se enraizando aqui na região. Ela começa a fazer pesquisa, ela começa a desvendar muita coisa que está, está (ininteligível 00:06:28), não está bem informada, está no senso comum, está no mais ou menos. Então uma universidade ela, ela acrescenta esse aspecto acadêmico, mais científico, mais profissional, mais organizado, mais sistematizado, que qualifica o que já se tinha aqui de desenvolvimento e desafia também outros setores, desacomoda muitos setores que tem que vir aqui para a universidade. Mesmo com algumas restrições, ou problemas, vem aqui nem que seja, “Vou lá ver o que eu posso trancar”. Não. Vai ter que vir aqui. E esses setores também se obrigam a ter que ouvir debates aqui. Traz a universidade, traz intelectuais que jamais viriam aqui para Laranjeiras, traz pesquisadores que jamais iriam para Laranjeiras. Traz palestrantes, traz conferencistas, enfim, traz uma gama de gente. Atividades culturais, atividades científicas, que nunca viriam aqui para Laranjeiras, se ela não está aí. É, então nesse sentido ela vai estar contribuindo imensamente aqui para o território. Além dos professores e pesquisadores. Então ela qualifica. Acho que para mim o trabalho central é a qualificação que ela vai dar aí. Eu acho que ela vai ajudar a dar norte também de um monte de coisa e fazer essa junção de força. A universidade tem essa capacidade de, não que ela por si só vai fazer as mudanças, mas ela é um espaço poderoso para articular as forças que estão aqui, dar fundamento. Ela se coloca num patamar diferente aí nas contendidas regionais. Não quer dizer que ela esteja acima do bem e do mal, ela vai ter posicionamentos, né, mas ela tem, tem um poder muito acima de qualquer organização aqui da região.

Pesquisador: Qual a diferença entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e as outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam no território Cantuquiriguaçu?

Entrevistado 2: Olha, as organizações mais privadas têm muito pouco. Nós temos aqui em Laranjeiras, uma instituição e alguns cursos que são levados em Quedas do Iguaçu e eu acho que esgota por aí, dos vinte municípios, de cursos superiores. Então as instituições privadas de

ensino superior aqui são de presença ínfima, muito pequena. Ela pouco altera. É, e estão preocupadas em formar o profissional, são aulas a noite, para o trabalhador, que trabalha o dia inteiro, vai estar estudando a noite. Não faz pesquisa, não faz extensão. É, como ela lida com uma região (ininteligível 00:08:57), que tem poucos recursos, quem tem dinheiro aqui manda seus filhos estudar fora. Para as capitais ou para as cidades polos regionais maiores, tipo Cascavel, Guarapuava, outras aí do Paraná ou até do Brasil. Então aqui forma um pessoal ainda com uma certa precariedade, em função de trabalhar o dia inteiro, oito horas de trabalho e depois vai lá tentar estudar e ganhar um diploma. Tem algumas coisas a distância aqui, que também acrescenta alguma coisa para vida do sujeito, dá um canudo, mas com pouca contribuição, porque ela não consegue ampliar muito, trazer eventos, trazer outros setores, outras figuras, personalidades, cientistas. Isso quem trás de fato é uma federal e que é pública. Depois ainda tem uma atuação pelo lado leste da UNICENTRO, que está em Guarapuava, que se estende até aqui com alguns trabalhos. Mas não é uma presença muito forte né, porque o foco dela, a sede é em Guarapuava, é um município grande, então está lá. E para oeste nós temos em Cascavel, aonde tem a UNIOESTE, que também atua, mas muito pontualmente. Então, nós temos alunos que vão para os municípios aqui à noite, um e outro que estudam de dia lá, mas vão a noite, com as prefeituras, pagam os ônibus. Estudar nestas duas universidades, mas tem pouca presença ainda da extensão, tem pouca presença da pesquisa, tem pouca presença nos vários espaços aqui de desenvolvimento. A UFFS, qual é que é a diferença? Ela está no miolo do território, ela está bem no centro e na cidade polo que é Laranjeiras do Sul. Então agora ela começa a ser cacifar de fato e nós temos adotado aqui uma postura de trazer para o diálogo e para as parcerias, essas outras duas universidades. E também chamamos... ah, uma faculdade privada daqui, que não é universidade, aqui em Laranjeiras, para atuar em conjunto, mas basicamente tem essas parcerias aí com essas duas aí. Alguma coisinha a gente tem de intercâmbio com o campus da UTFPR de Dois Vizinhos, alguma coisinha em Pato Branco, mas ainda muito pouco. Ainda, por ser nova a universidade, agora ela está feita, está com todos os seus órgãos e organismos, e normas e legislação funcionando, é talvez isso tenda a se ampliar, essas parcerias. É, e eu acho que o diferencial é ela estar situada aqui no meio, veio para desenvolver uma região. Muitos professores fizeram concurso aqui porque sabiam dessa perspectiva, desse trabalho. Então vieram por conta disso, outros vieram para um concurso normal, porque é público, é aberto e está querendo trabalhar, ganhar seu pão no dia-a-dia. É, o aluno chega aqui, assume logo o compromisso, outros chegam aqui ficam um pouco, com uma visão ainda intramuros da universidade. É óbvio que como ela tem uma vocação para desenvolver a região, ela tem esse apelo, e os setores que entram com esse entendimento de fazer ela enraizar, aterrizar aqui na região. Eu acho que se começa a fazer lentamente.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e as necessidades da região?

Entrevistado 2: Na primeira etapa. O que eu diria, para tu pensar... o conjunto de cursos que nós montamos aqui fortes, são três engenharias, né, ou agronomia uns dizem que não é engenharia, mas nós colocamos nesse campo aí, nesse quadro da agronomia, engenharia de aquicultura. É uma região, é uma área nova, que tem muita lâmina d'água, muitas nascentes. É, e engenharia de alimentos, é uma região que não tem praticamente nada de agroindústria, nem grande, pouquíssimas pequenas, ela ficou a parte das grandes cadeias de agroindústria aqui da região que estão há, pelo menos, 150 km daqui as mais próximas. Então veio com essas três áreas aí para desenvolver essa região. Investimento agrícola, metade da população agrícola, município maior aqui não tem quarenta mil habitantes na Cantu. A Cantu inteira não chega a trezentos mil habitantes. Então se pegar um pouquinho ao redor aí, ampliar um pouco nas beiradas do território da Cantu, continua municípios pequenos. Os municípios maiores vão estar tudo a 150

km daqui. Município (ininteligível 00:13:03) maiores, eu digo 90 mil, 80 mil habitantes, cento e poucos mil, no caso Cascavel, Beltrão, Pato Branco, fazendo uma meia lua até Guarapuava. Tem 160 mil, 170. É, então, e esses aspectos aí que faz com que a gente tenha escolhido cursos voltado para agricultura, para esse desenvolvimento regional. Se é agricultura, tem que ser agronomia! Como que nós vamos desenvolver agricultura sem agronomia? É um curso que por excelência, discute agronomia. E aí os outros ligados a essa área, para agregar renda e valor. Aí vem o curso de cooperativismo, ele tem foco forte no desenvolvimento, na gestão, em fomentar de fato o cooperativismo/associativismo. E duas licenciaturas em educação no campo, (ininteligível 00:13:46) tem muitas escolas do campo. Agora vamos expandir para Pedagogia, que já foi aprovado internamente, e há uma demanda de extensão aí para a gente ampliar, talvez Direito, dando um foco na questão agrária, mesmo que tenha setores aqui que não queiram discutir esse tema, mas é uma região de enorme... O Paraná tem 2,2 milhões hectares de terra pública grilada, né, não há nenhum curso, que eu saiba, de Direito no Brasil que tenha foco num dos temas agrários e ambientais. A gente pretende trazer o curso aqui na expansão, pretende trazer mais, agora, eu diria que é a segunda matriz que a universidade foi criada para desenvolver, que são as licenciaturas. Então já vamos para a terceira, para a pedagogia, a ideia é vir mais Ciências Sociais e Humanas, talvez mais alguma outra, vai se fazendo esse equilíbrio. Os bacharelados, as engenharias e as licenciaturas, né, que falta muitos professores na região. É, mas num primeiro momento sim, os cursos foram escolhidos pelo movimento pró-universidade: essas três engenharias, com esse foco, com essa clareza, olhando, estão voltados para o campo, é uma região agrícola, de campo. Então eu penso que eles pegam por aí. Era possível, eram possíveis esses cursos, não dá para trazer muito mais do que esses. Então foram o que nós escolhemos aqui no começo e é os que estão andando aqui dentro. E eu penso que estão começando a responder essa demanda aí do território.

Pesquisador: Quais os principais desafios para que a UFFS cumpra com seus objetivos acerca do desenvolvimento regional?

Entrevistado 2: Eu acho que tem que estreitar a articulação agora com os organismos que tem aí. Tem que estreitar com as prefeituras. A ideia da Pedagogia que vá dialogar forte com as secretarias de educação dos municípios, junto com a educação do campo, que são as licenciaturas. As agronomias têm que dialogar com a EMATER, com as cooperativas, principalmente a de Agricultura Familiar, cooperativas solidárias. E também com as outras cooperativas que estão aqui mais ligadas, digamos assim, ao agronegócio, um público médio, médios produtores, mas é um médio pequeno aqui na região. Tem pouquíssimos grandes produtores. O grande aqui não chega perto do pequeno do Mato Grosso, por exemplo. Se a gente quiser ver escala. É, então nessa lógica aí eu penso que é esse desafio agora, de enraizar. Na universidade nós já estamos chamando eventos para isso, assim que voltar o segundo semestre em agosto, a ideia é fazer um grande seminário com todos os secretários de agricultura, pelo menos quem vem, os seus técnicos, os sindicatos de trabalhadores rurais, as cooperativas da Economia Solidária, Agricultura Familiar, é, outros profissionais que atuam nessas áreas, as cooperativas de crédito. Onde eles trariam todas suas demandas, nós apresentariamos a universidade, as engenharias, que faz ensino, pesquisa, extensão, foco dos cursos, é, os potenciais que temos aqui de laboratório de pesquisas, os professores, né. Seria um primeiro diálogo amplo e vamos estar fazendo aí com, é com a região já buscando esse desafio, como foi dito. Os primeiros cinco anos foi para organizar a casa. E começar (ininteligível 00:16:51) formamos recém as seis primeiras turmas ano passado. Então agora eu acho que vem de fato o desafio de enraizar, de aterrizar para valer no território. Agora está construída, os seus organismos inicialmente estão construídos, as suas normas estão construídas, então agora já pode entrar mais fundo. Ela já vem fazendo isso de forma mais periférica, digamos assim, o

inicial, agora ela vai ter que ir fundo nesse desafio, nessa articulação com as organizações sociais, públicas e privadas, no sentido aí, cooperativas, sindicatos, associações.

Pesquisador: E como o segmento em que você está inserido contribuiu para a conquista da UFFS aqui, é, para Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 2: Eu estou inserido no Movimento Sem Terra. Eu diria que foi a principal força aqui da região. Porque é o maior território da reforma Agrária aqui, do Brasil. Se não for o maior, ele está, pelo menos do MST é. Tem Pontal do Paranapanema em São Paulo, mas ali atuam vários movimentos, não é só MST. Tem o Sul do Pará, também atuam outras organizações na luta pela terra. Então do Movimento Sem Terra, é essa região aqui da Cantuquiriguaçu. Hoje tem um pouco mais de cinco mil famílias assentadas, tem quase que acho que outras tantas acampadas. Tem áreas enormes, que estão já sendo negociadas e algo em torno de cento e poucos mil hectares. Aqui nós vamos chegar, eu imagino mais cinco anos, chegamos a trezentos mil hectares reformados nessa região aqui. Então isso tem um peso significativo, isso vai ser mais de, vai ser possivelmente 30% das parcelas da Agricultura Familiar da região vão estar na Reforma Agrária. Então como o movimento também é nacional e é uma força articulada a luta pela terra, os assentados continuam sendo parte do Movimento Sem Terra. Então ele faz com que um território desse, ele tenha força, o movimento tem uma capilaridade forte, tem força. Ele forma quadros, é uma das políticas do MST é elevar o nível de escolaridade, de formação política da militância. Então é um dos poucos movimentos de camponês que tem majoritariamente seu público hoje já com nível superior. Então foi normal o movimento se engajar pela universidade. Nós temos grandes escolas do campo aqui, primária, fundamental e médio, de educação, e a juventude não tinha onde estudar em universidade, é, muito poucos. Então agora a UFFS já começa a se encher de gente, filho de assentados claro, os pequenos agricultores, os indígenas que estão aqui, que são os nossos aliados, também, aí defendemos. É, então com esses aspectos aí nós podemos dizer que, que ela, além de estar servindo, ela veio nessa força, tanto assim que está dentro de um assentamento, né. Quer dizer, quando os prefeitos meio hesitaram sobre a possibilidade de (ininteligível 00:19:27) cem hectares para esta universidade, a gente tinha condições de deslocar famílias e assentar próximo aqui na região, nas mesmas, talvez até em melhores condições, e aí conseguimos também contribuir, metade dos lotes. Agora estamos discutindo a criação de um Centro de Educação no Campo, aonde o Movimento Sem Terra vai estar contribuindo com mais de 230 hectares porque é um grande centro de educação no campo. Que talvez seja um embrião ou vai abrigar muito a ideia da universidade indígena, com um campus indígena, que o MEC está recuando. Então essa área também pretende abrir esse leque para os povos do campo, vamos dizer assim. Não só o movimento sem terra, pequenos agricultores, indígenas e outros, né. Levando em conta que as cidades pequenas é campo também, né. É, então o movimento é essa visão ampla e puxou os outros setores. Nós sempre trabalhamos aqui na região na ideia de articular forças, é, de unificar os elementos comuns, que tem: movimento sem terra, movimento sindical, que tem várias derivações, tem o MPA, que é o Movimento (ininteligível 00:20:37) do MST, mas está ligado aos pequenos agricultores aqui, temos os atingidos por barragens, bastante desarticulados, mas em vias de se rearticular melhor, as mulheres agricultoras, que pega de ambos os movimentos. Tem aí cooperativas de outros segmentos e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, da CONTAG, da FETAEP, e outras forças locais. Aqui nós sempre trabalhamos a ideia de bom, para desenvolver essa região que é atrasada, a segunda mais pobre do Paraná, nós temos que juntar força. Não significa (ininteligível 00:21:07) contradições e não significa que o Movimento Sem Terra recua um milímetro no seu, sua estratégia de luta que é a ocupação, que é um conflito duríssimo e que estigmatiza muito o movimento sem terra. Mas mesmo assim é um movimento que hoje, talvez por apanhar muito,

é o que eu mais valorizo no diálogo e valoriza articulação de forças. Até porque o movimento sem terra está sobrevivendo de apoio social e nós sempre falamos e dizemos que a Reforma Agrária ela é para a sociedade e nada mais evidente, demonstrativo disso, do que uma universidade que tem um movimento lutou por ela. Ela não é do MST. Ela é pública, federal e do povo brasileiro e como tal, de toda população que está aqui. É óbvio que o movimento tem um zelo grande, é uma conquista, se envolve, se empenha, vai defender, vai botar o público aí dentro, vai lutar para que ela mantenha seu perfil de desenvolvimento local, regional, ser inclusiva, ser popular, de qualidade, mas é mais, eu diria assim, mais uma contribuição para a sociedade brasileira, pro povo brasileiro. Ter uma universidade aqui, o movimento cumpriu um papel importante. Não foi única força, foi muito importante, junto com a Via Campesina, junto com a FETRAF, outra força importantíssima, que são organizações que nascem na mesma mesorregião, dos três Estados, agricultura familiar, colônias agrícolas, minifúndio, de netos de imigrantes que já fora ocupando os espaços vazios dos três Estados aí do Sul. E como nasceram num mesmo tempo histórico, fim dos anos setenta, começo dos anos oitenta, e preocupados com a formação política, de liderança, essa coisa toda, e o movimento é uma luta de toda família, tem que discutir educação e aí que vem a educação do campo, as escolas do campo. É óbvio que essa piaçada vai crescendo, o movimento tem trinta anos. Então se tu levar em conta que já faz trinta anos que estamos discutindo educação, nos anos noventa que ela ganha um status maior, ganha política pública, vira órgãos organizativos dentro do MEC, como a SECADI, diretrizes educacionais, essa juventude que estudou tudo isso: “Bom, agora temos que ir para a universidade”. Começou com uma linha de crédito pra isso no MEC, que é o PRONERA, o PRONERA, Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, e foi para a criação de escolas, centros de formação e nesse momento que o Lula apontou pra perspectiva de uma universidade nessa região. Então todos esses movimentos se juntaram nessa luta. Eles já estavam na educação do campo. Então foi muito natural que entraram na peleia para ter universidade nessa região. O movimento tem uma contribuição, como dizia antes, fundamental, mas é importante também a presença do movimento sindical, da FETRAF, do MPA, das barragens, das mulheres, das Pastorais Sociais, que ajudaram a criar todos esses movimentos. E também teve envolvimento suprapartidário. Há um destaque do PT, porque o PT é criado por esses movimentos nessas regiões. Mas é aberta também, vem parlamentares até do DEM, dos partidos que teoricamente sempre estão em polos opostos. Mas nessa universidade a gente conseguiu unificar tudo, debater o campus universitário. Alguns locais, que algumas forças mais retrógradas, até hoje desconsideram a universidade. Praticamente todos os campus tu vai ver um pouco isso aí, mas (ininteligível 00:24:20) nós tínhamos clareza também não vamos ter unanimidade nesse ponto aí e vamos com quem quer ir. E aí essa é a contribuição do Movimento sem Terra.

Pesquisador: Como você vê a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento do território do Cantuquiriguaçu? A UFFS tem atendido essa expectativa?

Entrevistado 2: Eu acho que na realidade está começando, ela está... porque veja bem, ela vai se regulamentando, se regularizando, inclusive as próprias políticas de pesquisa, de extensão, as pessoas vão chegando. Nós começamos aqui com dezenove professores. Então, mas logo no primeiro ano já o pessoal começou a fazer projetos de extensão e de pesquisa. É, agora os laboratórios todos montados aí, com os colegiados dos cursos mais ou menos completos. Então eu acho que agora veio o momento que ela vai ganhar em volume esse trabalho aí. É, eu diria que em cinco anos tu não pode esperar muita coisa, esperar se criar. Ela se criou, agora ela vai ter que dizer para que veio nessa linha aí. Eu acho que aponta muito bem. Nós fizemos logo no começo da universidade, uma grande conferência com o envolvimento de toda sociedade, que foi a COEPE, Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão. No nosso campus participaram mais

de seiscentas pessoas durante dois dias, foram três momentos desse debate, encerrou numa grande conferência em Chapecó, na universidade toda, com a comunidade regional dos outros cinco campus. Participaram, se eu não me engano, algo, não tenho certeza, algo próximo a quatro mil pessoas ou mais. Estamos preparando agora, já que ela está implantada, feita, construída, há um esforço aí da reitoria, já estamos discutindo nos campus a segunda Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão. Eu penso que essa vai dar mais firmeza por onde andar. Esse é meu entendimento, que ela vai se realizar em 2017 e acho que vai apontar, pelo menos tem condições, vamos fazer esse esforço, a comunidade acadêmica, a comunidade regional, para de fato, dar esse enraizamento. Ela tem que aterrizar agora mais forte. Quer dizer, ela deu ainda pequenas, pequenas incursões aí, nas suas regiões, isso vem avançando. Mas agora ela vai ter que ter uma coisa mais, digamos assim, mais estratégica, mais ampla, mais consistente para, para a extensão e para pesquisa.

Pesquisador: Mais alguma observação que o professor gostaria de destacar?

Entrevistado 2: Olha, o que eu acho que tem de importante aqui? Como os movimentos sociais fizeram, já vinham fazendo formação e formando gente, eu acho que é um dado novo, nas universidades, mas tem muitos professores que vieram dos movimentos sociais. É o meu caso aqui, dentro de um grupo grande, também, que eram militantes dos movimentos sociais e que viraram professores nessa universidade. Eu acho que isso existe em pouquíssimas universidades no Brasil ou em quase nenhuma. Mas o grupo de professores que vem e que simpatiza, ou que passa a simpatizar, se engajar, é o que talvez ajude também nessa diferenciação da universidade e ela cumprir aquilo para qual ela foi criada. Desenvolver uma região, incluir, desenvolver não só no sentido de crescimento econômico, desenvolver todos aspectos, cultural, social, se articular com as instituições. Bom, aqui muita gente talvez diz: “Pô, mas a cultura só está nos grandes centros”. Vamos ver como a gente faz aqui! Então já temos muitas iniciativas aí. Aqui em Laranjeiras já tem uma perspectiva, se criou coral, tem uns meninos aqui que o pessoal tem trabalhado, e já estão trabalhando inclusive para fazer uma orquestra, uma sinfônica. Aí a área da música vai desenvolver né, talvez venha até um curso aí, tem gente pedindo curso de artes, de música. É, talvez avance artes cênicas, algum aspecto cultural importante em outras áreas. E, eu acho que isso vem, devagarinho vai vir. Isso vem um pouco depois de outras coisas, mas vai vir também, está vindo. A universidade já tem feito uma diferença aí, à medida que pode organizar, tem mais facilmente acesso a recursos, programas, essas coisas aí. Acho que ainda tem muito espaço que a gente pode estar avançando e (ininteligível 00:28:36) eu não tenho dúvida nenhuma, vai avançar.

....

Fim da gravação.

## ENTREVISTADO 3

Pesquisador: Qual é a relevância de uma universidade para o desenvolvimento da região em que ela se situa?

Entrevistado 3: Bom, acho que a questão da universidade entendida como um, o seu tripé, o ensino, a pesquisa e a extensão, ela acaba sendo fundamental para qualquer região. Então, é em cada um desses setores da universidade, desse tripé da universidade, se pode desenvolver ações, atividades deliberadas que possam atender então aos objetivos de uma determinada região. Então, eu vejo assim que as regiões que estão muito distantes, e que ficaram historicamente distantes das universidades, e no Brasil a gente tem essa realidade, em que as universidades ficaram muito... desenvolveram-se nas capitais, não se interiorizaram por muito tempo, e então você tem o distanciamento do cidadão em relação à educação, mas também se tem a dificuldade de se desenvolver naquela região a inteligência, a ciência necessária para que se tenha um desenvolvimento mais equilibrado. E aí, normalmente, é... o que ocorre nessas regiões é a exploração dos recursos naturais e da população local por agentes externos, por falta inclusive do próprio dinamismo dessa região e dos sujeitos que ali vivem. Então a universidade pode contribuir nesse sentido, dando condições para que os sujeitos sociais locais se municiem de informação, de ciência, de conhecimento e possam interferir positivamente no desenvolvimento da própria região.

Pesquisador: E qual é a importância do território Cantuquiriguaçu abrigar um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 3: Então, acho que o território Cantuquiriguaçu poderia ser considerada uma dessas regiões em que o ensino superior se interioriza tardiamente. Com isso a gente tem as consequências de estar distante da universidade. Um dos problemas que a gente verificava aqui no território era a evasão, o êxodo da população aqui do Cantuquiriguaçu. Isso em todos os municípios se verificou, não só por isso, mas também, são vários os fatores que contribuía para o êxodo, mas um deles é que a juventude saía para estudar e não retornava para o território. Uma vez deslocada para outros centros aqueles que tinham a pretensão de estudar lá ficavam trabalhando ou migravam ainda para outras regiões mais distantes. Então, você ter uma universidade federal pública, gratuita, ofertando cursos e outras atividades no território, é fundamental para a gente, em primeiro lugar, passar a estancar esse êxodo, sobretudo da juventude e de juventude que quer estudar, que tem um horizonte de vida. Em segundo lugar passar a atrair pessoas. Porque, uma vez tendo a universidade, se terá técnicos, professores e os próprios estudantes que vêm de diversas regiões do país. E aí começa a se reverter essa situação do território, que antes só exportava pessoas e de repente começa a receber também. Mas ainda, além disso tudo, é importantíssimo para o território Cantuquiriguaçu ter um campus da universidade federal aqui porque ele passa a ter as suas demandas, que foram longamente debatidas, discutidas, no âmbito do seu colegiado do território, na última década, vamos dizer assim, uma década e meia de debate e discussão. As tensões e as contradições também que a gente verifica no campo, sobretudo com a promoção da reforma agrária popular a partir dos movimentos sociais, isso tudo se torna conteúdo, matéria de discussão na universidade, objeto de pesquisa. E aí então você tem a materialidade do território Cantuquiriguaçu sendo estudada, debatida cientificamente e problematizada! Esse é um dos grandes papéis da universidade aqui no território. E é claro, além disto, formar os quadros necessários para o desenvolvimento, sejam os quadros técnicos quanto os quadros políticos. Eu diria até político e técnico, porque esse é um pouco o perfil da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não se preocupa com uma formação seccionada, mas busca uma formação mais integral. E por isso que foi criada



inclusive a base comum, o tronco comum, que são disciplinas que estão em todos os cursos, com uma carga razoável, para que se forme sim um profissional tecnicamente qualificado, mas também, é, politicamente, vamos dizer assim, preparado. Não é um técnico ingênuo, que pode servir aí a objetivos espúrios, até externos, e não se dar conta. Acho que isso não está no programa das UFFS, formar esse tipo de profissional.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no território Cantuquiriguaçu até esse momento?

Entrevistado 3: Olha, assim, eu não conheço muitos estudos sobre isso. Talvez fosse o caso de se medir um pouco isso. Mas a gente já repara alguma mudança no território. Eu vejo assim que as prefeituras, elas estão se sentindo cada vez mais... esse é um processo. Eu lembro que no começo não tinha isso ainda, embora houvesse uma expectativa, mas a gente já vê que em vários setores da sociedade, inclusive o público, você tem já um sentimento de que tem uma âncora, um aporte científico, técnico, que antes não existia. Então, a UFFS já representa para o território, algo assim, que é um grande parceiro, um grande vetor na discussão do desenvolvimento regional. Agora mesmo nesse final de semana teve um evento que foi de gastronomia onde a UFFS, com o curso de engenharia de alimentos e outros cursos, esteve diretamente apoiando o evento. Então isso é algo que não existia há um tempo atrás. E com a UNICENTRO, que é uma outra universidade pública do Estado do Paraná, que está situada em Guarapuava e com extensão em Laranjeiras, isso também era, existia, mas numa escala muito reduzida. Então a UFFS, ela começa a dar esse suporte e aí tem várias as ações, como desde a produção, mas também na organização social, na cooperação, criando grupos de estudos, grupos de pesquisa, projetos de extensão, que vêm qualificando a intervenção desde os produtores, lá na sua unidade produtiva, os agricultores e tal, quanto nas suas organizações sociais. E aí, aos poucos interferindo também no poder público, no sentido de qualificá-lo, e prepará-lo e auxiliá-lo, enquanto órgão de produção científica na tomada de decisão e na implementação de algumas soluções para o território, que é carente desse tipo de ação.

Pesquisador: A UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu? De que forma?

Entrevistado 3: Acho que a primeira, a grande contribuição da UFFS aí é, em primeiro lugar, o debate sobre que desenvolvimento se pode e se deve buscar no território Cantuquiriguaçu. Cantuquiriguaçu, por sua história e por suas características físicas, tem algumas deficiências, mas tem muitas potencialidades. Uma delas é a ainda, apesar do êxodo que eu mencionei no início ter ocorrido, ainda nós temos bastante pessoas vivendo no campo, no território é metade da população. Então isso, se comparado ao Estado, que mais de oitenta e cinco por cento, quase 85% da população está em zona urbana, morando, aqui no território Cantuquiriguaçu a gente tem aproximadamente 50%. Então esse é um ponto importante, são mais de vinte mil unidades produtivas da agricultura familiar. Então é uma materialidade diferente, e dessas, em torno de seis a sete mil são de reforma agrária, assentamento de reforma agrária. Então, é que além de ter sido reformada a estrutura fundiária, ter uma reforma também no modo de pensar, no modo de agir mais coletivamente, de forma mais organizada. Então isso tudo são características do território Cantuquiriguaçu que podem muito bem ser aproveitadas, nos processos de estudo da UFFS em função de se discutir e se produzir propostas de desenvolvimento. Então acredito que o desenvolvimento, colocado a partir do processo de produção capitalista apenas, ele não serve para o Cantuquiriguaçu. Porque significaria a exclusão de possivelmente quase que a totalidade dessas 21 mil propriedades familiares, 20 a 21 mil. Então, e a concentração da terra mais uma vez, a concentração da riqueza que vem ocorrendo, mas que deve ser questionada e discutida

cientificamente, com a UFFS aqui. Então eu penso que o modelo de desenvolvimento para o território deve ser um dos principais pontos de pesquisa e de especulação que a universidade, em todos os seus cursos, em todos os seus projetos de pesquisa e extensão, deve estar fazendo. Porque esses cursos e esses projetos devem também ter uma conexão comum, uma interconectividade, transpondo um pouco aquela visão setorialista, disciplinar, do conhecimento e da ação, para que a gente possa então ter aí um desenvolvimento mais sustentável no Cantuquiriguaçu. E quando eu falo sustentável, eu incluo todas as dimensões, a econômica, a ambiental, a cultural, a tecnológica, a científica, e também, a social.

Pesquisador: Qual é a diferença entre a UFFS e as outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam no território Cantuquiriguaçu?

Entrevistado 3: Olha, a origem da UFFS já é uma, uma primeira diferença. De onde ela vem, como ela nasceu, sob que aspecto se colocou a necessidade de uma universidade para toda essa região da grande fronteira do Mercosul. É, então esse é um, uma primeira diferença. A UFFS, ela já nasce com a missão de apoiar e promover, dentro do seu escopo e abrangência, o desenvolvimento regional. E, como eu disse, debater também que desenvolvimento. E aí, nesse sentido, ela é muito diferente, porque no seu próprio estatuto, no seu próprio documento fundante, já se previu, por exemplo, forma de gestão colegiada e participativa, evitando a departamentalização, evitando a criação de nichos de poder sem conexão com a realidade externa da UFFS ou diminuindo essa possibilidade, incluindo a participação da comunidade regional, que também é chamada de comunidade externa, nas decisões, inclusive de caráter estratégico. Escolhas fundantes para a universidade que se fizeram até aqui e continuarão a fazer no decorrer da implantação e, enfim, acontecimento da UFFS. É, um outro aspecto também bastante importante é a questão do acesso do estudante à UFFS, que foi uma inovação sem comparação na época. A inclusão de pessoas que prioritariamente estudaram em escola pública, para corrigir uma distorção histórica no país, que era aqueles estudantes que faziam o ensino médio em escolas particulares, depois cursavam as melhores universidades públicas, gratuitas do país, enquanto que a grande massa que cursava o ensino médio em escolas públicas, para uma pequena parcela desses, restava a universidade paga, particular, privada, ou então desistia de estudar e ficava aí no ensino médio. Alguns sequer terminavam o ensino médio exatamente pela falta de perspectiva de estar na universidade. Então é, a UFFS de certa forma corrige isso, porque nas primeiras turmas aqui do campus, mais de 90% eram oriundos da escola pública. E esse recorte contemplou um outro, uma outra situação, uma outra questão que também é crucial para o país, não só para o Cantuquiriguaçu, que é a questão da renda. Então incluiu as pessoas de mais baixa renda como prioridade. Então, só isto já transforma a UFFS num modelo a ser seguido, de inclusão social, mas, mais do que isso, de capacitação e de oportunidade para um público que jamais teve. Então, se a gente consegue viabilizar um Estado, um município ou um país, favorecendo poucas pessoas a estar na universidade, você imagina se você inclui a grande massa de trabalhadores dentro da universidade, com capacidade de problematizar sua situação, e propor também soluções. Então eu acredito assim que a Universidade Federal da Fronteira Sul, ela é muito diferente das demais, e com essa identidade ela consegue ajudar muito mais o desenvolvimento sustentável da região e fazer, de fato, inclusão social, inclusão produtiva, uma inclusão intelectual, porque faz com que as pessoas desenvolvam suas potencialidades para contribuir no pensamento, na pesquisa, no estudo, na ciência e na produção científica.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e necessidades da região?

Entrevistado 3: É, os cursos eles sempre têm um, um forte debate! Na época, quando se escolheram, quando foram escolhidos os cursos, os primeiros cursos, o debate foi feito aqui no local, mas também foi feito no conjunto dos três Estados. Então foi uma dinâmica utilizada porque algo que estava se oferecendo num determinado campus poderia, ou no mesmo Estado, sombrear ou coisa assim, se oferecesse o mesmo curso idêntico, no outro vizinho. Então tem uma série de critérios que foram criados e tal, mas o fundamental é que, acredito que, como eu falei, a expressividade da agricultura familiar e camponesa no território foi o principal fundamento para que a gente tivesse, por exemplo, agronomia com ênfase em agroecologia aqui no campus de Laranjeiras. Então, nesse sentido, há essa necessidade de se desenvolver uma agronomia mais completa, que não se limite a àquela convencional e que deveras serve muito mais para o modelo de desenvolvimento do tipo do agronegócio do que exatamente para a agricultura camponesa. Então é fundamental a gente ter esse tipo de curso com essa inovação, que, diga-se de passagem, está olhando para o futuro. Longe de ser algo atrasado, como pensam algumas pessoas, a gente está olhando muito mais para o futuro, porque a questão ambiental ela é quase que um, quase não, é um imperativo hoje. Se a ciência não tomar conta disso, não discute, realmente com certeza não teremos, possibilidade alguma de estar melhor no futuro, e as futuras gerações estarão muito pior. Então, a agronomia foi fundamental, é fundamental para a humanidade, e aqui no Cantuquiriguaçu com essa ênfase, ela cumpre um papel muito importante no desenvolvimento. Aí você tem engenharia em aquicultura, esse curso também, dada a grande potencialidade, a existência de lâminas d'água aqui por causa das hidrelétricas, são cinco grandes hidrelétricas que tangem o território, e mais uma porção de PCH's construídas, que já se construíram, que estão em construção ou em fase de licenciamento. E além disto, é uma região divisor de regiões no relevo. Você tem uma região de serra, aonde tem muitas nascentes, se concentram inúmeras nascentes que se transformam num potencial para produção em tanque escavado. Então a aquicultura, ela tem um grande potencial na região. O que não ajuda muito é o clima da região, mas não é nada que a ciência não possa também lidar com isso. Então acredito que é um curso que olha também para o futuro, porque o Brasil como um todo tem um grande potencial aquícola, talvez o maior do mundo, por seu clima, pela costa que tem, pelo volume de água doce que tem em terras, em áreas continentais. Então, independente da conjuntura mundial, o Brasil é um potencial natural, então precisa desenvolver. Também há a possibilidade de mercado interno, já que o brasileiro come pouco peixe proporcionalmente comparando com outros povos, como os japoneses e outros. Então dá para melhorar o consumo interno também. E educação do campo responde a uma demanda e a uma necessidade dos povos do campo, que estão no campo, e também que moram na cidade, mas têm atividade agrícola. Grande parte dos habitantes de Laranjeiras do Sul, de Porto Barreiro e Rio Bonito, eles têm atividade agrícola, ou depende delas. Então a educação do campo, ela não se restringe aos acampamentos, assentamentos ou ao interior dos municípios, a zona rural. Ela visa fazer um debate muito mais aprofundado e abrangente na sociedade local, para discutir que tipo de relação esses pequenos núcleos urbanos têm que ter com o campo, para que a vida seja melhor lá na zona rural e nesses pequenos núcleos urbanos. Então a educação do campo, ela acaba sendo fundamental e, nesse sentido, responde a essa demanda mais ampla do território. E aí nós temos também a engenharia de alimentos, que é um curso que está voltado aí para a transformação do alimento que se produz no território. E embora majoritariamente se produzam *commodities*, mas se tem potencialidade para produzir um alimento mais, vamos dizer assim, mais diversificado, extrapolando aí duas, três pautas de exportação, que é a soja, a carne e o leite, para que a gente possa, e o milho, para a gente possa ter aí uma variedade de alimentos produzidos nessas vinte e poucas mil propriedades rurais, unidades produtivas da agricultura familiar e aí, claro, casando com algumas grandes propriedades e médias que tem o território. Então há espaço para se discutir a transformação do alimento, a conservação dele, o transporte, enfim, de uma forma que gere renda para o território, para as famílias que aqui vivem e para as

empresas que aqui se instalaram também. Então basicamente é isso, eu acredito assim que foram bem colocados esses cursos. Recentemente foi discutida a ampliação. Há necessidade de outros cursos também, como é o caso da ciência jurídica, do Direito, dados os conflitos que se tem na região e tal, o histórico de violação de direitos humanos. Então há necessidade sim de outros cursos, mas para essa primeira leva a gente acredita que fomos bem. E a economia vem, vamos dizer assim, coroar toda essa produção, tanto da agronomia quanto da aquicultura, da engenharia de alimentos e da própria educação do campo, dentro de uma discussão de, vamos dizer assim, de processos econômicos, que se possa ter dentro de uma região. Então, a ciência da economia, ela é uma ciência bastante abrangente, que serve também para trazer aquela formação humana que se busca, no núcleo comum de cada curso, capacitando então esses novos cientistas da economia aí com uma visão ampla, mas ao mesmo tempo também específica, das condições do território. Então acho assim que foi fundamental esses seis primeiros cursos, que são dois em educação do campo, um na área de humanas e outro na área das ciências naturais, como licenciatura, e as engenharias que eu mencionei, além da economia.

Pesquisador: Quais os principais desafios para que a UFFS cumpra com seus objetivos acerca do desenvolvimento regional?

Entrevistado 3: Olha, são muitos os desafios. Talvez um deles seja a formação continuada dos quadros da UFFS, adaptando a esse processo local. Então, há um descompasso entre a natureza da UFFS e a natureza da formação dos professores e técnicos que trabalham na UFFS! Então, isso não é culpa de nenhum técnico, de nenhum professor, nenhum pesquisador. Isso é um resultado de um processo que estava colocado no país. Então, todos eles se formaram n'alguma universidade. As universidades, conforme eu disse antes, em sua grande maioria elas tiveram um padrão de desenvolvimento, de noção, de mundivisão, que se coadunam um pouco com a visão eurocentrista, tecnicista, bastante voltada para a dominação da natureza e muitas vezes, ou quase sempre, voltada para a dominação do outro ser humano também. Então conhecimento como instrumento de poder, como dizia já Francis Bacon lá no início da modernidade. Então esse paradigma de universidade e de produção científica é hegemônico no país. A UFFS se coloca numa outra direção, um vetor que está na contramão, praticamente em relação a esse primeiro, a esse primeiro modelo ou a esse primeiro paradigma de universidade. Então um dos grandes conflitos que a gente observa, é participando dos conselhos da UFFS, tanto do conselho comunitário quanto do conselho de campus e mesmo conselho estratégico eu já fui membro, a gente percebeu isso, que, como diz Paulo Freire, os fins, eles só podem ser atingidos se os meios estiverem coerentes com os fins. Isso muitas vezes parece que não, não está na formação desses professores e desses técnicos, que buscam atingir um fim utilizando um meio contraditório a esse fim. E aí a educação bancária, como dizia Paulo Freire, acaba ocorrendo. Então, é bem verdade que isso não é uma regra, tem muitos professores que já demonstraram grande versatilidade e até preparo, porque buscaram por si mesmo essa capacidade e esse preparo de colocar a sua ciência e o seu conhecimento em processos que geram um conhecimento também, produzido e compartilhado, sem imposição. Mas também tivemos alguns conflitos, onde a gente observa que precisa ter um programa específico, dentro da UFFS, de formação continuada, considerando essa especificidade dos estudantes da UFFS, principalmente os da região, que são aqueles novos sujeitos na universidade, que eu mencionei no início que foram inclusos, que têm potencialidade, mas que tem todo um trato diferenciado, que precisa ser dado a eles, para que eles desenvolvam essa potencialidade. Então esse é um dos grandes desafios. Além destes, nós chamamos de fazer a UFFS aterrissar na região. É, a interação da UFFS com a materialidade econômica, política, cultural da região é um grande desafio também. Então, a aproximação da Universidade Federal da Fronteira Sul com as secretarias municipais de saúde, de educação. A saúde, por exemplo, pode ser discutida via alimento, na prevenção e tudo o mais, então a

engenharia de alimentos deveria estar aberta a essa possibilidade. Tem os cursos de pós-graduação também, o mestrado em agroecologia, as pós-graduação em educação do campo, e outros que já foram, gado leiteiro e outros que já foram executadas, são oportunidades para se fazer isso. É... Secretaria da Educação, a discussão do campo e da educação do campo, deveria ser um ponto de conexão, um elemento articulador entre a UFFS e os municípios, os assentamentos da região, os movimentos sociais, e assim por diante. Também tem a questão da articulação da UFFS com a área da gestão mesmo, pública. Então, não sei como, mas eu acredito que UFFS deve criar algum curso, de pós-graduação ou algo do gênero, para qualificar gestores públicos. Porque você tem um grande déficit nesse sentido, nas prefeituras, então é necessário que se desenvolvam ações para superar isso. E, além disso, é fundamental, e isso a UFFS tem se esforçado para fazer, mas talvez tem que se ampliar e se aprofundar, é a relação com os movimentos sociais. Então, as demandas que vêm desses movimentos, os movimentos sociais populares, eles são constituídos de sujeitos historicamente excluídos da sociedade como um todo. Então, por analogia, você tem que as suas pautas, também ficaram excluídas. Então, ao incluir pessoas, público que vem dessa origem, dos movimentos sociais, você faz uma parte da inclusão, mas o conteúdo também do debate e da pesquisa, deve ser buscado nas pautas desses movimentos que, diga-se de passagem, é o que tem trazido grandes resultados, inclusive para a UFFS. É, a produção científica da UFFS, para o seu porte, ela é considerável, nas avaliações do MEC e tudo o mais, então, e muito em função do que se está pesquisando. Porque essa é uma outra característica da universidade pública e privada brasileira, principalmente a pública, de se pesquisar algo que muitas vezes não tem relevância prática na vida das pessoas, mas para se cumprir como proforma, em função de titulações e tudo o mais. Então isso não interessa para a região, e não deve interessar à UFFS também, porque não cumpriria a sua missão. Mas a UFFS tem se esforçado nesse sentido, de se aproximar ao máximo dessas pautas e transformá-las em objeto de estudo, de compartilhamento, de extensão e tudo o mais.

Pesquisador: Como o segmento em que você se... atua está inserido, contribuiu para a conquista da UFFS, do campus aqui em Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 3: Olha, na época da conquista então eu era prefeito de Porto Barreiro e como prefeito eu assumi, fui indicado para assumir, a coordenação do colegiado do Território, que é o CONDETEC. Eu fiquei cinco anos, de 2005 a 2010, na coordenação geral desse colegiado. Então, foi exatamente o período de luta e de implantação da UFFS. Então tive a oportunidade, enquanto prefeito, de mobilizar outros prefeitos, outros setores da sociedade, que talvez não estivessem percebendo a oportunidade que tínhamos de conquistar uma universidade. A oportunidade vinha, primeiro, do programa de expansão do ensino superior do governo federal, então isso estava colocado para o território nacional inteiro e, especificamente, particularmente aqui essa possibilidade, essa oportunidade, se dava em função da materialidade social, vamos dizer, do território. A presença da via campestre aqui, do MST, do MPA, do MAB, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, do sindicato dos professores da rede estadual e redes municipais de ensino, do movimento de mulheres camponesas, da FETRAF-Sul aqui mais para o sudoeste, mas também que tinha alguns sindicatos aqui no território. Enfim, um grande caldo, de organizações sociais muito atuantes e que não se restringem a sua pauta específica, como o MST, embora lutem por reforma agrária prioritariamente, eles têm uma proposta de educação, eles têm também um grande debate em torno da universidade. Então, é com muitos convênios e parcerias com muitas universidades, que criaram inclusive cursos, que são vanguarda e que, ao mesmo tempo, modificaram a sua estrutura, seja no espaço quanto no tempo, para poder incluir as pessoas, historicamente excluídas. Então, é, essa oportunidade a gente tinha aqui na região. Além disto, nós tínhamos quatro prefeituras do Partido dos Trabalhadores, que tinham um entendimento comum em relação a essa necessidade de conquista e de avanço na educação

e focada na educação do ensino superior. Se não tivéssemos conquistado a UFFS, a primeira proposta era de criação de uma universidade popular, mantida por municípios, com apoio do governo federal e do governo do Estado, mas com parcerias, e administrada/gestionada por municípios e movimentos sociais, numa grande parceria. Então a gente chegou a delinear os princípios dessa universidade em várias reuniões e estudos que fizemos. Mas, ao mesmo tempo, surge então essa oportunidade, que o governo federal estava criando novas universidades federais, principalmente no Nordeste, na região Norte do país. Mas quando o governo resolve criar uma universidade no ABC paulista, aí a gente enxergou que era hora da gente entrar para a briga, puxar uma universidade aqui para o Sul do país. E aí, então, foi assim que ocorreu, dentro daquele primeiro debate de uma universidade popular local, a gente transformou e aproveitou esses elementos iniciais na discussão de uma universidade federal. E aí juntamos forças com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e aí compomos a coordenação desse movimento, inclusive regional, dos três Estados. E aos poucos esse movimento tomou corpo e a gente pôde então, diretamente, apoiar, participar e contribuir, inclusive no debate mesmo. E, claro, utilizando aquela pequena influência que você pode, que você como prefeito em função desse grande projeto, então, trazendo pessoas como, por exemplo, o procurador-geral do Estado esteve, do Estado do Paraná, esteve ajudando a gente a dirimir algumas dúvidas que surgiram em função, por exemplo, da instalação ou não do conselho comunitário com maioria da comunidade externa. Então o aporte jurídico dele foi bastante esclarecedor, esse é só um exemplo das pessoas que estiveram aqui aliadas no processo de debate e constituição, de definição dos grandes rumos da Universidade Federal da Fronteira Sul. Então, o CONDETEC, ele foi o espaço que deu um suporte social para o projeto, porque eram 44 entidades que compunham esse colegiado, e todas se convenceram da sua importância e por isso aí, os movimentos sociais foram compreendidos, na sua reivindicação, pelos outros setores da sociedade, o que não é muito comum. Então o CONDETEC fez essa concertação e aí a coisa fluiu e fomos vitoriosos.

Pesquisador: Como você vê a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu? A UFFS tem atendido a essa expectativa?

Entrevistado 3: A questão da pesquisa e da extensão, para o território, ela é fundamental. Porque também esse é um outro aspecto das universidades brasileiras, que desenvolvem muito mais o ensino, mas sofrem na pesquisa e na extensão. A produção científica do Brasil comparada a dos outros países é pequena, é baixa, embora tenha potencialidade e tenha melhorado nos últimos anos. Ora, no caso do território Cantuquiriguaçu, sobretudo na questão do campo, na questão do desenvolvimento, da produção agrícola com ênfase na agroecologia, mas também, a agroecologia também é um grande paradigma. Ela tem a ver com a organização social, tem a ver com a forma da administração pública, os parâmetros da democracia, não uma democracia estritamente burguesa, mas uma democracia mais radical. É, eu acredito assim que a UFFS, ela tem já dado um grande suporte nessa questão da pesquisa e da extensão. Ontem mesmo a gente estava numa comunidade do interior aí, onde o agricultor, a família dos agricultores lá, que a gente visitou, teve um auxílio técnico para o desenvolvimento da piscicultura, da aquicultura, produção de peixe em tanque escavado. E também está tendo um acompanhamento na gestão da, do caráter agroecológico da produção. Então acho que isso fundamental, você ter ao mesmo tempo em que se faz a pesquisa, você devolver essa produção científica em função da melhora, do melhoramento da produção local lá da família envolvida no projeto. Agora, eu vejo assim, ainda que a UFFS, ela precisa abrir mais o leque e buscar fundamentalmente aquilo que é mais necessário. Por exemplo, nós temos uma demanda do MAB, que é realização do diagnóstico socioeconômico e cultural dos atingidos por barragens. Nós temos cinco barragens no território, que atingiram o território, grandes barragens que desalojou milhares de famílias, e provocou

uma grande desestruturação local. Essas pessoas, algumas receberam indenização em dinheiro, não todas, muitas já foram embora, mas permanece a dívida do Estado brasileiro que quis, optou por construir as barragens, que atendem ao conjunto da população, principalmente a burguesia industrial, mas que não repara os danos ocasionados diretamente a essas pessoas que foram afetadas. E aí, então, como é que essas pessoas, que permaneceram aqui ou que saíram, poderão discutir com o governo essa dívida, se não foi medida? Nem antes, quando foram construídas as hidrelétricas deveriam ter sido feitos estudos, inclusive de viabilidade, se era mesmo aquilo, e nem depois, então a universidade pode contribuir com isso. Agora, a gente sabe também que isso depende de recurso, e aí num período como esse que a gente está vivendo, a gente sabe que os recursos estão mais minguados para esse tipo de atividade. Para outras, a gente percebe que tem. Há Estados negociando dívidas históricas, não importando se os governantes foram corretos ou não na administração do ente federado, ou não, mas para programas, sobretudo de incentivo à pesquisa científica, o corte foi muito grande. Então isso atrapalha muito, mas a UFFS tem feito um grande esforço, para responder, corresponder a essa questão da pesquisa e da extensão, são vários os projetos em andamento, são muitas as bolsas inclusive que foram distribuídas. E tudo em função de um incentivo à pesquisa e à extensão, que com certeza darão excelentes resultados aqui no território. A gente já vê alguma coisa florescendo nesse sentido aí.

Pesquisador: Alguma consideração final, alguma observação que gostaria que eu registrasse a respeito da universidade ou do território?

Entrevistado 3: Olha, a UFFS, ela agora vai realizar a segunda COEPE, que é a Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão. Que é um momento em que a sociedade pode interagir formalmente com a universidade, trazendo toda essa gama de demandas para que a universidade se encalhe cada vez mais na realidade e ajude a resolver os problemas locais. É, eu sou um pouco temeroso, assim, eu vejo que é uma grande oportunidade, mas que, ao mesmo tempo, talvez a gente tenha aí até um retrocesso. Porque naquele período em que as pessoas estavam mobilizadas para conquistar a universidade e logo após a implantação dela, se tinha um caldo social muito mais fervoroso, mas agora a gente tem uma certa dormência, que talvez não se verifique por ocasião da COEPE. Mas vai ser, assim, um grande momento, para que a gente possa avaliar até onde chegamos, e também se os resultados do que fizemos, eles são profícuos no sentido de desenvolver mesmo a região, ou se a gente precisa corrigir alguns rumos. Então, para mim, é um momento importante, acontecendo há seis, sete anos da implantação da UFFS, esse segundo momento aí para a gente colocar diretrizes, no ensino, na pesquisa e na extensão. E ademais, dizer que foi, para nós, uma grande conquista, talvez a maior dos últimos tempos, ter um campus da universidade federal aqui no território. Que, como eu disse durante a entrevista, já vem mudando o perfil desse território, em dimensões dele e que só tende a crescer, mesmo com essas dificuldades financeiras. Está para chegar aí o doutorado, um DINTER, uma parceria com a UERJ, mas que vai ser fundamental para a qualificação desses quadros da UFFS mesmo, mas também para movimentar o debate sobre o território. Porque é Políticas Públicas e Formação Humana, esse é o programa. Então, com certeza, a materialidade da pauta do debate científico vai ser as coisas aqui do território mesmo, como nós vamos debatê-las, colocando em perspectiva para o futuro.

Pesquisador: Ok. Muito obrigado, muito obrigado pela oportunidade. A gente encerra aqui essa entrevista.

Fim da gravação.

## ENTREVISTADO 4

Pesquisador: Professor, qual seria a relevância da universidade para o desenvolvimento de uma região em que ela se situa?

Entrevistado 4: A UFFS assumiu, no seu PDI e em toda a sua documentação oficial, temos como terceira missão, para além da oferta do acesso ao ensino superior, que é a primeira missão, acesso ao ensino superior para as pessoas que nunca tiveram essa oportunidade, aos menos favorecidos. A segunda missão institucional de integrar ensino, pesquisa e extensão, à forma como a legislação brasileira prevê, que é a indissociabilidade, a terceira missão ela é nova, parece até um objetivo do próprio movimento pró-universidade, a missão de que a universidade deva contribuir para o desenvolvimento local, superando a matriz produtiva existente. Essa terceira missão, ela está muito claramente situada, do ponto de vista da inserção da universidade na sua contribuição com a dinamização da cultura, que é uma tarefa primordial da educação pública e a sua presença como universidade. A segunda é a relação da pesquisa com os problemas da região e terceiro fazer isso de uma forma articulada de tal forma que a extensão possa ser o momento em que as entidades, as organizações locais elas dialogam diretamente com o plano de extensão da universidade. Então a universidade passa assumir os problemas da região e passa a contribuir para a construção de soluções. Então essa é a principal relevância da universidade para o desenvolvimento, desenvolvimento local. Embora as primeiras formas de inserção mais visíveis seja a construção do prédio, os equipamentos, a vinda dos professores, os gastos desses servidores, tanto técnicos como professores, ao comprar uma casa, ao comprar um carro, ao comparem alimentos, etc. Então a primeira visualização que se tem de impacto é esse impacto mais monetário, assim, a região recebe recursos que são gastos ali, diferente de outros investimentos, onde os recursos costumam sair da própria região. Cito como exemplo aqui o Shopping de Chapecó! O shopping center aqui tem um investimento parecido com o da universidade, só que tudo que é injetado no shopping, sai daqui para as grandes redes, Centauro, Renner, McDonalds, etc. A universidade ela faz o papel oposto, traz o recurso e ele todo fica ali. Isso é o que é mais visível, mas eu diria que há mais. A maior relevância não é isso, e é difícil até para alguns prefeitos entenderem que a maior relevância não é isso, a maior relevância está na construção de conhecimento e na incidência disso sobre a matriz produtiva e sobre, inclusive, o tipo de desenvolvimento que se espera, onde nós poderíamos dizer que o desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida, e se for melhoria da qualidade de vida, nós temos outros índices para medir. Por exemplo, nós temos aí, a nível mundial, a expectativa de vida, nós temos aí a diminuição do número de crianças sem escola. Enfim, o acesso à educação passa a ser visto como um direito, desde a educação básica, e esse para mim tem sido, assim, o principal aspecto que a universidade precisa discutir. Eu digo isso porque nós ainda estamos muito longe disso. Nós conseguimos cumprir as duas primeiras missões de uma forma inovadora, nós temos o acesso à escola, o acesso do estudante à escola pública em 90%, nós temos o acesso da população indígena, nós temos o acesso de haitianos, nós temos o acesso de pessoas menos favorecidas, que inclusive precisamos ampliar. Nós temos também uma relativa sintonia com aquilo que a LDB prevê de indissociabilidade, entre ensino, pesquisa e extensão que todos nós professores, quase todos, são dedicação exclusiva. Nós temos as condições para isso. Mas o terceiro ponto, para mim, ele ainda está muito emergente, assim, nós ainda estamos tentando integrar a universidade nas políticas que são pensadas para cada região. Por exemplo, para a universidade poder induzir um pouco esse processo da pesquisa e da extensão, para que ele esteja vinculado às prioridades das regiões. Então que, por exemplo, o conselho de desenvolvimento lá da região do Cantuquiriguaçu possa ter uma afinidade das suas propostas de desenvolvimento com aquilo que a universidade vem apresentando como prioridade na



pesquisa, na extensão. Então, nisso, nós ainda precisamos trabalhar mais, o papel dos conselhos comunitários, do conselho estratégico social, mas também da reitoria e das direções de campus.

Pesquisador: Então qual é a importância do território Cantuquiriguaçu abrigar um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 4: É um território simbólico pra nós, é o segundo território com menor IDH no Paraná, por isso um território da cidadania também, que a universidade assumiu também junto com o MDA, tanto esse quanto o Paraná Centro. São dois territórios no Paraná que nós assumimos, pela sua relevância em termos de carência de recursos, história. Se nós olharmos Laranjeiras do Sul como a principal cidade, já foi capital do Estado do Iguazu, mas é uma região marcada pela concentração de terra, uma região marcada pelo latifúndio e uma região marcada pela disputa da ocupação da terra, então também hoje a região com uma simbologia, acho que a região com mais conflitos internos do país, ali, com a Araupel, Giacomet na época, nós temos mais de sessenta mil hectares que já são reconhecidos como terra grilada, pelo Estado, pelo Poder Judiciário. E temos ali o único campus ainda de uma universidade federal, dentro de um assentamento. Então é de uma relevância enorme, não só para o Paraná, mas para o país. Miguel Rosseto, quando ministro do Desenvolvimento Agrário, orientou o presidente do Incra, na época, o Carlos Guedes de Guedes, a instigar a universidade para que junto com o Conselho de Desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu, pudesse fazer dessa região a primeira região do país com assentamentos de reforma agrária em transição agroecológica. Então temos ali, para nós, o que eu sempre tenho dito publicamente, o que está mais próximo daqui do que foi o ideário da luta pela universidade, que é colocar uma universidade pública como um espaço a mais de luta e de organização social, e é o que temos feito, tanto pelo nosso Centro de Referência em Direitos Humanos, denunciado as violações que indígenas, que assentados, que acampados, que a população quilombola, enfim, ribeirinhos, as comunidades tradicionais, têm sofrido. E segundo, trazer essas pessoas para dentro da academia. Nós hoje temos muitos indígenas, filhos de assentados, camponeses, estudando nesse campus. E isso não tem diminuído a qualidade, pelo contrário! Nós tivemos a primeira formatura da universidade nesse campus, destacando aqui uma estudante que foi reconhecida como tendo o melhor desempenho acadêmico e foi premiada pelo Conselho Regional de Economia. Essa mesma estudante é filha de assentado, que depois passou a ser mestrande e hoje é nossa professora substituta. Então é assim, um símbolo! Vamos ter algumas pessoas assim, que nós podemos destacar já, que mostram que tendo oportunidade, tendo acesso à educação superior, elas não deixam nada a desejar para outros segmentos que historicamente haviam sido os que ocupavam o espaço na universidade pública. E é importante que essas pessoas também serão sujeitos aí, que contribuirão decisivamente nesse processo de fazer a pesquisa e a extensão, depois de se qualificarem via ensino, fazerem disso mais um momento importante também de disputa hegemônica que essa cidade faz naquela região, onde mais pessoas estão qualificadas a contribuir na construção de alternativas de melhoria de qualidade de vida, mas também destaco aqui todo o trabalho que vem sendo feito no processo de organização das cooperativas, aí com o Núcleo de Estudos em Cooperação, do Centro Vocacional Tecnológico, a integração disso com a agroecologia, com a produção de alimentos, enfim, com aquilo que a gente chama de desenvolvimento rural sustentável. Quem sabe o campus de Laranjeiras do Sul daqui consegue internalizar nas suas ações isso da melhor forma.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da Universidade Federal da Fronteira Sul no território Cantuquiriguaçu até esse momento?

Entrevistado 4: A primeira consequência é que as pessoas têm acesso à educação pública, mas não só acesso ao diploma, acesso a uma forma de pensar diferente. Acho que é isso que a universidade pode fazer de uma forma um tanto imediata. As pessoas que passam a ter acesso a uma vaga no ensino superior e numa universidade pública e popular que propõe também que a própria construção do conhecimento não despreze o conhecimento tradicional, dialogue com o saber popular, essas pessoas passam a ter uma nova forma de pensar, e uma nova forma de pensar significa também produzir consciência, significa contribuir na mobilização social, significa repercutir através da ciência aquilo que o Florestan Fernandes dizia que é compromisso, né? Então, juntar saber e compromisso, nós conseguimos fazer isso, pessoas militantes dos movimentos sociais passaram a ter acesso à ciência e fazem da ciência um espaço de luta, um espaço de luta inclusive dentro da própria universidade. Porque isso não está dado, então tudo isso está em disputa. A segunda consequência que eu vejo, que é enorme, é também de estarmos empoderando lideranças que passaram a ser intelectuais orgânicos da UFFS. Então, muitos professores que passaram em nossos concursos, já estavam inseridos na luta dessa região, outros vieram pra região exatamente pelo projeto da universidade e outros, a gente diria assim, que estão com uma oportunidade de vivenciar esse processo todo de criação de uma nova universidade e poderem participar desse processo, também estão, se adequando à proposta institucional da UFFS, que faz com que a gente tenha lá dezenas de profissionais, mais de noventa, eu diria assim, professores, que junto com os técnicos, são o capital humano que está aí na região. Que além de construir casa e comprar carro e gastar, são pessoas que estão ali podendo incidir sobre a política local, sobre as disputas locais e sobre a organização da economia de uma outra forma, eu diria que poderiam também contribuir na democratização da economia, que é uma coisa que nós pouco falamos na academia. A gente sempre fala da democracia na esfera política, mas eu destaco exatamente esse papel que a universidade pode dar, pode fortalecer, no momento que nós atuamos com a agroecologia, com a economia solidária, com o desenvolvimento rural sustentável, com a educação do campo. A universidade tem, em Laranjeiras do Sul, dois cursos de educação do campo, um em regime de alternância e outro de forma regular, estamos aí contribuindo na construção de um centro de educação do campo, que é um dos maiores projetos, um dos projetos mais ousados da universidade, com a cedência de 230 hectares do Incra lá na Vila Velha para essa proposta. Então a universidade está, como nós costumamos dizer, não só assumindo seus compromissos históricos, mas já assumindo novos compromissos com a região. Então esse é um dos novos compromissos que nós temos que destacar e que terá consequências, consequências sobre a organização dos assentados, que terão um espaço a mais de formação, para além do CEAGRO, que já existe, mas também terão cada vez mais profissionais aí, localmente estabelecidos e que podem contribuir com o processo político, econômico e cultural da região.

Pesquisador: A UFFS pode contribuir com o desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu. De que forma?

Entrevistado 4: É o que eu já vinha dizendo, ela pode, eu gostaria que ela já estivesse contribuindo mais, mas ainda temos nossas dificuldades. Os primeiros seis anos foram basicamente de construção de uma estrutura. Até tenho brincado assim: "Construímos o hardware, agora precisamos do software". E esse hardware ele foi num período em que nós também contamos com o governo federal, tivemos recursos para isso, são 270 milhões investidos em 35 prédios, construídos ao mesmo tempo. Laranjeiras do Sul tem hoje lá a sua estrutura básica em fase de finalização e nós temos conseguido também construir todas as regulamentações, desde o estatuto, regimento geral, regulamentos da graduação, da pesquisa, da pós-graduação, regulamentos da extensão, da cultura. E estamos agora propondo a segunda Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, segunda COEPE, que foi um momento fundante

também da universidade em 2010, quando nós assumimos grandes causas da humanidade, dez grandes causas, em 2010. Algumas eu já citava aqui, a agroecologia, economia popular solidária, direitos humanos, saúde pública e coletiva, desenvolvimento regional, inovação tecnológica, educação do campo, a educação popular, energias renováveis, formação de professores, gestão agroindustrial. Enfim, nós assumimos, assim, causas que a humanidade hoje vem abordando como emergentes. Então, a universidade hoje oferece os seus cursos de graduação, todos com um enfoque muito claro, esperamos que a pós-graduação também possa fazer isso cada vez mais com nossos onze mestrados, hoje Laranjeiras tem dois mestrados e muito bem focados. Eu acho que nesse aspecto também, outra característica do campus, você vai me perguntar isso logo em seguida, os cursos em Laranjeiras do Sul estão muito inter-relacionados, é o único campus que conseguiu fazer isso. Ao contrário de Realeza, por exemplo, também no Paraná, que fez a outra forma. Cursos dispersos, e hoje nós temos o resultado disso. Laranjeiras com dois mestrados e Realeza com nenhum, porque nós precisamos dialogar entre as áreas, e isso Laranjeiras do Sul conseguiu fazer muito bem. Eu diria, inclusive, que esse é um dos grandes potenciais que o campus tem, diferente de outros, porque ele consegue ter uma delimitação muito clara, nós temos cursos voltados à questão agrária, à produção de alimentos, à questão ambiental e à formação de professores no campo. Então, eu diria que a contribuição maior que a universidade pode dar para o desenvolvimento do território do Cantuquiriguaçu que é um território baseado na agricultura camponesa e agricultura familiar, é exatamente fortalecer a agricultura familiar e camponesa. Então é ali que está o nosso enfoque, é ali que estão os nossos cursos, é ali que vai se dar a nossa excelência acadêmica na pesquisa, na extensão, e quem sabe, também, mais uma vez, um exemplo para o país. Mostrar como uma universidade pode se ocupar prioritariamente com essa questão, que é uma questão que alguns economistas achavam que estaria em extinção. Nós estamos aí reinventando a ocupação do território com os assentados, diminuindo a concentração de terra e mostrando que produzir alimentos de forma local, e também regional, é a melhor forma de desenvolver aquela região.

Pesquisador: Qual é a diferença entre a UFFS e as outras instituições de ensino superior pública e privadas que atuam no território?

Entrevistado 4: É a mesma diferença que a UFFS tem com todas as outras universidades federais do país também. É claro que tivemos outras universidades novas surgindo no último período, posteriores à UFFS, mas quando a UFFS surgiu, nós fomos a primeira a instaurar a ideia de uma universidade pública e popular. Então, segundo estudo Paulo Freire, Leonardo Boff e outras autoridades aí do campo acadêmico de destaque, sempre têm dito que para além de algumas experiências na Índia, parece que tem uma na África, a UFFS é a primeira dessas experiências que surge da luta social, esse é o primeiro indicativo. Não foi porque um governo quis, foi porque um governo aceitou a demanda de uma luta social de mais de quarenta anos. Aceitar que fosse naquele local é outra disputa, porque historicamente as universidades ficam no litoral. O Paraná tem uma experiência um pouco diferente, com a experiência da UTFPR que incorporou o centro de educação tecnológica, se transformou numa universidade tecnológica, mas com outro perfil. E a UFPR que passou também a ter campi pelo interior, mas surgiu nas capitais, surgiu no litoral. Então nós falamos em deslitoralização das universidades e a UFFS assumiu isso, como causa, e no Paraná você junta com as experiências das universidades estaduais. Mas diferente das universidades estaduais no Paraná, a Universidade Federal da Fronteira Sul, pela sua relação com os três Estados, que é outra característica nova, ela também assumiu essa discussão do território, da territorialidade. No momento em que nós estamos numa região que tem uma identidade cultural, tem uma matriz produtiva muito parecida, tem um público hegemônico muito parecido que é de agricultores, e nós assumimos essa região como sendo uma região que por não ter universidade pública na história, passado,

deveria ter uma universidade não só a mais, mas diferente. E esse diferente ou esse inovador é deixar muito claro que essa universidade é uma universidade da classe trabalhadora. É uma universidade que surge da luta dos sindicatos, dos movimentos sociais do campo, das forças progressistas da nossa região. Se junta com iniciativa de prefeitos, se junta com iniciativas e governos estaduais, do governo federal, mas basicamente é uma universidade construída na luta social, e por isso também passou a ter, já desde 2010, os seus conselhos onde os movimentos sociais não só são objetos de pesquisa, mas participam das decisões da universidade. Isso, às vezes, para os nossos pesquisadores, é difícil de compreender, que os agricultores, que os sem-terra, que os índios, sem diplomação ainda, nós estamos construindo isso com eles, eles também sentem nos conselhos, com o mesmo espaço de poder, de participação, inclusive de voto, e a gente fala do nosso processo eleitoral que é único no mundo, onde a sociedade civil organizada têm 25% junto aos estudantes que têm 25%, os técnicos têm 25% e os professores têm 25%. Do voto para reitor, para vice-reitor, para diretor do campus... então, essas diferenças, só a UFFS tem, e assumir a comunidade regional como parte da comunidade universitária. Isso no seu estatuto! Então, os grandes documentos da universidade deixam isso muito claro, que nós não tratamos a região e suas organizações como comunidade externa, nós colocamos a comunidade regional, a sociedade civil organizada dentro da universidade, dentro dos conselhos, dentro da Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão, que definiu os grandes rumos da instituição. E isso de forma permanente, veja que o próprio movimento pró-UFFS ainda continua. E por que que ele continua? Porque a UFFS que foi pensada lá em 2005, 2006, 2007, 2008, em 2009 foi assinada a lei de criação, ela ainda está em construção. Quer dizer, a UFFS que nós sonhamos, quem sabe nunca estará pronta, por isso ela precisa dessa participação das organizações locais e essa é a grande diferença da Universidade Federal da Fronteira Sul em relação às outras que são públicas e algumas que são comunitárias, que também têm caráter público, mas não colocaram a participação dos movimentos e organizações sociais ou da sociedade civil organizada nessa radicalidade. Então, precisamos inclusive aprofundar essa radicalidade, mas na dimensão que nós a temos, nenhuma outra conseguiu fazer.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação leva em conta as especificidades e necessidades da região?

Entrevistado 4: Então, já dizia antes, introduzindo essa pergunta, que o campus Laranjeiras do Sul foi o que melhor conseguiu propor cursos que interagissem entre si. Também foi o campus que mais defendeu o domínio comum. Quem sabe o único que naquele momento em que reduzimos os componentes curriculares via conselho universitário, de onze para nove, foi o único que manteve o domínio comum à sua forma original, embora perdendo, mas não só no número de componentes curriculares, a disputa é muito maior... É de termos a interdisciplinaridade como princípio institucional dessa universidade e isso é muito caro. Para a gente poder entender que a agroecologia, por exemplo, ela só será possível se nós não a entendermos como uma ciência dentro da Agronomia. Porque a agroecologia precisa estar em todos os cursos que produzem alimentos. E mais, que a questão ambiental é uma questão transversal e essa é uma necessidade da região. Então, a região produz alimentos, mas não qualquer alimento. Alimento agroecológico. Avançamos muito nisso desde a construção do mestrado em Agroecologia, Desenvolvimento Rural e Sustentável, e agora com um mestrado de Ciência e Tecnologia de Alimentos, daremos mais um passo. Tentando juntar aquela outra parte, que também no campus é muito forte, que é a parte que dialoga com a saúde, inclusive, que é responsável pelas pesquisas, que oferecem para a região uma segurança alimentar. Quer dizer, que os nossos alimentos têm qualidade superior com a presença da universidade, que essa qualidade superior não é só uma qualidade nutricional, que nós almejamos, que queremos, inclusive, um restaurante universitário, fazendo do restaurante universitário um espaço de

pesquisa e de interação com a região, comprando os alimentos direto das organizações da agricultura familiar e camponesa, mas também com uma qualidade social. Quer dizer, o alimento tem uma qualidade social e tem cultura nisso, então quando nós discutimos os cursos que lá estão, hoje, e isso foi uma, uma marca desse campus, nós estávamos discutindo a questão da água, a questão da terra, a questão das sementes. Enfim, os grandes temas que quando se fala em desenvolvimento rural e sustentável estavam na pauta da universidade. O que a universidade pode fazer para contribuir com o desenvolvimento rural e sustentável? Ah, nós podemos formar agrônomos, sim, agrônomos com ênfase em Agroecologia. Nós podemos formar professores, mas professores com ênfase em educação do campo. Nós podemos ter um curso de Pedagogia em breve lá, para que os professores, todos lá dessa região, possam passar a ser formados numa lógica de interdisciplinaridade, para que a pedagogia, como ela na sua raiz, né, dialoga com todo o conhecimento, ela possa recuperar isso também do ponto de vista da questão agrária. Para que a produção de peixes lá, com o curso de Engenharia de Aquicultura, possa ser voltado à agricultura familiar e camponesa. Temos uma experiência maravilhosa lá, única no Brasil, de produção de ração orgânica. Não temos nenhuma outra experiência no país aí, o campus Laranjeiras do Sul desenvolveu isso. O camarão de água doce, nova, novas perspectivas para os agricultores daquela região. O curso de Economia, desde o início assumindo o cooperativismo, assumindo a questão da agroindustrialização, a interação com a produção agrícola, agregando valor local. Então isso foi o que estava na pauta e a universidade conseguiu desde 2010 colocar esses cursos em funcionamento, formar as primeiras turmas, ter os mestrados já afinados com esses cursos. Podermos construir o Centro de Educação do Campo agora, nessa perspectiva da formação de professores, que com a Pedagogia nós vamos avançar mais um pouco e que possamos também agregar para a universidade essa experiência para os outros campi, que a gente possa ter essa vocação regional, nós em algum momento chamamos disso, a vocação regional do campus, sendo muito, muito permeada pelas necessidades que a região tem. Então hoje, nós, em Laranjeiras do Sul, podemos dizer que os cursos que lá estão atendem prioritariamente às necessidades da região e outros cursos virão, que ainda falta.

Pesquisador: Quais os principais desafios para que a UFFS cumpra com os seus objetivos acerca do desenvolvimento regional?

Entrevistado 4: O principal desafio é fazer com que a universidade assuma sua terceira missão. Eu disse isso desde o início da minha conversa aqui, que a segunda COEPE, no ano que vem, estamos em um ano de COEPE, fevereiro de 2017 a fevereiro de 2018, possa reafirmar esse grande desafio, porque é muito mais cômodo, inclusive para a estrutura universitária ela dizer aquilo que... Alguns até usam Paulo Freire para fundamentar, dizer que nós formamos pessoas que transformam a região. Bom, pode se reduzir a isso o papel da universidade. Me parece que há é até uma maioria na universidade achando que isso dá conta do papel da universidade, e aí quem sabe nós fazemos aquilo que em algumas formaturas a gente já tem visto, professores dizendo que poucos conseguiram chegar ali, e os que chegaram ali ficam um tanto orgulhosos com isso, os que não estão ali, claro que não são ouvidos, nós excluimos pela nossa evasão. A evasão é um grande problema e superar a evasão é um dos principais desafios quando a gente fala numa política de inclusão e permanência. Eu sempre lembro do André Gortz nessas horas, que dizia que a escola, que a educação na sociedade capitalista, ela tem a função ideológica de formar perdedores. Uma pequena parcela acha que com aqueles diplomas lá, elas merecem um status na sociedade superior aos outros e a universidade legitima isso. Mas essa não é a principal função, segundo André Gortz, a maior função é fazer os que não puderam chegar até aqui acreditarem que foi culpa sua não terem essa oportunidade. E a universidade pode reproduzir isso, nós estamos colocando pessoas que nunca tiveram espaço numa universidade pública. 87% dos nossos, dos nossos estudantes são a primeira geração numa família que vai para a

universidade. Essa pessoa, ela chega em casa, vários já tão apostando que não vai dar certo. Que nunca tiveram essa experiência. Aí na primeira dificuldade, vão dizer: "Viu? Eu falei". E se essa pessoa, de fato, deixa de estudar nessa universidade, ela vai se convencer que ela era excluída, sim, mas ela teve a chance e nessa chance ela provou para si que ela não foi capaz. Veja, se a universidade fizer esse papel, nós não temos mais nada de popular, porque o acesso é o que nos caracteriza hoje de uma forma, assim, brilhante! Nós somos a única universidade do país com 90% de estudantes de escola pública, isso antes de existir leis de cotas, fomos premiados aí pelo banco Santander como universidade que tem a marca da inclusão social. Mas se desses 90% nós colocamos 30% na evasão, seja por repetência, seja por dificuldade pedagógica de aprender, porque nós não estamos preparados a ensinar esse público, bom, aí nem essa primeira missão nós conseguimos cumprir. Que daria uma certa justificativa, nós dizendo assim: "Pessoas excluídas que nós agora formamos para transformar a região". Bom, a segunda, que é conseguir fazer com que a nossa extensão e a nossa pesquisa ela possa estar plenamente afinada às políticas de desenvolvimento que a região precisa, e nem sempre é o que os prefeitos propõem. Mas aquilo que a região precisa, e quem pode dizer o que a região precisa? Muitas vezes a própria universidade pode dizer, porque a própria pesquisa da universidade dá argumentos para isso. Agora se nós formamos pessoas, primeira missão, que nunca tiveram oportunidade antes, conseguimos afinar a nossa política de ensino, pesquisa e extensão às prioridades que a região precisa, aí falta aquela terceira. E o que a universidade, efetivamente, ela pode fazer? E esse, para mim, é o maior desafio, fazer com que a universidade seja também uma organização social, aliada a essa política de desenvolvimento regional, que possa afirmar a sua posição e dizer que nós, por exemplo, somos contra o latifúndio. Nós queremos que a terra seja de quem nela trabalha. Bom, mas isso é posição da universidade, veja só. A universidade tem as mais diferentes concepções teóricas e é importante que tenha, mas a direção da universidade tem posição, por isso temos eleições, disputamos eleições. E essa gestão, e eu falo em nome dela, apresenta como principal desafio, que a universidade possa para além de formar pessoas, para além de incidir com a pesquisa e a extensão sobre as políticas públicas, incorporar e formular políticas públicas, inclusive, que a própria universidade possa ela, como organização, também se inserir nesse processo. Eu digo isso porque, por exemplo, nós, ao afirmarmos a importância da agricultura familiar no abastecimento do restaurante universitário, podemos ter problemas burocráticos, às vezes até de ordem legal que nós temos que enfrentar, mas por detrás disso está uma concepção, a universidade oferecendo, no seu limite de capacidade, duas mil e quinhentas refeições em cada um dos nossos RU's, ela compra alimentos de uma região que antes não eram comprados e não eram utilizados para isso. E quando a universidade diz que quer isso 100% agroecológico, a universidade tem um mercado e ela passa a incidir sobre as decisões dos agricultores o que é, que vão produzir, por exemplo. Quando a universidade assume para si a formação de professores, que é uma responsabilidade constitucional do Estado mesmo, que é o governo federal que tem que fazer, nós assumimos para nós não só o diagnóstico de que a escola pública é deficitária, mas nós assumimos para nós o desafio de superar esse problema. Por que que nós temos problemas na formação dos professores de Matemática, de Física, Química e Biologia? Por que que nós temos problemas na escola pública? Isso passa a ser posição da universidade no desenvolvimento da região. Quando a universidade assume para si a causa dos direitos humanos e tem um poder de convocação enorme quando fazem uma moção, por exemplo, como foi recentemente, denunciando a polícia militar do Estado do Paraná que assassinou dois acampados em Quedas do Iguaçu. Quando a universidade faz esse tipo de movimento, ela vai para além daquelas duas primeiras missões porque ela assume também uma posição política, que ela não tem como deixar de assumir. Ou como dizia Max Weber, se dizer neutro é já ter assumido o lado do mais forte. E se a nossa missão institucional é assumir o lado do mais fraco, nós também precisamos assumir isso como desafio da própria universidade. A direção precisa fazer isso, isso não

significa que todos os professores têm que pensar assim, significa que nós vamos disputar, dentro da universidade, essa hegemonia, para que o mais fraco, para que o mais necessitado, para que aquele que historicamente foi injustiçado, possa ser o centro da nossa ação.

Pesquisador: Como o segmento em que o professor está inserido contribuiu para a conquista da UFFS, no campus Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 4: É, quando eu falo onde estava inserido eu tenho minha dificuldade. Eu fui convidado a ser membro da comissão de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul em fevereiro de 2009, pelo movimento pró-UFFS da região Macro Missioneira que é onde está o campus Cerro Largo. Esse conceito Macro Missioneira também é um tanto difuso, porque ele juntou quatro regiões e só existe no âmbito da universidade esse linguajar, porque a Noroeste Colonial e Celeiro, Fronteira Noroeste e Missões, são essas quatro regiões. Essa região, na época, precisava de um representante desses movimentos sociais todos daquela região. Aliás, eu nem citei eles, "desses", quais são os movimentos sociais lá. Nós temos lá um movimento muito forte dos agricultores, o movimento da agricultura familiar e camponesa, o qual eu sempre participei, no passado como extensionista rural, como técnico agrícola e depois como, educador numa das cooperativas lá dos agricultores, como um dos fundadores de uma ONG que é a rede e a central das cooperativas que é a UNICOOPER, que reuniu tanto sindicatos dos trabalhadores rurais que ainda assim se chama naquela região, uma ação dos camponeses agricultores familiares. O movimento das cooperativas desses agricultores, o movimento dos professores, através do CPERS-sindicato, nas suas várias nucleações lá, das pastorais sociais, da Diocese Santo Ângelo, da qual eu também sempre participei, desde a pastoral da juventude, pastoral da terra, comunidades eclesiais de base, o movimento dos atingidos por barragens, que ali na fronteira, ali com o Rio Uruguai e Argentina, sempre teve uma relação muito forte com a via campesina e se a gente também puder ali dizer que o sindicato dos trabalhadores rurais fronteiriços que se separa da outra organização regional que é da FETAG no Rio Grande do Sul e do departamento estadual dos trabalhadores rurais da CUT. Enfim, essa diversidade de movimentos sociais, em 2009, depois de quatro anos já de movimento, precisava de uma pessoa que tivesse doutorado e fosse, orgânica desses movimentos. Eu estava na Áustria quando o prefeito da minha cidade, na época o Melchior Mallmann, que era desse movimento todo da construção da universidade, me ligou e dizia que era época de eu voltar para o Brasil porque aqui se estava construindo uma nova universidade. Eu nem sabia disso ainda e vim pra cá, então, em fevereiro de 2009 e fiquei já surpreso que na comissão de onze membros, quatro eram de movimentos sociais, depois passaram a ser cinco, por desistência de um outro membro, e aí em Chapecó também passamos a ter mais um membro de movimento social, que foi a Solange Alves, lá em Laranjeiras do Sul, que foi Paulo Alves, em Erechim foi a Conceição Paludo, em Cerro Largo, então, fui eu, na época, e nós, nesse grupo de pessoas que eram indicadas pelos movimentos sociais, ainda contamos com o Ricardo Rossatto, então formando cinco de onze. Ricardo Rossatto pela sua afinidade com vários movimentos sociais também e por ter sido membro da criação da UERGS no Rio Grande do Sul. Cinco de onze, cujo presidente era o Dilvo. O Dilvo tinha essa característica de conseguir juntar tantos movimentos sociais, que ele escutava muito, ser uma pessoa do Ministério da Educação, que criou, na época, o SINAES, e tem a relação toda com a institucionalidade, ministro nomeou ele como presidente da comissão de implantação, depois como primeiro reitor, ministro Fernando Haddad, e tinha uma parte que era da UFSC, então, e a terceira parte dessa comissão de implantação e o Dilvo também era professor da UFSC, então tivemos essa coincidência. E é claro que, quando eu falo assim, esse segmento que eu estava inserido são os movimentos sociais daquela região e esses movimentos sociais foram decisivos pra que a Universidade Federal da Fronteira Sul desde o seu nome que traz essa discussão da fronteira com uma região, a internacionalização que eu nem falava antes

como desafio, também está presente desde o início, trouxesse para o ministro uma demanda que era uma universidade que não só estava numa região de interior, mas que assumia as grandes causas dessa região interiorana, pra dentro da universidade. A primeira foi o fator escola pública, que depois nós adequamos a Lei das Cotas, e que hoje corresponde ao número de inscritos no ensino médio nas escolas públicas que passam a ter parte das vagas que nós oferecemos. Mas inicialmente era fator escola pública, então nós elaboramos um coeficiente, que era 10% de bônus para quem estudava na escola pública a cada ano, então quem estudava os três anos tinha 30%. Com isso, nós construímos essa referência, 90% de escola pública desde 2010. Segundo, que fosse multicampi, porque havia seis movimentos, muito fortes, em torno da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul e que na sua especificidade, nós poderíamos dizer que são onze. Mas como já a região Missioneira fez esse movimento macrorregional eu posso dizer que lá era um movimento, né? O outro movimento forte foi no Paraná, depois se dividiu em dois, depois da comissão de implantação instaurada surgiu o campus Realeza, era para ter só um, que era Laranjeiras do Sul, mas daí já temos três movimentos. Aqui, em Erechim e Passo Fundo se dá para dizer que era um movimento. Outro movimento que até a Lagoa Vermelha, Vacaria, é uma região toda do planalto médio, mas três movimentos dentro de um. E o oeste catarinense, tinha São Miguel do Oeste, Chapecó e Concórdia. Bom, então, que fosse multicampi para atender minimamente esses movimentos com cinco campi, então. Foram quatro e depois mais um, cinco. Uma região de agricultura familiar com os cursos quase todos eles, quase todos os campi priorizando a questão agrária. E a formação de professores, todos os nossos campi tem cursos de formação de professores. Agora vem Passo Fundo que não tem, mas isso é posterior. Então essa também era uma questão básica lá na comissão de implantação, quais os campi, quais os cursos, qual a forma de ingresso, qual a relação com os movimentos sociais. E aí nós constituímos o Conselho Estratégico Social já na época que era para ser o grande conselho deliberativo, mas que com a LDB não foi possível, o conselho universitário passou a ter um membro de cada Estado participando do conselho. E que tivéssemos uma grande conferência, que é a COEPE. Então são esses os cinco grandes, grandes movimentos, que na conquista da UFFS - Campus Laranjeiras do Sul, que eu digo Campus Laranjeiras do Sul de uma forma emblemática porque esses cinco princípios foram assumidos integralmente no Campus Laranjeiras do Sul. Eu antes sempre falava assim: formação de professores em quase todos ou com prioridade em quase todos. Ciências Agrárias como quase todo, Laranjeiras do Sul teve integralmente esses cinco princípios. Então aquilo que eu defendia como membro da região Macro Missioneira, era o que lá em Laranjeiras do Sul foi concretizado na sua plenitude. Por isso eu sempre digo, e não só em Laranjeiras do Sul, Laranjeiras do Sul é o campus que simbolicamente, desde o seu início, traduz a universidade pública e popular, UFFS, na sua integralidade. E poderia dizer com isso que não só está situada no Norte da instituição, mas dá o norte ideológico da formação dessa universidade. É lá que nós temos que recuperar a história da luta para entendermos o que era a UFFS na sua origem. E eu, como participante de um movimento de outra região, faço esse reconhecimento vindo do extremo-sul. O campus Cerro Largo e o Campus Laranjeiras do Sul sempre tiveram essa identidade, nos dois extremos, e nós temos vários momentos da universidade que nós poderíamos fazer esse registro. Foi o primeiro campus a discutir a questão do conselho comunitário, foi Cerro Largo, e Laranjeiras do Sul, foi o primeiro a implantar. Interessante isso! Nós tivemos em Cerro Largo a primeira discussão sobre onde teríamos um mestrado em Agroecologia, mas ele foi parar em Laranjeiras do Sul. Nós discutimos o primeiro seminário de interação entre a universidade e comunidade em Cerro Largo, esse seminário continua sendo realizado a cada ano, mas quem conseguiu fazer a interação universidade-comunidade da melhor forma foi Laranjeiras do Sul. Então eu fico um tanto feliz de poder ver que a maior parte das pautas que eu defendia na região da onde eu vinha, hoje estão concretizadas em Laranjeiras.



E, e de tão feliz com isso, eu sou professor do campus de Laranjeiras. É onde eu decidi dar aula no mestrado, que eu ajudei a construir.

Pesquisador: Como o professor vê a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento do território? A universidade tem atendido a essa expectativa?

Entrevistado 4: Se comparar com as outras, sim! Nós temos atendido todas as demandas de uma forma, assim, inovadora. Não há nenhuma universidade que tenha colocado um enfoque na Agroecologia como essa. A formação de professores, energias renováveis, todos esses grandes temas. Do ponto de vista do que nós poderíamos ter feito, a gente sempre fica naquela análise um tanto pessimista. A gente poderia ter feito muito mais, mas por que não fez? Primeiro porque os nossos pesquisadores, eles, na sua grande maioria, eram todos jovens. Então todos estão ainda se formando, inclusive a nossa política de afastamento. Estamos formando ainda nossos doutores. Vários deles tiveram sua primeira experiência acadêmica aqui e também estiveram formulando essas primeiras pesquisas aqui. Segundo, nós também tivemos dificuldade do ponto de vista estrutural, os nossos laboratórios demoraram para estarem prontos, mas também nós queríamos construir os melhores laboratórios, levando em consideração tanto as necessidades da região, dos nossos cursos, mas também o que os professores nos diziam que eram equipamentos necessários e isso demorou um pouco. As áreas experimentais, por exemplo, ainda estão em fase de implantação. Na extensão, nós também tivemos uma dificuldade que foi entendermos plenamente o que essa região precisa do ponto de vista da extensão. Havia uma confusão muito forte em relação ao papel que as universidades comunitárias já vêm fazendo, que nunca tiveram recursos públicos para isso, nós fazíamos de uma forma razoavelmente militante. Nós queríamos fazer isso não só pela militância dos professores, mas de forma institucional. Quando fomos fazer isso de forma institucional, havia uma contradição entre o que é extensão e o que é prestação de serviços. O que que a universidade faz e leva. Até hoje alguns ainda entendem assim. A universidade leva o conhecimento. Não, nós nunca pensamos em reproduzir aquilo que inclusive o Paulo Freire critica naquele livro, "Extensão ou Comunicação?", nós não queríamos fazer transferência tecnológica, não era essa a missão da universidade. A universidade queria muito mais fazer de cada camponês um pesquisador. Então veja só, para fazer de cada camponês um pesquisador, a sua propriedade lá, ou o assentamento, seria o espaço de prática e não a nossa área experimental. Mas tivemos que superar esse mito também da escola-fazenda, daqueles espaços artificiais que se constrói nas instituições de pesquisa, onde depois se reproduz na região. Então, construir uma política de extensão e cultura que fosse ao mesmo tempo pesquisa, que extensão e pesquisa fossem entendidas de forma indissociável e também no ensino, mas o ensino ainda precisava ser primeiro instituído, os cursos tinham que ser constituídos, reconhecidos, os regulamentos todos precisavam estar prontos. Veja que agora nós estamos com os regulamentos praticamente todos prontos, falta ainda regulamentar como é que os técnicos podem participar de atividades de pesquisa e extensão, que o CONSUNI já colocou em estatuto, inclusive, mas nós não regulamentamos ainda na especificidade. Então temos muito a avançar inclusive naquilo que é a expectativa da região com relação à universidade ser excelência acadêmica. Mas o que que é excelência acadêmica pra UFFS? Isso nós também não temos muito claro! Não é simplesmente nós termos as pesquisas mais reconhecidas pelo CNPq, ou pelas revistas Qualis A desse mundo. Mas é fazer com que as nossas pesquisas elas tenham implicação com a realidade e essa realidade possa ser para nós um referencial de qualidade. Cito, por exemplo lá, uma experiência lá, citada antes, o camarão de água doce ou então o leite agroecológico. Nós temos lá uma estrutura de produção de leite agroecológico no assentamento. Esse é para nós um indicador de qualidade, o que a universidade conseguiu produzir com a região e não simplesmente naquela lógica carreirista do artigo publicado onde um professor teve uma ideia brilhante, que depois a região

nem conhece, mas que passa a ser premiada e passa a ser pontuada e o professor ganha uma bolsa de produtividade do CNPq. Então nós também queríamos superar essa lógica produtivista e elitista que infelizmente os ministérios, tanto de Ciência e Tecnologia como também o de Educação no recorrer nas décadas do Brasil vinham fomentando. Queríamos ser uma experiência inovadora também nisso.

Pesquisador: Muito bem, lhe agradeço.

Entrevistado 4: Falei muito.

Pesquisador: Tem alguma consideração, algum apontamento, alguma observação ainda a registrar sobre essa questão?

Entrevistado 4: É, eu tenho, assim, uma frase que eu sempre utilizo quando eu faço referência à minha história desde a comissão de implantação até hoje na gestão, assim: eu sou um jovem que teve muita sorte para estudar, porque pela lógica que estava colocada na minha época, eu não teria acesso, tanto que os que estudaram comigo no ensino médio, nenhum foi para a educação superior. E eu tive a experiência de poder ir pra Alemanha, com bolsa, depois ir pra Áustria, trabalhando como professor e me pergunto sempre qual que é a minha dívida com a sociedade. Eu poderia muito bem estar na Áustria, na Alemanha, produzindo pesquisa e contribuindo na formação de jovens pesquisadores como fazia até 2009. Mas quando o Melchior Mallmann me convencia a voltar para o Brasil e construir junto com tantas pessoas uma nova universidade, havia essa utopia de fazer com que os jovens do Brasil que nunca puderam estar numa universidade, e eu sabia que esses iam se dedicar muito mais por não terem essa oportunidade antes, do que aqueles que historicamente tiveram oportunidades, que fazem vestibulares e ocupam vagas e não produzem lá tanta pesquisa. Que como jovem dessa região pudesse contribuir para que os jovens dessa região pudessem ter acesso à educação superior e fazerem da educação um espaço não só de melhoria da sua qualidade de vida, mas um espaço de melhoria da qualidade de vida das pessoas dessa região. É isso que o Bertolt Brecht dizia que era a função da ciência. Se não for para isso, a ciência não tem sentido. Se não for para melhorar a qualidade de vida das pessoas dessa região. E eu avalio que nesses seis anos, a universidade contribuiu muito para isso. Seja através dos estudantes que nós nas formaturas sempre vimos que é nas famílias que lá chegam, que sem a UFFS não teriam essa oportunidade. Seja através dos muitos projetos que hoje nós podemos dizer Brasil afora que nós assumimos. Territórios rurais, territórios da cidadania, jovens rurais, formação de mulheres agricultoras, agora formação de dirigentes de cooperativas, PIBID, PET, formação continuada. É tanta coisa que a universidade vem fazendo, que tem feito com que essa região possa ter mais experiência, mais expectativa no seu futuro.

Orador A: Ok, muito obrigado, professor.

Fim da gravação.

## ENTREVISTADO 5

Pesquisador: Qual é a relevância de uma universidade para o desenvolvimento da região onde ela se situa?

Entrevistado 5: Então, professor, porque em primeiro lugar, assim, a concepção de desenvolvimento. Porque que tem pessoas que têm entendimentos muitos diferentes de desenvolvimento. Ainda nós temos aquela antiga visão de desenvolvimento que é trazer uma indústria de fora para explorar recursos naturais, porque vai gerar emprego, vai gerar renda e tal e que essa empresa, muitas vezes, vai fazer doações para formatura, para uma coisa ou outra. Ainda tinha essa visão muito conservadora de dirigentes políticos e tal. A vinda da universidade, que foi uma grande luta nossa, é para discutir as questões, me parece assim que tem dado uma contribuição muito grande, discutir essa concepção de desenvolvimento a partir de questões mais estruturantes, discutir o desenvolvimento numa região empobrecida requer rever as questões mais de estrutura para o desenvolvimento, o porquê desse empobrecimento. Então, a inserção na universidade ela vem qualificar esse debate do que é a nossa visão enquanto região para o desenvolvimento dessa região que não é uma região pobre, é uma região que foi empobrecida.

Pesquisador: Qual a importância do território cantuquiriguaçu abrigar um campus da universidade federal da fronteira sul?

Entrevistado 5: Então, porque, até por causa dessa visão do desenvolvimento nós temos, digamos assim, que os mais conservadores trabalham com um capital social, nós trabalhamos mais a lógica de um tecido social, das pessoas que se envolvem, que participam e que conseguem ter uma, digamos assim, uma visibilidade maior do que se está discutindo, do que você pode aprofundar e tal, quais as questões relevantes realmente. Porque muitas vezes ali no território, se ficava discutindo questões assim muito paliativas, muito irrelevantes para o desenvolvimento, sendo que as questões mais profundas a gente acabava não discutindo. Então a importância, é, primeiro assim, ela gerou uma grande expectativa na sociedade e tal, inclusive para o próprio aquecimento, não sei é bom ou ruim, mas o aquecimento até do mercado imobiliário e tal, que teve muita especulação em torno disso. Mas enfim, você trouxe muitos pesquisadores, muitos professores, estudantes, que deu uma, digamos, uma oxigenada nessa região que estava meio adormecida, ou seja, uma região muito conservadora, onde você teve sempre dirigentes políticos na lógica do arcaico lá, bem conservador e que daí dá uma oxigenada, fortalecendo assim aquelas bandeiras que sempre os movimentos sociais, muitas vezes com muitas dificuldades, mas tentavam estar levantando, mas que eram sempre barradas e então você vem dar uma cientificizada mais, dá uma oxigenada, digamos assim, nesse debate do desenvolvimento regional. Então, para mim, esse é a grande importância da presença da universidade aqui.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no território, até o momento?

Entrevistado 5: Então, consequências, bom, muita gente, como já falei, essa oxigenada, também, uma questão bem simbólica, por estar dentro de um território reformado da reforma agrária e isto é uma questão bem simbólica, assim, aí setores conservadores, que num primeiro momento acharam muito brilhosa a ideia, tinha até, você veja, numa disputa por local, aonde a universidade estava colocada, tinha assim uma, uma disputa de visão de que universidade se queria criar, ou ela estaria próxima ao, digamos, ao parque de eventos, que é a sede da sociedade

rural ou estaria dentro de um território de reforma agrária. Graças à luta e organização dos trabalhadores, a gente conseguiu que ela estivesse lá. Mas então, assim, ela deu uma aquecida na economia local e no debate sobre a estratégia do desenvolvimento local. A universidade então, para mim assim, ela vem enriquecer essa estratégia, se é que a gente tem claro uma estratégia de desenvolvimento, então ela vem enriquecer esse debate.

Pesquisador: Então, a UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do território cantuquiriguaçu, de que forma?

Entrevistado 5: Repita.

Pesquisador: A universidade, ela pode contribuir com o desenvolvimento do território? De que forma?

Entrevistado 5: É, pode. Fazendo pesquisa, evidenciando as principais contradições existentes no território que, você veja bem, como eu falei anteriormente, nós somos uma região empobrecida. Por quê? Porque nós temos recursos naturais aqui valiosos, como por exemplo a questão das águas. As águas hoje, ela é totalmente privatizada, o volume de recurso, de produção líquida de energia, que a energia gera de recursos financeiros, ela é gigantesco, é só apurar esses valores, é alguns milhões de reais toda semana que vão daqui para o exterior. Então, veja, todo esse recurso que é de patrimônio da humanidade brasileira, ela não está à disposição daquelas pessoas que vivem ao seu entorno. Toda essa questão do território, as áreas rurais, é muito normal, eu sempre digo "olha, um município clássico é a Reserva do Iguaçu", você tem que andar vinte quilômetros no entorno do município para depois você começar a encontrar um assentamento, começar a encontrar um pequeno agricultor, porque as principais áreas agricultáveis está concentradas nas mãos de alguns latifundiários. Então a universidade pode vim evidenciar esses conflitos sociais, essa concentração de renda, para que daí sim então a gente consiga ter um desenvolvimento não apenas fazendo... Não sou contra as ações de inclusão social que é feito, os programas de inclusão social. Mas muitos programas inclusive são paliativos! Cito um, por exemplo, que é muito importantíssimo: a questão da documentação do trabalhador rural. É importantíssimo. O da regularização fundiária, é importantíssimo, mas não resolve a situação do empobrecimento. A regularização fundiária, ao mesmo tempo em que é uma bandeira nossa, é uma preocupação, porque uma vez regularizado, o documento da terra fica mais fácil para o agricultor vender para o agronegócio, para o grande proprietário. Então a universidade, eu penso que venha qualificar essa discussão e evidenciar essas contradições aqui presentes no território.

Pesquisador: Qual é a diferença entre a UFFS e as outras instituições de ensino superior públicas e privadas que existem no território?

Entrevistado 5: Veja porque, como eu falei, inclusive na definição da sede, o local da sede da universidade, ela já vem com toda uma simbologia. A universidade federal é uma universidade que se propõe de ser uma universidade a serviço de um projeto da classe trabalhadora. Ela não se propõe a pesquisar como outras instituições. De montar, por exemplo, um centro de excelência em aviação agrícola, que é importante, de repente, mas para o agronegócio. Então, por exemplo, o foco dela é discutir a inclusão produtiva da classe trabalhadora, o empoderamento, o desenvolvimento, enfim, como fortalecer as organizações. Então, eu diria que a diferença dela está colocada nessa lógica, de que ela é comprometida com o projeto da classe trabalhadora, não com o projeto do capital apenas.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades, necessidades da região?

Entrevistado 5: Veja, e mais uma vez eu faço o recorte, quando você cria um curso de educação no campo, ele vem a fortalecer essa discussão de que tipo de educação nós queremos para os sujeitos do campo. Inclusive um curso que tem problemas legais de reconhecimentos por parte da estrutura oficial, de um Estado conservador e tal, tem um modelo para a educação. Mas a universidade federal aqui cria um curso de educação do campo, cria um curso de aquicultura, cria um curso de agronomia voltado para agroecologia, que hoje inclusive, dos profissionais que estão saindo desse curso têm despontado nos concursos públicos e tudo. Então a escolha dos cursos ela está preocupada com o desenvolvimento voltado para o agricultor familiar, para o assentado, né, para o trabalhador urbano, para discutir o modelo de educação e tal. É, o curso de economia ali por exemplo está discutindo o cooperativismo solidário, está fortalecendo o cooperativismo solidário. Então eu diria assim que isso gerou inclusive uma, não sei se é uma rejeição, um certo problema inclusive com os setores conservadores ligados ao agronegócio, ligado a setores empresariais urbanos também, que tinham expectativa de que a universidade vinha para cá para discutir um projeto convencional e a universidade veio para cá para discutir um projeto mais voltado para a classe trabalhadora. E os cursos são a materialização dessa perspectiva.

Pesquisador: Quais os principais desafios para que a Universidade Federal da Fronteira Sul cumpra com esses objetivos acerca do desenvolvimento regional?

Entrevistado 5: Olha, o primeiro desafio é, como eu falei, é a aceitação da sociedade. Porque a sociedade estava pensando que a Universidade Federal iria vir para cá justamente para ajudar as grandes empresas a gerar emprego e tal, veja que isso é uma contradição, o tal do gerar emprego, como se fosse o trabalhador que está... o empresário que estava fazendo favor para o trabalhador, é só a gente discutir a mais-valia que a gente vê que é o trabalhador que está enriquecendo o empresário. Mas o desafio primeiro então é, assim, é fazer com que a classe trabalhadora entenda que a universidade quer construir um projeto de fortalecimento da classe trabalhadora, então esse é o primeiro desafio, nós trabalhadores entender isso, para que a gente vá conseguindo fazer o debate com a sociedade. É, daí eu não vivo internamente toda a burocracia, mas com quem a gente conversa, de pessoas que lutaram por essa universidade, primeiro assim você tem profissionais que vêm para dentro da universidade que não necessariamente são comprometidos com esse projeto da classe trabalhadora, que são comprometidos com o projeto, por exemplo, do agronegócio exportador e que estão ali no curso de agroecologia, por exemplo. É bastante contraditório, você tem legislações que dificultam muito, você tem uma legislação que rege a educação e que favorece ao sistema numa lógica conservadora de pesquisar, que a educação esteja a serviço do capital apenas. Então quando você quer fazer algo inovador você tem uma grande dificuldade. Então, e como é um universidade nova também, toda a lógica de infraestrutura, de recursos e tal é muito, muito precária. Então, é “N” desafios! Mas eu diria, assim, que o principal é fazer com que, tanto o corpo docente, estudantes e sociedade civil, principalmente sociedade civil organizada, aquelas que são comprometidas com esse projeto original da universidade, consigam fortalecer essa luta porque é um processo de disputa como é em qualquer outro espaço. É um processo de disputa a serviço de quem esta universidade estará considerando que, é como eu falei, a legislação, é só a gente olhar um pouco a legislação brasileira, ela não é feita para favorecer a classe trabalhadora, é para favorecer a lógica do mercado, do capital, assim por diante.

Pesquisador: Como o segmento em que o senhor atua e está inserido contribuiu para a conquista da UFFS aqui Campus, no campus Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 5: Então, é... na época em que a gente estava discutindo a implantação da universidade, justamente nessa demanda, eu lembro que o Elemar, ele tinha um contato com o pessoal da universidade de São Paulo, e que queria criar uma espécie de um curso de especialização, de mestrado, aqui na região, para dar uma qualificada. Então se pensou umas parcerias e tal com as universidades de São Paulo e daí depois o pessoal começou a dizer "bom, porque vocês não lutam por uma universidade de vocês?" Então é, eu representava na época a Fundação Rureco, que a gente sempre militou no movimento sindical de trabalhador rural, tanto da FETRAF, depois mais tarde na FETAEP e aí no, que a partir da Fundação Rureco inclusive surge o cooperativismo solidário do sistema CRESOL, o cooperativismo de leite, então a gente militou nesses movimentos mais ligados a agricultura familiar. E a gente, junto com os demais movimentos ligados a via campestre, entendeu que se a gente tivesse uma universidade presente no território seria muito importante para o desenvolvimento do território, que a gente conseguiria superar um pouco essa visão de que o Estado estava querendo, tipo assim, trabalhar muitas políticas compensatórias. Porque é moda dizer que você trabalha nas regiões empobrecidas, nas regiões pobres, que você faz programas sociais, muito na lógica de empresas fazerem marketing social e que o governo estava entrando muito nessa lógica. E nós, enquanto movimentos sociais, percebia esse problema, e aí então quando o Elemar viu essa possibilidade, e já estava se discutindo então um movimento pró-universidade, da fronteira sul, aí então logo nós inserimos nesse movimento e começamos a organizar os movimentos e a Fundação Rureco, cooperativismo solidário do sistema CRESOL se inseriu logo nessa luta. Inclusive disponibilizando tempo da gente no território, que eu passei a coordenar o território, que o João se licenciou, então por seis meses a gente conduziu os trabalhos do território, que foi o grande, digamos assim, espaço que discutiu as ações para implementação da universidade. Depois a gente teve apoios de dirigentes políticos e tal, mas o espaço de condução partiu dos movimentos sociais que o território conseguiu, digamos, comprar essa ideia e o nosso segmento da agricultura familiar sem dúvida nenhuma, claro, não podemos dizer assim que foi o principal, porque a gente reconhece, a todo momento, que o principal ator foi os movimentos ligados à via campestre, os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, o MPA, movimento de mulheres, né, mas principalmente o movimento sem-terra aqui na região. E depois teve uma participação decisiva de dirigentes políticos como o prefeito de Porto Barreiro, que é o prefeito João Costa, e outros dirigentes. Mas o principal foi o prefeito João Costa, que lideraram esses movimentos e que nós, enquanto setor da agricultura familiar, se inserimos nesse movimento por entender essa importância de fortalecimento do projeto da classe trabalhadora.

Pesquisador: Como você vê a importância da pesquisa de extensão para o desenvolvimento aqui do território? A universidade tem atendido essa expectativa?

Entrevistado 5: Veja, professor, a universidade ainda é nova, mas a gente está feliz porque nós já temos alguns cursos de graduação formando pessoas, nós temos agora os mestrados, que já tem iniciado algumas pesquisas sobre cooperativismo solidário, sobre outros temas, sobre a economia regional e tal. Eu, para mim, assim, a pesquisa é algo que evidencia as contradições sociais e pode inclusive apontar possíveis soluções, porque a pesquisa não vai dar receitas, assim, mas ela pode evidenciar os conflitos e apontar caminhos para que a sociedade consiga se organizar. Então eu penso assim, que muita discussão tem, mas muitas discussões às vezes ficam meio no senso comum, e a pesquisa e a universidade vem conseguir sistematizar essas experiências que estão no senso popular e transformar numa linguagem mais acadêmica, mais formal, para que mais pessoas vão se empoderando desse debate, das contradições da região,

para que vá gerando assim, digamos, um entendimento maior, um tecido social para que consiga fortalecer a luta por um, não sei se a gente pode chamar de verdadeiro desenvolvimento, mas um desenvolvimento que reveja um pouco essas questões mais estruturantes da nossa região. Para que ela deixe de ser uma região empobrecida, o que com certeza é uma luta árdua, mas se a gente não tiver um horizonte, por exemplo, não tem como a gente ter um desenvolvimento se nós não rever a estrutura agrária, fundiária, se nós não rever questões trabalhistas, se nós não rever questão de privatizações que já foram feitas aqui na região. Como por exemplo citei das águas, se nós não rever questão de terras indígenas, terra dos quilombolas, fortalecimento... é rever o projeto tecnológico da agricultura familiar. Porque hoje a agricultura familiar está entrando como, digamos assim, uma espécie de uma barriga de aluguel apenas, do grande capital, ou seja, das empresas produtoras de insumos e defensivos, que vendem um pacote que o agricultor, ele não tem nada de capacidade de tomada de decisão, ele só implementa aquele pacote tecnológico, porque senão inclusive ele não consegue nem se amparar num crédito rural. Então, a universidade, através da pesquisa, por exemplo, o curso de, de Agroecologia, de agronomia (ininteligível 00:19:41) agroecologia, ela quer, se propõe a discutir um modelo alternativo a essa produção. Então, é, digamos assim, essa é a importância da pesquisa.

Pesquisador: Muito bem, gostaria que tu registrasse mais alguma consideração, algum apontamento a respeito desse debate entre universidade, desenvolvimento?

Entrevistado 5: Então professor, a gente sabe, assim, de todas as limitações que tem. A gente sabe que, às vezes, tem pessoas que gostariam de avançar mais, mas a gente sabe que as condições que a gente tem para fortalecimento da luta são essas. De um Estado conservador, de uma sociedade conservadora, da própria classe trabalhadora, ainda que sempre foi educada por um grande consenso de concordar que as coisas sempre foram assim historicamente. Mas a gente tem que ter um horizonte lá na frente, de repente os nossos movimentos sociais também têm limitações, mas temos que entender que o plano ideal é uma coisa, e o plano real é outra coisa. E nós que estamos aqui no plano real, nós temos que ter o horizonte. Bom, como eu falei, o desafio do desenvolvimento da região é rever algumas coisas estruturantes, mas nós vamos conseguir resolver isso amanhã? Bom, se fosse tão fácil já tinha sido feito. Mas a gente tendo esse horizonte ideal, de como a gente vai se fortalecer, criando essa consciência de classe, da classe trabalhadora para ir fortalecendo para esse plano ideal, digamos assim, a gente nunca pode perder esse horizonte, mas também não dá para ignorar tudo e dizer que nós não estamos fazendo nada para chegar nessa transformação social, digamos. E o debate do desenvolvimento, a universidade ela tá aqui, eu penso que para contribuir com esse plano mais de fortalecimento do projeto da classe trabalhadora.

Entrevistador: Ok. Muito obrigado.

Fim da gravação

...

## ENTREVISTADO 6

Pesquisador: Qual é a relevância de uma universidade para o desenvolvimento da região em que ela se situa?

Entrevistado 6: Olha, para a nossa região, é, eu acho assim que é de extrema importância, foi uma batalha muito grande na época, através das lideranças, dos movimentos sociais para que se instalasse essa universidade, esse campus aqui em Laranjeiras do Sul. Então porque nós estamos numa das regiões mais pobres do Estado do Paraná e, assim, havia uma expectativa muito grande da população em termos de desenvolvimento, como de fato veio com a universidade, já mostrou, não é?! E, então, foi assim, uma alegria, eu posso dizer com extrema segurança, foi uma alegria muito grande de toda a comunidade, de toda a população e de toda a região para a instalação da universidade, o campus aqui em Laranjeiras do Sul.

Pesquisador: Qual a importância do Território Cantuquiriguaçu abrigar um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 6: Então a pergunta está ligada com a outra e é importância se dá na medida em que a Cantuquiriguaçu é uma das regiões mais pobres do Estado do Paraná. Então, por conta disso, evidentemente que se instala um hospital regional eles vão procurar Guarapuava, vão procurar Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão, enfim, centros maiores. E além do que nós não tínhamos, não temos, assim, uma liderança política a nível estadual, a nível federal que seja aqui da região e que possa brigar, lutar pelas conquistas da nossa região. Os deputados que pegam voto aqui em Laranjeiras do Sul, todos eles, absolutamente, são deputados de fora e evidentemente que isso quer queira, quer não queira, acaba puxando a brasa para a sua sardinha, quer dizer, entre instalar alguma coisa aqui em Laranjeiras do Sul e instalar em Guarapuava, evidentemente que os votos são em número maior em Guarapuava e vão instalar lá do que aqui.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no Território Cantuquiriguaçu até esse momento?

Entrevistado 6: Bem, houve uma mudança muito grande até a nível de cidade, com investimento de construções, na expectativa de alocar não só estudantes, como técnicos, como professores, então teve gente que acabou ganhando bastante dinheiro com construção de apartamentos, de venda de terrenos, condomínios, que até então praticamente nem tinha em Laranjeiras do Sul, um condomínio fechado, se tinha, tinha um condomínio iniciando. E além do que o próprio comércio acabou sendo fomentado, os profissionais liberais, a questão da área de saúde, da advocacia, da engenharia, enfim profissionais liberais de uma maneira geral, os postos de combustíveis vendem mais, o comércio vende mais, e assim é uma roda viva que segue em frente. Então, foi muito importante para nós, para a cidade de Laranjeiras do Sul, a instalação desse campus.

Pesquisador: A UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do território da Cantuquiriguaçu? De que forma?

Entrevistado 6: Olha, não é bem a minha área, mas eu imagino que pode contribuir, envolvendo mais, de repente, a comunidade dentro da universidade. Eu fiquei sabendo a pouco tempo que foi inaugurado agora o Restaurante Universitário, que inclusive é aberto à população que tem vontade de ir uma hora dessa, conhecer, o pessoal tem falado muito bem do nível, da qualidade da alimentação que é servida lá. E eu acho assim que a universidade poderia, a nível de território



da Cantuquiriguaçu, de repente fazer mais cursos, não digo curso universitário, mas de repente mais palestras, abrir mais para a comunidade a própria universidade, sabe, para toda a região da Cantuquiriguaçu.

Pesquisador: Qual a diferença entre a UFFS e as outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam aqui no território?

Entrevistado 6: Ah, é uma diferença substancial, porque a Universidade Federal da Fronteira Sul tem sido referência, até pelo que a gente acompanha por redes sociais, a pontuação, o nível de qualidade dela está acima acho que até das próprias expectativas, ao passo que nós temos aí um campus da UNICENTRO de Guarapuava, que está, na minha concepção, capengando e um pequena faculdade particular que também, tem tentado fazer a parte dela mas, não se compara com uma universidade federal.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e necessidades da região?

Entrevistado 6: Bem, aí é uma coisa que eu não conheço assim a fundo. Eu imagino que deva ter feito um estudo aprimorado com relação a isso, sabe?! Mas eu não posso te dizer com certeza absoluta (ininteligível 00:05:44). Então eu imagino, não é uma coisa que eu conheço profundamente, aliás conheço até superficialmente isso aí. Mas eu imagino que deva ter sido feito os estudos, com relação aos cursos, da região de Laranjeiras do Sul, sabe?! É, mas não sei a fundo quais os critérios que foram utilizados.

Pesquisador: quais os principais desafios para que a Universidade Federal cumpra com seus objetivos acerca do desenvolvimento?

Entrevistado 6: Bem, eu acho assim que teria que ter mais cursos. É pelo potencial que tem a Universidade Federal da Fronteira Sul, deveriam vir mais cursos, mas a gente entende a situação econômica porque passa o país e eu imagino que não é a hora de reivindicar isso aí, a gente tem visto a nível federal se cortando verbas em todos os setores de um modo geral. Então é uma questão de paciência, que volte uma questão econômica no país que possibilite a briga por mais cursos aqui na nossa universidade.

Pesquisador: como o segmento em que o doutor atua, está inserido, contribuiu para a conquista da universidade?

Entrevistado 6: Então, aí tem uma história interessante porque parte desse terreno onde que está instalado o campus da Universidade Federal da Fronteira Sul pertencia a mim. Eu tinha recebido uma herança pela morte do meu pai e aí, era um terreno que eu, que eu tenho muito carinho por ele, porque era um terreno que meu pai frequentava muito lá, eu também morei nesse imóvel e a gente tem uma ligação muito grande com ele. E quando houve o estudo da onde que deveria ser instalada a Universidade da Fronteira Sul, o então prefeito de Laranjeiras do Sul, e prefeitos da região, eu te cito aí o João Costa do Porto Barreiro, o prefeito de Rio Bonito do Iguazu, de Nova Laranjeiras e de Laranjeiras do Sul, que era o Berto Silva, acabaram fazendo uma reunião, perguntando se eu concordava com uma desapropriação amigável de parte do meu imóvel para ser ocupado pela instalação da universidade. Então é um terreno, assim, que eu não tinha vontade de vender porque, até por causa dessa ligação, preço, não havia, se fosse para me oferecer hoje digamos, o preço que eu vendi na época, cinquenta mil o alqueire, eu não venderia para outra pessoa. Mas entendi que devia, devia aceitar essa desapropriação amigável, pelo

preço de comércio, exatamente para dar também uma colaboração (ininteligível 00:08:42). E não me arrependo de maneira alguma disso. Posteriormente fizemos uma reunião, junto com o Paulo Mayer, junto com o Reitor, lá em Chapecó, para possibilitar o acesso, esse novo trevo que estão, esse trevo que, que está sendo feito, parado agora, mas que está enfim sendo, foi projetado, que deve ser concluído. Aí o Reitor pediu inclusive que eu fizesse uma doação de uma parte do terreno para dar esse acesso. E eu fiz essa doação, também assim, sem contrapartida financeira nenhuma, entendendo que era prioridade, que a universidade necessita daquele terreno, sabe?! Então eu me sinto assim orgulhoso de ter, pelo menos, modestamente colaborado. Recebi evidentemente pelo que valia o terreno, passou por uma comissão de avaliação, etc. e tal. Mas me sinto de qualquer forma, assim, satisfeito, muito satisfeito, de ter podido participar (ininteligível 00:09:46).

Pesquisador: Como o, o senhor vê a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento do Território? A universidade já tem atendido essa expectativa?

Entrevistado 6: Também é um assunto que eu não domino. Eu não posso te dizer com segurança. Mas eu acho que a universidade tem atendido as expectativas, levando em consideração até, a gente fazendo esse parâmetro aí, com a situação econômica do país. Eu acho que a universidade em termos de construção está com uma bela instalação. É, atendendo todos os objetivos, é um cartão postal de Laranjeiras do Sul a Universidade Federal da Fronteira Sul.

Pesquisador: por fim, é, eu gostaria que o senhor destacasse, tivesse alguma observação, algum apontamento a mais para (ininteligível 00:10:32) diante, diante (ininteligível 00:10:34)...

Entrevistado 6: Olha, eu acho assim, que Laranjeiras do Sul mudou com a universidade, não só Laranjeiras, mas como toda a região. Hoje você vê ônibus transitando, trazendo estudantes, você vê pessoas que não tinham condições alguma de estudar que estão matriculadas na universidade. Eu conheço vários estudantes que frequentam a Universidade Federal da Fronteira Sul e eu acho assim que foi uma bela conquista para toda a nossa região!

Pesquisador: ok, te agradeço muito.

Entrevistado 6: imagina..

Pesquisador: muito obrigado.

.....

Fim de gravação

## ENTREVISTADO 7

Pesquisador: Qual a relevância de uma universidade para o desenvolvimento da região em que ela se situa?

Entrevistado 7: É, na verdade a gente tem que considerar a questão do desenvolvimento cultural, do desenvolvimento tecnológico e dos fins que a universidade se propõe a trabalhar. Porque você, a gente entende que o papel da universidade é um papel de trazer o conhecimento científico, de contribuir de dentro da sua área de atuação para o desenvolvimento na comunidade. E neste sentido a universidade tem o papel, é, fundamental porque ela é uma instituição que não está vinculada diretamente a questão de mercados, enfim, a questão da economia especificamente. Mas ela trabalha com outros pilares do conhecimento, que contribui de uma forma muito grande para que o desenvolvimento ocorra de uma forma integrada entre, por exemplo, a questão do meio ambiente, a questão social e etc. Então, neste sentido, a universidade, ela tem muito a contribuir com o desenvolvimento de uma região.

Pesquisador: E qual a importância do território Cantuquiriguaçu abrigar o Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 7: Na verdade, a região que agrega o território da Cantuquiriguaçu é uma região muito, ela é considerada como um dos IDH mais baixos do Estado do Paraná. Historicamente nós temos aí várias causas que contribuíram para que a região não tivesse um desenvolvimento, como ocorreu com outras regiões no Estado do Paraná. Que, se for o caso, a gente pode discorrer alguma coisa sobre isso também. Por exemplo, nós tivemos aqui, no território que congrega essa região, dentro da microrregião centro sul do Estado do Paraná, que compõe o território da Cantuquiriguaçu, nós tivemos uma ocupação das terras, por, desde do século XIX onde foram constituídos por grandes proprietários, as grandes sesmarias distribuídas na época em que se incentivava a comutação da pena de degredo para ocupar as regiões. E, tendo em vista que havia até uma necessidade de certa forma do governo imperial em garantir a ocupação efetiva da região para garantir o território para a Coroa, no caso para o Estado Nação, que era o Brasil, que estava se formando na época (ininteligível 00:03:42) território. E nesse sentido então se incentivava essa comutação de pena, de prisão por degredo e havia essas ocupações. E essas ocupações acabaram transformando aqui em grandes latifúndios, e esses grandes latifúndios acabaram de certa forma tendo conflitos aí, com os pequenos posseiros que ocupavam essa região e acabaram praticamente dominando toda região. Inclusive, com questões de grilagem de terras que aconteciam na época. E tudo isso contribuiu para criar uma estrutura fundiária das mais arcaicas possíveis. E essa estrutura fundiária, ela de certa forma, ela foi um dos problemas mais sérios que nós tivemos aqui, e que acabou atrapalhando a questão do desenvolvimento da região. Nós temos outras áreas, outras regiões do Estado do Paraná. Vamos pegar, por exemplo aí, o norte do Paraná, o Norte Pioneiro, o oeste do Estado do Paraná, o centro, onde houve uma distribuição, houve projetos de colonização, de ocupação, onde as famílias, elas recebiam lotes menores de terra, e ocupavam efetivamente e se dedicavam ao trabalho na agricultura e na pecuária. E, efetivamente essas regiões tiveram a formação de pequenos povoados urbanos, enfim, e aí receberam, por conta disso, mais incentivos e infraestrutura por parte dos governos e etc., e acabou criando de certa forma o desenvolvimento dessas regiões. E a nossa região por conta dessa questão nós não tivemos assim a formação de grandes, de núcleos urbanos e, por conta disso, nós tivemos assim grandes distâncias entre um município e outro, entre a sede de um município e outro. Por exemplo, a sede de Laranjeiras de Guarapuava dá cem quilômetros, a sede de Laranjeiras de Cascavel dá cento e poucos quilômetros, então, de Pato Branco mais cem. Então nós estávamos aqui com um município, município dos maiores do Estado na época,

ele foi formado com 7.600 km<sup>2</sup> de extensão, então são grandes municípios, grandes extensões, grandes latifúndios, e por conta disso, não houve assim, de certa forma, uma pressão da população para que se transformasse isso em desenvolvimento. E a partir disso nós tivemos aí uma região com baixa infraestrutura pública, enfim, serviços públicos de má qualidade. Enfim, isso criou uma das regiões mais pobres do Estado do Paraná, aqui. O próprio IPARDES ele tem os levantamentos socioeconômicos, a região da Cantuquiriguaçu, como uma região de mais baixo IDH do Estado do Paraná. E, nesse sentido, a universidade, ela vem contribuir de uma forma efetiva, porque ela vem trazer o conhecimento necessário e as tecnologias necessárias para o desenvolvimento da região de acordo com os programas, os projetos e as políticas do Estado.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no território Cantuquiriguaçu até esse momento?

Entrevistado 7: Bom, nós tivemos aqui a criação de alguns cursos que foram dedicados, destinados especificamente a atendimento das pessoas de baixo poder aquisitivo, principalmente os assentados em projetos de reforma agrária. Nós tivemos aqui também, a presença, a inclusão de uma quantidade muito grande de alunos que não teriam condições de frequentar os bancos de uma universidade se não fosse a presença da universidade aqui. E nós tivemos também outro fator muito importante que contribuiu para o desenvolvimento urbano da própria cidade de Laranjeiras do Sul e consolidar ela como um centro microrregional, na rede urbana da região, em função da valorização que começou a promover junto ao setor imobiliário. Enfim, os créditos que a universidade trouxe junto à população, que percebeu que a universidade era uma grande perspectiva para o desenvolvimento e começaram a investir no setor imobiliário, como as construções, e etc. Então a gente hoje observa, na cidade de Laranjeiras do Sul, um progresso que está ocorrendo, bem acentuado, em função da presença da universidade.

Pesquisador: A UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do território de Cantuquiriguaçu? E de que forma?

Entrevistado 7: É, como eu falei anteriormente, eu entendo que a universidade dentro do papel dela, principalmente na Cantuquiriguaçu, com os projetos para a redução das desigualdades regionais. Eu acredito que se a universidade tem um papel muito importante para desempenhar na região, ela tem que buscar, efetivamente, condições para atender essa população mais carente, mais pobre, que é a que mais necessita da presença da universidade para emancipar as pessoas, para trazer cultura, para trazer tecnologia, enfim, trazer as condições que essas pessoas precisam para que elas encontrem um processo de emancipação. E aí, automaticamente, as desigualdades regionais vão acabar, de certa forma, sendo reduzidas, porque a universidade está cumprindo com o seu verdadeiro papel. Eu vejo esse o principal sentido, dentro do território da Cantuquiriguaçu um papel fundamental da universidade, diagnosticar os problemas existentes, principalmente a nível social, vamos falar também da questão econômica, da questão ambiental. Mas eu vejo assim mais seriamente a questão social, trabalhar dentro dessa questão, fazer esse tipo de diagnóstico e criar projetos e programas que efetivamente venha contribuir para redução dessas desigualdades, emancipar a população da região.

Pesquisador: Qual a diferença entre a UFFS e as outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam no território Cantuquiriguaçu?

Entrevistado 7: Olha, eu vejo a UFFS como o pilar central de todo o projeto de desenvolvimento porque ela vem atender especificamente as políticas de Estado, do Estado-Nação. As políticas implementadas pelo ministério da educação, pelo governo federal, então nesse sentido eu vejo a universidade da Fronteira Sul como a principal instituição para trazer esse tipo de desenvolvimento para a região. Enquanto a gente sabe que as universidades, aliás as instituições particulares, elas são muito mais voltadas para a questão de mercado, aquela história toda. E o próprio Estado do Paraná, as universidades do Estado do Paraná, elas também não tem assim, por conta das próprias políticas públicas do Estado do Paraná, não tem um projeto de desenvolvimento, de integração como a universidade federal tem, em função das políticas públicas criadas desde a sua concepção. Porque a Universidade Federal quando ela foi concebida dentro das políticas territoriais, da questão territorial que foi criada na década, na primeira década, de sessenta aqui, quando ela foi concebida ela foi concebida já com esse objetivo de ser implementadas nas regiões do país onde apresentassem (ininteligível 00:13:00) maiores bolsões de miséria, aquela história toda. Então, nesse sentido, eu acho assim que ela tem um papel fundamental como a instituição que vai conduzir todo esse trabalho, principalmente as políticas públicas nacionais aí voltadas para a questão do desenvolvimento da região.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e necessidades da região?

Entrevistado 7: É, pelo conhecimento que a gente tem aqui do trabalho feito pela universidade, levou em consideração, principalmente em relação a essa questão do desenvolvimento, da emancipação da classe mais pobre da sociedade. Os cursos foram pensados nesse sentido, teve várias conferências e etc. aqui na região. E para ser definidos esses cursos, e esses cursos, eles estão atendendo o objetivo do que eles foram, foram pensados na época. Porque nós tínhamos aqui um problema muito sério que era os filhos das classes um pouco mais, do poder aquisitivo um pouco maior, elas iam estudar fora, fazer os cursos em outras cidades, principalmente Curitiba e etc., outras cidades, centros, centros maiores, e por conta disso não voltavam mais depois de formados. E os filhos das classes pobres não podiam estudar, então nós tínhamos esse problema. E hoje com a universidade presença aqui, que no início de certa forma ela criou uma espécie de desconforto, porque a classe mais abastada da sociedade queria os cursos que eles, para seus filhos que iam estudar fora. Então nesse sentido, a universidade, ela veio atender justamente a população mais carente, veio trazer esses cursos voltados para a questão principalmente do pequeno agricultor, enfim e, nesse sentido, a universidade está correspondendo o papel que ela foi concebida para isso.

Pesquisador: Quais os principais desafios para que a UFFS cumpra com os seus objetivos acerca do desenvolvimento regional?

Entrevistado 7: Olha, eu vejo assim, principalmente a continuidade das políticas públicas a nível de ministério da educação, ministério da ciência e tecnologia, enfim, as instituições federais. Para que eles derem continuidade nesse projeto que iniciou lá no início da primeira década do século XX aí, para que esse projeto não sofra a sua (ininteligível 00:16:15), para que ele tenha continuidade e para que ele não seja interrompido por falta de recursos. Porque nós sabemos hoje que existe uma grande preocupação no Brasil com relação a contenção de despesas. E quando você pensa em termos de criar projetos e programas de desenvolvimento regional, nesse sentido aí você não pode pensar em economizar recursos porque você está aplicando justamente nas classes mais necessitadas, que são os recursos mais bem aplicados. Então eu vejo que a universidade, ela precisa se consolidar em primeiro lugar, com relação a questão de

continuidade das políticas públicas para que ela... (ininteligível 00:17:16) na área educacional que foi criada. E, e ainda, por consequência disso, melhorar a sua infraestrutura, enfim, é ampliar a oferta de novos cursos, é criar um, melhorar um pouco o seu quadro docente, enfim, é, ampliar, para ampliar o atendimento para toda região. Porque hoje, nós sabemos, tem uma parte da região que ainda tem dificuldade de estar sendo atendida, aqui na região, da própria Cantuquiriguaçu por conta das distâncias, que nós temos grandes distâncias aqui, talvez um trabalho nesse sentido de melhorar isso. São grandes desafios que a universidade tem pela frente, mas o importante é que ela vá, caminhe aos passos, mesmo que lentos, mas sem interrupção, para que ela possa é, talvez dentro das próximas décadas, atender de uma forma assim mais efetiva a população que ela se proponha a fazer.

Pesquisador: Como o segmento em que o professor está inserido contribuiu para a conquista do UFFS aqui em Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 7: Na verdade eu estou vinculado na área da educação, trabalho com escolas dentro da área da educação. E, dentro da questão da educação, existe, sempre existiu, essa preocupação de você estar pesquisando e divulgando os problemas regionais que a sociedade tinha. E, em consequência disso, a educação é um campo muito vasto de conhecimento. E como, em consequência desse segmento, a classe, os professores de uma forma geral, sempre todos os professores, enfim, toda a sociedade, não vamos especificar uma categoria, mas toda a sociedade preocupada com toda essa questão educacional. E contribuiu de certa forma, não é porque a gente percebia assim a necessidade de buscar a solução para os problemas que existia. E esta aspiração da sociedade (ininteligível 00:20:02) que o setor da educação muito contribuiu também para isso, foram de certa forma sensibilizaram as autoridades a nível federal, para que nos projetos de criação de um campus da universidade, ela fosse direcionada um campus aqui para a nossa região, aqui de Laranjeiras do Sul, e toda a região do Cantuquiriguaçu aqui. E, inclusive nós tivemos em determinados momentos, uma luta muito grande para manter essa política de fixação do campus aqui na região de Cantuquiriguaçu, por conta de determinadas lideranças políticas de outros municípios que se sentiam como se fossem se sentindo prejudicadas porque o campus estava sendo instalado na Cantuquiriguaçu. Porque as suas cidades eram mais representativas em termos de política, o caso, por exemplo, de Guarapuava, Cascavel, de Pato Branco. Então bateu uma, uma certa ciúmeira aí em determinadas lideranças políticas e realmente foi feito um trabalho muito grande aqui para que as autoridades educacionais, enfim, federais, mantivessem os projetos, que (ininteligível 00:21:32) e desconsiderassem toda aquela pressão política que acabou também, de certa forma, influenciando, mas manteve a fixação do campus aqui na nossa região.

Pesquisador: Como o professor vê a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu? E a universidade tem atendido essa expectativa?

Entrevistado 7: Eu vejo assim, o projeto, a universidade como um projeto ainda incipiente, iniciante, então nós temos aí, pouco tempo de instalação do campus. E, então a gente já começa a observar os primeiros resultados. Como eu falei anteriormente, a partir da questão de que as pessoas começam a acreditar um pouco mais na cidade, enfim, na região, os alunos que já estão frequentando. Mas a gente vê assim que esses projetos de pesquisa e extensão da universidade, eles estão numa fase muito inicial ainda. Eles têm muito o que desenvolver para frente, para que os resultados sejam de fato apresentados. E é como eu falei anteriormente, nós precisamos é de dar continuidade nesse projeto, que as políticas públicas não sofram interrupção, e porque

é assim, os resultados mais visíveis é que mudem os números nas estatísticas de uma região elas vão aparecer ao longo de gerações, não é uma coisa assim de um dia para o outro.

Pesquisador: Ok. Professor mais alguma consideração, alguma observação, algum apontamento sobre a conversa que a gente teve?

Entrevistado 7: Olha, eu acho assim que a nossa região, estou falando, eu coloco a cidade de Laranjeiras, o centro da Cantuquiriguaçu, porque historicamente ela é a cidade, a cidade central, ela é o centro, e geograficamente também, porque todos os municípios no entorno, mas vamos considerar de certa forma toda a Cantuquiriguaçu aqui. Nós tivemos assim várias, é, algumas oportunidades de desenvolvimento que foram, que nós perdemos ao longo da história. Eu cito três, três oportunidades. A primeira foi em questão do Território Federal do Iguazu na década de 1940, que tinha sido, foi criado por Vargas em 43 e extinto em 1946. Então, a nossa região, a sede da capital do território federal que é a cidade de Laranjeiras do Sul hoje, ela passou por uma experiência muito pequena de desenvolvimento. Então quando iniciou os primeiros projetos desenvolvimentistas para a região, o território acabou sendo extinto e a região continuou abandonada. Então, nós perdemos o primeiro cavalo encilhado. E aí na década de 1970, já no governo, dentro do regime militar, quando os projetos desenvolvimentistas lá, nós tivemos a construção da usina hidrelétrica de Salto Santiago, que nós tivemos aí trabalhadores que migraram para a região aqui, de muitas outras regiões do Estado e do país. E isso também trouxe de certa forma um “boom” desenvolvimentista para a região, voltado especificamente para a construção da usina, com empreiteiras, trabalhadores da construção civil, enfim, as pessoas que vieram. E, e isto é, quando ocorreu, quando terminou a construção da usina, no início da década de 80, essa massa de trabalhadores especializados que de certa forma contribuíram, eles acabaram indo embora para outras usinas porque o Brasil naquela época tinha projetos de construção de várias usinas hidrelétricas. E aquela mão de obra, desqualificada, que acabou ficando por aí e ajudando a formar esse cinturão de pobreza no entorno da cidade. Então, nós, e a cidade também não soube aproveitar também este momento para criar projetos de infraestrutura, para melhorar a qualidade de vida da população. E agora com o projeto da universidade nós temos aí um terceiro momento. Um momento intermediário que a gente pode considerar também em relação a questão da criação dos municípios da região da Cantuquiriguaçu. Nós tivemos aí na década de 1990 um momento em que foram criados, o Paraná foi fragmentado, aliás o Brasil, vários loca... mas o Paraná especificamente nesta região foi muito fragmentado, em vários municípios, vários pequenos municípios que foram criados na região. E esses pequenos municípios eles começaram a sobreviver por conta própria, com os recursos dos impostos, e da repartição das receitas tributárias e começaram a criar pequenas cidades. E isso acabou criando uma rede urbana interessante aqui também na região nos pequenos municípios, consolidando a sede, no caso Laranjeiras, como um centro microrregional, e criando perspectivas também para que esses órgãos, essas instituições, como a universidade também se estabelecesse aqui para atender toda essa região. E agora nós estamos tendo um novo cavalo encilhado que é a universidade. Ela vem com um projeto um pouco diferente porque ela já vem com um projeto de desenvolvimento exclusivamente para a questão desigual, de reduzir as desigualdades regionais, atendendo a população mais necessitada num projeto a longo prazo. Esperamos que esse cavalo encilhado a gente monte nele e não perca mais.

Orador A: Ok, professor, muito obrigado. Satisfação, obrigado.

Fim da gravação.

## ENTREVISTADO 8

Pesquisador: Qual a relevância de uma universidade para o desenvolvimento de uma região em que ela está inserida?

Entrevistado 8: Bom, é, quando a gente soube realmente que estava definido, o campus, um dos campus da universidade para nossa região, efetivamente para Laranjeiras do Sul, eu costumo dizer que essa é a maior indústria já instalada na nossa região, onde vem trazer o conhecimento. Porque a nossa região por muitos anos foi deixada de lado, politicamente falando, nós não tínhamos políticos atuantes. Então não se tinha um esforço em estar formando certas lideranças para a gente poder, é, estar alavancando projetos e falando da nossa deficiência, do nosso baixo IDH, onde, é, esse sonho da universidade vem justamente contemplar praticamente todos os lados que a gente possa imaginar, para o desenvolvimento socioeconômico, educacional e que a gente saia desse estado de letargia de que nós estávamos. Então a universidade, realmente, ela é um marco para que o nosso território, seja visto diferente, onde toda a capacidade que a universidade traz entre professores, alunos, desenvolvimento, a cidade se transformando, num mercado, tanto imobiliário, como industrial e comercial. Então, a relevância da universidade, ela não tem como a gente mensurar. Para mim ela é um marco do desenvolvimento da nossa região. Então eu considero realmente que a implantação dos campos da UFFS aqui é, foi, um divisor de águas. Nós podemos contar o território Cantuquiriguaçu como antes e depois da UFFS. Então no meu contexto, é falar mais coisas seria redundante. Eu acho que é isso aí, a somatória de tudo isso faz com que a gente comece a ser observado diferente lá fora. Onde você sai, você diz assim: “Ó, lá tem um campus da universidade federal. (ininteligível, 00:02:37) Mas como assim federal? Você não está sabendo?” Está... Então isso também é motivo de orgulho para a gente estar falando: “Ó, nós temos uma universidade federal.”

Pesquisador: Qual a importância do território da Cantuquiriguaçu abrigar um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 8: Bom, a partir do momento que o campus é instalado no território, e ele vem com uma proposta um pouco diferenciada na questão das disciplinas, dos cursos que estão sendo colocados, eu entendo que ele começa a formar um público que está sendo preparado, que futuramente a gente pode estar trazendo indústrias para cá e nós tenhamos lá pessoas das engenharias formado, pessoas da questão da educação, dos movimentos sociais e isso é definitivo para que indústrias de fora comecem a vislumbrar qual é o tipo de mão de obra que está sendo preparado, a qualidade dessa mão de obra. Porque a região, baseada no estudo que foi feito e nas disciplinas que foram elencadas para nós, eles entenderam a deficiência que nós tínhamos para que a gente pudesse, a partir daí, começar uma nova fase de motivação, de vir empresas, com um novo olhar para cá, onde dizia assim: “Vou instalar tal indústria lá em Laranjeiras ou Quedas ou Rio Bonito, porque eu sei que lá eu tenho mão de obra qualificada”. Porque não adianta de nada a gente trazer uma baita indústria para cá e de repente também importar mão de obra. Isso é, isso é um contrassenso. Mas, a partir do momento dessa universidade instalada aqui, a gente começa a trabalhar diferente. Você prepara primeiro o campo e a partir daí você começa a trazer ou as empresas começam a perceber que existe, uma preocupação na região, que tem mão de obra qualificada, que tem uma universidade e que isso vai dar condições dele se instalar e dele se desenvolver. Logicamente que não é só isso, porque nós estamos no médio centro oeste do Paraná, mas também nós temos o entroncamento de duas rodovias federais e temos a FERROESTE que passa ao largo, dentro do território. Então, lógico, tudo isso aliado a universidade, o olhar se torna diferente. Tanto no sentido da logística, na formação de mão de obra e o desenvolvimento como um todo, onde a preocupação da



universidade também é tirar aquele jovem que não tinha condições de estudar fora, ele hoje está tendo a possibilidade de se formar, ele está tendo a possibilidade de sonhar com uma vida melhor. Porque a universidade, ela vem com uma proposta de uma universidade popular. Onde ela vem resgatar uma dívida de séculos já, onde a gente está devendo muito para esses jovens, do interior principalmente. Isso também ajuda, no meu ponto de vista, que a evasão, o êxodo do jovem do campo começa a bloquear porque ele começa a se formar ou melhora a capacidade da propriedade da família, ou um grupo de jovens pode pensar em estar transformando algum bem produzido aqui, manufaturado, e isso tudo faz com o que o que é produzido aqui, acaba começando a ficar aqui e você venda para fora já com valor agregado maior.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no território Cantuquiriguaçu até esse momento?

Entrevistado 8: Bom, eu acredito assim, quando a universidade veio para cá, que vieram professores, mestres, doutores, muita gente de fora, com uma outra visão, outro olhar, eu acredito que naquele primeiro momento, aquele primeiro impacto, é a própria sociedade de Laranjeiras, o comércio e o setor de imóvel, imobiliário, eles não estavam preparados para receber isso e ao mesmo tempo eles levaram um choque, mas eu imagino que no princípio meio que negativo, porque eles começaram a supervalorizar as questões imobiliárias que tinham aqui, achando que aquilo era um *boom* e que eles iam conseguir. Mas pelo contrário, a importância é grande, a consequência veio, digamos assim, acendeu um mercado, onde esse mercado foi se estabilizando. Porque o pessoal queria só saber de ganhar dinheiro, mas chega num ponto que tem um equilíbrio. E acredito que nesse momento a gente está nesse equilíbrio. E também, motivou muito a construção, trazendo mão de obra na construção civil, melhor emprego na região, porque a demanda era grande, jovens vindo para cá, tinham que ter digamos, apartamentos, casas ou fazer as repúblicas para morarem. Então isso começou, foi uma consequência altamente positiva. De um lado o mercado teve que entender essa situação, ele teve que se adequar e trouxe, no primeiro momento e continua ainda até hoje, um pouco menor, esse desenvolvimento, mas trazendo uma possibilidade de investimento, de empresários que muitas vezes estavam investindo fora, viram com outro olhar e começaram a investir dentro do território fazendo quitinetes, mais restaurantes. Enfim, eu acredito que a consequência foi favorável e começou a fazer com que o nosso empresário pense um pouco diferente. Que ele pensava em só ganhar dinheiro, ganhar dinheiro, ele não evoluía também nos atendimentos, e ainda tem problemas, mas ele foi se adequando, está se adequando. Onde a gente tem que ter um comércio, um livre mercado, com pessoas capacitadas para atender a demanda, que somos nós clientes, o pessoal que veio de fora. E logicamente, traz junto cultura, um pensamento diferenciado, onde as próprias artes se mobilizaram, formaram-se grupos de teatro, formaram-se grupos de um tipo variado de atividades artísticas que nós não tínhamos. Nós tínhamos um potencial, mas ele estava adormecido. A universidade foi importante em trazer e mexer com esse povo. Onde hoje tem coral, tem orquestra, enfim! Chegou-se ao ponto de trazer, em determinado momento, o balé Bolshoi fazer uma oficina aqui, onde o território tem um jovem, que está em Joinville hoje, com potencial de ser um bailarino do Bolshoi.

Pesquisador: A UFFS pode contribuir para o desenvolvimento para o território Cantuquiriguaçu? De que forma?

Entrevistado 8: Bom, a universidade já está contribuindo, porque transformou o pensamento arcaico, empírico que nós tínhamos aqui de toda a comunidade, onde, lá no passado, que o pessoal sonhava muito e falava de “Território Federal do Iguazu”. Então houve isso lá na década de quarenta e aquilo acabou em dois anos e o pessoal meio que desiludiu daquilo e foi tocando

o barco, conforme ele vinha vindo. E as instituições, como a universidade, ela contribuiu no quê? Dentro da atividade das humanas, ele começou a capacitar melhor o professor da base. Que nosso ensino, com todo respeito, no Brasil, mas aqui também, mais ainda, mais acentuado, ele não tinha uma qualificação melhor para o jovem. Tanto que a universidade, no primeiro momento, teve que fazer uma reciclagem com os alunos para poder manter eles num nível médio possível de acompanhar toda evolução que estavam tendo, não é verdade?! Então eu acredito que ele mexeu na base de todo um sistema. Isso é fundamental para nós. E essa é a maior forma que ele teve de mexer com os educadores, com os educandos, mostrando as possibilidades que nós temos e mostrando as deficiências que junto com a universidade nós estamos buscando. Porque a universidade ela não está aqui impondo os cursos, ela está aqui, senta com a comunidade, com a sociedade e pensa junto: “Qual seria o próximo curso que nós precisamos trazer?” “Ah nós precisamos disso, disso e daquilo” “Mas tem que analisar coerentemente, para não trazer, assim, um curso que vai ficar aqui, formar uma turma e não vai ter mais, porque tem que ser a médio e longo prazo. Capacitando melhor isso aí e, logicamente, transformando o pensamento das pessoas, qualificando melhor. Basta ver que nós temos uma universidade, temos um campus avançado da UNICENTRO, que está aqui, e agora, depois de uma briga muito grande, começa a funcionar uma escola técnica, que vai estar corroborando no sentido da universidade também. E com certeza a universidade, junto com essa escola, vai ser um grande transformador das pessoas, preparando melhor tecnicamente porque os CEFET’s antigos, eles eram muito mais concorridos que uma universidade. O técnico por um grande período de tempo nós ficamos com esse vazio de técnicos. Então o engenheiro fazia o papel do técnico, ganhava menos e tal e nós sempre lutando. Então, o que acontece? A transformação do território, ele está se sedimentando cada vez mais, logicamente que puxado pela instalação de um campus de uma universidade, como é a UFFS. E atrás disso, melhorando o campus da UNICENTRO, temos uma faculdade particular que tem também algumas disciplinas importantes e logicamente agora, com essa escola técnica, eu acredito que fecha um ciclo. Onde também se consegue recurso lá fora e hoje nós temos dentro da universidade o Centro Vocacional Tecnológico. Então são coisas que vão se agregando. Então a universidade, com a comunidade do território, ela é uma coisa em transformação, ela nunca vai parar. Ela é como o ser humano, ele está sempre tentando evoluir, nunca vai parar. E a universidade tem esse papel importante de estar transformando sempre, agregando, melhorando e conduzindo o desenvolvimento de uma forma mais racional e profissional.

Pesquisador: Qual a diferença entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e as outras instituições de ensino superior públicas e privadas que atuam aqui no território?

Entrevistado 8: Bom, a diferença principal da universidade da Fronteira Sul, então da UFFS, é justamente a proposta de uma universidade popular, onde ela dá condições do filho do produtor, daquele pobre que mora na favela, sonhar que ele pode fazer um curso superior. Essa é a diferença principal. Por que? Nós temos duas instituições de nível superior aqui e é diferenciada, uma é particular, que é privada, não é todo mundo que tem acesso. Apesar dos mecanismos que hoje tem o governo para você acessar créditos. E temos também a universidade, a UNICENTRO, mas a UNICENTRO ela teve (ininteligível 00:14:31), ela cresceu, tinha vários cursos e agora ela estagnou em dois cursos, se não me engano. Quer dizer, tem que haver o entendimento sobre coisa e tal, das universidades, do papel dela dentro desse território. Então o papel fundamental da UFFS é justamente esse, de estar abrindo possibilidades, é fazendo a diferença acontecer e pessoas que não, nunca imaginariam que seriam formadas, se formarem. Estão se formando ou vão se formar ao longo desse período aí. Então é esse para mim é o grande diferencial da universidade.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e necessidades da região?

Entrevistado 8: Bom, essa é uma outra diferença da UFFS, por que o que aconteceu? Ela não veio aqui com a proposta pronta. Ela tinha uma ideia, ela já conhecia a região e ela veio com uma proposta trazendo para a comunidade junto estar colaborando no sentido da implantação dos cursos para que, é, solidificasse cada vez mais, essa questão da universidade e vendo qual era a diferença e qual era a deficiência que nós tínhamos. Traduzindo isso no equilíbrio para a natureza, no desenvolvimento sustentável, que é uma das propostas fundamentais, um dos pilares da universidade, não é verdade?! Então isso é importante. É, trazendo um novo olhar para o desenvolvimento e a forma que você pode estar trabalhando. É, essas propostas, preservando o meio ambiente, dando qualidade de vida para o agricultor, para o próprio morador urbano e, logicamente, essa questão da especificidade é justamente vendo a deficiência que o próprio território tinha, nessa questão. É, de mão de obra, é de um potencial que não para aqui agora, mas que estamos olhando para o futuro, que ele vá se alongando ao longo do tempo. Então essa visão é, para mim, é fundamental porque ela é uma questão única onde o jovem que está se formando e que já se formou, e hoje a gente vê em vários cursos muitas coisas interessantes acontecendo e o que me chamou muito a atenção é a questão da, da aquicultura, a questão que é um *insight*, mas foi, foi notícia nacional, que foi aquele ensaio da questão do camarão aqui. Que foi notícia é, a nível nacional. Uma questão dentro de Laranjeiras, onde ninguém imaginava isso. Então isso sempre é motivo da gente ter orgulho dela, estar implantada, e da diferença que ela está fazendo hoje.

Pesquisador: Quais os principais desafios para que a universidade cumpra com seus objetivos acerca do desenvolvimento regional?

Entrevistado 8: Bom, para uma região que ficou esquecida muitos anos, e não é que não esteja ainda, mas, a gente tem que ter uma formação política melhor, é fazer com que as pessoas se unam em torno de um objetivo comum para o território, não pensando só no seu município, mas pensando naquilo que pode girar em torno do município dele. Que eventualmente não vai para o município, mas ele vai acabar refletindo no desenvolvimento do município menor. E que na década de oitenta os prefeitos entenderam que tinha que começar a se organizar e montar uma associação e ficar independente da região de Guarapuava, onde as diferenças eram grandes. Então naquele período da década de oitenta é houvesse uma, é... romperam-se com Guarapuava e criaram a Associação dos Municípios onde todos tinham o mesmo problema, a mesma deficiência, o mesmo solo, e começaram a trabalhar essa especificidade para começar a pensar no desenvolvimento da região como um todo. E, logicamente, um dos grandes desafios era trazer mais educação, melhorar a questão de estrada, da logística, que nós já estávamos com uma BR importante aqui, mas naquele momento veio a 158, que também se transformou, fez um eixo. Mas a nossa formação eram poucos jovens, eram poucas pessoas que podiam estudar, que podiam ir para fora e a maioria fazia o ginásio, depois 2º grau e ficava aqui. No máximo tinha um curso de Contabilidade, um curso sobre agricultura no ensino médio, mas não passava disso. Então isso tudo, com essa união dos prefeitos, que foi importante na década de oitenta, transformando já isso e naquela época já pensando em como trazer uma instituição de ensino superior para a região. Já se pensava naquela época. Tudo isso então já gerou uma expectativa na época, que traduz agora, com a vinda da UFFS, para que ela cumpra esse objetivo. O que é? É, na realidade, ela veio preencher uma lacuna, e logicamente, esse, é, digamos assim, seja a filosofia da universidade, ampliar os cursos para que a gente possa realmente estar melhorando. Então, eu acredito sim, o desafio da universidade e ele está estudando especificidade da região, é justamente perceber a deficiência que nós temos, fazer com que a sociedade junto com ela,

traduza do futuro que ela vai ter aqui. Então eu acredito que esse é o grande desafio, é estar a sociedade junto com a universidade, o jovem já estar sabendo dessa questão. E outra, dentro dessa questão da universidade estar inserida aqui, hoje com um campus em Laranjeiras, nós temos assim uma comunhão de vários Estados brasileiros morando em Laranjeiras. Então, essa conjugação de, digamos, de dialetos, de etnias e etc., ele está transformando e ajudando, junto com a universidade. Que no primeiro momento, assim, a gente vê o encontro de culturas que desabrocha na questão cultural, da cultura em si. Então são várias vertentes vindo, trabalhando, sendo burilada, para que a gente possa, num futuro próximo, a universidade dar uma identidade, qual é a identidade do território?! E a partir de aí nascer essa identidade. Então o desafio da universidade é, compor essa base, traduzindo nos anseios que o povo, a comunidade do território tem, e logicamente, como é no campus, eu tenho certeza absoluta que em breve ela vai ter condições de estar, pondo uma extensão em outro município com especificidade diferenciada, aproximar mais o território disso, não ficando só centralizada aqui. Como essa união de prefeitos trouxe também na briga, que foi paralela, logo após a universidade, teve a briga paralela de trazer o instituto, que está hoje em Quedas do Iguaçu, o Instituto Federal. Então isso tudo o que é? É uma união de esforços que foi, que a universidade foi um facilitador para isso. Onde a gente quer que o território seja contemplado como um todo e o papel da universidade, que é o desafio maior dela, é isso. Por que? O maior desafio foi superado por quê? Os movimentos sociais, que começaram todo esse processo, conseguiram trazer à sociedade, vamos dizer assim, direita junto com esquerda, com centro-esquerda, trabalhando por um objetivo só. E isso acabou trazendo o fruto maior, que é a universidade. Então, aí já foi o grande desafio da união de esforços. Mas nós estamos ainda longe de ter e de o pessoal perceber, que tem que se aparar as arestas para que a gente possa avançar. Então esse é o desafio da universidade.

Pesquisador: Como segmento em que o senhor está inserido contribuiu para a conquista da UFFS aqui em Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 8: Bom, a partir de 2003 a Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, que são em torno de vinte municípios com as mesmas identidades e problemas, e potencialidades, ela tinha um escritório político administrativo em Curitiba. Mas naquela época o prefeito que estava aqui, ele entendeu que era uma coisa muito longe, abstrata lá, e que aquilo lá pode ser feito de uma outra forma. Então trouxe a sede para Laranjeiras do Sul e naquele período eu fui convidado para exercer o trabalho de secretário executivo de lá. É, a vinda desse escritório para Laranjeiras, da Associação dos Municípios, o que que aconteceu? Coincidiu realmente quando o governo lança o programa Territórios Rurais de Identidade, que são as regiões mais deprimidas do Brasil, onde ele queria, com um olhar diferenciado, ele queria dar um, vamos dizer, um *plus* a mais para o desenvolvimento dessa região, etc. e tal. Então, nesse momento eu estava exercendo a função de secretário executivo e quando no final do ano foi feita a questão, e a Cantuquiriguaçu foi eleito como um dos territórios prioritários do Paraná, que eram três na época, logicamente, eu percebendo a importância desse ambiente novo que estava aparecendo e conversando com os prefeitos: “Não, isso aqui tem que estar dentro da associação, isso aqui é uma coisa que não pode ser desconectada uma coisa da outra. Se nós brigamos todos por um objetivo comum, vamos trazer mais um ator para nos ajudar nessa questão”. Então eu considero aí que essa aliança na época foi importante. Por que? Porque a associação cedeu espaços e tudo para que o processo se iniciasse aqui dentro. Então isso foi uma questão assim, foi, digamos assim, a gota d’água do que precisava para a gente poder, junto, avançar. E logicamente na política territorial, ele tinha uns nuances diferenciados, onde se trabalhava nichos específicos de agricultura, de desenvolvimento social, de saúde, de educação, para as câmaras setoriais e no meu entendimento isso era mais um tentáculo para ajudar os municípios nas várias áreas,

principalmente nessas onde tinham as câmaras. Por que? Porque no colegiado todos os municípios tinham assento, a Associação dos Municípios tinha assento, a sociedade de empresários tinha assento. Então isso veio para sedimentar muito mais ainda a questão territorial da importância da associação para aquele momento. E que eu considero que continua, ainda, sendo importante porque ela alavancou e deu espaço físico para uma questão nova que estava vindo e que ia ajudar a superar várias deficiências que nós tínhamos. E logicamente, com tudo isso, já estava se... começando a se discutir a questão da universidade. Então o que aconteceu? Essa união foi avançando, e no primeiro momento a região nossa, de Laranjeiras, não estava contemplada com aquela questão de ter um campus da universidade. O Paraná estaria, mas não nesta região. E logicamente os movimentos vieram com isso para dentro e somou-se os esforços e entendeu-se que nós tínhamos que partir para a briga junto. E que nós tínhamos que trazer essa universidade. Porque nós tínhamos subsídios suficientes para provar que a região tinha baixo IDH, problema de mortalidade, região com indígenas, etc e tal, que poderiam estar colaborando e corroboraram realmente na defesa da transformação de Laranjeiras como sede de um campus. Onde, é três, quatro municípios se uniram e fizeram doação do terreno, culminando dessa forma, a vinda definitiva da universidade. Então isso tudo é o que acabou melhorando e que foi o ponto principal para fazer essa coisa acontecer. Lógico que nessa sequência, o Governo Federal entendeu que o programa Territórios de Identidade, ele não estava superando problemas em alguns territórios que mais deficitários, como o nosso. E veio a segunda etapa do projeto que foi o Território da Cidadania, com outro olhar, mais ministérios, etc e tal, para a gente poder estar trabalhando, digamos assim, e ir avançando gradativamente nos outros setores que nós não tínhamos na época. Então isso também, já depois do projeto formado, foi um grande facilitador. E, na época que eu estava na associação, o prefeito anterior, dentro da associação, mandaram fazer um trabalho, um documento, por instituições do Estado, levantando as deficiências, potencialidades, gargalos, etc e tal, do território e saiu o Plano Diretor do Desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. O que aconteceu? Um dos papéis do território era justamente levantar todas essas deficiências e coincidentemente nós viemos com documento pronto justamente quando já estava... E esse documento serviu como modelo para vários territórios a nível de Brasil, porque nós já tínhamos isso. Porque na sequência os outros foram fazendo esse documento, imprimindo e, digamos assim, percebendo realmente qual era a deficiência e o que não era. Então isso tudo coincidiu que nós já estávamos com essa documentação pronta. Então isso também foi um grande divisor de águas naquele momento porque nós já tínhamos um raio X da região, sabendo quais eram nossas deficiências e focar, aonde que a gente (ininteligível 00:28:54), e justamente veio a universidade, que contempla daí, definitivamente, toda essa questão.

Pesquisador: Como o senhor vê a importância da pesquisa e da extensão do desenvolvimento no território? E a UFFS tem atendido essas expectativas?

Entrevistado 8: Bom, naquele período que eu estava, que daí eu fiquei na Cantu oito anos e passei a ser articulador do território. Então a gente já conhecia bem a região. Então a universidade, ela é um vetor importante para a pesquisa. Então ela vem com essa proposta e começa a trabalhar dentro da agroecologia, começa a trabalhar a engenharia agrônômica com esse foco. É, vem a questão da engenharia de aquicultura, também. Porque nós temos, nós somos uma região que temos sete lagos de usina, temos rios importantes e tal. Então isso também é um foco importante para pesquisa, tanto que estamos aí já produzindo camarão de água doce, as pessoas se interessando, melhorando essa questão da piscicultura na região, transformando isso. Onde tem municípios hoje, como é a questão de Porto Barreiro, que eles têm uma festa hoje que é a festa do peixe, mas isso tudo induzido já a partir do momento que você começa a trabalhar a engenharia da aquicultura. Então começa a perceber esse nicho que

tem e hoje é uma festa de grande sucesso na região. Ele deu condição de que aquele criador de peixe pequeno ele começasse a pensar diferente. Hoje já tem pescado, em alguns municípios, na merenda escolar, que já é um divisor de águas, saiu do convencional. Então o que acontece? Começa a desenvolver a parte orgânica, da plantação, que também já é uma questão de pesquisa. Começa a melhorar a questão da educação através das Humanas, capacitando melhor os professores. Tivemos grandes seminários de educação com quinhentos participantes, foram eventos maravilhosos que tivemos, não é verdade?! Então é, na realidade, essa importância foi fundamental como a universidade, como um todo porque isso tudo traduz na melhoria da qualidade de vida das pessoas, um olhar diferente para educação. Vendo que ela não está ali parada, que ela está indo para o campo. Hoje tem cursos de alternância professor, que o pessoal fica, digamos assim, (ininteligível 00:31:33) fica um período numa escola, vai para o campo fazer as experiências. Enfim, isto é fundamental e está dando um olhar diferente porque está vindo aí. Tem uma cooperativa que está ampliando bastante, o Governo do Estado está olhando isso. Está vindo uma cooperativa de fora para criar dentro da tecnologia a questão da qualificação de aves e pintos e também está vindo outra questão aí que é uma genética suína. Mas isso está vindo por quê? Não é de graça, é que está tendo uma universidade aqui e eles vislumbraram que, independente do nível que eles vão estar trazendo, você traduz, possivelmente, futuramente talvez, acredito eu, em parcerias com a universidade para estar melhorando, qualificando e mostrando novas tecnologias para o jovem que está entrando. Hoje nós temos já curso de mestrado professor, já no campus de Laranjeiras. Quer dizer, quando que se ia se imaginar isso de uma federal? Quando que uma federal estaria oferecendo curso de mestrado aqui dentro? Quando você poderia estar trazendo pessoas de fora, inclusive fora do país, para dentro desse processo, traduzindo isso para as pessoas. Então, falar da universidade é chover no molhado.

Pesquisador: Ok. Eu agradeço muito, queria pedir mais, é... se tem mais alguma consideração, algum apontamento, alguma observação, ainda a respeito da relação universidade e o desenvolvimento aqui do território?

Entrevistado 8: Bom, a universidade, a gente sempre aposta que ela vai estar avançando, com certeza vai, vai avançar, eu não tenho dúvida nenhuma disso aí, não é verdade?! Mas que ela, que o papel dela é de estar fazendo um desenvolvimento sustentável, trazendo os municípios para dentro do processo, etc. e tal. Talvez, dentro da universidade, é logicamente que ela atende o território, mas ela atende o Brasil, não é verdade?! Mas para entrar numa região que precisa de um trabalho diferenciado. Eu não tenho acompanhado ultimamente o meu processo (ininteligível 00:33:50), mas assim, acredito que está indo e tem seminários fora daqui, nos outros municípios da região também, trazendo as pessoas para conhecer isso. Esses dias atrás mesmo, é a partir do momento que eu comecei a trabalhar aqui, eu senti a necessidade de começar a capacitar meu pessoal aqui. E coincidentemente, eu não tinha espaço e tinha sido inaugurado o centro vocacional, daí entrei em contato com o professor Pedro lá, com a professora Janete, e levei todo pessoal dos seis municípios para ter uma oficina dentro do Centro Vocacional, e gente que nunca imaginou o que tinha ali, eles não imaginavam o tamanho daquilo (ininteligível 00:34:31) “Isso aqui é o pontapé inicial. Esse é o começo”! Então, pessoas de fora, e quando vem pessoas visitar a gente aqui eu faço questão de pegar e levar, eu digo, “Olha, nós estamos aqui, temos uma universidade”. É, no sentido de estar mostrando mais ela. No sentido de estar socializando mais a universidade, mostrando o que que ela é, como é que é... A instituição, talvez, um marketing mais arrojado para estar mostrando para os municípios a universidade. Eu acho que isso seria, talvez interessante, eu tenho certeza que isso você pensa, entendeu?! Mas só o fato da gente estar levando pessoas novas, que não tem nada a ver, sendo capacitado no Centro Vocacional e que não conhecia o que era a estrutura. Aí eu acho que já é

um grande ganho. Então, acho que a importância de estar cada vez mais deixando ela conhecida, eu acho isso fundamental.

Orador A: Ok. Muito obrigado!

...

Fim da gravação.

## ENTREVISTADO 9

Pesquisador: Qual é a relevância de uma Universidade para o desenvolvimento da região em que ela se situa?

Entrevistado 9: Acho que a primeira coisa é a capacidade que a universidade tem de produzir, de ajudar a construir uma massa crítica na região, formar cabeças, formar mentes, pensantes. Elaborar, abrir a janela para o mundo. Produzir espaços de reflexão sobre a região. É, atrair pessoas de outras regiões para cá. Acho que a universidade tem um potencial tremendo nesse sentido, né. Nós historicamente aqui no território tivemos o problema de perdas de pessoas. Alguém se forma e vai para algum lugar onde tenha demandas. E aqui pouco se forma, ou pouco se formava antes da universidade. Então os poucos que tinham não permaneciam. Então acho que, nesse sentido, inverter um pouco esta lógica de produzir pessoas com estudo, com capacidade de reflexão, com capacidade crítica mesmo de pensar o desenvolvimento da região, eu acho que é um papel fundamental que a universidade trás consigo. E a outra questão é que no trabalho de extensão, ela tem um potencial, não sei até aonde ela consegue fazer, mas o potencial existe, de fazer esta reflexão muito enraizada, junto as comunidades. Então me parece que é um potencial fantástico, eu imagino que a gente olhar a região agora e olhar daqui a vinte anos, vai ser muito nítido assim sentir a diferença da região e o papel que a universidade teve nisso. Acho que, não resta dúvida, do potencial que tem para isso.

Pesquisador: Qual é a importância do Território Cantuquiriguaçu (TC) abrigar um Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul?

Entrevistado 9: Eu acho que mais ou menos nesse mesmo sentido. É, inclusive para que funcione um pouco mais as articulações com o território, essa própria visão territorial que, em geral, a classe política, que são os gestores públicos aí, tem muita visão bairrista. Cada um olhando para o seu município. É muito difícil ter uma visão territorial. A universidade, por natureza, é territorial, está com sede aqui. Então ela rompeu um pouco esse paradigma do bairrismo, que para nós é fundamental. Nós temos muita coisa que acontece em Laranjeiras do Sul, por ser cidade polo, mas acaba sendo em e para Laranjeiras do Sul, ela tem que ganhar uma irradiação, e por conta disso os municípios do entorno tem muita resistência em apoiar projetos aqui na região. Projetos mais coletivos, porque sabem que ele vem para esse horizonte. Então acho que a universidade aponta para, pelo menos alguma estrutura pública aqui na região, que tenha abrangência mais ampla e que rompa com esse bairrismo. Além de tudo o que já falei antes, da capacidade de formação, de reflexão, de inserção nos espaços, de promover uma reflexão enraizada nas comunidades, de promover assistência, a extensão universitária fazer trabalhos para ir mexendo no desenvolvimento micro, lá na propriedade rural, lá na comunidade, e junto com esse outro, mais dos gestores, desse ambiente das decisões que, as vezes aqui nesse ambiente das decisões tu tem avanços e não tem avanço no micro, na base. As vezes você tem avanços aqui, e aqui está freado. Então, eu acho que a universidade tem condições de mexer em todos esses patamares aí.

Pesquisador: Quais foram as principais consequências da instalação da UFFS no TC até este momento?

Entrevistado 9: Eu acho que, um primeiro, uma primeira reflexão o fato da universidade ter vindo aqui para Laranjeiras num assentamento, do movimento sem terra, pegando um espaço aqui do assentamento, já começa a provocar toda uma reflexão a respeito de quem é esse público que a universidade deve atender. Então ela começa a trazer uma, um olhar diferente dessa



universidade, porque universidade não é uma coisa para pobre, não é uma coisa para camponês, não é uma coisa pra quem vem de uma universidade pública, essa aqui vem rompendo com esses paradigmas todos. A simbologia do espaço onde ela vem se instalar foi muito forte nesse sentido. Á própria, o próprio movimento de luta para conquistar a universidade veio muito desta frente aí, destes movimentos, dessa.. desse público mais carente em todos os sentidos da palavra. E, então acho que o primeiro reflexo é esse, ela começa abrir portas para que esse público entre na universidade. Esse passar a ser o público que daqui alguns anos vai ser a massa crítica da região, que vai estar participando de muitos espaços, que vai ser o engenheiro agrônomo, que vai ser o engenheiro de pesca, que vai ser, que vai estar atuando aqui na região, e que ontem não tinha espaço para ele, não tinha como chegar na universidade ou quando chegava, chegava de forma muito precária. Indo de ônibus para Guarapuava, pagando caro os poucos que conseguiam, trabalhando, trabalhando e estudando de uma maneira, com um aproveitamento prejudicado e tal. Então me parece por aí já é um, rompe com um processo histórico muito interessante, de forma muito interessante. Esse é um primeiro, uma primeira consequência que eu acho que talvez seja a maior, a maior consequência, esta é o normal que toda universidade tem, por formar gente e tal. Mas essa aqui acaba rompendo com o processo histórico de, como é que vou te dizer assim, abre portas para uma população, para um público que não tinha acesso antes. Acho que isso é o fundamental da universidade aqui. O outro é que, para sair a universidade, houve todo um movimento né, e este movimento articulou movimentos sociais, organizações da sociedade civil, prefeitos, deputados, isso criou um ambiente político diferente também na região que a gente não tinha visto antes. Então, uma causa que unifica todos os públicos, do PT, do PSDB e do PMDB, para a gente citar aqui, é, colorados e gremistas, para nós sairmos da política, é uma causa que une todo mundo, é muito interessante para a reflexão do desenvolvimento territorial. Infelizmente a gente não consegue esta unidade para outras coisas, em torno da universidade houve. Foi um processo muito interessante. É, vem trazendo aí esses resultados, tem resultado econômico, para construir toda uma estrutura, a própria cidade cresce porque vem gente que aluga casa, que é professores que vieram de outra região, é, tem duas uma série de impactos, mas acho que o principal deles é que abriu portas para um público que até então não tinha.

Pesquisador: A UFFS pode contribuir para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu? De que forma?

Entrevistado 9: Eu acho que essa, essa... trabalhar para romper essa questão do bairrismo. Refletir, provocar reflexões sobre desenvolvimento. Por que que nosso território é menos desenvolvido que outros, o que causa isso. Quais os potenciais de desenvolvimento do território. Trabalhar esse tipo de coisa através de seminários, através de, não sei, buscar formas de gestão mais territorializadas, buscar articulação entre os municípios. Eu acho que a universidade tem entrada, tem portas abertas para chegar em muitos lugares que outras frentes, vamos dizer assim, não têm. A universidade é reconhecida por todos, por gregos e troianos, nessa história. Então, eu acho que tem um potencial tremendo. Se houver, vamos dizer assim, um trabalho da universidade capitanear um processo de desenvolvimento, ela consegue chamar e ter respostas, dentro do meu ponto de vista. De articular pessoas, articular projetos, articular pensamentos, pensadores, que vá convergindo para um processo de desenvolvimento. E, principalmente, em elevar o nível de consciência da população em torno disso. Eu acho que tem, tem todo o potencial, precisa se desafiar para isso e criando forma, agregando a comunidade e, principalmente, as lideranças da comunidade. Lideranças tanto sociais quanto políticas, de governo, o Estado e a sociedade, em torno de um projeto de desenvolvimento. Eu acho que em alguns momentos, o CONDETEC conseguiu fazer alguns seminários territoriais com ampla abrangência, que trazia um pouco esta coisa. O CONDETEC perdeu esta força, não tem esta

condição hoje. Mas a universidade tem. Tenho a impressão de que se a gente conseguisse trabalhar CONDETEC, Associação dos Prefeitos – a Cantu, e a universidade num bloco de articulação em prol do desenvolvimento com, principalmente com reflexões, com debates, com, como é que eu vou te dizer, com momentos de reflexão mesmo, com articulação do pessoal, para refletir sobre projetos de desenvolvimento para o território, quais as potencialidades, quais as fragilidades, como canalizar isso, eu acho que estas três frentes teriam uma força única. Infelizmente até então, nós estamos com muita dificuldade de trabalhar com esse foco. O CONDETEC e a universidade sim, o CONDETEC com a Cantu não, a universidade com a Cantu me parece pouco também. Mas se conseguisse unir os três...

Pesquisador: Qual é a diferença entre a UFFS e as outras IES's públicas e privadas que atuam no TC?

Entrevistado 9: Eu acho que a principal é o que já falei, a porta de entrada, ela está aberta para um público que, em geral, não tem acesso a outras universidades. Tanto por questão econômica, principalmente por questão econômica, mas também pela, pelos mecanismos, priorizar as pessoas que estudaram em escola pública, o ENEM, esses mecanismos que não é o comum. Como é que chama... o vestibular, que aí virou uma indústria das escolinhas pré-vestibular que quem tem dinheiro de novo consegue, quem tem tempo e dinheiro, quem tem que trabalhar o dia inteiro, que tem poucos recursos não consegue fazer a escolinha e, portanto, não passa e a porta continua fechada. Eu acho que, a universidade tem um, por si só, ela rompeu com este mecanismo aí que eu acho que é o papel fundamental. Essa é uma diferença grande. Segundo, algumas características ela consegue, apesar de ela cada vez mais ter a cara do Estado, mas ela mantém alguma característica do movimento que defendeu a criação da universidade. Então o fato de ter uma agronomia com ênfase em agroecologia, é um diferencial tremendo. Eu não tenho certeza disso, mas eu acho que é o único curso de agronomia com ênfase em agroecologia, ou será que tem em alguma outra universidade? Não sei... Isso é sinal que aquele movimento que criou a universidade tem alguma força ainda para manter características mais populares, mais regionais, mais específicas daqui. Então, é uma universidade que no Conselho Universitário, a sociedade civil consegue manter forças aqui dentro, manter algum nível de incidência no rumo da universidade. Isso é um diferencial tremendo. Porta de entrada mais popular e, também, uma universidade que de alguma maneira houve a comunidade.

Pesquisador: A criação dos cursos de graduação levou em conta as especificidades e necessidades da região?

Entrevistado 9: Isso foi uma das reflexões longa, porque tinha em um mundo, em um leque enorme de possibilidades tinha que definir poucas porque era a condição que tinha. Então se buscou olhar muito para o que (inaudível) para ter condições de se fazer os outros passos. Eu acho que conseguiu se observar bem isso para definir os primeiros cursos. Eu lembro que uma discussão era “nós temos que preparar os professores da região”. Era um debate porque o nível do ensino regional era considerado pobre. Então o papel da universidade que começa por qualificar professores da região. Então alguns dos pensamentos ao definir cursos tinha a ver com isso. O potencial, por exemplo, de piscicultura que tem na região. O pessoal apoiou (inaudível). Havia uma discussão sobre veterinária ou agronomia, o entendimento foi que agronomia, por ter um leque mais amplo de atuação, era mais importante na região. Se pudesse ter os dois, melhor. Mas já que tinha que optar. Então, acho que houve uma reflexão ampla no período e dentro do possível foi atendida, assim, essas reivindicações.

Pesquisador: Quais os principais desafios para que a UFFS cumpra com seus objetivos acerca do DR?

Entrevistado 9: Eu acho que o principal desafio está na questão da extensão universitária. Eu tenho a impressão que os outros, ensino e pesquisa, nas universidades em geral isso flui, faz parte da dinâmica. Mas a extensão, ela tem tudo para não funcionar. Assim, dificuldades de transporte, dificuldades de relação com o ambiente externo da universidade, a própria, dependendo dos professores, a vontade de ir ou não, porque dá trabalho fazer extensão. E me parece que esse é um tema chave para envolver a comunidade, criar relação direta e, também, tudo aquilo que é produzido de conhecimento aqui dentro se inserir na comunidade. Porque senão a universidade pode virar um poço de conhecimento mas cercado, dentro das quatro paredes. E a extensão é que rompe com isso, rompe e faz provocar o desenvolvimento micro, em cada propriedade, em cada comunidade. Mas aí depende de recursos, depende de vontade, depende de projeto, depende de relação com a comunidade, depende de um monte de coisa. Então me parece que o principal desafio, não só dessa, mas um desafio das universidades, está na extensão. E por tudo esses elementos que precisam para funcionar a extensão, me parece que é o que menos funciona na maioria das universidades. E essa aqui, por ter essa característica diferente, que nós estamos falando, ela precisa cumprir com esse papel. Acho que esse aqui é o chave.

Pesquisador: Como o segmento em que você está inserido contribuiu para a conquista da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul?

Entrevistado 9: Participando de debates, participando de movimentos de rua, participando de reuniões, influenciando pessoas. Os movimentos aqui, em especial o MST, mas o MST na época capitaneou o processo em que muitos movimentos se agregaram, governos municipais, lideranças políticas, pessoas individualmente, foi um movimento muito importante, e nosso segmento, o Movimento de Pequenos Agricultores, também o Conselho de Desenvolvimento Territorial participou ativamente desses processos, promovendo debates, participando. Foi um momento muito rico, de reflexão, de debates, e principalmente de articulação de pessoas. Então, eu já comentei antes, o movimento em prol da universidade uniu gregos e troianos, gremistas e colorados. Foi um momento único na região, importante, que infelizmente a gente não consegue manter essa união para outras tarefas de desenvolvimento.

Pesquisador: Como você vê a importância da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento do TC? A UFFS tem atendido esta expectativa?

Entrevistado 9: Em algumas coisas tem, tem dado alguns resultados, tem dado alguma resposta. Eu acho que ainda falta a própria estrutura da universidade. Ela vem gradativa, em termos de laboratórios e outras coisas para a pesquisa. Mas, eu vejo o esforço, pelo menos, de uma boa parcela dos professores em buscar essa relação com a comunidade. No ano passado o CONDETEC realizou um seminário, da universidade com os conselheiros, apresentando os cursos e as possibilidades de trabalho, de extensão e de pesquisa, para que os municípios gerassem demandas. Então, assim, há um esforço de criar essa relação, um esforço importante. Eu acho que esse é um trabalho que precisa ser retomado, ser mantido, ser permanente. Porque, muitas vezes, o pessoal não sabe o que demandar da universidade, não tem ideia do que seria possível. Então, criar esse tipo de seminário, esse tipo de reflexão, onde a universidade expõe as possibilidades e os municípios expõem suas demandas, e aí cruzar essas informações, tentar gerar processos, acho que é importante. Tem limites, especialmente no econômico, agora mesmo saiu aí um edital com demandas de processos de extensão, quem demanda precisa de

bancar transporte, bancar alimentação. Então, especialmente as organizações da sociedade civil tem muita dificuldade de demandar a universidade nesse sentido. Ainda falta nesse sentido, mas há um esforço importante, que eu acho que não dá para ser desconsiderado. Mas esse é o grande desafio, é extensão.

Pesquisador: Alguma consideração final? Alguma observação sua a respeito da questão da universidade e o desenvolvimento regional?

Entrevistado 9: Acho que só isso, que a universidade tem o papel fundamental é, eu acho que não dá para imaginar a mudança que nós vamos ter, que já temos, mas dez, quinze anos de projeção com a universidade ou sem a universidade. A diferença é, vai ser gritante do que era o nosso território. Não resta dúvida disso. E que a universidade deve primar por alguns princípios que vem mantendo. Um deles: a questão do Conselho Comunitário, de ouvir a comunidade. Acho que isso tem que brigar para manter sempre. Eu sei que isso não é tão simples dentro da universidade. Eu imagino que as disputas internas são também bastante duras nesse sentido, mas este é um desafio, é um diferencial da UFFS. É primar por manter cursos diferenciados como agronomia com ênfase em agroecologia, um exemplo deles, mas pode ter outros. É, e primar por avançar com processos de extensão universitária. Esses três, e a porta de entrada facilitada à população mais desprovida de condições, vamos dizer assim. Se a universidade conseguir manter essas quatro características, e até hoje ela o tem, eu acho que ela vai cumprir o papel fundamental no território.

...

Fim da gravação.

## APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

<b>1. Identificação do Projeto de Pesquisa</b>	
Título do Projeto: A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A UFFS E O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PR	
Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas	
Curso: Doutorado em Desenvolvimento Regional	
Número de sujeitos no centro:	Número total de sujeitos: 52
Patrocinador da pesquisa: recursos próprios	
Instituição onde será realizado: Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB	
Nome dos pesquisadores e colaboradores: Luis Claudio Krajevski	

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima identificado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo será de muita importância mas, caso desista a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

<b>2. Identificação do Sujeito da Pesquisa</b>	
Nome:	
Data de Nascimento:	Nacionalidade:
Estado Civil:	Profissão:
CPF:	RG ou RNE:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

<b>3. Identificação do Pesquisador Responsável</b>	
Nome: Luis Claudio Krajevski	
Profissão: Estudante/Professor e pesquisador	N. de Registro no Conselho:
Endereço: Rua Frei Estanislau Schaette, 59, ap. 604, Bairro Água Verde, CEP 89.-037-001 Blumenau/SC	
Telefone: (47) 9914-0598	E-mail: luisclaudio@uffs.edu.br

Eu, sujeito da pesquisa, abaixo assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa acima identificado. Discuti com o pesquisador responsável sobre a minha decisão em participar e estou ciente que:

1. Esta pesquisa visa a investigar a relevância da Universidade Federal da Fronteira Sul no desenvolvimento territorial, mais precisamente no Território Cantuquiriguaçu, uma das regiões menos desenvolvidas do Estado do Paraná.
2. A pesquisa em questão tem ainda como objetivos específicos: 1) Investigar o desenvolvimento desigual no território paranaense; 2) Pesquisar como as ações e estratégias de desenvolvimento afetam setores específicos da população do Território Cantuquiriguaçu; e 3) Como a Universidade Federal da Fronteira Sul pode intervir no desenvolvimento da região.
3. O **procedimento para coleta de dados** será realizado em entrevista aberta e semi-estruturada e questionário aplicado aos entes que compõem o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC);
4. O(s) **benefício(s)** esperado(s) são que os entrevistados discorram sobre suas interpretações acerca do pouco desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Ademais, como estes entrevistados participaram e/ou observam a conquista de um Campus ~de uma Universidade Federal para a região, bem como, suas expectativas a respeito da Universidade e o desenvolvimento do território. Tais informações serão de grande valia para a construção da minha tese de doutoramento.
5. **Tenho consciência de que podem ocorrer desconfortos ou certos riscos caso a entrevista resgate situações relativas ao pouco desenvolvimento do território ou do segmento da população do qual faço parte.**
6. **A minha participação (refere-se ao sujeito da pesquisa/ pesquisado) neste projeto tem como objetivo dar opinião e informações sobre os temas da pesquisa.**
7. **Tenho direito, à assistência, a tratamento e à indenização por eventuais danos, efeitos colaterais e reações adversas) decorrentes de minha participação na presente pesquisa.**
8. **A minha participação é isenta de despesas, entretanto tenho ciência de que não serei remunerado pela participação na pesquisa.**
9. **Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa a qualquer momento/no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação.**
10. **A minha desistência não causará nenhum prejuízo à minha saúde ou bem estar físico, social, psicológico, emocional, espiritual e cultural.**

- 11. Poderei consultar o pesquisador responsável (acima identificado), endereço e telefone sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo.**
- 12. Tenho a garantia de tomar conhecimento, pessoalmente, do(s) resultado(s) parcial(is) e final(is) desta pesquisa.**
- 13. Autorizo a gravação em áudio e/ou vídeo do conteúdo completo da entrevista.**
- 14. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da FURB, telefone: 47 3321-0122.**

**Declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas e, por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual teor (conteúdo) e forma, ficando uma em minha posse.**

\_\_\_\_\_ ( ), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Pesquisador Responsável pela  
 obtenção do consentimento**

\_\_\_\_\_  
**Sujeito da pesquisa e/ou responsável**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**RG ou RNE:**

**CPF/MF:**

**Telefone:**

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**RG ou RNE:**

**CPF/MF:**

**Telefone:**

## APÊNDICE E – Termo de Autorização


[www.furb.br](http://www.furb.br)

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

### PROPEX - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEPH

#### FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA

Este formulário deve ser preenchido (por todo acadêmico de Graduação ou Pós-Graduação que deseja realizar a pesquisa) como instrumento de solicitação e autorização do local da pesquisa.

**Para ser preenchido pelo Pesquisador:**

<b>Título:</b>	A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A UFFS E O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU			
<b>Pesquisador Responsável:</b>	LUIS CLAUDIO KRAJEVSKI			
<b>Acadêmicos:</b>				
<b>Tipo de trabalho:</b>	<input type="checkbox"/> TCC	<input type="checkbox"/> IC	<input type="checkbox"/> Dissertação	<input type="checkbox"/> Monografia
	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	Qual? Doutorado		
<b>Objetivos:</b>	<p>Objetivo Geral Analisar os desafios e as possibilidades da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, contribuir para o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.</p> <p>Objetivos específicos            _ Avaliar a pertinência das teorias acerca do desenvolvimento regional diante das características do TC;            _ Examinar a dinâmica do desenvolvimento regional do Paraná e suas diferentes interpretações;            _ Compreender a formação socioeconômica do TC no contexto de suas peculiaridades;            _ Analisar as principais possibilidades e desafios da UFFS frente ao desenvolvimento do TC.</p>			
<b>Metodologia:</b>	<p>Inicialmente, será feita uma análise do debate a respeito do desenvolvimento, além de discutir o desenvolvimento paranaense. A relevância da Universidade diante das desigualdades regionais e a situação específica do Território Cantuquiriguaçu configuram o estudo de caso. O objetivo é verificar a contribuição teórica existente entre desenvolvimento e Universidade direcionada ao desenvolvimento das regiões. Neste sentido, as hipóteses iniciais são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>O desenvolvimento desigual é característico do modo de produção capitalista, não sendo diferente no TC.</li> <li>O TC apresenta peculiaridades que reforçam a ideia de que as propagadas estratégias de desenvolvimento não estão direcionadas ao povo que habita efetivamente o território.</li> </ol>			

CNPJ: 82.662.958/0001-02  
 Inscrição Estadual: 250.974.665  
 Reconhecida pela Portaria Ministerial  
 nº. 117 de 13/02/1986  
 D.O.U. de 14/02/1986  
 Mantenedora: Fundação  
 Universidade Regional de Blumenau

**CAMPUS I** - Central - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - 89012-900 - Blumenau SC - Tel.: (47) 3321-0200 - Fax: (47) 3322-8818  
**CAMPUS II** - Complexo Tecnológico - Rua São Paulo, 3250 - Itoupava Seca - 89030-000 - Blumenau SC - Tel.: (47) 3221-6000 - Fax: (47) 3221-6001  
**CAMPUS III** - Rua São Paulo, 2171 - Itoupava Seca - 89030-000 - Blumenau SC - Tel.: (47) 3321-7300  
**CAMPUS V** - Futuro Complexo de Saúde e Hospital Regional Universitário - Rua Samuel Morse, s/nº - Fortaleza - 89058-010 - Blumenau SC  
**CAMPUS VI** - Horto-Florestal Experimental - Rodovia Jorge Lacerda, s/nº - 89110-000 - Gaspar SC - Tel.: (47) 3332-0238  
**CAMPUS VII** - Fund. de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí - FUNPIVI - Estr. dos Tiroleses, s/nº - 89120-000 - Timbó SC - Tel.: (47) 3382-0512



3. A maneira com que se deu a conquista de um campus universitário, integrante da UFFS, permite vislumbrar um cenário promissor para o território, desde que as premissas que ocasionaram a vinda da UFFS permaneçam respeitadas e sejam elementos norteadores da presença da Universidade na região.

#### 5.1 Procedimentos e Técnicas

Para pesquisarmos a relação entre Estado – Sociedade – Universidade, num espaço geográfico particular, faz-se necessário investigar o debate referente ao (sub) desenvolvimento, em especial relacionando estes com as desigualdades socioeconômicas regionais existentes. Neste sentido, trata-se de uma análise de abordagem qualitativa, teórico-empírica e exploratória. É teórico-empírica porque parte da discussão teórica sobre espaço, desenvolvimento, Estado e Universidade. É considerada exploratória pela escassez de produção científica sobre o TC e seu desenvolvimento regional, sendo que é possível avançar na produção de novos conhecimentos a respeito deste tema. O estudo em questão está dividido em três etapas: revisão bibliográfica teórica, pesquisa documental (revisão bibliográfica) e pesquisa aplicada ao TC, objeto deste trabalho. A seguir, uma breve descrição de cada etapa.

1ª etapa: revisão bibliográfica subdividido em três focos principais: espaço, território e região e teorias de (sub) desenvolvimento regional e a relação Estado e Sociedade, com ênfase no papel das Universidades. Objetiva-se identificar as principais contribuições a respeito do desenvolvimento das regiões e como o Estado e a Sociedade podem interagir buscando alavancar ações de desenvolvimento. Tal etapa é essencial para consolidar as teorias que serão a base da pesquisa. Os dados e informações serão coletados em livros, artigos científicos, registros estatísticos, entre outros.

2ª Etapa: objetivo de investigar o histórico do desenvolvimento paranaense e as estratégias adotadas para a redução das desigualdades regionais. Serão objeto de análise livros, artigos científicos, teses e dissertações, leis, decretos, atas e outros documentos que permitem o conhecimento das ações e interpretação sobre o desenvolvimento regional paranaense.

3ª Etapa: análise do TC e a criação da UFFS, com destaque para a instalação de um Campus universitário em Laranjeiras do Sul. O objetivo é identificar as peculiaridades regionais, o pouco desenvolvimento da região e o significado da UFFS estar presente neste território. Serão analisados livros, artigos científicos, dados disponíveis nos sítios do Conselho de Desenvolvimento do TC, de órgão e instituições, registros estatísticos, entre outros. A respeito da percepção da comunidade regional e o desenvolvimento do território, serão realizadas entrevistas com pessoas que dispõem de capacidade para responder as questões que serão colocadas. Convém ressaltar que as pessoas selecionadas são líderes nos segmentos em que atuam/vivem. A entrevista será semiestruturada (conforme roteiro disposto no Apêndice I), com questões que permitem otimizar o conhecimento dos entrevistados, além da liberdade para que as respostas sejam mais amplas e completas possíveis. O questionário (Apêndice II) será aplicado aos representantes das entidades e movimentos que possuem assento no Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. O questionário é composto de questões objetivas, as quais buscam identificar a percepção dos conselheiros do CONDETEC frente a atuação da UFFS e a relevância da Universidade diante do baixo desenvolvimento do território.

#### 5.2 Universo e Amostra

O processo de seleção dos entrevistados é decorrente da atuação do professor e pesquisador responsável pelo projeto. Ao fazer parte do corpo docente da UFFS desde o início de suas atividades letivas, pode acompanhar parte do trabalho do movimento Pró-UFFS, a atuação dos movimentos sociais e as principais lideranças que estiveram envolvidas no projeto de implantação do Campus da Universidade no Território Cantuquiriguaçu. Desta forma, as pessoas selecionadas atendem as características elencadas no momento em que traçamos o perfil dos entrevistados: liderança ou posição de destaque no segmento em que atua, participação atuante no processo de conquista de um



	<p>Campus da Universidade, interesse na questão do desenvolvimento regional e capacidade de responder as questões formuladas para a construção da tese.</p> <p>Visando atender estas características e de acordo com a pesquisa que busca analisar como alguns segmentos da população participam ou que foram afetados pelas ações voltadas ao desenvolvimento regional, os entrevistados fizeram parte, de alguma forma, das ações ou do Movimento Pró-UFFS. Diante do caráter único de participação dos movimentos sociais no processo de construção da própria UFFS, serão entrevistados líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), representantes dos povos indígenas, além de outros representantes ou atores envolvidos neste processo.</p> <p>Convém ressaltar que o procedimento anterior à coleta de dados (entrevistas e questionário) é explicar para o público alvo (sujeitos da pesquisa) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice III), solicitando autorização por escrito do uso das informações fornecidas pelos mesmos. O mesmo deve ocorrer com o Termo de Autorização (Apêndice IV), para a permissão do uso de parte da entrevista em artigos, teses, apresentações, livros e outros documentos científicos.</p>
--	--

**Data da solicitação:** 01/08/2016

**Para ser preenchido pelo local onde será realizada a pesquisa:**

**INSTITUIÇÃO:**

**ÓRGÃO/DEPTO:**

<b>Responsável:</b>	<b>Nome:</b>
	<b>Cargo:</b>
	<b>Assinatura e carimbo:</b>

**Data da aprovação:** / /

## ANEXO A – Histórico da UFFS

### 2010

11 de março: apresentação da Reitoria da UFFS à comunidade em cerimônia realizada na sala Agostinho Duarte, no Centro de Eventos e Cultura Plínio Arlindo de Nês, em Chapecó.

1º de março: instalação da Reitoria da UFFS em Chapecó, provisoriamente no prédio da Engemed, à Rua Getúlio Vargas, 609.

26 de fevereiro: cerimônia marca o fechamento do gabinete do reitor da UFFS, no Inpeau, na UFSC. A solenidade ocorre no Auditório do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC.

19 de fevereiro: listão dos aprovados para as 2.160 vagas foi anunciado em cerimônia realizada no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tutora da instituição. Durante a cerimônia, foram anunciados os nomes dos 10 primeiros colocados na seleção da UFFS, dos quais quatro estavam presentes e receberam diplomas de honra ao mérito e camiseta e boné com a logomarca da instituição.

2 de fevereiro: nomeada a diretoria executiva do campus de Laranjeiras do Sul. Diretor do campus, Paulo Henrique Mayer (Portaria nº 015/GR/UFFS/2010), coordenadora pedagógica, Alexandra Filipak (Portaria nº 016/GR/UFFS/2010) e coordenador administrativo, Elemar do Nascimento Cezimbra (Portaria nº 017/GR/UFFS/2010).

1º de fevereiro: o reitor nomeia para o cargo de pró-reitora de Graduação, Solange Maria Alves, pela Portaria nº 011/UFFS/2010, para o cargo de pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Joviles Vitório Trevisol, pela Portaria nº 012/UFFS/2010, e para o cargo de pró-reitor de Planejamento, José Alex Sant'Anna, pela Portaria nº 014/UFFS/2010.

1º de fevereiro: Portaria nº 013/GR/UFFS/2010, assinada pelo reitor, Dilvo Ristoff, retifica a Portaria nº 003/GR/UFFS/2010, e nomeia para o cargo de coordenador acadêmico do campus de Cerro Largo, Edegar Rotta.

31 de janeiro: encerramento das inscrições de estudantes para os cursos de graduação da UFFS. No total, 11.209 candidatos participarão da seleção que terá como base as notas o Enem/2009 e bonificação para os alunos que cursaram o ensino médio em escola pública.

28 de janeiro: posse dos primeiros servidores técnico-administrativos da UFFS no Auditório da Reitoria da UFSC, com a presença do vice-reitor, Jaime Giolo; pró-reitor da Administração, Paulo Roberto Pinto da Luz; secretário de Tecnologia e Informação, Rogério Cid Bastos; chefe de gabinete, Antônio Carlos de Souza; e a coordenadora executiva do gabinete do reitor, Clotilde Ceccato.

25 de janeiro: reitor, Dilvo Ristoff, reúne-se com representantes de Chapecó, Cerro Largo e Erechim, do Movimento Pró-Universidade, na UFSC, para uma avaliação do que foi realizado até agora – concursos, nomeações, inscrições de alunos – e as prioridades nos próximos meses em vista do início das atividades da UFFS nos cinco campi em março.

20 de janeiro: reitor, Dilvo Ristoff, se reúne com representantes do Movimento Pró-Universidade, de Realeza e Laranjeiras do Sul, para um balanço das ações e definição de prioridades para o início das atividades administrativas e acadêmicas em março. O encontro aconteceu na UFSC.

15 de janeiro: por indicação do reitor, Dilvo Ristoff, o ministro da Educação, Fernando Haddad, nomeia o professor Jaime Giolo para o cargo de vice-reitor, conforme Portaria nº 20. 15 de janeiro: Edital de Homologação nº 001/2010 com a lista dos aprovados no concurso para docentes da UFFS foi publicado no DOU.

14 de janeiro: publicado no DOU edital, assinado pelo reitor, Dilvo Ristoff, que prorroga inscrições para o processo seletivo dos estudantes até o dia 31 de janeiro.

14 de janeiro: reitor assina Portaria nº 006/UFFS/2010, que nomeia para o cargo de diretora do Sistema de Bibliotecas da UFFS, Sigrid Karin Weiss Dutra, Portaria nº 007/UFFS/2010, que nomeia para o cargo de chefe de Gabinete do Reitor, Antonio Carlos de Souza, e Portaria nº 008/UFFS/2010, que nomeia para o cargo de Secretário de Tecnologia e Informação, Rogério Cid Bastos.

5 de janeiro: O reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Dilvo Ristoff, recebe do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Álvaro Prata, as chaves dos seis veículos que serão destinados aos cinco campi da instituição. A cerimônia ocorreu na Praça da Cidadania em frente à Reitoria da UFSC.

4 de janeiro: reitor Dilvo Ristoff assina Portaria nº 001/GR/UFFS/2010, que nomeia para o cargo de coordenador administrativo do campus de Realeza, Jaci Poli.

4 de janeiro: entrega das chaves e da documentação de propriedade do Seminário São José, em Cerro Largo, adquirido pela UFFS, ao diretor do campus, professor Antônio Andrioli, pelo bispo diocesano de Santo Ângelo, dom José Clemente Weber. No seminário, funcionará o campus provisório da instituição.

## **2009**

31 de dezembro: As Portarias Nº 51 e Nº 53, assinadas pelo reitor com os cargos e os nomes dos 53 primeiros servidores técnico-administrativos que atuarão nos cinco campi, foram publicadas no Diário Oficial da União.

31 de dezembro: publicada no DOU Portaria nº 50 com o resultado do concurso público para Servidores Técnico-Administrativos da UFFS.

30 de dezembro: reitor assina Portaria nº 052/UFFS/2009, nomeando para diretor do campus de Cerro Largo, Antônio Inácio Andriolli.

22 de dezembro: reitor assina Portaria 049/UFFS/2009, nomeando os professores Cleo Nunes de Sousa, Mércles Thadeu Moretti, Lia Caetano Bastos, Ricardo J. A. de Oliveira, Luis Carlos Cancellier de Olivo, José Roberto O'Shea, Carlos Roberto Zanetti (suplente), e Bernadete Limongi (suplente) para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Apoio Técnico-Acadêmico à realização do concurso público para ingresso na carreira do magistério

superior da UFFS, nos termos do Edital Conjunto nº 01/UFSC-UFFS, de 22 de outubro de 2009. Esta portaria revoga a Portaria nº 002/UFFS/2009, de 28 de outubro de 2009.

22 de dezembro: empresa Editora WMF Martins Fontes venceu pregão eletrônico, realizado pela Comissão de Licitação da UFSC, para fornecer 12 mil livros às bibliotecas dos cinco campi da UFFS. Esse é o primeiro lote que compõe a bibliografia das disciplinas dos cursos de graduação.

18 de dezembro: efetuada a aquisição do mobiliário e equipamentos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tutora da UFFS, que serão usados na montagem da estrutura da reitoria e dos cinco campi da UFFS. Para isso, houve o empenho de R\$ 4,3 milhões, liberados pelo Ministério da Educação.

14 de dezembro: assinado contrato pelo presidente da empresa Kerbermix Serviços de Concretagem Ltda, Celso Oto Kerber, que venceu a licitação pelo menor preço (R\$ 1.234.031,88) e pelo pró-reitor de Infraestrutura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), João Batista Furtuoso, para a construção da primeira etapa dos pavilhões multiuso do campus de Chapecó.

13 de dezembro: realizadas provas do concurso para 220 servidores técnico-administrativos da UFFS em Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza.

8 de dezembro: reitor assina Portaria 047/UFFS/2010, nomeando o primeiro servidor em cargo de confiança, a Coordenadora Executiva do Gabinete do Reitor, Clotilde Maria Ternes Ceccato. Na sequência assina a Portaria 048/UFFS/2009, nomeando para o cargo de pró-reitor de Administração, Paulo Roberto Pinto da Luz.

4 de dezembro – Publicada a Portaria Nº 046/UFFS/2009, que cria o Conselho Estratégico e Social da UFFS, seus objetivos, competências e caráter e sua composição. Além de definir prazo para indicação dos seus integrantes. [Portaria 046/UFFS](#)

1º de dezembro de 2009 a 15 de janeiro de 2010: prazo de inscrições de candidatos a estudantes da UFFS. Estarão aptos às 2.160 vagas nos campi de Chapecó (SC), sede da instituição, Cerro Largo e Erechim (RS) e Laranjeiras do Sul e Realeza (PR), os alunos inscritos no Enem, que terá as provas realizadas nos dias 5 e 6 de dezembro. As inscrições são gratuitas e deverão ser feitas pelo site da Coperve-UFSC – <http://www.uffs.ufsc.br> – [EDITAL 003 /UFFS /2009](#)

24 de novembro: Publicada a Portaria Nº 44/UFFS/2009 que cria os cursos de graduação da UFFS. [Portaria 044/UFFS](#)

24 de novembro: A empresa Kerbermix Serviços de Concretagem Ltda foi escolhida, pelo critério de menor preço (R\$ 1.234.031,88), para a construção da primeira etapa dos quatro pavilhões multiuso no campus da UFFS em Chapecó. A abertura das propostas foi realizada na terça-feira, dia 24 de novembro, e teve a participação de quatro empreiteiras. O parecer referente ao Processo Licitatório nº 23080.034064/2009-11, Tomada de Preços nº 020/UFSC/2009, foi assinado pelo presidente da comissão, engenheiro Paulo Roberto Pinto da Luz, e pelos membros Mario Kobus e Carlos Antônio Natividade.

22 de novembro: quase três mil candidatos de várias cidades do Brasil fizeram a prova escrita do primeiro concurso público da UFSS. O concurso foi operacionalizado pela Coperve-UFSC,



no Colégio Catarinense (Rua Esteves Júnior, 711, Centro), Escola de Educação Básica Padre Anchieta (Rua Rui Barbosa, 525, Bairro Agrônômica) e Escola de Educação Básica Getúlio Vargas (Rua João Motta Espezim, 494, no Bairro Saco dos Limões), todos em Florianópolis. Às 19h10min, a Coperve divulgou o gabarito.

Dias 16 a 18 de novembro: vistoria e o levantamento de dados feitos pelos arquitetos Antonio Carlos Silva, Francisco Alexandre Martins e Raul Pargendler nos terrenos onde serão instalados os campi de Cerro Largo e de Erechim, ambos no Rio Grande do Sul, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), para verificação das condições do solo, acesso aos locais, abastecimento de água e energia elétrica, além das questões ambientais.

16 de novembro – publicação do Edital Conjunto nº 05/UFSC-UFFS/2009, que traz pequenas alterações nas Comissões Examinadoras publicadas no Edital Conjunto 03/UFSC-UFFS/2009 para o Concurso Público da carreira do Magistério Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Entre as mudanças está a nomeação de novos nomes de suplentes das Comissões nos Campos de Conhecimento: Língua Portuguesa e Linguística, Introdução à História e ao Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Ecologia e Meio Ambiente: Ecologia Geral, Botânica, Agroecologia, Biologia de Vegetais Aquáticos, e Contabilidade Geral e Gerencial. Constam, ainda, no edital, a correção de nomes de membros das Comissões Examinadoras de oito campos de conhecimento e a mudança na presidência do campo de conhecimento Medicina Veterinária: bioquímica e biofísica que continua, no entanto, com a mesma composição. [Edital N° 005/UFSC/UFFS/2009](#) – [Edital N° 003/UFSC/UFFS/2009](#)

16 de novembro: divulgado os locais de realização do concurso para seleção de professores da UFFS, em Florianópolis: Colégio Catarinense (Rua Esteves Júnior, 711, Centro), Escola de Educação Básica Padre Anchieta (Rua Rui Barbosa, 525, Bairro Agrônômica) e Escola de Educação Básica Getúlio Vargas (Rua João Motta Espezim, 494, no Bairro Saco dos Limões), todos em Florianópolis.

13 de novembro: publicado Edital N° 01 da UFFS para seleção de técnicos. As inscrições para o concurso público que vai selecionar 220 Servidores Técnico-Administrativos em Educação – 133 na Classe D e 87 Classe E da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) estão abertas até as 18 horas do dia 2 de dezembro, observado o horário oficial de Brasília (DF). [EDITAL UFFS N° 001/2009](#)

13 de novembro: os recursos para começar a aquisição de livros para as bibliotecas da UFSS, no valor de R\$ 600 mil, foram liberados e publicados no Diário Oficial da União no dia 13 de novembro.

11 de novembro: abertas, no Escritório Técnico-Administrativo da UFSC, a documentação das empresas que participam da licitação para a construção da primeira etapa dos quatro pavilhões multiuso no campus de Chapecó. Tiveram os documentos aprovados as empresas Fundamento Construtora Ltda, Salver Empreiteira de Mão de Obra Ltda, Construtora Sganzerla Ltda e Kerbemix Serviços de Concretagem Ltda. O parecer foi dado pela comissão designada pelo Pró-Reitor de Infraestrutura da UFSC, através da Portaria nº 371/PROINFRA/2009, para proceder análise sobre as propostas e documentos constantes do Processo Licitatório nº 23080.034064/2009-11, [Tomada de Preços nº 020/UFSC/2009](#).

9 de novembro: encerramento das inscrições ao concurso para professor da UFFS. Quase três mil candidatos estão inscritos para o concurso público que vai selecionar 165 professores dos

cinco campi de Chapecó (sede), Erechim e Cerro Largo (RS) e Realeza e Laranjeiras do Sul (PR) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A média é de 18 candidatos por vaga.

6 de novembro: publicada no Diário Oficial da União Portaria 1039, assinada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, que autoriza o remanejamento temporário para a UFSC, tutora da UFFS, de 52 cargos de direção e 185 funções gratificadas, criados para compor sua estrutura administrativa. Os cargos foram criados pela Lei nº 12.029, de 16 de setembro de 2009, que criou a UFFS. [Portaria do MEC N°1039 de 06 de novembro de 2009](#)

28 de outubro – Os professores Bernadete Limongi, Cleo Nunes de Souza, José Roberto O’Shea, Fernando Fernandes de Aquino, Sônia Gonçalves Carobrez, Mércles Thadeu Moretti (suplente) e Carlos Roberto Zanetti (suplente) foram nomeados pelo reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Dilvo Ristoff, através da Portaria 002/UFFS/2009, para a Comissão de Apoio Técnico-Acadêmico à realização do concurso público para ingresso na carreira do magistério superior da UFFS. A Comissão, que será presidida pela professora Bernadete Limongi, terá a função de acompanhar a execução do processo seletivo e zelar pelo seu bom andamento. [Portaria 002/UFFS](#)

28 de outubro: foi entregue no Ministério da Educação (MEC), em Brasília, um plano de compras de mobiliário e equipamentos para equipar a reitoria e os cinco campi – Chapecó (SC), Cerro Largo (RS) e Erechim (RS), Laranjeiras (PR) e Realeza (PR) – da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no valor de R\$ 4,4 milhões.

27 a 30 de outubro: os arquitetos Antônio Carlos da Silva, Francisco Alexandre Sommer Martins e Raul Pargendler visitaram os terrenos onde serão construídos os campi da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Chapecó (SC), sede da nova instituição, e em Realeza e Laranjeiras (PR). O objetivo das inspeções foi verificar as condições dos terrenos e o andamento dos levantamentos topográficos. Com base nessas informações será elaborado o projeto do plano físico dos campi.

27 de outubro: publicado no Diário Oficial da União o edital de Tomada de Preços nº 020/UFSC/2009 para escolher a empresa que vai construir a primeira etapa dos quatro pavilhões multiuso no campus de Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sede da instituição. A abertura das propostas acontece no dia 11 de novembro. TOMADA DE PREÇOS N.º 020/UFSC/2009

23 de outubro: publicação do Processo Licitatório nº 23080.034064/2009-11 para construção dos primeiros quatro blocos do campus em Chapecó, onde será a sede da UFFS.

22 de outubro: publicado no Diário Oficial da União o edital do concurso de seleção para professores da UFFS. A Portaria nº 1 foi assinada pelo reitor da UFFS, Dilvo Ristoff, e pelo reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, (UFFS), Alvaro Toubes Prata. [Portaria 001/UFFS – Anexo a Portaria 001/UFFS](#)

16 de outubro: Portaria MP 347, publicada no Diário Oficial da União, estabelece o número de vagas para professores e técnico-administrativos em educação para a UFFS. [Portaria do MPOG N°347 de 10 de outubro de 2009](#)

15 de outubro: logo após a cerimônia de posse, o reitor da UFFS, professor Dilvo Ristoff, assina convênio com os municípios de Laranjeiras do Sul, Bom Retiro do Iguaçú, Nova Laranjeiras e

Porto Barreiro, no Paraná, para que participem de consórcio da compra do terreno para a construção do campus em Laranjeiras do Sul.

15 de outubro: o professor Dilvo Ristoff é empossado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, como reitor da UFFS, em cerimônia realizada no Salão de Atos do Ministério da Educação, em Brasília. <http://www.uffs.edu.br/wp/?p=220>

9 de outubro: o reitor Dilvo Ristoff acerta locação do espaço provisório da UFFS, em Chapecó, que funcionará no prédio do antigo Seminário São José.

7, 8 e 9 de outubro: seminário em Chapecó discute as bases da portaria para criação do Conselho Estratégico, com participação de representantes da UFFS, do Ministério da Educação (MEC) e dos movimentos sociais, que integram o Movimento Pró-universidade. No encontro também são definidos os Princípios Orientadores da Gestão Institucional da UFFS.

5 de outubro: assinatura do repasse das áreas destinadas à UFFS, em Cerro Largo, pelo prefeito, Adair José Trott, e reitor da UFSC, Álvaro Toubes Prata. O campus provisório funcionará no Seminário São José. <http://www.uffs.edu.br/wp/?p=207>

29 de setembro: assinado o contrato de doação, pela prefeitura de Erechim, das áreas na Linha 1, Primeira Seção Cravo, e na Seção Floresta para a construção da UFFS. Uma terceira área ainda será adquirida. O prefeito, Paulo Polis, repassa as áreas ao reitor da UFSC, Álvaro Toubes Prata. Campus provisório será no Seminário de Fátima. <http://www.uffs.edu.br/wp/?p=207> – [http://www.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=462](http://www.uffs.edu.br/wp/?page_id=462)

21 de setembro: o ministro da Educação, Fernando Haddad, designa o professor Dilvo Ristoff para o cargo de reitor pro-tempore da UFFS, de acordo com publicação no Diário Oficial da União. [Portaria do MEC N°901 de 18 de setembro de 2009](#)

17 de setembro: publicada no DOU retificação da lei que cria a UFF, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passa a ser [Lei 12.029 de 15 de setembro de 2009](#).

11 de setembro: o prefeito de Realeza, Eduardo Gaievski, transferiu a escritura para a instalação da UFFS ao reitor da UFSC, Álvaro Toubes Prata. O terreno se localiza ao lado do aeroporto e atrás do conjunto habitacional Araxá. O campus provisório funcionará no Centro de Eventos.

10 de setembro: o prefeito de Laranjeiras, Berto Silva, e o vice-reitor da UFSC, Carlos Alberto Justo da Silva, assinam a escritura do terreno onde serão construídas as instalações da UFFS.

9 setembro: O vice-reitor da UFSC, Carlos Alberto Justo da Silva, e o professor Dilvo Ristoff assinam na cidade de Laranjeiras do Sul (PR), convênio para uso provisório da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), com sede em Guarapuava, pela UFFS.

25 de agosto: criação da UFFS é aprovada na Comissão de Educação do Senado Federal.

18 de agosto: criação da UFSS aprovado pela Comissão de Justiça do Senado

14 de agosto: doação do terreno para a construção do campus em Chapecó, sede da UFFS, pelo empresário Nilso Folle. Assinam o convênio de repasse o reitor da UFSC, Álvaro Toubes Prata, e o prefeito João Rodrigues. As terras estão localizadas próximo ao município de Guatambu. A sede provisória será no Seminário Sagrado Coração.



Julho: Comissão de Implantação da UFFS decide usar o Enem no processo seletivo, acompanhado de bônus para estudantes das escolas públicas. Portaria nº 109/2009

17 de junho: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara aprova projeto de criação da UFFS.

10 de junho: o presidente da Comissão do Ministério da Educação (MEC) e de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), professor Dilvo Ristoff e o engenheiro responsável pela construção da UFFS, Paulo Roberto Pinto da Luz, estiveram em Realeza se reunindo com a comissão regional, para discutir sobre o local provisório e o definitivo da construção do campus no município. O prefeito de Realeza, Eduardo Gaievski iniciou a reunião explanado sobre os encaminhamentos do espaço físico provisório, que será nas salas de catequese da Igreja Matriz Cristo Rei, e do local definitivo, que será ao lado do aeroporto, atrás do conjunto habitacional Araxá.

9 de junho: o presidente da Comissão de Implantação da UFFS, professor Dilvo Ristoff, e o engenheiro responsável pela construção da UFFS, Paulo Roberto Pinto da Luz, encontram-se com o prefeito de Realeza (PR), Eduardo Gaievski, que coloca dois locais à disposição para o funcionamento provisório da UFFS: as salas de catequese da Igreja Matriz Cristo e o Centro de Eventos.

8 de junho: diretor-geral de implantação da UFFS, Dilvo Ristoff, esteve em Cerro Largo e anunciou que o campus provisório funcionará junto ao prédio do Seminário São José. Ele visitou o local juntamente com engenheiros e definiu o aluguel do prédio com a Mitra Diocesana.

Junho: conclusão do Projeto Pedagógico Institucional. [http://www.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=83](http://www.uffs.edu.br/wp/?page_id=83)

Maio de 2009: definido o local do compus sede da UFFS, na Cidade de Chapecó – SC.

Maio de 2009: definição dos projetos pedagógicos dos cursos e definição dos Domínios Conexos.

20 de maio: Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprova a criação da Universidade Federal Fronteira Sul.

8 de maio: presidente da Comissão de Implantação da UFFS, professor Dilvo Ristoff, visita, em Cerro Largo, o Seminário São José, onde funcionará provisoriamente a UFFS.

2 abril: Comissão de Implantação da UFFS define cursos, vagas e o início das aulas nos três estados do Sul.

Março: assinado o Termo de Cooperação Técnica entre a União, representada pelo Ministério da Educação, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a implantação da futura Universidade da Fronteira Sul (UFFS). [clikando aqui](#).

Março: presidente da Comissão de Instalação da UFFS visita as cinco cidades que abrigarão os campi, acompanhado do reitor e vice-reitor da UFSC.

27 de março: definição dos cursos que serão oferecidos pela UFFS. [http://www.uffs.edu.br/wp/?page\\_id=26](http://www.uffs.edu.br/wp/?page_id=26)

25 e 26 de março: Movimento Pró-Universidade indica propostas de cursos para os cinco campi ao presidente da Comissão de Implantação da UFFS, professor Dilvo Ristoff. Entre os participantes, o coordenador geral da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), Altemir Tortelli.

17 de março: integrantes da Comissão de Implantação da UFFS visitam Erechim. O presidente, professor Dilvo Ristoff, relatou encaminhamentos necessários à implantação do campus.

5 de março: primeira reunião para discutir cursos da UFFS, na UFSC, com presença o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa, deputado Pedro Uczai (PT), 11 professores-doutores que integram a comissão de implantação da UFFS e também contou com a presença do reitor da UFSC, professor Alvaro Prata.

26 de fevereiro: Os membros da Comissão de Instalação da UFSS realizaram a primeira reunião de trabalho em Chapecó, que será sede da universidade. O presidente, professor Dilvo Ristoff, participou de várias atividades com os membros da comissão e lideranças do Movimento Pró-Universidade onde foi apresentado o cronograma de implantação da UFFS. Participaram, também, prefeito, João Rodrigues e o deputado federal Cláudio Vignatti.

11 de fevereiro: o ministro da Educação, Fernando Haddad, empossa a Comissão de Implantação da UFFS, que tem como presidente o professor Dilvo Ristoff, da UFSC. A comissão foi instituída pela Portaria nº 148 do MEC. Confira [clikando aqui](#).

9 de fevereiro: o presidente do Instituto de Pesquisa e Estudos em Administração Universitária (Inpeau), professor Rodolfo Pinto da Luz, cedeu o espaço do instituto para a Comissão de Implantação da UFFS. O Inpeau funciona no Centro Sócio-Econômico da UFSC.

## **2008**

12 de dezembro: audiência com a nova secretaria de Ensino Superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci.

4 de dezembro: uma comitiva dos três estados do Sul esteve em audiência com a secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Maria Paula Dallari Bucci, buscando agilizar os trâmites para a implantação da UFFS. O MEC adiantou que está empenhado em garantir o início das aulas para o primeiro semestre de 2010 e que criará a Comissão de Implantação e de Projeto Pedagógico nos próximos dias.

24 de novembro: reunião, em Chapecó, da coordenação do Movimento Pró-universidade Pública e Popular, sobre o planejamento para 2009: ação política no governo e no Congresso, projeto político e comissão de implantação. [clikando aqui](#).

12 de novembro: PL 3774/08 (que cria a UFFS) é aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

16 de julho: presidente Lula assina projeto de lei de criação da Universidade da Mesorregião, no Palácio do Planalto, em Brasília, para enviar ao Congresso Nacional.

24 de abril: na visita do ministro da Educação, Fernando Haddad, em Concórdia, o coordenador-geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli, cobrou urgência da tramitação do projeto da Universidade da Mesorregião no poder executivo para que possa ser encaminhado ao Congresso Nacional. A proposta também é que o MEC edite uma nova portaria criando um novo grupo de trabalho para realizar o detalhamento das áreas, cursos, seleção de alunos e professores.

7 de março: a coordenação do Movimento Pró-Universidade reúne-se em Chapecó, com a coordenação política dos três estados do sul, no Seminário Sagrado Coração de Jesus, para debater os próximos passos, como os cursos e as áreas de atuação. A reunião também definiu que até o próximo dia 10 o GT estará recebendo sugestões para o nome definitivo da universidade e, após essa data, será feita uma consulta popular para a definição do nome.

Março: finalizado o relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal da Fronteira Sul. Conheça o relatório [clikando aqui](#).

21 e 22 de fevereiro: quarta reunião do Grupo Técnico, que está formulando o projeto da nova Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, na UFSC, em Florianópolis, definiu realização de uma oficina e quatro seminários para a definição dos cursos. A oficina acontecerá em Chapecó, no dia 10 de março. Os seminários a partir do dia 17 de março em Chapecó, Cerro Largo, Erechim e Laranjeiras do Sul.

11 de fevereiro: posse dos membros da Comissão de Implantação da Universidade da Mesorregião, professores Ricardo Rossato, Conceição Paludo, Paulo Alves Lima Filho e Antônio Inácio Andrioli, no MEC, em Brasília. Os nomes foram indicados pelo Movimento Pró-universidade.

## **2007**

Projeto Lei 2.199-07, de deputado federal Cláudio Vignatti, institui a UFFS. 12 de dezembro: o ministro da Educação, Fernando Hadadd, anunciou a criação da Universidade Federal para Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM) em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O coordenador geral da Fetraf-Sul e membro do GT, Altemir Torteli, esteve presente na cerimônia juntamente com integrantes do Movimento, parlamentares estaduais e federais, prefeitos e vereadores dos três estados da Região Sul.

3 de dezembro: reunião do Movimento Pró-universidade, em Concórdia, decide solicitar ao Ministério da Educação que a nova universidade da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul tenha sete campi. O MEC havia proposto três: um para o norte gaúcho, outro para o oeste catarinense e o terceiro para o sudoeste do Paraná. Chapecó foi escolhida para sediar a universidade pela posição centralizada na área abrangida.

26 de novembro: o Ministério da Educação publica a Portaria 948, criando a Comissão de Projetos da Universidade Federal Fronteira Sul. Esta Comissão terá três meses para concluir o projeto a partir desta data. O grupo que integra a Comissão é formado por 11 integrantes do Movimento Pró-universidade e técnicos do MEC, além de representantes da Universidade de Federal Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina.

23 de novembro: primeira reunião do Grupo de Trabalho e representantes da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, em Santa Maria (RS), na Universidade Federal de Santa Maria, com participação da diretora do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, Maria Ieda Costa Diniz, o reitor da UFSM, professor Clóvis Silva Lima, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFESC), professor Lúcio José Botelho, e os coordenadores do GT, professores Dalvan José Reinert e Marcos Laffin. Discutidos área de influência da Universidade Federal da Fronteira Sul, localização da sede e dos campi, estrutura física e orçamento.

22 de novembro: Portaria MEC nº 948 designa Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos.

8 de novembro: audiência pública realizada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em Brasília, discutiu a criação da Universidade Federal Popular da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. A audiência foi proposta pela deputada Maria do Rosário (PT/RS).

23 de outubro: realizada a primeira reunião dos membros da Comissão de Projeto de criação da UFFS

2 de outubro: ministro da Educação, Fernando Haddad, confirma em audiência o compromisso de o governo federal criar a universidade.

24 de agosto: em mais de 15 cidades que fazem parte da Grande Fronteira da Mesorregião do Mercosul, atos públicos do Movimento Pró-Universidade Pública e Popular. Também foi lançado o site do Movimento: [www.prouniversidade.com.br](http://www.prouniversidade.com.br) No oeste catarinense, a mobilização ocorreu nas cidades de Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste. No norte do Rio Grande do Sul, aconteceram panfletagem e manifestações nos municípios de Erechim, Palmeira das Missões, Espumoso, Sananduva, Três Passos, Ijuí, Sarandi, Passo Fundo, Soledade, Marau, Vacaria e Lagoa Vermelha. No sudoeste do Paraná, as cidades de Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul realizaram seus atos públicos anteriormente.

26 e 27 de julho: Seminário Regional Sul de Educação no Campo, realizado pela Fetraf-Sul, em Concórdia, defende a criação da Universidade na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

18 de junho: o reitor da UFSC, Lúcio José Botelho, prorroga até o dia 31 de agosto de 2007 os efeitos da Portaria 356/GR/2006, de 26 de maio de 2006, que instituiu o Grupo de Trabalho para elaborar projeto da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

15 de junho: ministro da Educação, Fernando Haddad, propõe a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (Ifet). Diante da defesa do Movimento Pró-universidade sobre a necessidade de uma universidade, ficou acordada a criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, formada por pessoas indicadas pelo Movimento e pelo Ministério da Educação.

**2006**

23 de novembro: debate sobre o projeto da nova universidade, em Erechim (RS), apresentado pelo professor Valdir Sordi, da UFSC. Sordi destacou que o projeto não exclui as Universidades Comunitárias, mas será um instrumento para somar, principalmente nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia. O encontro foi registrado no Informativo da Mesomercosul

22 de agosto: em reunião do Fórum da Mesomercosul, em Chapecó, foi apresentado esboço do projeto da nova universidade, seguido de um debate sobre os pontos iniciais da proposta e a recomendação de novas reuniões. A apresentação foi realizada pelo coordenador do Grupo de Trabalho, professor Valdir Soldi, da UFSC.

13 de junho: ministro da Educação, Fernando Haddad, aprova a idéia de uma universidade federal para o Sul do Brasil (abrangendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná) e assume o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade.

26 de maio: instituído o Grupo de Trabalho pela Portaria 356/GR/2006 da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de elaborar projeto técnico da universidade a ser criada. A portaria é assinada pelo reitor da UFSC, Lúcio José Botelho.

4 de maio: assembléia-geral do Fórum da Mesomercosul discutiu a implantação de um projeto único de universidade, uma vez que as propostas individualizadas foram rejeitadas pelo MEC, que alegou ser inviável o atendimento de pleito de tamanha envergadura em cada um dos estados. O deputado Cláudio Vignatti, autor do Projeto de Lei 6037/2005, que propõe a criação da Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, foi um dos expositores do assunto. O Fórum entendeu que se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional na macrorregião sul ainda não contemplado com serviços desta natureza.

## **2005**

O Movimento Pró-Universidade Federal teve início nos três estados do Sul, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e pela Via Campesina (com a participação do Fórum da Mesorregião, Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três Estados, igrejas, movimento estudantil, associações de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores) ganha força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

## ANEXO B – Síntese da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão

### APRESENTAÇÃO

A UFFS é, sob todos os aspectos, uma Universidade em construção. O fato de ter menos de um ano de existência a obriga a vivenciar a experiência de ser e estar no espaço-tempo presente sob perspectivas imensamente ampliadas e diversas. De forma mais objetiva, estar em construção implica efetivar, pela primeira vez, as matrículas dos acadêmicos dos quarenta e dois cursos de graduação; elaborar e aprovar os planos de ensino e os projetos político-pedagógicos; institucionalizar os Grupos e as Linhas de Pesquisa; implantar os primeiros cursos de Especialização e programas de Mestrado e Doutorado; definir as Linhas e as áreas prioritárias da Extensão; organizar a Reitoria, as Pró-Reitorias, os *campi* e todos os setores que oferecem as condições para o pleno desenvolvimento das atividades-fim da UFFS.

A experiência da construção de uma Instituição de Ensino Superior se assemelha, resguardadas as devidas diferenças, à dos jardineiros. Eles sabem que o pensar e o fazer, a ideia e a ação, a concepção e a execução, o projeto e a obra devem andar juntos. Não há jardins sem jardineiros. Os jardins são obras das pessoas que sonham, concebem e se dedicam apaixonadamente a fim de vê-los realizados. Assim como toda e qualquer invenção/construção humana, a UFFS precisa pensar-se cotidianamente; o seu projeto de universidade não está dado, nem concluído. A reflexão e o debate são desafios abertos e permanentes, de cuja intensidade dependerá, em boa medida, a qualidade acadêmica e a organicidade de sua inserção social.

A I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS reflete a consciência dessa necessidade. Foi proposta porque se entendeu que este seria o momento propício para a comunidade acadêmica discutir a missão e os objetivos da nascente Universidade. A COEPE foi uma iniciativa das três Pró-Reitorias acadêmicas – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – e dos cinco *campi* da UFFS (Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza), cujos propósitos fundamentais foram:

1. Mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS, nos seus diferentes *campi* e áreas de conhecimento, para a definição das políticas norteadoras do Ensino, Pesquisa e Extensão;
2. Aprofundar a interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão, e as suas articulações com o Ensino.

Em termos mais específicos, a COEPE visou a:

1. Submeter à discussão o Documento-base da Conferência, que apresenta os princípios e os objetivos que devem nortear a elaboração das políticas do Ensino de Graduação e de Pós-graduação, da Pesquisa e da Extensão;
2. Discutir/propor os temas/problemas prioritários de investigação, a partir dos quais serão definidos os Grupos e as Linhas de Pesquisa da Instituição;
3. Definir as prioridades institucionais no campo da Extensão e da Cultura, considerando o compromisso da UFFS com o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico de sua região de abrangência;

4. Levantar as demandas no campo da Pós-graduação, visando a orientar a oferta de cursos de Especialização e a implantação de programas de Mestrado e Doutorado nos próximos anos;
5. Definir as diretrizes e as ações prioritárias para o Ensino de Graduação na UFFS;
6. Elaborar o Documento Final da Conferência, que sistematiza as principais contribuições oriundas dos Fóruns Temáticos e dos Grupos de Discussão realizados nos cinco *campi* da UFFS;
7. Aprovar o Documento Final da Conferência, subsídio para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e das políticas de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

Tendo em vista a característica *multicampi* e as especificidades de cada microrregião que sedia cada um dos *campi* da UFFS, procurou-se dotar a COEPE de uma metodologia que tanto respeitasse a diversidade e a sua legítima manifestação, quanto assegurasse o princípio da unidade institucional. A Conferência foi, deste modo, organizada em três etapas fundamentais: a Abertura, os Fóruns Temáticos e a Conferência Final.

A primeira dessas etapas, a Abertura, foi realizada em Chapecó, no *campus* sede da Reitoria, no dia 16 de junho de 2010. A Conferência foi instalada pelo Reitor da UFFS, seguida da entrega do Documento-base da COEPE, da apresentação da metodologia e da palestra de Abertura, proferida por conferencista convidado.

A segunda foi realizada em cinco sessões, uma em cada *campus*. A primeira sessão aconteceu na UFFS – Campus Chapecó, nos dias 17 e 18 de junho; a segunda, em Erechim, nos dias 01 e 02 de julho; a terceira, em Realeza, nos dias 13 e 14 de julho; a quarta, em Laranjeiras do Sul, nos dias 15 e 16 de julho; a quinta, em Cerro Largo, nos dias 22 e 23 de julho.

A Conferência nos *campi* da UFFS teve dois momentos fundamentais: os Fóruns Temáticos propriamente ditos e os Grupos de Discussão. No primeiro momento ocorreram as discussões entre a comunidade acadêmica da UFFS e as lideranças regionais, em torno dos seguintes temas:

1. Conhecimento, Cultura e Formação Humana;
2. História e Memória Regional;
3. Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação;
4. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Regional;
5. Energias Renováveis, Meio ambiente e Sustentabilidade;
6. Desenvolvimento Regional, Tecnologia e Inovação;
7. Gestão das Cidades, Sustentabilidade e Qualidade de Vida;
8. Políticas e Práticas de Promoção da Saúde Coletiva;
9. Educação Básica e Formação de Professores;
10. Juventude, Cultura e Trabalho;
11. Língua(gem) e Comunicação: interfaces.

Os onze Fóruns Temáticos foram realizados em todos os *campi* da UFFS. Por meio deles pretendeu-se aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, com o intuito de definir as políticas e as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão, e as suas articulações com o Ensino. Cada Fórum teve cinco coordenadores, um por *campus*, os quais tiveram a tarefa de (i) conceber, organizar e coordenar as diferentes sessões do Fórum; (ii) registrar, em formulário padrão da COEPE, as principais discussões e propostas apresentadas pelos painelistas convidados; (iii) redigir,

em conjunto, um único texto, em forma de artigo, com o intuito de sintetizar as principais proposições apresentadas ao longo das cinco sessões de cada Fórum temático. Os dez artigos integrarão os anais da COEPE.

O segundo momento deu-se por meio dos Grupos de Discussão, aos quais coube a tarefa de, a partir dos relatórios de cada um dos Fóruns Temáticos, sistematizar as contribuições e definir as ações que o *campus* entende serem prioritárias nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. As proposições de cada *campus* foram registradas no próprio Documento-base, que, na sequência, foi enviado à comissão geral de sistematização da COEPE, a fim de compor um único documento, a ser discutido e aprovado na Conferência Final.

Por fim, a terceira etapa dos trabalhos da COEPE, a Conferência Final, aconteceu em Chapecó, nos dias 02 e 03 de setembro, com a discussão e aprovação do Documento Final.

O Documento Final da COEPE, que ora chega a público, sintetiza as deliberações havidas nesse importante espaço de interlocução sobre as prioridades da UFFS nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Resultado de um processo participativo, ele reflete o que as pessoas e as instituições envolvidas esperam construir na UFFS nos próximos anos.

**Prof. Dr. Joviles Vitório Trevisol**

**Presidente da Comissão Organizadora Geral da COEPE**



## 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul tem menos de um ano de existência e, a despeito de sua tenra idade, sobre ela recaem as mais variadas expectativas, apostas e desafios. Nascida da organização dos movimentos sociais e das lideranças políticas e comunitárias da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno, a UFFS é a mais viva e recente expressão da capacidade de mobilização dos atores sociais que, há décadas, lutam em defesa dos ideários mais importantes da emancipação social, como democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sustentabilidade e justiça social. Sua origem se dá, portanto, no âmago da sociedade civil organizada. Ela nasce de “fora para dentro”; surge dos movimentos sociais e, na sequência, legitima-se como instituição pública estatal por meio da Lei Federal 12.029/2009.

O lugar (geográfico, político e social) de nascimento da UFFS está longe de ser algo irrelevante. Além de inseri-la na história do Ensino Superior brasileiro como a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, tal fator atua decisivamente sobre a construção de sua identidade e para a definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os dez princípios norteadores estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS indicam, com bastante clareza, os pressupostos filosóficos, políticos e acadêmicos que devem orientar a nascente Universidade:

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
2. Integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desde a origem da Instituição;
3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a Educação Básica em número suficiente e com qualidade adequada;
4. Universidade de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do país;
5. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
6. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no Ensino Superior, especialmente das populações mais excluídas do campo e da cidade;
7. Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
8. Uma Universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;
9. Uma Universidade pública e popular;
10. Uma Universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.<sup>1</sup>

Os dez princípios norteadores expressam o lugar de origem (contexto) da UFFS, assim como apontam o seu lugar de destino (finalidades). Trata-se, portanto, de uma Universidade que nasce da sociedade, para ser um bem público ao seu serviço. Significa concebê-la e realizá-la tendo como ideia-força o princípio da democratização, cuja processualidade precisa se dar a partir de dois movimentos.

O primeiro deles, **o da democratização de dentro para fora**, exige que a UFFS seja construída a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade. Ao invés de realizá-la a partir do distanciamento estrutural que tem caracterizado muitas universidades – que se colocam acima, numa posição distante da comunidade onde estão inseridas e hierarquicamente superior - ela deve ampliar as zonas de contato e intensificar a interatividade, a inserção e as relações de cooperação solidária. Em vez de ser o “objeto”, a sociedade deve ser o “sujeito” das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Trata-se do desafio de fazer emergir uma universidade de proximidade, ou seja, uma IES concebida como um bem público, cujos bens simbólicos produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis a todos os grupos sociais. Não uma fortaleza, mas uma universidade-rede. Quanto mais inserção na sociedade, tanto mais esta se insere na universidade. Ao realizar o seu compromisso político e epistemológico, e sua responsabilidade social, a UFFS acaba por promover sua própria democratização.

O segundo movimento, **o da democratização de fora para dentro**, implica romper com as formas tradicionais e hegemônicas de conceber a universidade. O mesmo movimento que leva o conhecimento científico para a sociedade deve ser o que traz outras formas de conhecimento para dentro da universidade.

Os princípios norteadores da UFFS acima referidos estão na base da proposição da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão. A COEPE objetivou discutir, interiorizar e conferir organicidade a tais princípios, criando as condições para que eles sejam vividos e concretizados cotidianamente pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, a COEPE pretende incorporá-los ao cotidiano da Instituição, transformando-os em políticas, diretrizes e ações concretas nas três atividades-fim da UFFS.

Assim, com o propósito de oferecer aos participantes da COEPE um conjunto de subsídios para as discussões realizadas durante as conferências nos *campi*, especialmente no âmbito dos grupos de discussão, as equipes das pró-reitorias acadêmicas elaboraram o Documento-base. Trata-se de um texto , escrito a muitas mãos, com a intenção de se constituir em uma primeira tentativa de explicitar os princípios, os objetivos e as diretrizes, a partir dos quais serão construídas as políticas de Graduação, de Pós-graduação, de Pesquisa, de Extensão e de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Com tais características e objetivos, trata-se de um documento aberto às discussões e passível de aprimoramentos, conforme estabeleceram o regimento e a metodologia da COEPE. Ao subsidiar as discussões, o Documento-base foi, ele próprio, objeto de análises e reformulações. Por meio dele pretendeu-se colher e organizar as contribuições dos diferentes *campi* da UFFS que orientaram a elaboração do Documento Final da COEPE. Este documento não teve, pois, a pretensão de constituir-se em algo acabado. Sua tarefa foi reunir elementos iniciais para provocar debates, reflexões e proposições advindas de outros olhares, saberes e atores sociais com os quais todas as áreas acadêmicas, observadas as questões legais, deverão dialogar.

### 3 PRINCÍPIOS

A Universidade é uma criação histórico-social. Ela é, portanto, instituição constituinte da sociedade. Não está à parte dela. Mas, ao mesmo tempo, tem a missão de ser

*instância crítica* de si mesma e, especialmente, da sociedade, pois a criticidade que lhe é inerente implica, sobretudo, a sabedoria histórica de pensar, com profundidade, tanto o próprio tempo como a si própria, e não sem algum distanciamento.

O Projeto Político Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul expressa, nos princípios institucionais, os compromissos assumidos pela Universidade no contexto histórico e político da Educação Superior brasileira e no contexto socioeconômico da sua região de abrangência. Entre esses compromissos, a democratização do conhecimento exige a busca pela excelência na realização das atividades-fim (Ensino, Pesquisa e Extensão), o que requer a definição de princípios éticos e epistemológicos que traduzam a concepção de excelência acadêmica almejada.

Assim, as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS serão orientadas pelos seguintes princípios:

1. Humanismo;
2. Pluralidade;
3. Justiça cognitiva;
4. Autonomia intelectual;
5. Cooperação;
6. Sustentabilidade;
7. Transformação social;
8. Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; e
9. Interdisciplinaridade

**Humanismo:** O princípio diz respeito ao reconhecimento da humanidade que se faz presente em cada ser humano. Pressupõe uma abertura para a alteridade. Trata-se de um princípio indispensável a uma educação que queira fazer jus ao seu conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador, como forma de relação que estabelece com o objeto investigado. Traduz-se na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros.

**Pluralidade:** O princípio diz respeito à natureza da própria Universidade que, em seu conceito, abarca a pluralidade, ao reconhecer a universalidade numa tripla dimensão:

- a) o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, isto é, com a multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos;
- b) o universal enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente acerca da origem e do sentido de seus saberes;
- c) o universal enquanto orientação ético-política de construção da história na qual possam conviver distintas formas de organização e de significação da existência, uma história como “progresso *do todo*” contraposta ao “progresso *no todo*”.

**Justiça cognitiva:** O princípio diz respeito à democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora. O acesso e a apropriação social de tais saberes são condições essenciais para o desenvolvimento do humano e para a justiça social. A Universidade pode contribuir decisivamente para a justiça cognitiva, na medida em que proporciona aos jovens e aos grupos sociais excluídos o acesso aos saberes sistematizados, historicamente produzidos e socialmente legitimados, possibilitando o redimensionamento do conhecimento.

**Autonomia intelectual:** O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica<sup>22</sup>. Significa superar o mero cultivo da especulação inspirada em modelos ideais, que deixa os indivíduos incapazes de orientar-se no mundo, assim como o esforço de diferenciação individual visando afirmar-se diante da lógica competitiva que se impõe como realidade autonomizada, sem sujeito. O desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de Ensino na Graduação e na Pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na Pesquisa e na Extensão, é primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual. A produção de autonomia do pensamento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização.

**Cooperação:** O princípio diz respeito à forma de relação que os seres humanos estabelecem entre si para regular suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa, que busca conferir sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. A cooperação implica o agir solidário, tanto na produção, quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas.

**Sustentabilidade:** O princípio da sustentabilidade diz respeito a um conjunto amplo de princípios, valores, conhecimentos e práticas individuais e coletivas que procuram repensar/superar o atual modelo de desenvolvimento e promover dinâmicas que primem por justiça social e por relações mais solidárias e responsáveis entre o ser humano e a natureza. Implica construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o ser humano à condição de consumidor. A sustentabilidade tem uma dimensão ética latente: ela implica um equilíbrio dinâmico entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza de satisfazê-las. A sustentabilidade ecológica, nesse sentido, implica sustentabilidade social, econômica, espacial e cultural.

**Transformação social:** O princípio diz respeito à orientação social do fazer acadêmico no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Trata-se de um princípio que aposta na contextualização e na interpretação histórica e crítica como perspectiva de qualificar a intervenção social. Requer o reconhecimento da pertinência das demandas sociais a partir de sua contextualização histórica, objetivando conferir-lhes uma orientação emancipatória. O princípio se traduz numa postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas.

**Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.** O princípio diz respeito, sobretudo, à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão.

**Interdisciplinaridade:** O princípio diz respeito ao processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas, e uma intervenção mais qualificada na realidade.

#### 4 OBJETIVOS E AÇÕES

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede na cidade de Chapecó e *campi* nas cidades gaúchas de Cerro Largo e Erechim, e nas cidades paranaenses de Realeza e Laranjeiras do Sul, tem como área de abrangência os municípios que compõem a Mesorregião da Fronteira do Mercosul. Trata-se de uma região historicamente desassistida pelo poder público, especialmente no que diz respeito ao acesso à Educação Superior, considerada pelo Ministério da Integração Regional como uma área em depressão econômica.

As bacias hidrográficas do rio Uruguai e do rio Iguaçu conferem uma identidade geográfica à Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno, que possui semelhanças físicas e sócio-econômicas, e é marcada pela presença dos povos indígenas e caboclos, dos imigrantes e migrantes europeus e seus descendentes, que contribuíram fortemente na definição de sua identidade histórica e cultural. Destaca-se também a presença e atuação de diversos movimentos sociais rurais e urbanos que, a partir dos anos 70, têm provocado impactos significativos na formulação de políticas públicas e na produção de atores sociais, mediadores e lideranças políticas e comunitárias, bem como no desenvolvimento de um forte associativismo regional. A formação desses profissionais e desses agentes ligados aos movimentos sociais pressionou o Estado para a criação de políticas públicas em relação à terra, à saúde, à mulher, à energia, entre outras. Trata-se de uma região que tem na agropecuária e na agroindústria sua base produtiva, e que tem como problemas centrais:

empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional frente ao contexto da globalização, e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado; e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.<sup>24</sup>

Diante desse cenário, cabe à UFFS atuar numa perspectiva de transformação social, visando minimizar as desigualdade sociais da Mesorregião da Fronteira do Mercosul e seu entorno e contribuir para um projeto de desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário.

#### 4.1 GRADUAÇÃO

Alicerçada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, a Graduação constitui-se num espaço mediador de produção e de difusão do conhecimento, fundamentada na Ciência, na Arte e na Justiça. Seu desenvolvimento pressupõe a articulação do trabalho pedagógico em torno de objetivos coesos e coerentes, que tenham por base os processos de democratização do país, os princípios institucionais e os princípios éticos e epistemológicos das atividades-fim da Universidade. Assim, a despeito da diversidade de áreas de formação na Graduação, é possível estabelecer objetivos gerais para direcionar e dar organicidade à práxis educativa que se desenvolve em cada curso.

### 4.1.1 Objetivos Gerais

São objetivos gerais do Ensino da Graduação:

1. Promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura e às suas formas de produção, sobretudo para as camadas sociais historicamente excluídas;
2. Fomentar o desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Cursos fortemente articulados com as demandas regionais e nacionais, com a perspectiva de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais;
3. Realizar uma ação educativa dialética e problematizadora que promova o desenvolvimento da cognição e da afetividade na construção de novas significações sociais;
4. Promover a diversidade no espaço da Universidade e incluir as diferenças culturais do mundo contemporâneo no contexto curricular como pressuposto para a formação profissional e cidadã;
5. Criar um espaço intelectual e político plural, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;
6. Fomentar a cooperação entre os membros da comunidade acadêmica de diferentes cursos, *campi* e instituições com o intuito de promover processos e práticas pedagógicas orientadas por valores humanistas e coletivistas, justiça social e democracia;
7. Promover o exercício da reflexão crítica e a (re)construção de saberes por meio da investigação e da indagação permanente sobre as práticas sociais e profissionais, integrando as atividades de Ensino com as práticas de Pesquisa e de Extensão e articulando a Graduação com a Pós-graduação;
8. Formar profissionais cidadãos, capazes de refletir autonomamente, com competência técnica e teórica, de modo a contribuir com a construção de uma sociedade justa, sustentável e solidária.

Concebe-se o ensino de Graduação como o desenvolvimento de cursos e carreiras que possibilitem a formação para a autonomia do agir e do pensar, a criação de espaços de atuação e, neste caso, de novos modos de atuar, e não apenas o mero atendimento às necessidades mutáveis e peremptórias do mercado. Objetiva-se, portanto, formar um egresso que, mediado pelos conhecimentos técnicos e científicos, compreenda os fenômenos sociais em sua relação com o contexto histórico mais amplo, produzidos social e historicamente. Um sujeito que se sensibilize com as questões sociais do seu tempo e se solidarize, comprometa-se, intervenha e participe da construção de novas relações sociais e de melhores condições de vida para as populações.

### 4.1.2 Diretrizes para a Organização da Graduação

A concretização desses objetivos gerais exige uma relação orgânica entre as atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. A definição de diretrizes organizacionais da Graduação, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação, das Licenciaturas e dos Cursos objetiva assegurar que o ensino da Graduação se estruture de forma a viabilizar a realização de seus objetivos. São três as diretrizes gerais da Graduação da UFFS, articuladas entre si, a saber: (1) a democratização do acesso e da permanência, com qualidade; (2) a flexibilização curricular; (3) a construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

#### 4.1.2.1 Democratização do acesso e permanência

O estabelecimento de mecanismos, estratégias e ações que garantam o acesso e a permanência dos discentes das camadas populares historicamente excluídas, como perspectiva de democratização do acesso à Educação Superior com qualidade e à promoção da justiça social.

#### 4.1.2.2 Flexibilização curricular

Corresponde a uma organização favorável à diversificação do currículo, orientada pela variedade de componentes curriculares e de atividades formativas, e mediada por uma tensão permanente entre educação geral e educação especializada. O currículo, compreendido como algo construído no cruzamento de influências e campos de atividades diferenciadas e inter-relacionadas, inclui sempre a escolha circunstanciada de conhecimentos que são enfatizados ou omitidos, em meio a um conjunto mais amplo de opções. Nos currículos dos Cursos de Graduação da UFFS, a flexibilização é traduzida pela organização em três grandes domínios, a saber: (i) Domínio comum; (ii) Domínio conexo e, (iii) Domínio específico.

O domínio comum refere-se ao conjunto de disciplinas cursadas pelos estudantes de todos os cursos de Graduação e que tem por finalidade proporcionar aos estudantes a apropriação de conhecimentos científicos que promovam o seu desenvolvimento enquanto seres humanos capazes de intervir ativa e criticamente em qualquer contexto ou atividade sócio-profissional. A opção por um currículo com uma parte comum a todos os Cursos de Graduação traduz não só a compreensão de que a educação pública, em todos os níveis, deve ser orientada por argumentos democráticos, mas também a justiça curricular, isto é, a organização de currículos que não correspondam a verdadeiros guetos culturais.

O Domínio Conexo refere-se ao conjunto de disciplinas que traduzem um corpo de conhecimentos situados na interface de vários cursos, sem, no entanto, caracterizarem-se como exclusivas de um ou de outro. Possibilita a visualização de interesses comuns e aponta possíveis conexões na direção da consecução de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Congrega elementos promotores da integração curricular e do princípio da interdisciplinaridade.

O Domínio Específico refere-se ao conjunto de componentes curriculares traduzidos em disciplinas, seminários, oficinas, atividades curriculares complementares, entre outros, próprios de determinadas áreas do conhecimento e processos formativos. Possibilita o estudo aprofundado de conhecimentos de uma determinada área do conhecimento. Nos currículos dos Cursos de Graduação da UFFS, tal princípio responde, ainda, à possibilidade de os estudantes decidirem sobre parte do percurso curricular que desejam realizar no tempo de integralização previsto para o Curso.

#### 4.1.2.3 Construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

Os Projetos dos Cursos dão materialidade aos princípios institucionais e ético-epistemológicos, e aos objetivos da Graduação. Construídos com a participação dos coletivos docentes e discentes, mobilizam conhecimentos de distintas áreas para definir o perfil do egresso e traçar o percurso curricular que o objective.

## 4.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A realidade da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno apresenta uma série de problemas que desafiam a Universidade. Os estudos avançados decorrentes dos Cursos e Programas de Pós-graduação da UFFS são desafiados a atentar para tal realidade.

A demanda por profissionais pós-graduados e qualificados se dá tanto nas empresas como nos órgãos governamentais e, de um modo geral, na área social, nos movimentos sociais e organizações não-governamentais. Deste modo, a Pós-Graduação na UFFS deve promover a pesquisa básica e aplicada, atendendo não apenas ao setor produtivo e ao Estado, mas também às organizações da sociedade civil. Trata-se de promover a capacitação humana e profissional e a autonomia dos estudantes para a produção de conhecimento emancipatório e para o desenvolvimento de condutas que gerem sustentabilidade e qualidade de vida.

A definição e a consolidação de um sólido sistema de Pós-graduação na UFFS requer o estabelecimento de redes de cooperação *intercampi*, nacional e internacional, com diferentes Instituições de Ensino e de Pesquisa. Dada a sua origem, a UFFS é desafiada a constituir-se em um centro de referência para o desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada na sua região de abrangência.

#### **4.2.1 Objetivos Gerais**

1. Promover a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e a articulação entre a Graduação e a Pós-graduação;
2. Favorecer a cooperação e a inserção dos Pesquisadores da UFFS no âmbito nacional e internacional, bem como sua participação em redes de Pesquisa;
3. Proporcionar ambiência acadêmica que favoreça a construção de conhecimento emancipatório, promova a formação humana e capacite para o mundo do trabalho;
4. Capacitar pessoas a propor e a promover mudanças na forma de produção e de consumo, por meio da produção, difusão e socialização de conhecimentos e práticas nas diferentes áreas.
5. Desenvolver estudos e pesquisas, básicas e aplicadas, para atender às demandas da sociedade contemporânea;
6. Formar pós-graduados com autonomia intelectual e capazes de conviver com a pluralidade de ideias e de culturas.
7. Criar espaços de publicação da produção científica que permitam dar visibilidade institucional aos Grupos de Pesquisa, e contribuam para a circulação do conhecimento;
8. Promover a especialização e a integração entre as diversas áreas do conhecimento.

#### **4.2.2 Diretrizes para a Organização da Pós-graduação**

A concretização dos objetivos gerais exige uma relação orgânica da Pós-graduação com o ensino de Graduação, com a Pesquisa e a Extensão.

As políticas nacionais definem algumas diretrizes que orientam a organização da Pós-graduação, as quais devem ser consideradas na formulação das políticas da UFFS. Essas diretrizes dizem respeito, entre outras coisas, à classificação e à constituição dos cursos, à flexibilização curricular, aos processos de cooperação institucional, à relação com a Pesquisa e com a Extensão.

##### **4.2.2.1 Classificação dos Cursos**

A Pós-graduação na UFFS compreende a oferta de Cursos de Especialização (nível *lato sensu*) e de programas de Mestrado e de Doutorado (nível *stricto sensu*). Sua implantação se dá à luz dos critérios a serem estabelecidos pela Instituição, bem como



daqueles propostos na política nacional de Pós-graduação e de Pesquisa da CAPES e do CNPq.

Os Cursos de Especialização são, em geral, organizados de forma a oferecer respostas mais imediatas a determinadas demandas sociais e profissionais. Para além dessa especificidade, podem apoiar o processo de construção e de definição de Programas *stricto sensu*. Os Cursos *lato sensu* devem ter duração mínima de um ano adequando-se à legislação, em especial no que concerne à carga horária e à produção monográfica.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* se concentram em torno de áreas e de temáticas claramente definidas e objetivam o aprimoramento da formação humana e a produção de conhecimento científico e tecnológico.

#### 4.2.2.2 Constituição dos Cursos

Os Cursos e os Programas são concebidos no âmbito das diferentes áreas do conhecimento e/ou dos Cursos de Graduação. Estabelecem estreito vínculo com os Grupos e Linhas de Pesquisa, e emergem de sua produção acadêmica. São institucionais e concebidos na perspectiva *intercampi*, com o propósito de otimizar os recursos humanos existentes. Articulam-se ao planejamento institucional considerando suas grandes metas, atentando para sua visão estratégica, e privilegiando as grandes demandas regionais ligadas aos desafios do desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico, científico e tecnológico.

#### 4.2.2.3 Flexibilização curricular

A organização curricular, em sintonia com os princípios institucionais, deverá primar pela promoção da tensão permanente entre educação geral e educação especializada, e pela articulação de conhecimentos de distintas áreas de formação.

É da essência dos Cursos e Programas de Pós-graduação a flexibilidade na sua estruturação. Assim, a definição da matriz curricular se dimensiona de acordo com as necessidades do estudante e da sua área de formação, e visa à produção de conhecimento que não apenas promova a discussão na comunidade acadêmica e científica, mas que atenda às demandas da sociedade.

Os projetos dos Cursos *stricto sensu* necessitam prever que, além da produção da dissertação ou da tese, os alunos cursem um conjunto de disciplinas relacionadas à área de concentração e/ou áreas afins de cada programa, bem como às Linhas do Programa. Às atividades de pesquisa que resultem em produção científica ou tecnológica poderão ser atribuídos créditos além dos previstos nas disciplinas formais.

#### 4.2.2.4 Cooperação *intercampi* e interinstitucional

Os programas de cooperação constituem uma estratégia singular para a otimização dos recursos existentes, para a nucleação mais equilibrada de Cursos e Grupos de Pesquisa em nível institucional e interinstitucional. Em nível institucional, evidenciam a necessidade de mobilização *intercampi* como perspectiva de responder às grandes demandas vinculadas região de abrangência da Universidade, nos âmbitos do desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico, científico e tecnológico. Em nível interinstitucional constituem uma possibilidade de potencializar recursos humanos em áreas de grande relevância social e com carência de pesquisadores, e de estabelecer uma cooperação em projetos de interesse nacional e internacional. Dessa cooperação emergirá a organização de redes de cooperação científica e tecnológica, estabelecendo profunda relação com a Pesquisa e com o desenvolvimento da Ciência.

#### 4.2.2.5 Articulação com a Pesquisa e a Extensão

Os Cursos e Programas se constituem num meio privilegiado para a formação e consolidação dos Grupos e Linhas de Pesquisa na UFFS e favorecem a integração com outras instituições e agências de fomento nacionais e internacionais. A interação e a cooperação entre os Grupos de Pesquisa criam as condições de promoção do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, fortalecendo a articulação entre as áreas do conhecimento, bem como com a Extensão.

### 4.3 PESQUISA

Parte dos problemas da região da Fronteira Sul se deve à histórica ausência de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e a superação das desigualdades socioeconômicas. A superação desses problemas requer conciliar conhecimento da realidade com a preservação ambiental, a melhoria da qualidade de vida de todos e a produção e inovação científica, tecnológica e cultural.

Nesse contexto, a UFFS é desafiada a organizar as atividades de Pesquisa de forma a dialogar com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a construção de uma instituição pública, popular e de qualidade e desempenhando seu papel de *locus* de problematização da realidade social.

#### 4.3.1 Objetivos Gerais

Orientada pelos princípios éticos e epistemológicos colocados acima, a Pesquisa na UFFS visa aos seguintes objetivos:

1. Respeitar os princípios éticos e epistemológicos que orientam as atividades-fim da UFFS;
2. Observar os princípios da ética científica na definição das finalidades da Pesquisa, no uso das metodologias, na divulgação dos resultados e na utilização das verbas públicas;
3. Promover o avanço do conhecimento em todas as suas áreas;
4. Contribuir para que a UFFS se constitua em um centro de referência em tecnologias e inovação social, comprometida com o desenvolvimento social, cultural e econômico, de forma sustentável e solidária;
5. Promover o acesso aos conhecimentos e tecnologias, por meio da integração com o Ensino e a Extensão e do apoio à divulgação dos resultados das pesquisas;
6. Contribuir para a formação acadêmica;
7. Subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades oriundas dos processos de desenvolvimento;
8. Criar espaços plurais, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;
9. Fomentar a interlocução e o debate entre os pesquisadores dos diferentes *campi* e instituições, visando a consolidação dos Grupos e das Linhas de Pesquisa;
10. Delinear campos de problematização que permitam a investigação sob a perspectiva resultante da interlocução de diferentes áreas do conhecimento, buscando construir respostas inovadoras;
11. Potencializar a formação de pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.

#### 4.3.2 Diretrizes para a Organização da Pesquisa

A Pesquisa é uma atividade de produção de conhecimento que se efetiva por meio de um conjunto de ações organizadas sistematicamente para responder a um ou mais problemas. O conhecimento produzido deve ser convertido em objeto de discussão e de avaliação da comunidade científica.

O desenvolvimento das atividades de Pesquisa na UFFS toma como referência as políticas institucionais e as nacionais.

As atividades de Pesquisa serão desenvolvidas por Grupos de Pesquisa, os quais definem suas Linhas em função dos objetos pesquisados. Cada Linha de Pesquisa agrega os Projetos de Pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores, estudantes e técnicos que participam do Grupo. A Pesquisa será organizada, portanto, a partir de três instâncias fundamentais: (1) Grupos de Pesquisa; (2) Linhas de Pesquisa; e (3) Projetos de Pesquisa.

#### 4.3.2.1 Grupo de Pesquisa

As diretrizes para a formação e a consolidação dos Grupos de Pesquisa na UFFS obedecem ao que o CNPq estabelece em seu Diretório dos Grupos de Pesquisa. No referido Diretório, o CNPq define Grupo de Pesquisa como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças que demonstram envolvimento permanente, experiência e destaque no terreno científico ou tecnológico.

Cabe à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, aos Coordenadores Acadêmicos dos *campi* e aos coordenadores dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação promover e apoiar a interlocução entre os pesquisadores para que estes se organizem em Grupos de Pesquisa. A proposta de criação de um Grupo de Pesquisa deve levar em consideração os critérios estabelecidos pelo CNPq, os interesses e as prioridades institucionais, a perspectiva da Pós-graduação *stricto sensu*, e os interesses comuns entre os pesquisadores. Tendo isso presente, os pesquisadores interessados devem (i) escolher o líder e o vice-líder do Grupo; (ii) definir os objetivos do Grupo e justificar sua constituição; (iii) decidir qual a função de cada pesquisador no Grupo; (iv) definir as Linhas de Pesquisa e os Projetos de Pesquisa a elas vinculados; (v) informar os dados dos estudantes e técnicos que colaboram no desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa e que participarão do Grupo; (vi) assegurar que todos os integrantes do Grupo, incluindo os estudantes e os técnicos, tenham o currículo registrado na Plataforma Lattes, e atualizado; (vii) estabelecer a forma de funcionamento do Grupo (periodicidade e local das reuniões; formas de comunicação; tarefas de cada integrante, planejamento das atividades que serão promovidas pelo Grupo no primeiro ano de funcionamento etc.).

O líder do Grupo de Pesquisa deve ser um pesquisador experiente, que tenha desenvolvido Projetos de Pesquisa nos últimos 5 anos com produção científica qualificada, preferencialmente com título de Doutor. Excepcionalmente, um professor com título de Mestre poderá ser líder, respeitando os requisitos apontados acima referentes à produção científica. Cabe ao líder do Grupo: (i) cadastrar o Grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa e manter o cadastro atualizado; (ii) coordenar as atividades do Grupo; e (iii) promover intercâmbio com outros pesquisadores e instituições.

— Para integrar um Grupo, os docentes devem ter produção científica qualificada e desenvolver atividades vinculadas a pelo menos uma Linha de Pesquisa do Grupo. A UFFS, por meio de sua Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, poderá credenciar Grupos de Pesquisa considerados atípicos pelo CNPq, desde que haja razões relevantes e justificadas.

#### 4.3.2.2 Linhas de Pesquisa

Os Grupos de Pesquisa desenvolvem Linhas de Pesquisa a partir da delimitação de um ou mais Objetos de Pesquisa. Considerando que o Objeto de Pesquisa é uma construção

conceitual, pressupõe-se que a Linha de Pesquisa seja caracterizada também pela semelhança das orientações teórico-metodológicas dos Projetos de Pesquisa vinculados a essa Linha.

As Linhas de Pesquisa permitem direcionar as atividades de Pesquisa determinando o que será investigado (objeto) em um dado contexto assim como os objetivos da investigação a médio e longo prazo. Além disso, oferecem um quadro de referência para orientar teórica e metodologicamente as investigações.

É no âmbito das Linhas de Pesquisa, dentro dos Grupos de Pesquisa, que são (i) organizadas as sistematizações críticas do conhecimento acumulado sobre os Objetos de Pesquisa da Linha (pesquisas do tipo estado da arte); (ii) desenhados os projetos que dão continuidade ao estudo desse Objeto; e (iii) captados os recursos humanos e materiais necessários à continuidade das investigações.

As Linhas de Pesquisa são definidas em função dos Projetos de Pesquisa, e não dos pesquisadores. Assim, um pesquisador pode desenvolver Projetos em diferentes Linhas de Pesquisa, e uma Linha de Pesquisa pode agregar Projetos de diferentes pesquisadores.

#### 4.3.2.3 Projetos de Pesquisa

O Projeto de Pesquisa é diferente da Linha de Pesquisa porque seus objetivos são de alcance imediato e, ao contrário da Linha de Pesquisa, ele tem metas claras, recursos e prazos de execução. Uma Linha de Pesquisa agrega diversos Projetos de Pesquisa. Entretanto, uma Linha de Pesquisa pode ser representada por um grande projeto temático composto por vários subprojetos. Os Projetos de Pesquisa que integram uma Linha de Pesquisa devem ter palavras-chave comuns que caracterizam a identidade da Linha.

— É possível a existência de Projetos de Pesquisa isolados, isto é, que não são vinculados a Linhas de Pesquisa, desde que, preferencialmente, constituam-se em um primeiro passo para a organização de novas Linhas.

No âmbito dos Grupos de Pesquisa, os Projetos de Pesquisa podem ser desenvolvidos por vários pesquisadores, por apenas um pesquisador ou ainda por um pesquisador e seus colaboradores (estudantes e/ou técnicos). Os estudantes podem desenvolver Projetos de Pesquisa, desde que sejam orientados por um pesquisador.

Os Projetos de Pesquisa devem ser aprovados pelo Comitê de Ética antes de sua execução, de acordo com a legislação vigente.

## 4.4 EXTENSÃO

Nos últimos anos, a Extensão Universitária tem se credenciado cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes e para a formação do profissional cidadão.

A Extensão Universitária é imprescindível para a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos na universidade, assim como para o redimensionamento da função social da Instituição. As atividades de Extensão permitem conhecer de perto os problemas sociais, apontando questões que requerem investigações científicas. Dessa forma, a Extensão ganha relevância social, não só pelo enraizamento das questões levantadas na vida social, mas também pela possibilidade de construir junto com a população as respostas para essas questões. Esse movimento de crescente inserção na realidade social permite que a universidade cumpra um de seus papéis mais importantes, que é o de contribuir para a formulação de políticas públicas participativas e emancipatórias, que resultem em uma maior justiça social.

É a partir desta perspectiva que se coloca a política de Extensão da UFFS, priorizando a Extensão como prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa, com as demandas da região da Fronteira Sul.

#### **4.4.1 Objetivos Gerais**

- a) Garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, visa promover uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade;
- b) Estimular o diálogo de saberes entre a Universidade e a Sociedade visando à democratização do conhecimento acadêmico e à participação efetiva da comunidade na construção da Universidade;
- c) Desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- d) Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da Pesquisa científica e tecnológica;
- e) Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;
- f) Proporcionar ambiência acadêmica que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã.
- g) Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
- h) Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

#### **4.4.2 Diretrizes para a Organização da Extensão**

A organização e a operacionalização das atividades de Extensão da UFFS seguem as políticas institucionais, as orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Informações e de Dados da Extensão – SIEXBRASIL - definidas nacionalmente pelo FORPROEX para serem executadas no âmbito nacional, estadual e regional. O SIEXBRASIL está integrado ao Censo da Educação Superior – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação (INEP/MEC) –, que, a partir do ano-base 2003, passou a solicitar, em planilhas específicas, informações sobre a Extensão Universitária.

##### **4.4.2.1 Definição das áreas temáticas das atividades de Extensão**

Todas as Atividades de Extensão deverão ser classificadas segundo a Área Temática, principal e/ou complementar, definidas pelo FORPROEX: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. A definição das Áreas Temáticas e das Atividades de Extensão a serem desenvolvidas na UFFS deverá ser objeto de discussão coletiva nas instâncias colegiadas.

##### **4.4.2.2 Linhas de Extensão**

As Atividades de Extensão também serão classificadas como Linhas de Extensão, sendo que para cada Linha é apresentada uma descrição que auxiliará nas ações a serem executadas.

#### 4.4.2.3 Caracterização das ações/atividades de extensão

As ações de Extensão serão classificadas em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço, de acordo com as definições do FORPROEX que seguem abaixo:

##### 1. Programa

Conjunto articulado de Projetos e outras Ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), preferencialmente integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

##### 2. Projeto

Ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

O Projeto deve ser:

**a) Vinculado** a um Programa de Extensão (Projeto faz parte de uma nucleação de ações);

**b) Não-vinculado** a um Programa de Extensão (Projeto isolado).

##### 3. Curso

Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “Evento”. As Prestações de Serviço realizadas como cursos deverão ser registradas como “Curso”. Os Cursos presenciais exigem a frequência do aluno durante toda a oferta da carga horária. Os Cursos de Extensão a distância são caracterizados pela não-exigência da presença do aluno durante toda a oferta da carga horária. As atividades presenciais (sessão de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc.) não devem ultrapassar 20% da carga horária total.

##### 4. Evento

Ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

##### 5. Prestação de Serviço

Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a Prestação de Serviço se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

##### 6. Publicações e outros Produtos Acadêmicos

Caracterizam-se como a produção de Publicações e Produtos Acadêmicos decorrentes das Ações de Extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.

**ANEXO C: Relação de Programas e Projetos de pesquisa da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul**

Relação de projetos de pesquisa, editais internos

Programa/Projeto	Vigência (início)	Vigência (término)
Certificação orgânica participativa da produção de peixes na agricultura familiar	08/2013	07/2014
Perda de massa fresca de maçãs “gala” durante o armazenamento em câmaras comerciais	08/2013	07/2014
Dinâmica Molecular aplicada a Engenharia de Alimentos	07/2013	07/2015
Efeitos de extratos vegetais sobre o ácaro rajado <i>Tetranychus urticae</i> (Koch) (Acari: tetranychidae)	01/09/2013 – 31/08/2014. Finalizado em 15/04/2014 conforme MEM 20/SEP-LS/UFFS/2014	01/09/2013 – 31/08/2014. Finalizado em 15/04/2014 conforme MEM 20/SEP-LS/UFFS/2014
Desenvolvimento de produtos de panificação com substituição parcial de farinha de trigo por farinha de taro ( <i>Colocasia esculenta</i> )	09/2013	07/2014
Desenvolvimento e otimização de processos para a produção de gomas de frutas	08/2013	07/2014
Fatores socioeconômicos que influenciam o aluno na escolha profissional após conclusão do Ensino Médio	08/2013	07/2014
Emprego de <i>Burkholderia cepacia</i> na síntese de lipases com potenciais aplicações industriais utilizando Fermentação em estado sólido	03/2013	03/2014
Do porco ao suíno: a modernização da suinicultura e a mudança de atitude em relação aos animais – Paraná (1950-1980)	09/2013	08/2014
Políticas de desenvolvimento regional e políticas de desenvolvimento territorial: dinâmicas territoriais complementares ou paralelas? Estudo de Caso no Estado do Paraná.	08/2014	07/2015
Determinação de cálcio em amostras de queijo por titulação de complexação após solubilização da amostra com hidróxido de tetrametilamônio.	08/2014	07/2015
Diagnóstico ambiental para elaboração de um modelo de gestão de água e saneamento na zona rural do município de Laranjeiras do Sul e região (PR).	08/2014	07/2015
Influência da inoculação com <i>Azospirillum</i> brasileiro associado ao tratamento químico de sementes no desenvolvimento inicial do milho.	08/2014	07/2015
Sorvete à base de leite de soja com enriquecimento nutricional pela adição da batata yacon.	08/2014	07/2015

Estudo de alterações anatômicas, bioquímicas e fisiológicas em plântulas de milho híbrido e crioulo submetidas a diferentes temperaturas.	08/2014	07/2015
Programa Bolsa Família e desempenho econômico nos municípios paranaense.	08/2014	07/2015
Políticas Públicas de Acesso à Terra: A luta da mulheres camponesas na região do território da cidadania Cantuquiriguaçu – Paraná	08/2014	07/2015
Modelagem e análise numérico de transiente térmico em multicamadas	08/2014	07/2015
Análise de condições de cultivo de <i>Poecillia reticulata</i> , aspectos reprodutivos, manejo, controle sanitário e condições de estresse.	08/2014	07/2015
Desenvolvimento de bebidas tipo Bubble Tea, a base de chá-mate com néctar de frutas nativas adicionada de esferas de néctar da mesma fruta.	08/2014	07/2015
Isolamento, identificação e avaliação do potencial tecnológico de bactérias ácido lácticas isoladas de leite orgânico cru.	10/2014	07/2014
Influência do processamento e tipos de aglutinantes nutritivos na estabilidade física de rações orgânicas para peixes.	10/2014	07/2015
Extrato etanólico de própolis verde no controle de bacterioses do feijoeiro.	10/2014	07/2015
Emprego de <i>Yarrowia lipolytica</i> na bioconversão de resíduos agroindustriais em biomassa com alto valor nutricional para suplementação em ração de Jundiá ( <i>ramdia quelen</i> )	08/2015	07/2016
Modelagem e análise numérico do transiente térmico em multicamadas	08/2015	07/2016
Isolamento, identificação e avaliação do potencial tecnológico de bactérias ácido lácticas isoladas de leite orgânico cru.	08/2015	07/2016
Potencial do extrato etanólico de própolis no controle da ferrugem branca da rúcula.	08/2015	07/2016
Influência do milho transgênico no desenvolvimento de <i>Anagasta kuehniella</i> (Zeller, 1879) e <i>Trichogramma pretiosum</i> (Riley, 1879)	08/2015	07/2016
Metodologia para avaliação visual da estrutura do solo	08/2015	07/2016
Influência do armazenamento em atmosfera controlada com baixo oxigênio sobre a qualidade fisiológicas de sementes de milho crioulo.	06/2015	07/2016
Óleo essencial de orégano como aditivo em dietas pro-larvas de jundiá, <i>Rhamdia</i> sp.: avaliação de crescimento e resistência à ictiofitiríase.	08/2015	07/2016
Desenvolvimento de iogurte tipo “sundae” sabor jaboticaba ( <i>Myrciaria jaboticaba</i> (Vell) Berg) com adição de fibras	08/2015	07/2016



Germinação de sementes e propagação vegetativa de pitaia.	08/2015	07/2016
Análise do processo de congelamento de produtos de panificação congelados com adição de taro ( <i>Colocasia esculenta</i> )	08/2015	07/2016
Efeito da temperatura da água em cultivo de camarões de água doce <i>Macrobrachium rosenbergii</i> (DE MAN, 1978) E <i>Macrobrachium amazonicum</i> (HELLER, 1862)	08/2015	07/2016
Desenvolvimento de pós larvas de camarão da Amazônia <i>Macrobrachium amazonicum</i> , com diferentes dietas alimentares.	08/2015	07/2016
Direitos Humanos Interculturais	08/2015	07/2016
O ensino de Física através de experimentos didáticos de baixo custo.	08/2015	07/2016
A Educação do campo e o plano municipal de educação: da epistemologia à prática.	08/2015	07/2016
Macroeconomia Heterodoxa: um estudo sobre a teoria keynesiana e de seus sucessores (neokeynesianos e novos keynesianos) e a política econômica brasileira no período de 1994-2015	08/2015	07/2016
Contribuições para o debate sobre alternativas de desenvolvimento para a região da Cantuquiriguaçu- PR	08/2015	07/2016
Contradições por trás do aparente sucesso: crise e desenvolvimento das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná no período 1990-2015	08/2015	07/2016
Avaliação de parâmetros de processo para obtenção de mel co-cristalizado com sacarose	08/2015	07/2016
Extrato aquoso de <i>Rumex crispus</i> no controle de oídio em pepineiro	08/2015	07/2016
Co-inoculação de <i>Rhizobium tropici</i> e <i>Azospirillum brasilense</i> no desenvolvimento inicial do feijoeiro	08/2015	07/2016
Elaboração de iogurte de soja com adição da polpa de uvaia	08/2015	07/2016
Influência de extratos aquosos de plantas sobre o desenvolvimento de <i>Spodoptera frugiperda</i> lagarta-do-cartucho, (J. E. SMITH, 1797)	08/2015	07/2016
Desenvolvimento de biofilmes ativos base de polímeros de fontes renováveis e polpa de guabiroba ( <i>Campomanesia xanthocarpa</i> ): propriedades de barreiras e efeito antioxidante.	08/2015	07/2016
Construção e calibração de um evaporímetro ventilado.	08/2015	07/2016
Estudo da força de adesão de partículas de leite em pó integral em superfícies de aço inoxidável.	08/2015	08/2016
Secagem de ameixa nacional: pesquisa integrada com ensino médio.	08/2015	07/2016

Emprego de <i>yarrowia lipolytica</i> na síntese de lipases com potenciais aplicações industriais utilizando fermentação em estado sólido.	08/2015	07/2016
Influência do armazenamento em atmosfera controlada com baixo oxigênio sobre sementes de milho crioulo.	06/2015	06/2016
Projeto de grupo de estudos em agronomia com ênfase em agroecologia na comunidade escolar de Laranjeiras do Sul/Pr.	08/2015	07/2016
Elaboração de licor de frutas nativas e tropicais.	08/2016	07/2017
Mel co-cristalizado com sacarose: Estudo do acondicionamento do produto.	08/2016	07/2017
Avaliação do efeito do extrato de alho ( <i>Allium sativum</i> ) sobre os sistemas de defesa antioxidante e metabólico de <i>Jundiás</i> ( <i>Ramdia</i> sp)	08/2016	07/2017
Elaboração de mel co-cristalizado com sacarose – Efeito da adição de maltodextrina nos parâmetros de processo e nas propriedades físico – químicas	08/2016	07/2017
Ácido salicílico no cultivo e na pós colheita de couve de folhas.	08/2016	07/2017
Determinação experimental e modelagem termodinâmica do equilíbrio sólido-líquido de compostos bioativos em extratos de erva-mate	08/2016	07/2017
O ensino de Física através de experimentos didáticos de baixo custo.	08/2016	07/2017
Análise da entomofauna associada a sistemas de plantio direto e plantio convencional.	08/2016	07/2017
Organização coletiva como tecnologia social na Educação do Campo: a auto-organização dos estudantes na promoção da organização do trabalho pedagógico.	08/2016	07/2017
Prática agroecológica e desenvolvimento territorial em acampamentos e assentamentos rurais: considerações a partir de diferentes casos no Paraná	09/2016	07/2018
Desenvolvimento de produtos reestruturados empanados a partir de subprodutos da filetagem de tilápia	09/2016	08/2017
Ácido salicílico no cultivo e pós colheita do morangueiro em sistema de produção fora do solo	09/2016	08/2017
A sucessão da juventude camponesa na Região da Cantuquiriguaçu	08/2016	07/2017
Comportamento da Política e seus Efeitos sobre o Desemprego no Brasil no período 2003-2016	08/2016	07/2017
Reforma agrária e impacto social na vida de camponeses pobres: A história do assentamento Águas de Jurema, município de Iretama-PR, mesorregião centro-ocidental do Paraná	08/2016	07/2017

Rendimento corporal e composição química de filés de peixes criados em sistema de policultivo de base agroecológica	08/2016	07/2017
Organização do Trabalho Pedagógico em escolas do campo e sua relação com os elementos constituintes da luta por uma Educação do Campo.	08/2016	07/2017
Estudo do transiente térmico em multicamadas usando computação algébrica	01/2017	12/2017
Sobrevivência e tempo de desenvolvimento da fase jovem, reprodução e peso de <i>Dichelops melacanthus</i> (Heteroptera: Pentatomidae) alimentado com diferentes dietas naturais	01/2017	12/2017
Ácido salicílico no cultivo e pós colheita do morangueiro em sistema de produção fora do solo	01/2017	12/2017
Desenvolvimento de produtos reestruturados empanados a partir de subprodutos da filetagem de tilápia	01/2017	12/2017
Estabelecimento e manutenção de linhagens do Peixe Ornamentais <i>Poecilia reticulata</i> em ambiente cultivo	01/2017	12/2017
Comportamento da Política Fiscal e seus efeitos sobre o desemprego no Brasil no período 2003-2016	01/2017	12/2017
Ensino de Física no Ensino Médio: uso de experimentos de baixo custo	01/2017	12/2017
Viabilidade técnica e econômica de sistema de piscicultura ornamental em espécies nativas	01/2017	12/2017
Rendimento corporal e composição química de filés criados em sistema de policultivo de base agroecológica	01/2017	12/2017
Extração e caracterização de óleo de Guabiroba ( <i>Capomanesia Xanthocarpa Berg</i> ) e avaliação de índice de qualidade frente aos diferentes processos de extração e armazenamento	01/2017	12/2017
Pulverização pneumática eletrostática com diferentes tratamentos fúngicos no cultivo de videira comum em Laranjeiras do Sul/PR	01/2017	12/2017
Prática Agroecológica e desenvolvimento territorial em acampamentos e assentamentos rurais: considerações a partir de diferentes casos no Paraná	01/2017	12/2017

Fonte: informações disponibilizadas pela Assessoria Acadêmica, Campus Laranjeiras do Sul

## Relação de projetos de pesquisa, editais externos e interinstitucionais

Programa/Projeto	Vigência (início)	Vigência (término)
Métodos de Elementos Finitos generalizados em Mecânica de Fratura e Materiais Compostos Laminados (número: 303575/2012-7)	03/2011	02/2014
Avaliação do Projeto Territórios da Cidadania a partir das Ações Implementadas no Território Paraná Centro – PR	10/2011	07/2013
Conservação de pêssegos em armazenamento refrigerado e técnicas associadas	12/2012	04/2014
Isolamento, identificação e avaliação do potencial tecnológico de bactérias ácido lácticas isoladas de leite orgânico cru.	10/2013	10/2016
Caracterização físico-química de frutas, avaliação das sementes e qualidades das mudas de mirtáceas na região da Cantuquiriguaçu.	12/2013	12/2015
Determinação de elementos traço por espectrometria atômica em amostra de couros e polímeros solubilizados com reagentes orgânicos.	01/2014	12/2016
Avaliação do sistema de recirculação de água (RAS) no cultivo de peixes acoplado ao tratamento do efluente gerado para minimizar os impactos nos corpos hídricos da região.	02/2016	02/2018

Fonte: informações disponibilizadas pela Assessoria Acadêmica, Campus Laranjeiras do Sul

## Relação de projetos de pesquisa via demanda espontânea

Programa/Projeto	Vigência (início)	Vigência (término)
Estrutura Trófica ad Assembleia de Peixes da Microbacia do Rio Tapera, região oeste do Paraná	01/2014	07/2016
Imperialismo e educação no Brasil: da ditadura militar às organizações da sociedade civil do início do século XXI;	03/2014	05/2016
Diagnóstico do uso das Boas Práticas de Fabricação (BPF) em estabelecimentos produtores de alimentos na região de Laranjeiras do Sul-PR.	01/2014	12/2014
Desenvolvimento de novos produtos a base de tilápia, visando agregação de valor.	06/2014	09/2015
Desenvolvimento de bebidas a base de néctares de guabiroba enriquecidas com soro de leite.	07/2014	06/2015
Caracterização química de diferentes partes da fruta de guabiroba: investigação do perfil antioxidantes de diferentes extratos do fruto e sua aplicação no acondicionamento de hambúrguer	02/2015	02/2016
Desenvolvimento de biofilmes ativos a base de polímeros de fontes renováveis e polpa de guabiroba ( <i>Campomanesia xanthocarpa</i> ): propriedades de barreiras e efeito antioxidante.	01/2015	12/2015
Utilização de extratos vegetais em produtos à base de polpa de tilápia.	12/2015	12/2016
Efeito do extrato de alho ( <i>Allium sativum</i> ) sobre o sistema hematológico, imune e metabólico de jundiás ( <i>Ramdia sp</i> )	11/2015	03/2017
Aspectos do efeito tóxico letal e subletal de extrato de acículas de <i>Pinus elliottii</i> em juvenis de <i>Ramdia quelen</i> e na qualidade de água.	05/2016	04/2017
Processamento de fishburguer de tilápia com adição de farinha yacon ( <i>Smallanthus sonchifolius</i> )	03/2016	12/2016
Cooperativismo e recriação camponesa: dinâmicas territoriais no estado do Paraná	08/2016	08/2018
Fracionamento de fósforo em latossolo vermelho distroférico submetido a diferentes manejos agroecológicos de solubilização biótica do fósforo não lábil	07/026	06/2017
Produção de polpa de guabiroba em pó utilizando diferentes processos de secagem, e avaliação da estabilidade dos compostos bioativos	07/2016	06/2017
Avaliação da associação de rizobactérias na cultura do milho	10/2016	12/2017
Efeito residual do herbicida glifosato sobre a inoculação de rizobactérias na cultura da soja.	10/2016	12/2017

Efeito do tráfego de máquinas sobre a compactação do solo e no crescimento/desenvolvimento da cultura da soja.	10/2016	11/2017
Efeito de doses crescentes de Níquel (Ni <sup>2+</sup> ) sobre a inoculação de <i>Azospirillum brasilense</i> na cultura do milho ( <i>Zea mays L.</i> )	10/2016	12/2017
Laços de dependência em áreas de fronteira: os agregados em Castro e Guarapuava	10/2016	11/2019
Avaliação de cereais de inverno como plantas de cobertura no controle de fitopatógenos de solo na cultura de soja	08/2016	07/2017

Fonte: informações disponibilizadas pela Assessoria Acadêmica, Campus Laranjeiras do Sul

**ANEXO D: Relação de Programas e Projetos de extensão e cultura da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul**

Programas e projetos de extensão e cultura, editais internos

Programa/projetos	Vigência
II Seminário de Educação do Campo da UFFS; II Seminário das Licenciaturas em Educação do Campo do Paraná; III Seminário de Políticas Públicas e Educação da UNICENTRO; V Seminário de Educação do Território Cantuquiriguaçu.	Abril a julho/2011
Custo do Cesto de Produtos de Consumo Popular para o Município de Laranjeiras do Sul	Março a dezembro/2011
Transferência de tecnologias para a cadeia de produtos artesanais como fator de promoção regional	Março a dezembro/2011
Núcleo de Estudo, Pesquisa em Marxismo e Educação (NEPME)	Março a dezembro/2011
COMUNICA – Laboratório de produção textual	Março a dezembro/2011
Criação de peixes em tanques-rede em reservatórios do território Cantuquiriguaçu: Licenciamento e Boas Práticas de Manejo	Março a dezembro/2011
Formação Continuada de Professores e Colaboradores do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak	Março a dezembro/2011
Aproveitamento da Parte aérea de variedades de mandioca cultivadas regionalmente para uso em ensilagem na produção leiteira	Março a dezembro/2011
Extensão organizativa e gerencial a cooperativas da reforma agrária na região de Laranjeiras do Sul	Março a dezembro/2011
Conhecendo procedimentos teóricos sobre leitura e construindo pesquisa de ferramentas em leitura - Formação Continuada de Professores Municipais de Laranjeiras do Sul	Março a dezembro/2011
A educação inclusiva no contexto da educação básica	Março a dezembro/2012
Apoio a ações organizativas de integração social e produtiva para mulheres do campo do território da cidadania da Cantuquiriguaçu	Março a dezembro/2012
Criação de peixes em tanques-rede em reservatórios do Território Cantuquiriguaçu: licenciamento e boas práticas de manejo	Março a dezembro/2012
Direitos Humanos nas Relações de trabalho	Março a dezembro/2012
Núcleo de Estudos, Pesquisa em Marxismo e Educação (NEPME)	Março a dezembro/2012
Por dentro da Economia	Março a dezembro/2012
Rotulagem nutricional de alimentos comercializados na feira do produtor de Laranjeiras do Sul	Março a dezembro/2012
Transferência de tecnologias para a cadeia de produção e Comercialização de Alimentos em Laranjeiras do Sul	Março a dezembro/2012

Usina comunitária de resíduos orgânicos urbanos	Março a dezembro/2012
Estruturação e articulação de ações de comercialização alternativa de alimentos ecológicos nos núcleos regionais Luta Camponesa e Monge João Maria da Rede Ecovida de Agroecologia	Março a dezembro/2013
Melhoria da qualidade higiênico sanitária e diversificação de produtos alimentícios como apoio as ações organizativas de mulheres no território Cantuquiriguaçu PR	Março a dezembro/2013
Por dentro da economia	Março a dezembro/2013
Coleta Seletiva e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Potencialidades para o Município de Laranjeiras do Sul	Abril a dezembro/2014
Estruturação e articulação de ações de comercialização alternativa de alimentos ecológicos nos núcleos regionais Luta Camponesa e Monge João Maria da Rede Ecovida de Agroecologia	Abril a dezembro/2014
Horta escolar: Ambiente de interação, aprendizagem e Saúde alimentar	Abril a dezembro/2014
Identificação e Organização do Sistema Produtivo de Piscicultores da Região de Laranjeiras do Sul: Aspectos associados ao Manejo, Monitoramento Ambiental, Controle Sanitário e Controle do Sistema de Produção.	Abril a dezembro/2014
Núcleo de Estudo e Pesquisa em Marxismo e Educação [NEPME]	Abril a dezembro/2014
Por dentro da economia	Abril a dezembro/2014
Ação prático-teórica no âmbito da Educação do Campo em seu nexos com a luta pela terra no Paraná – práticas educativas em territórios da reforma agrária	Abril/2015 a julho/2016
Apoio tecnológico para o desenvolvimento de agroindústrias regionais	Abril/2015 a julho/2016
Circuitos em Rede: ações de articulação para a comercialização de alimentos ecológicos na região Centro-oeste do Paraná.	Abril/2015 a julho/2016
Coleta Seletiva e Desenvolvimento Sustentável: Avanços em conscientização e envolvimento/colaboração de gestores públicos, empresários e catadores de resíduos sólidos e população residente em Laranjeiras do Sul/PR	Abril/2015 a julho/2016
Educação ambiental por meio da compostagem de resíduos sólidos em escolas públicas em Laranjeiras do Sul – PR	Abril/2015 a julho/2016
Educação do campo: Teorias pedagógicas e práticas educativas	Abril/2015 a julho/2016
Educação em Movimento: a invenção e a reinvenção da prática docente no ensino da Matemática, linguagens e Ciências Sociais no contexto da Educação Básica no território Cantuquiriguaçu.	Abril/2015 a julho/2016
Escola Makarenko e a Formação Camponesa Classista Experimento dos complexos de estudo e auto-organização dos estudantes em escolas do campo no contexto da reforma agrária – acompanhamento e registro	Abril/2015 a julho/2016



Horta escolar: Ambiente de interação, aprendizagem e Saúde alimentar	Abril/2015 a julho/2016
Implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares no Campus Laranjeiras do Sul: fomento a cooperação e ao trabalho associativo	Abril/2015 a julho/2016
Manejo de tanques piscícolas	Abril/2015 a julho/2016
Manejo ecológico de insetos fitófagos: conservação e incremento da entomofauna benéfica	Abril/2015 a julho/2016
Organização do sistema produtivo piscícola	Abril/2015 a julho/2016
Proposta de criação da Empresa Júnior do Curso de Ciências Econômicas da UFFS – <i>Campus</i> de Laranjeiras do Sul.	Abril/2015 a julho/2016
Questão Agrária, Desenvolvimento Humano e Economia do Território	Abril/2015 a julho/2016
Questão agrária, educação, formação e cultura.	Abril/2015 a julho/2016
Questão Agrária, História e Historiografia da Formação do Território da Fronteira Sul	Abril/2015 a julho/2016
Realização de Inventário de Oferta Turística dos Municípios de Laranjeiras do Sul, Virmond e Rio Bonito do Iguaçu – Paraná	Abril/2015 a julho/2016
Sanidade de peixes cultivados	Abril/2015 a julho/2016
Subsídios para a construção de bancos de dados sobre ingresso, permanência, saída e movimentação dos estudantes da UFFS	Abril/2015 a julho/2016
Subsídios para a elaboração de políticas institucionais para a redução da evasão e retenção na UFFS	Abril/2015 a julho/2016
Todos somos desta Terra	Abril/2015 a julho/2016
Interface entre educação superior e educação básica do campo no contexto de territórios da reforma agrária	Abril/2015 a julho/2016
Evasão e retenção na UFFS: subsídios para proposição de políticas institucionais de permanência discente e de formação docente.	Abril/2015 a julho/2016
Questão Agrária e Desenvolvimento: A Educação Camponesa Classista	Abril/2015 a julho/2016
Identificação e Organização do Sistema Produtivo de Piscicultores da Região de Laranjeiras do Sul: Aspectos associados ao Manejo, Monitoramento Ambiental, Controle Sanitário e Controle do Sistema de Produção.	Abril/2015 a julho/2016
Apoio a promoção da educação, formação e organização da comunidade regional para o fortalecimento da cidadania	Outubro/2016 a dezembro/2019
Consolidação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares no Campus Laranjeiras do Sul: fomento a cooperação e ao trabalho associativo.	Outubro/2016 a dezembro/2019
Consolidação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (NEA-Cantuquiriguaçu)	Outubro/2016 a dezembro/2019
Educação em Movimento no Território Cantuquiriguaçu	Outubro/2016 a dezembro/2019

Estratégias multi/interdisciplinares para a formação profissional com foco na educação especial	Outubro/2016 a dezembro/2019
Identificação e Organização do Sistema Produtivo de Piscicultores da Região de Laranjeiras do Sul: Aspectos associados ao Manejo, Monitoramento Ambiental, Controle Sanitário e Controle do Sistema de Produção	Outubro/2016 a dezembro/2019
Trabalho, educação e questão agrária: os desafios da sucessão Familiar Rural	Outubro/2016 a dezembro/2019

Fonte: informações disponibilizadas pela Assessoria Acadêmica, Campus Laranjeiras do Sul

## Programas/projetos de extensão e cultura via editais externos/interinstitucionais

Boas práticas de manejo em piscicultura na agricultura familiar	Janeiro a dezembro/2011
Aquicultura Familiar em Sistema Orgânico: Processo Produtivo e Viabilização Econômica Através de Cooperativismo e das Políticas Públicas	Janeiro a dezembro/2012
Geração de trabalho e renda e sustentabilidade ambiental dos assentamentos de reforma agrária da Região Cantuquiriguaçu, PR	Janeiro a dezembro/2012
Programa: Apoio a ações organizativas de integração social e produtiva para mulheres do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu	Janeiro a dezembro/2013
Programa: Apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária para a agricultura camponesa e reforma agrária da Região Cantuquiriguaçu, Paraná	Janeiro a dezembro/2013
Programa: Aquicultura Familiar em Sistema Orgânico	Janeiro a dezembro/2013
Complexo temático: dos referenciais da Pedagogia Socialista às Práticas Educativas que exploram caminhos na construção da escola do campo através da arte e da cultura	Janeiro a dezembro/2014
Aquicultura na Terra Indígena Rio das Cobras: valorização e diálogos interculturais	Janeiro a dezembro/2014
Usina comunitária de resíduos orgânicos urbanos	Janeiro a dezembro/2014
Apoio à estruturação e articulação de ações de fortalecimento da produção e comercialização solidária de alimentos ecológicos em grupos de agricultores familiares da Rede Ecovida de Agroecologia da região centro-oeste do Paraná.	Janeiro a dezembro/2014
Direitos Humanos na Comunidade	Janeiro a dezembro/2014
Coleta seletiva e desenvolvimento sustentável: desafios e potencialidades para o município de Laranjeiras do Sul	Janeiro a dezembro/2015
Aquicultura nas terras indígenas da Cantuquiriguaçu: valorização e diálogos interculturais	Janeiro/2015 a dezembro/2016
Identificação e organização do sistema produtivo de piscicultores da região de Laranjeiras do Sul: aspectos associados ao manejo, monitoramento ambiental, controle sanitário e controle do sistema de produção	Janeiro/2015 a dezembro/2016
Grupo de estudos em ciências naturais e matemática – uma visão integradora de ciência	01/01/13 a 30/11/13
Ciclo de seminários em ciências naturais e matemáticas	01/01/13 a 31/12/13
Programa de Formação Continuada de educadores da Educação Básica no centro-sul do Paraná, com ênfase em ações para o fortalecimento da política em Educação do Campo	01/10/2014 a 30/03/2016
Apoio à implantação de “Território em Transição Agroecológica” na região da Cantuquiriguaçu e no município da Lapa – PR	01/12/14 a 01/12/15

Projeto RONDON: Operação Itacaiúnas – julho 2015	
Formação de Educadores Escola da Terra	21/11/2015 a 21/05/2016 – de acordo com a proponente foi prorrogado até novembro/2016
Formação de educadores da escola da terra	10/12/2106 a 31/07/2017

Fonte: informações disponibilizadas pela Assessoria Acadêmica, Campus Laranjeiras do Sul

## Programas e projetos de extensão, Campus Laranjeiras do Sul, via demanda espontânea

Palestra: Método de Pesquisa Acadêmica	Setembro a novembro.
Concurso Selo para identificação de produtos artesanais aprovados pelo serviço de inspeção municipal	3/11 à 7/12/10
Seminário: Perspectivas da Cadeia dos Produtos Artesanais de Laranjeiras do Sul – Implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para produtos artesanais	07/12/10
V Conferência Regional de Educação	14/08/10
Transferência de tecnologias para a cadeia de produtos artesanais como fator de promoção regional	out. /dez 2010
Universidade: práticas e experiências de projetos de extensão em comunidade indígena	15/12/10
II Seminário de Educação do Campo da UFFS; II Seminário dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo do Estado do Paraná; III Seminário de Políticas Públicas e Educação da UNICENTRO; V Seminário de Educação do Território Cantuquiriguaçu	15/11 e 16/11/11
A Alternância do Ensino Superior: um estudo a partir do curso licenciatura em educação do campo da UTFPR	07/11 a 17/12/2011
Tópicos em Filosofia Contemporânea	04/05 a 25/05/2011
I Seminário Qualidade de Vida na Terra Indígena Rio das Cobras	15/10/11
Piscicultura e Sustentabilidade nos Reservatório da Cantuquiriguaçu	27/10/11
II Mostra de Iniciação Acadêmica	16 a 18/11/2011
Formação pedagógica para a juventude	junho out 2011
IV Seminário do Núcleo de Estudos em Docência	07/05/12
Conferência: Matrizes Formativas, teoria pedagógicas e práticas educativas em construção	26/04/12
Formação Continuada de Professores e Colaboradores do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak: das Teorias Pedagógicas Revolucionárias às Práticas Educativas que exploram caminhos na construção da escola do campo	01/04 a 16/12/2012
Literatura Errante	01/06 a 31/12/2012
Curso de Educação Permanente em Agroecologia	01/02/2012 a 31/01/2015
Seminário Regional preparatório ao I Encontro da Articulação Paranaense por uma Educação no Campo	27/09 e 28/09/2012
I Semana Integrada da UFFS no Campus de Laranjeiras do Sul	06/11 a 29/11/2012
Tópicos em Filosofia Contemporânea	15/10 a 05/11/2012
I Encontro da Diversidade por uma Educação mais igualitária	22/11/12
Seminário sobre Pesquisa Participativa em Agroecologia	24/08/12
Mostra de Integração Acadêmica	Outubro/2012
Feira do Peixe Vivo de Laranjeiras do Sul	07/03 a 28/03/13
Seminário de educação do campo do estado de Santa Catarina	28 a 30/08/13

I Semana Acadêmica de Ciências Econômicas	12/08 a 16/08/13
Ciclo de debates das licenciaturas da UFFS: o ensino por áreas de conhecimento	30/09/13
Núcleo de Estudo e Pesquisa em Marxismo e Educação (NEPME)	14/10 a 16/12/13
III SEPE – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS	11/11 a 12/11/2013
I Semana Acadêmica do curso de Engenharia Aquicultura	22/11 e 23/11/2013
Análise de conjuntura – O projeto em disputa no campo	08/01/14
Curso de Extensão “Educação Integral e em Tempo Integral: Formação e Acompanhamento da Implementação nos Municípios de Laranjeiras do Sul/PR e de Rio Bonito do Iguaçu/PR	17/10/2013 a 12/11/2014
50 Anos de Golpe Militar no Brasil: Reflexos na sociedade brasileira	07/04/14 a 11/04/14
1ª Semana Acadêmica de engenharia de alimentos	20 a 23/04/14
Feira do peixe vivo de laranjeiras do sul.	16 a 17/04/14
Jornada de memorização dos 150 anos da associação internacional dos trabalhadores: educação popular e organização da classe trabalhadora	05 a 09/2014
Palestra a participação imprescindível da infância, adolescência e juventude nos espaços e tempos educativos na criação do novo.	21/05/14
IV seminário em educação em tempo integral – II seminário regional de educação integral: a pesquisa na UFFS – contribuição para o debate.	22/05/14 a 23/05/14
Desafios teóricos e práticos da educação do campo na atualidade e políticas públicas do MEC.	11/07/14
IV Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), IV Jornada de Iniciação Científica	13 e 14/10/2014
Produção de leite agroecológico	05/2013 a 12/2014
Seminário de extensão rural, agroecológica e reforma agrária	18/07/14
Oficinas sobre controles financeiros e custos para microempreendedores.	25/06 a 26/11/14
VI Conferência regional da APP-Sindicato e os rumos da escola pública paranaense	19/07/14
I seminário centro de educação do campo-cecampo: princípios e proposições	21 a 22/08/14
I Semaqui – Semana acadêmica do curso de engenharia de Aquicultura	26 a 29/08/14
A ação docente interdisciplinar no contexto do programa de ensino médio inovador no Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves	09/10 a 12/12/14
I Fórum de Extensão e cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul	13/10/14
I Semana acadêmica do curso de Agronomia – SEMANAGRO “Contribuindo para a formação de novos profissionais”	13 a 14/11/14

IV Mostra de integração acadêmica	13 a 14/10/14
A extensão universitária e a formação acadêmica	27.11.2014
Curso Nacional de pedagogia do movimento: a ação prático-teórica de educação nas áreas de reforma agrária	13/01/15
V SEPE – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão	19/10 a 23/10/2015
Criação da empresa júnior do curso de engenharia de alimentos	01/04/2015 a 31/07/2016
Criação da empresa júnior do curso de engenharia de aquicultura	01/04/2015 a 31/07/2016
Criação da empresa júnior do curso de agronomia	01/04/2015 a 31/07/2016
Neoliberalismo: os sentidos de um projeto político	04/05/1
II Semana Acadêmica de Engenharia de Alimentos – II SEMEA UFFS	11/05/2015 a 16/05/2015
Da Fronteira ao território: arbitragem da questão de Palmas/1985 ao Território Federal do Iguaçu/1943	16/04/15
II Semana Acadêmica de Agronomia e II Semanagro “Cultivando o conhecimento	14/10/2015 a 16/10/2015
Seminário paranaense da alimentação escolar e agricultura familiar, abastecimento e mercados institucionais: conexões entre o Brasil, Cabo Verde e Uruguai na Segurança alimentar e nutricional	12/08/15
IV seminário regional das licenciaturas em educação do campo	27/05/2015 a 29/05/2015
VII fórum de educação do campo da Cantuquiriguaçu – I seminário de fortalecimento das políticas públicas da educação do campo	17 e 18/09/2015
Jornada universitária em defesa da reforma agrária popular e luta de classes	23 a 24/04/2015
I Semana Acadêmica Integrada dos Cursos Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura e Interdisciplinar em Educação no Campo: Ciências da Natureza, Agrárias e Matemáticas – Licenciatura; I Seminário das Escolas Indígenas da Região Centro-oeste do Paraná; II Seminário do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade: Educação, Cultura e Resistência	24-26/11/2015
Capacitação em piscicultura com enfoque agroecológico	maio a setembro de 2015
Curso de piscicultura com enfoque agroecológico	outubro a dezembro de 2015
Manifestações e protestos no Brasil: reflexões sobre política e economia	26 de junho de 2015
V Seminário Nacional de Licenciaturas em Educação do Campo	08 a 11 de dezembro de 2015
Neoliberalismo: os sentidos de um projeto político	15/06/15
Semana Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas – 2015	10/08/2015 a 14/08/2015

Conhecendo a UFFS – Campus Laranjeiras do Sul	01/04/2016 – 31/12/2016
Libras e inclusão na educação básica	06/04/2016 – 21/09/2016
Fórum de Engenharia de Alimentos	26/04/16
Diálogo sobre a situação da política brasileira	26/04/16
Curso de formação em SAN: abastecimento, agricultura familiar e alimentação escolar	04/07/2016 – 19/12/2016
A crise na educação: reorganização escolar e tomada de escolas	18/05/16
II encontro interinstitucional UFFS e UNILA: evasão e retenção nas instituições de ensino superior	28 e 29/04/2016
Workshop verde – práticas voltadas a responsabilidade socioambiental	07/06/16
III semana acadêmica do curso de agronomia e III SEMANAGRO “agronomia: conhecimento que alimenta”	30/05 a 03/06/2016
II semana acadêmica integrada das licenciaturas em educação do campo: conquistas e desafios na formação docente	17/05 a 19/05
Jornada universitária em defesa da reforma agrária popular	03/05 a 04/05/2016
Grupo de leitura “literatura escondida”	09/04 a 19/11/2016
Oficinas de Aprendizagem 2016.1	06/06 a 10/06/2016
III Semana Acadêmica de Engenharia de Alimentos – III SEMEA UFFS	09/05 a 13/05/2016
Capacitação em extensão e aquicultura	01/05/2016 a 30/06/2016
Treinamento para merendeiras – Boas práticas, armazenamento e aproveitamento integral de alimentos	08/07/16
Aquicultura em Pauta	15/05/16
VI semana acadêmica de geografia UFFS/Campus Chapecó - “Redes urbanas: cidades e papéis”	29/08 – 03/09/2016
Curso “Introdução à economia solidária	10/09/2016 – 30/11/2016
Educação, trabalho, cultura e interdisciplinaridade na escola	01/10/2016 – 30/04/2017
VI SEPE – seminário de ensino, pesquisa e extensão	17/10/2016 – 21/10/2016
I Simpósio de educação no campo do território da Cantuquiriguaçu: VIII fórum de educação do campo da Cantuquiriguaçu e II seminário de fortalecimento das políticas públicas de educação do campo	18/08/2016 – 19/08/2016
Interdisciplinaridade e educação: concepção, conteúdo e forma	09/08/16
Implantação de horta agroecológica, compostagem e educação ambiental nas escolas estaduais Iraci Salete Strozak, Ireno Alves dos Santos, José Alves dos Santos, Pinhalzinho e Joaquim Nazario – Rio Bonito do Iguaçu – Paraná	01/08/2016 – 01/03/2017



Seminário “Crise econômica mundial e o silêncio da política”	03/06/16
Manejo ecológico do solo e serviços ecossistêmicos	19/09/16
Agroecologia e a construção da autonomia: a juventude camponesa em movimentação no território Cantuquiriguaçu	20/02/2015 a 20/02/2017
Capacitação para consultores da Desenvolve Consultoria Jr: Rotulagem nutricional e uso de embalagens para produtos alimentícios	19/08/2016 a 26/08/2016
IV Semana Acadêmica de Engenharia de Aquicultura	06/09 a 09/09/16
Formação Continuada de Professores e a Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Pública: fundamentos do currículo – filosofia, sociologia e matemática	26/09 a 30/11/2016
Base Nacional Comum Curricular e a Escola sem partido	15/09/16
Atividade integradora: Eng. Alimentos e comunidade externa	18/11/16
Projeto interdisciplinar junto a uma unidade de produção e vida familiar	20/04/2016 – 01/04/2017
Seminário regional sobre a organização em rede de agroindústrias camponesas	08/12/16
Seminário sobre questão agrária e juventude rural: trabalho, educação e cultura camponesa	16/11/2016 a 17/11/2016
Seminário de formação para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores da Comarca de Laranjeiras do Sul – ética, política e gestão: direito, cidadania e democracia	22/11/16
Curso de Comunicação e Expressão – Cala a Boca Já Morreu!	01/03/2017 a 10/12/2017
Lei Maria da Penha = mulheres valentes, homens também podem chorar!	01/03/2017 a 08/12/2017
Educação empreendedora em escola pública, ensino fundamental e médio no município de Laranjeiras do Sul	29/03/2017 a 31/12/2017
Jornada de estudos e debates sobre os 100 anos da Revolução Russa: educação, trabalho e cultura na perspectiva socialista	01/04/2017 a 30/11/2017

Fonte: informações disponibilizadas pela Assessoria Acadêmica, Campus Laranjeiras do Sul

**ANEXO E – Entidades que integram o Conselho de Desenvolvimento do Território  
Cantuquiriguaçu – COMPOSIÇÃO CONDETEC 2016/2017**

CADEIRAS	GOVERNAMENTAL	NÃO GOVERNAMENTAL
1	ACAMCOP	CEAGRO
2	COPEL	INDÍGENAS
3	EMATER	CONSELHO R. DE APAES
4	SEED	COORLAF
5	SEAB	CRESOL
6	UFFS	FETAEP
7	UNIOESTE	FETRAF
8	INCRA	MPA
9	UNICENTRO	MST
10	CANTU 1	OAB
11	CANTU 2	TRACTEBEL
12	CANTU 3	UNICAFES
13	CANTU 4	LAGOS E COLINAS
14	CANTU 5	S.I.A.
15	CANTU 6	CREHNOR
16	CANTU 7	COLETIVO R. M. VIA CAMPESINA
17	CANTU 8	ARCAFAR
18	CANTU 9	APPA
19		QUILOMBOLAS
20		CACICOPAR
21		SEBRAE
22		SENAR